

*Maria Hermínia Morais Mesquita*

*AS GENTES DE ANGRA NO SÉCULO XVII*

*VOLUME I*

*Dissertação de Doutoramento em História  
apresentada à Universidade do Minho*

*Universidade do Minho*

*Braga/Guimarães*

*2004*

## AGRADECIMENTOS

Ao apresentar este trabalho começo com algumas palavras de agradecimento a todos aqueles que de alguma forma o tornaram possível.

Em primeiro lugar aos meus orientadores científicos. À Senhora Professora Doutora Norberta Amorim, da Universidade do Minho, orientadora sábia e amiga, a quem admiro e estimo, agradeço os muitos ensinamentos, a disponibilidade, o constante incentivo expresso em palavras de encorajamento e na confiança que sempre me manifestou. Ao Senhor Professor Doutor Avelino de Freitas de Meneses, da Universidade dos Açores, devo-lhe, desde logo, a disponibilidade em aceitar ser meu orientador. Graças à sua esclarecida orientação pude melhor definir o meu plano de tese. Os seus conselhos para poder tirar maior e melhor partido das fontes que consultei revelaram-se de grande utilidade. Inestimáveis foram também as suas críticas e sugestões.

Agradeço igualmente o apoio institucional dado por algumas entidades, nomeadamente a Direcção Regional de Cultura dos Açores, a Fundação para a Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação e a Universidade do Minho, através do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS). Graças à Direcção Regional de Cultura pude contar com a ajuda de tarefeiros que, no Arquivo de Angra, procederam ao levantamento manual da informação de uma parte das fontes paroquiais. Pude ainda deslocar-me ao mesmo Arquivo em missões de estudo. O apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia chegou através dos projectos, apresentados e dinamizados pelo NEPS, *Informatização Normalizada de Arquivos Reconstituição de Paróquias e História das Populações* (projecto financiado pelo Programa PRAXIS XXI) e *Espaços Rurais e Urbanos. Micro-análise de comportamentos demográficos, de mobilidades*

*geográfica e social e dinâmicas culturais – sécs. XVI-XX* (projecto financiado pelo Programa Sapiens). O Ministério da Educação ao conceder-me equiparação a bolsa permitiu-me uma dedicação a tempo inteiro. No Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS) da Universidade do Minho encontrei a colaboração entusiasta e necessária ao bom ritmo do trabalho. A todos uma palavra de apreço pela preciosa ajuda que me dispensaram ao longo destes anos. Especialmente, a Isabel Salgado agradeço a simpatia e eficiência com que sempre procurou responder às minhas solicitações, nomeadamente arranjar, e muitas vezes enviar-me para casa, muito do material que fui precisando (fichas, fotocópias de microfilme, livros). A Rui Jerónimo de Faria devo boa parte do trabalho de lançamento de dados no computador e a Daniel Freitas agradeço, além do trabalho de extracção de dados indispensável à análise demográfica, a disponibilidade para me esclarecer sobre as muitas dúvidas que o trabalho informático me foi suscitando.

Na Biblioteca e Arquivo de Angra do Heroísmo contei, sempre que aí me desloquei e durante semanas seguidas de trabalho, com o apoio e simpatia dos seus funcionários e responsáveis. Aqui deixo uma palavra de reconhecimento muito especial à Dr.<sup>a</sup> Vanda Belém que, para além de me ter facilitado o trabalho de consulta de fontes, proporcionando-me um horário mais dilatado no arquivo, me fez sentir em casa. Neste particular, estendo o meu reconhecimento à Dr.<sup>a</sup> Rosa Pereira. Graças a elas pude conhecer Angra e a Terceira na perspectiva de quem tem a cidade e a ilha como sua terra natal. Este conhecimento da ilha foi de grande importância para poder entender a cidade e as gentes que foram emergindo das fontes que consultei.

Dos amigos e colegas registo, com gratidão, a estima que sempre me testemunharam, os livros que puseram à minha disposição e as achegas que generosamente foram dando.

À minha família devo a compreensão pelas muitas ausências, o alento nas horas de desânimo e o apoio incondicional. Aos meus pais, a quem dedico o melhor que se encontrar nas páginas que se seguem, agradeço o terem confiado sempre nas minhas escolhas.

## RESUMO

Valorizadas pela demografia histórica, as fontes paroquiais oferecem possibilidades de exploração que não se esgotam no tratamento estatístico dos comportamentos demográficos das populações. Aplicando a metodologia da reconstituição de paróquias que tem a vantagem, sobre a clássica metodologia de Fleury-Henry, de reconstituir percursos individuais em contexto familiar sem deixar de fazer a reconstituição de famílias, procedemos ao levantamento, organização e exploração dos registos paroquiais da cidade de Angra para um período de mais de cem anos (1583-1700).

Por ausência de fontes elaboradas com o propósito de promover o estudo da população é comum a disparidade dos números com que se procuram medir os efectivos populacionais do período pré-estatístico. À incerteza dos números junta-se o desconhecimento do comportamento das diferentes variáveis que interagem na evolução demográfica das populações pretéritas. A reconstituição das paróquias de Angra abre caminho a que, a partir de fontes e metodologia, até agora, aplicadas fundamentalmente a contextos rurais, se possa conhecer a evolução e os comportamentos demográficos desta população que atravessou o século XVII num contexto urbano muito específico – o de cidade portuária situada na ilha que se havia transformado na chave do Atlântico. Potenciando a informação paroquial com recurso ao cruzamento de outras fontes – Constituições Sinodais, Actas de vereação e cronistas açorianos - pode avançar-se num conhecimento das gentes de Angra que não se esgota nos aspectos puramente demográficos. É possível evidenciar aspectos sociais, nomeadamente as actividades ocupacionais, a condição social, a presença de escravos e de estrangeiros, o reforço de laços sociais e os indícios de pobreza.

## RÉSUMÉ

Mises en valeur par la démographie historique, les sources paroissiales nous offrent des possibilités d'exploration qui ne relèvent seulement pas du traitement statistique des comportements démographiques des populations. En nous aidant d'une mise en œuvre de la méthodologie de la reconstitution des paroisses, qui, par rapport à la méthodologie classique de Fleury-Henry, présente l'avantage de reconstituer des parcours individuels dans un contexte familial, tout en faisant la reconstitution des familles, nous faisons le relevé, l'organisation et l'exploration des registres paroissiaux de la ville d'Angra au fil d'une période de plus de cent ans (1583-1700).

Faute des sources élaborées et mises au point dans le seul but de mener une étude de la population, elle s'avère fréquente la disparité des chiffres permettant de mesurer des effectifs liés à la population de la période pré-statistique. À l'incertitude des chiffres vient s'ajouter la méconnaissance du comportement des différentes variables, agissant ensemble sur l'évolution démographique des populations passées. La reconstitution des paroisses d'Angra ouvre la voie à ce que, à partir de quelques sources et d'une certaine méthodologie, appliquées jusqu'à présent à des contextes ruraux, on puisse connaître l'évolution et les comportements démographiques de cette population qui a traversé le XVII<sup>e</sup> siècle dans un contexte urbain très spécifique – celui d'une ville portuaire située sur l'île, devenue à l'époque la clé de l'Atlantique. Tout en rendant possible l'information paroissiale à l'aide de l'enchaînement d'autres sources – constitutions synodales, procès-verbal du conseil municipal, chroniqueurs açoriens – on peut bel et bien s'acheminer vers une connaissance des gens d'Angra, qui n'est pas limitée aux seuls aspects démographiques. On peut donc mettre en évidence des aspects sociaux, notamment les activités ayant trait aux occupations, la présence des esclaves et des étrangers, le renforcement des liens sociaux et les indices de pauvreté.

## **ABSTRACT**

The parochial sources, valued by the historical demography, offer possibilities of exploitation that go beyond the statistic treatment of the demographic behaviour of populations. By applying the methodology of parishes reconstitution, which has the advantage, over the classic methodology of Fleury-Henry, of reconstituting individual courses in a familiar context as well as of doing the reconstitution of families, we have made the survey, the organization and the exploitation of the parochial registers of the city of Angra for a period of over one hundred years (1583-1700).

Since there are no sources created with the purpose of promoting the study of the population, the disparity of numbers used in order to try to measure the effective numbers of the population, in the period before statistics existed, is common. Together with the uncertainty of the numbers there is the lack of knowledge concerning the behaviour of the different variable that interact in the demographic evolution of the populations of the past. The reconstitution of the parishes of Angra offers a chance to get to know, with the help of sources and methodology that, up until now, were mainly applied to rural contexts, the evolution and the demographic behaviours of this population which has crossed through the 17<sup>th</sup> century in a very specific urban context – the urban context of a port city situated on the island that had become the key of the Atlantic.

By making the parochial information stronger through the resort to other sources – Synodal Constitutions, Minutes of the town council and Azorean chroniclers – we can develop our knowledge of the people of Angra, which does not only concern purely demographic aspects. It is possible to evidence social aspects, namely the occupation activities, the social condition, the presence of slaves and foreigners, the reinforcement of social ties and the signs of poverty.

## INTRODUÇÃO

É notável a produção historiográfica sobre os Açores abrangendo os séculos XV a XX<sup>1</sup>. Contudo são escassos os estudos sobre as gentes açorianas quer na perspectiva demográfica quer na perspectiva da sociedade, sobretudo para os primeiros séculos da história do arquipélago.

Valorizadas pela demografia histórica, as fontes paroquiais oferecem possibilidades de exploração que não se esgotam no tratamento estatístico dos comportamentos demográficos das populações. Apontando a riqueza que se pode extrair do levantamento e exploração dos registos paroquiais, há muito que Dupâquier afirmava que a “demografia histórica está instrumentada para auxiliar a história social”<sup>2</sup>.

À semelhança do que é comum para o período pré-estatístico também os quantitativos com que se procuram medir os efectivos populacionais das ilhas açorianas se apresentam muito díspares. Por trás desta disparidade dos números adivinha-se um desconhecimento do comportamento das diferentes variáveis que interagem na evolução demográfica das populações pretéritas.

O desenvolvimento da Demografia Histórica, desde os anos 50 do século passado, traduzido no aparecimento de vários estudos de carácter monográfico e no consequente aperfeiçoamento de métodos e técnicas de análise, promoveu um importante avanço no conhecimento de populações desse passado.

---

<sup>1</sup> Testemunhos da grande produção historiográfica sobre os Açores são as publicações como as do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, as das revistas *Arquipélago* e *Insulana* ou a realização periódica de Congressos com a publicação das respectivas actas ou, ainda, no âmbito das exigências institucionais da carreira docente universitária, a realização de uma multiplicidade de trabalhos científicos, de que a Universidade dos Açores tem sido a grande impulsionadora.

<sup>2</sup> DUPÂQUIER, Jacques, “Demografia Histórica e História Social“ in MARCILIO, Maria Luiza, (org.), *População e Sociedade Evolução das Sociedades Pré industriais*, Vozes, Petrópolis, 1984, p. 29.

Graças ao contributo desses estudos é possível um melhor conhecimento da evolução dos comportamentos demográficos das gerações que se foram sucedendo no tempo. Continua, no entanto, a ser desigual o conhecimento que se tem para as diferentes zonas europeias e continua desproporcionado o conhecimento que se tem para antes e para depois do século XVIII.

Essas desigualdade e desproporção estão bem patenteadas na síntese apresentada por Michael W. Flinn em 1981 no seu *The European Demographic System, 1500-1820*<sup>3</sup>. Nesta síntese, que apesar dos anos volvidos continua a ter grande interesse pela visão de conjunto que oferece, o autor, recorrendo aos trabalhos de carácter monográfico conhecidos à época, apresenta vários indicadores demográficos (taxas de fecundidade legítima, intervalos genésicos, índices de ilegitimidade e concepções pré-matrimoniais, idade média ao primeiro casamento feminino e taxas de sobrevivência, entre outros) referentes a Alemanha, Bélgica, Escandinávia, Espanha, França, Inglaterra, Suíça, numa periodização que invariavelmente é: *antes de 1750; 1740-1790 e 1780-1820*.

Mesmo não dispondo de uma síntese que contemple os trabalhos que foram sendo conhecidos desde então, é sabido que muitos têm sido esses trabalhos. Além da notável produção a nível geral há que relevar a produção portuguesa (praticamente inexistente aquando da síntese de Flinn que não apresenta qualquer dado para Portugal), sobretudo a que utiliza a *reconstituição de paróquias*, que se tem feito no âmbito dos cursos de Mestrado em História das Populações e do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS) da Universidade do Minho.

---

<sup>3</sup> Utilizamos a tradução castelhana, *El Sistema Demográfico Europeo, 1500-1820* publicada em 1989.

Relativamente aos Açores, é graças à *reconstituição de paróquias* que hoje se pode conhecer melhor a evolução, em longa duração, da população e dos comportamentos demográficos das gentes do Sul do Pico<sup>4</sup>.

Contudo condicionados pela existência e qualidade das fontes utilizadas – os registos paroquiais - os trabalhos produzidos, tanto para o continente português como para os Açores, raramente tratam o século XVII.

Dispondo para Angra de registos de baptismo, casamento e óbito que, apesar de algumas lacunas numa ou outra paróquia da cidade, permitem uma cobertura do período que queremos estudar (1583 a 1700), tomámos como primeiro e grande desafio reconstituir as cinco paróquias citadinas para chegar ao conhecimento da evolução dos comportamentos demográficos dos angrenses ao longo desse período.

O método seguido para a organização e em certa medida para a exploração da informação foi o da *Reconstituição de Paróquias* – o método de Norberta Amorim. Método que, potenciado por recursos informáticos, permite organizar e explorar informação em quantidades massivas, como é o caso de Angra. Foram lidos e cruzados largos milhares de assentos de baptismo, casamento e óbito.

A enormidade dos números, exigindo uma dedicação a tempo inteiro com horas incontáveis de trabalho, e as dificuldades que se foram levantando trouxeram-nos momentos de desalento, de angústia, tantas vezes de temor de não conseguirmos levar a bom porto um trabalho que iniciámos com entusiasmo e com um elevado grau de expectativa. Expectativa de, a partir de fontes e metodologia aplicadas fundamentalmente a contextos rurais, podermos conhecer a evolução e os comportamentos demográficos de uma população que atravessou o século XVII em

---

<sup>4</sup> Esse conhecimento deve-se fundamentalmente aos trabalhos de Norberta Amorim: além de artigos divulgados em publicações da especialidade, dois livros (*Evolução Demográfica de três Paróquias do Sul do Pico 1680-1980* e em co-autoria com Alberto Correia, *Francisca Catarina 1846-1940 Vida e Raízes em S. João do Pico Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade*) que são uma referência, não só pelo que acrescentam ao conhecimento sobre a população, mas pela abertura de novas vias metodológicas.

contexto urbano. Século que, marcado de uma forma geral por crises, fomes, epidemias e guerras, continua a suscitar muitas interrogações pelo desconhecimento que subsiste quanto às áreas geográficas afectadas, à precisão dos períodos que determinaram a regressão populacional bem como dos factores a ela subjacentes.

Dada a forte interdependência existente entre os fenómenos demográficos e destes em relação aos factores de natureza económica, social, cultural e até ambiental procurámos, no estudo sobre Angra, inserir, para uma melhor inteligibilidade, os indicadores de natureza demográfica na realidade que sempre está por detrás dos números. Um quadro abrangente sobre o qual se pudesse estabelecer uma inter-conexão dos dados quantificados com o seu contexto histórico e com o conhecimento demográfico em geral.

Tirando partido dos dados qualitativos contidos nas fontes que usámos – registos paroquiais, actas de vereação e cronistas açorianos - procuramos avançar num conhecimento das gentes de Angra que não se esgote nos aspectos puramente demográficos.

Assim, neste estudo sobre as gentes de Angra, depois de se expor, em termos gerais, a situação de Angra face aos Açores e aos mundos envolventes no século XVII, começamos por evidenciar aspectos sociais, dando ênfase às actividades ocupacionais, à existência de escravos, à presença de estrangeiros, ao reforço de laços sociais através das relações matrimoniais e de compadrio e aos indícios de pobreza. Os aspectos demográficos, sendo inicialmente apresentados numa perspectiva quantitativa global, são, seguidamente, objecto de um estudo aprofundado através da análise do comportamento de cada uma das variáveis demográficas responsáveis pela evolução da população.

A análise demográfica começa com o estudo da Nupcialidade, variável influente que, condicionando a Fecundidade, está, no entanto, dependente de fenómenos demográficos como a Mobilidade (que intuímos ser de grande importância em Angra). Em segundo lugar procedemos ao estudo da Fecundidade (que pelos padrões socioculturais vigentes devia ser legitimada pelo casamento, pois os nascimentos fora do casamento eram tidos como exceções), cujos indicadores poderão além de encontrar justificação na Nupcialidade apontar para a influência de outras variáveis como são a Mortalidade e a Mobilidade diferenciais. Também o estudo destas duas variáveis – Mortalidade e Mobilidade - será tentado apesar das limitações que desde já antecipamos. A nossa base de dados, devido à inexistência de registo de óbitos dos indivíduos menores de sete anos, tem limitações insuperáveis para que possamos tirar partido de todas as potencialidades que a *Reconstituição de Paróquias* oferece.

## FONTES E METODOLOGIA

Pretendendo um estudo em que a população fosse tratada numa dupla perspectiva, a da sociedade e a da demografia, procurámos construir uma base empírica onde este estudo se pudesse alicerçar. Sabemos que os registos paroquiais, fontes susceptíveis de uma utilização estatística directa com grande interesse para a demografia quantitativa, permitem também aceder a informações de carácter qualitativo podendo por isso servir à história social. Assim, as primeiras fontes, as que mais privilegiámos foram os registos paroquiais – assentos de baptismo, casamento e óbito – constantes dos livros existentes para as cinco paróquias que no século XVII compunham a cidade de Angra. Reconstituir as cinco paróquias da cidade, para um período que ultrapassa um século, foi o nosso primeiro e grande desafio.

Sabemos também que os livros de vereações, contendo as actas das reuniões, os autos de eleição, as provisões dos diversos cargos dos oficiais concelhios, os autos de ajuntamento do povo para tomar conhecimento de assuntos do interesse geral, os termos de juramento e fiança, dão conta da actividade legislativa da câmara e da observância ou não das posturas municipais. Assim, tratando-se de uma fonte reconhecida como um instrumento indispensável para a elaboração da história administrativa, económica e cultural e para o conhecimento da vida quotidiana concelhia<sup>5</sup> afigura-se-nos de grande interesse pelo contributo que pode dar para esboçar um quadro à luz do qual se tornará mais inteligível a evolução demográfica registada que pretendemos caracterizar.

Sendo, no entanto, insuficientes as informações veiculadas quer pelos registos paroquiais quer pelas vereações procuramos dar maior consistência a esse quadro recorrendo ao *Arquivo dos Açores* e a cronistas açorianos, nomeadamente, Gaspar

---

<sup>5</sup> Cf. PEREIRA, António dos Santos, (introdução, transcrição e notas), *Vereações de Velas (S. Jorge 1559-1570-1571)*, SREC, DRAC, Universidade dos Açores/Departamento de História, 1984, p. 14.

Frutuoso, *Saudades da Terra*, Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Pe. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence*, Pe. António Cordeiro, *História Insulana* e ainda às obras de Francisco Drumond, *Anais da Ilha Terceira* e *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História dos Açores servindo de Suplemento aos Anais da Ilha Terceira*.

Recorremos também às Constituições Sinodais do Bispado de Angra feitas pelo Bispo D. Jorge de Santiago. Constituições que foram aprovadas em Sínodo Episcopal celebrado na Sé Catedral no ano de 1559.

## **1. As Fontes**

### **1.1. Os registos paroquiais**

Tendo como espaço temporal o século XVII, havia que definir, mais ou menos, balizas cronológicas para o nosso objecto de estudo e para o levantamento das fontes. Considerando que a partir dos finais do século XVI, devido a factores adversos como são as epidemias, o crescimento da população terá sido, de uma forma geral, interrompido para dar lugar a uma fase de estagnação ou de regressão caracterizadora do século XVII e que os Açores, pelo contrário, terão conhecido um enchimento populacional das suas ilhas<sup>6</sup> (embora Angra tivesse registado um decréscimo

---

<sup>6</sup> Apesar da raridade de estatísticas populacionais anteriores ao século XIX, o que está na origem da disparidade de estimativas, admite-se que nos finais do século XVI teria havido uma diminuição da população por todo o país em resultado das sucessivas crises de mortalidade que terão atingido, no entanto, mais umas regiões do que outras. A depressão, então iniciada, ter-se-á ajustado a toda a centúria. Porém, esta imagem depressiva não se aplicaria aos Açores no seu conjunto. Os dados disponíveis mostram, pois, que as 80 freguesias existentes no arquipélago nos finais de Quinhentos com uma população de 51.819 almas se haviam transformado, nos finais de Seiscentos, em 95 freguesias com um total de 85.166 almas. Interessante é relevar a posição relativa da ilha Terceira em relação ao arquipélago e de Angra em relação à ilha. Se em 1587 o número de almas da ilha Terceira constituía 33,6% das almas do arquipélago, em 1695, apesar de o número absoluto de almas não ter diminuído na ilha, essa percentagem descia para 21,04%. Torna-se, assim, evidente o enchimento das restantes ilhas do arquipélago. Nas mesmas datas, Angra tinha 48,3% e 41,3% das almas existentes na ilha (cálculos

populacional, seguindo tendência inversa à da Ilha Terceira), decidimos antecipar o início da nossa observação para o ano de 1583, por ser este o ano em que a Ilha Terceira foi por fim submetida ao domínio filipino. Prolongando o período a ser estudado até final da centúria de Seiscentos resolvemos, para maior solidez de algumas observações, que o levantamento dos assentos de baptismo, casamento e óbito terminasse por volta de 1700, 1750 e 1800 respectivamente.

Ao seleccionarmos os livros dos registos paroquiais verificámos que não existem registos que se apresentem com o mesmo grau de cobertura nas cinco paróquias da cidade<sup>7</sup>.

Assim, de acordo com os livros existentes para este período foi feito o levantamento dos registos paroquiais dentro dos limites cronológicos constantes do quadro seguinte:

**Quadro nº 1**  
**Limites cronológicos dos dados levantados e cruzados na base electrónica da cidade de Angra**

<b>Registos</b>	<b>Sé</b>	<b>Conceição</b>	<b>S. Pedro</b>	<b>St<sup>a</sup>. Luzia</b>	<b>S. Bento</b>
<b>Baptismo</b>	1583 – 1701	1583 - 1750	1584 – 1700	1621 – 1800	1583 – 1623 1719 – 1800
<b>Casamento</b>	1583 – 1750	1571 – 1750	1598 – 1750	1622 – 1800	1683 – 1800
<b>Óbito</b>	1583 – 1800	1600 – 1710	1623 – 1800	1694 – 1800	1707 – 1800

Como se pode verificar pelo quadro as lacunas existentes, em todos os tipos de registos, atingem diferentemente cada uma das paróquias da cidade.

---

com base no quadro inserto in GIL, Maria Olímpia, *O Arquipélago dos Açores no século XVII: Aspectos Socio-económicos: 1575-1675*, Castelo Branco, 1979, p. 319).

<sup>7</sup> É sabido que a generalização a partir do século XVI na Europa Ocidental e parte da Europa Central dos registos paroquiais não correspondeu à sua universalização, nem mesmo depois do Concílio de Trento. Além disso não se fizeram por toda a parte com o mesmo tipo de formulário nem tão pouco os redactores paroquiais se mostraram igualmente zelosos e sistemáticos. Mais a mais, as condições para que as fontes produzidas cheguem até nós podem ser favoráveis ou adversas. Bem ilustrativo disto é o quão variável é a cobertura a nível nacional, no caso português, no que respeita aos registos paroquiais. Veja-se a este propósito AMORIM, Maria Norberta, (coord.), *Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações. Um projecto interdisciplinar*, Universidade do Minho, 1995 e o *Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais*, 2 vols., Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1993-1994.

Os assentos de baptismo cobrem a totalidade do período considerado apenas em três das cinco paróquias: Sé, Conceição e S. Pedro. Em Santa Luzia e S. Bento, as duas paróquias mais pequenas, há lacunas significativas até 1620 e a partir dessa data até final do século XVII respectivamente.

Relativamente aos assentos de casamento continuam a ser as paróquias de Santa Luzia e de S. Bento, sensivelmente para os mesmos períodos dos baptismos, as que apresentam falhas mais significativas.

Quanto aos assentos de óbitos são os que apresentam maiores falhas. São praticamente inexistentes na paróquia de Santa Luzia e na de S. Bento só existem a partir dos primeiros anos do século XVIII.

Que informação nos foi veiculada pelos diferentes tipos de registos?

Tratando-se de registos paroquiais é sabido que a abundância ou escassez de informação passível de ser daí extraída depende muito dos formulários utilizados e do rigor com que os redactores paroquiais seguiam esses formulários. Qualquer que seja o tipo de registo considerado não houve, ao longo do período que aqui tratamos, alterações significativas no formulário. O rigor dos padres é que não foi uma constante.

Nos assentos de baptismo, além da data em que ocorre o baptismo (não a data de nascimento<sup>8</sup>), do nome da criança e da sua filiação (refere-se sempre, com raras excepções, se se tratava de filho legítimo, ilegítimo ou de pais incógnitos), o pároco menciona os padrinhos e de forma pouco regular a ocupação do pai. O levantamento dos padrinhos foi feito apenas na paróquia da Sé. No caso dos escravos adultos é referido a quem pertencem, por vezes mencionam a sua proveniência geográfica e a cor da pele.

---

<sup>8</sup> Observando-se o estipulado nas *Constituições Sinodais*, o baptismo devia ser recebido até aos primeiros 8 dias após o nascimento. Na Constituição quinta do título terceiro reza o seguinte: “Conformandonos com ho antigo costume deste nosso Bispado, é ainda geral de todo o Reyno: Mandamos que do dia que a criança nacer ao mais atee oyto dias primeiros seguintes, seu pay ou may, o quem dela o cargo tiuer, a faça baptizar na ygreja em cuja freiguesia viuer (...)”, pp. 8-9

Os assentos de casamento referem a identificação dos cônjuges de forma algo variável. Além dos respectivos nomes e do estado civil mencionam, quando solteiros as respectivas filiações, quando viúvos, não referindo a filiação, podem indicar ou não o nome do cônjuge de quem eram viúvos e a freguesia onde anteriormente eram fregueses. De forma também irregular é apontada a naturalidade dos nubentes e a profissão do noivo. A indicação das testemunhas é uma constante, mas o seu levantamento não foi feito.

Os assentos de óbito, os mais ricos de informação de natureza sociológica, além de não terem o registo dos que morriam antes dos sete anos, são os que apresentam maiores dificuldades para a cabal identificação do indivíduo. As informações contidas nestes assentos, além da identificação mais ou menos completa do defunto (que não indica a idade e que só de modo irregular refere o estado civil, a filiação, a ocupação, a naturalidade, se é residente ou forasteiro), reportam-se, de maneira quase constante, à recepção ou não dos sacramentos, às razões justificativas em caso de a recepção não ter tido lugar e ao local da sepultura. De forma algo irregular referem quem fez e não fez testamento, dando-nos conta da situação de posse ou não de bens por parte do(a) defunto(a). Quando havia testamento era, com alguma regularidade, indicado o nome do testamenteiro e em resumo as principais disposições testamentárias bem como o nome do tabelião. A não feitura de testamento quando referida era muitas vezes acompanhada de justificação. E as justificações mais usuais correspondiam a expressões como: *era pobre, era muito pobre, era mendigo de porta, não tinha de quê, era filho famílias, teve morte apressada.*

Comum aos três tipos de registos é a distinção da população escrava.

Os diferentes graus de imprecisão apontados a estas fontes, instrumento fundamental para o nosso trabalho, não serão descurados.

## 1.2. Os livros de vereação

Os sete livros de vereações da Câmara de Angra, existentes para o século XVII, embora não se apresentem de forma sequencial permitem-nos conhecer as preocupações dominantes do poder municipal em diferentes fases deste século que passou por vicissitudes tão diversas do ponto de vista da governação.

Assim, para o período em que o domínio filipino controlava os destinos do reino temos os livros das vereações respeitantes aos anos de 1602; 1608; 1609; e 1628 (neste caso só até Junho). Temos depois vereações para o período Pós-Restauração em que a consequente guerra com Espanha, bem como o novo xadrez político internacional, se reflectem nas vivências destas ilhas. Trata-se dos anos de 1647 a 1657. Dispomos ainda de um livro que, para finais do século, nos dá conta das vereações de 1699 e 1700.

## 1.3. As Crónicas

São obras vastas em que os respectivos autores apresentam factos respeitantes à história política, administrativa, militar, económica, social e eclesiástica do arquipélago. Começando, de um modo geral, com o descobrimento das ilhas, cada cronista vai apresentando os diversos sectores da vida e actividade dos ilhéus até à época em que o mesmo viveu. Gaspar Frutuoso, autor das *Saudades da Terra*, natural da ilha de S. Miguel viveu no século XVI (1522-1591); Frei Diogo das Chagas, natural da ilha das Flores, onde terá nascido no primeiro quartel de Seiscentos, viveu algum tempo em Angra onde chegou a ensinar Filosofia e Teologia no Convento de S. Francisco. A sua obra *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores* terá sido escrita de meados da década de 1640 a meados da década seguinte; o Pe. Manuel Luís Maldonado, autor da *Fenix Angrence*, natural de Angra, cidade onde também faleceu (n. 13/9/1644 – f. 14/10/1711), debruça-se particularmente, ao longo das muitas páginas com que

construiu a parte histórica da sua obra, sobre a história da Terceira e de Angra<sup>9</sup>. O Pe. António Cordeiro, autor da *História Insulana*, obra publicada nos inícios do século XVIII, foi também um homem do século XVII. Na sua obra usa informação pertinente deixada por Gaspar Frutuoso e transmite o seu testemunho vivo. Tendo vivido em Angra, saíra daí há anos (como ele mesmo confessa, há menos de 50 anos). Francisco Drumond, autor dos *Anais da Ilha Terceira* e dos *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História dos Açores servindo de Suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, natural da vila de S. Sebastião da ilha Terceira é um homem da primeira metade de Oitocentos. As suas obras, embora marcadas por uma visão comprometida da história, têm a vantagem de resultar de um trabalho de intensa pesquisa arquivística, nomeadamente nos arquivos camarários e paroquiais e de recorrerem, numa perspectiva crítica, a alguns dos cronistas açorianos que já referimos<sup>10</sup>.

## 2. Metodologia

Elegemos como instrumento metodológico fundamental a *Reconstituição de Paróquias*, método de Norberta Amorim<sup>11</sup>.

Ter *paróquias reconstituídas* significa ter assentos de baptismo, casamento e óbito organizados de forma a dispormos de um ficheiro de famílias e de um ficheiro de indivíduos o que nos permite seguir o percurso dos indivíduos em encadeamento genealógico.

---

<sup>9</sup> Ver, de M. Baptista de LIMA, o Prefácio à *Fenix Angrense*, ob. já cit., pp. 11–72.

<sup>10</sup> Ver, de José Guilherme Reis Leite, a Introdução a DRUMOND, *Os Apontamentos*, ob. cit., pp. XII–XXV.

<sup>11</sup> Para um conhecimento mais detalhado deste método e das possibilidades da sua aplicação deve ler-se, entre outros trabalhos da autora, *Guimarães 1580-1819 Estudo demográfico*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987, pp. 3 – 28. *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Universidade do Minho, 1991; e *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico –1680-1980*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 1992.

Para procedermos ao levantamento e organização dos dados fornecidos pelas fontes paroquiais, de molde a obter os ficheiros pretendidos, foi necessário percorrer um longo caminho e aproveitar recursos humanos e materiais que encontramos no NEPS e no Arquivo de Angra<sup>12</sup>. Efectivamente pelo volume dos assentos existentes, mais de 70.000, o levantamento da informação fez-se manualmente, a partir dos livros originais, no próprio Arquivo de Angra com recurso à mão-de-obra de tarefeiros que tinham conhecimentos suficientes para ler os assentos e fora do Arquivo fez-se recorrendo aos microfiches dos livros. Assim, para as paróquias da Conceição, S. Pedro, Santa Luzia e S. Bento, o levantamento, sendo feito no Arquivo, foi acompanhado por nós de forma a podermos ter segurança nos dados que iam sendo levantados. E o levantamento para a paróquia da Sé, a mais populosa das paróquias da cidade, foi feito por nós recorrendo aos registos microfilmados. Este meio, permitindo-nos o levantamento fora do Arquivo, requer que os assentos ilegíveis, verdadeiras manchas negras nos microfiches, sejam anotados de forma que numa posterior ida ao Arquivo os originais ajudem à necessária leitura. Durante cerca de um mês com um trabalho em ritmo intensivo pudemos, aí, não só resolver os casos de ilegibilidade que nos tinham surgido como levantar a informação do livro de casamentos de 1645 a 1665, que dado o seu estado de deterioração não se encontra disponível para consulta ao público.

Quanto à organização da informação, que exige o cruzamento dos dados levantados nos assentos de baptismo, casamento e óbitos, foi feita fundamentalmente fora do Arquivo. À primeira fase, que, trabalhando os assentos de baptismo, reconstituiu famílias fazendo constar de uma mesma ficha todos os filhos nascidos dos mesmos

---

<sup>12</sup> Os referidos recursos foram-nos facultados graças ao apoio concedido pela Direcção Regional da Cultura dos Açores e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito dos projectos *Informatização Normalizada de Arquivos Reconstituição de Paróquias e História das Populações* (projecto financiado pelo Programa PRAXIS XXI) e *Espaços Rurais e Urbanos. Micro-análise de comportamentos demográficos, de mobilidades geográfica e social e dinâmicas culturais – sécs. XVI-XX* (projecto financiado pelo Programa Sapiens)

progenitores, seguiram-se as etapas de cruzamento dos casamentos e dos óbitos. Se para a paróquia da Sé procedemos directamente a esse cruzamento para as restantes paróquias o cruzamento dos dados relativos ao casamento e ao óbito foi feito fora do Arquivo graças à prestimosa ajuda do NEPS.

Construídas, assim, as bases de dados de cada uma das diferentes paróquias passou-se do formato manual ao formato electrónico e procedeu-se à sua agregação. Da agregação dos ficheiros de Família das cinco paróquias resultou uma base única onde constam as famílias que habitavam a cidade. Nesta base cada família está referenciada à paróquia a que pertencia, i.e. à paróquia onde por norma registavam os actos que protagonizavam: baptismos, casamento ou óbito. Esta agregação requereu um trabalho prévio de cruzamento interparoquial. Muitas famílias transitavam de umas paróquias para as outras com alguma frequência. De facto, deparámos com casos de trânsito interparoquial muito diverso. Temos famílias: - com vários filhos cujos assentos de baptismo estão distribuídos, de forma intercalada, por duas ou mais paróquias da cidade; - em que o casamento se realizara numa paróquia diferente daquela ou daquelas onde se registam os baptismos dos filhos e em que o óbito de um ou dos dois cônjuges aparece, ainda, numa outra paróquia. Não podendo figurar a mesma família em todas as paróquias, tivemos que estabelecer critérios para decidir a paróquia a que a dita família ficava a pertencer. Assim, considerámos que a paróquia da família seria aquela onde houvesse maior número de actos registados. Em caso de empate prevalecia a paróquia onde tivera lugar o primeiro acto.

Para o cruzamento interparoquial, o ficheiro, resultante da agregação dos cinco ficheiros paroquiais construídos em DBASE III, foi importado para ACCESS o que, permitindo filtrar a informação, ajudou a agilizar o processo de pesquisa necessário para juntar numa mesma ficha electrónica os indivíduos que pertencendo à mesma família

estavam dispersos por diferentes paróquias. Nesta fase vimos plenamente justificada a decisão que havíamos tomado de normalizar a grafia dos nomes. Manter as Brites, Beatriz, os Pêro, Pedro os Melchior, Belchior, ou os Betancor, Betencourt, entre muitos outros casos, teria servido apenas para elevar falsamente o número de famílias existentes. O cruzamento interparoquial, foi um trabalho moroso, não só porque no somatório das paróquias contávamos com mais de 20.000 famílias, mas porque este trabalho não pode ser automatizado. Requer uma observação minuciosa de cada uma das famílias, não só para eliminar a possibilidade de duplicação, mas para acautelar o risco de se considerar como uma única família casais que são apenas homónimos.

Sobre este ficheiro de Famílias, que engloba toda a cidade, continuámos o trabalho de cruzamento dos óbitos na tentativa de localizarmos indivíduos que, devido à sua mobilidade dentro da cidade em diferentes etapas da vida, podem ter falecido em paróquia diferente daquela onde constam enquanto membros de uma dada família. Apesar deste procedimento a insuficiência de elementos de identificação dos defuntos, dificultando ou impedindo mesmo, em muitos casos, que um determinado indivíduo seja identificado como alguém que já existe no ficheiro de Famílias, obrigou à criação de um ficheiro de Defuntos.

Assim, como base de trabalho, resultante do cruzamento da informação paroquial, temos um ficheiro de Famílias, um ficheiro de Indivíduos (criado a partir do desdobramento do ficheiro de Famílias e onde constam todos os indivíduos com data de nascimento conhecida), um ficheiro de Defuntos, um ficheiro de Padrinhos (só para a paróquia da Sé) e um ficheiro de Expostos (que tendo a mesma estrutura do ficheiro de indivíduos pode ser-lhe acrescentado e onde constam, além dos filhos de pais incógnitos, os escravos baptizados em adultos).

As falhas, que anteriormente referimos, não devendo ser esquecidas, não inviabilizam, contudo, o estudo que pretendemos. De facto, pelo cruzamento da informação proveniente de cada tipo de registo, conseguimos obter um número significativo de famílias cuja reconstituição se pode apresentar bastante completa. E se a inexistência de um ou outro tipo de registos, num ou noutro período, retirando a possibilidade de se conhecerem, em parte ou na totalidade, os membros de algumas famílias, diminui o tamanho da amostra, não impede que esta tenha representatividade no conjunto da cidade. A totalidade das famílias reconstituídas, estejam elas atingidas ou não pelas lacunas referidas, foi submetida a um trabalho cuidadoso que, analisando família a família, fez a despistagem dessas situações. O trabalho assim desenvolvido conduziu à classificação das famílias em sete tipos diferentes, conforme a metodologia da *reconstituição de paróquias* estabelece<sup>13</sup>. As famílias assim classificadas serão utilizadas diferentemente no cálculo de diversos indicadores dos comportamentos demográficos.

Apontadas as limitações decorrentes dos diversos constrangimentos tentaremos obviá-las recorrendo, conforme seja mais apropriado e seguro, aos ficheiros existentes: Famílias, Indivíduos, Expostos<sup>14</sup> e Defuntos. Os procedimentos utilizados serão explicados em cada capítulo sempre que necessário.

Além do comportamento de cada uma das variáveis demográficas o levantamento feito permite dispor de séries de nascimentos, casamentos e óbitos (estes lamentavelmente só para os indivíduos com sete ou mais anos o que inviabiliza qualquer estudo da mortalidade infanto-juvenil). Estas séries são fundamentais para

---

<sup>13</sup> AMORIM, Maria Norberta, *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Universidade do Minho, Braga, 1991, p. 31.

<sup>14</sup> Sob a expressão “Expostos”, que usámos para denominar um dos ficheiros, estão as crianças que ao baptismo eram declaradas enjeitadas ou filhas de pais incógnitos. Não se encontraram casos de crianças em que quem as dava a baptizar declarasse que as havia encontrado abandonadas. Em alguns casos é a própria parteira que as apresenta para serem baptizadas.

podermos perspectivar, pelo volume dos actos registados, a tendência evolutiva desta população. Procuramos ultrapassar as lacunas detectadas nos assentos calculando factores de correcção adequados a cada situação.

Pelo exposto constata-se que os registos paroquiais, quando organizados segundo a metodologia da *reconstituição de paróquias*, além das datas de baptismo, casamento e óbito e das relações genealógicas, informação necessária para as observações de âmbito demográfico – natalidade, nupcialidade, mortalidade, mobilidade – fornecem também dados de natureza sociológica. Para muitas famílias temos a indicação da naturalidade de um ou de ambos os cônjuges, a profissão do progenitor masculino ao casamento, ao baptizado de filhos e ao óbito do próprio ou da esposa, se realizou um ou mais casamentos, se ao óbito era pobre, se fez ou não testamento, se recebeu ou não os sacramentos, o local de enterramento. Pistas para observar, por exemplo, se as ocupações seguem ou não uma lógica de adequação ao momento. A inconstância da ocupação dos indivíduos ao longo da vida pode ser um indicador de mudanças a nível das funções que se exigem à cidade ou de uma certa mobilidade social.

Assim, este método além de permitir, através da microanálise, observar a variação no tempo do número de efectivos de uma população, a sua estrutura e os mecanismos subjacentes à sua dinâmica oferece, ainda, a vantagem de se dispor de uma base de dados que faculta a possibilidade de acompanhar, não só do ponto de vista demográfico aqueles que habitaram a cidade no século XVII, mas também os grupos que constituíam a sociedade e as suas relações mútuas. De facto explorando a riqueza da informação contida nos registos paroquiais este método permite passar de uma demografia geral de comunidade para uma demografia social diferencial oferecendo

assim, como defendia Dupâquier<sup>15</sup>, a possibilidade de o campo da demografia histórica se alargar de forma a construir-se a história social. Esta possibilidade, podendo ser potenciada na medida em que a base de dados está aberta ao cruzamento de outras fontes, constitui um desafio futuro.

---

<sup>15</sup> DUPÂQUIER, in MARCILIO, Maria Luiza, (org.), *População e Sociedade Evolução das sociedades pré-industriais*, Vozes, Petrópolis, 1984, p. 29.

## ANGRA: “AONDE RESIDE O CORAÇÃO E O GOVERNO DE TODAS AS ILHAS DOS AÇORES”

“A cidade de Angra assim ditta, a respeito de seu porto aonde tem o cais em hua grande angra, ou Bahía, em que Ancoram grande numero de nauios.”

Frei Diogo das Chagas<sup>16</sup>



Mapa da cidade de Angra na Ilha Terceira, Gravura de *Itinerário*, 1596<sup>17</sup>

Angra do Heroísmo, hoje cidade Património Cultural da Humanidade<sup>18</sup>, fica na costa Sul da ilha Terceira, uma das nove ilhas que constituem o arquipélago dos Açores

<sup>16</sup> Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, com Direcção e Prefácio de Artur Teodoro de MATOS, 1989, p. 228.

<sup>17</sup> Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário*, 1596, obra onde se “encontra uma descrição detalhada da Ilha Terceira e um relatório vivo dos acontecimentos que ocorreram nos Açores durante a estadia do autor”. Linschoten terá aí chegado, vindo de Goa, em 1589 e durante os dois anos da sua permanência pode reunir dados de outros viajantes para completar o seu *Itinerário*. Gravura e informação retiradas do site [www.gzcah.pt/album/linschot](http://www.gzcah.pt/album/linschot).

<sup>18</sup> A inscrição de Angra do Heroísmo na lista do Património Mundial, desde Dezembro de 1983, deu-se na sequência das obras de preservação a que foi submetida a sua zona histórica depois da destruição provocada pelo violento sismo de 1 de Janeiro de 1980 que, atingindo fortemente as ilhas do grupo central, Terceira, Graciosa e S. Jorge, destruiu muitas das suas povoações.

que foi descoberto pelos portugueses no século XV<sup>19</sup>. A sua elevação a cidade (a primeira a ter tal categoria no arquipélago) foi feita por alvará de D. João III, em 21 de Agosto de 1534.

Desempenhando um papel relevante na história nacional, em fases como a da Ocupação Filipina, a da Restauração<sup>20</sup> e a das lutas que opuseram liberais a absolutistas<sup>21</sup> foi, fundamentalmente, a sua condição de cidade portuária que lhe conferiu importância e dinamismo sobretudo entre os séculos XVI e XVIII<sup>22</sup>.

A condição portuária deve-a Angra, “pequena baía” rente ao mar, abrigada pelas suas colinas, à convergência, entre outras, de duas circunstâncias muito importantes – a existência de uma enseada navegável e abrigada dos ventos e as possibilidades defensivas do lugar. Características que encontramos referidas na seguinte passagem da *História Insulana* do padre António Cordeiro:

---

<sup>19</sup> Não há unanimidade entre os historiadores quanto à data do descobrimento das diversas ilhas açorianas. A ilha Terceira, ilha de Jesus Cristo, terá sido a terceira a ser descoberta ainda antes de 1450. A este propósito veja-se “Açores” in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1981; e de MARQUES, Alfredo Pinheiro, “A Cartografia e o Descobrimento dos Açores” in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Actas do colóquio realizado nas ilhas do Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997, Núcleo Cultural da Horta, Horta, 1998, pp.41-80.

<sup>20</sup> Como reconhecimento pelo papel desempenhado por Angra na resistência aos espanhóis quer aquando da ocupação quer aquando da Restauração, D. João IV conferiu-lhe o título de “A sempre nobre e leal cidade de Angra”.

Sobre o desempenho da Terceira e especificamente de Angra no contexto da resistência à ocupação Filipina veja-se, entre outros, MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590) I – A Resistência Terceirense e as Implicações da Conquista Espanhola*, IHIT, Angra do Heroísmo, 1987.

<sup>21</sup> Angra passou a ser do Heroísmo no século XIX como reconhecimento pelo papel que a cidade desempenhou no processo de resistência ao absolutismo miguelista e de instauração do liberalismo

<sup>22</sup> Partilhando da situação geoestratégica do arquipélago nas comunicações intercontinentais, o papel relevante desempenhado por Angra “Dans l’histoire des explorations maritimes des XVe et XVIe siècles qui permirent la communication entre les grandes civilisations de l’Afrique, de l’Asie, de l’Amérique et de l’Europe...”, pesou a favor do seu reconhecimento como cidade Património Mundial, feito pela UNESCO em Dezembro de 1983. Foi considerando que “le port d’Angra, escale obligatoire des flottes de l’Afrique et des Indes en plein Océan Atlantique, est l’exemple éminent d’une création liée à la fonction maritime, dans le cadre des grandes explorations” e que “...Angra do Heroísmo est directement et matériellement associée à un événement ayant une signification historique universelle: l’exploration maritime qui permit les échanges entre les grandes civilisations de la planète” que o ICOMOS recomendou a sua inscrição na lista do Património Mundial. Cf. recomendação do ICOMOS, de Junho de 1983, in Anexo à Acta da Primeira Reunião de 1984. A classificação da cidade de Angra na Lista do Património Mundial da UNESCO. Relatório do sócio do Instituto Álvaro Monjardino” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLII, Angra do Heroísmo, 1984, pp. 485 – 486.

“Começa pois Angra com a sua bahia, que fica entre o Castello de São Sebastião, ou Porto das pipas, da parte do Oriente, & o outro Castello, ou praça grande de São João Baptista, que só distaõ hum pequeno quarto de legoa entre si, & he bahia capaz de grandes frotas que se recolhem, & provem alli com toda a segurança de quaesquer inimigos, (...) & o anchoradouro he limpo de cachopos & bancos de area, & firmão nelle as anchoras tam seguramente, que nunca arrastão, & só quebrando, desemparaõ o navio; fica porèm este porto em direitura ao Sueste, a quem chamão lá o vento Carpinteyro, porque algumas vezes he taõ rijo, que se as amarras não são boas, & de bom fio, as faz arrebentar, & dà com a embarcação no areal (...), & sempre a gente se salva, & ainda parte da carga”<sup>23</sup>.

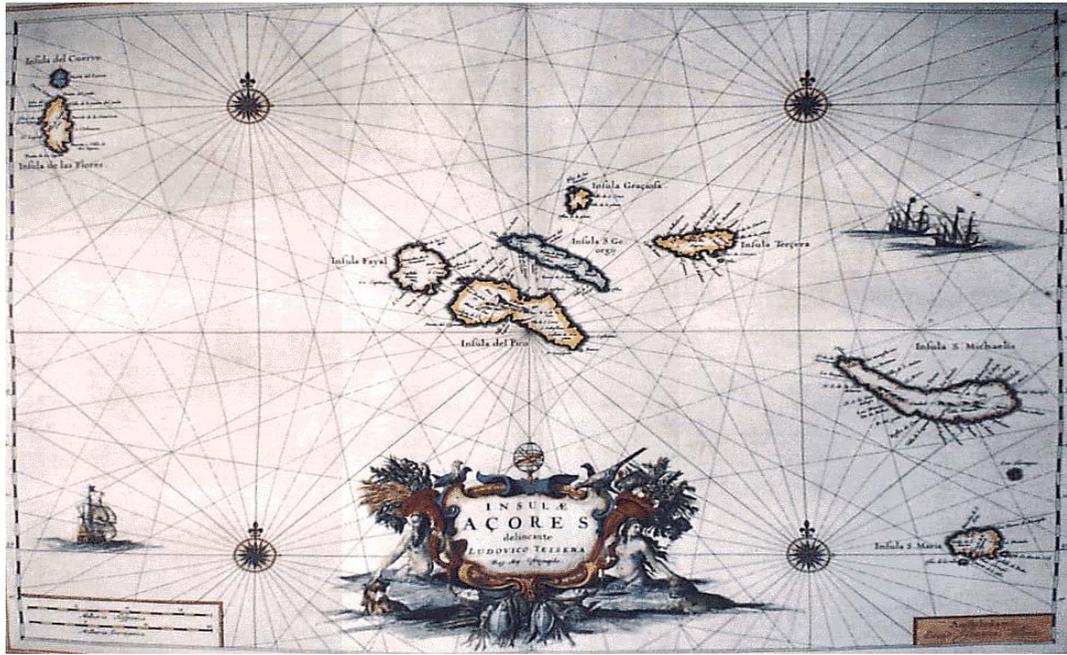
É sabido que as embarcações que faziam escala nos Açores, o faziam sobretudo na Terceira, “a universal escala do mar do Poente e por todo o mundo celebrada” de que falava, no século XVI, Gaspar Frutuoso. Na Terceira a escala era feita mais precisamente em Angra que oferecia, no Atlântico a meio caminho entre a Europa e a América, o abrigo seguro e protector da sua “angra”<sup>24</sup>.

Houve, seguramente, além das condições geográficas favoráveis, factores de ordem diversa (politico-administrativos, económicos, demográficos) que condicionaram a evolução desta cidade. Assim, qualquer estudo sobre Angra, procurando chegar à individualização do seu suceder histórico, mesmo que numa perspectiva de história local, requer uma abordagem que atenda ao seu enquadramento tanto no espaço insular como no espaço intercontinental em que o arquipélago, desde cedo, se inseriu.

---

<sup>23</sup> CORDEIRO, Padre António, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, Região Autónoma dos Açores, SREC, 1981 [fac-símile da edição princeps de 1717], p. 269.

<sup>24</sup> “Nos Açores a opção das carreiras ultramarinas pela paragem em Angra decorre certamente da segurança do ancoradouro e do desenvolvimento da economia. Estas variantes determinam a funcionalidade da escala, propiciando a defesa dos navios contra a inclemência do tempo e a assistência dos homens contra a privação e a doença”, MENESES, Avelino de Freitas de, “Os Açores na História do Atlântico Sustentáculo da aproximação dos mundos e acervo de património cultural submarino”, in *Arquipélago – História*, Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, vol. II, 1997, p. 26, nota de rodapé nº 24.



Mapa dos Açores ou das “ilhas Flamengas”, gravura de Joannes Blaeu, 1651<sup>25</sup>

## 1. Angra, os Açores e os mundos envolventes no século XVII

Quando chegamos ao século XVII os Açores, senhorio português desde o século XV, já haviam percorrido um longo processo histórico. Os mais de 150 anos que medeiam entre as primeiras viagens, em que o Infante D. Henrique mandara lançar alguns animais, e o período que agora nos propomos estudar foi tempo para se proceder ao povoamento, organização e exploração destes novos espaços insulares. Espaços que, nunca tendo sido povoados, requeriam o “transporte de gente, animais, plantas, instrumentos, alfaias e técnicas, com a finalidade de erguer em territórios virgens as estruturas e os mecanismos de produção adequados”<sup>26</sup> Efectivamente para aí se transportaram modelos administrativos e económicos que tinham por base as estruturas sociais e económicas da metrópole.

<sup>25</sup> Gravura retirada do site [www.gzcah.pt/album](http://www.gzcah.pt/album)

<sup>26</sup> GIL, Maria Olímpia, *O arquipélago dos Açores no século XVII. Aspectos socio-económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, 1979, p.37. Para os séculos XV e XVI, no que respeita à organização e exploração dos Açores nos seus aspectos populacional, económico e socio-cultural veja-se de SANTOS, João Marinho dos, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, Angra do Heroísmo, DRAC, 1989.

Entregues, desde início, a um donatário – o Infante D. Henrique que, sendo o mestre da Ordem de Cristo, também tinha o domínio espiritual – com a obrigação de promover o seu povoamento e aproveitamento económico, os Açores acabaram por vir a ser integrados, em 1495, na Coroa por vontade do rei D. Manuel I (que os recebera em 1485 quando ainda era duque de Beja). Se primeiramente a Coroa entendeu que doar o arquipélago em donataria seria uma forma de garantir o seu povoamento e exploração sem submeter o erário régio a grandes encargos, com o decorrer dos tempos a sua atitude foi-se alterando. Face ao comportamento pouco cuidadoso de donatários e capitães- donatários<sup>27</sup> e dada a crescente importância económica e geo-política do arquipélago, o poder régio tornou-se progressivamente mais interventivo. O movimento de centralização do poder régio, que se vinha afirmando na Europa e que em Portugal se acentuou com D. João II, não deixou de se fazer sentir nos Açores. Apoiar e defender os poderes municipais ao mesmo tempo que se procurava materializar uma maior interferência do poder central na administração local, fazia parte da lógica centralizadora do poder real. Assim se compreende que, como é referido na *Fenix Angrence*<sup>28</sup>, que em 1470, quando a ilha já “logrou vinte annos de pouoação” e em que já estando “tão multiplicada de moradores” se tinham instituído “nella as villas da Praja, e Angra” e cada uma destas vilas se governava já com os seus “respublicos” e no “spiritual com quazi todas as parochias que nella se achão”. É na mesma lógica centralizadora que se inscreve a criação, em 1503, da corregedoria dos Açores que mais não era do que uma forma de o poder central fiscalizar e limitar o poder local. A forte

---

<sup>27</sup> Com a obrigação de povoar e explorar ao donatário eram conferidos muitos privilégios e direitos o que lhe permitia uma completa jurisdição. Porém os sucessivos donatários permanecendo no reino, longe do arquipélago, acabaram por dividi-lo em capitánias e entregá-las a capitães por si nomeados (os capitães do donatário ou capitães-donatários) que nas ilhas, detentores de amplos direitos delegados pelo donatário, deviam assegurar o desenvolvimento. Porém, tal como o donatário, os capitães-donatários também não se deslocaram para o arquipélago. Para obviar tal situação criou-se o cargo de Ouvidor do capitão-donatário a quem cabia cuidar da jurisdição do capitão, administrar os bens e receber as rendas.

<sup>28</sup> MALDONADO, Pe. Manuel Luís, ob. cit., vol. 1º, p. 83

autoridade de que gozaram os capitães no século XV foi sendo limitada, quer pelo progressivo controlo e fiscalização dos agentes do poder central, quer pelo desenvolvimento da organização municipal. A dispersão pelas suas nove ilhas terá contribuído para reforçar a autonomia dos espaços políticos locais e o papel dos municípios. Coexistindo as capitánias, os concelhos e os funcionários régios, representavam, todavia, poderes que frequentemente entravam em conflito e que criavam resistências uns aos outros<sup>29</sup>.

E o reconhecimento da importância do arquipélago, enquanto guarda avançada no Atlântico na defesa do monopólio português, tornou-se evidente sempre que os monarcas o dotaram de estruturas, adequadas a esse fim, tais como: a *armada das ilhas* criada por D. Manuel I, o *regimento para as naos da Índia nos Açores*, dado pelo mesmo rei em 1520, a criação, em 1527, da *Provedoria das Armadas*, por D. João III e ainda, por este monarca, a criação do cargo de *Provedor da Fazenda* provavelmente em 1536<sup>30</sup>.

O papel da Terceira e de modo particular o de Angra, onde se vinham sediando as estruturas de apoio, como ponto de escala confere-lhe uma importância estratégica que, como refere o Pe. Cordeiro, “chegado pois o tempo em que Castella entrou no governo de Portugal, & que enfim entrou na Ilha Terceyra, fez o prudente Filipe II tal conceyto de quanto lhe importava esta ilha, como cabeça das mais, & tal juizo do sobre descripto monte do Brasil, que logo logo tratou de fundar nelle hum castello, que não só

---

<sup>29</sup> Ver SOUSA, Paulo Silveira, “O lugar dos arquipélagos da Madeira e dos Açores no espaço político e administrativo português durante o Antigo Regime” in OLIVEIRA, César (dir.) *História dos Municípios e do poder local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Circulo de Leitores, 1996, pp. 105-113

<sup>30</sup> Como consta da *Fenix Angrence*, até ao ano de 1520 as Alfândegas das Ilhas eram governadas por um juiz contador por ordem do qual corriam as “expedições das despesas e receitas da fazenda Real”. MALDONADO, ob. cit., vol. 1º, p. 188

lhe defendesse a Terceyra, mas ainda as mais Ilhas, ou as restaurasse ao menos, se por inimigos fossem entradas”<sup>31</sup>.

Por tudo isto, Angra reconhecida já no século XVI, como mostram as palavras de Gaspar Frutuoso, como a cidade “aonde reside o coração e o governo de todas as ilhas dos Açores” continuaria a sê-lo ao longo da centúria de Seiscentos. Se o governo municipal continuou, no tempo dos Filipes e no pós- Restauração, a pertencer ao Senado da Câmara (que, na forma das Ordenações do Reino, era feito por pelouros anuais em que entravam 2 juizes ordinários, dos mais importantes e zelosos cidadãos, 3 vereadores, um procurador do concelho, tesoureiro e escrivão, que era ofício de propriedade dado pelo Rei), o poder central, além dos corregedores (os 13 que foram nomeados no tempo dos Filipes e os 17 que foram chegando depois, até final da centúria) e dos provedores da fazenda (11 enquanto durou o domínio espanhol e mais 15 depois da Restauração, alguns dos quais acumularam funções de corregedor), passou, desde então, a nomear governadores do castelo (8 governadores, no tempo dos espanhóis, se seguiram aos 3 Mestres de Campo que foram nomeados, primeiramente, para garantir um domínio que tanto custara a impor). Filipe II, apesar de Angra ter sido a capital da resistência ao seu domínio, escolheu-a para centro político do arquipélago, aí instalando o governador, mestre de campo Juan de Urbina, em 1583, cuja acção apresentava uma feição inicialmente mais centralizadora. E após a Restauração, D. João IV, a pedido dos procuradores de Angra às Cortes de 1653, acedeu, atendendo à lealdade terceirense e reservando-se a possibilidade de mudar se a situação política o exigisse (mas consultando sempre a Câmara de Angra), a que no arquipélago não houvesse vice-rei nem governador-geral. Mantinha-se o esquema da administração em vigor: “por ser o mesmo com que criaram as ilhas” os antigos monarcas<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> CORDEIRO, Pe., ob.cit., p. 265.

<sup>32</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 2ª ed., vol. V, Editorial Verbo, 1982, p. 93

Devido à sua situação geográfica no Oceano Atlântico a ocidente de Portugal, os Açores, apesar da sua pequena dimensão (configuram um rectângulo com cerca de 600 Kms no sentido Este/Oeste e 375 Kms no sentido Norte/Sul), desde muito cedo começaram a desempenhar um papel relevante na história das navegações.

Durante os séculos XV e XVI foram as viagens de exploração para Sul e para Ocidente que conferiram aos Açores um papel de relevo. Ao longo do século XV a exploração da Costa Africana teve, neste arquipélago, uma importante base de apoio, pois nas viagens de retorno as armadas tinham aqui uma escala segura onde se podiam reabastecer. Ainda no século XV é paradigmático o facto de o próprio Colombo, que em demanda da Índia, achou o continente americano ao serviço dos reis católicos, ter permanecido com os seus navios, aquando do regresso da sua primeira viagem, algum tempo em Santa Maria. De igual modo e no que concerne à Terceira é de referir que, depois de ter chegado à Índia por mar em 1497, Vasco da Gama na viagem de retorno “com as naos que della vinhão por necessidade demandou estas Ilhas em razão do seguro da viagem”, e de como “de ordinario tomavão nesta provimento”, começando assim a “Ilha a participar, da joias, e riquezas daquele novo mundo”<sup>33</sup>.

No século XVI, na sequência das descobertas feitas por Colombo e por Vasco da Gama nos finais da centúria precedente (descobertas que permitiram a definição das rotas oceânicas – a Rota do Cabo e la Carrera de las Índias - as grandes rotas marítimas do que viria a ser o primeiro sistema mundial, definindo um novo complexo histórico-geográfico<sup>34</sup>), tornou-se evidente e relevante a intercontinentalidade dos Açores.

O regime de ventos e de correntes oceânicas no Atlântico ao imporem a passagem das embarcações pelo arquipélago, no regresso das viagens da costa de

---

<sup>33</sup> MALDONADO, *Fenix Angrence*, já cit, vol 1º, p. 132

<sup>34</sup> BRAUDEL, Fernand, *A Dinâmica do Capitalismo*, Editorial Teorema, Lisboa, 1985. GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, 2ª edição, Volume IV, Editorial Presença, 1983, pp. 207-223.

África, do Oriente e das Américas, garantiram-lhe um papel de escala quase obrigatória até à época da navegação a vapor<sup>35</sup>. E a posição geográfica das suas ilhas foi, em grande parte, determinante para a história dos Açores. Composto por nove ilhas, nove pequenos e diferenciados territórios, cuja natureza geográfica<sup>36</sup> parece fadar para o isolamento, este arquipélago acabou graças à mesma geografia, que o situa no Atlântico, por ter uma importante participação nas ligações intercontinentais.

Este carácter dual – isolamento, abertura – que a geografia imprimiu aos Açores, coloca-os à partida em duas situações opostas – periferia e centro – que a história ao longo dos tempos procurou conciliar e que marcaram de forma indelével a vida no arquipélago<sup>37</sup>. Se por um lado a situação de isolamento potenciou a cristalização de práticas e representações, por outro lado a sua posição intercontinental destinou-lhe um importante papel na aventura expansionista de que resultou, no dizer de Boxer, “para o melhor e para o pior, a ligação dos ramos separados e distantes da grande família humana”<sup>38</sup>. Ou, como sustenta Maria Olímpia Gil, as ilhas, pequenos territórios fechados sobre si mesmo, sofrendo de um isolamento que lhe advém da sua situação geográfica, viram na abertura às correntes do exterior um imperativo de sobrevivência. “Daí a persistência de contrastes a marcarem profundamente a vida no arquipélago (...). Os arcaísmos coexistindo com os índices mais significativos de progresso”<sup>39</sup>.

Foram os aspectos geo-estratégicos que, na perspectiva de vários autores, deram relevância aos Açores, determinando o seu devir histórico. Para autores como Carlos

---

<sup>35</sup> Cf. *Atlas Histórico*, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, p. 329

<sup>36</sup> Dos vários estudos sobre a geografia dos Açores veja-se SANTOS, João Marinho dos, *Os Açores nos sécs. XV e XVI.*, DRAC, Angra do Heroísmo, 1989.

<sup>37</sup> Sobre esta ambivalência do arquipélago é ilustrativo o artigo de RILEY, Carlos Guilherme, “O Corvo - um Lugar à Margem (histórias de perifericidade insular)” in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*, Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993, Horta, 1995, pp. 57-70. Para as noções de Centro e Periferia veja-se SHILS, Edwards, *Centro e Periferia*, trd. Portuguesa, Lisboa, Difel, 1992.

<sup>38</sup> Cf. BOXER, Charles, R., *O Império Colonial Português (1415-1825)*, 2ª edição, Edições 70, Lisboa, 1981.

<sup>39</sup> Maria Olímpia Gil, *O Arquipélago dos Açores no século XVII*, já cit., p. 11

Riley<sup>40</sup>, os espaços insulares “valem em si mesmos como faróis e escalas naturais de apoio à navegação independentemente das potencialidades económicas que determinam a sua ocupação e exploração sistemática por parte de um núcleo fixo de habitantes”<sup>41</sup>. Este autor chama a atenção para o facto de o próprio processo de povoamento efectivo das várias ilhas, que foi tão dilatado no tempo, apontar para um ritmo que era condicionado pela necessidade de se irem integrando as diversas ilhas nas rotas inter-regionais e intercontinentais da navegação atlântica. Assim, quando a navegação se circunscrevia à zona mauritana e guineense estavam ocupadas e com pouca gente apenas as ilhas de Santa Maria e de S. Miguel. Quando se começou a desenhar a rota da Mina e do Congo, na sequência dos avanços para o Atlântico Sul, no último quartel do século XV, foi a vez de arrancar o povoamento das ilhas do grupo central – Terceira, S. Jorge, Pico, Faial, Graciosa. No grupo ocidental – Flores e Corvo – só se deu o impulso decisivo para o seu povoamento no século XVI, já no reinado de D. João III, quando as grandes rotas transoceânicas das Índias Ocidentais e Orientais passaram a estar bem definidas e a regularidade do seu tráfego pôs em evidência a importância deste grupo de ilhas para as viagens de retorno<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup>Cf. RILEY, Carlos G., “Uma fronteira Ocidental As flores e o Corvo no contexto das rotas atlânticas” in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. XI, 1993-1995, Horta, 1996, p. 92; e “A apropriação do espaço. Ilhas Atlânticas e Costa Africana” in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, Círculo de Leitores, 1998, p. 150.

<sup>41</sup> Já no século XIX, C. Fernandez Duro defendia que “só a importância geo-estratégica dos Açores nas carreiras comerciais das Índias explica o desenvolvimento económico do arquipélago, que não possuía portos aptos a sustentar um movimento comercial intenso”. Citado in MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590) I – A Resistência Terceirense e as Implicações da Conquista Espanhola*, IHIT, Angra do Heroísmo, 1987, p. 225 Também Frédéric Mauro, reconhecendo as potencialidades económicas dos Açores, sustenta que “Mais, quelles que soient les possibilités économiques des Açores, leur rôle reste fondamental dans l’ Empire Portugais par leur position stratégique”. Vide “Les Açores dans la dynamique de l’Atlantique du XVe siècle à nos jours: Remarques introductrices”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLV, Tomo I, Angra do Heroísmo, 1988, p. 25.

<sup>42</sup> Relativamente a este grupo de ilhas o mesmo autor defende que não poderiam continuar despovoadas porque o corso francês já aí se fazia sentir com o intuito de pilhar as riquezas vindas do Oriente. Cf. RILEY, Carlos G., “Uma fronteira Ocidental As flores e o Corvo no contexto das rotas atlânticas” in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. XI, 1993-1995, Horta, 1996, p. 92

Progressivamente, ao longo dos séculos XV-XVI, o arquipélago tornara-se, como já foi referido, uma escala vital de retorno, um ponto de passagem de todas as rotas provenientes do Atlântico Sul (com destaque para as carreiras da Índia e da Mina) e da América espanhola. Esta posição estratégica ocupada pelo arquipélago nas grandes rotas do comércio atraiu corsários e piratas de várias nacionalidades que se tornaram frequentes nos mares dos Açores atacando não só navios, que regressavam das Índias Orientais e Ocidentais, mas também populações do litoral das ilhas<sup>43</sup>.

A Europa do Norte, a Europa mercantil de então, consciente de todas as implicações económicas da abertura da rota do Cabo e das potencialidades mercantis do Novo Mundo, desde do século XVI que procurava, através da pirataria e do corso, partilhar as riquezas ultramarinas e contestar o monopólio ibérico que fora instituído pelo tratado de Tordesilhas em 1494. A esta contestação, que se materializava em verdadeiras depredações marítimas levadas a cabo por piratas ou corsários e no esgrimir de argumentos doutrinários dos defensores do *mare clausum* e do *mare liberum*, opuseram-se, no plano da acção político-administrativa, medidas concretas que visavam a segurança e a protecção das ilhas e das embarcações ameaçadas<sup>44</sup>.

As ambições europeias, tornadas bem visíveis no contexto da crise de 1580, deram à já evidente relevância euro-ultramarina dos Açores uma maior projecção internacional<sup>45</sup>. De facto países como Inglaterra, França e Holanda dispuseram-se, então, a auxiliar D. António Prior do Crato, cuja resistência ao domínio de Filipe II

---

<sup>43</sup> Sobre o corso veja-se FERREIRA, Ana Maria, “Os Açores e o corso francês na 1ª metade do século XVI- a importância estratégica do arquipélago (1521-1537) in *Os Açores e o Atlântico (sécs. XIV – XVII)*, Angra do Heroísmo, IHIT, 1984, pp. 280-297.

<sup>44</sup> Reconhecendo a importância estratégica do arquipélago, o poder central, desde cedo, se preocupou em criar estruturas que garantissem a sua defesa: D. Manuel I criou a *armada das ilhas* com o intuito de proteger as armadas que tocassem o arquipélago; em 1520 foi dado o *regimento para as naos da Índia nos Açores* (ver, AA, vol. IX, pp. 202-204); em 1527 foi a vez de D. João III criar, com sede em Angra, a *Provedoria das Armadas* encarregada de assegurar o reabastecimento e a defesa das embarcações que faziam escala nos Açores, em especial em Angra. Com o mesmo intuito também foram pensados planos de fortificação das costas das várias ilhas.

<sup>45</sup> Ver a propósito desta problemática MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores e o Domínio Filipino*, já cit.

estava sediada na ilha Terceira. Faziam-no com o intuito não só de diminuírem o poder de Espanha, mas de poderem partilhar das riquezas ultramarinas<sup>46</sup>. Pretendiam estes aliados (inimigos de Espanha com quem travavam uma luta de décadas e cuja economia interna atravessava um período de grande vitalidade) “prejudicar o comércio ultramarino espanhol e favorecer a instalação nos Açores de uma base segura de apoio à guerra de corso e que facilitasse um futuro e duradouro acesso ao Novo Mundo”<sup>47</sup>. Afigurava-se, assim, a estas potências europeias a oportunidade de concretizarem as suas ambições expansionistas i.e. construírem os seus próprios impérios ultramarinos. Mesmo quando o objectivo das potências do Noroeste europeu era a carreira da Índia a sua acção fazia-se sentir sobretudo no Atlântico<sup>48</sup>. Era na fase final da torna-viagem, i.e., entre os Açores e a costa da Península Ibérica que ocorriam com maior incidência as perdas provocadas pelos ataques corsários, fundamentalmente ingleses e holandeses, que depois da ocupação dos Açores pelos Filipes se tornaram particularmente interventivos<sup>49</sup>.

Uma vez submetida a resistência terceirense em 1583 e face às investidas dos nórdicos, Filipe II de Espanha, legitimado rei de Portugal nas Cortes de Tomar que se realizaram na primavera de 1581, traçou uma estratégia de consolidação do seu poder no Atlântico integrando os Açores e particularmente a Terceira no processo de

---

<sup>46</sup> De tais intenções nos dá conta o “Plano para socorrer D. Antonio de Portugal” elaborado pelos deputados dos Estados da Holanda, Zelandia e cidade de Antuerpia onde os ditos deputados reconhecendo “quanto importa à generalidade das Provincias Unidas facilitar ao Rei de Portugal os meios de guerrear o Rei de Hespanha (...) achando-se dispostos (...) a prestar todos os socorros “impõem como condição que “Sua Majestade dará como penhor todas as suas possessões, domínios e especialmente as Ilhas dos Açores.” In. AA, vol. VI, p. 490.

<sup>47</sup> Cf. MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores e o Domínio Filipino*, já cit. pp. 124-125.

<sup>48</sup> Sobre o concurso das rivalidades europeias para o declínio da Carreira da Índia veja-se GUINOTE, Paulo, FRUTUOSO, Eduardo e LOPES, António, *Naufrágios e outras perdas da “Carreira da Índia” séculos XVI e XVII*, GTMECDP, Lisboa, 1998.

<sup>49</sup> Sobre o posicionamento dos países nórdicos face aos Açores neste contexto veja-se MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores e o Domínio Filipino*, já cit., Quanto à actuação da pirataria Vitorino Magalhães GODINHO afirma: “No reinado de D. João III são os franceses que enxameiam os mares dos Açores e da Península para caçar naus de especiarias e galeões de ouro e de prata, navios de açúcar. E nesse século XVI, e como até ainda no século XVII, os tráficos marítimos portugueses e espanhóis sofrerão consideravelmente da pirataria inglesa e holandesa” in *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, Vol. IV, 2ª edição, Editorial Presença, 1983, p. 220.

vigilância e de travagem do avanço dos seus rivais europeus em direcção à América, Brasil e Índia. Foi neste contexto que Filipe II mandou erigir o castelo de S. Filipe no Monte Brasil, em Angra, com a função de reforçar a defesa, de impossibilitar o corso e de garantir uma maior segurança às armadas que anualmente escalavam na Terceira<sup>50</sup>. Era preciso proteger quer as carreiras comerciais quer os portos de apoio.

Se a menos de vinte anos do final da centúria de Quinhentos a União Ibérica, sob a coroa espanhola de Filipe II, acabou por inserir os Açores na conjuntura política das grandes rivalidades europeias, o que não foi de modo algum propício a uma diminuição da actividade corsária, a Restauração em 1640 também não logrou atingir tal objectivo. Estratégica, do ponto de vista das rotas comerciais, a situação geográfica do arquipélago era-o também para a defesa do Atlântico e dos impérios ultramarinos que tão cobiçados eram pelas nações expansionistas que então almejavam construir os seus próprios impérios coloniais. Assim, o certo é que, denunciando estruturas defensivas pouco eficazes, a actividade corsária e a pirataria, que se haviam tornado uma constante ao longo do século XVI, continuaram presentes nos mares dos Açores no século XVII: os argelinos com um corso renovado nas suas técnicas, depois de 1600 haviam-se virado para o Atlântico – sinais dos tempos: o declínio comercial do Mediterrâneo face à afirmação do Atlântico<sup>51</sup>; e os países do Norte da Europa, contestando o *mare clausum* e o correspondente monopólio ibérico, continuaram activos fazendo letra morta do tratado de Tordesilhas.

Vivendo-se tempos de guerra, passado o período áureo do comércio ultramarino português, conscientes, porém, da importância do arquipélago, as questões de vigilância

---

<sup>50</sup> Sobre o sistema defensivo criado nos Açores, como resposta às investidas de corsários e piratas, veja-se VIEIRA, Alberto, “Da poliorcética à fortificação nos Açores. Introdução ao estudo do sistema defensivo nos Açores nos séculos XVI- XIX”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLV, Tomo II, Angra do Heroísmo, 1988, pp. 1525 – 1545.

<sup>51</sup> Cf. BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, Vol. II, p. 241.

e defesa dos mares e das ilhas dos Açores continuavam a fazer parte das estratégias de defesa dos interesses nacionais. E em Angra continuava a Provedoria das Armadas a diligenciar no sentido de garantir o “acesso das riquezas de além-mar aos portos peninsulares”. Ao longo de todo o século XVII, seguindo Fernanda Enes, “não diminuiu a importância de Angra como porto oceânico nos circuitos do comércio ultramarino. Ao mesmo tempo que é lugar de recuperação das naus e tripulações exauridas (...) é também e sobretudo posto avançado do Reino para o contacto com as carreiras da Índia e Brasil numa tentativa de controlar e ultrapassar as crescentes incursões piratas e corsárias ou pôr a salvo o que de mais precioso as naus transportavam. Angra é igualmente ponto de apoio e abastecimento da armada real, bem como elo de ligação desta com a Coroa”<sup>52</sup>.

A manutenção, no século XVII, da função dos Açores como ponto de apoio à navegação, que continuava a fazer-se nas rotas comerciais herdadas de Quinhentos, teve importantes reflexos na vida do dia a dia dos insulares. Requerendo meios humanos e materiais bem como um serviço de informações que permitisse acautelar eventuais investidas, estas questões reflectiam-se na preocupação dos responsáveis em ter boas fortificações e militares disciplinados, em assegurar armas e munições em bom estado e em quantidade, em garantir as vigias da costa e em dispor de barcos prontos para irem em auxílio de embarcações em dificuldades<sup>53</sup>. Disto mesmo nos dá conta os livros de vereações da Câmara de Angra onde encontramos expressas essas preocupações bem como a proposta de soluções que pareciam mais adequadas a cada caso. Apontemos alguns exemplos. Com o objectivo de “assegurar barcos que sirvam de vigia ao mar”,

---

<sup>52</sup>Cf. ENES, Maria Fernanda, “A Provedoria das Armadas no século XVII (algumas notas)” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. , pp. 148-149 e 154.

<sup>53</sup> Em circunstâncias muitas vezes difíceis, com perda da própria vida, as embarcações da Terceira policiavam uma vasta área percorrendo o Atlântico, do Golfo da Biscaia à Corunha ou à costa brasileira. Veja-se ARAÚJO, Julieta Maria de Almeida e SANTOS, Ernesto Jorge de Oliveira dos, “Angra na primeira metade do século XVII Subsídios para um estudo”, *Boletim do IHIT*, vol. XLIX, Angra do Heroísmo, 1991, pp. 547-566.

encontramos em 24-4-1602, dentro do que é referido como procedimento habitual, uma reunião, com a presença do desembargador Leonardo da Cunha, onde se nomeia o mareante João Franco para cabo dos batéis<sup>54</sup>. Em Abril ou Maio de 1652, também procedendo como todos os anos, decidia-se no sentido de “irem os oficiais da câmara com o corregedor e capitão-mor ver a costa e fortificação (...) para verem o que de mais necessário visto ser tempo de Verão e ser conveniente estar a costa preparada e com vigia”<sup>55</sup>. No mesmo sentido vão as preocupações expressas pelo capitão-mor, João Bettencourt de Vasconcelos, quando em 29-3-1653 alerta para a necessidade de não se deixar de cuidar das fortalezas ”por ser tempo de estar na entrada do verão e haver novas de armadas inimigas e andarem já nestas ilhas uma esquadra de dezoito ou vinte velas”<sup>56</sup>. Já em 12-10-1647 este mesmo capitão-mor, preocupado com as condições de defesa da ilha Terceira e querendo que fosse nomeado alguém para o ofício de sargento-mor, que então se encontrava vago, argumentara que “por ser esta ilha a principal deste oceano a que mais é desejada dos inimigos desta Coroa com o que sempre está cercada de piratas é necessário continuarem-se vigias em os muitos portos que tem abertos e todos os mais exercícios de guerra que nunca por muitos serão desnecessários”<sup>57</sup>.

A consciência de que o enquadramento internacional era favorável à ampliação dos perigos que ameaçavam a segurança dos Açores transparece nas preocupações manifestadas tanto pela administração central como pela administração local. Havia que acautelar surpresas. É assim que encontramos, quer durante a administração filipina quer no período pós Restauração, e não raras vezes na sequência de cartas de aviso ou de ordens provenientes de el-rei, as autoridades militares, civis e até religiosas da cidade

---

<sup>54</sup> BPAAH, *Vereações da Câmara de Angra (17 de Janeiro a 13 de Dezembro de 1602)*, Livro 9, pasta 1.

<sup>55</sup> BPAAH, *Vereações da Câmara de Angra (20 de ? de 1652 a 26 de Janeiro de 1657)*, Livro 14, pasta 3. A incerteza da data deve-se ao facto de esta folha, tal como outras deste livro, se encontrar rasgada. No entanto se considerarmos o enquadramento cronológico das vereações anterior e posterior esta reunião terá tido lugar nos finais de Abril ou no início de Maio.

<sup>56</sup> BPAAH, *Vereações da Câmara de Angra (20 de ? de 1652 a 26 de Janeiro de 1657)*, Livro 14, pasta 3.

<sup>57</sup> BPAAH, *Vereações da Câmara de Angra (22 de Maio de 1647 a 12 de Dezembro de 1648)*, Livro 12, pasta 2.

a reunirem com o objectivo de encontrar meios para garantir a vigilância e defesa da ilha e até do arquipélago. Isto acarretava, seguramente, encargos humanos e materiais difíceis de suportar que eram ampliados sempre que a defesa de cada uma das ilhas exigia o contributo em homens e ou armas de outras ilhas.

De tudo isto são as vereações da Câmara de Angra bastante esclarecedoras. A vinda, anunciada ou não, de inimigo trazia os açorianos num alerta constante. Assim, quando em reunião de 8-5-1602 foi decidido proceder-se ao aprovisionamento do castelo de S. Filipe<sup>58</sup>, em trigo, vinho, sal e outras coisas necessárias à sua defesa, respondia-se ao pedido feito pelo seu governador Diogo de Miranda Queirós que recebera uma carta de aviso do vice-rei onde se dizia que “vinha inimigo a esta ilha”.

Por meados da centúria, já no contexto das guerras da Restauração, continuam a ser questões de defesa e vigilância as que ocupam os oficiais da câmara. Em reunião de 1-2-1649 foi face ao facto de “haver novas de guerra em Portugal e Holanda e de se estar em contínua guerra com Castela” e de se saber que havia na ilha “algumas faltas de preparações nas costas”, que os oficiais camarários propunham que a câmara tomasse de empréstimo dinheiro para que se fizesse “mais fortificação na dita ilha e mais resistência aos inimigos pelas partes por onde nos podem prejudicar”<sup>59</sup>.

A leitura destas vereações proporciona-nos muitos outros exemplos esclarecedores das preocupações com as questões de defesa e vigilância. Atentemos em

---

<sup>58</sup> BPAAH, *Vereações da Câmara de Angra (17 de Janeiro de 1602 a 13 de Dezembro de 1602)*, Livro 9, pasta 1; Note-se que esta decisão é o pôr em prática a decisão tomada pela Junta que se reunira de urgência na Sé estando presentes o bispo, o desembargador e capitão-mor da Terceira, o governador do castelo, os juizes ordinários, os vereadores, o provedor da Fazenda e muitos fidalgos e cidadãos além dos capitães das companhias das ordenanças e mais oficiais da milícia. Fez-se esta reunião porque na ausência de ordem ou provisão de sua Majestade e atendendo à urgência do caso (aviso do vice-rei de que vinha inimigo à ilha e avisos das vilas da ilha de que se viam já 40 ou 50 velas) era necessário arranjar uma forma que serviria de lei para se poderem tomar a seus donos com justiça as coisas necessárias sem lhas pagarem. Cf. no mesmo livro, Treslado do auto da Junta que se fez na Sé, 10-5-1602.

<sup>59</sup> BPAAH, *Vereações da Câmara de Angra (1 /7/ 1648 a 28 /3/ 1651)*, Livro 13, pasta 2

mais alguns exemplos. Datado de 30-7-1649<sup>60</sup> o “assento que se fez nesta Câmara para se darem por empréstimo à fazenda de sua Majestade duas carretas para com duas peças irem para a ilha do Faial” mostra-nos que as diferentes autoridades da Terceira – corregedor, provedor das armadas e contador da Fazenda juiz da alfândega – mediante uma carta de el-rei de 1 de Julho de 1649, em que encomendava “a boa guarda e vigia destas ilhas” porque tinha aviso de “Olanda de que sahiaõ de Zelanda doze fragatas pera andarem infestando aquelles mares e principalmente a barra de Lx<sup>a</sup> e que se cuidava que dali viessem a combater a ilha do Fayal”, se reuniram para assentarem que se enviassem ao Faial duas peças de artilharia e duas carretas porque “comvinha muito ao serviço de sua Majestade e defença daquella ilha”. É ainda na sequência desta carta que em 18-8-1649 segundo “auto que se fez em Camara sobre ir gente ao Faial” que o governador do castelo se dispôs a dispensar 100 soldados do presídio para a defesa do Faial desde que lhe dessem 100 homens das companhias de ordenança porque na Terceira também se esperavam os mesmos inimigos ainda que com mais incerteza.

O receio de possíveis ataques vai-se repetindo em outras ocasiões. Uma carta de 26-1-1655<sup>61</sup> dava conta de que os Estados de Holanda a fim de se quererem satisfazer dos danos que receberam no Estado do Brasil tinham feito uma armada de 34 naus e 6 fragatas para se virem pôr na barra de Lisboa e tomarem as embarcações “que vierem das conquistas e impedirem por aquele modo o comércio do reino”. Avisava-se, ainda, de que estes inimigos tinham também a intenção de atacar uma das praças marítimas. Não se sabendo de que praça se tratava o rei ordenava que todas estivessem de prevenção.

---

<sup>60</sup> BPAAH, *Vereações da Câmara de Angra (1/7/1648 a 28/3/1651)*, Livro 13, pasta 2.

<sup>61</sup> Cf. Traslado da carta de sua Majestade de 26 de Janeiro de 1655 in BPAAH, *Vereações da Câmara de Angra (20 de\_ a 26 de Janeiro de 1657)*, Livro 14, pasta 3, 6/4/1656.

Os cuidados com o estado de conservação das fortalezas da costa da capitania também se mantêm. Em 6-6-1699<sup>62</sup>, atendendo ao requerido pelo capitão-mor, Manuel do Canto de Castro Pacheco, foi acordado por todos os que estavam em vereação ir fazer-se a vistoria às fortalezas da costa para se “examinar as faltas que tem e se porem em concerto”.

Nos mares dos Açores a cobiça pelas mercadorias, vindas das possessões ultramarinas ou produzidas nas suas ilhas, também não cessou. Assim, em 18-7-1699<sup>63</sup>. António Luís, mestre de um barco vindo do Faial, apresentou-se com um aviso enviado pelo sargento-mor dessa ilha dizendo que “andava um navio de turcos entre estas ilhas e havia feito presa em uma embarcação francesa que do Faial saiu carregada de vinhos”<sup>64</sup>.

Famoso e disputado pela sua situação estratégica no oceano Atlântico, este arquipélago também se valorizou economicamente. Assim, além da grande importância estratégica que os Açores desempenharam na aproximação dos continentes, há que considerar a relevância económica que cedo ganharam<sup>65</sup>.

Se no século XV, antes mesmo de se iniciar o povoamento efectivo, os marinheiros do Infante D. Henrique foram deixando alguns animais, com o povoamento introduziram-se diversas espécies vegetais com o intuito de assegurar a alimentação das gentes que vinham povoar as várias ilhas. O facto de o arquipélago se ter tornado rota obrigatória dos navios vindos das Índias também permitiu a introdução de diversas plantas trazidas nas viagens que, para além de diversificarem a flora do arquipélago, contribuíram para variar a alimentação dos seus povoadores. A seguir às primeiras

---

<sup>62</sup> BPAAH, *Vereações*, (28 de Abril de 1699 a 2 de Outubro de 1706), Livro 15, pasta 3

<sup>63</sup> BPAAH, *Vereações*, Livro 15, pasta 3

<sup>64</sup> BPAAH, *Vereações*, Livro 15, pasta 3

<sup>65</sup> Integrados no comércio marítimo, juntamente com a Madeira e as Canárias, os Açores formaram “um complexo económico que podemos caracterizar pela associação da cerealicultura e da criação de gado, completadas pela exploração das cores de tinturaria e do vinho”: GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Vol. III, 2ª edição, Editorial Presença, 1982, p. 242.

experiências agrícolas, em que se procuraram adaptar os hábitos continentais às condições insulares, introduziram-se novos produtos servindo o arquipélago de campo de ensaio agrícola. Aproveitando a fertilidade do seu solo vulcânico aí se desenvolveu uma agricultura rendosa que além da subsistência da sua população garantiu produtos para exportação. Durante muito tempo a primazia foi da cultura do trigo e do pastel.

A cultura do trigo visando suprir o constante déficit cerealífero da metrópole destinava-se ainda a outras partes do Império, nomeadamente às praças marroquinas, cujo abastecimento era necessário assegurar, e também à Europa<sup>66</sup>. Os lucros conseguidos com a exportação deste cereal levaram ao desenvolvimento de um comércio de exportação que muitas vezes opunha os interesses dos proprietários, ávidos dos maiores proventos, às determinações das autoridades que, sabendo o trigo base da alimentação das populações locais, tinham por missão zelar pelo seu abastecimento. Do que pudemos extrair das actas de vereação este conflito de interesses evidenciou-se ao longo do século XVII sobretudo nos anos de fracas colheitas. Por exemplo em 1602, na

---

<sup>66</sup> Com base em referências constantes nos livros de vereações da cidade do Porto que confirmam as informações de Gaspar Frutuoso e de outros autores, Baquero Moreno refere a intensificação de relações comerciais entre as ilhas açorianas e o continente português desde o último quartel do século XV e afirma que o desenvolvimento da economia açoriana se tornou extensiva a toda a Península Ibérica, particularmente à Andaluzia, e desta a outras partes da Europa. Ao continente português, flagelado por sucessivas crises frumentárias, chegavam importantes carregamentos de trigo parte dos quais era, por vezes, reexportada para a Madeira onde então já se iniciara o ciclo do açúcar. A Sevilha, tornada o principal empório comercial de toda a Espanha, chegavam grandes quantidades de pastel e de couros. Parte dos couros era depois reexportada para mercados como os de Génova e de Florença. MORENO, Humberto Baquero, “A Sociedade Açoriana dos Primórdios dos Descobrimentos A Donataria das Flores e do Corvo” in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*, Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993, Horta, 1995, pp. 33-38.

No que respeita ao fornecimento de trigo açoriano à Madeira, Alberto Vieira, tal como Magalhães Godinho, integra-o na complementaridade económica que se estabeleceu entre estes dois arquipélagos: a Madeira ao ficar liberta da função abastecedora de trigo pôde dedicar-se à cultura do açúcar e os Açores eram, assim, incluídos nos circuitos inter-regionais do “Mediterrâneo Atlântico”. Cf. VIEIRA, Alberto, *O comércio interinsular nos séculos XV e XVI. Madeira, Açores e Canárias*, Funchal, 1987, pp. 13-24.

O belicismo em que Portugal se viu envolvido na centúria de Seiscentos contribuiu também para que se ampliassem as necessidades cerealíferas do Reino. E aos Açores continuou a pedir-se um esforço para ajudar a suprir essas carências. No caso de Angra, segundo livros de vereações, pedia-se não só o habitual envio de trigo terceirense para Mazagão (quantas vezes posto em risco ou pelo menos reduzida a quantidade estabelecida), mas pediu-se também o envio de cevada para o Alentejo para sustento da cavalaria, conforme carta de sua majestade datada de 20-8-1650. Cf. BPAAH, *Vereação*, Livro 13, pasta 2

sequência do ano de escassez que havia sido 1601, o desembargador mandou que os oficiais da câmara não “despachassem petições de trigo para fora da terra” sem que se fizesse o exame do trigo existente (não deviam, assim, ser dadas licenças para exportação sem que primeiramente se conhecessem as disponibilidades existentes e se estas eram suficientes para as necessidades de consumo da população). Apesar desta determinação do desembargador, os oficiais da câmara (que eram eleitos de entre os notáveis locais, portanto proprietários e ou gente com interesses no mundo dos negócios) despacharam muitas petições de trigo o que obrigou o procurador da cidade e os procuradores do povo a requerer, em vereação de 20 de Março, que os ditos oficiais não passassem mais autorizações sem que se cumprisse o determinado pelo desembargador<sup>67</sup>. Das vereações deduzimos que a produção de trigo na Terceira ao longo da centúria de Seiscentos, embora conhecesse um decréscimo (resultado de maus anos e certamente do desinvestimento a favor de outras culturas) que obrigou, em alguns anos, não só a proibir a sua exportação mas até a recorrer à importação, continuou a ser uma importante fonte de rendimentos, continuando mesmo a ser um produto de exportação para as praças do Norte de África, para o Reino, para a Madeira, para as outras ilhas açorianas, nomeadamente as Ilhas de Baixo e até, por vezes sob a forma de farinha e biscoito, para o Brasil<sup>68</sup>.

Quanto ao pastel, planta industrial utilizada na tinturaria, cuja cultura se terá desenvolvido a partir de meados do século XVI era exportado em grandes quantidades para os países com indústria têxtil do Norte da Europa – Inglaterra e Flandres. O maior interesse comercial desta cultura, a cujo desenvolvimento não será estranha a presença de flamengos entre os povoadores<sup>69</sup> que se fixaram no arquipélago, levou a que

---

<sup>67</sup> BPAAH, *Vereações*, Livro 9, pasta 1

<sup>68</sup> BPAAH, *Vereações*, Livro 15, pasta 3.

<sup>69</sup> Segundo Carreiro da Costa, citando Gaspar Frutuoso, terá sido um fidalgo flamengo, Willem van der Haghe que ficou conhecido por Guilherme da Silveira, quem introduziu a cultura do pastel nos Açores.

houvesse uma invasão de terras anteriormente cultivadas com trigo. Esta preferência dos lavradores pela cultura do pastel, porque se revelara altamente compensadora, em detrimento da do trigo, conduziu a situações de escassez que, para além de diminuir as exportações deste cereal e de provocarem anos de carestia, obrigaram, mesmo, em alguns anos a recorrer, como já referimos, à importação de trigo<sup>70</sup>. A cultura do pastel que se desenvolveu, embora com diferentes graus de intensidade, em praticamente todas as ilhas, deteve relevância económica até pleno século XVII, altura em que devido a vários factores entrou em decadência<sup>71</sup>. À imagem do que aconteceu a outros produtos que alimentavam o comércio português<sup>72</sup>, no contexto da crise comercial de 1670–1690, o pastel açoriano deixou de ter poder concorrencial nos mercados europeus o que levou a um desinteresse que provocou a decadência e morte da sua produção<sup>73</sup>. No segundo quartel do século XVII, a área destinada ao cultivo desta planta era já bastante reduzida e a falta de mercado levou à sua extinção ainda antes do fim desse século<sup>74</sup>.

No século XVII embora se encontre um ou outro período de prosperidade para o trigo, o que marca significativamente a agricultura do arquipélago é a introdução e ou a

---

Referindo-se à presença deste flamengo na Terceira afirma “ali fazia sua habitação e lavoura de pão e pastel de que carregava navios para a Flandres”. Se as primeiras experiências desta cultura tiveram lugar ainda no século XV a sua exploração com interesse económico relevante só ocorreria mais tarde: entre a segunda metade do século XVI e o primeiro terço do século XVII.

<sup>70</sup>Cf. Oliveira Marques, *História de Portugal*, p. 500-501). Sem que haja referência à cultura do pastel, pelas vereações pudemos detectar a escassez e as carestias mencionadas.

<sup>71</sup> Sobre a cultura do pastel veja-se COSTA, Francisco Carreiro da, *A cultura do Pastel nos Açores, subsídios para a sua História*, S. Miguel, Açores, 1946. E PEREIRA, Daniel A., “Plantas tintureiras dos Açores e Cabo Verde, séculos XV-XVIII (alguns aspectos económicos e sociais)” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIX, Angra do Heroísmo, 1991, p. 245-252. Este autor, entre outros aspectos, aponta como causas da decadência da cultura do pastel a sobrecarga de impostos, a especulação dos intermediários, a diminuição de qualidade, a concorrência de novos produtores – França, Inglaterra, Suécia – e a concorrência do anil (índigo), vindo do Brasil e das Índias, que terá dado o golpe mortal nesta cultura.

<sup>72</sup> Um dos produtos mais atingidos por esta crise comercial foi o açúcar brasileiro que deixara de ter, em relação ao açúcar das Antilhas, poder concorrencial nos mercados europeus.

<sup>73</sup> Elucidativos da decadência comercial do pastel, produto que alimentara sobretudo o tráfico para S. Miguel, são os números apresentados por Maria Olímpia GIL: a exportação de mais de 43 mil quintais de pastel, no porto de Ponta Delgada, em 1620 reduziu-se a menos de 3 mil quintais em 1676. Cf., ob. cit., p. 325.

<sup>74</sup> Na nossa base de dados temos depois de 1660 como meirinho dos pastéis António Cardoso, natural do Faial, que casando na Sé de Angra em 24-11-1666 aí viria a ser sepultado em 1681 deixando viúva e filhos.

valorização económica de outras culturas tais como o milho que, para além de, juntamente com o inhame e a batata, se ter tornado a base da alimentação dos estratos sociais mais desfavorecidos, proporcionou o surto da pecuária, sobretudo de gado bovino<sup>75</sup>. Para os ilhéus, muitas vezes a certeza de escoamento de um determinado produto, porque tinha colocação garantida nos mercados europeus e outros, condicionava as suas apostas agrícolas. Veja-se, por exemplo, as culturas do trigo e do pastel, não raras vezes, concorrentes entre si.

Além do desenvolvimento agrícola, propiciador da exportação de alguns produtos, a economia açoriana contou, desde cedo, com um importante comércio feito com base na reexportação.

A Terceira, por força da escala em Angra, tornou-se, desde o século XVI, a base principal e o pólo dinamizador da economia açoriana<sup>76</sup>. Como dizia Gaspar Frutuoso, a [Terceira] “(...) além da sua fertilidade, é muito fértil esta ilha com o que lhe vem de fora, das outras ilhas dos Açores; com que é, como rainha, de todas as ilhas bem servida (...) de sorte que pode dizer a ilha Terceira, que todas as outras ilhas são suas escravas, pois quanto nelas se cria, vai para a Terceira, e desta são suas quintas as outras ilhas”<sup>77</sup>.

De facto, o reabastecimento das embarcações tornava, por si só, necessário o concurso do que se produzia nas outras ilhas. Produtos como gado, madeira, fruta, vinhos, inhames, cevadas, manteiga, mel, galinhas, lã, toucinho, courama, barro para

---

<sup>75</sup> O milho foi ganhando importância ao longo do século XVII como podemos deduzir do modo como é referido nas Vereações de 8-8-1699 e 23-1-1700 em que é considerado “o sustento comum dos pobres e da gente do monte” e quando Drumond, reportando-se ao ano de 1647, afirma “E porque a colheita dos milhos se não usava mais do que por curiosidade, (...) o mesmo foi faltar o trigo, que perecer tudo.” Cf. *Anais*, vol. II, pp. 95 Maria Olímpia Gil, atendendo à importância que era atribuída à cultura dos milhos, dos inhames, das batatas e à exportação de trigo que continuava a fazer-se, supõe que a “exploração do trigo açoriano, no século XVII, se fazia em benefício dos grandes produtores e comerciantes e não da restante população das ilhas. Cf. da autora, *O Arquipélago dos Açores no século XVII*, ob. cit., p. 20.

<sup>76</sup> Sobre a economia açoriana nos séculos XV e XVI (produções do arquipélago, relações comerciais a nível regional e local, posicionamento do arquipélago no âmbito da mercantilização da economia europeia) veja-se o estudo de João Marinho dos SANTOS, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, já cit.

<sup>77</sup> Pe. António CORDEIRO, ob. cit. p. 305 seguindo a situação descrita, para a segunda metade do século XVI, por Gaspar Frutuoso.

louça, peixe seco, linho em rama, e em panos, chegavam à Terceira vindos um pouco de todas as outras ilhas. E em Angra era feita a sua distribuição. Parte para suprir as necessidades de consumo local (significativamente aumentadas pela existência do castelo do Monte Brasil), parte para ser vendida a estrangeiros.

As relações de complementaridade económica inter-ilhas, justificadas pelo facto de as diferentes culturas exploradas no arquipélago não terem aprovado de igual modo em cada uma das nove ilhas, alargavam-se também aos produtos que vinham de distintas partes do império pois, “a esta [ilha Terceira] vai dar toda a casta de fazendas, drogas e especiarias que há não só em Portugal, e suas ricas Conquistas, mas nas Nações estrangeiras, de tudo se vão prover a Angra as outras ilhas, que tudo nela acham, o açúcar, courama, e madeira do Brasil, e Maranhão; o marfim, e escravos de Angola, e Cabo Verde; a canela, pimenta, cravo e cousas preciosas, e ainda a pedraria, as perolas, e aljofar da Índia Oriental; toda a espécie de panos, e de sedas de Itália, Inglaterra, França, e Holanda; e o azeite, sal e cera de Portugal; e até o ferro, breu, enxarcias, velames, âncoras, e amarras de navios; e se nada disto querem as outras ilhas, levam em prata, e ouro o preço do que trouxeram. (...) a cidade de Angra (...) é buscada e servida de todas as outras gentes”<sup>78</sup>.

Promovera-se, assim, desde o século XVI um importante comércio inter-ilhas que garantiu aos ilhéus, não só o fornecimento daquilo em que não eram auto-suficientes mas, também o escoamento das suas produções excedentárias<sup>79</sup>.

A necessidade que, desde cedo, houve de as ilhas se abastecerem mutuamente foi largamente ampliada no caso da Terceira porque, aqui, às necessidades locais

---

<sup>78</sup> Pde. António CORDEIRO, ob. cit. p. 306

<sup>79</sup> Pelas Vereações pudemos constatar uma relação de complementaridade entre a Terceira, as Ilhas de Baixo e S. Miguel. Uma complementaridade a nível do abastecimento mútuo de trigo em anos de escassez e dos vinhos, nomeadamente os provenientes das Ilhas de Baixo, que eram vendidos em Angra conforme o estipulado nas posturas municipais que proibiam a venda desses vinhos antes do mês de Março

juntavam-se as que advinham do abastecimento que tinha que se garantir às embarcações portuguesas e estrangeiras. Era em Angra, como se sabe, que estava estabelecida desde o século XVI a sede do provedor das armadas. E essas necessidades mantinham-se no século XVII na medida em que a provedoria continuava a ter como uma das suas funções básicas o aprovisionamento das embarcações em apetrechos, mantimentos, equipagem e armas<sup>80</sup>.

Angra, “aonde reside o coração e o governo de todas as ilhas dos Açores”, funcionou desde cedo como o centro de um espaço que, enquadrado num vasto e descontínuo império, teve o seu desenvolvimento associado às inter-relações que, de forma mais ou menos complexa, se foram estabelecendo entre essas distintas e distantes partes do império português – Ilhas Atlânticas, África, Oriente, Brasil. Também no âmbito das relações euro-ultramarinas Angra sentiu os efeitos das conjunturas nacionais e internacionais que se foram sucedendo e que no século XVII ficaram marcadas pelo surto expansionista das potências do Norte da Europa e consequente declínio do monopólio colonial ibérico no Ultramar<sup>81</sup>.

Situados nas mais importantes rotas marítimas, a relevância dos Açores e particularmente de Angra, nas relações entre a Europa e o Ultramar, continuou a manter-se nas carreiras transatlânticas dos nórdicos, nomeadamente dos ingleses. Efectivamente até ao século XVIII as ilhas açorianas que continuaram com maior projecção, em virtude do papel que desempenharam nos circuitos do comércio internacional, foram a Terceira e S. Miguel graças aos portos de Angra e Ponta Delgada

---

<sup>80</sup> ENES, Maria Fernanda, “A Provedoria”, já cit., pp. 154-163.

<sup>81</sup> O surto expansionista destas potências traduziu-se na construção dos respectivos impérios coloniais que permitiram que na primeira metade do século XVII se afirmasse uma economia-mundo centrada em Amsterdão e na segunda metade da centúria se desenhasse um novo centro que se tornou dominante na centúria seguinte – Londres. Veja-se BRAUDEL, Fernand, *A Dinâmica do Capitalismo*, Editorial Teorema, Lisboa, 1985; WALLERSTEIN, Immanuel, *O Sistema Mundial Moderno*, vol. 0, Edições Afrontamento, Lisboa, 1990.

respectivamente <sup>82</sup>. Só na aproximação do século XVIII se juntou à relevância económica de S. Miguel e Terceira um novo pólo – Faial/Pico. Isto porque ao longo do século XVII se desenhara um novo quadro de relações internacionais onde se inscreve a colonização britânica na América do Norte que acabou por beneficiar o porto da Horta, então transformado em escala das novas correntes comerciais<sup>83</sup>.

Assim, a inserção nos mundos envolventes, seja à escala do arquipélago ou dos continentes, em cuja comunicação os Açores, de um modo geral e a Terceira, em particular, tiveram papel relevante, é fundamental para a compreensão da história da cidade de Angra. Esta inserção é particularmente importante quando se pretende compreender o sentido da evolução demográfica da cidade. Ponto obrigatório de passagem, foco dinamizador da economia do arquipélago, ponte de contacto entre continentes, Angra foi também, desde cedo, como ficou referido, centro de poder com funções religiosas, político-administrativas e militares.

Tudo isto deixou marcas bem visíveis no tecido urbano de Angra, que muito se havia desenvolvido desde a sua elevação a cidade em 1534. Elevação essa que já então atestava o desenvolvimento, inclusivamente o populacional, que o povoado vinha registando. Drumond, referindo-se aos 70 anos que medeiam entre o reinado de D. Manuel I e o de D. Sebastião, depois de referir a fama e celebridade, a riqueza e prosperidade da Terceira em consequência da passagem das frotas do Brasil e naus da Índia, afirma que para a pública grandeza de Angra concorria a magnificência com que então se edificaram sumptuosos templos, ricos edifícios, mosteiros conventos, hospitais e albergarias. É ainda o mesmo autor, referindo-se à acção dos Filipes, não só em Angra, mas em todos os Açores, que afirma terem-se construído e reedificado “famosos

---

<sup>82</sup> GIL, Maria Olímpia, *Os Açores no século XVII*, já. cit.

<sup>83</sup> Cf. COSTA, Susana Goulart, *O Pico. Séculos XV - XVIII*, Associação de Municípios do Pico, 1997.

templos, grandes praças de armas, soberbas fortificações, casas de religiosos, e outros monumentos de caridade e piedade com toda a magnificência”<sup>84</sup>.

Em termos urbanísticos, Angra, no século XVII, manteve a configuração que ganhou ao longo de Quinhentos, conhecendo contudo melhoramentos em muitos aspectos, nomeadamente com a construção de calçada em muitas ruas, de chafarizes, de canos de água, de novos edifícios (como, por exemplo, a Sé que tinha sido iniciada nas últimas décadas de Quinhentos, alguns dos conventos, ermidas, a câmara)<sup>85</sup>.

E se as ruas alcantiladas, os conventos e igrejas (8 conventos, 4 para religiosas e 4 para religiosos, 5 igrejas paroquiais, o colégio dos Jesuítas), os solares de boa traça, os hospitais, a casa do senado, o pátio da alfândega com os seus armazéns, a Misericórdia, entre muitas outras construções são sinais materiais evidentes do desenvolvimento da cidade, o conjunto bélico dos seus numerosos fortes, que foram sendo erigidos ao longo dos tempos (castelo de S. Sebastião ou castelinho, Castelo de S. Cristóvão, ou dos moinhos, castelo do monte Brasil, primeiro de S. Filipe e depois de S. João Baptista, o forte de Santo António, por exemplo), releva a função de vigilância marítima da cidade<sup>86</sup>.

Ponto estratégico, pólo dinamizador da economia, centro do poder eclesiástico, administrativo e militar, que atracção exercia nas gentes vindas das mais diversas proveniências? Que poder de fixação tinha sobre os seus naturais?

---

<sup>84</sup> DRUMOND, *Apontamentos*, já cit., pp. 40-41 e 169

<sup>85</sup> Além das construções serem referidas e datadas nas crónicas, pudemos comprovar o afã de construção e de reparação na cidade através das *Vereações* e do elevado número de pedreiros, calceteiros, mestre de obras, etc. que registámos na nossa base de dados.

<sup>86</sup> Cf. MONTALVERNE, Frei Agostinho, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, vol. I, Ponta Delgada, 1960, pp. 32-33, 49.

## 2. O estudo das gentes

Ao longo de século e meio, tempo que decorre entre o início do povoamento e o século XVII, centúria em que incide este estudo, trabalhou-se, como já foi referido, para povoar e organizar as nove ilhas, essas nove parcelas desiguais, que compõem o arquipélago dos Açores.

Espaços inabitados, aquando da sua descoberta, careciam de modelos administrativos e económicos. Do Reino, à falta de outras experiências, foram transportadas para aí, sem grandes alterações, as estruturas sociais e económicas, que depois se foram moldando de acordo com as necessidades locais, a actuação dos agentes em presença e, em grande medida, com a vontade e capacidade mais ou menos centralizadora da Coroa. As alterações que sofreram ao longo dos tempos são assim o reflexo da realidade a que se destinavam e das conjunturas económicas e políticas que na metrópole foram tendo lugar. Como diz Oliveira Marques “pela segunda metade do século XV, tanto a Madeira como os Açores se haviam tornado colónias de povoamento amadurecido. Espécie de réplicas do Portugal metropolitano, apresentavam, não obstante, características definidas bem próprias, juntamente com inovações e fracassos”<sup>87</sup>.

Sabe-se que a forma encontrada para promover o seu povoamento e aproveitamento económico, sem submeter o erário régio a pesados encargos, foi doar o arquipélago em donatária. Ao donatário, senhor de vastos privilégios e direitos que lhe permitiam exercer uma completa jurisdição nas ilhas, cabiam as obrigações de povoar e explorar. O primeiro donatário, o Infante D. Henrique, mestre da Ordem Militar de Cristo, a quem foi entregue o domínio espiritual das ilhas, autorizado a povoar por

---

<sup>87</sup> MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. I, Palas Editores, Lisboa, 1978, p. 329.

diploma régio de 1439, terá dado início ao povoamento nos primeiros anos da década de 1440.

Várias vicissitudes fizeram com que só nas décadas de 1450/1460 os Açores passassem a ser objecto de interesse permanente. Por essa altura, além de Santa Maria e S. Miguel, cujo povoamento começara na década de 1440 por intermédio do seu capitão donatário Gonçalo Velho, com gentes talvez mais provenientes da Estremadura, Alto Alentejo e Algarve, passaram a ser povoadas também as ilhas Terceira, Graciosa, Faial e Pico. Mantendo-se na metrópole o donatário delegou direitos em capitães-donatários que passavam a ser responsáveis, na sua capitania, pelo povoamento. Cedo se deram conta de que o recrutamento de colonos era tarefa difícil.

Dada a escassez de gente no reino, os responsáveis aceitaram que no povoamento participassem estrangeiros. As dificuldades iniciais do povoamento em encontrar colonos foram superadas talvez graças ao surto populacional que se deu em Portugal tal como aconteceu um pouco por toda a Europa<sup>88</sup>. Além de colonos vindos do reino foram afluindo ao arquipélago, ao sabor de oportunidades muito condicionadas pelas diversas conjunturas económicas, políticas e até demográficas, escravos, mouros, judeus, flamengos, italianos, castelhanos, franceses, ingleses entre outros. Efectivamente o povoamento foi um processo dinâmico que se prolongou nos séculos afectando diferentemente cada uma das Ilhas.

O progressivo interesse pelos Açores, que garantira que ao longo do século XVI todas as nove ilhas ficassem povoadas, terá gerado gentes de forma que “desde cedo, ainda no século XVI, deparamos com indivíduos das ilhas açorianas nas mais variadas partes do Império. Ao serviço de Deus ou do Rei, encontramos açorianos nas praças africanas e na Índia, nos navios de navegadores e de exploradores, na “missão” de

---

<sup>88</sup> Para uma visão de conjunto da evolução da população, em traços gerais, nos séculos XV – XVI, veja-se LÉON, Pierre (dir), *História Económica e Social do Mundo*, Vol. I, Tomo II, pp. 528-531 e Vol. II, Tomo I, pp. 37-56.

difusão da fé cristã ou, simplesmente, como colonizadores e militares”<sup>89</sup>. Não escapava, assim a população açoriana a uma das marcas estruturais da sociedade portuguesa. De “imigrantes” os colonos, que orientados para as tarefas agrícolas e estimulados pela fertilidade das terras haviam promovido a prosperidade, transformavam-se, pela necessidade de colonizar outros espaços coloniais, em emigrantes. As vias marítimas, facilitadoras da saída dos ilhéus, sobretudo em séculos posteriores<sup>90</sup>, foram, mormente com as carreiras das Índias, um contributo decisivo para atrair gentes ao arquipélago. Gentes que vinham, já não em missão de povoamento, mas pelas oportunidades relacionadas com o comércio que as ditas carreiras potenciaram. Assim, se compreende, por exemplo, a presença nos Açores, desde meados do século XVI, de mercadores do Reino e de mercadores estrangeiros. Mercadores a cujo cargo estavam as mais variadas actividades mercantis, quer a nível local, quer em ligação com o mercado internacional, tal como documentou, sobretudo para o século XVII, tanto na praça de Angra como na de Ponta Delgada, Maria Olímpia Gil<sup>91</sup>. Presença que, no caso de Angra, foi detectada na nossa base de dados, já que alguns desses mercadores casaram e ou tiveram filhos e ou faleceram na cidade onde era notória a sua actividade de mercadores. Presença que não deixou de ser registada pelo padre Cordeiro na *História Insulana* onde afirma: “O contrato desta Cidade se divide em mercadores de logea onde vendem a conta, pezo, & medida, de que há muytos, e em outros a que chamão contratadores de sobrado, que

---

<sup>89</sup> Cf. RODRIGUES, Damião José, “Os Açores e a expansão: bens e gentes no espaço colonial português (séculos XV a XVIII)”, separata de *Insulana*, Ponta Delgada, 1993, citado por ROCHA, Gilberta, e outros, “O Arquipélago dos Açores como Região de Fronteira”, in *Pré-actas do VI Congresso da Associação de Demografia Histórica*, Castelo Branco, 18 a 20 de Abril de 2001, Instituto Politécnico de Castelo Branco, 2001, p. 7.

<sup>90</sup> Trabalhos sobre os Açores mostram que a variável Mobilidade foi influente na evolução das populações, constringendo o seu crescimento sobretudo a partir do século XIX. Cf. AMORIM, Norberta, 1992, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico -1680 - 1980*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga; Idem, 1991, “Emigração - uma variável demográfica influente. O comportamento de gerações nascidas no Sul do Pico entre 1740 e 1890” in EIRAS ROEL, A. (coord), *Emigración española y portuguesa a America (Actas del II Congresso de la ADEH. Alicante, Abril de 1990. Vol.1)*, Alicante, pp. 147-160. MESQUITA, M. Hermínia Morais, 1998, *Evolução Demográfica na Criação Velha Paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*, SREAS-DRC.

<sup>91</sup> GIL, Maria Olímpia, ob. cit., pp. 211-251

despachão as partidas inteyras na Alfandega, & repartidamente as vendem (...); & além destes, que são muytos mais, há taes contratadores de sobrado, (...), & não só Portuguezes, mas estrangeyros de quasi todas as nações, (...)”. E como o próprio Cordeiro refere “nem só da terra, mas tambem do mar foy tam grande o contrato desta Ilha que tinha muytos navios proprios seus, & de alto bordo, com que commerciava com Portugal, com o Brasil, com Angola, & Maranhão; & não só as frotas do Brasil, mas as nãos da India Oriental, & as das Indias de Castela (...)”<sup>92</sup>

Assim, resultando de dinâmicas próprias, onde ao jogo das variáveis que comandam o crescimento natural se juntavam os efeitos da mobilidade das gentes, o crescimento populacional foi evidente no arquipélago como fica demonstrado pela evolução do número de vilas e de concelhos. Pese embora a disparidade dos números, tão comum sempre que se pretendem quantificar populações tão afastadas no tempo, o facto é que de meados do século XV, em que não havia uma só vila com foral em todo o arquipélago, se passou para uma situação em que, por volta de 1500, já havia dois concelhos na Terceira, dois em S. Miguel e um em S. Jorge. E por meados do século XVI, além de se contarem duas importantes cidades, Angra e Ponta Delgada, o número de vilas já se havia elevado a quase duas dezenas<sup>93</sup>. A importância crescente dos Açores, mesmo do ponto de vista populacional, é ainda confirmada pela criação em 1534 do Bispado dos Açores sediado em Angra<sup>94</sup>. E ao findar o século XVI o

---

<sup>92</sup> CORDEIRO, Pe. António, ob. cit., pp. 292 e 293

<sup>93</sup> MARQUES, A. H. Oliveira, ob. cit., pp. 222-223; 330-331. Este autor aponta para esta altura a existência só de 12 vilas (cinco em S. Miguel, três na Terceira, três em S. Jorge e uma na Graciosa). Seguindo DRUMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos*, ob. cit., que segue uma carta patente de 30 de Julho de 1568, haveria 20 vilas, pois além das 5 vilas de S. Miguel (Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Vila do Nordeste, Água de Pau e Alagoa), das 3 de S. Jorge (Topo, Velas e Calheta) e das 3 da Terceira (Praia, S. Sebastião e Vila Nova), haveria então mais 2 na Graciosa (Santa Cruz e Vila da Praia), 1 no Faial (Horta), 2 no Pico (Lages e S. Roque), 2 nas Flores (Santa Cruz e Lages) e 1 em Santa Maria (Vila do Porto).

<sup>94</sup> Até aí os Açores estavam integrados no Arcebispado da Madeira com sede no Funchal. Se são equívocos geográficos, os constantes na bula da criação do bispado açoriano (mandava o papa que a Sé fosse criada na ilha de S. Miguel, nomeando no entanto que a igreja de S. Salvador em Angra fosse feita Sé) como quer Drumond, então, por essa altura a Ilha Terceira, não S. Miguel, era a mais populosa e notável das ilhas açoreanas. Os quantitativos apresentados por Maria Olímpia Gil vão no mesmo

arquipélago dos Açores, na opinião de Maria Olímpia Gil, “apresentava um desenvolvimento a todos os títulos notável. A sua população ultrapassava as 50.000 pessoas, distribuídas por vilas e aldeias em crescimento e duas cidades marítimas que conheciam grande movimento de entrada e saída de barcos, tanto portugueses como estrangeiros. Dos finais do século XVI para os finais do século XVII a população aumentou, sobretudo nas ilhas mais pequenas, atingindo os 85.166 almas, o que significa um acréscimo superior a 70%”<sup>95</sup>.

Este quadro de dinamismo populacional aplicado aos Açores encerra, no entanto, diferenças notórias de umas ilhas para as outras. Relembremos que, se nos finais do século XVI (1587) cerca de um terço das almas açorianas (33,6%) residiam na Ilha Terceira, nos finais da centúria de Seiscentos (1695) essa percentagem situava-se apenas nos 21,04%, apesar de nesse mesmo período a ilha não ter perdido efectivos. As diferenças são também evidentes quando se compara o sentido do crescimento populacional da ilha com o registado na cidade de Angra. Nas mesmas datas Angra representaria 48,3% e 41,3% da população terceirense e 16,2% e 8,7% da população açoriana, respectivamente.

Sabendo-se que a Terceira e S. Miguel foram até ao século XVIII, como já foi referido, as ilhas de maior projecção em virtude do papel que desempenhavam nos circuitos do comércio internacional, interessa saber, neste caso, de que forma essa projecção se reflectiu no dinamismo populacional da cidade de Angra.

Como cidade açoriana, Angra esteve desde sempre aberta a multifacetadas influências. Transformada no século XVI, em “escala das Índias”, paragem obrigatória

---

sentido: nos finais do século XVI haveria 5.475 almas em Ponta Delgada e 8.400 em Angra; já nos finais do século XVII esses quantitativos seriam de 6.040 e 7.393 almas, respectivamente. Mantendo Angra, para finais do século XVII, uma população superior à da cidade de Ponta Delgada, é importante sublinhar o sentido inverso que seguiam as populações de ambas as cidades: Ponta Delgada crescia ao passo que Angra perdia efectivos.

<sup>95</sup> GIL, Maria Olímpia da Rocha, *O arquipélago dos Açores no século XVII*, ob. cit., pp. 11.

antes dos portos de destino – Lisboa e Sevilha – Angra, universalizou-se. Atraiu gente vinda de diversas partes e ofereceu aos terceirenses, condicionando as suas opções agrícolas (abrandamento da cultura do trigo, aposta em géneros variados e na pecuária), a oportunidade de se ocuparem nas actividades, directa ou indirectamente relacionadas com o comércio, que aí se desenvolveram.

Além dos aspectos decorrentes da situação de Angra no contexto das rotas comerciais há que ter em conta a sua condição de capital política, administrativa e eclesiástica do arquipélago. Efectivamente a Angra desde cedo afluíram gentes, vindas de diversas partes, para as mais diversas funções – religiosos, funcionários, militares, comerciantes, contrabandistas, corsários e escravos.

Tudo isto terá contribuído para que o crescimento de Angra se tivesse acelerado ao longo da centúria de Quinhentos. Crescimento que parece bem patente no alargamento da malha urbana e na criação das suas cinco paróquias. Não se sabendo precisar a data da fundação de cada uma das suas paróquias, sabe-se, no entanto, que todas estavam criadas antes de findar o século XVI<sup>96</sup>. A da **Sé** (igreja catedral desde 1535), era já paroquial de S. Salvador antes da criação da diocese<sup>97</sup>; a de Nossa Senhora da **Conceição** (não se sabendo a data da sua fundação Drumond dá como certa a sua existência já no ano de 1521); a de **S. Pedro** elevada a paróquia por alvará de 20 de Maio de 1574; a de **Santa Luzia**, com alvará de criação datado de 2-2-1585, consta num alvará de 23-5-1595 como “descarregada” da paróquia da Sé por ter “mais de 1200 fogos, e 5000 e tantas almas de confissão, afora 2000 soldados do presídio, e haver muita gente que vinha nas embarcações por escala, que a maior parte corriam a

---

<sup>96</sup> Seguimos DRUMOND, Francisco, *Apontamentos Topográficos, Políticos Civis e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, IHIT, 1990, pp. 209-220.

<sup>97</sup> O Pe. MALDONADO, na *Fénix Angrense*, dá como certa a existência da paroquial do S. Salvador em 1474, tendo então vigário provido pelo “Infante senhor da Ilha” e sendo Angra já vila, pp. 135-136.

desobrigar-se dos preceitos da Quaresma na Sé”<sup>98</sup>; **S. Bento**, paróquia extra-muros, a sua igreja paroquial tem alvará de fundação datado de 9 de Maio de 1573.

Freguesias que apresentavam diferenças, nomeadamente, quanto ao número de fregueses e à “qualidade e condição” dos seus moradores. A da Sé e a da Conceição eram as mais importantes, não só do ponto de vista numérico (760 e 638 fogos respectivamente, em 1700, contra os 326 de S. Pedro, os 302 de Santa Luzia e os 136 de S. Bento), pois os moradores da Conceição “se chamavão do Vando de Sima, asserrimos contendores com os de São Salvador que chamauão do Vando de Baixo; e hus e outros procedião com notauelissimos empenhos nas elleicões dos que huião ser nomeados nos cargos do gouerno publico, em que muitas uezes desparauão em renhedissimas pendencias”<sup>99</sup>. Eram as duas freguesias com “muyto grande numero de freguezes, & muytos delles fidalgos, & morgados muyto ricos”, contrastando, por exemplo, com a de S. Pedro, que ficando no “fim do grande cumprimento da Cidade” e tendo “nella algumas casas nobres, o mais são mareantes, e se estende a muytas partes fora da cidade, & da sua porta, que chamão de S. Catarina”<sup>100</sup>

Espalhando-se pelas suas cinco paróquias<sup>101</sup> Angra é, segundo a descrição de ruas e edifícios feita pelo padre Cordeiro na sua *História Insulana*, uma cidade que tem “mais de vinte ruas, largas de casaria nobre, & fechada do Sul ao Norte; do Nascente a Poente, & è contra, & todas limpissimas & bem ladrilhadas, não falando em suas ruas

---

<sup>98</sup> DRUMOND, Francisco, *Apontamentos Topográficos, Políticos*, já cit., pp. 218-219

<sup>99</sup> MALDONADO, ob. cit., 3º vol., pp. 141-142. As disputas tomavam tal dimensão que, segundo este autor, foi precisa a intervenção do Rei em 1623, ano até quando “durarão estas desordeñs. em que El Rey foi seruido a fim de atalhar estas contendas mandou viessem nomeados do Reino pela Meza do Dezebargo do Passo os que huião seruir de Juizes Ordinarios Vreadores, e Procurador do Conselho na Republica d Angra; e outrosi pessoa que tivesse o cargo de Provedor da Mizericordia em que hauia a maior contenda.”

<sup>100</sup> CORDEIRO, Pe. António, ob. cit., p. 280

<sup>101</sup> “A Sé, que he a primeira e mais principal de todas as Ilhas, por ser a cabeça do Bispado; A de Nossa Senhora da Conceição, que he logo apos esta, e fica ao cabo da cidade pera banda do Nordeste; e Santa Luzia, que fica no alto, e cimo da cidade pera o Noroeste; e Sam Pedro, que fica em outro cabo da mesma cidade em hum baixo, e plano, que fica pera o Sudoeste. A outra he do Orago do glorioso S. Bento, que fica fora do portão da cidade, quando sahem pera a Praya, e pera a Villa de Sam Sebastião”, in CHAGAS, Frei Diogo das, ob. cit., pp. 228-229

travessas, nem nos quatro bayrros do Corpo Santo, de S. Bento, de S. Luzia, & de S. Pedro, dos quaes cada hum tem muytas outras ruas: nem tambem fallando na grãde, & nobre povoação do Castello; nem na publica praça da cidade”<sup>102</sup>.

É dado como certo o crescimento da cidade e o aumento da sua população ao longo do século XVI. Mas sabendo-se que o ocaso da centúria de Quinhentos, à imagem do que aconteceu em vastas zonas do continente europeu incluindo o reino português, ficou marcado pela ocorrência de epidemias (destacando-se pela sua violência a peste de 1599) e que no século XVII se viveram conjunturas adversas, não será de estranhar que o dinamismo populacional ao longo de Seiscentos possa registar um comportamento diferente. Deixemos por ora a questão dos quantitativos populacionais da cidade.

Tentemos, a partir das informações de carácter qualitativo que recolhemos nas nossas fontes, apontar alguns aspectos que contribuam para melhor conhecer as gentes da cidade do ponto de vista social.

## **2.1. Aspectos sociais**

Para as análises que se seguem utilizámos essencialmente o Ficheiro de Famílias e o Ficheiro de Defuntos. De acordo com os dados recolhidos nos registos paroquiais conhecemos, para um número considerável de indivíduos do sexo masculino, a profissão, cargo ou outro atributo, o que sempre ajuda a melhor identificar o indivíduo em causa. Para as mulheres essas indicações muito raramente aparecem, pois os párocos não tinham o hábito de referenciar as ocupações femininas. O tratamento “Dona” e a indicação de que se tratava de mulher escrava ou de mulher forra praticamente esgotam as referências que os párocos acrescentaram como atributos identificadores das

---

<sup>102</sup> CORDEIRO, Pe. António, ob. cit., p. 270

mulheres. Assim, para a grande maioria das mulheres, pelo Ficheiro de Famílias não existe qualquer indicação deste tipo. Quanto aos homens, a situação é diversa. Apesar de não termos indicações que nos permitam conhecer a profissão para todos os cônjuges masculinos, o certo é que, em número considerável, existem referências à sua profissão (carpinteiro, sapateiro, marinheiro, pescador, entre muitas outras), aos cargos (provedores, corregedor, governador, etc.) e à distinção social (fidalgo da casa de sua Majestade, cavaleiro do hábito de Cristo, escravo).

O Ficheiro de Defuntos também contempla referências à profissão do indivíduo. As indicações femininas pouco acrescentam às conhecidas pelo Ficheiro de Famílias. Relativamente ao sexo masculino acrescem, em relação ao Ficheiro de Famílias, fundamentalmente, as referências aos indivíduos do clero secular (bispo, deão, cónego, cura, padre, vigário).

As referências a profissões, cargos, dignidades eclesiásticas e sobretudo à distinção social parecem remeter para a existência de uma sociedade que, aparentemente reproduziria, em Angra, a matriz das sociedades de Antigo Regime. Sociedades que, segundo o modelo, arrumavam os indivíduos em três Ordens – Clero, Nobreza e Povo – e que do ponto de vista normativo perpetuariam uma situação de imobilidade social. Ora, como nos ensinou Vitorino Magalhães Godinho “não faz sentido aplicar indiscriminadamente esquemas interpretativos e paradigmas de acção, sem estarmos previamente certos de que entre as sociedades para que foram elaborados e aquelas a que se pretende aplicá-los há efectiva analogia estrutural e paralelismo conjuntural”<sup>103</sup>.

A Antiga Sociedade portuguesa – a que vigorou *grosso modo* entre os séculos XVI e XVIII – era, à imagem da maior parte das sociedades do Ocidente e Sul da Europa, uma sociedade em que a população era hierarquizada em grupos sociais que

---

<sup>103</sup> GODINHO, V. Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4ª Edição, Arcádia, 1980, p. 11.

tinham estatutos jurídicos próprios, segundo os quais cada ordem se diferenciava de modo rígido e quase inalterável. Segundo palavras de V. M. Godinho, na sociedade de Antigo Regime, estratificada juridicamente, os estados e condições das pessoas distinguem-se pelas formas de tratamento e pelo vestuário, implicando estatuto diferente perante a justiça. Sabe-se, no entanto, que “sob a hierarquia, legalmente fixada, há uma constante tensão com as realidades sociais em mudança”<sup>104</sup>. De facto, a mobilidade social, embora difícil, não estava completamente vedada. A burocratização do Estado e a mercantilização da economia abriram espaço para a mudança de realidades sociais. Assim, por baixo dessa aparente imobilidade foi-se estabelecendo um jogo de forças opostas. Forças de pressão por parte daqueles que, não pertencendo aos juridicamente privilegiados e desejando a mudança, foram, de geração em geração, perseguindo estratégias que lhes garantissem a desejada ascensão social. E forças de resistência por parte daqueles, a quem a ordem tradicional favorecia. Resistia fundamentalmente a nobreza que, habituada ao exclusivo do privilégio, procurou, nem sempre com sucesso, evitar qualquer mudança. Paulatinamente, em virtude desse jogo, se foi preparando a mudança que viria a ser consagrada pelas Revoluções Liberais.

### **2.1.1. Marcas de uma sociedade estratificada**

No caso de Angra, as fontes que consultámos dão conta de marcas de uma sociedade estratificada. As referências à profissão, cargos ou condição social (que apresentamos mais adiante em quadro) permitem-nos detectar a existência das três ordens sociais: o clero, fundamentalmente o clero secular<sup>105</sup>, de que fazem parte

---

<sup>104</sup> GODINHO, V. Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, já cit., p. 74

<sup>105</sup> Além do clero secular, 77 ministros distribuídos pelas 5 paróquias em razão da sua grandeza (54 na Sé, incluindo o bispo e o vigário geral; 14 na Conceição; 7 em S. Pedro e 3 em cada uma das restantes), também o clero regular tinha uma presença significativa na cidade, onde havia 8 conventos e mosteiros, 4 para os religiosos e 4 para as religiosas. Estes conventos e mosteiros albergavam mais de 200 religiosos que juntamente com os seus servos, donatos e pupilos, para ambos os sexos, ultrapassavam largamente o meio milhar. Cf. MALDONADO, *Fenix Angrence*, já cit., 3º vol, pp. 230-

vigários, curas, padres, cónegos, arcediagos, deãos e bispos; a nobreza, identificada nos indivíduos que ostentam os títulos de: *Dom; fidalgo da casa de sua Majestade; Cavaleiro do hábito de Cristo ou de Santiago; morgado* (nobrezas, pois, certamente, a par da nobreza tradicional encontram-se aqueles que se nobilitaram<sup>106</sup>); o povo constituído por uma variedade de estratos a que corresponde uma variedade de situações socio-económicas. Na verdade os estratos populares o que têm em comum é o facto de não terem privilégios de nascimento. Pelas profissões e cargos desempenhados poder-se-ia arrumá-los em: alta burguesia, a mercantil (mercadores, armadores e contratadores) e a letrada (desempenhando profissões liberais ou no funcionalismo público: tabeliães, escrivães, licenciados, doutores, etc.); pequena e média burguesias (a que pertenceriam os mestres e oficiais dos vários ofícios, os vendeiros, etc.) e o povo urbano (onde encontrámos marinheiros, pescadores, criados, e assalariados não qualificados – os trabalhadores) e também mendigos. E por fim; à margem desta tripartição, os escravos, dando corpo a uma outra discriminação, inscrita na ordem jurídica, a que opõe o livre ao escravo.

Diferenciação jurídica a que, também em Angra, correspondiam sinais exteriores identificadores da “qualidade e condição”. As formas de tratamento e o vestuário eram sinais visíveis dessa distinção. Assim, além das formas de tratamento, que nos registos

---

232. Também no livro de *Vereações*, em 3/9/1699, se faz referência ao clero regular que havia nas capitâncias de Angra e da Vila da Praia. Nestas duas capitâncias “as religioes e pessoas que nellas vivem q são 6 conventos de freiras e 6 de frades e padres da Companhia q passam de mil pessoas”.

<sup>106</sup> O padre MALDONADO na “rellação das pessoas a quem El Rey Dom Filipe deu tenças, e habitos, por requererem serem de sua fiação, por cuja cauza havião sido desterrados”, dá-nos conta de nomes como os de Vital de Betancort e de Jorge Lemos, filho e genro de João de Betancort, a quem foi dado o foro de fidalgo e hábito de Cristo e, ainda, uma determinada quantia de Tença. A outros era-lhes dado apenas o hábito de Cristo como aconteceu, por exemplo a Gaspar Homem da Costa ou a António Pacheco de Lima. Cf. Fenix, já cit, 1º vol., pp. 373-378. Destes nomes localizámos 2 na nossa base de dados, onde constam a partir de 1587: Vital Bettencourt que aparece referenciado ora como capitão-mor, ora como fidalgo, cavaleiro do hábito de Cristo e António Pacheco de Lima que consta como cavaleiro do hábito de Cristo e como fidalgo.

se ficam pelo “Dom” e “Dona”<sup>107</sup>, encontramos referências a outros sinais de distinção nas *Vereações* e no testemunho do padre Cordeiro na sua *História Insulana*.

Nas *Vereações* encontrámos, por exemplo, “um auto de assento”, que mandou fazer o corregedor, que nos parece bem ilustrativo do respeito pela hierarquia estabelecida que todos deviam observar. Trata-se de um episódio ocorrido numa procissão feita em 6 de Novembro de 1608. O corregedor, Dr. João Correia de Mesquita, mostra-se indignado pelo facto de na procissão ir, na fileira dos oficiais da câmara, o fidalgo Manuel do Canto Castro em melhor lugar do que os juizes e vereadores, o que era contra “a ordem e estilo que sempre houve e há em todas as camaras e não se devera fazer e ele corregedor o não emendou logo para escusar escandalos e perturbações na dita procissão em q ía o senhor Bispo”<sup>108</sup>.

Na *História Insulana* também é possível encontrar testemunhos de formas de distinção social. A qualidade nobre das mulheres, das mais nobres, é anunciada, em cada saída à igreja ou a visitas, pelas ricas cadeiras fechadas e de mão transportadas por dois negros e pelo acompanhamento de criados e criadas que “às ilhargas a pè hião”. Já as outras “nobres mulheres, por ser tam bem assentada a cidade, & ter tam perto as Igrejas, hião a pè, mas nunca sem criada, nem sem homem diante, que bem vestido acompanha por criado, & algum filho, ou irmão leva, & traz a mãy, ou a irmã pela mão, & a criada, ou criadas vão logo atraz”<sup>109</sup>. As formas de distinção chegavam ao pormenor de não deixar confundir por quem os sinos tocavam a finados, como se depreende da seguinte passagem: “Estão estas torres bem providas de nobres, & grandes

---

<sup>107</sup> Esta forma nominal de tratamento regulada nas Ordenações, que previam penas como a perda da fazenda e do privilégio de fidalgo quando usada indevidamente (nem bispos nem condes e menos ainda os bastardos a podiam usar), foi regulada por lei de 1611 (porque a severidade das penas levava a que não se aplicassem e que por isso se instalasse a “devassidão” do uso) autorizando, então, o Dom a todos os bispos, condes, mulheres e filhas de fidalgos assentes nos livros reais, desembargadores e até aos bastardos dos titulares nascidos depois da promulgação. Cf. Vitorino M. GODINHO, *Estrutura da Antiga Sociedade*, já cit., pp. 73- 74.

<sup>108</sup> BPAAH, *Vereações*, Livro 10, Pasta 1

<sup>109</sup> ob. cit., pp.292

sinos, em que há distinção em o tocar aos defuntos fidalgos, ou da governança, & aos somente nobres, & aos plebeos”<sup>110</sup>.

Que oportunidades se ofereciam e que obstáculos se levantavam às tentativas de mobilidade social na sociedade estratificada de Angra?

A questão da mobilidade social, pertinente sempre que se procure caracterizar a população do ponto de vista da sua organização social, coloca-se essencialmente a nível de grupos que são minoritários no conjunto da população. Trata-se, em relação à maioria da população, de elites cujos membros, sendo originários de estados sociais distintos, acabam por, através de uma complexa teia de relações, partilhar áreas de poder. Nobres e burgueses, geralmente. Ganham uns em desfavor de outros? Os burgueses, sem os títulos nem o privilégio dos primeiros, aproveitando o sucesso dos negócios além da carreira eclesiástica em que podiam investir, procuravam entrar na administração pública e tentavam partilhar com a nobreza o exercício de alguns poderes, nomeadamente, no governo municipal. A nobreza, mercantilizada, porém ciosa dos seus privilégios, procura manter ou reforçar os seus proventos, disputando ou substituindo-se, não raras vezes, no comércio à burguesia. Seria assim em Angra?

A natureza das nossas fontes, embora nos permita identificar diversos actores sociais em função da profissão, cargo ou condição, não nos faculta a informação necessária para podermos conhecer, além das estratégias matrimoniais, outras estratégias que, certamente, foram seguidas e de que terão resultado alguns casos de ascensão social.

Assim, é no plano das relações matrimoniais, plano onde se podem observar estratégias opostas das duas forças sociais (os que resistem e os que perseguem a

---

<sup>110</sup> ob. cit., p. 279

mobilidade social), que procuraremos identificar os diferentes posicionamentos face à mudança.

Descortinar estratégias matrimoniais parece-nos uma boa via tanto mais que, na linha das mais recentes investigações, a família configura um campo central de análise para o estudo tanto dos sistemas sociais dominantes como das relações de poder<sup>111</sup>.

Os nossos dados permitindo identificar protagonistas dessas forças e segui-los, em alguns casos, nas estratégias matrimoniais que perseguem, de geração para geração, de forma a forçar ou a resistir à mudança conforme o que convém ao *status* do grupo a que pertencem, carecem, no entanto, do cruzamento de outras fontes. As estratégias matrimoniais não passam só por arranjar casamento conveniente. O celibato pode servir essa estratégia destinando-se filhos e filhas à vida religiosa, por exemplo. As fontes que trabalhamos, por ora, não nos permitem avançar nesse sentido.

Consideramos, para exemplo, o caso do casal Estevão Silveira Borges e D. Bárbara Machada. Para se poder seguir a descendência deste casal construímos quadros, através dos quais se vão apresentando, em encadeamento genealógico, as sucessivas gerações descendentes deste casal. Assim, num primeiro quadro começámos por apresentar o referido casal e os respectivos filhos. Para todos os indivíduos constantes do quadro preenchemos, de acordo com os dados conhecidos, as datas de baptismo, de casamento e de óbito. Os filhos, para os quais se conhece a data de casamento, são destacados a negrito e o seu nome é precedido de uma letra, como por exemplo o filho Francisco que (ao casamento tem mais os apelidos Carvalhal Borges) consta como filho A. No quadro seguinte, sob o título Filho A do casal 1, apresenta-se a família a que este

---

<sup>111</sup> Veja-se, por exemplo, CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco e HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.), *Poder, Familia y Consanguinidad en la España del Antiguo Régime*, Anthropos, Barcelona, 1992. E na mesma linha, para os Açores, mais concretamente para Ponta Delgada, veja-se o estudo a propósito de “Endogamia, parentesco e consanguinidade” que José Damião Rodrigues inclui no seu trabalho intitulado *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no século XVII*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1992 (policopiado)

Francisco deu origem. Procedendo do mesmo modo, os filhos de Francisco, que tenham data de casamento conhecida, terão o seu nome precedido de A.1, A.2 , etc. Apresenta-se, em cada quadro, cada nova família que sucessivamente se vai formando. E cada uma das novas famílias é sempre identificada pela relação de parentesco (filhos, netos, bisnetos) que tem com o casal fundador – o casal 1: Estevão Silveira Borges e D. Bárbara Machada.

Atentemos então no caso que se apresenta.

**Casal 1: Estêvão Silveira Borges / D. Bárbara Machada e seus descendentes**

Nome/ocupação	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Estêvão Silveira Borges a)</b>	?	22-4-1596	29-12-1651	V?
D. Bárbara Machada a)	?		22-12-1638	C
<b>FILHOS</b>				
Maria	27-11-1597			
João	9-12-1599			
<b>A -Francisco Carvalhal Borges</b>	17-08-1603	22-6-1631	30-3-1652	C
Serafina Silveira b)	?	?	?	?
Catarina	11-6-1608			
Maria	24-2-1611			
Cristóvão	21-11-1613			
Margarida	18-4-1615			
Inácio	30-5-1616			
<b>B -Clara Silveira</b>	3-1-1618	2-7-1635	16-7-1645	C
OBS:a) São filhos, ele de João Dias Carvalhal/D. Maria e ela de Cristóvão Nunes Vieira/Maria Cota Malha.				
b)É nomeada, juntamente com o sobrinho Estêvão Canto, testamenteira do cunhado Francisco Canto Vasconcelos que casara com Clara Silveira, sua irmã				

Como se pode verificar, conhecem-se 10 filhos ao casal Estevão e Bárbara. Nove dos quais com data de baptismo conhecido e uma, Serafina, cuja existência descortinámos no registo de óbito do cunhado Francisco Canto Vasconcelos, datado de 3-9-1646, que a nomeara para, juntamente com o filho (do testador), Estêvão Canto, ser sua testamenteira. Dos 10 filhos mencionados apenas sabemos que dois casaram: Francisco com 27 anos e Clara com 17 anos. O destino dos outros filhos, com base nos dados paroquiais, é uma incógnita. De Serafina sabe-se apenas que foi nomeada testamenteira pelo cunhado. Desconhece-se se seguiu vida religiosa ou se casou fora de

Angra. E os outros, terão morrido todos na infância, algum terá seguido vida religiosa ou terão contraído casamento fora de Angra?

Vejamos, então, o que se passou com os demais descendentes deste casal para os quais temos algum tipo de informação. Começemos pelos filhos que casaram em Angra: o filho A - Francisco Carvalhal Borges que casou com D. Maria Câmara e a filha B - D. Clara Silveira que casou com Francisco Canto Vasconcelos.

#### Filho A do casal 1

Nome/ocupação	Batismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Francisco Carvalhal Borges</b>	17-08-1603	22-6-1631	30-3-1652	C
D. Maria da Câmara a)	?		3-6-1678	
<b>FILHOS</b>				
<b>A.1 –João Carvalhal Silveira</b>	2-7-1632	25-11-1671	16-2-1708	V
Maria	12-10-1633			
<b>A.2 -Manuel Silveira Borges</b>	27-2-1635	21-7-1677	15-1-1699	C
Bento	19-4-1636			
Luzia	15-10-1637			
Simão	3-11-1639			
Estêvão	8-3-1642			
Francisco	23-4-1644			
Joana	28-6-1647			
OBS: a) É filha de Timóteo Teixeira e de D. Luzia Câmara				

#### Filha B do casal 1

Nome/ocupação	Batismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>D. Clara Silveira</b>	3-1-1618	2-7-1635	16-7-1645	C
Francisco Canto Vasconcelos a)	18-10-1593		3-9-1646	V
<b>Filhos:</b>				
<b>B.1.-D. Maria Canto</b>	13-12-1637	10-01-1654	25-03-1719	
Pedro	12-4-1639			
Estêvão Canto b)	26-4-1640			
Bárbara	16-12-1641			
<b>B. 2 -Inácio Canto Silveira Vasconcelos</b>	26-5-1643	1-5-1672	3-3-1727	C
OBS: a) É filho de Pedro Anes do Canto e de D. Maria Serrão				
b) Testamenteiro do pai juntamente com a tia Serafina				

Verificamos que de entre os 14 netos, 9 filhos de Francisco e 5 de Clara, apenas 4 têm casamento conhecido. O percurso de vida de cada um dos outros dez netos é também uma incógnita. A nomeação de Estêvão Canto, no testamento do pai que o deixava órfão aos seis anos, é o único dado conhecido para além da data de batismo.

Os quadros que se seguem apresentam as famílias que tiveram origem no casamento de cada um dos quatro netos que se sabe terem casado na cidade.

#### Neto A.1

Nome/ocupação	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>A.1 -João Carvalhal Silveira</b>	2-7-1632	25-11-1671	16-2-1708	V
D. Maria Noronha Corte-Real a)	2-10-1650		19-1-1689	C
<b>Filhos</b>				
<b>A.1.1 –D. Catarina Mª Noronha Corte-Real</b>	?	30-11-1709		
António	24-4-1687			
<b>A.1.2 –D. Margarida Maria Luz Noronha</b>		29-7-1709	7-8-1744	V
<b>A.1.3 –D. Maria Câmara Carvalhal</b>		21-8-1702	21-2-1733	C
Melchior Carvalhal			8-12-1718	S
<b>A.1.4 – João Carvalhal Noronha Silveira</b>		26-2-1702		
OBS: a) filha de Bernardo Homem Costa e de D. Margarida Lemos Bettencourt				

#### Neto A.2

Nome/ocupação	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>A.2 -Manuel Silveira Borges/capitão de artilharia</b>	27-2-1635	21-7-1677	15-1-1699	C
D. Beatriz Melo Silva a)	30-8-1634		27-4-1710	V
<b>Filhos</b>				
Não tiveram filhos				
OBS: a) filha de Luís Coelho Pereira e de D. Isabel Melo Silva. Era viúva de Pedro Canto Castro, fidalgo				

#### Neta B.1

Nome/ocupação	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>D. Maria Canto</b>	13-12-1637	10-01-1654	25-03-1719	V
Vital Bettencourt Vasconcelos/Capitão – Provedor dos resíduos a)			18-2-1699	C
<b>Filhos:</b>				
<b>B.1.1- D. Clara</b>	13-12-1656	30-7-1673	20-8-1723	
Joana	10-1-1658			
Doroteia	10-2-1659			
<b>B.1.2- D. Maria Clara</b>	24-5-1660	29-8-1683	10-12-1707	C
Inês	4-2-1662			
D. Catarina	3-3-1663	13-10-1680		
Susana	29-3-1664			
<b>B.1.3- José Bettencourt</b>	7-12-1665	10-1-1693		
António	25-9-1668			
Vasco	6-5-1670			
André	3-12-1672			
João	6-3-1674			
<b>B.1.4- D. Úrsula</b>	15-10-1675	4-7-1694	1-4-1704	C
Apolónia	11-2-1677		5-12-1718	S
Pedro	20-4-1680			
<b>B.1.5- D. Bernarda Luzia</b>	25-12-1681	5-10-1710		
OBS: a) filho do fidalgo, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Vital Bettencourt Vasconcelos e de D. Izeu Pacheco. Viúvo de D. Violante Barcamante				

### Neto B.2

Nome/ocupação	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>B. 2 -Inácio Canto Silveira Vasconcelos/ capitão</b>	26-5-1643	1-5-1672	3-3-1727	C
D. Inês Canto Castro a)	6-2-1650		8-3-1728	V
<b>Filhos</b>				
<b>B.2.1- D. Clara Maria Canto Castro</b>	2-3-1673	18-1-1700	24-10-1744	V
Pedro	22-7-1674			
Maria	5-12-1675			
Bárbara	28-3-1677			
<b>B.2.2 -Francisco Canto Vasconcelos</b>	20-3-1678	9-11-1705		
João	3-4-1679			
Manuel	17-4-1681			
Mateus	27-9-1682			
OBS: a) filha de João Canto Castro, provedor das armadas e de D. Maria Caixa				

Dos quatro netos de Estevão e de Bárbara apenas três, dois netos e a neta, tiveram descendência: 30 são os bisnetos dos quais se sabe, até aos primeiros anos do século XVIII, terem casado onze. Os quadros que se seguem reportam-se a esses onze bisnetos.

### Bisneta A.1.1.

Nome/ocupação	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>A.1.1-D. Catarina Maria Noronha Corte-Real</b>	?	30-11-1709		
André Martins Pamplona Corte-Real/ capitão-mor das Ordenanças a)	28-10-1661		7-7-1740	C
<b>Filhos</b>				
O levantamento dos baptismos só foi feito até aos primeiros anos de 1700				
OBS: a) filho de Pedro Martins Fonseca e de D. Inês Fonseca Corte-Real e viúvo de D. Catarina Maria Rocha Coutinho Azevedo				

### Bisneta A.1.2.

Nome/ocupação	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>A.1.2 -Margarida Maria Luz Noronha</b>		29-7-1709	7-8-1744	V
Boaventura Pimentel Melo Câmara a)	28-1-1672		19-9-1737	C
<b>Filhos</b>				
O levantamento dos baptismos só foi feito até aos primeiros anos de 1700				
OBS: a) filho de Cristóvão Pimentel Mesquita e de D. Luzia Melo				

**Bisneta A.1.3.**

Nome/ocupação	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>A.1.3 –D. Maria Câmara Carvalho</b>		21-8-1702	21-2-1733	C
Alexandre Paim Câmara a)			24-7-1739	V
<b>Filhos</b>				
O levantamento dos baptismos só foi feito até aos primeiros anos de 1700				
OBS: a) viúvo de D. Maria Medeiros				

**Bisneto A.1.4.**

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>A.1.4 – João Carvalho Noronha Silveira</b>		26-2-1702		
D. Maria Josefa Melo a)				
<b>Filhos</b>				
O levantamento dos baptismos só foi feito até aos primeiros anos de 1700				
OBS: a) filha de				

**Bisneta B1.1**

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>B.1.1- D. Clara Maria Canto/Sé</b>	13-12-1656	30-7-1673	20-8-1723	
Feliciano Bettencourt Vasconcelos/Capitão/StaLuzi	10-6-1655			
<b>Filhos</b>				
Joana	17-4-1674			
João	16-5-1675			
Vital	21-5-1676		4-9-1703	S
Felícia	8-8-1677			
<b>D. Maria Madalena Bettencourt</b>	14-4-1680	9-11-1705		
Inês	31-5-1681		22-9-1758	S
António	24-10-1683			
Luzia	13-12-1685			
<b>D. Filipa Margarida Bettencourt</b>	1-6-1687	8-9-1712	20-2-1737	V
Jorge	19-10-1690		28-2-1699	S
Branca	27-4-1692		20-2-1706	S
Henrique	21-6-1693			
Bernarda	30-8-1696			
Francisca			3-1-1699	S
OBS: a) filho de João Bettencourt Vasconcelos, capitão-mor e de D. Joana Vasconcelos				

### Bisneto B1.2

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>B.1.2- D. Maria Clara</b>	24-5-1660	29-8-1683	10-12-1707	C
Francisco Pacheco Lacerda/Capitão - Contador da Fazenda	10-10-1641		3-2-1713	V
<b>Filhos</b>				
Antónia	25-6-1684			
<b>D. Rosa Maria</b>	6-4-1686	19-11-1708		
<b>Luís Pacheco Lacerda</b>	25-3-1687	27-2-1713		
Isabel	2-1-1691			
José	17-4-1692			
Pedro	3-2-1695			
Vital	21-4-1696			
Inês	2-1-1698			
António	27-2-1699			
OBS: a) já viúvo de D. Ana Teresa Cimbron e de D. Maria Maior Castro. Filho de João Pacheco Vasconcelos, capitão/contador e de D. Úrsula Lacerda				

### Bisneto B1.3

Nome/ocupação	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>B.1.3- José Bettencourt Silveira Vasconcelos /capitão-mor</b>	7-12-1665	10-1-1693		
D. Madalena Maria Corte-Real a)			19-2-1721	C
<b>Filhos</b>				
Francisco	5-11-1693			
António	16-12-1694			
Mariana	20-6-1697			
<b>Manuel Tomás Bettencourt</b>	21-12-1698	15-7-1726		
O levantamento dos baptismos só foi feito até aos primeiros anos de 1700				
OBS: a) filha do capitão João Canto Vasconcelos e de D. Maria Pamplona Corte-Real. Neta materna do tenente governador do castelo, Sebastião Cardoso Machado				

### Bisneto B1.4

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>B.1.4- D. Úrsula Isabel Bettencourt</b>	15-10-1675	4-7-1694	1-4-1704	C
Jerónimo Canto Castro Melo/Sta Luzia - a)	15-5-1650		27-1-1720	V
<b>Filhos</b>				
O levantamento dos baptismos só foi feito até aos primeiros anos de 1700				
OBS: a) filho do capitão Pedro Castro Canto e de D. Beatriz Meireles Fonseca				

### Bisneto B1.5

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>B.1.5- D. Bernarda Luzia</b>	25-12-1681	5-10-1710		
Luís Brito Rio/ Governador/Elvas-Continente				
<b>Filhos</b>				
O levantamento dos baptismos só foi feito até aos primeiros anos de 1700				
OBS:				

### Bisneto B.2.1.

Nome/ocupação	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>B.2.1- Clara Maria Canto Castro</b>	2-3-1673	18-1-1700	24-10-1744	V
Pedro Homem Costa Noronha a)	25-11-1663		31-3-1732	C
<b>Filhos</b>				
O levantamento dos baptismos só foi feito até aos primeiros anos de 1700				
OBS: a) viúvo de Josefa Bernarda Câmara (filha do capitão Francisco Bettencourt Vasconcelos e de D. Maria Vitória Ornelas) e filho de Bernardo Homem Costa e de Margarida Lemos				

### Bisneto B.2.2.

Nome/ocupação	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>B.2.2 –Francisco Canto Vasconcelos</b>	20-3-1678	9-11-1705	7-8-1720	
D. Maria Madalena Bettencourt a)	14-4-1680			
<b>Filhos</b>				
O levantamento dos baptismos só foi feito até aos primeiros anos de 1700				
OBS: a) filha de Feliciano Bettencourt Vasconcelos, capitão e de D. Clara Maria Canto				

Como se pode constatar, dispomos, a partir do ficheiro de Famílias, de referências individuais que não se esgotam nas datas de nascimento, casamento ou óbito. Do cruzamento dos três tipos de assentos paroquiais resulta, pois, para muitos indivíduos o conhecimento da sua ocupação, cargo ou distinção social. Assim, poderemos tentar, atendendo a essas referências individuais, descortinar, através de sucessivas gerações, se houve ou não mobilidade social.

A reconstituição em encadeamento genealógico que apresentamos a partir de Estêvão Silveira Borges e de sua mulher D. Bárbara Machada contém, para alguns dos seus descendentes, referências que colocam esta família entre a elite local. Se descendentes masculinos são referenciados como “capitão” ou “capitão de artilharia”, a descendência feminina, referenciada como “Dona”, quando contrai matrimónio fá-lo com indivíduos que desempenhavam funções relevantes tais como: “provedor dos resíduos” (filho de fidalgo, Cavaleiro do Hábito de Cristo); ”capitão-mor das ordenanças”; “contador da Fazenda”, “governador”. Recorrendo à outra fonte que consideramos neste trabalho, os livros de vereação, confirmámos que efectivamente se

tratava de gente nobre. Seguindo esta fonte verificámos que, nos primeiros anos do século XVII, Estêvão, filho de João Dias Carvalhal a quem Filipe I fez mercê do foro de fidalgo cavaleiro de sua casa<sup>112</sup>, foi eleito vereador em 13 de Agosto de 1602<sup>113</sup>. E para finais da centúria seu neto, João Carvalhal Silveira, que em 22 de Agosto de 1699 é identificado como “pessoa principal da nobreza da cidade”, em 25 de Setembro, nessa mesma qualidade, “assiste na reforma das posturas antigas”<sup>114</sup>.

Seguindo os enlaces matrimoniais ocorridos numas e noutras gerações torna-se claro que o mercado matrimonial era restrito pelo que os casamentos entre parentes e com viúvos foi um recurso a que não raras vezes se terá deitado mão<sup>115</sup>. No exemplo apresentado, o desempenho de cargos parece seguir uma lógica de transmissão familiar. As idades com que casavam, no entanto, não obedecem a um padrão: casamentos femininos a oscilarem entre os 16 e os 28 anos de idade e os masculinos entre os 18 e os 44 anos. A combinação de idades entre cônjuges também é muito variável. Casamentos em que ambos têm idades relativamente próximas (ele 28 e ela 22 anos ou ela 16 e ele 18) e casamentos em que há uma grande diferença de idades (noiva de 17 com noivo de 41 ou ela de 18 e ele de 44 anos).

Estratégias semelhantes (idade muito variável ao primeiro casamento; casamento entre parentes e ou entre “gente de qualidade e condição”; desempenho de cargos relevantes) foram seguidas pelo casal André Fernandes Fonseca e D. Beatriz Merens e seus descendentes, caso que apresentamos no capítulo da Nupcialidade. Seguindo esta família ao longo de três gerações constatámos também vários indícios de estratégias

---

<sup>112</sup> Informação colhida em Pe. Manuel Luís MALDONADO, *Fénix Angrence*, ob. cit., 3º volume, pp. 37.

<sup>113</sup> BPAAH, *Vereações*, Livro 9, pasta 1

<sup>114</sup> BPAAH, *Vereações*, Livro 15, pasta 3

<sup>115</sup> Em 7-8-1700 estando de novo em discussão a criação do lugar de Juiz de Fora é curiosa a razão invocada pelos que entendem responder afirmativamente. Afirmavam então que embora a cidade fosse pequena e as pessoas que costumavam servir de juizes ordinários fossem da primeira nobreza e aparentados uns com os outros por maior que fosse o zelo com que queriam administrar a justiça podia acontecer quando amor e parentesco os leva a não executar essa justiça. In BPAAH, *Vereações*, Livro 15, pasta 3

para manter o estatuto social da família. Neste caso, além dos cargos (sargento-mor, capitão) e dos títulos (Cavaleiro do Hábito de Cristo, morgado) referenciados nos registos paroquiais, também as actas de vereação nos dão conta das ligações desta família ao poder municipal<sup>116</sup>.

Sendo dos principais da nobreza, parece que seriam menos permeáveis à mobilidade social.

Estes dois casos, insuficientes, certamente, para sustentar qualquer tipo de generalização, parecem indicar que em Angra também “a instituição familiar e as relações de parentesco funcionam como marcos determinantes na concentração e reprodução de poder e privilégios e onde as alianças matrimoniais são um mecanismo de coesão e de encerramento do grupo”<sup>117</sup>.

Já o caso do mercador Nicolau Alemão e seus descendentes, que apresentamos também no capítulo da Nupcialidade, ilustra bem as estratégias de ascensão social que foram seguidas. Estratégias matrimoniais e entrada na administração pública: um dos bisnetos era escrivão e outro ocupou o posto de capitão. Convém não esquecer que no século XVII as estratégias de ascensão social esbarravam em obstáculos por vezes intransponíveis. Os obstáculos levantados pela “limpeza de sangue” e pela actuação do Santo Ofício. A este propósito adiantamos um caso, de incompatibilidades para o exercício do cargo de procurador do concelho, a que também aludimos no capítulo da Nupcialidade. Trata-se do licenciado Lopo Moreno Dias, que vindo nomeado para esse cargo na pauta dos oficiais que haviam de servir na Câmara no ano de 1649, não o pôde ser por, “conforme as leis do reino e provisões que há na Câmara, não ser natural da

---

<sup>116</sup> Veja-se, adiante, no capítulo A Nupcialidade, o ponto 2.3. Grupos Sociais e Idade Média ao Primeiro Casamento

<sup>117</sup> Cf. RODRIGUES, José Damião, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no século XVII*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1992, p. 86 (policopiada)

cidade (...) e ser homem que tratava de negócio demais que se dizia ser homem de nação”<sup>118</sup>.

Os exemplos apresentados mostram que pelas famílias reconstituídas, na medida em que se conhecem relações genealógicas, podemos seguir de geração em geração alianças matrimoniais, mas que carecemos de recorrer a outras fontes para sabermos de que gente se trata. Por exemplo, Pedro Anes do Canto, que no primeiro caso apresentado aparece referenciado como sogro da filha de Estêvão Silveira Borges, nos registos paroquiais nunca é referido como fidalgo. Fidalgo tal como o havia sido seu avô, do mesmo nome, o primeiro Provedor das Armadas. O facto de se ser de todos conhecido leva muitas vezes os párocos a dispensarem-se de outras indicações. Além disso o mercado matrimonial não se restringia a Angra. Se o casamento de D. Catarina, em 13-10-1680, com António Brum, natural do Faial, é do nosso conhecimento porque se realizou em Angra é possível que outros se realizem fora da cidade e portanto escapam ao nosso conhecimento.

Contudo, para além das relações genealógicas a base de dados que construímos afigura-se de grande importância para alicerçar, de acordo com as fontes que aí se cruzem, diferentes tipos de análise social. Interessante pista de investigação está, por ora, fora do nosso alcance.

Procuraremos caracterizar as gentes da cidade em função das suas actividades ou ocupações.

### **2.1.2. Profissões, Cargos e Condição**

Não sendo sistemático o registo da ocupação dos indivíduos, a sua quantificação, que seria importante para perspectivar o peso de uma determinada

---

<sup>118</sup> Cf. BPAAH, *Vereações*, Livro 13, pasta 2, Vereação 13-3-1649. Sobre os cristãos-novos nos Açores e a actuação da Inquisição no arquipélago veja-se BRAGA, Paulo Drumond, *A Inquisição nos Açores, Dissertação de Doutoramento*, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1996, pp. 409-416.

actividade no conjunto das actividades desenvolvidas na cidade, resultaria distorcida. No entanto, acreditando que a partir das diferentes ocupações recenseadas se poderia ter uma ideia das múltiplas oportunidades que a cidade oferecia e das diversas solicitações a que tinha de responder, começamos por construir, a partir do Ficheiro de Famílias, um quadro-síntese onde constassem as referências que tomámos como indicadoras da situação socio-profissional (correspondendo ou não ao exercício de uma qualquer actividade) dos indivíduos. Pela análise desse quadro-síntese, verificámos que a grande variedade de referências encontradas diz respeito a três categorias: profissão, cargo e, em número muito escasso, condição. Fazendo o mesmo tipo de exercício a partir do Ficheiro de Defuntos concluímos que as referências aí encontradas apenas acrescentavam às já indicadas aquelas que se relacionam com o clero secular. Assim, decidimos construir, além do quadro onde constam apenas os dados relativos ao clero, mais dois quadros: o das profissões e o dos cargos e condição.

Como já referimos, para as mulheres raramente é indicada qualquer ocupação. Em número insignificante, a variar entre 1 e 5 casos, as referências à profissão da mãe nas fichas de Família, indicam a existência de biscoiteira, criada, vendeira, padeira, sardinheira e parteira. E com o Ficheiro de Defuntos acrescentam-se lavadeira, servente, hospitaleira, criada, caixeira, confeiteira (o mesmo que biscoiteira?), ama, ermitoa e algumas religiosas que aparecem sob designações como freira terceira e beata. As ocupações femininas, escassas e raras vezes referenciadas, parecendo apontar para uma comunidade de gente pobre com mulheres dedicadas, maioritariamente, às lides domésticas<sup>119</sup>, não gozariam, provavelmente, do reconhecimento social que obrigaria à sua indicação.

---

<sup>119</sup> Na sua *História Insulana* Pe. CORDEIRO, referindo-se às mulheres plebeias (reporta-se à segunda metade de Seiscentos já que acautela que a sua descrição corresponde ao que se passava “há menos de cinquenta annos, e de então para cá não sey o que o tempo tem mudado”), diz “nem a vender, ou a venderse, se via mulher alguma, nem ainda na publica Ribeyra, mas todas em suas casas cuydando, e

Resta-nos então considerar as referências conhecidas para o sexo masculino.

Nos quadros que se seguem apresentam-se, por década, os quantitativos para as designações recenseadas a partir do Ficheiro de Famílias e a cujo total se acrescenta o número de casos encontrados, entre 1590 e 1699, no Ficheiro de Defuntos. Quando a ocupação indicada só é conhecida através do Ficheiro de Defuntos, o quantitativo correspondente é indicado na coluna do Total precedido do sinal (+).

Os dados extraídos do Ficheiro de Famílias reportam-se, maioritariamente, aos homens casados que constam das famílias reconstituídas. Também estão incluídos os pais de famílias ilegítimas. Os números apontados, para cada um dos períodos considerados, correspondem apenas à entrada desses indivíduos na nossa observação pela data de casamento ou pela data do nascimento do primeiro filho registado. Estando fora do nosso alcance indicar quantitativos para as eventuais ocupações da maioria dos homens solteiros, parece-nos que talvez possamos aceitar que as ocupações, que constam dos quadros que de seguida se apresentam, constituiriam, muito aproximadamente, o universo das oportunidades que a cidade oferecia e das múltiplas solicitações a que tinha de responder.

---

tratando dellas; e só homes apregoão, e vendem em toda a parte”. Cf. p. 292 Nas posturas reformadas em 1655 só encontramos explicitamente referidas como profissões femininas as de lavadeira, vendeira, padeira e mulher de ensinar meninas.

**Quadro nº 2**  
**Profissões masculinas**

(pelo fichero de Famílias + fichero de defuntos)

<b>Profissão</b>	<b>1590-1599</b>	<b>1600-1619</b>	<b>1620-1639</b>	<b>1640-1659</b>	<b>1660-1679</b>	<b>1680-1699</b>	<b>Total</b>
Alfaiate	33	14	31	20	17	34	149+20
Anzoleiro	2	1	0	0	1	0	4+1
Aparelhador	1	1	0	0	0	0	2+2
Apontador	0	0	0	1	0	0	1+3
Armador	1	0	0	0	1	1	3+1
Baleeiro	1	1	1	1	2	2	8
Barbeiro	6	3	15	8	5	17	54+13
Barqueiro		0	1	1	0	0	2+1
Boceteiro		0	0	1	1	0	2
Boticário	1	0	2	2	1	2	8+4
Cabouqueiro		2	2	3	0	0	7+7
Caçador		1	1	0	0	0	2
Caixeiro	27	22	16	6	0	1	72+18
Calafate	2	3	3	1	1	6	16+3
Caldeireiro		1	1	2	1	0	5+2
Carpinteiro	8	14	15	12	35	39	123+17
Carreiro	5	11	10	7	11	3	47+10
Carreteiro	-			2	1	1	4+2
Carvoeiro	1	0	0	0	1	0	2+3
Cerieiro	1	0	0	1	0	1	3+1
Cirurgião	1	1	3	1	4	2	12+5
Coelheiro	1	0	0	0	0	0	1
Colmeeiro	2	0	1	0	0	0	3+1
Confeiteiro	2	1	0	1	0	0	4+1
Contratador		0	0	1	0	0	1
Cortador de carne		1	0	0	0	0	1+2
Criado	2	1	1	3	0	1	8+41
Curtidor		0	1	1	0	1	3+2
Dourador/pintor		0	0	0	1	0	1
Doutor	1	0	0	0	3	4	8+7
Encanador		1	0	0	0	0	1
Encovador	1	0	0	0	0	0	1+3
Engenheiro							+1
Ermitão	1	1	1	1	0	1	5
Escravo	14	30	26	16	22	17	125+51
Esgrimidor							+1
Espadeiro							+2
Estanqueiro							+1
Esteireiro		0	1	0	0	1	2+2
Estudante							+10
Ferrador	1	0	0	0	0	1	2+2
Ferreiro	11	12	15	7	10	11	66+10
Fogueiro		0	1	0	0	0	1
Forneiro		1	1	0	0	0	2

**Profissões masculinas  
(continuação)**

<b>Profissão</b>	<b>1590- 1599</b>	<b>1600- 1619</b>	<b>1620- 1639</b>	<b>1640- 1659</b>	<b>1660- 1679</b>	<b>1680- 1699</b>	<b>Total</b>
Homem do mar		0	0	0	1	1	2+11
Hortelão	1	0	4	2	2	1	10+2
Imaginário/escultor		0	2	0	3	3	8+3
Jornaleiro		0	0	0	0	1	1
Latoeiro	2	0	0	0	1	0	3+1
Lavrador	8	3	4	3	6	11	35+5
Licenciado	10	5	6	1	2	0	24+12
Livreiro		2	1	0	0	0	3+1
Marceneiro		0	0	0	4	3	7+1
Marchante		1	0	0	0	0	1+2
Mareante	15	27	92	59	82	65	340+45
Marinheiro	1	1	2	0	0	0	4+11
Mata porco		0	1	0	0	0	1
Mateiro		0	0	0	0	1	1
Médico		0	0	3	1	0	4
Mercador	22	18	23	11	7	0	81+12
Mestre							+16
Mestre de Ensino		0	0	0	1	0	1
Moleiro	5	8	5	7	11	5	41+5
Oleiro	9	5	13	9	10	19	65+7
Ourives	2	1	4	3	3	7	20+2
Passareiro	4	1	0	0	0	0	5
Pastor		0	1	4	2	3	10+2
Pedreiro	19	23	25	13	35	32	147+22
Peneireiro	1	0	0	0	2	1	4
Pescador	46	47	62	41	27	24	247+76
Picheleiro	2	6	4	0	0	0	12
Piloto	3	7	3	2	0	5	20+3
Pintor	1	1	1	2	2	1	8+4
Polvorista	1	1	0	0	0	0	2
Redeiro	1	1	0	1	1	2	6+6
Relojoeiro		0	2	0	0	0	2
Sapateiro	71	37	69	40	31	62	310+46
Sardineiro	1	0	0	0	0	0	1
Seleiro	0	2	0	1	0	0	3+2
Serrador	6	7	8	3	3	2	29+3
Serralheiro	16	11	14	10	17	6	74+12
Servente	1	1	1	3	3	3	12+5
Sineiro	1	1	1	1	2	1	7+2
Sirgueiro	8	3	0	0	0	0	11
Soldado	307	117	161	255	195	116	1151+166
Solicitador	0	1	0	0	0	0	1
Sombreireiro	7	7	9	15	19	9	66+5
Surrador	0	0	0	0	1	0	1+4
Tabelião	4	2	1	2	3	0	12+2
Talha Gabais	1	0	0	0	0	0	1
Tangedor de órgãos	0		1	0	0	0	1

**Profissões masculinas  
(continuação)**

<b>Profissão</b>	<b>1590- 1599</b>	<b>1600- 1619</b>	<b>1620- 1639</b>	<b>1640- 1659</b>	<b>1660- 1679</b>	<b>1680- 1699</b>	<b>Total</b>
Tanoeiro	10	7	13	17	22	17	86+11
Tecelão	5	2	0	0	1	1	9+8
Telheiro		0	1	0	0	0	1
Tintureiro		0	0	1	0	0	1+1
Tocador		0	1	0	0	0	1
Torneiro	4	2	5	1	2	3	17+4
Tosador	7	4	5	0	0	0	16+2
Trabalhador	40	34	64	34	43	56	271+75
Vaqueiro	0	1	0	0	0	0	1
Veador	0	1	1	0	0	0	2
Vendeiro	0	1	2	1	4	2	10+1

Se atentarmos nas designações correspondentes às profissões constantes no quadro notamos que em alguns casos dificilmente se descortina a actividade que está por detrás da designação usada. Algumas são ambíguas, como a de trabalhador (indivíduos sem especialização que estão disponíveis para todo o tipo de trabalho?), ou a de lavrador<sup>120</sup> (proprietários de terra ou trabalhadores agrícolas? Em alguns dos casos identificados eram indivíduos que tinham outras actividades tais como carreiro, manteigueiro e artilheiro) ou ainda a de redeiro (quem fazia ou compunha as redes ou quem pescava com rede?<sup>121</sup>). Outras profissões parecem ser reveladoras de abundâncias espontâneas da ilha: a de passareiro, a de coelho<sup>122</sup>, a de mateiro ou a de colmeeiro parecem-nos ilustrativas. As designações de doutor e licenciado, embora nos indiquem

<sup>120</sup> Maria Olímpia GIL, na sua análise da sociedade açoreana, quando se debruça sobre as “Camadas burguesas e o mundo dos negócios”, chama a atenção para os *lavradores*, que, segundo as suas palavras, eram “uma camada da sociedade insular, que se não vivia do tráfico mercantil, dispunha de proventos que permitem colocá-la entre a burguesia abonada de médios e grandes proprietários e, entre eles, os proprietários rurais que não são pura e simplesmente senhores da nobreza (embora com ela possam estar relacionados por intermédio de alianças matrimoniais). No entanto ao analisar as “Camadas populares” mostra-nos que a designação lavrador pode significar outra realidade socio-económica quando refere que “um dos processos utilizados pelos lavradores que não dispunham de terras suas, ou as tinham em quantidade insuficiente, consistia no arrendamento de parcelas [...]”, ob. cit., pp. 187 e 275.

<sup>121</sup> Redeiro, pescador com rede podemos inferi-lo da seguinte postura municipal: “Ninguém venda peixe de rede se não o mesmo redeiro dono da rede”.

<sup>122</sup> Os coelhos seriam tantos que, segundo o padre Cordeiro, os donos de terras cultivadas, para evitarem os estragos que lhes causavam, pagavam a caçadores para os apanharem. Cf. *História Insulana*, pp. 303

que se tratava de gente letrada, nada esclarecem sobre a actividade dos indivíduos assim referenciados. Também a designação de escravo, indiciando, pelo número apurado, uma comunidade onde este segmento da população teria um peso não desprezável, pouco nos indica sobre os trabalhos em que os seus senhores os ocupavam.

No quadro que se segue fizemos constar as designações que consideramos identificadoras de cargos. Como se pode verificar tratava-se de cargos desempenhados fundamentalmente no âmbito das funções militares e das funções governativas, tanto a nível do poder municipal como da representação do poder central. No final do quadro constam também as designações referentes a gente de condição (fidalgo, cavaleiro e morgado)

**Quadro nº 3**  
**Cargos e Condição**

<b>Cargos/ Condição</b>	<b>1590-1599</b>	<b>1600-1619</b>	<b>1620-1639</b>	<b>1640-1659</b>	<b>1660-1679</b>	<b>1680-1699</b>	<b>Total</b>
Ajudante	1	2	0	0	2	2	7+5
Alcaide	0	0	2	0	1	1	4
Alferes	7	3	4	12	9	9	44+5
Aljubeiro	1	0	0	0	0	0	1+3
Artilheiro	9	29	24	14	13	11	100+33
Atambor	2	0	0	2	1	1	6+2
Bandeireiro	0	0	0	1	0	0	1
Cabo/ C.de Esquadra	4	1	3	3	2	1	14+4
Capitão/ capitão-mor	10	12	17	21	24	18	102+30
Carcereiro		1	0	1	1	0	3+3
Condestável		0	1	1	3	1	6+2
Contador/do terço/da alfândega/da fazenda	2	2	2	1	0	0	7+1
Corregedor		1	0	0	0	0	1+2
Curador do terço	1	0	0	0	0	0	1
Desembargador		0	0	0	1	1	2
Escrivão	2	2	2	1	0	1	8+3
Escrivão da igreja,			1	1			2
Escrivão da alfândega	1			1			2
Escrivão da almotaçaria	1						1
Escrivão do castelo				1			1
Escrivão da correição	3			1	3		7
Escrivão dos órfãos	1						1
Escrivão da provedoria				1			1

**Quadro nº 3**  
**Cargos e Condição**  
**(continuação)**

<b>Cargos/ Condição</b>	<b>1590-1599</b>	<b>1600-1619</b>	<b>1620-1639</b>	<b>1640-1659</b>	<b>1660-1679</b>	<b>1680-1699</b>	<b>Total</b>
Escrivão das armadas						1	1
Escrivão do eclesiástico	3						3
Escrivão dos resíduos		1					1
Escrivão da fazenda		1					1
Feitor de: alfândega; de sua Majestade	1	2	0	0	0	0	3+1
Governador		1	1	0	2	0	4+1
Guarda da alfândega	1	1	2	0	1	1	6+2
Guarda-mor da saúde			1				1
Medidor/medidor concelho		0	0	0	1	2	3+2
Meirinho alfândega			1				1
Meirinho do estanco						2	2
Meirinho Eclesiástico	1		1	1			3
Meirinho pastéis		1			1		2
Meirinho	1	0	0	0	0	1	2+3
Mestre de Campo	1	1					2
Mordomo do hospital	1	0	0	0	0	0	1
Pagador	1	0	0	1	0	0	2+2
Patrão-mor	1	0	0	0	0	1	2+1
Pifano		0	2	0	0	0	2
Porteiro	3	1	7	2	2	1	16+16
Porteiro da alfândega						1	1
Porteiro do corregedor	1	1					2
Porteiro da igreja	1					1	2
Porteiro da massa	1		1				2
Procurador do número		0	0	0	0	1	1
Procurador resíduos				1			1
Provedor/licenciado	0	0	1	0	0	0	1+4
Provedor das armadas			1				1
Provedor da Fazenda	1		1		1		3
Quadrilheiro		0	0	1	0	0	1
Requerente	3	1	5	0	1	1	11+4
Sacristão		1	0	0	0	0	1
Sargento	5	3	5	6	6	6	31+5
Tenente do castelo		1	1	0	1	0	3+2
<b>Cavaleiro hábito de Cristo</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1+1</b>
<b>Cavaleiro hábito de Santiago</b>	<b>1</b>						<b>1</b>
<b>Cavaleiro</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
<b>Fidalgo</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3+1</b>
<b>Morgado</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

No quadro seguinte podemos, então, encontrar as referências aos indivíduos do estado clerical que tiveram óbito registado em Angra.

**Quadro nº 4**  
**Clero (pelo registos de óbito)**

Clero	Nº	Clero	Nº
Arceidiago	2	Deão	3
Beneficiado	1	Frei capucho	1
Bispo	3	Padre	150
Capelão	1	Religioso	1
Chantre	5	Sub-chantre	2
Clérigo	3	Sub tesoureiro da Sé	2
Cónego	50	Terceiro	1
Cura	1	Vigário	2

Observando os quadros apresentados, verifica-se que a longa listagem de profissões e cargos, além de um leque muito variado de ocupações, é reveladora, em alguns casos, da condição social dos indivíduos (cavaleiro do hábito de Cristo e do hábito de Santiago, fidalgo, morgado, escravo, são alguns exemplos). Através destas designações detecta-se efectivamente a presença de elementos da nobreza, da burguesia, das classes populares e de escravos<sup>123</sup>.

De facto, na globalidade as designações usadas (exceptuando aquelas que respeitam à condição nobre dos seus titulares), revelando com maior ou menor precisão as actividades a que correspondiam, apresentam-nos um meio urbano com uma grande diversidade de ocupações, apontando para um numeroso e variado mundo de mesteirais, bem conforme a uma cidade comercialmente dinâmica. Efectivamente, apesar do valor meramente indicativo dos números apresentados nos quadros torna-se claro que, na composição da população activa da cidade, os militares, os funcionários e as gentes dos ofícios mecânicos tinham um peso evidente. Tal facto decorre das funções económicas, militares, religiosas e governativas que eram desempenhadas por Angra, cidade portuária, cidade dos soldados do Monte Brasil, cidade episcopal, e cidade do governo das ilhas dos Açores. Cidade, onde, já em finais de Quinhentos, no dizer de Frutuoso,

---

<sup>123</sup>Maria Olímpia Gil para caracterizar a sociedade açoriana no século XVII, ressaltando a heterogeneidade dentro de cada grupo, apresenta três grandes grupos: 1) nobreza, patriciado e gente de condição; 2) camadas burguesas; 3) camadas populares. In *O Arquipélago dos Açores no século XVII*, já. cit. pp. 97-303.

“facilmente se podem prover de tudo todas as pessoas” porque Angra é uma “Lisboa pequena” onde o “necessário se vende pelas portas”, onde há tendas de ferreiros, serralheiros, carpinteiros de obra e de caixilharia, ricos escritórios, sapateiros, pedreiros carpinteiros e bombarbeiros<sup>124</sup>.

Entre 1590 e 1700 os nossos dados confirmam e ampliam esse leque de ocupações. Ocupações cuja diversidade, estando associada às múltiplas funções que eram desempenhadas por Angra, poderá ser agrupada, independentemente das diferenças socio-profissionais dentro de cada grupo, do seguinte modo:

1) As **funções militares** (ajudante do castelo, alferes, artilheiro, atambor, cabo de esquadra, capitão, sargento, soldado, governador do castelo, tenente do castelo);

2) As **funções político-administrativas e governativas**, distinguindo-se os representantes do poder central (tenente ou governador do castelo, desembargador, corregedor, contador das gentes de guerra, curador do terço, feitor, provedor das armadas, provedor da fazenda, entre outros) e os que tinham cargos de eleição municipal (quadrilheiro, aljubeiro, carcereiro, por exemplo). É todo um conjunto de funcionários das diversas áreas da administração. Confrontando com o *Livro das avaliações dos ofícios das ilhas dos Açores* de 1691<sup>125</sup> verificamos que, nas nossas bases de dados, temos identificados indivíduos ligados à Correição (corregedor, escrivão, contador, porteiro), ao Juízo Geral (escrivão da almotaçaria, alcaide da cidade, carcereiro, procurador do número), aos ofícios da Câmara e seus subordinados (sargento-mor da ordenança, alferes-mor, ajudante da ordenança, capitão-mor, apontador das obras da Sé), ao Juízo dos órfãos (escrivão dos órfãos), à Fazenda Real e Alfândega (Provedores da Fazenda e das Armadas, contador e juiz da alfândega, escrivão da alfândega, solicitador, guarda da alfândega, meirinho dos pastéis, porteiro

---

<sup>124</sup> FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Livro VI, pp.30.

<sup>125</sup> In Separata do volume 13º do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1955, pp. 10-17

da alfândega) aos Resíduos (escrivão dos resíduos), ao castelo (governador, pagador, escrivão do castelo), ao hospital do castelo (mordomo, cirurgião, barbeiro, serventes);

3) As **funções económicas**, onde sobressaem as gentes dos **ofícios mecânicos** que estão distribuídas por uma vasta gama de profissões. Além de alfaiates e sapateiros, cuja existência parece não ter sofrido grandes alterações ao longo da observação, encontramos um número significativo de caixeiros, carpinteiros, ferreiros, moleiros, oleiros, ourives, pedreiros, serradores, serralheiros e tanoeiros, para além de calafates, caldeireiros, douradores, escultores, imaginários (muito provavelmente escultores de imagens a quem não faltariam encomendas dada a multiplicação de capelas e ermidas de diferentes invocações), latoeiros, marceneiros, seleiros, sombreireiros, surradores, tecelões, tintureiros, torneiros e tosadores. Como se pode observar, ligados às **actividades mercantis** estariam, além de mercadores, armadores e contratadores, também sirgueiros e cerieiros. As **actividades ligadas ao mar** ocupavam um número significativo de homens referenciados como mareantes, marinheiros, homens do mar, pescadores e pilotos. O **serviço de transporte** era assegurado por carreiros, carreteiros e barqueiros<sup>126</sup>. Encontramos, ainda, um conjunto de **outras profissões** relacionadas, umas, com actividades não especificadas (como seriam as desenvolvidas por aqueles que são referidos como trabalhadores), outras relacionadas com estruturas, serviços ou modos de vida conformes aos meios urbanos (hospitaleiro, boticário, cirurgião, ermitão, médico, livreiro, carvoeiro, criado, servente, marchante, mestre de ensino, relojoeiro, tangedor de órgãos, tabelião, vendeiro). Restam ainda as designações que indicam tratar-se de gente letrada, mas sem esclarecerem sobre a actividade desenvolvida (licenciado, doutor são disso exemplo). Encontramos, ainda, casos em que as mesmas funções estão sob diferentes designações (Governador, Mestre de Campo e Tenente do

---

<sup>126</sup> Os serviços prestados por esta gente eram fundamentais para fazer chegar o necessário abastecimento à cidade que provinha das paróquias rurais da ilha, algumas das quais ficavam à porta da cidade.

Castelo são três formas com que aparecem designados aqueles a quem cabia o governo do castelo de S. Filipe no Monte Brasil que após a Restauração passou a chamar-se de S. João Baptista) e casos em que para o mesmo indivíduo são apresentadas diferentes designações, como desembargador e corregedor.

Como se pode verificar no quadro, de um modo geral, as ocupações declaradas ao óbito, além de confirmarem a importância numérica de dois sectores já identificados – o militar e o económico – acrescentam ainda as que se reportam às **funções religiosas** (arcediogo, beneficiado, bispo, capelão, chantre, clérigo, cónego, cura, deão, frei, padre, vigário). Sublinhe-se que aqui apenas aparece o clero secular. Mas na cidade havia o clero regular, frades e freiras que habitavam os oito conventos e mosteiros existentes em Angra<sup>127</sup>.

Os dados que cruzámos, além das gentes dos títulos, cargos ou profissão, entre as quais figuram alguns estrangeiros, apresentam-nos uma população onde havia escravos. Que importância tinham os escravos e os estrangeiros na sociedade angrense?

---

<sup>127</sup> Certamente tinham livros de registo próprios. As nossas tentativas de, no Arquivo de Angra, encontrar livros com o registo de entrada na vida religiosa respeitantes ao século XVII resultaram infrutíferas. Segundo o Pe. MALDONADO para os 8 conventos e mosteiros existentes em Angra (4 masculinos e 4 femininos) havia uma população considerável de frades e freiras. Pelos 4 conventos masculinos estariam distribuídos mais de 100 frades: no de S. Francisco (fundado na década de 1460 e com novas instalações construídas entre 1663 e 1672) moravam mais de 60 religiosos e cerca de 20 famulos, sendo no total 80; no do Colégio da Companhia, existente desde a chegada dos jesuítas em 1572, mas também com novas instalações a partir de 1608, viviam 15 religiosos que com os servos faziam 20 pessoas; no mosteiro da Conceição (construído onde fora o convento da Graça ) para onde se mudaram os frades em 1590, viviam 15 religiosos mais os servos e donatos perfazendo um total de 20; e no da Capucha dos frades (fundado em 1643 e com convento novo construído a partir de 1668) viviam também 20 incluindo religiosos e donatos. Quanto à população religiosa feminina, seria superior a 200 freiras distribuídas pelos quatro mosteiros que tinham na cidade: o de S. Gonçalo (fundado no século XVI – ano de 1553) albergaria, entre religiosas professoras noviças, pupilas e famulas 179 pessoas; o mosteiro da Esperança, também do século XVI, albergaria 149 pessoas das quais 90 religiosas; o mosteiro da Conceição das freiras, fundado em 1606, onde viveriam 156 pessoas das quais 86 religiosas; e o mosteiro das freiras Capuchas da Ordem de Santa Clara, com bula de fundação desde 1668, que recolheria 10 freiras). Haveria, assim, mais de 630 pessoas a viver nos conventos, incluindo religiosos e religiosas, servos e donatos. cf., *Fénix Angrense*, ob. cit., 3º vol. pp. 230-233.

### 2.1.3. Os escravos

Homens e mulheres pertença de alguém. Segundo os registos paroquiais, que mais se pode saber sobre este segmento da população angrense?

Isabel Sá defendendo que “os Açores não constituíram uma sociedade colonial na medida em que não houve sobreposição de etnias e a correspondente necessidade de delimitar espaços e definir comportamentos diferenciados. (...)”, afirma que “o único elemento racial a considerar é a presença de escravos assinalada para a Terceira e S. Jorge, o que também se verificava no continente” e que “a pressão que estas populações exercem parece ser mínima, a ponto de não obrigar as comunidades locais a nenhum esforço de segregação”<sup>128</sup>.

Como já foi referido, detecta-se a existência de escravos em Angra através dos assentos de baptismo, casamento e óbito. Vejamos o que nos revela cada uma destas fontes.

O baptismo, recebem-no tanto em criança como em adultos. Entre 1583 e 1700 foram baptizadas 1.312 crianças escravas filhas ilegítimas de mulheres escravas cuja identificação se ficava pelo nome próprio e, em não raros casos, acrescida do nome do senhor ou da senhora a quem a dita mãe escrava pertencia. Para algumas destas crianças ilegítimas também se conhece o nome do pai, quase sempre um escravo. O interessante é verificar que, quando é indicado o nome de ambos os progenitores escravos, o pai e a mãe podiam pertencer a senhores diferentes. Alguns casos ilustram bem tais situações, como o dos pais de Maria baptizada em Fevereiro de 1611: o pai era escravo de Fernão Feio e a mãe pertencia ao padre Mateus Peres. Além dos nascimentos escravos ilegítimos, contamos mais 114 crianças escravas, filhas de pais que se haviam recebido em casamento (foram 98 os registos de casais, recebidos em matrimónio, em que pelo

---

<sup>128</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, CNCDP, Lisboa, 1997, pp. 258

menos o cônjuge feminino está identificado como escrava e que tiveram filhos em Angra). Encontrámos, ainda nos registos de baptismo, 165 escravos adultos que foram apresentados pelos seus donos para serem baptizados.

O casamento era-lhes permitido e há um número, apesar de minoritário, significativo de casamentos em que um ou ambos os cônjuges eram identificados como escravos. Encontramos casamentos entre escravos do mesmo senhor, entre escravos de senhores diferentes e entre escravos e indivíduos forros ou indivíduos que parece sempre terem sido livres. Assim entre 1583-1700, num total de 147 matrimónios envolvendo escravos, contámos 71 casamentos em que o cônjuge masculino é referenciado como escravo, 42 em que essa referência é feita em relação ao cônjuge feminino e 34 casamentos em que ambos os cônjuges são referidos como escravos. Que significado atribuir ao facto de haver casos em que apenas um dos cônjuges era referido como escravo? O cônjuge não referido como escravo seria alguém ou filho de alguém que já o havia sido e que ganhara a liberdade? Ou haveria mesmo casos em que um dos cônjuges nunca havia sido escravo? Que pensar de casos como o do casamento de André Melo com Águeda Teixeira realizado em 16-11-1692 em que ele é referido como sendo escravo do bispo D. Frei Clemente Vieira e ela como filha de Sebastião Dias Teixeira e de Maria Gonçalves, já falecidos, fregueses de S. Roque dos Altares?

Quanto aos óbitos de escravos, o seu número é relativamente pequeno: até 1700 apenas encontramos nos registos de óbito 54 escravos e 60 escravas. E o número dos que morrem com a indicação de forros é ainda menor (apenas um homem forro e 24 mulheres que são mencionadas como mulher livre, preta ou negra forra e escrava livre). Este número reduzido de saídas por óbito dever-se-á a uma incompleta identificação por parte do pároco, que não considerava importante este tipo de distinção à morte, ou será o reflexo de uma forte mobilidade deste segmento da população? Sem resposta para

estas questões parece-nos que poderá ser uma boa indicação conhecer a utilização que davam os senhores de escravos a esta mão-de-obra.

Reportando-se aos Açores em geral, Vitorino Magalhães Godinho diz, referindo uma fonte de 1575, que “nos Açores os portugueses tinham nos escravos força para trabalhar e cultivar a terra, especialmente os campos de trigo”<sup>129</sup>. E em Angra, a “Lisboa pequena”, teriam os escravos, à imagem do que acontecia na capital do Reino, uma utilização industrial (nas ferrarias é o exemplo lisboeta), andariam também pelas ruas com cestos às costas vendendo ou acartando coisas? E as escravas ganhariam de comer em limpar e lavar os serviços de casa?<sup>130</sup> A nossa fonte pouco nos adianta sobre a utilização dos escravos em Angra. Pelo ficheiro de Defuntos apenas o caso de Filipa, escrava que morreu na Sé em 24-6-1685 sendo sepultada com todos os sacramentos na Casa da Misericórdia, refere que “lavava aos padres da Companhia”. A utilização nos serviços domésticos era certamente o destino de muitas das escravas e possivelmente de alguns escravos<sup>131</sup>. Outros seriam utilizados em tarefas conformes às necessidades das ocupações dos respectivos donos. Na medida em que eram proprietários de terras é muito possível que fosse também nos trabalhos do campo onde os senhores urbanos utilizassem os escravos. Assim importa saber quem tinha escravos.

Tinha escravos gente de posses, certamente. Eclesiásticos (bispo, deão, cónego, padres, curas), gente da administração pública e militar (desembargador, provedor da fazenda, ouvidor, governador, almoxarife, tesoureiro-mor, capitão, sargento-mor, alferes, tesoureiro dos defuntos, general, pagador do terço), notáveis (morgado, licenciado, doutor, Dom e Dona, mestre-escola) e mercadores (entre eles franceses e

---

<sup>129</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Vol. IV, 2ª edição, Editorial Presença, 1983, p. 201.

<sup>130</sup> Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães, ob. cit., p. 200.

<sup>131</sup> O Pe. CORDEIRO na *História Insulana* ao descrever o nobre trato da cidade onde abundam liteiras (do bispo, dignidades eclesiásticas, governador do castelo, capitão-mor da cidade e ricos morgados) e carruagens, refere que as mulheres, as mais nobres, quando saíam de casa (para a igreja ou visitas sociais) eram transportadas em ricas cadeiras, as cadeiras de mulheres, que eram levadas por dois negros e “às ilhargas a pé hão os criados e criadas”. Cf., p. 292.

ingleses). Aparecem como senhores de um, dois ou mais escravos. Guilherme Fisher, mercador inglês, por exemplo, além das duas escravas que tiveram filhos ilegítimos, apresentou, entre 1678 e 1697, dez escravos adultos (5 homens e 5 mulheres) para baptizar. De outro mercador inglês radicado em Angra, Diogo Stone, conhecemos 4 escravas, duas das quais com filhos ilegítimos, e dois escravos, entre 1677 e 1697. O provedor da Fazenda, Agostinho Borges Sousa, além de uma escrava mãe de um ilegítimo, também manda baptizar 3 escravos e uma escrava adultos. Como donos de um escravo aparecem ainda como casos singulares boticário, confeitoiro, mestre, piloto, tanoeiro, sapateiro, carpinteiro, pedreiro e mareante<sup>132</sup>.

Como seriam tratados os escravos por estes senhores? Muito provavelmente a sorte não era igual para todos, nem na dureza dos trabalhos que lhes cabia fazer nem no trato que recebiam. Haveria alguns que certamente ganhavam a estima dos senhores que até lhes deixavam usar os apelidos de família como é o caso de Fernando Fonseca Chacão, servo de Diogo Fonseca Chacão, que em Dezembro de 1654 baptiza uma filha ilegítima de uma mulher preta livre. Ou o caso de Gaspar escravo de António Toledo que ao casamento em 1623 também usava o apelido Toledo. Outros conseguiam a liberdade, continuando no entanto a serem referenciados aos antigos donos como é o caso de Rodrigo Pereira, escravo forro de Jorge Dias Sá e o de Catarina Castro, negra forra de Manuel Castro que em Novembro de 1686 casam entre si.

Parece-nos interessante tentar uma aproximação à distribuição geográfica dos escravos dentro da cidade, bem como ao seu peso numérico no conjunto da população angrense.

A importância numérica deste segmento da população foi detectada quando se estudaram os ilegítimos nascidos em Angra<sup>133</sup>. Efectivamente, constatou-se que a

---

<sup>132</sup>Ver anexo “ESCRAVOS E SENHORES DE ESCRAVOS” inserto a pp. 357-378

<sup>133</sup> Ver ponto 4.2.1 - “Ilegítimos” no capítulo Fecundidade que adiante se apresenta.

maioria dos ilegítimos nascidos na cidade eram filhos de escravas ou de mulheres que já o haviam sido. Além de um caso (o de Gracia Gonçalves que, em 13-2-1595, baptiza, na Conceição, um filho, Martinho), onde perpassa o juízo valorativo do redactor ao referir que a mãe da criança era “mulher do mundo“ as referências contidas nos assentos de baptismo relativamente à mãe do ilegítimo dizem respeito ao facto de ela ser ou não escrava. Das 1715 mães de ilegítimos (2.148 nascimentos), 952 são escravas (1.312 nascimentos), 9 são indicadas como mulheres livres, uma como mulata, outra como baça e duas como criadas. Para as restantes 750 não temos qualquer indicação, mas o cuidado com que os párocos especificavam se a mãe era escrava ou mulher livre permite-nos aceitar que se tratava de mulheres não-escravas. Com base nestes números podemos calcular a percentagem de mães que eram ou já haviam sido escravas em relação ao total de mães ilegítimas e em relação ao total das mães legítimas e ilegítimas (9.740 mães legítimas das quais 58 escravas). No conjunto das mães ilegítimas, as escravas e ex-escravas (963) representariam 56% e no conjunto de todas as mães essa percentagem ficava aquém de 10% (8,9%). Se considerarmos, no entanto, as percentagens da ilegitimidade, atendendo ao número total dos nascimentos ocorridos entre 1583 e 1700, verificamos que para a percentagem de 6,8% de filhos ilegítimos contribuíram em 4,1% os ilegítimos escravos.

Se atendermos às paróquias onde foram baptizados os filhos das escravas ou onde escravos se receberam em casamento ou ainda onde os senhores de escravos mandaram baptizar os escravos que adquiriam já adultos, constatamos que era na paróquia da Sé onde havia maior número de escravos. Dos 158 escravos adultos ,cujos donos são conhecidos, 118 receberam o baptismo na Sé, 35 na Conceição e apenas 4 em S. Pedro e 1 em S. Bento. Das escravas mães de ilegítimos (algumas das quais não têm indicação do senhor a quem pertenciam) encontramos 671 na Sé e 200 na Conceição

(entre 1583-1699), 43 em Santa Luzia (entre 1622 e 1699), 26 em S. Pedro (entre 1622 e 1699) e 3 em S. Bento (entre 1584 e 1620). Os números encontrados para estas 3 últimas paróquias, mesmo evidenciando o subregistro resultante da não existência de livros em alguns períodos, não deixam de apontar para que a Sé e a Conceição fossem as paróquias onde se concentrava o maior número de donos de escravos. Pelo número de casamentos escravos realizados essa ordem de grandeza não se altera: 37 registaram-se na Sé, 10 na Conceição, 7 em Santa Luzia, 3 em S. Pedro e 1 em S. Bento. Esta distribuição está certamente relacionada com a área de residência onde moravam aqueles que mais podiam ser senhores de escravos. Lembremos que estas eram as duas maiores freguesias e aquelas onde residiam os notáveis locais, a gente de posses e condição: membros do clero, do funcionalismo, fidalgos, mercadores que residiam maioritariamente nessas freguesias.

Além dos nascidos em Angra de onde vinham os escravos da cidade? Apesar de a naturalidade ser um dado raramente referido permite-nos identificar proveniências bem à escala do Império: Cabo Verde, S. Tomé, Guiné, Etiópia, Argel, Angola, Brasil, costa da Índia. As referências à cor da pele também são escassas. As que mais aparecem são as de preto e preta, pardo, baço e baça, mulato e mulata. Por uma só vez (em 1628 ao baptizado de um filho ilegítimo) é referida uma escrava mourisca que pertencia ao governador do castelo.

Os nossos dados apontam efectivamente como elemento racial a presença de escravos. Se exceptuarmos a postura 144, que estipula que “os negros da Guiné se alojaram dos muros para fora e alojando se dentro (da cidade) pagara o dono dos negros coatro mil réis de couma”<sup>134</sup>, não descortinámos indícios de segregação. Sabe-se também que na ermida de Nossa Senhora da Natividade existia uma confraria do

---

<sup>134</sup> Cf. RIBEIRO, Luís da Silva, *Obras II História*, IHIT- SREC, 1983, p. 375.

mesmo nome cujos confrades eram “todos os negros e negras da Cidade, e nella tinhão seu jazigo todos os que morrião com a clauzula que nella se não admeterião Mulatos, em que os negros se havião com notauel constancia”<sup>135</sup>.

As preocupações com a moralização e a preservação dos bons costumes patentes nas posturas municipais e nos livros de vereação não respeitam exclusivamente aos escravos. Nas posturas proíbe-se, sob determinadas penas, que pessoa alguma jogue jogo algum com escravos cativos e que nenhum moço nem escravo joguem nos adros<sup>136</sup>. Nas vereações encontramos, em 11-4-1654, a preocupação com a grande devassidão de moços e homens vadios que jogam. Entendendo que convinha remediar a situação assentaram que o quadrilheiro passasse a vigiar os jogos e que prenderia na cadeia aqueles que achasse jogando a quem tiraria o dinheiro em jogo que depositaria dando de tudo conta a qualquer juiz da cidade. Mais de dois anos volvidos, em 11-10-1656, temos eco dos efeitos práticos dessa decisão: foi posta pena a Sebastião Gonçalves, vendeiro, que com pena de 4 mil réis para a casa dos cativos “não consinta negros nem mosos a jugar em sua casa”<sup>137</sup>.

Apesar de restrições, como a que mandava que “nenhuma peçoia que venda vinho ou outra couza consinta negros captivos em caza”<sup>138</sup> ou ainda a que “por ser cativo e não ter nem poder tomar juramento” justificava que se pedisse aos oficiais da câmara que não consentissem que continuasse um negro cativo cortando carne no açougue dos mesteres<sup>139</sup>, as relações dos escravos com a comunidade dos homens livres no dia-a-dia não se restringiam à relação de dono e propriedade. Não raras vezes são homens e mulheres fora da comunidade dos escravos que servem de padrinhos às crianças e até aos adultos escravos que se batizam. Os mulatos e mulatas seriam

---

<sup>135</sup> MALDONADO, ob. cit., 3º vol., p. 207

<sup>136</sup> Cf. RIBEIRO, Luís da Silva, ob. cit., pp. 366 e 374.

<sup>137</sup> Cf. BPAAH, *Vereações*, Livro 13, pasta 2 e Livro 14, pasta 3.

<sup>138</sup> Posturas in RIBEIRO, Luís da Silva, ob. cit., p. 369

<sup>139</sup> Cf. BPAAH, *Vereações*, Livro 13, pasta 2 e Livro 9, pasta 1.

muitos deles filhos de amores não assumidos com escravas. Mas havia também os que assumiam, não os amores mas, os filhos desses amores ilícitos. É o caso de Diogo, soldado do mestre de campo, que assume a paternidade de Diogo seu filho ilegítimo com Joana, uma escrava de Beatriz Negrao. Quando em 24-5-1592 baptizam o filho apresentam para padrinhos, António Fernandes, mercador e Catarina Jorge, mulher de Bartolomeu Gonçalves.

#### **2.1.4. Os estrangeiros**

Sabe-se que além de se terem associado ao povoamento, os estrangeiros procuraram os Açores atraídos também pelo comércio. Os interesses comerciais serão, mormente a partir do século XVI, a motivação maior para que alguns mercadores estrangeiros viessem radicar-se nos Açores. Está documentada a sua residência e os pedidos de cidadania, por parte de alguns, desde os inícios do século XVI, nomeadamente na Terceira. Tratava-se então fundamentalmente de castelhanos e de flamengos. Era morador em Angra, e um dos mais prósperos comerciantes que então aí actuava, por exemplo, Francisco Giberliam cuja naturalização foi registada em 1534. Olhando para o mundo de negócios do arquipélago, nos finais de Quinhentos inícios de Seiscentos, também está documentada a presença e a actuação de muitos mercadores nacionais e estrangeiros. Quer na Terceira, quer em S. Miguel negociavam mercadores, agentes do comércio nórdico: ingleses, escoceses, flamengos e franceses<sup>140</sup>.

Pelos nossos dados a presença de estrangeiros em Angra era uma realidade confirmada não só pelos filhos que aí registam, como pelas relações de carácter comercial e/ou social (relações de compadrio e matrimoniais) que desenvolvem na cidade. Alguns nomes de mercadores estrangeiros figuram nos livros de vereação a propósito de negócios que careciam de autorização camarária. Logo nos inícios da

---

<sup>140</sup> GIL, Maria Olímpia, *O Arquipélago dos Açores*, ob. cit., pp. 53 e 212

centúria de Seiscentos, em 1602, encontramos, entre uma longa lista de 27 mercadores que actuavam em Angra, por quem foram distribuídos, “conforme o seu trato”, os açúcares que estavam na posse do governador do castelo, Pedro d’ Eredia, um mercador de nome Cornelius Conde que era flamengo<sup>141</sup>. Até aos anos após a Restauração não se encontram, nas vereações, referências a mercadores estrangeiros. É preciso lembrar que até 1647 apenas existem os livros de vereações para 4 anos – 1602, 1608, 1609 e 1628. Mas para esta ausência de referências a mercadores estrangeiros não terá contribuído a aplicação da lei de 9 de Fevereiro de 1591? Esta lei determinava que “todos os estrangeiros que veuerem e forem moradores ou estantes nas partes da India ou do Brasil e Guiné e Ilha de San Thome e Cabo Verde e nas ilhas dos Assores e da Madeira não possam viver nellas e serão obrigados a vir pera o Reino de Portugal”<sup>142</sup>. A lei, mesmo que tenha tido como resultado a diminuição de mercadores estrangeiros nos Açores, e concretamente em Angra, não conseguiu eliminar a sua presença nos negócios da cidade. Documentada, pela mesma autora, está a presença de mercadores estrangeiros nesta praça ao longo de todo o século XVII. Mercadores franceses, alguns residentes, como Guilherme Maingart, João Labroc, Guilherme Arison ou Nicolao Colim, que aparecem relacionados com negócios de tecidos, açúcar, pastel ou azeite. Mercadores flamengos como Hillbrant Nicolaes que vivia em Angra e que aparece associado a negócios que se foram realizando desde o início do século até cerca da década de trinta (tratar-se-á de Librante Nicolau, natural da Flandres, que encontramos a casar na Sé, em 21-7-1620, com Bárbara Galheta e a servir de padrinho, também na Sé, por 11 vezes, entre 1604 e 1621?). Mercadores ingleses como Juan Luffe cuja presença em Angra está documentada para o início do século e que alguns anos mais tarde, tendo

---

<sup>141</sup> BPAAH, *Vereações*, Livro 9, pasta 1

<sup>142</sup> Lei reproduzida por Maria Olímpia GIL, *O Arquipélago dos Açores*, já. cit., p. 213. Esta autora refere também a existência de uma lista de mercadores estrangeiros que foi, então, elaborada com a finalidade de os expulsar do arquipélago.

ido para S. Miguel, continua a ter interesses comerciais em Angra para onde nomeara como seus procuradores dois mercadores portugueses. Seguindo a mesma autora, no segundo quartel de Seiscentos esta presença continuava no arquipélago e, a par do maior destaque de certos nomes estrangeiros, ganhavam importância alguns comerciantes portugueses<sup>143</sup>. Entre esses mercadores portugueses figuram, para Angra, os nomes de João da Fonseca Chacão e de Afonso Gomes Peres. João da Fonseca Chacão, que estava envolvido em diversos negócios, é referido nas nossas fontes várias vezes como padrinho de crianças que se baptizaram na Sé, entre 1630 e 1646. Entre os pais dos seus afilhados havia um ourives, natural de Lisboa, um soldado espanhol e um mareante vindo do Pico. Relações sociais que parecem não acompanhar o grau de importância que granjeara como homem de negócios. Daí, talvez, a animosidade dos oficiais da Câmara expressa em 1652. Pois, apesar deste mercador já ter aparecido na década de 30, em documentação de natureza comercial, referido como *fidalgão de geração*, condenam-no a pagar, da prisão, uma multa de 6.000 réis e mandam que o seu sinal seja riscado. Tudo isto a mando do juiz, mercadores e oficiais da câmara que alegavam “não ser cidadão nen fº e neto de cidadãos” e ter dito “neste senado q era melhor q alguns cidadãos não sendo natural da ilha E mercador”. Em que medida esta oposição da câmara, onde dominavam as elites locais (elites sociais e económicas), seria a expressão de uma reacção negativa à possibilidade de alguém enriquecido pretender partilhar poder e prestígio? Não aceitando a condenação da câmara e aí comparecendo, no ano seguinte, para requerer que se desse cumprimento a uma sentença de desagravo que alcançara contra os oficiais da câmara que no ano anterior o haviam condenado, este mercador é tratado por capitão João da Fonseca Chacão<sup>144</sup>. Quanto a Afonso Gomes Peres, pelo ficheiro de Famílias, sabemos que casou na Sé em 1654 com Violante

---

<sup>143</sup> GIL, Maria Olímpia, *O Arquipélago dos Açores*, ob. cit., pp. 212- 222

<sup>144</sup> Cf. GIL, Maria Olímpia, *O Arquipélago*, ob. cit., pp. 226 e BPAAH, *Vereações*, livro 14, pasta 3

Pereira. Ao óbito, em 1668, este mercador, que também é tratado por capitão, faz testamento e por aí se fica a saber que tinha dois filhos: Pedro Gomes Peres e Violante que era religiosa no convento da Esperança (filhos, possivelmente, de outro casamento). A sua actividade mercantil, segundo documentação estudada por Maria Olímpia Gil, regista-se a partir da década de 1630 e envolve uma variedade de negócios com S. Miguel, Lisboa, Madeira, Brasil, Londres, Amsterdão.

Depois da Restauração o nome de mercadores portugueses continua a marcar presença entre as referências encontradas nas vereações. E um dos nomes que mais aparece é o de Jorge Lopes Dias, mercador a quem, nas décadas de 40 e 50, são dadas autorizações para efectuar negócios tão diversos como: embarcar linho e pipas de vinho; mandar vir da Holanda armas e munições; contratar a vinda de trigo da França, em ano de grande penúria<sup>145</sup>. Mas, como constatou a já referida autora, “durante o terceiro quartel do século XVII começa-se a notar uma certa rarefacção na frequência dos nomes de mercadores nacionais, ao mesmo tempo que continuam e, até, se ampliam as actividades dos comerciantes estrangeiros estabelecidos nos Açores”<sup>146</sup>. As vereações, sem que possamos afirmar que também reflectem essa tendência, assinalam efectivamente a presença de mercadores e de navios estrangeiros. Nomes como o do francês Miguel Vesque(?), que é autorizado a importar trigo e a vendê-lo pelo que lhe parecesse, ou o dos irmãos Chapel, Jorge e Duarte (este, capitão de um navio), ingleses, que surgem, nos finais da década de 40, ligados, por exemplo, ao negócio do azeite de peixe. Além dos mercadores, são referidos navios ingleses que faziam chegar a Angra ou que daqui levavam determinados produtos (gesso de Cádiz e sal são produtos, por exemplo, que aguardavam licença para ser desembarcados das naus inglesas onde eram transportados). Nas décadas de 60 a 80 além do nome de Francisco Ribeiro da Costa,

---

<sup>145</sup> BPAAH, *Vereações*, livros 12 e 13, pasta 2 e livro 14, pasta 3

<sup>146</sup> GIL, Maria Olímpia, *O Arquipélago*, ob. cit., pp. 231

cuja actividade vinha dos finais da década de 40, figuram outros nomes portugueses, como o de Jorge Dias de Sá, natural de Angra, onde casou, em 1635, com Isabel Rey, filha do já falecido Guilherme Rey, mercador inglês que casara com Justa Coelho. Actuando, por vezes, em ligação com os mercadores portugueses conhece-se, na cidade, outros nomes de mercadores ingleses, tais como Guilherme Searshfield, Guilherme Fisher, Diogo Stone, Joao Mallorie. E para os últimos decénios de Seiscentos, a rarefacção dos negócios, notória na diminuição do movimento nos dois principais portos do comércio açoriano (Angra e Ponta Delgada), reflectindo os efeitos da conjuntura internacional e os da crise do Atlântico português<sup>147</sup>, mesmo que tenha levado a um recuo do número de mercadores estrangeiros não se saldou pelo seu desaparecimento. Pelo contrário, no último quartel de Seiscentos ter-se-á verificado, sobretudo por parte dos ingleses, uma crescente participação no comércio do arquipélago<sup>148</sup>. Alguns dos nomes britânicos continuaram a marcar presença para lá do século XVII, nomeadamente em Angra onde continuavam a residir, conforme pudemos confirmar pela reconstituição de famílias.

Vejamos o que acrescentam as informações contidas nas nossas bases de dados. Fazendo um levantamento pela naturalidade do pai constatámos, embora durante o período filipino fossem os espanhóis, em termos numéricos, a deter a primazia, que havia um leque muito variado de nações europeias entre as famílias residentes na cidade: ingleses e franceses desde a década de 1580; flamengos nos finais do século XVI e depois na segunda metade de Seiscentos; holandeses, dinamarqueses e alemães a partir da década de 1670 e sobretudo na década de 1690.

Entre os flamengos, além do mercador Librante Nicolau que já referimos figuram nomes como o de Remígio Nolete que casou na Sé, em 1656, com Beatriz

---

<sup>147</sup> GIL, Maria Olímpia, ob. cit., pp. 241 e 419-429

<sup>148</sup> Os navios ingleses eram usados não só para garantir o comércio do arquipélago com o exterior como para transportar os produtos inter-ilhas.

Duarte. Não tiveram filhos e por isso em 1684 Remígio consta, no testamento que a mulher fizera, como seu herdeiro vitalício, passando, à sua morte (que ocorreu em 1705), os bens para o sobrinho, o licenciado Diogo Nolete, que se morresse sem herdeiros os deixaria a Nicolau Alemão Vasconcelos. Remígio Nolete movimentava-se num círculo de relações sociais que não se limitava à comunidade dos mercadores. Na Sé foi padrinho por 16 vezes sendo as crianças filhas de 12 famílias diferentes. Entre os pais dessas crianças encontramos naturais do Porto e de Viana do Castelo e de Peniche (provavelmente mercadores estantes em Angra apenas por algum tempo já que a sua passagem é assinalada apenas pelo registo de baptismo de um ou dois filhos), tanoeiros, alferes, meirinho do estanco e dois doutores. E entre as madrinhas dos seus afilhados encontram-se nomes como os de D. Catarina Castro, mulher do governador Martim Afonso ou o de Apolónia Cruz mulher do mercador inglês Guilherme Fisher. Remígio Nolete era irmão de um outro mercador, Henrique Nolete (o pai do Dr. Diogo Nolete), que era natural de Vila Nova de Alenquer, onde seu pai, André Nolete, natural da Flandres, muito provavelmente já viúvo, casara com Margarida Rodrigues, sua mãe. Também era flamengo de nação o cirurgião Baltazar Vadahalen que em 1678 casou na Sé com uma angrense natural de Santa Luzia.

A presença de holandeses ficou registada, em 1676 quando Jacobus Hudins e sua mulher, ambos holandeses, baptizaram um filho na Sé e em 1686 quando se fez o óbito a Adriano Andriansson, um holandês convertido que morreu pobre.

A presença alemã também é reduzida. Três casamentos, em 1688, o de Henrique Escouten com Helena da Conceição, uma dinamarquesa de Copenhague, em 1692, o de Joaquim Bom, natural de Hamburgo e em 1699, o de Arnaldo Coop, também de Hamburgo.

Na análise que se segue, apesar do leque de nacionalidades estrangeiras, que aqui apontámos, relevamos, para além dos espanhóis, a presença dos ingleses e dos franceses por serem aqueles para os quais dispomos de mais informações.

#### **2.1.4.1. O caso dos espanhóis**

Embora a presença de castelhanos, ligados ao povoamento e ao comércio, não fosse uma novidade nos Açores, o número que passou a estar presente, sobretudo em Angra, a partir de 1583, era algo a que os terceirenses não estavam habituados. Chegaram por razões militares. E se, uma vez submetida a resistência terceirense, o marquês de Santa Cruz se retirou da ilha, deixou, porém, “nella dois mil soldados de presidio a cargo do Mestre de Campo João de Urbina”<sup>149</sup>. A presença dos soldados espanhóis manter-se-ia até que o último dos governadores castelhanos, D. Alvaro de Viveiros, entregasse, depois de uma longa resistência, o castelo do Monte Brasil em Março de 1642. Não os dois mil soldados iniciais, mas 500, conforme mandou, em 29 de Maio de 1601, no governo do mestre de campo, Diogo de Miranda Queirós, “El Rey Philippe ir o presidio e fazer o castello de Sam Philippe e que ficassem para sua guarda praça de 500 soldados, como ficaram, e ouue daly por diante”<sup>150</sup>. Efectivamente, a presença espanhola era constituída, na sua grande maioria, por soldados do castelo de S. Filipe, mandado construir por Filipe II de Espanha, no Monte Brasil. Soldados que tinham a comandá-los também espanhóis: onze foram os mestres de campo e os governadores nomeados.

E se o comportamento de Mestres de Campo como João de Urbina, que “constitui tão Regulo soberano, e absoluto senhor das uidas, credito, honra e fazenda da miseravel gente das Ilhas Terseira e Fayal, que por qualquer venealidade com os

---

<sup>149</sup> MALDONADO, Pe. Manuel Luís, *Fenix Angrence*, 1º vol., IHIT, Angra do Heroísmo, 1989, pp. 365-366.

<sup>150</sup> CHAGAS, Frei Diogo das, *Espelho Cristalino*, ob. cit., p. 265

Adjuntos que todos tinha de sua mão sentenceava à morte, sem admitir Appello, nem Aggrauo”<sup>151</sup>, ou o saque, a que foi sujeita a cidade depois da vitória do marquês de Santa Cruz, contribuíram para a má memória que ficou da presença espanhola, a inserção dos soldados espanhóis no quotidiano da cidade parece ter ultrapassado o sentimento de rejeição e malquerença que a resistência inicial podia induzir. Nos nossos dados, entre 1583 e 1640, encontramos pelo menos 485 famílias em que o cônjuge masculino era espanhol (algumas das quais resultam de um segundo casamento contraído pelo cônjuge masculino na cidade), 97,3% das quais casaram ou baptizaram o primeiro filho até 1600. Em Angra, dentre os espanhóis, não foram só os soldados a encontrar casamento. Aqui casaram capitães, como António Nunes Munhos Ginjano, em 1591, com D. Inês Ávila Bettencourt e Diogo S. Vicente, em 1599, com D. Mariana Pimentel, o mestre de campo Alonso Tapia, em 1594, com Isabel Rodrigues, natural das Flores, o mestre de campo e governador do castelo Diogo de Miranda Queirós, com D. Joana Melo, natural de Angra e filha de Estevão Ferreira de Melo e de D. Antónia de Lima, em 1602, o pagador do castelo Aleixo Sisneros, por duas vezes, uma em 1589 com Luzia Estrada e outra em 1619 com Marcelina Machada Lobo, o tenente do castelo Filipe Spínola Queiroz, em 1602, com Francisca Mendonça, ou em 1593 com D. Luzia Melo o contador da gente de guerra, Hernando Ortis del Rio, viúvo de uma espanhola com quem casara na Sé em 1590.

Dos casos aqui apresentados, é interessante notar que os detentores de cargos fizeram casamento entre famílias socialmente conceituadas. As mulheres são tratadas por “donas”. No caso de Diogo de Miranda Queirós e de Hernando Ortis del Rio sabemos que as noivas, que são irmãs, eram filhas de Estevão Ferreira de Melo, a quem Filipe I fizera fidalgo, com o hábito de Cristo, em Junho de 1584. Diogo de Miranda

---

<sup>151</sup> MALDONADO, ob. cit., pp. 368

Queirós já não era novo quando casou (homem também de muita idade, diz Frei Diogo das Chagas) e faleceu ao fim de 5 anos de casado. Não tiveram filhos. Não sabemos a idade de D. Joana nem o rumo que tomou após a viuvez. De qualquer modo seria mais nova que o marido. E D. Luzia? Casa com o contador do terço, que já era viúvo de uma espanhola (que por sua vez era viúva de um português). Os sete anos em que esteve casada foram suficientes para ter seis filhos, entre os quais D. Pedro Ortis de Melo (que viria a casar aos 34 anos com D. Maria Pacheco da Câmara) a quem D. João IV havia de dar foro de Moço fidalgo de sua casa<sup>152</sup>. Se por parte dos noivos, o casamento pode parecer uma forma de integração entre os notáveis locais, por parte das noivas, ou, melhor, da sua família, bem poderia ser uma forma de marcar a sua posição face ao poder agora instituído.

Para além das relações matrimoniais, que se generalizaram a toda a população, as relações de compadrio, que se foram estabelecendo, surgem também como uma forma bastante comum de aproximação entre espanhóis e portugueses. Encontrámos espanhóis a convidar portugueses para padrinhos dos seus filhos e vice-versa. Significativo é o número de vezes em que alguns eram convidados. Aleixo Sisneros, o pagador do castelo, por exemplo, só na Sé aparece como padrinho de 20 crianças filhas de 20 casais diferentes, 6 dos quais, apenas, sabemos serem também espanhóis. Quando chegou a vez de baptizar os seus filhos, a escolha dos padrinhos não se limitou a espanhóis: se o padrinho da filha do primeiro casamento foi o espanhol Hernando Ortis

---

<sup>152</sup> Cf. nossos dados e MALDONADO, ob. cit., 2º vol., p. 279 - Para que não restassem dúvidas sobre a sua fidelidade a D. João IV, D. Pedro Ortis (que vinha sendo muito caluniado como castelhano, que era o mesmo que chamar-lhe traiador), passou “para que constasse ao mundo esta sua fee ao Reino (...) e foi servir com dois criados à sua custa na Província do Alentejo, onde seu irmão D. António Ortis ocupava o posto de Mestre de Campo (...) e por estes e outros bons Serviços desta calidade foi sua Magestade servido dar lhe o foro de Moço fidalgo de sua caza como neto de Estevão Ferreira de Mello que o fora”. D. Pedro Ortis de Melo regressou a Angra, onde deixara a família, e segundo as referências que encontramos nas vereações, como notável da cidade participou do seu governo: em 1651 era oficial da câmara com o cargo de juiz ordinário e no ano seguinte serviu como almotacé nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro. Em 1653 foi nomeado para servir, em Lisboa, de procurador de Angra.

del Rio, o padrinho de um dos filhos do segundo casamento foi o provedor, o licenciado António Ferreira Bettencourt, natural de S. Miguel, casado em Angra com D. Inês de Andrade. Não eram só os espanhóis já inseridos pelo casamento os convidados para padrinhos. O parentesco espiritual era estabelecido também com espanhóis cuja presença podia ser temporária. Tal é o caso de D. Pedro Sarmiento. A reconstituição que fizemos dá-nos a conhecer este mestre de campo espanhol através dos laços de compadrio que estabeleceu: nos registos de baptismo da Sé surge como padrinho, onde tem oito afilhados. Estes, à excepção do filho de um capitão e do filho do sargento-mor, ambos espanhóis, eram filhos de angrenses entre os quais Pedro Anes do Canto e o contador Manuel Pacheco Lima. Neste caso os convites que se repetiram por diversas vezes, certamente mais do que as oito que identificámos na Sé, parecem traduzir a boa imagem que este representante espanhol deixou em Angra e que Frei Diogo das Chagas expressa dizendo deste governador que foi “mui grande amigo dos Portugueses”<sup>153</sup>.

Para além das actividades ligadas às funções militares, os espanhóis só muito excepcionalmente são referidos como desempenhando outras actividades. E essas actividades (de pescador, passareiro, marinheiro, criado, mestre cirurgião, mestre barbeiro e mercador), para as quais é indicado um ou dois casos, apontam para gente sem grande relevância social. Aos soldados espanhóis, apesar da facilidade com que encontraram noiva, natural da cidade ou de uma qualquer paróquia da Terceira, não terá sido fácil manter-se na cidade fora do âmbito das suas funções militares. Pois, salvaguardando as dificuldades já apontadas para identificar cada um dos indivíduos constantes na base de dados, parece-nos significativo o facto de só se conhecer o óbito para menos de 5 dezenas das quase 5 centenas de espanhóis que tinham família constituída na cidade. É igualmente escasso o número de óbitos identificados como de

---

<sup>153</sup> CHAGAS, Frei Diogo das, ob. cit., p. 265.

espanhóis para os quais não se conhecem relações familiares – apenas 42, nove dos quais depois da Restauração. A integração dos seus descendentes, atendendo aos diferentes registos paroquiais, terá sido feita sem grandes dificuldades, pois nos mais de 100 registos de casamentos em que se sabe que o noivo ou a noiva eram filhos de pai espanhol e de mãe açoriana tal facto não é apontado pelo pároco. Os filhos de pai espanhol eram identificados, como todos os demais nascidos na cidade, apenas como naturais da cidade. Tal é o caso, por exemplo, de Cristóvão Spínola Queirós, filho do tenente espanhol, Filipe Spínola e de D. Francisca Mendonça, que, baptizado na Sé em 1605, aí casado, em 1637, com D. Paula Ornelas da Câmara e em 1650 com D. Madalena do Canto (filha de Pedro Anes do Canto e de D. Apolónia Teixeira), aí sepultado em 1664, nunca é referenciada a sua ascendência espanhola. Mesmo depois da Restauração, tal como acontecera com Pedro Ortis de Melo, é muito mais importante para estes descendentes espanhóis o facto de serem, pelo lado da mãe descendentes de famílias da elite angrense e terem, através do próprio casamento, reforçado essa relação de pertença aos notáveis locais. Cristóvão de Spínola, D. Cristóvão de Espindola como é referido nas Vereações, desempenhou cargos ligados à governação municipal: em Abril de 1650 era almotacé, em 1654 foi juiz ordinário e em 1657 era guarda mor da saúde<sup>154</sup>.

#### **2.1.4.2. O caso dos ingleses e dos franceses**

A presença nos Açores de ingleses e franceses é seguramente anterior ao período em que recai este estudo. Sabe-se que a presença inglesa no arquipélago data do último quartel da centúria de Quatrocentos<sup>155</sup>. Quanto aos franceses a sua ligação aos Açores,

---

<sup>154</sup> BPAAH, *Vereações*, livro 13, pasta 2 e livro 14, pasta 3

<sup>155</sup> A presença de mercadores ingleses de Londres a comerciar na Terceira data de finais do século XV: em Março de 1480, como está documentado, esses mercadores foram vítimas do corso andaluz. Cf. Eduardo Aznar Vallejo e Mercedes Borrero Fernandez, “Las relaciones comerciales entre la

por razões mercantis, como se viu, também está documentada sobretudo a partir dos finais do século XVI. A presença, de uns e outros, figurando no nosso ficheiro de Famílias na década de 1580 (franceses e ingleses) e na década de 1590 (só franceses), eclipsa-se, ressurgindo um caso ou outro, nas décadas de 1630 e 1640, para aparecerem de forma menos intervalada sobretudo a partir dos anos 1670.

Em Angra as respectivas comunidades, podendo não ser numericamente muito representativas eram-no seguramente pela importância que detinham enquanto agentes económicos<sup>156</sup>. Importantes pelas relações comerciais que asseguravam, os mercadores nórdicos eram-no também pelas informações que detinham e que em determinadas conjunturas económicas e políticas podiam ser fundamentais para a ilha. É o que se pode depreender do que se afirma num auto feito na câmara sobre o trigo que “se ade embarcar pera Mazagão”, datado de 14 de Março de 1649. O povo da cidade, temendo que nesse ano se repetisse a escassez de trigo do ano anterior e pretendendo que não fosse permitida a saída de nenhum trigo, argumenta que faltando novamente o trigo na ilha “não averia foras nos moradores pera rezistirem e se defemderem dos inimigos da Coroa de Purtugal coando quizessem ifestar esta ilha como se tinha por couza infalível por novas e cartas que avia e tinhão alguns estrangeiros que aqui asistião das partes do norte (...)”<sup>157</sup>.

Cientes da importância que os Açores tinham para os seus interesses comerciais, os ingleses, nomeadamente os que estavam radicados em Angra, como testemunha o padre Maldonado, não deixaram de tomar posição na defesa desses interesses, tal como

---

Andalucía Bética y los Archipiélagos portugueses” in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, INIC, Centro de História da Universidade do Porto, 1987, Vol. II, pp. 645-661, citado por José Damião RODRIGUES, “De mercadores a terratenentes: percursos ingleses nos Açores (séculos XVII-XVIII), in *Ler História, Açores: peças para um mosaico*, Nº 31, 1996, pp. 41-68.

<sup>156</sup> Sobre a inserção dos mercadores estrangeiros nas diferentes actividades do sector mercantil a nível local ou em ligação com o comércio internacional veja-se GIL, Maria Olímpia, *O Arquipélago dos Açores*, já cit., pp. 212-258.

<sup>157</sup> BPAAH, *Vereações*, liv. 13, pasta 2

aconteceu em 1641 quando se intensificaram os esforços militares para expulsar os soldados espanhóis da cidade. Diz Maldonado que “a vista de tais extremos os moradores da nação Ingleza que neste tempo tinham feito asiento no comercio em Angra lhes pareceo os terião por suspeitosos quando d algu modo não obrassem acção em que mostrassem a realidade dos seus affetos, pera com a liberdade e Restauração do Reino de Portugal; e ainda que se poderão hauer neutrais por estrangeiros, contudo enleuados no amor dos naturais da Terra por neutralizados nella, (...) quizerão expor se a Sorte pera participarem depois da Gloria em que se virão os Angrenses”. Este autor dá ainda conta dos nomes daqueles que, fazendo parte dessa facção, à sua custa pagaram a gente da guarnição com que formaram um reduto no alto de Santa Luzia. Eram eles “Gylhelme Rey Salazar, João Melorie, Gilhelme Sarefim, Themoteo Tonzen”.<sup>158</sup>

Destes nomes apenas não detectámos nas nossas bases o de Gilhelm Sarefim. Guilherme Rey Salazar, casado com Justa Coelho, é identificado, como pai de Isabel Rey, quando esta casa, em 3-5-1635, com Jorge Dias de Sá, um mercador de 33 anos natural de Angra, cujo pai era também mercador, Francisco Andrade. Pelo casamento estreitavam-se relações que possivelmente já se haviam estabelecido no plano comercial. A afirmação desta família não se limitou ao sucesso nos negócios. Dos 13 filhos, que Jorge Dias Sá e Isabel Rey baptizaram na Sé entre 1636 e 1657, sabe-se que o primeiro, Francisco Sá Salazar, veio a casar com D. Ana da Câmara Pimentel. Dos restantes doze, sete talvez tenham morrido ainda crianças, 2 seguiram a carreira eclesiástica (Guilherme Rey Salazar era cônego quando faleceu em Santa Luzia, aos 73 anos, em 1711; Jorge Sá era padre beneficiado quando, em Santa Luzia, faleceu com 52 anos de idade), uma filha, Maria do Nascimento Rey Salazar, foi para freira, conforme consta do testamento que o pai deixou em 1674, um outro filho, Amaro Sá, morreu

---

<sup>158</sup> MALDONADO, ob. cit., 2º vol., pp. 175

solteiro, ainda não tinha 30 anos, em 1676, por fim o filho Roberto, o Dr. Roberto Rey de Sá faleceu, também solteiro, em 1700, aos 51 anos de idade.

Quanto a João Melori, que casou na Sé em 1658, com Doroteia Sousa Frois, natural de Angra, de 39 anos de idade, viúva de um outro inglês, Alexandre Lecoque, morreu em 1668, deixando 2 filhos e uma filha. A filha, Joana Melori, viria a ser a primeira mulher de Diogo Stone, mercador natural de Londres. Mais uma vez se regista a preferência, para estabelecer relações matrimoniais, no seio do mesmo grupo socio-profissional. Naturalmente seria uma forma de os recém-chegados se inserirem nas redes comerciais já existentes. Por outro lado, procuram também inserir-se no seio de famílias, cujos interesses se jogam, muito provavelmente, na posse da terra. O caso de D. Maria Josefa Câmara e de José Câmara Sá, filhos de Francisco Sá Salazar, netos de Jorge Dias de Sá e bisnetos do inglês Guilherme Rey, apontam nesses sentido: Maria casa, em 1695, com António Moniz Barreto Corte-Real, filho de importantes famílias locais; José, em 1702, casa com Inês Francisca Xavier, natural de S. Pedro. Em 1709 o pai, Francisco Sá Salazar, que já era viúvo, deixa a estes dois filhos sua terça com vínculo de morgado.

O caso de Timóteo Tousem pode ser tomado como ilustrativo da integração dos ingleses na sociedade angrense. Este inglês casou em 1643 com uma angrense natural da Sé, Helena Figueiredo. Baptizaram seis filhos, três rapazes e três raparigas, dos quais sabemos ter sido padre, Timóteo Tousem, o segundo filho nascido em 1645 e falecido em 1681 e terem casado em 1676 o 5º filho, João Tousem Figueiredo (com Maria Teresa Passos) e em 1678 a 4ª filha, Margarida Tousem (com Manuel Rego Borges). Para padrinhos dos filhos Timóteo Tousem escolheu Francisco Bettencourt, o licenciado Bento Pimenta Soares que era cónego na Sé, o capitão Baltazar da Costa, o escrivão Roque Figueiredo e Margarida Cruz que era mulher do mercador Manuel Gomes.

Esclarecedora da aceitação deste mercador inglês é a informação que os oficiais da câmara acordam, em reunião de 29-10-1650 com a presença do desembargador, enviar ao Rei para que lhe fosse concedida a naturalização que lhe havia requerido. Timóteo Tousen é tido como católico romano, casado na terra com cristã velha há muitos anos e que têm filhos. Adiantam ainda “viver de sua mercancia onradamente” e que, por ser seu procedimento muito honrado, o aceitaram na casa da Misericórdia por irmão dos nobres donde serve com grande devoção e assistência<sup>159</sup>.

Além destes, a partir das nossas bases é possível acrescentar outros nomes de ingleses. Há os que, não sendo residentes, têm a sua presença assinalada porque faleceram em Angra ou porque estão associados ao baptismo de escravos que transportavam para a cidade. Tal é o caso, por exemplo, do mercador Gaspar Lenhe que ao longo da década de 60 é identificado como padrinho de uma criança que se baptizou na Sé e como dono de dois escravos que recebem o baptismo. Este mercador faleceu em Angra em 1669. Entre os residentes, alguns aparecem porque casaram na cidade ou aqui baptizaram filhos, não constando, no entanto, outros dados que nos permitam identificar a sua actividade ou as relações que aqui estabeleceram. Há, porém, outros ingleses, sobretudo mercadores, cuja presença está registada em momentos diversos: ao casamento, próprio ou dos filhos, ao baptizado dos próprios filhos ou como padrinhos ou ainda como senhores de escravos e ao próprio óbito. Destes casos destacamos os dos mercadores Diogo Stone e Guilherme Fisher.

Diogo Stone e Guilherme Fisher são nomes identificados, por Maria Olímpia Gil, como mercadores que a partir da década de 60 do século XVII operavam em Angra e que, juntamente com Guilherme Searshefeld e João Mallorie (João Melori, nos nossos dados), em associação com mercadores nacionais, como os já referidos

---

<sup>159</sup> Cf. BPAAH, *Vereações*, Livro 13, pasta 2

Francisco Ribeiro da Costa e Jorge Dias de Sá, mantinham uma intensa actividade mercantil. Associação que resultava dos interesses que tinham quer no comércio com o Brasil quer com o comércio nórdico<sup>160</sup>.

Guilherme Fisher (ou Fixer) casa em Angra, com diferença de dois meses, no mesmo ano em que casaria João Melori, em 1658. Guilherme casou com Apolónia Cruz, uma angrense, de origem humilde, à beira dos 24 anos de idade. Quando fazia 39 anos de casado ficou viúvo, estado que manteve até ao fim dos seus dias, em 1714. Baptizaram 8 filhos entre 1659 e 1672. Para padrinho dos 3 primeiros filhos, este católico inglês escolheu outro mercador inglês – Timóteo Tousem. A aproximação aos que já estavam instalados era certamente importante para a sua integração e afirmação. O quarto filho permitiu-lhe estabelecer parentesco espiritual com o provedor Agostinho Borges de Sousa. O padre Manuel Fernandes Machado seria o padrinho dos 3 filhos que se seguiram e o último filho teve como padrinho o licenciado João Prado. Através das relações de compadrio, Guilherme Fisher ligou-se a muitas outras famílias que residiam na Sé: aí, foi ele padrinho por vinte vezes, o filho, Guilherme, ainda solteiro, duas vezes e a mulher, Apolónia, cinco vezes. Entre os compadres da família de Guilherme Fisher encontramos um casal de escravos, um meirinho do eclesiástico, soldados, um sargento-mor, alguns sem indicação de actividade e oficiais mecânicos tais como ourives, alfaiate, tanoeiro, calafate/carpinteiro. Talvez tenha algum significado o facto de estes oficiais mecânicos, apesar de residirem em Angra, serem naturais de outras ilhas nomeadamente de S. Miguel e Graciosa. Algumas dessas relações têm um carácter familiar mais alargado, pois, para além de Guilherme Fisher, seu filho e sua mulher, encontramos, entre os padrinhos dos filhos de um determinado casal, outros elementos

---

<sup>160</sup> GIL, Maria Olímpia, *O Arquipélago*, ob. cit., pp. 236-241

da família Fisher, nomeadamente Francisco Fisher, filho de Ambrósio Fisher, moradores no Faial.

Pelos dados que cruzámos, relativamente à sua descendência, sabemos apenas que o filho, Guilherme Fisher, como o pai, baptizado na Sé em 12-9-1660, foi o herdeiro das terças dos pais em 1714, data em que o mercador inglês faleceu. Efectivamente Guilherme, o pai, “tinha feito testamento de mão commua com a dita sua molher [Apolónia da Cruz] no anno de mil seis centos noventa e sete aprovado pello tabelião Bernardo Coelho de Mello em q deixarão suas terças a seu filho Guilherme Fixer com penção annual de três missas do Natal”<sup>161</sup>. Este filho, Guilherme, casar-se-á, em Ponta Delgada, em 1692, com Maria Chamberlim, filha de João Chamberlim, um dos dois irmãos, mercadores ingleses, que se haviam instalado em S. Miguel por volta de 1660. Mercadores que ocuparam um lugar relevante entre a comunidade britânica aí residente e que, além da actividade comercial, se dedicaram ao crédito e ao investimento na terra e que procuraram, através de alianças matrimoniais e de compadrio, ligar-se às famílias da elite local. O casamento do filho de Guilherme Fisher com a filha de João Chamberlim unia estas famílias de mercadores ingleses que tinham os seus interesses centrados em S. Miguel e na Terceira, interesses que não eram exclusivamente comerciais. Sabe-se do investimento destas famílias na compra de terra<sup>162</sup>.

Diogo Stone (Eston, Heston ou Ston), o mercador natural de Londres, residia há anos em Angra quando faleceu em 21-7-1700. Aí, na paróquia da Conceição, casou por três vezes, em 1672, 1679 e 1683. A primeira mulher, Joana Melori, era filha de pai inglês, o mercador João Melori que casara com Doroteia Sousa Frois, natural da

---

<sup>161</sup> BPAAH, *Paroquiais da Sé, Óbitos*, Livro 8.

<sup>162</sup> RODRIGUES, José Damião, “De mercadores a terratenentes”, ob.cit, pp. 50-57. Existe um estudo centrado na família dos Fisher da autoria de Guilherme Reis Leite, *Os Fisher. Esboço histórico de uma família açoriana*, Separata da revista *Atlântida*, colecção Insula, Nº 11, Angra do Heroísmo

paróquia da Conceição, viúva do inglês Alexandre Lecoque com quem havia casado aos 14 anos de idade. Não conhecemos a data em que nasceu Joana, mas sabe-se que faleceu em 1678 depois de ter tido três filhos. A segunda e a terceira mulher de Diogo Stone eram ambas naturais de Angra, uma, D. Maria de São Carlos Ryder (Reyder), da paróquia da Conceição e a outra, D. Mónica Maria Bettencourt, de S. Pedro. A segunda mulher, que já era viúva de um inglês, o capitão Luís Guilherme, apesar de natural de Angra era filha de mãe inglesa, Maria Ryder e de pai português, Francisco Martins Veloso. Não temos registo de nenhum filho deste segundo casamento que se dissolveu pela morte de D. Maria em 1683. Este casamento terá sido proveitoso à afirmação social deste mercador, já que a mulher fora herdeira do avô paterno, o alferes António Veloso que, segundo as referências contidas nas vereações, foi pessoa ligada à governação: ao longo das décadas de 1640 e 1650 desempenhou vários cargos, tais como tesoureiro da cidade, almotacé, procurador, tesoureiro da meia anata e do donativo, vereador. A terceira mulher de Diogo Stone era filha do alferes Manuel Correia Ávila Bettencourt que, sendo natural da Graciosa, casara em Angra com Maria Cassia. Deste casamento nasceram 10 filhos. O levantamento que fizemos, cruzando os dados até aos primeiros anos do século XVIII, só nos permite saber que a filha Joana Antónia Bettencourt, nascida em 1687, casou, aos 16 anos, com João Simões Talha Ferro, em 1703 e que o filho Tomás Stone, nascido em 1691, casou em 1718 com Maria Inácia.

A actuação dos Stone, Diogo e outros mercadores seus parentes residentes em S. Miguel e S. Jorge parece sugerir que todos prosseguiram estratégias de integração na respectiva sociedade local. Estratégias que passaram por comprar bens de raiz, por

firmar alianças, através do casamento, com as oligarquias locais, por seguir a carreira eclesiástica e religiosa e por conseguir participar do poder municipal<sup>163</sup>.

Pela vereação de 15-9-1700 sabemos que Diogo Stone tinha sido cônsul dos ingleses em Angra. Nesta data os oficiais da câmara de Angra acordaram que, tendo morrido Diogo Eston (óbito datado de 21-7-1700) que fora cônsul da nação inglesa e “sentindo grande falta os vassallos del Rei de Inglaterra por falta de pessoa que lhes assista”, servisse de cônsul da dita nação André Branco, “homem de negócios desta praça homem inteligente e prático na língua inglesa”<sup>164</sup>. Esta informação colhida nas vereações e o registo de óbito do mercador inglês datado de 1700 faz-nos questionar a nomeação de Diogo Stone feita, por carta patente de 15 de Setembro de 1703, para cônsul geral da Inglaterra para todas as ilhas, com excepção do Faial e Pico. A nomeação é feita já haviam passado quase 3 anos sobre a sua morte. Parece-nos demasiado tempo para que a nomeação fosse feita por desconhecimento do seu desaparecimento. Tratar-se-ia de outro Diogo Stone? Talvez um filho seu, o primeiro que teve com Mónica Maria Bettencourt, nascido em 15 de Maio de 1684. A nomeação para cônsul geral nos Açores destituiria de funções o cônsul, André Branco, indicado em 1700? O conhecimento da data de óbito de Diogo Stone faz-nos ter a certeza de que o Diogo Stone que, sendo morador na ilha Terceira e de partida para Lisboa, esteve em 18 de Março de 1710 em Ponta Delgada, no cartório de Francisco da Silva Ribeiro para nomear como seu procurador, em S. Miguel, Pedro Martins Espadeiro não era o mercador inglês<sup>165</sup>. Certamente era o seu filho, com o mesmo nome, que dava continuidade às actividades mercantis que o pai desenvolvera quer a nível das ilhas quer com o reino. O facto de a reconstituição estar feita só até finais do século XVII impede-

---

<sup>163</sup> Ver RODRIGUES, José Damião, “De mercadores a terratenentes: percursos ingleses nos Açores (séculos XVII-XVIII) in *Ler História Açores: peças para um mosaico*, Nº 31, ISCTE, Lisboa, 1996, pp. 41-68.

<sup>164</sup> Cf. BPAAH, *Vereações*, Livro 15, pasta 3

<sup>165</sup> Cf. RODRIGUES, José Damião, “De mercadores a terratenentes”, ob. cit., nota 25 p. 63.

nos de conhecermos outros dados para os filhos de Diogo Stone, pois tendo nascido para finais do século terão formado novas famílias já no século XVIII. Mais a mais alguns deles, muito provavelmente, fizeram-no em outras ilhas como parece ser o caso de João Stone, referido, num documento de 1707, como contribuinte nas Velas. João Stone Mallory, casado com D. Susana Fagundes, vereador em 1706 e cônsul inglês em 1723<sup>166</sup>, parece tratar-se de João, um dos três filhos de Diogo Stone e Joana Melori, que foi baptizado, em 12-2-1674, na paroquial da Conceição em Angra.

Quanto ao cônsul, nomeado na sequência da morte de Diogo Stone, André Branco, sabemos que era casado com Maria Rei, uma madeirense e que era natural da Irlanda. Detectamos a sua presença em Angra pelo menos desde 1696, ano em que aqui baptizam uma filha. André Branco faleceu em Angra aos 5 de Julho de 1714.

Segundo os nossos dados também os franceses tinham, pelo menos na segunda metade do século XVII, um cônsul em Angra. Da existência do cônsul francês dá-nos conta a ficha de família de João Angel Negre, natural de Marselha, que casou na Sé, em 6-9-1704, com a jovem D. Antónia Felícia de Meneses, uma angrense que ainda não completara os 18 anos de idade, filha de António Rego de Meneses e de D. Maria Toledo e neta paterna do capitão Pedro Rego de Sousa, de Vila Nova. A presença deste francês pudemo-la detectar ainda antes do casamento: em 1687 quando aparece como padrinho de uma filha de Matias Pereira, um alfaiate natural do Faial, casado em Angra com uma natural da ilha do Pico; e em 1694 e 1697 aquando do baptizado respectivamente de Miguel e de Maria, dois escravos adultos que lhe pertenciam. Era cônsul desde 1682 e antes dele já tinha havido, certamente, outros. Maria Olímpia Gil refere, para 1661, como representante dos franceses, Jaques de Labat, um mercador

---

<sup>166</sup> Referido em RODRIGUES, José Damião, “De mercadores a terratenentes”, ob. cit., p. 47

francês e para 1675, Jaques Bercó<sup>167</sup>. São nomes que não constam da nossa base de dados.

Além de João Angel Negre, a servir de cônsul francês na Terceira, encontrámos outros franceses com família constituída em Angra. Para as duas últimas décadas do século XVI identificámos 5 famílias cujo cônjuge masculino era francês: 2 eram soldados, um era passareiro, os outros 2 não sabemos o que faziam. Até 1635 surgiram mais três famílias, cuja actividade não identificámos. Entre essas famílias consta a de Jacob Ligier que casou, já viúvo, na Sé em Junho de 1600, com uma viúva, Brisída Pires Rodovalho, que casava pela terceira vez. Não foi registado nenhum filho deste casal. Jacob Ligier era, no entanto, muito solicitado para ser padrinho: 11 vezes na Sé ao longo da primeira década de Seiscentos. Considerando as profissões dos pais dos seus afilhados – serralheiro, carpinteiro, tanoeiro, sapateiro, mercador – é de admitir que este francês tenha estabelecido relações privilegiadas no mundo do comércio e dos ofícios mecânicos<sup>168</sup>. A partir de 1654, até final da centúria, identificámos mais sete famílias. Os elementos de que dispomos para cada uma destas famílias são também manifestamente insuficientes para que se possa fazer uma abordagem à forma ou formas como os franceses tentaram inserir-se na sociedade local. Alguns, atendendo à sua naturalidade, Marselha, é provável que fossem mercadores. Natural de Marselha era António Siene, que casou na Sé, com D. Maria Josefa Meneses Corte-Real, em 1693. Baptizou 8 filhos (2 na Sé e 6 na Conceição) e faleceu em 1720, quando já era viúvo. Os filhos registados na Sé tiveram como padrinho o sargento-mor do castelo e Manuel Rego Borges casado com Margarida Tousem Figueiredo, a filha do mercador inglês Timóteo Tousem. Ainda antes do casamento já este francês aparecia, entre 1678 e 1688

---

<sup>167</sup> GIL, Maria Olímpia, *O Arquipélago*, ob. cit., pp. 413 e 420

<sup>168</sup> Maria Olímpia Gil identificou-o como mercador que, residindo em Angra, desenvolvia os seus interesses comerciais em articulação com outros mercadores franceses e com mercadores portugueses, in ob.cit., p. 216

associado ao baptismo e ao óbito de escravos que lhe pertenciam. Também ao longo da década de 1680 foi padrinho, na Sé por 9 vezes. Nunca é referenciada a sua actividade e nas suas relações sociais que identificámos constam um ferreiro e um tanoeiro naturais do Pico e um carpinteiro. Quando morreu, tendo feito testamento, deixou sua terça ao filho António Siene Borges (Borges, apelido que foi buscar ao avô materno, Guilherme da Silveira Borges). Outro francês que casou na Sé, em 1690, com uma natural de Angra, Felícia dos Anjos (filha de Diogo Vieiros Vasconcelos que, sendo natural da ilha de S. Miguel, havia casado em Angra por meados da década de 1660), foi Gabriel Bernardo de Laura. Testemunhou o casamento deste francês o já referido João Angel Negre, que seria também o padrinho de um dos seus filhos. Gabriel Bernardo era ourives segundo indicação constante num registo de baptismo datado de 1694 que dizia que foi baptizada “Ana adulta escrava de Gabriel Bernardo de Laura ourives Frances”.

Comum aos três casos apresentados é o facto de todos se relacionarem entre si e com outros mercadores estrangeiros, de terem casado com açorianas e de a sua vinda para Angra ter um carácter duradouro. Chegados nas últimas décadas do século XVII continuaram na cidade até ao fim das suas vidas: todos faleceram em Angra, nas primeiras décadas do século XVIII.

Apesar das limitações inerentes à natureza dos registos paroquiais, foi possível filtrar e cruzar informação que permite uma certa aproximação ao grau de integração dos estrangeiros na sociedade angrense.

### **2.1.5. Indícios de pobreza**

São os registos de óbito que nos dão conta da existência de pobres na cidade. A indicação feita pelos párocos de que o defunto era pobre, muito pobre ou mendigo de porta alerta-nos para o facto de haver diferentes graus de pobreza. Eram pobres os que à

morte estavam desprovidos de recursos para poderem fazer testamento (expressões como “não fez testamento nem tinha de quê” ou “não fez testamento por ser pobre” são bem exemplificativas). Pobres eram também os que recorreriam à mendicidade e que, sendo moradores na cidade ou cuja permanência os tornara aí conhecidos, tinham pelo menos uma identificação, geralmente só o nome, para constar no registo de óbito (apenas alguns casos registados). Mas havia ainda os pobres que nem nome tinham. Estes, muito provavelmente, eram aqueles que, arrastando-se na pobreza e não raras vezes na doença, vinham dar à cidade onde acabavam por morrer e onde, por caridade, lhes era dada sepultura.

Nos registos de óbito a pobreza é, tal como a doença, o estatuto de filho famílias ou a morte apressada, invocada para justificar a não feitura de testamento. Nem sempre os párocos têm a preocupação de registar quem faz ou não faz testamento. E mesmo referindo que não foi feito testamento nem sempre apresentam as razões para tal facto. Assim, consideramos pobres não os que morreram abintestados, mas todos aqueles que são expressamente declarados como pobres. No quadro que se segue são apresentados, em relação aos óbitos registados nas paróquias em questão, os que fizeram testamento, os que não o fizeram e o total de pobres declarados. Calculámos a percentagem de pobres em relação ao total de óbitos e em relação aos que faleceram sem testamento.

**Quadro nº 4**  
**Pobres declarados ao óbito**

Períodos	Sé, Conceição, S. Pedro, Sta Luzia (SCPL)					°Pobres	Pobres
	Óbitos	Test°	Não Test°	Não refere	Pobre	% em relação aos abintestados	% em relação ao total de óbitos
1583-1600	974	284	538	152	205	38	21
1601-1620	1365	536	758	71	317	42	23
1621-1640	1515	540	810	165	331	41	22
1641-1660	2119	486	1198	435	372	31	18
1661-1680	2315	492	1318	505	372	28	16
1681-1700	2363	331	1197	835	526	44	22

A pobreza foi, como se pode ver, invocada para justificar a não feitura de testamento em percentagens que variaram entre os 28% e os 44%. Se considerarmos os que eram declaradamente pobres em relação a todos os óbitos registados as percentagens variam entre os 16% de 1661-1680 e os 23% de 1601-1620. As percentagens encontradas são assim elucidativas de que o número de pobres que morreram na cidade foi, ao longo do período em estudo, significativo. Em Angra, tal como os óbitos em geral incluem moradores e forasteiros, também o número de pobres era acrescido por aqueles que vinham de fora. Por vezes não se sabe de onde vinham nem de quem se tratava. Um óbito registado a 10-3-1686, na Conceição, exemplifica bem essa situação. Tratava-se de um indivíduo que “se achou morto na rua do Barreiro não se soube o nome e enterrouse na caza da Misericórdia”. Nos casos em que é referida a naturalidade constata-se que eram maioritariamente açorianos. Vinham de outras ilhas do arquipélago e sobretudo das paróquias rurais da Terceira. O ficheiro de Defuntos dá-nos conta da sua proveniência geográfica. Entre as 118 mulheres com naturalidade conhecida, que não foram identificadas como pertencendo a uma família residente, constam ao óbito 38 pobres. Eram todas naturais das diferentes ilhas dos Açores. Quanto aos homens, 41 declarados pobres e com naturalidade conhecida, são também maioritariamente oriundos das restantes ilhas do arquipélago. Mas também os há naturais de Espanha, da Madeira e de diversas localidades do Reino: Setúbal, Guimarães, Matosinhos são alguns exemplos.

Constatada, pelos registos de óbitos, a existência de pobres, em percentagens não desprezáveis, fica em aberto o desafio para procurar saber qual a relação entre o número de pobres e a evolução das condições económicas da cidade e de que modo se procurava dar resposta às situações de pobreza existentes.

A prática da caridade cristã, de que encontramos eco nos testamentos cujas cláusulas figuram por vezes nos registos de óbito, levava a que, além dos legados pios, fossem deixados, para sufrágio da alma, bens para esmola aos pobres e para instituições pias. As instituições beneficiárias eram sobretudo as confrarias paroquiais e a Misericórdia. Os assentos de óbito que a seguir se mencionam são apenas alguns exemplos, entre vários, que ilustram essa situação. Em 21-12-1655 morreu, em S. Pedro e foi enterrado na Sé, Mateus Alves que deixou em testamento duas casas. Numa impôs a obrigação perpétua de cinco missas rezadas e a outra, deixada à mulher, passava após a morte dela para a confraria do Santíssimo Sacramento, da Sé. Maria Carmel, com óbito na Conceição e datado de 27-7-1652, casada, cujo marido estava ausente, deixou, em testamento, sua fazenda à irmandade dos Terceiros. Também Maria da Conceição, com óbito registado na Sé em 14-3-1660, nomeou para seus testamenteiros e herdeiros os oficiais da confraria de Nossa Senhora do Rosário, da Sé. Já o capitão Cristóvão Borges da Costa, que faleceu em 18-10-1643 na Conceição, deixou a terça à mulher com a obrigação de dar dez alqueires de trigo à casa da Misericórdia, com obrigação de lhe mandarem dizer as missas do Natal.

Sabe-se que às confrarias cabia, em princípio, prestar auxílio, tanto no material como no espiritual, aos seus associados – os irmãos da confraria. Pela nossa fonte pouco sabemos sobre o tipo de apoio que era dado por essas irmandades paroquiais. Garantir sepultura aos irmãos que não tinham posses seria uma das suas obrigações, como se depreende de casos como os de um tal João Gonçalves que faleceu em 3-10-1662, na Sé, e a quem, por ser irmão da Ordem Terceira de S. Francisco e pobre, os irmãos dessa Ordem deram sepultura no convento de S. Francisco. Sabe-se também que havia um número bastante elevado de confrarias na cidade: só na Sé havia, em finais do século

XVII, oito confrarias<sup>169</sup>. Quanto à Misericórdia, apontada algumas vezes como herdeira de bens deixados por testadores que lhe impunham o cumprimento de determinadas obrigações (um certo número de missas, por exemplo), também é referida nos assentos de óbitos pela assistência que prestava na doença e na morte. Foi local de enterramento para muitos, alguns dos quais se haviam recolhido, doentes, ao seu hospital. Tinha os seus pobres a quem provia com esmola e por esmola cuidava do enterramento de muitos, quer fossem moradores na cidade ou não. O assento de óbito, registado no livro da paróquia de S. Pedro, respeitante ao falecimento de Baltazar Alvares que ocorreu em 14-9-1612, é, à imagem de outros, exemplificativo. Tratava-se de um indivíduo viúvo, natural da cidade, “o qual era provido com a esmola ordinária da Santa Casa da Misericórdia por ser muito pobre e por isso não fez testamento nem deixou nada para se lhe fazer por sua alma. Está enterrado na Misericórdia, na cova dos pobres”.

---

<sup>169</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre*, já cit., p. 121.

## 2.2 Aspectos demográficos, uma perspectiva quantitativa global

Quando procuramos informações numéricas que permitam quantificar os efectivos populacionais de Angra no início e no fim do período que estamos a estudar, 1583-1700, esbarramos com grandes dificuldades. As estimativas são raras e díspares. Tratando-se do século XVII, interessa saber se a população deste espaço foi afectada pelo movimento de quebra do crescimento populacional ou se, contrariando o que foi tendência geral em muitas regiões da Europa, deu continuidade ao dinamismo que lhe é atribuído para o século XVI.

Atentemos no seguinte quadro:

**Quadro nº 5**  
**Evolução da população de Angra (séc. XVI-XVII)**

Paróquia	A) 1587?		A) 1695		B) 1700			
	Fogos	Almas	Fogos	Almas	Fogos	Menores	Maiores comunhão	Pessoas
Sé					760	299	3.074	3.373
Conceição					638	328	2.236	2.564
S. Pedro					326	118	1013	1.131
Santa Luzia					302	164	943	1.107
S. Bento					136	c) (61)	c) (493)	554
ANGRA	2.400	<b>8.400</b>	2.131	<b>7.393</b>	2.162	(970)	(7.759)	<b>8.729</b>
<b>População estimada</b>								
Ano	1587(?)		1599		1695		1700	
d)	<b>11.004</b>		-		<b>9.685</b>		<b>10.164</b>	
e)	<b>9.531</b>		<b>11.082</b>		<b>9389</b>		<b>9.367</b>	

Fonte: a) quadro inserto in M. Olímpia GIL, *O Arquipélago dos Açores no séc. XVII*, pp. 319; b) Dados a partir do Rol de Confissão de cada uma das paróquias (O da Sé seria de 1701) in Pe. Manuel Luís MALDONADO, *Fénix Angrense*, ob. cit., pp. 141-146; c) nossa estimativa com base na proporção média encontrada para o conjunto das outras paróquias =11%; d) estimativa admitindo 31% como a percentagem representativa dos menores de 14 anos; e) número estimado a partir da média anual de nascimentos com uma taxa de natalidade de 30%

Se considerarmos o número de fogos apontado para as três datas mencionadas, 1587, 1695 e 1700, verificamos que, apesar de uma ligeira subida entre as duas últimas datas, o século XVII termina com um número de fogos inferior ao existente nos finais

do século XVI. À diminuição do número de fogos corresponderá um decréscimo da população?

Para responder a esta questão é necessário esclarecer previamente o que se entende por “almas”, por “menores” e por “maiores de comunhão”, designações constantes do quadro e que são utilizadas nas fontes que serviram de base à sua construção. Estas designações têm a ver com o facto de se tratar de estatísticas eclesiásticas. Os róis de confessados, tal como as Constituições Sinodais estipulavam, eram feitos por “todos os vigairos e curas deste nosso Bispado em cada hum anno tanto que vier a Septuagesima façam um Rol per si (...) o qual acabaram atee a Quinquagésima, em que screveram todos os seus freiguezes por seus nomes e sobrenomes e a rua e lugar onde viuem”. E o vigário ou o cura indo pessoalmente por todas as ruas e casas devia informar-se do número e qualidade das pessoas que havia em cada casa “se são filhos, criados ou escravos, e poram a parte os que não hão de comungar, e amoestem n’estes tres domingos os seus freiguezes que se aparelhem para receber este Sacramento na coresma. Declarando-lhes que todo o fiel christão (...) s. de sete annos para cima, he obrigado, segundo direito, a confessar seus peccados ao menos huma vez no anno pelo tempo da coresma. E sendo de catorze annos comungar pela paschoa (...)”<sup>170</sup>

Assim, haveria “almas de confissão” que seriam todos os indivíduos que tendo sete ou mais anos ainda não haviam completado os catorze anos (estes seriam os que em 1700 aparecem sob a designação de “menores”) e as “almas de comunhão” que seriam todos os que tivessem catorze ou mais anos (que em 1700 aparecem como “maiores de comunhão”).

---

<sup>170</sup> *Constituições Sinodais*, Título Quinto, Constituição Quinta, p. 22.

Os dados que temos para as datas anteriores a 1700, não fazendo qualquer distinção, usam o termo genérico de “almas”. Tratar-se-ia apenas de “almas de comunhão” ou incluíam também as “almas de confissão”?

Em 1700 o total de “pessoas” corresponde ao somatório dos “maiores de comunhão” (com 14 ou mais anos obrigados a comungar pela Páscoa) e dos “menores” (aqueles que sendo maiores de sete anos e que não podendo ainda comungar eram obrigados, no entanto, à confissão). Esta distinção entre “maiores de comunhão” e “menores” permite-nos calcular a respectiva proporção. No conjunto das paróquias, que em 1700 fazem essa distinção, a proporção relativa de menores (indivíduos entre os 7 e os 14 anos) seria em média de 11,1%. Começamos por aplicar essa relação a S. Bento, onde a distinção numérica entre “menores” e “maiores” se encontrava por completar (chegamos assim aos 7.759 “maiores de comunhão” para Angra).

Qual a população total de Angra, nos finais das duas centúrias? Para estimar a população total da cidade é preciso aplicar factores de correcção a estes números. Qual o factor ou factores mais adequados? Poderemos seguir duas vias: 1) encontrar uma percentagem adequada que acrescente, aos números que se conhecem, a parcela da população que se quer quantificar; 2) aplicar um número médio de habitantes a cada fogo.

Admitindo que os 11% possam medir a proporção de indivíduos entre os 7 e os 14 anos, falta encontrar uma percentagem que represente os menores de sete anos. Os 20% têm sido apontados como uma proporção aceitável<sup>171</sup>.

---

<sup>171</sup>Cf. SANTOS, João Marinho, *Os Açores nos Sécs. XV e XVI*, Vol. I, pp. 98. Nós próprias, em trabalho que desenvolvemos sobre mapas de população que se reportavam ao ano de 1776 encontramos uma média percentual de 18% para o grupo de idades inferior aos sete anos no conjunto da população açoriana. Ver AMORIM, Norberta e MESQUITA, Hermínia, “Uma perspectiva da população açoriana no século XVIII”, separata do volume *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997, Horta, 1998, p.364.

Começamos por considerar que sob a designação de “almas” estavam os indivíduos “maiores de comunhão”. Assim, não esquecendo que ao longo do tempo o peso relativo dos diferentes grupos etários no conjunto da população pode sofrer variações consideráveis, para estimar a população total de Angra acrescentámos em 31% o número de “almas” constantes do quadro. Os resultados desses cálculos são, como se pode ver no quadro na alínea d): 11.004 indivíduos em 1587; 9.685 em 1695, e 10.164 em 1700. Números que correspondem a uma média de 4,6; 4,5 e 4,7 habitantes por fogo.

Se considerarmos, no entanto, que sob a designação de “almas” se encontram os indivíduos a partir dos sete anos, então os totais populacionais, resultando da aplicação de mais 20%, passariam a ser de: 10.080 em 1587; de 8.872 em 1695 e de 10.475 em 1700. Seria a média de habitantes por fogo de: 4,2; 4,2 e de 4,9 respectivamente.

Atendendo às médias de habitantes por fogo, aos totais de fogos em 1695 e em 1700, e à comparação entre o número de “almas” de 1695 e o número de “maiores de comunhão” de 1700, parece-nos que o mais adequado é considerar como “almas” apenas os “maiores de comunhão”.

Outra possibilidade para estimar a população de Angra é aplicar ao número médio anual de baptizados registados na cidade uma taxa de natalidade adequada. A demografia histórica assentou, para os séculos XVI e XVII, uma taxa de natalidade na ordem dos 30% a 40%<sup>172</sup>. Admitindo uma taxa de 30%, a população assim estimada seria então de 11.082 indivíduos em 1590, de 9.389 em 1695 e de 9.301 indivíduos em 1700. Estes quantitativos, embora não coincidam totalmente com os estimados quando se consideram os “maiores de comunhão”, apontando para uma evolução sujeita a constrangimentos que contrariaram o crescimento da população da cidade, confirmam a

---

<sup>172</sup> Para os séculos XVI e XVII a demografia histórica assentou numa taxa de natalidade na ordem dos 30% a 40%. Cf. SANCHEZ-MONTES GONZALEZ, Francisco, *La Poblacion Granadina en el Siglo XVII*, Universidad de Granada Ayuntamiento de Granada, 1989, p. 258.

tendência depressiva do século XVII. Segundo estes números, os efectivos populacionais de Angra eram, na passagem do século XVII para o século XVIII, inferiores aos atingidos nos finais do século XVI.

Que constrangimentos afectaram esta população? Ao longo de um período de mais de 100 anos que avanços e que recuos foram registados?

Em termos gerais, o sentido da evolução populacional da cidade podemos traçá-lo a partir do movimento anual dos nascimentos, casamentos e óbitos constantes na nossa base de dados.

Antes de avançarmos para qualquer análise é necessário relembrar a diferente qualidade de cada uma das 3 séries de dados que pudemos construir a partir dos registos paroquiais – baptizados, casamentos e óbitos.

Não existindo, como já foi especificado, igual cobertura de registos em todas as paróquias foi necessário encontrar forma de superar as lacunas existentes. Lacunas que resultam de subregisto ou de inexistência de dados por desaparecimento ou deterioração dos livros de registo.

Assim, antes de fazermos qualquer análise, e dadas as lacunas identificadas, considerámos importante dispor de factores de correcção que nos permitam estimar os baptismos, casamentos e óbitos para os anos em falta. Com o intuito de encontrar esses factores correctivos começamos por representar graficamente, paróquia a paróquia, o movimento anual dos diferentes actos registados entre 1583 e 1700.

A representação gráfica mostrou-nos similitudes de comportamento e alguma aproximação entre o número de actos registados na Sé e na Conceição e entre S. Pedro e Santa Luzia. S. Bento seria a paróquia menos populosa da cidade já que é onde há um menor volume de registos anuais. Assim, para as falhas até dois anos (caso dos óbitos da Sé em 1593 e 1594, da Conceição em 1653 e 1654 ou de S. Pedro em 1600 e 1601,

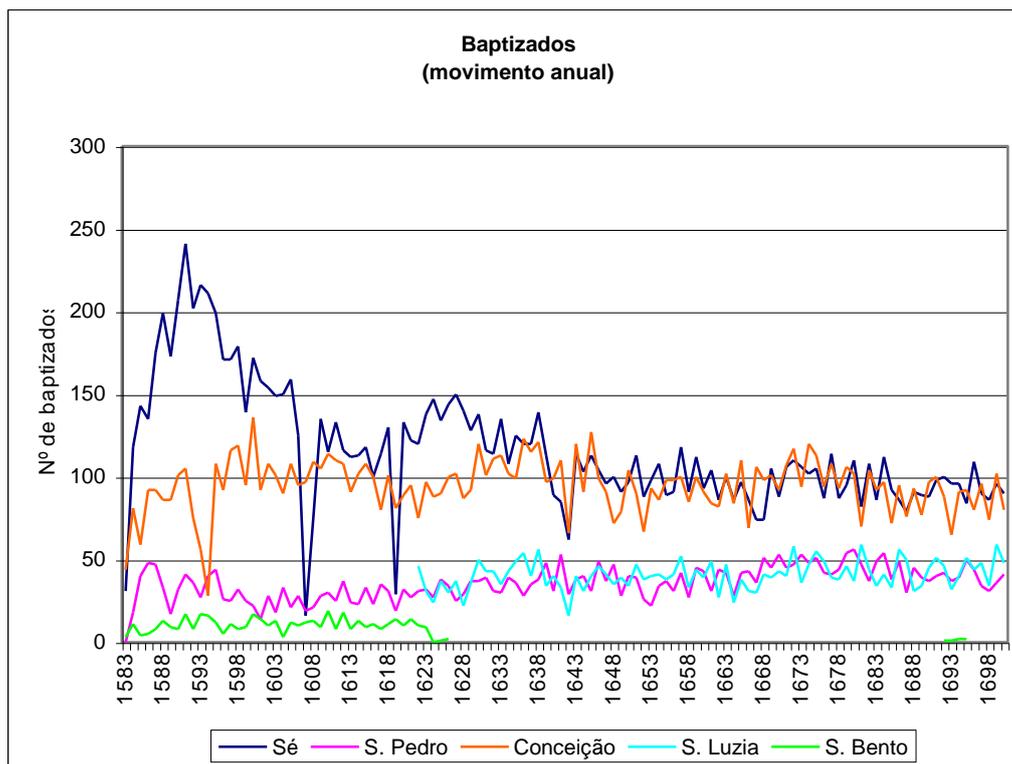
1641 e 1642, por exemplo) calculámos em cada paróquia a média dos actos ocorridos nos 10 anos anteriores e nos 10 anos posteriores e considerámos os valores dessas médias como o número de actos ocorridos no primeiro e segundo ano em falta, respectivamente. Para as falhas superiores a dois anos (ainda com o exemplo dos óbitos, casos de S. Pedro entre 1619-1628 e da Conceição entre 1583-1595) estabelecemos uma relação de grandeza, entre as duas paróquias que apresentam maior similitude de comportamento entre si, calculando a média de actos para ambas as paróquias nos 10 anos mais próximos em que não há falhas em nenhuma das duas paróquias em causa. Com base nessa relação de grandeza estimámos os actos na paróquia com falhas (por exemplo para estimar os óbitos em falta na Conceição, no período de 1583-1594, calculámos a média de óbitos para a Sé e para a Conceição nos anos de 1595 a 1604, encontramos uma relação de 0,53476 óbitos da Conceição por cada óbito da Sé e com base nessa relação determinámos o número de óbitos para cada ano em falta na Conceição).

Corrigidas assim as séries dos baptizados, casamentos e óbitos respeitantes a cada uma das paróquias passamos a apresentar a evolução global de cada uma das séries.

## 2.2.1 Evolução global dos nascimentos (1583-1700)

No gráfico que se segue apresentamos, paróquia a paróquia, o movimento dos baptizados sem correcção.

**Gráfico nº 1**  
**Baptizados (movimento anual)**



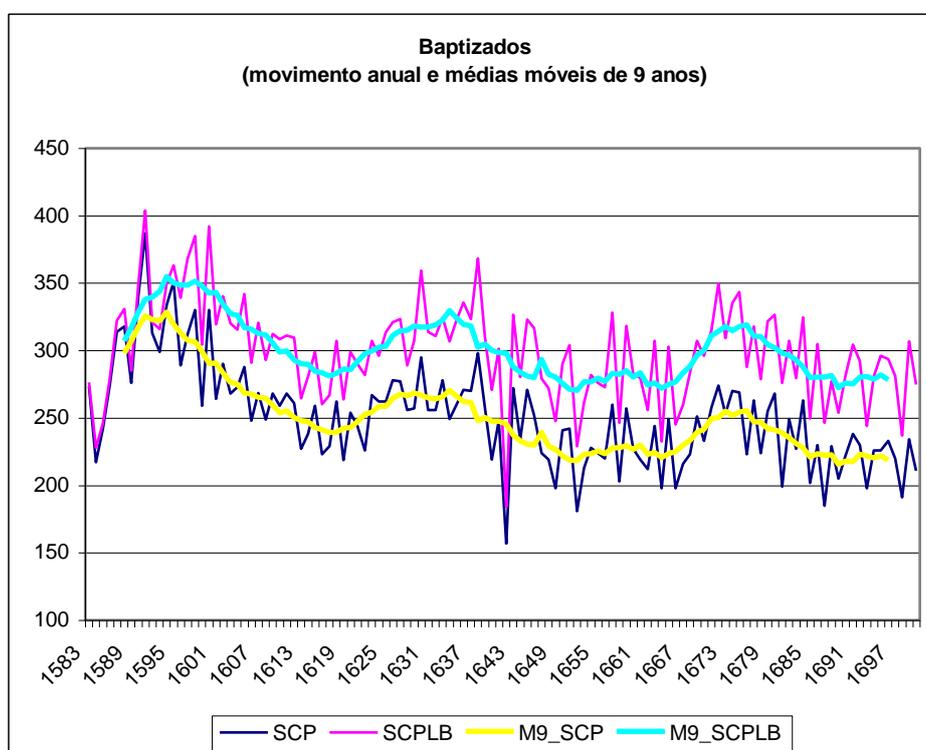
Pela representação gráfica do movimento anual dos nascimentos facilmente se vislumbram as lacunas (ausência ou subregisto) existentes em cada paróquia. Considerando cada uma das curvas, causa estranheza o comportamento da Sé até meados da década de 1590, não só pela queda acentuada que, então, se regista, mas pelo volume quando comparado com a Conceição. Pensamos que a explicação reside no facto de, a partir de 1595, a paróquia da Sé se ter desdobrado e de consequentemente ter havido uma transferência de registo de actos para a recém criada paróquia de Santa Luzia. Pela observação do gráfico fica claro que o movimento indiciador de algum

crescimento registado nos últimos anos do século XVI, sendo interrompido no final do século, não mais foi recuperado ao longo do século XVII.

Com base na série corrigida calculámos médias móveis de nove anos que nos permitem uma visão global da tendência de evolução sem os efeitos perturbadores das flutuações anuais.

No Gráfico apresentamos: 1) a curva respeitante ao total de nascimentos registados no conjunto das três paróquias cujas séries cobrem todo o período e onde apenas foi necessário corrigir algum subregisto (Sé, Conceição, S. Pedro - SCP); 2) a curva respeitante à totalidade das paróquias da cidade (SCPLB), incluindo, assim, Santa Luzia e S. Bento cujas séries foram corrigidas, por ausência de dados nos períodos de 1595-1621 e 1623-1700 respectivamente.

**Gráfico nº 2**  
**Baptizados (movimento anual e médias móveis de 9 anos)**



De uma forma geral, tomando as curvas respeitantes às médias móveis – M9\_SCP e M9\_SCPLB - não há contradição entre a tendência descrita por uma ou outra curva.

A tendência de subida, que se regista na última década e meia do século XVI, é interrompida no final do século arrastando-se a queda no volume de nascimentos sensivelmente até finais do segundo decénio do século XVII. A partir de 1620 intercalam-se fases, de subida de pouco fôlego e de descida pouco acentuada, de modo que a curva dos nascimentos ao longo do século XVII, não atingindo valores registados na última década do século XVI, aponta para uma certa regressão do crescimento.

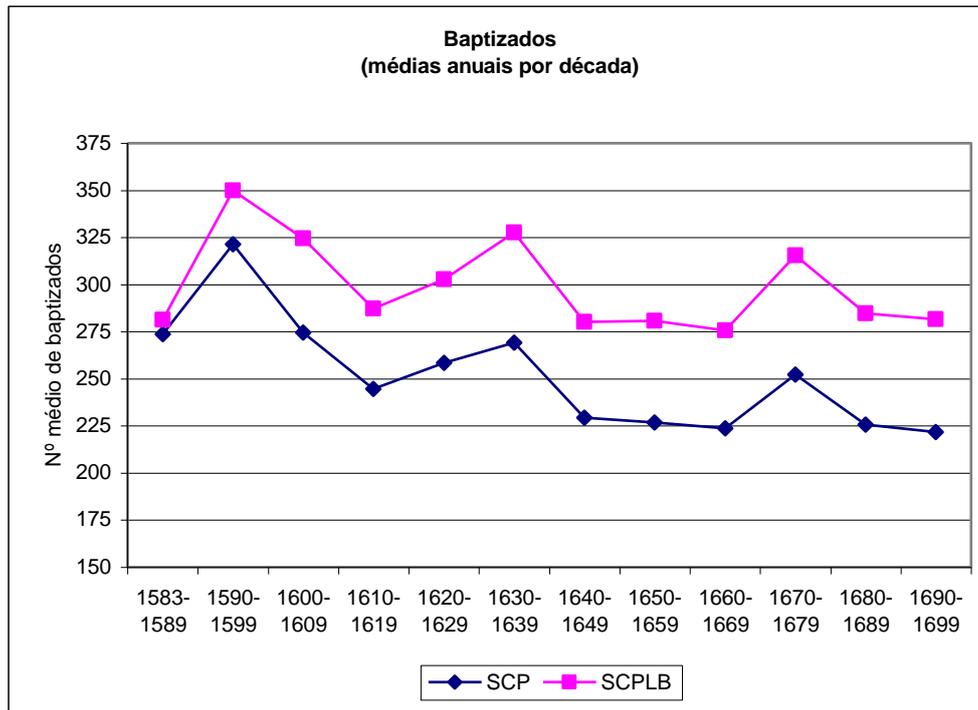
Qual o volume médio dos baptizados registados na cidade ano após ano?

Calculámos, em cada década, a média anual dos baptizados. Apresentamos em quadro e gráfico os resultados obtidos para o conjunto das três paróquias que temos vindo a considerar (SCP) e para a cidade no seu todo (SCPLB).

**Quadro nº 6**  
**Baptizados (média anual por décadas)**

Década	Média anual	
	SCP	SCPLB
1583-1589	274	281
1590-1599	321	350
1600-1609	275	325
1610-1619	244	287
1620-1629	258	303
1630-1639	269	328
1640-1649	229	280
1650-1659	227	281
1660-1669	224	276
1670-1679	252	316
1680-1689	226	285
1690-1699	222	282
1691-1700	221	281

**Gráfico nº 3**  
**Baptizados (médias anuais por década)**

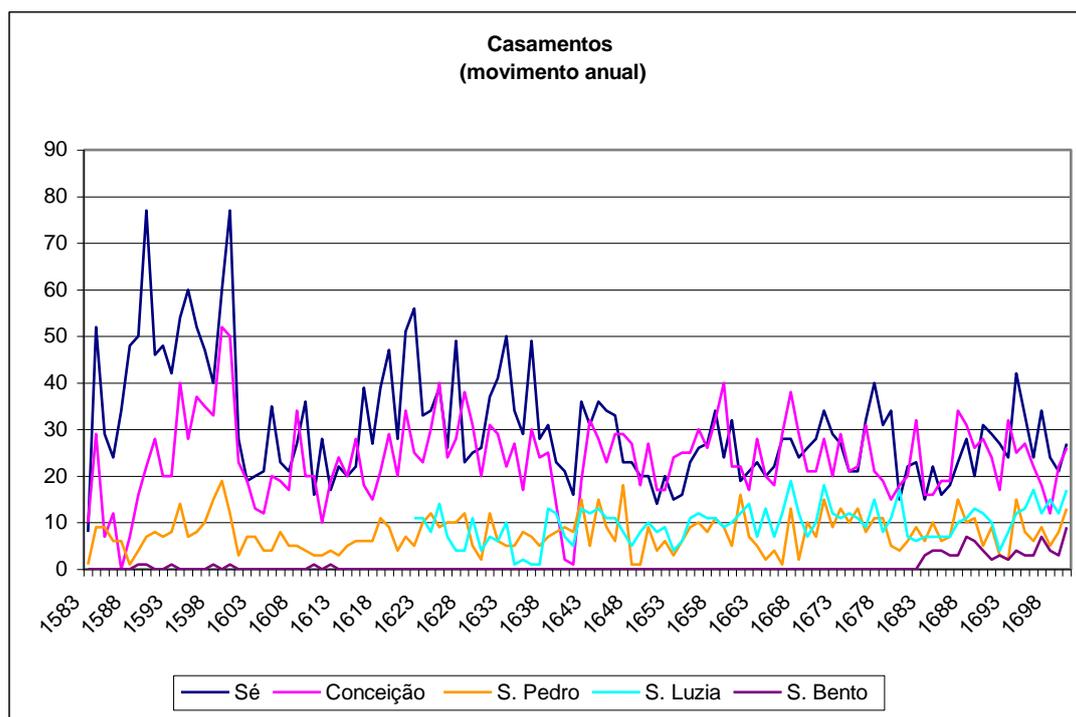


Os valores médios anuais dos nascimentos corroboram a tendência evidenciada pela curva das médias móveis e definem melhor os limites dos períodos de subida e de descida. No século XVII é, assim, possível demarcar 3 fases de evolução. A primeira, até 1620, é uma fase de queda, a segunda, a partir de 1620 até 1640, sendo uma fase de recuperação não chega a alcançar os valores finais do século XVI, a terceira, a mais longa, que vai até final do século, apesar da elevação dos anos de 1670, é fundamentalmente, depois da regressão dos anos de 1640, uma fase de estagnação mantendo sensivelmente os mesmos valores anuais a partir de 1650.

### 2.2.2 Evolução global dos casamentos (1583-1700)

Seguindo a mesma metodologia de análise começamos por apresentar o gráfico, respeitante ao movimento anual dos casamentos, construído a partir das séries não corrigidas.

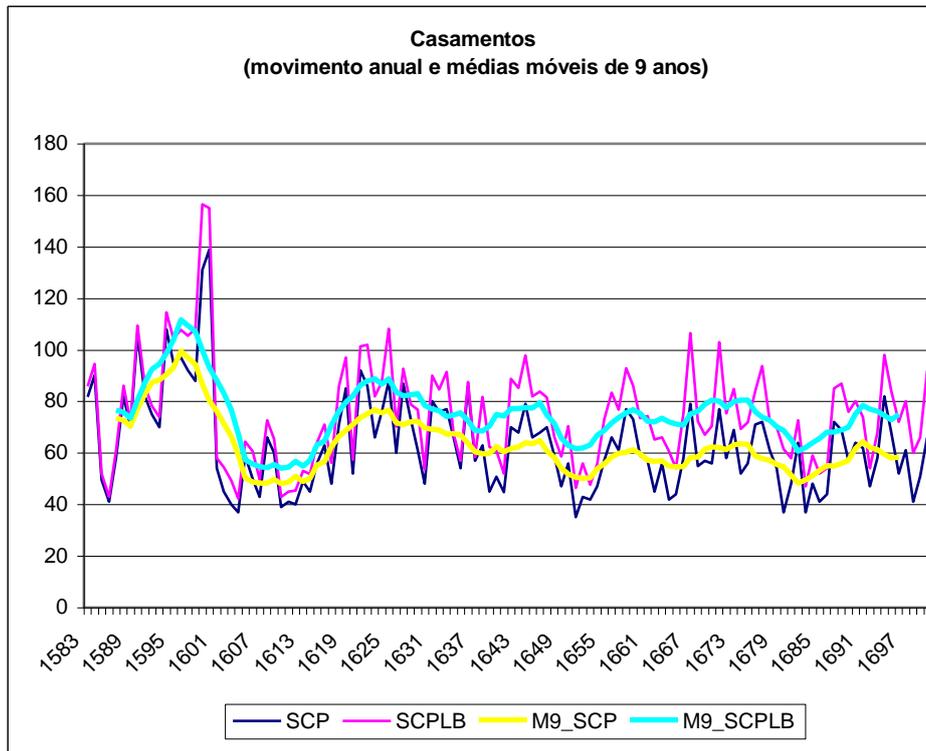
**Gráfico nº 4**  
**Casamentos (movimento anual)**



Por este gráfico pode ver-se que, relativamente aos casamentos, são também as paróquias da Sé, da Conceição e de S. Pedro que menos carecem de correcções. Tal como nos nascimentos o maior volume de actos na Sé, no período inicial, relaciona-se com o facto de aí terem lugar casamentos que depois passaram a ser registados em Santa Luzia.

Recorrendo, também, ao método das médias móveis, apresentamos no gráfico as tendências desenhadas ao longo do período aqui considerado.

**Gráfico nº 5**  
**Casamentos (movimento anual e médias móveis de 9 anos)**



A tendência de subida que se regista na última década e meia do século XVI é violentamente interrompida mesmo no final do século arrastando-se a queda no volume de casamentos sensivelmente pelo primeiro decénio e meio do século XVII. A fase de subida que então se inicia, além de não se prolongar no tempo, não consegue alcançar os valores anteriormente registados e não evita que, apesar das oscilações verificadas, ao século XVII se ajuste uma imagem de regressão tal como o movimento dos baptizados já havia apontado.

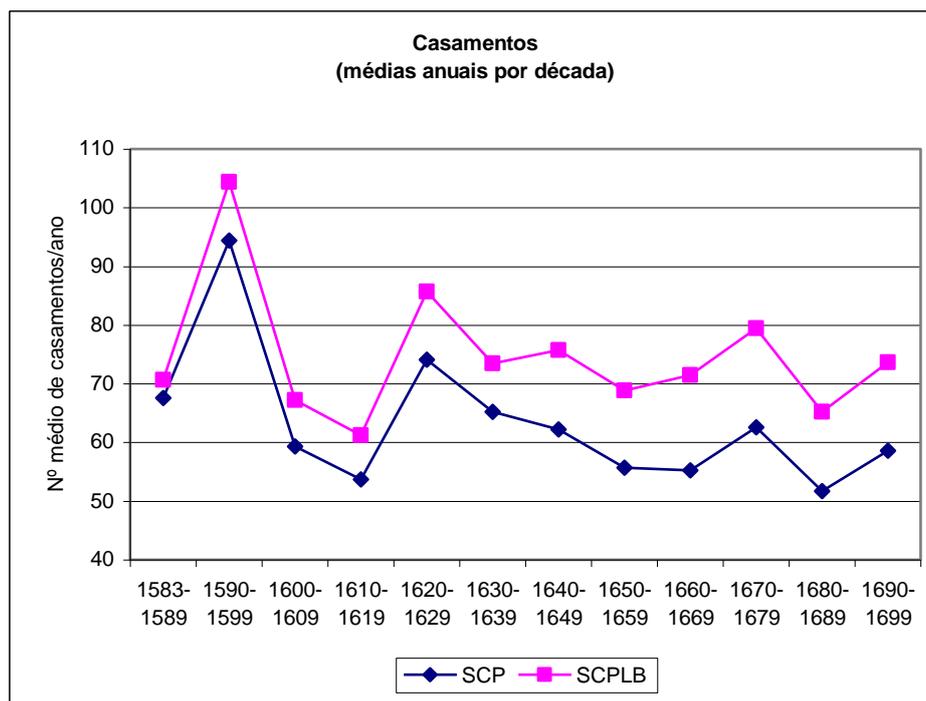
Qual o volume médio dos casamentos registados na cidade ao longo de todo o período em observação?

A média anual dos casamentos, calculada em cada década, aponta as principais fases da sua evolução.

**Quadro nº 7**  
**Casamentos (média anual por décadas)**

Décadas	Média anual	
	SCP	SCPLB
1583-1589	68	71
1590-1599	94	104
1600-1609	59	67
1610-1619	54	61
1620-1629	74	86
1630-1639	65	73
1640-1649	62	76
1650-1659	56	69
1660-1669	55	72
1670-1679	63	79
1680-1689	52	65
1690-1699	59	74
1691-1700	59	75

**Gráfico nº 6**  
**Casamentos (médias anuais por década)**



Para o século XVII o volume médio dos casamentos descreve também três fases que têm, no entanto, algum desfazamento em relação às fases da evolução dos baptizados. À primeira fase, de queda que se prolonga também pela segunda década do século, segue-se uma segunda fase de recuperação evidente mas de curta duração. A

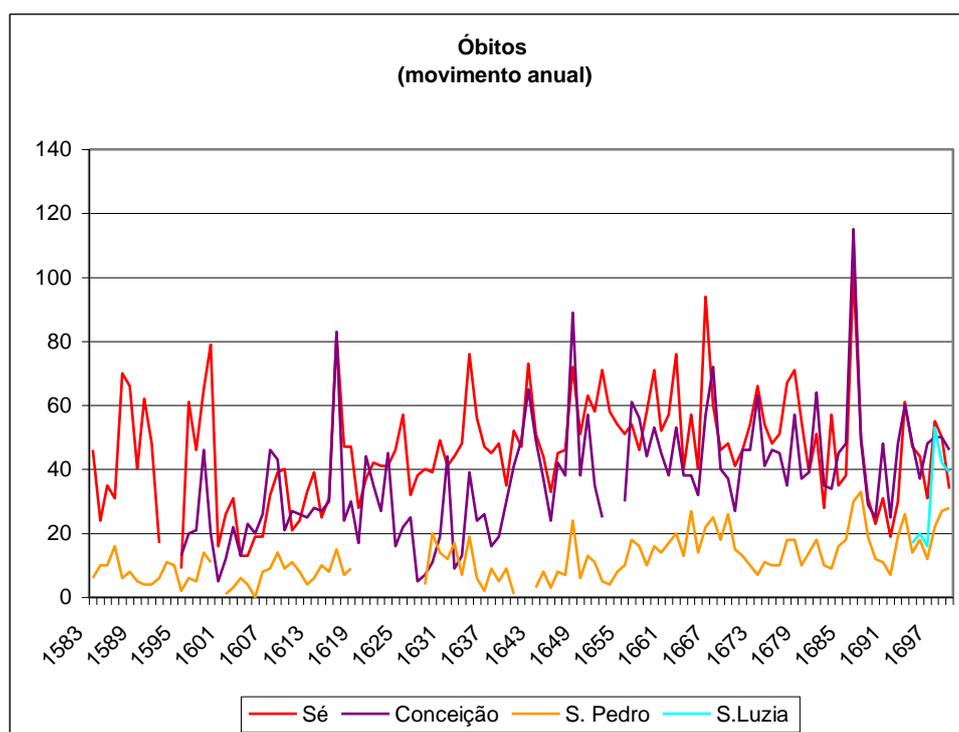
terceira fase, de 1630 a 1700, se exceptuarmos os anos de 1670, é uma fase de regressão.

### 2.2.3 Evolução global dos óbitos (1583-1700)

Traçando a evolução dos óbitos a partir de todos os assentos existentes para este período ficamos reduzidas a uma visão parcial já que os óbitos dos menores de sete anos não foram registados.

O gráfico que se segue dá-nos a imagem do volume dos óbitos registados e das lacunas existentes.

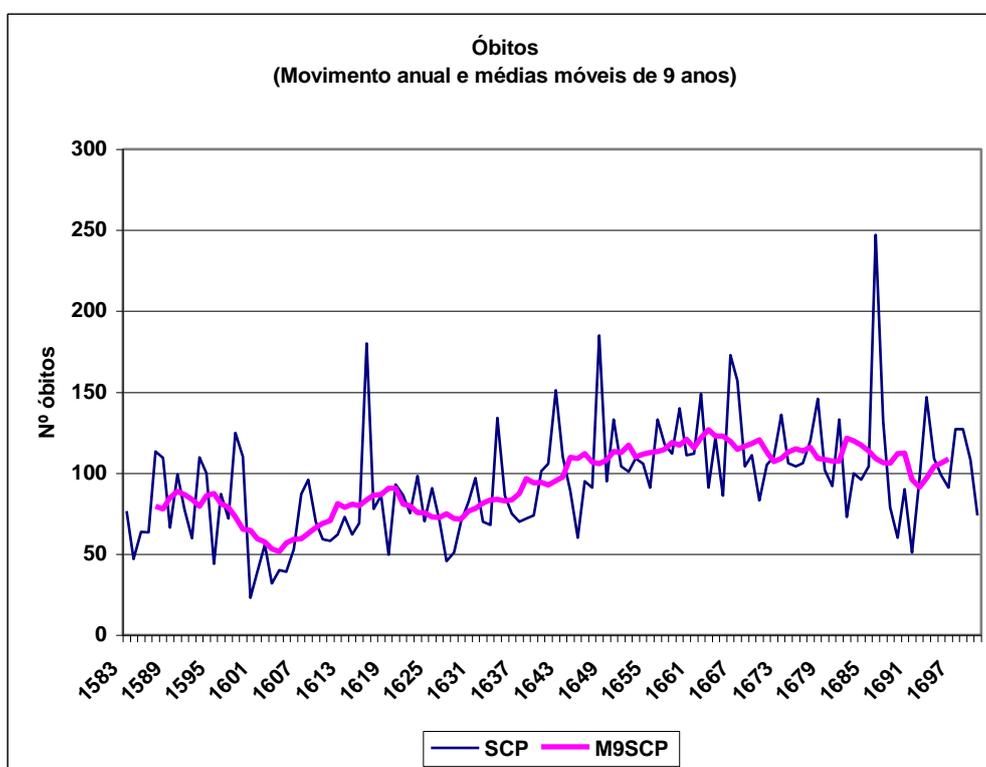
**Gráfico n° 7**  
**Óbitos (movimento anual)**



Por inexistência dos livros de óbitos de S. Bento para todo o século e dos de Santa Luzia até 1694 apenas trabalhamos as séries respeitantes à Sé, Conceição e S. Pedro. Tal como nos nascimentos e nos casamentos, pelo volume de óbitos registados, o movimento da Conceição segue de perto o da Sé.

A representação da tendência quer dos baptizados quer dos casamentos mostrou que a curva descrita por estas três paróquias, em conjunto, traduz os movimentos de subida e descida que afectaram a população na sua totalidade. Apenas se avolumam as curvas quando se considera a cidade na totalidade das suas paróquias. Assim, recorrendo, ainda, ao método das médias móveis, apresentamos no gráfico a tendência desenhada ao longo do período pelos óbitos registados na Sé, na Conceição e em S. Pedro (SCP).

**Gráfico nº 8**  
**Óbitos (Movimento anual e médias móveis de 9 anos)**



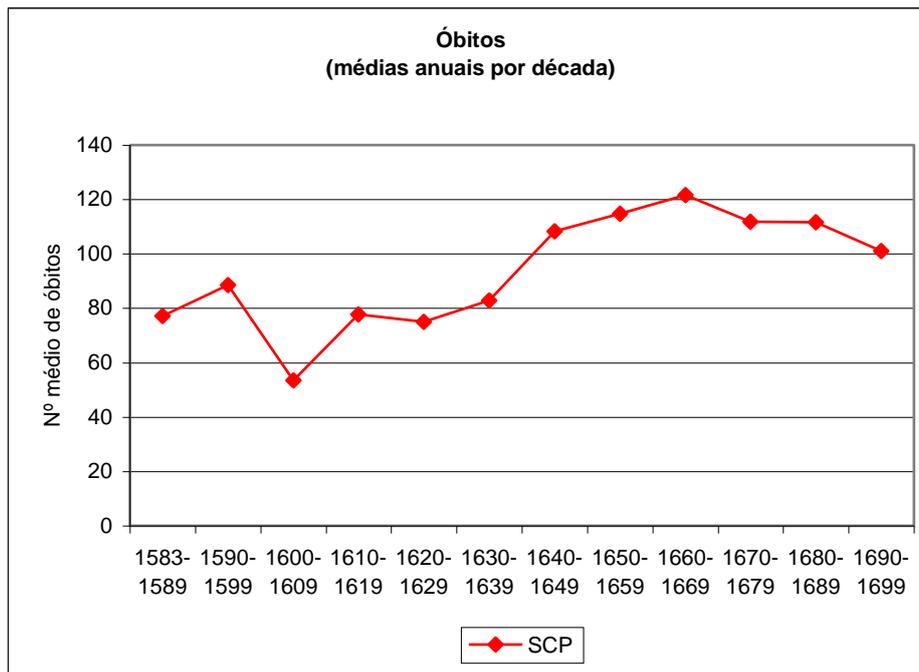
Ao contrário do movimento dos nascimentos e dos casamentos, que ao longo da observação foi conhecendo em certa medida uma retracção, o movimento dos óbitos, depois de uma ligeira quebra nos inícios do século XVII, foi-se elevando de forma quase contínua até final do século.

As médias anuais dão-nos a dimensão quantificada desse avolumar.

**Quadro nº 8**  
**Óbitos (média anual por décadas)**

Décadas	Médias anuais
	SCP
1583-1589	77
1590-1599	88
1600-1609	54
1610-1619	78
1620-1629	75
1630-1639	83
1640-1649	108
1650-1659	115
1660-1669	122
1670-1679	112
1680-1689	112
1690-1699	101
1691-1700	100

**Gráfico nº 9**  
**Óbitos (médias anuais por década)**

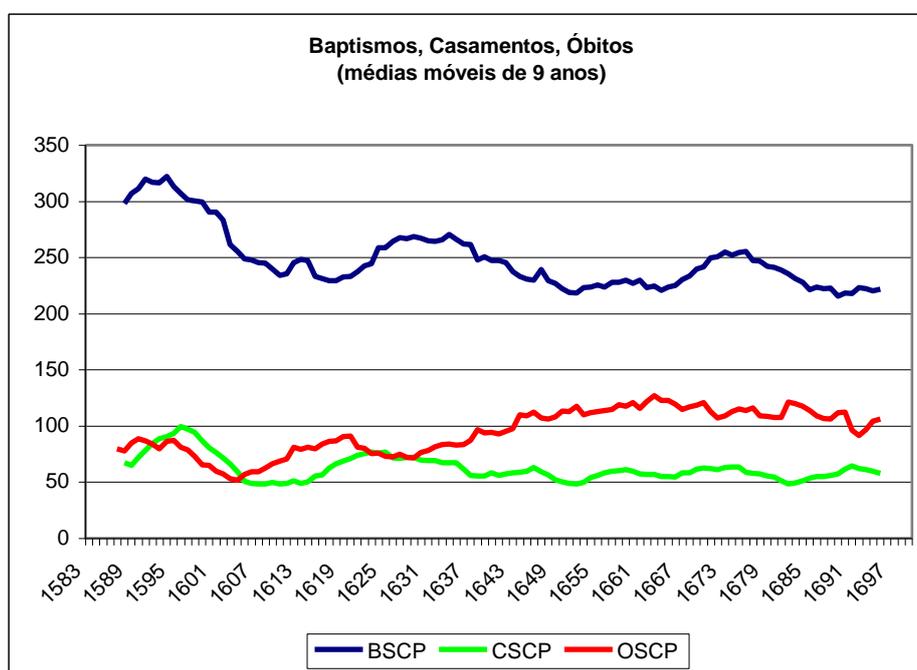


Indo de encontro ao apontado pelas médias móveis, este gráfico indica com clareza que o aumento dos óbitos que vinha desde os anos de 1610 sofreu um maior impulso a partir de meados do século. Não nos parece que tal se deva a um aumento,

ainda que possível, do número de forasteiros a morrer na cidade. Teoricamente, muitas explicações são possíveis. No contexto real desta cidade, por ora, não temos uma explicação.

Pelo desconhecimento das mortes dos menores não poderemos ter, por comparação das curvas dos baptizados e dos óbitos, a evolução da tendência do saldo natural desta população. Mesmo assim, o gráfico que se segue parece-nos ilustrativo da evolução dos acontecimentos que directa (nascimentos e mortes) ou indirectamente (casamentos) foram responsáveis pelo crescimento natural da população de Angra no período que se estende do ano em que os espanhóis venceram a resistência terceirense até finais do século XVII.

**Gráfico nº 10**  
**Baptismos, Casamentos, Óbitos (médias móveis de 9 anos)**



As curvas respeitantes aos baptizados e aos casamentos, descrevendo tendências de evolução similares, reflectem uma população estrangida negativamente no seu crescimento. O início do século XVII é marcado por uma situação de decadência em

relação aos finais do século XVI. Esta decadência dever-se-á à crise provocada pela peste de 1599 que terá atingido violentamente a cidade. Os primeiros anos de Seiscentos constituem um dos períodos mais críticos para a população da cidade. À queda de casamentos e nascimentos terá correspondido uma subida de óbitos que não está convenientemente dimensionada pela representação gráfica aqui apresentada. Além de a curva de óbitos não incluir os menores, pensamos que também reflecte os efeitos de um possível subregisto. O factor de correcção por nós calculado apenas levou em linha de conta um subregisto de anos “normais” e não de anos de mortalidade excepcional. E a peste de final de século terá provocado um número excepcional de mortes.

As expectativas de crescimento que se vislumbram, quer pelos casamentos quer pelos nascimentos, sensivelmente ao longo das décadas de 1620/30 e 1670 foram goradas por razões que o estudo da mortalidade poderá esclarecer.

Remetidos pelo volume dos nascimentos, dos casamentos e dos óbitos para a dinâmica populacional de Angra importa esclarecer a evolução e as inter-influências de cada um dos respectivos comportamentos – Fecundidade, Nupcialidade e Mortalidade – na tentativa de melhor entendermos os condicionalismos que estão na base das oscilações registadas.

Nos capítulos que se seguem, tirando partido das potencialidades da base de dados que construímos, analisamos a Nupcialidade, a Fecundidade e a Mortalidade.

Além destes comportamentos, apesar das limitações decorrentes das fontes que usamos, serão relevadas marcas de mobilidade que, dentro do contexto geográfico em que esta população se insere, faz todo o sentido conhecer. Estamos cientes que a mobilidade foi um forte condicionamento de toda a evolução demográfica.

## A NUPCIALIDADE

Acto social decorrente da vontade dos nubentes, e não raras vezes dos interesses das famílias daqueles que se recebem em matrimónio, o casamento tem sido objecto de uma pluralidade de abordagens por parte de diversas disciplinas<sup>173</sup>. O seu estudo demográfico, i.e. o estudo da nupcialidade, ganhou um crescente interesse por parte da demografia histórica, a partir da década de 60 do século XX, quando Hajnal<sup>174</sup> notou a existência, na Europa pré-industrial, de regimes matrimoniais diferenciados com implicações de carácter demográfico muito importantes.

As implicações demográficas da nupcialidade, “a menos natural das variáveis que caracterizam um sistema demográfico”<sup>175</sup>, são tanto mais relevantes quanto nas sociedades de Antigo Regime se procurava remeter para dentro do casamento a responsabilidade da reprodução biológica. Assim, assumem particular importância a proporção de homens e mulheres que acediam ao casamento e a idade média com que casavam pela primeira vez, sobretudo a mulher. De facto, em épocas em que a maioria dos nascimentos ocorria dentro do casamento e em que não se dispunha de meios mecânicos de controlo dos nascimentos, o calendário da fecundidade e por consequência o tamanho da descendência dependiam da idade com que a mulher casava.

---

<sup>173</sup> Sobre esta temática veja-se entre outros: Robert Rowland e Àngels Torrents Rosés (coord.), “Matrimonio y nupcialidade: perspectivas interdisciplinares”, *Congreso Internacional de la Población, V Congreso de la ADEH*, Logroño, 1999. PÉREZ-MOREDA, Vicente, “Matrimonio y Familia. Algunas consideraciones sobre el modelo matrimonial español en la Edad Moderna”, *Boletín de la ADEH*, Ano IV, 1, 1986. ROWLAND, Robert, “Sistemas matrimoniales en la Península Iberica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional”, PÉREZ-MOREDA, Vicente e REHER, D. S. (eds), *Demografía histórica en España*, ed. Arquero, Madrid, 1988, pp. 72-137.

<sup>174</sup> HAJNAL, John, “European Marriage Patterns in Perspective”, GLASS, D. V. e EVERSLEY, D. C., (eds.), *Population in History*, Londres, 1965, pp. 101-143.

<sup>175</sup> ROWLAND, Robert, “Sistemas matrimoniais”, ob. cit. Idem, “Nupcialidade, Família, Mediterrâneo”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, Ano V, Nº 2, 1987, pp. 128-143.

A proposta de Hajnal, de uma Europa dividida em dois padrões de nupcialidade - casamento tardio com elevadas taxas de celibatários a Ocidente da linha divisória que ia de Trieste a Leningrado e casamento precoce e quase universal a Leste da referida linha – revelou-se demasiado generalizada para compreender as múltiplas realidades.

Efectivamente, estudos posteriores sobre a nupcialidade mostraram importantes variações na idade média ao primeiro casamento não só de país para país mas de região para região dentro do mesmo país<sup>176</sup>. Assim, se compreende a necessidade de prosseguir estudos regionais, em perspectiva comparativa.

Neste sentido há que relevar os estudos feitos, em perspectiva microanalítica, para algumas zonas do nosso país a partir de paróquias reconstituídas que têm revelado diferentes comportamentos relativamente à distribuição, intensidade e frequência do primeiro casamento, da viuvez, do celibato e do recasamento. A propensão para o matrimónio não se registou de forma padronizada entre as diversas comunidades estudadas em Portugal<sup>177</sup>.

Sendo os comportamentos demográficos reflexo de contextos económicos, sociais, culturais e até geográficos, qual o comportamento dos angrenses no que diz respeito à nupcialidade, a mais sociológica das variáveis demográficas? De que modo em Angra, o acesso ao casamento foi condicionado pelo equilíbrio do mercado matrimonial, pelos interesses familiares ou pelas normas civis e canónicas vigentes?

---

<sup>176</sup> Ana Sílvia V. SCOTT, fazendo um importante balanço bibliográfico, mostra, à luz das investigações que têm sido feitas, as implicações entre Regime Demográfico Europeu e Nupcialidade especificando o contexto da Europa Mediterrânea e o caso português, no seu livro *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*, NEPS, Universidade do Minho, Guimarães, 1999, pp. 23 34.

<sup>177</sup> Veja-se o trabalho apresentado por Maria Palmira da Silva GOMES e outros, “Comportamento Nupcial (séc. XVI a 1910)”, *Primeiras Jornadas do NEPS*, Guimarães, 1999 (fotocópia). Os dados aí coligidos, a partir de paróquias reconstituídas estudadas por autores diversos, evidenciam as dificuldades em estabelecer padrões de comportamento, pois encontram-se grandes disparidades dentro de cada região. Pesem embora as especificidades locais os dados conhecidos parecem apontar, no entanto, para comportamentos distintos no Noroeste (zona melhor conhecida) com um casamento tardio sendo muitas vezes as mulheres mais velhas do que os homens e no Sul com um casamento mais precoce sobretudo para as mulheres que em média têm grande diferença de idades em relação aos cônjuges. As diferenças entre o Norte e o Sul são ainda acentuadas pelo facto de as paróquias do Norte apresentarem percentagens de celibatários mais elevadas do que as do Sul.

Espaço aberto ao contacto com muitas e variadas gentes, por força da sua situação geográfica num arquipélago que desde cedo assegurou a intercontinentalidade das comunicações favoráveis aos interesses estratégico-económicos de uma Europa que se confrontava procurando aceder ou preservar as riquezas ultramarinas, o mercado matrimonial e por consequência a evolução do comportamento da nupcialidade foi, certamente, afectado pela movimentação de gente a que a cidade esteve exposta.

Sacramento para a Igreja Católica, o casamento, “que conuem celebrarse com toda a solemnidade e ordem que os santos padres per direito despõe: e não escondidamente e a furto, por ser grande offensa de nosso Senhor, e disso se seguir muito escândalo e perigo das almas<sup>178</sup>”, era normalizado em cada Diocese, fazendo eco dos princípios de Trento, pelas respectivas Constituições Sinodais. Na Diocese de Angra vigoravam, no período que estudámos, as Constituições Sinodais de 1559 da autoria do bispo D. Frei Jorge de Santiago.<sup>179</sup> No Título X destas Constituições encontra-se regulamentado o Sacramento do Matrimónio. O conteúdo das seis constituições em que se desdobra este título é também elucidativo das preocupações da igreja em relação aos comportamentos considerados desviantes. Estipulando penas, penas severas, que iam da excomunhão, ao pagamento de quantias pecuniárias, a penas de prisão e de degredo, a Igreja ao mesmo tempo que traça os meios para harmonizar os fiéis com as suas normas dá-nos conta de que as relações entre sexos não se confinavam às relações sacramentadas pelo casamento. Para o poder civil, tal como consta do Livro Quinto tanto das Ordenações Manuelinas como das Ordenações Filipinas<sup>180</sup>, também as

---

<sup>178</sup> Constituições Sinodais, Título X, Constituição Primeira, pp. 55 e 56.

<sup>179</sup> Segundo Francisco Ferreira Drumond, autor oitocentista, nos seus *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, D. Frei Jorge de Santiago, 3º bispo da diocese de Angra, foi ao Concílio Tridentino, tendo assistido às primeiras sessões regressou a Angra onde “celebrou Sínodo pela festa de Espírito Santo no ano de 1559, sendo este o único que até hoje nos consta houve neste bispado” pp. 189-190. Assim, estas eram as Constituições que vigoravam no período que estudámos.

<sup>180</sup> Seguiremos, sempre que necessário, as *Ordenações Filipinas* porque, sendo uma actualização das Ordenações Manuelinas, vigoraram na maior parte do período que analisamos (as Ordenações Filipinas

relações mantidas à margem do casamento eram puníveis com severas penas. Até que ponto o carácter punitivo das normas preconizadas quer pelo poder civil quer pela Igreja foi dissuasor de comportamentos ilícitos? A este propósito será interessante analisar, aquando do estudo da fecundidade, as questões da ilegitimidade e das concepções pré-nupciais, por exemplo.

O casamento, marco fundamental na vida de um indivíduo<sup>181</sup>, sendo um acto religioso é também, pela sua celebração pública, um momento que favorece a ratificação ou o estabelecimento de relações sociais. Tal como foi frisado por Lebrun, para a França do Antigo Regime, a cerimónia do casamento apresenta-se como “um compromisso entre a observância de prescrições religiosas mais ou menos constrangedoras e as de usos e de ritos um pouco diferentes de província para província mas todos igualmente carregados de significação para-religiosa ou mesmo mágica”<sup>182</sup>

Os dados de que dispomos, a partir da nossa base de dados, pelo facto de conhecermos a data de casamento, a idade dos nubentes (só quando se trata de naturais de qualquer uma das paróquias da cidade com data de baptismo conhecida), a naturalidade de uma percentagem considerável dos nubentes, as profissões (quer do noivo quer dos pais dos nubentes em percentagens significativas), e de sabermos quando se trata de primeiras, segundas, terceiras ou mais núpcias, permitem-nos um

---

foram aprovadas por lei de 5 de Junho de 1595 e passaram a vigorar a partir da lei de 11 de Janeiro de 1603) Cf. *ORDENAÇÕES FILIPINAS*, edição fac-simile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870, Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>181</sup> Segundo o direito português, de então, o casamento dos filhos era um dos meios para que deixassem de estar sob o poder paternal. O ser casado era também condição necessária para o desempenho de determinados cargos. O estado de casado era, por exemplo, uma das condições para alguém poder ser escolhido para alcaide pequeno das cidades e vilas. Estipulava a lei que nem os menores de 25 anos nem os homens solteiros podiam ter Ofícios públicos. Ver *Ordenações Filipinas*, Livro I, edição fac-simile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870, Fundação Calouste Gulbenkian pp. 88, 172 e 232. A este propósito é elucidativo um caso de incompatibilidades para o exercício do cargo de procurador do concelho. O licenciado Lopo Moreno Dias, que vinha nomeado para esse cargo na pauta dos oficiais que haviam de servir na Câmara de Angra no ano de 1649, não o podia ser “conforme as leis do reino e provisões que há na Câmara” porque: não era natural da cidade nem tinha adquirido domicílio por haver poucos anos que aqui residia; ser solteiro e ser homem que tratava de negócio demais que se dizia ser homem de nação. Cf. Vereação 13-3-1649.

<sup>182</sup> LEBRUN, François, *A vida Conjugal no Antigo Regime*, Edições Rolim, p. 44.

estudo da nupcialidade que não se esgota nos cálculos dos indicadores clássicos de natureza demográfica.

Começámos por calcular e analisar alguns indicadores para procurar, através da sua quantificação, caracterizar formas de esta comunidade se posicionar face ao casamento. A distribuição mensal dos casamentos, bem como a distribuição pelos dias da semana, que a seguir apresentamos, podem ser bons indicadores dos hábitos de natureza cultural, religiosa e até económica da população de Angra.

### **1. Sazonalidade dos casamentos**

Quais os meses e os dias da semana que recolhiam a maior preferência dos noivos?

A escolha do mês para a realização da boda estaria à partida condicionada pela existência de tempos interditos impostos pela Igreja nos períodos da Quaresma e do Advento.

Segundo as Constituições Sinodais do Bispado de Angra, “o recebimento que se fará de dia, e não de noite, na ygreja onde forem freguezes, e não em hermidas, nem em suas casas, sem nossa expressa licença in scriptis, sob pena de dous mil réis e do Aljube” era permitido em todo tempo desde que se respeitasse o estipulado para esta matéria.

Assim, na Constituição Sexta do Capítulo IV – *em que tempos he defesa per direito a solemnidade do Matrimónio* – declara-se “que em nhum tempo he defeso casaremse as pessoas per palauras de presente em face de ygreja. Mas do primeiro dia do Aduento atee a oitaua da Epiphania, e da Septuagésima atee a oitaua da Paschoa, e do primeiro dia das Ladainhas atee a oitaua do Spirito sancto, defende o direito solemnizaremse tais casamentos com bodas (...).” E estipula-se “porem porque o tempo

da Coresma he especialmente deputado pera meditar nos misterios da paixão de nosso Señor, e cuidar nos peccados, e confessalos, e fazer delles penitencia, mãdamos aos vigairos e curas, e mais clerigos deste nosso Bispado, que no dito tempo da Coresma não recebam alguns noiuos, saluo auendo legitima causa pera isso.” De facto no seu Título XIV, Constituição Terceira – “*Como se hão de administrar e celebrar os sacramentos, e fazer ho officio divino no tempo de interdicto*” – é afirmado que “he também permitido o sacramento do matrimónio e se poderã casar por palavras de presente sem pōpa nem solennidade, sendo primeyro apregoados três vezes, ou não sendo excomungados. E dia de nossa Senhora Dagosto, e dia de Corpus Christi com sua octaua se poderam receber com solennidade”.

Estabelecida a norma é necessário verificar se na prática houve ou não desvio. Sabe-se que o respeito por estes interditos, que se julgou um comportamento generalizado na Europa Católica de Antigo Regime com base nos dados revelados para a França do século XVIII<sup>183</sup>, não foi observado com igual rigor em toda a parte. De facto, mesmo no Antigo Regime, os constrangimentos do calendário económico podiam mostrar-se mais decisivos para a escolha da data de casamento<sup>184</sup>.

### **1.1. Distribuição Mensal dos Casamentos**

Em Angra, com que regularidade se apresentava a distribuição mensal dos casamentos ao longo do ano? Em que medida essa distribuição era condicionada pelo calendário religioso e pelo calendário das actividades que absorviam a sua população?

---

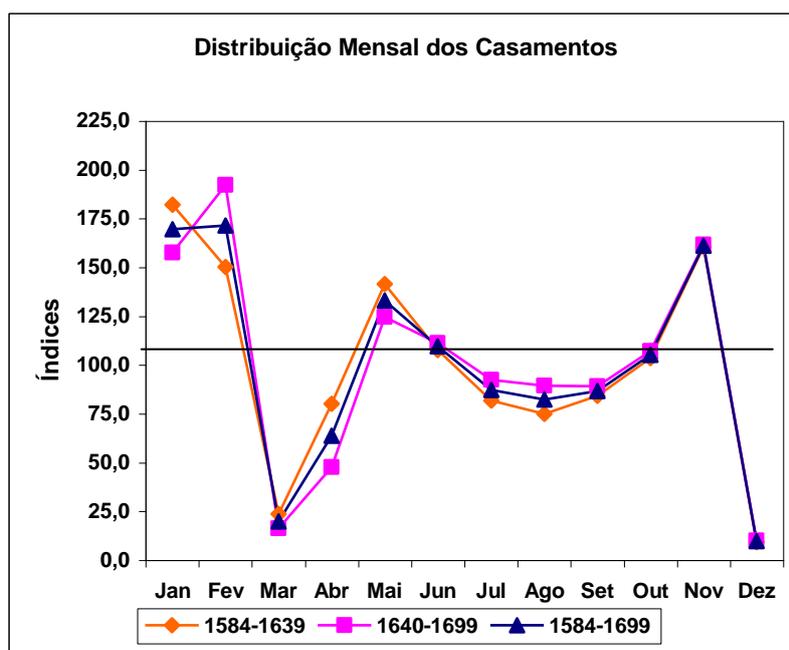
<sup>183</sup> GUILLAUME, P. e POUSSOU, J.-P., *Démographie Historique*, Paris, 1970, p. 183.

<sup>184</sup> Este comportamento diferente foi encontrado, por exemplo, nas paróquias transmontanas de Rebordãos, Poiares e Cardanha estudadas por Norberta Amorim. Nestas paróquias além de o mês de Dezembro ser o mais escolhido no segundo semestre do ano, o mês de Março também aparece à frente nas preferências dos noivos em relação aos meses de Julho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro. Cf. AMORIM, Norberta B, "S. Pedro de Poiares de 1561 a 1830", *Revista Brigantia*, Bragança, 1983-1984, pp. 531-538. Idem, *Método de exploração dos livros de registos paroquiais Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Publicações do Centro de Estudos Demográficos do INE, Lisboa, 1980, pp. 81. Idem, *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo demográfico*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1973, p. 58.

**Quadro nº 9**  
**Distribuição Mensal dos Casamentos**

Período	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1584-1639	623	468	81	265	484	356	280	256	279	354	531	32	4009
1640-1699	551	613	57	162	436	377	323	313	302	375	547	35	4091
1584-1699	1174	1081	138	427	920	733	603	569	581	729	1078	67	8100
Nº Dia													
Período	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1584-1639	20,1	16,6	2,6	8,8	15,6	11,9	9,0	8,3	9,3	11,4	17,7	1,0	132,3
1640-1699	17,8	21,7	1,8	5,4	14,1	12,6	10,4	10,1	10,1	12,1	18,2	1,1	135,4
1584-1699	37,9	38,3	4,5	14,2	29,7	24,4	19,5	18,4	19,4	23,5	35,9	2,2	267,7
Nº Índice													
Período	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1584-1639	182,2	150,2	23,7	80,1	141,6	107,6	81,9	74,9	84,3	103,6	160,5	9,4	1200
1640-1699	157,5	192,3	16,3	47,9	124,7	111,4	92,4	89,5	89,2	107,2	161,6	10,0	1200
1584-1699	169,8	171,5	20,0	63,8	133,0	109,5	87,2	82,3	86,8	105,4	161,1	9,7	1200

**Gráfico nº 11**  
**Distribuição Mensal dos Casamentos**



O quadro e respectivo gráfico indicam-nos que em Angra o tempo de interditos religiosos, o *tempus feriarum* era rigorosamente observado nesta época. É bem notória a pouca frequência de casamentos quer no período do Advento quer da Quaresma, i.e. nos meses de Dezembro e Março respectivamente. Note-se que os meses imediatamente anteriores aos períodos interditos, i. e. Novembro e Fevereiro são os que registam os

picos mais elevados de ocorrências. Esta distribuição mensal, justapondo-se nos meses de Dezembro e Março à esperada para uma Europa Católica pós tridentina, carece de explicações de natureza não religiosa para justificar a fraca frequência de casamentos nos meses de verão.

No caso de Angra, parece-nos que, para além dos constrangimentos resultantes das actividades agrícolas, havia constrangimentos resultantes do facto de se tratar de uma cidade portuária que também tinha um importante papel militar de defesa do Atlântico. De facto era nos meses de verão que se verificava uma maior ocupação quer nos trabalhos de defesa da costa, quer nos trabalhos exigidos pela maior afluência de barcos à ilha quer ainda nos trabalhos agrícolas.

As carreiras comerciais, Índia e Américas, faziam, devido aos condicionalismos da navegação nos mares dos Açores, a sua passagem de regresso ao longo dos meses de verão. Por esta razão era também nos meses de verão que se corriam maiores perigos de ataques de corsários e piratas, o que exigia uma vigilância redobrada das costas. Por outro lado, os trabalhos agrícolas também têm no verão uma das épocas mais exigentes: a época das colheitas. Os meses das colheitas mostravam-se tão exigentes que, por exemplo, os oficiais da Câmara de Angra decidiam que nos meses de Agosto e Setembro a vereação se reunisse só aos Sábados, e não às Quartas-feiras e Sábados, como acontecia nos restantes meses do ano, porque os oficiais também tinham que recolher as suas *novidades*.

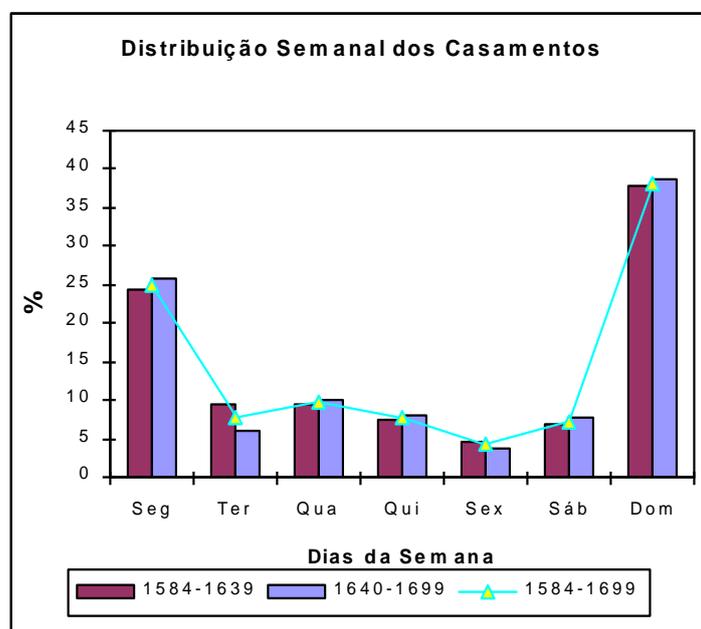
## **1.2. Distribuição Semanal dos Casamentos**

A distribuição semanal dos casamentos também pode ser um bom indicador de hábitos arraigados da comunidade angrense seiscentista.

**Quadro nº 10**  
**Distribuição semanal dos casamentos**

	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Total
1584-1639	971	379	382	302	184	279	1512	4009
1640-1699	1056	246	415	327	153	311	1583	4091
1584-1699	2027	625	797	629	337	590	3095	8100
Distribuição em %								
	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Total
1584-1639	24,22	9,45	9,53	7,53	4,59	6,96	37,72	100
1640-1699	25,81	6,01	10,14	7,99	3,74	7,60	38,69	100
1584-1699	25,02	7,72	9,84	7,77	4,16	7,28	38,21	100

**Gráfico nº 12**  
**distribuição Semanal dos casamentos**



“É lícito casar-se não importa em que mês do ano nem o dia da semana, excluindo todavia os Domingos e os dias de Festa (não somente o cura está ocupado pela celebração da missa dominical, mas também cairia mal profanar o Dia do Senhor com divertimentos)”<sup>185</sup>. As precauções expressas nesta posição dos bispos franceses, referidos por Lebrun, conduziram, em França, a que a grande maioria dos casamentos se

<sup>185</sup> LEBRUN, François, *A vida conjugal*, ob. cit., p. 45

registasse à Segunda-feira e sobretudo à Terça-feira, quer no campo quer na cidade, não evitando, contudo, que a Sexta-feira fosse um dia rejeitado.

Em Angra, quer se considere o período em observação como um todo ou dividido em dois sub-períodos, é notória a preferência pelo Domingo seguido de Segunda-feira para a realização das bodas nupciais. Tal como para os franceses a Sexta-feira era também para os angrenses um dia malquisto. Ao contrário dos franceses, a Terça-feira era para os angrenses, a seguir à Sexta-feira, um dia a evitar. A rejeição pela Terça-feira e Sexta-feira é um dado que se tem confirmado na generalidade das paróquias já reconstituídas para o continente português e para a ilha do Pico.

Quais as motivações para tais escolhas? Crença em dias menos afortunados para quem dá início a uma vida nova? Mais facilidades, nuns dias do que nos outros, decorrentes da forma como a própria igreja local organizava e disponibilizava o serviço religioso aos seus paroquianos?

A Terça-feira e a Sexta-feira são tradicionalmente vistas como dias de mau agouro. A superstição em relação a estes dias ainda subsiste, por exemplo, no seio de comunidades rurais do interior transmontano, onde, ainda hoje, é invocado pelos mais velhos o ditado popular “à terça e sexta não cases a filha nem deites a galinha”. Para os católicos o carácter nefasto da Sexta-feira pode também decorrer da associação deste dia com a morte de Cristo. O facto de ser um “dia magro”, um dia em que a carne é proibida, também poderá ter contribuído para a não eleição deste dia para a realização da boda<sup>186</sup>.

---

<sup>186</sup> Atente-se no que a Igreja entendia por bodas, seguindo as *Constituições Sinodais*. Aí, para as bodas que solenizavam o casamento, especifica-se “As quais bodas, segundo os Doctores, importam tres cousas. s. bençam dos noiuos, e ser entregue e leuada a noiua pera casa do noiuo, solenidade de conuite“. Podendo receber-se por palavras de presente em qualquer tempo os contraentes não podiam, no entanto, celebrar as bodas nos tempos interditos porque só assim “os que casam em face da ygreja nos ditos tempos, sem fazer as cousas sobreditas [bodas], não fazem contra direito”. Cf. *Constituições*, ob. cit., pp. 63- 64.

O movimento sazonal dos casamentos será diferente quando se observa a população não como um todo, mas por segmentos sociais?

Para avançarmos neste tipo de observação colocou-se desde logo a dificuldade em saber como dividir a população por segmentos sociais. Construindo categorias sócio-económicas? Como? As referências constantes nos registos paroquiais de baptismo e de casamento relativas à ocupação/ profissão do pai, quando baptiza um filho, ou do noivo, quando casa, não foram mencionadas de forma sistemática pelos redactores paroquiais ao longo da observação. Acresce ainda o facto de as mesmas ocupações não serem designadas sempre da mesma forma e de para o mesmo indivíduo se conhecerem duas ou mais ocupações. Assim, no ficheiro de Família, resultando do cruzamento das referências contidas nos registos de baptizado e de casamento, temos o campo respeitante à profissão do pai preenchido com uma variedade de designações que ultrapassa as quatrocentas. Como arrumar tanta diversidade em categorias mais abrangentes?

Após uma análise cuidadosa, ponderando as funções ou actividade a que corresponderiam as diferentes designações e a sua proeminência social, construímos três grandes categorias: 1) a dos *ilustres* que engloba todos aqueles que estão associados ao desempenho de cargos importantes (na administração municipal, como representantes da administração central, nas chefias militares), ou que são referidos como sendo dos principais da cidade. Capitão-mor, governador, corregedor, tenente do castelo, mestre de campo, capitão, morgado, fidalgo, cavaleiro, provedor, licenciado, médico, tabelião são alguns exemplos; 2) a dos *militares* que engloba os militares que não estão associados a postos de comando tais como soldado, artilheiro, atambor; 3) a dos *oficiais mecânicos* que engloba todos os indivíduos cuja actividade implica a aprendizagem de um ofício tal como alfaiate, barbeiro, sapateiro, marceneiro, tanoeiro, carpinteiro,

caixeiro, ferreiro, serralheiro, pedreiro, cabouqueiro, marinheiro, oleiro, moleiro, entre outros.

Estabelecidas estas categorias, a que recorreremos sempre que se façam análises diferenciais dos comportamentos, poderemos, então, verificar o respectivo calendário da realização do enlace matrimonial. Uma sazonalidade tão vincadamente marcada pelos preceitos religiosos apresentaria diferenças notórias de uns grupos para outros, ou o calendário litúrgico tinha um poder uniformizador capaz de acabar com distinções a nível deste comportamento?

Os gráficos que a seguir se apresentam podem elucidar esta questão. Dada a elevada incidência, ao longo de todo o período em estudo, nas mesmas opções, quer a nível dos meses quer dos dias da semana por parte da população em geral, passamos a considerar um só período para as análises que se seguem.

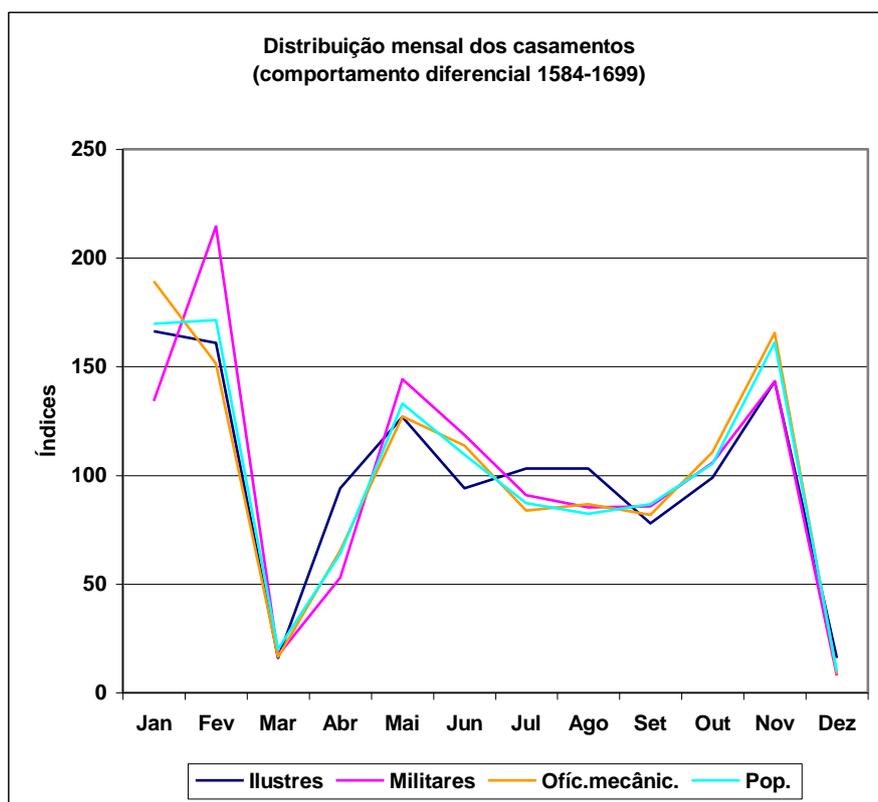
### 1.3. Sazonalidade diferencial dos casamentos

#### 1.3.1. Distribuição mensal dos casamentos

**Quadro nº 11**  
**Distribuição mensal dos casamentos (comportamento diferencial)**

Grupos	1584-1699												TOTAL
	Nº Abs.												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
<b>Ilustres</b>	42	37	4	23	32	23	26	26	19	25	35	4	296
<b>Militares</b>	118	172	15	45	127	101	80	75	73	93	122	7	1028
<b>Oficiais mecânicos</b>	332	242	29	111	223	193	147	152	139	194	281	15	2058
Nº Dia													
<b>Ilustres</b>	1,4	1,3	0,1	0,8	1	0,8	0,8	0,8	0,63	0,8	1,2	0,1	9,77
<b>Militares</b>	3,8	6,1	0,5	1,5	4,1	3,4	2,6	2,4	2,43	3	4,1	0,2	34,1
<b>Oficiais mecânicos</b>	11	8,6	0,9	3,7	7,2	6,4	4,7	4,9	4,63	6,3	9,4	0,5	67,9
Nº Índices													
<b>Ilustres</b>	166	161	16	94	127	94	103	103	77,8	99	143	16	1200
<b>Militares</b>	134	214	17	53	144	119	91	85	85,7	106	143	8	1200
<b>Oficiais mecânicos</b>	189	151	17	65	127	114	84	87	81,9	111	165	8,5	1200

Gráfico nº 13  
Distribuição mensal dos casamentos (comportamento diferencial 1584-1699)



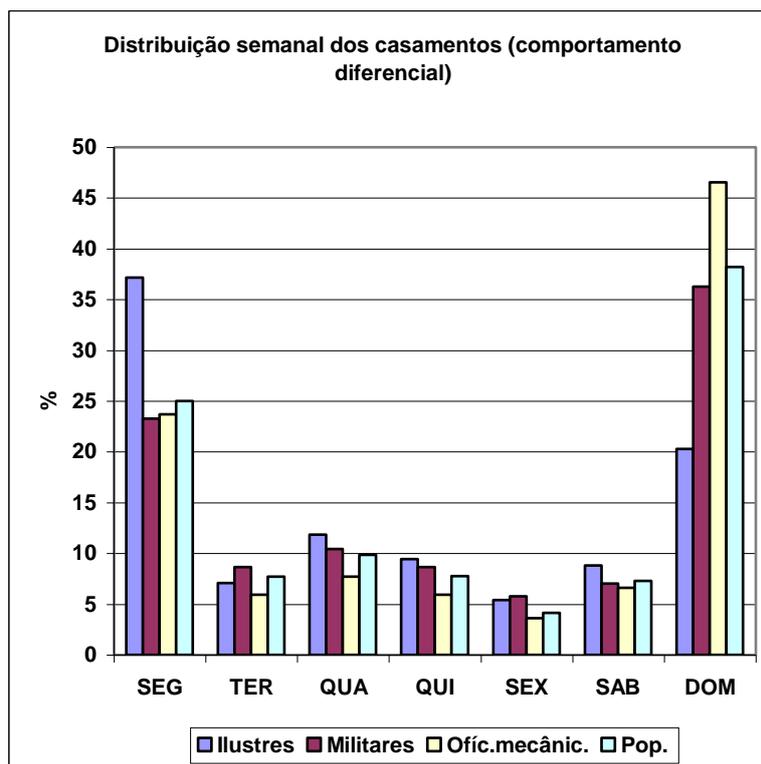
Se considerarmos o comportamento dos diferentes grupos aqui representados face aos períodos em que a Igreja determinava os tempos interditos podemos concluir pelo seu poder uniformizador. De facto, verifica-se que todos os indivíduos evidenciam comportamentos similares quer nos meses em que se registam menos casamentos (Março e Novembro) quer naqueles que os antecedem. As similitudes estendem-se aos restantes meses se compararmos a população em geral com o grupo dos *militares* e dos *oficiais mecânicos*. Apenas os *ilustres* demonstram alguma diferença quando se observam os meses de verão. Os *ilustres*, não privilegiando os meses de verão, consideravam, no entanto, mais essa hipótese do que os restantes indivíduos.

### 1.3.2. Distribuição semanal dos casamentos

**Quadro nº 12**  
**Distribuição semanal dos casamentos (comportamento diferencial)**

Grupos	1584-1699							
	Nº Abs.							
	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	Total
Ilustres	110	21	35	28	16	26	60	296
Militares	239	89	107	89	59	72	373	1028
Oficiais mecânicos	487	122	159	122	74	136	958	2058
	%							
Ilustres	37,2	7,09	11,8	9,46	5,41	8,78	20,27	100
Militares	23,2	8,66	10,4	8,66	5,74	7	36,28	100
Oficiais mecânicos	23,7	5,93	7,73	5,93	3,6	6,61	46,55	100
População.	25	7,72	9,84	7,77	4,16	7,28	38,21	100

**Gráfico nº 14**  
**Distribuição semanal dos casamentos (comportamento diferencial)**



As diferentes opções pelos dias da semana mostram-nos que eram os ilustres que, também, tinham um comportamento algo diferenciado. Segunda-feira e Domingo eram os dois dias que colhiam as maiores preferências, mas por ordem inversa conforme

se considerem os ilustres ou qualquer um dos outros grupos. Pois, enquanto a Segunda-feira era o dia que concentrava a maioria das opções dos ilustres, o Domingo era o dia eleito pela restante população.

Conhecido o calendário dos casamentos interessa, agora, determinar o calendário da nupcialidade i.e. a idade de acesso ao matrimónio.

## **2. Idade Média ao Primeiro Casamento**

Definido pela Igreja como sacramento de vontade<sup>187</sup> o casamento é, como já foi referido, um acto socialmente condicionado. E a nupcialidade torna-se na mais sociológica das variáveis demográficas condicionada não só pela mortalidade e mobilidade diferenciais mas também por constrangimentos de natureza social e económica. Assim, a idade média ao primeiro casamento é um indicador privilegiado no estudo da nupcialidade uma vez que reflecte todos esses constrangimentos.

O estudo da idade média ao primeiro casamento pode ser feito por duas vias: 1) - observando os casamentos realizados durante um determinado período; 2) - seguindo grupos de gerações.

Por se convencionar os cinquenta anos como a idade de celibato definitivo excluem-se os primeiros cinquenta anos de observação quando se estuda a idade média dos primeiros casamentos realizados num determinado período. Este nosso estudo permite-nos, assim, acompanhar o fenómeno entre 1634 e 1699. E excluem-se as gerações nascidas nos últimos cinquenta anos da observação quando se faz o estudo por grupo de gerações. No caso de Angra podemos fazer esta observação até 1699 porque na base de dados estão cruzados os casamentos realizados até 1750.

---

<sup>187</sup> *Constituições Sinodais*, Título XII, Constituição Quarta, p. 81

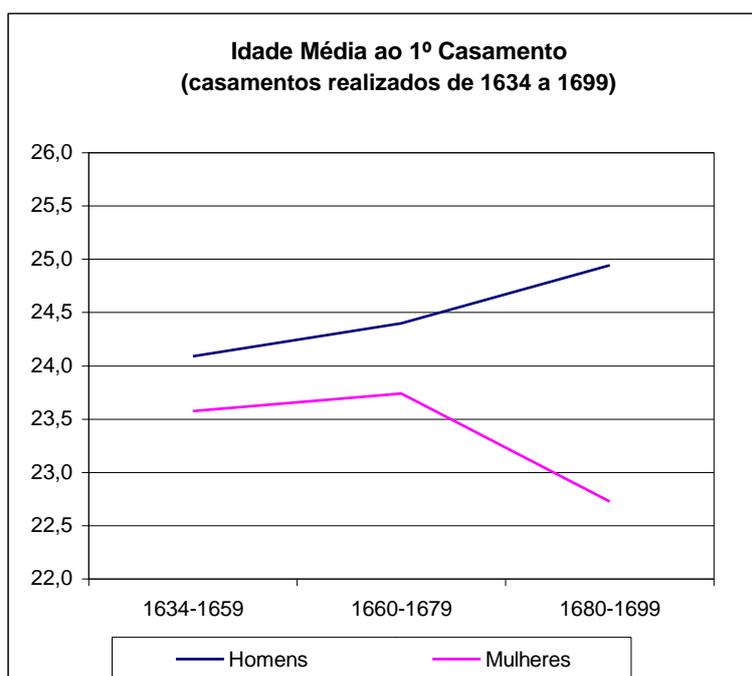
## 2.1. Idade Média ao Primeiro Casamento para os que casaram entre 1634-1699

Começando por calcular a idade média dos primeiros casamentos, realizados década a década, apesar da variação que se observou (variação que oscilou, para os homens entre os 23,9 anos de 1640-49 e os 25,1 de 1690-99 e, para as mulheres entre os 22,6 anos de 1680-89 e os 24,1 de 1660-69) decidimos, com base na tendência desenhada pelas curvas respeitantes às médias móveis de três decénios e o equilíbrio entre o número de casos observados, apresentar a idade média ao primeiro casamento nos períodos constantes no quadro e gráfico seguintes.

**Quadro nº 13**  
**Idade média ao primeiro casamento**  
**(casamentos realizados entre 1634-1699)**

Período	Idade média 1º casamento									
	Homens					Mulheres				
	Obs.	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Obs.	Média	Mediana	Máximo	Mínimo
1634-1659	280	24,1	22	46	14	474	23,6	22	47	12
1660-1679	288	24,4	23	45	15	492	23,7	22	48	12
1680-1699	347	24,9	23	49	14	482	22,7	21	47	12

**Gráfico nº 15**  
**Idade Média ao 1º Casamento (casamentos realizados de 1634 a 1699)**



Constatamos que, além de as mulheres casarem em média mais cedo do que os homens, o primeiro casamento ocorre em idades relativamente precoces para ambos os sexos. Os casamentos realizados entre 1634 e 1679 ocorrem em média para os homens depois de terem completado os 24 anos e para as mulheres antes de completarem essa idade. Nos últimos 20 anos do século XVII verifica-se uma evolução neste comportamento distanciando-se as idades médias ao primeiro casamento masculinas em relação às femininas: para eles regista-se uma elevação para próximo dos 25 anos (24,9) e para elas, uma descida para menos dos 23 anos de idade.

Em que medida as idades médias aqui encontradas, para homens e mulheres, se aproximam das verificadas em outros contextos geográficos nacionais ou não? O quadro comparativo que construímos permite verificar as similitudes e as diferenças de comportamento entre populações portuguesas e europeias. Usamos para Portugal os dados revelados pelas paróquias reconstituídas e para os países europeus a síntese apresentada, já em 1981, por Flinn.

Os estudos por nós consultados apresentam, para podermos fazer comparações, alguns inconvenientes. Desde logo a não coincidência das balizas cronológicas, depois o facto de os dados corresponderem no caso português a paróquias individualizadas, que representam de forma muito diferenciada o país, e no caso europeu a paróquias reunidas em número muito variável de país para país. Todos estes inconvenientes apesar das limitações que colocam não devem inviabilizar o nosso esforço comparativo. Tanto mais que nos demos conta de que para além de haver uma desigual cobertura espacial relativamente ao conjunto de paróquias reconstituídas há uma maior ausência de reconstituições quando recuamos a períodos anteriores ao século XVIII.

**Quadro nº 14**  
**Idade Média ao primeiro casamento**  
**(quadro comparativo)**

Portugal	Localidade	Período	Idade Média		Fonte
			Homens	Mulheres	
Açores	Angra	1634-1659	24,1	23,6	Fichas de Família
		1660-1679	24,4	23,7	
		1680-1699	24,9	22,7	
Trás-os-Montes	Rebordãos	1610-1700	24,3	22,4	Amorim, 1973
	Cardanha	1601-1700	29,3	26,9	Amorim, 1980
	Poiares	1650-1823	27,2	25,3	Amorim, 1983-1984
Minho	Barcelinhos	1660-1729	25,1	26,0	Faria, 1998
	Aveleda	1580-1679	25	29,7	Silva, 1997
	Guimarães (urbana)	1630-1669	24,9	24,7	Amorim, 1987
		1670-1709	25,6	24,7	
	Guimarães (mista)	1630-1669	25,9	24,4	
		1670-1709	25,7	25,7	
	Guimarães (rural)	1630-1669	26,6	27,1	
		1670-1709	27,3	28,6	
Alvito S. Pedro	1617-1699	27,8	29,9	Miranda, 1993	
Douro Litoral	Unhão	1577-1719	29	28	Soares, 1995
Beira Litoral	Cortegaça	1640-1659	22,5	21,8	Gomes, 1996
		1660-1679	25,5	25,5	
		1680-1699	27,3	26,1	
	Eixo	1670-1679	30,7	29,7	Ferreira, 1999
		1680-1689	25	26,2	
		1690-1699	25,8	27,6	
Europa	Inglaterra	Antes de 1750	-	25,0	Flinn, 1989
	Alemanha		-	26,4	
	Escandinávia		-	26,7	
	Bélgica		-	25,0	
	França		-	24,6	

Não esquecendo as limitações apontadas, este quadro permite-nos algumas ideias gerais. A idade média ao primeiro casamento é um comportamento que pode apresentar-se bastante diversificado em função das realidades locais. Efectivamente, para o século XVII, as idades médias ao primeiro casamento tanto para homens como para mulheres, sendo tardias, apresentam variações regionais significativas. Variações não só a nível das idades por sexo, mas a nível das diferenças de idade entre homens e mulheres. No conjunto das paróquias portuguesas, aqui apresentadas, Angra encontrando-se entre as que têm casamento menos tardio em ambos os sexos é também onde se encontra das menores diferenças de idade.

Significativas, pelas implicações que têm nos níveis de fecundidade legítima, são as variações registadas nas idades médias ao primeiro casamento feminino. Note-se que a idade média feminina de acesso ao casamento em Angra, situando-se até 1680 abaixo dos 24 anos e a partir daí abaixo dos 23 anos, se encontra entre as menos tardias, já que nas paróquias portuguesas há idades médias ao primeiro casamento feminino que se situam à volta dos 30 anos. E quando estendemos a comparação aos países europeus, Angra posiciona-se, então, abaixo das idades menos elevadas.

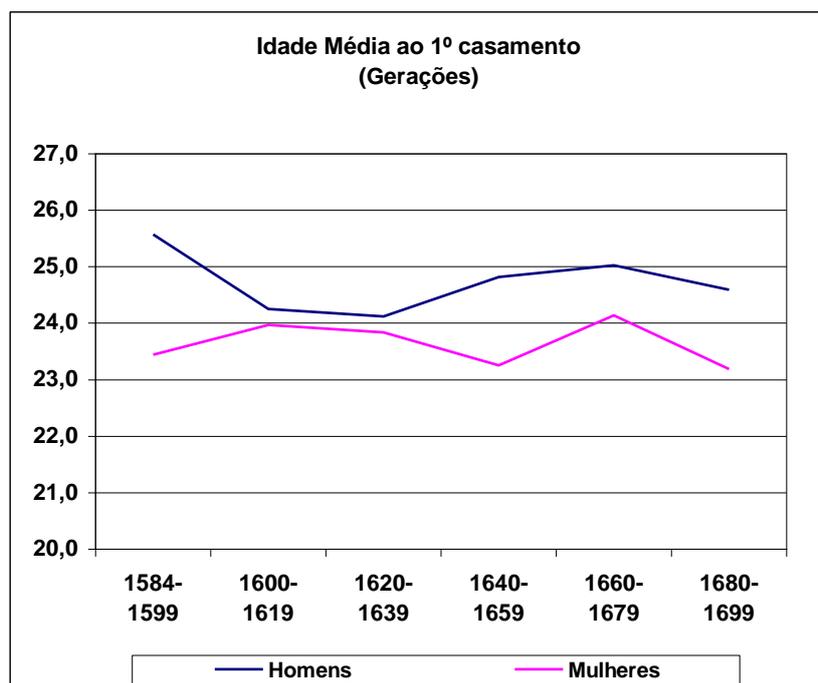
## 2.2. Idade média ao Primeiro Casamento das gerações nascidas

O facto de termos feito o levantamento dos casamentos realizados nas diferentes paróquias da cidade até 1750 permite-nos, como já referimos, o estudo da idade média ao primeiro casamento das gerações aí nascidas até 1700. O quadro que se segue dá-nos conta da evolução da idade média ao primeiro casamento das gerações que tendo nascido em Angra, no último decénio e meio do século XVI e nos cinco vinténios do século XVII, aí contraíram as suas primeiras núpcias.

**Quadro nº 15**  
**Idade Média ao primeiro casamento**

Gerações	Idade média 1º casamento (Gerações nascidas 1584-1699)									
	Homens					Mulheres				
	Obs	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Obs.	Média	Mediana	Máximo	Mínimo
1584-1599	110	25,6	24	46	14	229	23,4	22	47	12
1600-1619	209	24,3	23	43	16	416	24,0	22	48	12
1620-1639	232	24,1	22	45	14	372	23,8	22	47	12
1640-1659	310	24,8	23	49	15	464	23,3	22	49	13
1660-1679	367	25,0	24	46	14	571	24,1	22	49	12
1680-1699	278	24,6	23	49	14	503	23,2	21	47	12

**Gráfico n° 16**  
**Idade Média ao Primeiro casamento**  
**(Gerações)**



Quando acompanhamos as gerações nascidas entre 1584 e 1699 confirmamos que o acesso ao primeiro casamento se dava mais tarde para os homens do que para as mulheres e que ocorria para ambos os sexos em idades relativamente precoces. Comparando as idades masculinas e femininas verificamos que à descida na idade média ao primeiro casamento dos homens nascidos nos últimos anos do século XVI se opõe uma subida para as mulheres. Passam as gerações seguintes, as nascidas entre 1600-1639, a casar em idades bastantes próximas rondando os 24 anos de idade tanto para homens como para mulheres. Para as gerações que se seguem verificamos que, enquanto a idade média ao primeiro casamento se eleva para os homens nascidos entre 1640 e 1679 e desce para os nascidos entre 1680 e 1699, a idade média para as mulheres continua a descer para as nascidas até 1659, elevando-se depois para as gerações de 1660-1679 e voltando a decair nas gerações de 1680-1699.

É difícil apontar factores explicativos para as alterações registadas, num e noutro tipo de análise. É sabido que as dificuldades inerentes aos períodos de crise económica são fortes constrangimentos no acesso ao casamento. No caso de Angra e dada a evolução, não raras vezes de sentido contrário, da idade com que casam pela primeira vez homens e mulheres parece-nos que uma possível explicação se poderá encontrar no facto de a composição ou recomposição do mercado matrimonial estar muito dependente da mobilidade diferencial. Uma mobilidade que, embora leve indivíduos para fora da cidade, faz afluir muitos, sobretudo rapazes, em vagas cujo volume é variável de umas décadas para as outras conforme as conjunturas político-militares e económicas, certamente. O estudo da naturalidade dos nubentes poderá ser esclarecedor.

### **2.3. Grupos Sociais e Idade Média ao Primeiro Casamento**

Atendendo ao carácter sociológico da nupcialidade quisemos verificar em que medida o acesso ao casamento era mais precoce ou mais tardio em função do grupo sócio-económico a que pertenciam os nubentes. Para esta análise continuamos a usar as categorias sócio-económicas anteriormente definidas. Pretendendo calcular a idade média ao primeiro casamento, para homens e mulheres em função da ocupação/profissão do homem é necessário seleccionar, de entre as famílias que têm essas referências, aquelas para as quais também se conhece a data de nascimento da mulher e do homem. O número geral de primeiros casamentos com data conhecida, e para os quais se conhecem também as datas de nascimento quer do homem quer da mulher, fica bastante reduzido quando se subdividem as famílias em função do grupo social. Isto acontece porque há famílias que não são enquadráveis em nenhuma das categorias criadas. Assim, apesar do reduzido número de observações por cada grupo o quadro que se segue mostra-nos os resultados obtidos.

**Quadro nº 16**  
**Idade Média ao Primeiro Casamento**  
**(comportamento diferencial)**

Períodos	1634-1659		1660-1679		1680-1699	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Ilustres	25,8 (24)	22,5 (33)	30,3 (25)	26,2 (36)	27,1 (25)	24,8 (29)
Militares	24,1 (43)	26,0 (70)	25,8 (46)	24,0 (75)	25,2 (42)	22,7 (53)
Oficiais mecânicos	25,8 (106)	23,5 (167)	25,4 (125)	24,1 (170)	26,5 (116)	23,1 (171)
População total	24,1 (280)	23,6 (474)	24,4 (288)	23,7 (492)	24,9 (347)	22,7 (482)

Por este quadro verifica-se que os indivíduos tinham diferentes possibilidades de aceder ao casamento conforme a categoria social a que pertencessem. Essas possibilidades eram ainda diferentes conforme se tratasse de homens ou de mulheres. Em todas as categorias aqui consideradas, à excepção do grupo dos *militares* no primeiro período, eram sempre os homens que mais tarde acediam ao casamento. Entre os homens eram os *ilustres* que mais tarde casavam. Quanto aos *militares* e aos *oficiais mecânicos* nem sempre mantiveram a mesma posição relativa. Se os *oficiais mecânicos* casaram mais tarde do que os *militares* no primeiro e terceiro períodos (que acompanhavam mais de perto a idade média encontrada para o conjunto da população) o mesmo não aconteceu no segundo período. Relativamente às mulheres, se no primeiro período as do grupo *ilustres* casaram mais cedo do que todas as outras, no segundo e terceiro períodos passaram a ser as que mais tardiamente chegavam ao casamento.

Como explicar estas diferenças de comportamento? Mercados matrimoniais não compatíveis? Oscilações conjunturais na situação económico-social que afectavam diferentemente as diversas camadas sociais? Estratégias para manter ou ampliar o estatuto adquirido?

Na tentativa de nos aproximarmos de uma resposta seguimos o percurso matrimonial de indivíduos pertencentes a famílias que à partida nos parece gozarem de diferentes estatutos sociais.

Em cada caso, partindo de um dado casal e seguindo os casais que lhe estão associados em linha descendente ou ascendente, procuraremos descortinar a existência de factores facilitadores ou bloqueadores no acesso ao casamento de umas gerações para outras.

**O primeiro caso** apresentado foi escolhido a partir do casal Roque Rodrigues Serpa e Isabel Gomes Rosa. A escolha deste casal deveu-se ao facto de termos, além da data de casamento e das datas de nascimento e óbito para ambos os cônjuges, a informação de que ambos tinham morrido sem testamento por serem pobres. A pobreza seria um atributo inerente a sucessivas gerações desta família? A nossa pesquisa, em sentido ascendente, permitiu-nos chegar ao casal dos avós maternos de Roque. A partir deste casal dos avós, seguimos outros casais seus descendentes até à geração dos trinets. Os quadros que se seguem ajudam-nos a seguir esta “reprodução” familiar.

**Casal 1 Diogo Fernandes e Bárbara Simões (avós maternos de Roque)**

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
Diogo Fernandes				
Barbara Simões				
<b>FILHOS</b>				
A- João	20-10-1617			
<b>B- Catarina Francisca</b>		2-12-1623		
<b>C- Francisca Luís</b>		11-11-1624		
<b>D- Maria Fernandes</b>		11-01-1626		
<b>E- Beatriz Fernandes</b>		28-11-1626		
<b>F- Ana Fernandes</b>		14-09-1631		
OBS: A entrada deste casal é feita pelo baptismo de João do qual nada mais se sabe. O desconhecimento dos baptismos das filhas que aqui casam pode dever-se ao facto de as mesmas terem nascido fora da cidade ou numa das freguesias da cidade para as quais há falha de registo.				

**Filha B do Casal 1**

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Catarina Francisca</b>		2-12-1623		
André Fernandes / Lajes				
<b>FILHOS</b>				
Não registaram nenhum				
OBS:				

### Filha C do Casal 1

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Francisca Luís</b>		11-11-1624		
Pedro Rodrigues Serpa/serrador/trab./ <b>viúvo</b>				
<b>FILHOS</b>				
Registaram 6 filhos dos quais:				
<b>C.1- Maria Rodrigues</b>		07-01-1646		
<b>C.2- Roque Rodrigues Serpa</b>	08-12-1629	30-05-1650	04-09-1708	Casado
OBS:				

### Filha D do Casal 1

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Maria Fernandes</b>		11-01-1626		
João Lila/ <b>viúvo</b>				
<b>FILHOS</b>				
Não há registo				
OBS: Não se conhece outro acto				

### Filha E do Casal 1

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Beatriz Fernandes</b>		28-11-1626		
Francisco Gomes/trabalhador/Lajes/ <b>viúvo</b>				
<b>FILHOS</b>				
Registaram 6 filhos dos quais:				
<b>E.1- Maria Gomes</b>	14-1-1632	8-1-1651		
OBS: Não se conhece o fim deste casal				

### Filha F do Casal 1

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Ana Fernandes</b>		14-09-1631		
Adão Gonçalves				
<b>FILHOS</b>				
F:1- Manuel	21-10-1631			
OBS: Não se conhecem outros actos				

**Neto C1 do casal 1**

Nome/ocupação /naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Maria Rodrigues</b>		07-01-1646/ Mateus Lopes/ S. Mateus	28-8-1683	Casad/pobre
<b>FILHOS</b>				
Têm 10 filhos dos quais 4 com casamento:				
<b>C.1.1- Maria Conceição/Sta Luzia</b>	24-10-1649	29-10-1674	20-7-1675	Casada
<b>C.1.2- Águeda Cruz Rodrigues/</b>		25-1-1682		
<b>C.1.3- Barbara Rodrigues/S. Pedro</b>	28-01-1654	1-6-1676	6-10-1707	Casada
<b>C.1.4- Domingas Rodrigues/S. Pedro</b>	25-02-1656	19-2-1680	4-1-1713	Casada
OBS:				

**Neto C2 do casal 1**

Nome/ocupação /naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Roque Rodrigues Serpa/Soldado/Sé</b>	08-12-1629	30-5-1650	04-09-1708	Casada/mto pobre
Isabel Gomes Rosa/Sé	15-8-1623		23-8-1686	Casada/pobre
<b>FILHOS</b>				
Têm 5 filhos dos quais:				
<b>C.2.1-Luísa Gomes</b>	18-11-1652	28-1-1675		
OBS: Roque casa segunda vez com Águeda Lemos, viúva em 6-10-1686. Não têm filhos. Ao óbito em 18-3-1709 ela é também pobre				

**Neto E1 do casal 1**

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Maria Gomes/Sé</b>	14-1-1632	8-1-1651		
António Fernandes/soldado/S. Miguel/viúvo				
<b>FILHOS</b>				
Não há registo				
OBS: Não se conhecem outros actos				

**Bisneta C.1.1. do casal 1**

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Maria Conceição/Sta Luzia</b>	24-10-1649	29-10-1674	20-7-1675	Casada
Manuel Rodrigues/Sapateiro				
<b>FILHOS</b>				
Não têm				
OBS: Ela morre antes de decorrido um ano após o casamento				

**Bisneta C.1.2. do casal 1**

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
Águeda Cruz Rodrigues/		25-1-1682		
Manuel Andrade/Conceição	30-11-1659			
<b>FILHOS</b>				
Têm 2 filhas				
OBS: Desconhecem-se outros actos				

**Bisneta C.1.3. do casal 1**

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
Barbara Rodrigues/S. Pedro	28-01-1654	1-6-1676	6-10-1707	Casada
Francisco Rebelo			07-07-1707	Viúvo
<b>FILHOS</b>				
C.1.3.1- Manuel Rodrigues/Sé	7-3-1677	19-6-1695		
C.1.3.2- Maria Espírito Santo/Sé	15-02-1683	06-02-1701	16-10-1742	Casada/pobre
OBS:				

**Bisneta C.1.4. do casal 1**

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
Domingas Rodrigues/S. Pedro	25-02-1656	19-2-1680	4-1-1713	Casada
Miguel Vieira/				
<b>FILHOS</b>				
Registaram 4 filhos dos quais casa 1:				
C.1.4.1- Joana Baptista Assunção/ Sta Luzia	20-08-1690	7-2-1709		
OBS:				

**Bisneta C.2.1 do casal 1**

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
Lúisa Gomes/Sé	18-11-1652	28-1-1675	15-06-1715	Viúva/pobre
António Rodrigues/Flores				
<b>FILHOS</b>				
C.2.1.1-Pedro Rodrigues/Sé	2-7-1678	12-05-1697		
OBS:				

**Trineto C.1.3.1 do casal 1**

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
Manuel Rodrigues/Sé	7-3-1677	19-6-1695		
Maria Gomes/Conceição/	30-03-1676			
<b>FILHOS</b>				
OBS: Família que poderá ser completada na continuidade do levantamento dos dados				

### Trineta C.1.3.2 do casal 1

Nome/ocupação/ naturalidade	Batismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
Maria Espírito Santo/Sé	15-02-1683	06-02-1701	16-10-1742	Casada/ pobre
João Martins/soldado			22-01-1749	Viúvo/ pobre
<b>FILHOS</b>				
OBS: O levantamento feito dos batizados até este momento fica aquém da data de casamento				

### Trineta C.1.4.1 do casal 1

Nome/ocupação/naturalidade	Batismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
Joana Baptista Assunção/ Sta Luzia	20-08-1690	7-2-1709		
Francisco Cardoso	9-10-1689			
<b>FILHOS</b>				
OBS: Família que poderá ser completada na continuidade do levantamento dos dados				

### Trineta C.2.1.1 do casal 1

Nome/ocupação/naturalidade	Batismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
Pedro Rodrigues/Sé	2-7-1678	12-05-1697		
Catarina Fernandes/S. Pedro	9-5-1677			
<b>FILHOS</b>				
OBS: Família que poderá ser completada na continuidade do levantamento dos dados				

Dos três netos do casal 1 que se sabe terem casado (décadas de 1640 e 1650) em paróquias da cidade, dois têm óbito e ambos foram referenciados como pobres. Entre os cinco bisnetos que se sabe terem casado (décadas de 1670 e 1680), quatro tem também óbito na cidade sendo uma referenciada como pobre. Dos quatro trinets que deram origem a novos casais (fins do século XVII e primeira década do século XVIII) conhece-se o óbito de um que também é referenciado como pobre.

Pudemos constatar que a pobreza esteve presente nas sucessivas gerações desta família: Roque, a quem a pobreza justifica o não fazer testamento não o impediu, no entanto, de ter casado duas vezes (décadas de 1650 e 1680) com mulheres que ao óbito eram igualmente pobres. Parece que a pobreza não era razão que vedasse o acesso ao casamento sobretudo quando era contraído entre indivíduos da mesma condição. Não o

impedia nem o retardava se atendermos às idades com que todos estes indivíduos casaram. Idades de 18 e 20 anos para os netos, entre os 22 e os 25 anos para os bisnetos e de 17, 18 e 19 anos para os trinetos. Casaram cedo em relação à média com que a população em geral costumava casar. O leque de oportunidades de casamento encontradas por estes rapazes e raparigas, não se restringiram a naturais da cidade e a solteiros. Com viúvos casaram duas das filhas deste casal 1. Foram também duas as filhas que casaram com indivíduos que sabemos naturais das Lajes. Dos três netos, com casamento conhecido, dois fizeram-no com naturais de paróquias fora da cidade – Maria Rodrigues que casou com noivo de S. Mateus e Maria Gomes cujo marido era natural de S. Miguel.

No **segundo caso**, partindo do casal André Fernandes Fonseca e Beatriz Merens, que casaram em 11-11-1596, fomos seguindo as relações matrimoniais dos seus filhos e netos.

Não fosse a referência encontrada no assento de óbito de 16-11-1637 do cónego Luís Andrade, que nomeia como “testamenteiros e herdeiros de sua fazenda e morgado” o sargento-mor André Fernandes Fonseca e sua mulher Beatriz Merens, não teríamos, pelos registos paroquiais, nenhuma referência à ocupação ou estatuto de André. À primeira vista, pelos actos vitais constantes na ficha de família deste casal, tratar-se-ia de um casal como muitos outros. No entanto quando prestamos atenção aos padrinhos dos filhos verificamos que se tratava de um casal socialmente bem relacionado, pois as suas relações de compadrio incluíam, entre outros, o bispo de Angra, D. Jerónimo Teixeira Cabral, os corregedores das ilhas, Dr. Leonardo da Cunha e mais tarde João Correia de Mesquita, o mestre de campo, D. Pedro Sarmiento.

Vejamos o que nos reservam as relações matrimoniais dos seus descendentes (melhor dizendo, daqueles que identificamos como seus descendentes, a partir do cruzamento de informação dos registos paroquiais, constantes na nossa base de dados).

### Casal 2: André Fernandes Fonseca e Beatriz Merens

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>André Fernandes Fonseca/sargento-mor</b>		11-11-1596	8-3-1644	Casado
<b>Beatriz Merens a)</b>	15-7-1584		18-3-1644	Viúva
<b>FILHOS</b>				
Dos 15 filhos com registo conhecido apenas para 4 conhecemos outros actos:				
A- Jerónimo Fonseca/sargento-mor/cavaleiro do hábito de Cristo	24-05-1608		8-10-1647	Solteiro
<b>B- Maria Fonseca/Sé</b>	16-9-1618	2-7-1640	1-8-1658	Viúva
<b>C- Beatriz Merens Fonseca/Sé</b>	10-4-1620	10-2-1648	28-7-1702	Viúva
<b>D- Pedro Martins Fonseca/S.</b> Pedro/capitão e morgado	8-9-1624	1) 25-8-1660 2) 29-10-1688	25-1-1689	Casado
OBS: a) Era filha de Fernão Baião e de Beatriz Merens com família constituída na cidade. Dos filhos que se lhe conhecem, além de Beatriz, mais dois casaram na cidade onde também baptizaram filhos.				

### Filha B do casal 2

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>D. Maria Fonseca/Sé</b>	16-9-1618	2-7-1640	1-8-1658	Viúva
Gonçalo Alvares Pamplona			10-8-1654	Casado
<b>FILHOS</b>				
Conhecem-se 8 filhos dos quais:				
<b>B.1- Inês Fonseca Corte-Real</b>	28-1-1643	25-8-1660	11-9-1677	Casada
<b>B.2- Domingos Pamplona Miranda</b>	17-5-1653	13-9-1682	14-10-1702	
OBS: Gonçalo era filho do 2º casamento do capitão João Pamplona Miranda com D. Joana Silva				

### Filha C do casal 2

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>D. Beatriz Merens Fonseca/Sé</b>	10-4-1620	10-2-1648	28-7-1702	Viúva
Pedro Castro Canto			18-2-1681	Casado
<b>FILHOS</b>				
Conhecem-se 5 filhos dos quais:				
<b>C.1- Jerónimo Canto Castro Melo</b>	15-5-1650	4-7-1694	27-1-1720	Viúvo
<b>C.2- Jacinta Castro Meireles</b>	5-11-1658	29-7-1692	11-9-1728	Viúva
OBS:				

### Filho D do casal 2

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento*	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Pedro Martins Fonseca*/S. Pedro/capitão morgado</b>	8-9-1624	1) 25-8-1660 2) 29-10-1688	25-1-1689	Casado
<b>Inês Fonseca Corte-Real (neta do casal2)</b>	28-1-1643		11-9-1677	Casada
<b>FILHOS</b>				
Conhecem-se 12 filhos dos quais:				
<b>D.1- André Martins Fonseca/capitão-mor</b>	28-10-1661	2-8-1677	7-7-1740	Casado
<b>D.2- Antónia Isabel Fonseca</b>	24-11-1662	3-8-1677		
OBS: Pedro tem uma filha ilegítima, Maria nascida em 17-4-1684, sem mãe conhecida. Do 2º casamento com D. Luísa Fernandes, que era natural das Velas, S. Jorge, não há registo de filhos. Ele morreu, não tinham decorrido 3 meses sobre o casamento.				

### Neta B1 do casal 2

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Inês Fonseca Corte-Real</b>	28-1-1643	25-8-1660	11-9-1677	Casada
<b>Pedro Martins Fonseca/S. Pedro/capitão morgado</b>	8-9-1624		25-1-1689	Casado
<b>FILHOS</b>				
Conhecem-se 12 filhos dos quais:				
<b>Ver quadro Filho D do casal2</b>				
OBS:				

### Neto B2 do casal 2

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Domingos Pamplona Miranda a)</b>	17-5-1653	13-9-1682		
Maria Pacheco	13-1-1635		14-3-1686	Casada
<b>FILHOS</b>				
Não se conhecem filhos. Note-se que a mulher casou com 47 anos				
OBS: a) Nas vereações aparece como vereador em 1699. Não se conhecem outros actos pelos registos paroquiais. Maria Pacheco era filha do capitão Galahor Borges Costa e de D. Branca de Sá e era irmã de Cristóvão Borges Costa que morreu solteiro em 21-5-1682, com 35 anos.				

### Neto C1 do casal 2

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Jerónimo Canto Castro Melo</b>	15-5-1650	4-7-1694	27-1-1720	Viúvo
D. Úrsula Isabel Bettencourt Vasconcelos	15-10-1675		1-4-1704	Casada
<b>FILHOS</b>				
Conhecem-se 3 filhos dos quais:				
C.1.1- Pedro Canto Castro	24-4-1695	5-6-1724	30-6-1773	Viúvo
OBS: D. Úrsula é filha do capitão-mor da cidade Vital Bettencourt Vasconcelos e de D. Maria do Canto e Silveira.				

### Neta C2do casal 2

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Jacinta Castro Meireles</b>	5-11-1658	29-7-1692 a)	11-9-1728	Viúva
Boaventura Meireles Vasconcelos			24-2-1704	Casado
<b>FILHOS</b>				
Conhecem-se 3 filhos dos quais:				
C.2.1- Maria Isabel Canto	22-12-1695	29-10-1725	13-4-1777	Viúva
OBS: a) Tiveram dispensa por serem parentes em segundo grau de consanguinidade. Boaventura era filho de André Luís Fonseca e de D. Iria Canto Vasconcelos. Pensamos que Jacinta e Boaventura eram primos e que o pai, André, se for também filho do nosso casal 2, nasceu em 8-12-1630 e casou em 31-3-1655.				

### Neto D1 do casal 2

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>André Martins Fonseca/capitão-mor</b>	28-10-1661	2?-8-1677	7-7-1740	Casado
Catarina Maria Rocha Azevedo Coutinho a)	12-1-1664		12-5-1692	Casada
<b>FILHOS</b>				
Conhecem-se 7 filhos dos quais:				
D.1.1- Rosa Maria Corte-Real b)	14-6-1679	1-3-1710	21-6-1719	Casada
OBS: a) Catarina é filha de Martinho Azevedo Coutinho, natural de Mazagão, que casou em 25-5-1659 com Maria Ferraz Chaves natural de Angra onde nascera em 9-2-1625, filha de mercador e irmã do Arcediago da Sé e do mestre-escola. b) A filha Rosa casa com Manuel Henriques Almeida, natural de Arronches				

### Neto D2 do casal 2

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Antónia Isabel Fonseca</b>	24-11-1662	2?-8-1677		
Rui Francisco Rocha Coutinho				
<b>FILHOS</b>				
Conhecem-se 2 filhos dos quais:				
D.2.1- Inês Francisca Xavier	4-7-1679	31-3-1702		
OBS: Rui é irmão de Catarina mulher de André, neto D1. A filha Inês casou com José Câmara Sá, nascido em 15-12-1681, filho de Francisco Sá Salazar e de Ana Câmara Pimentel				

Ao longo das três gerações, que pudemos apresentar, são visíveis os indícios de estratégias para manter e reforçar o estatuto social da família André Fernandes Fonseca. Dos filhos homens sabe-se, pelas referências nos assentos paroquiais, que um era, além de Sargento-mor, cavaleiro do hábito de Cristo e que o outro, além de ostentar o título de morgado, era capitão. Além dos cargos e títulos referenciados, para filhos e netos, nos registos paroquiais, também as actas de vereação nos dão conta, além dos títulos ostentados, das ligações desta família ao poder municipal. O próprio André Fernandes

Fonseca foi juiz ordinário, vereador e chanceler da cidade como se pode ver em actas de vereação dos anos de 1608, 1609 e 1611, por exemplo.

Procurou-se sempre que o casamento, quer de filhos quer de netos, fosse feito entre gente de “qualidade e condição”. Não raras vezes foi feito entre parentes. Não tendo sido identificados ao óbito todos os indivíduos constantes nas fichas das famílias destes casais e desconhecendo eventuais saídas da cidade não nos é possível medir a proporção daqueles que, em cada geração, não tiveram acesso ao casamento. Pelas idades com que casaram aqueles que conhecemos poderemos, no entanto, detectar oscilações e perspectivar em que medida casar cedo ou tarde, casar ou não casar, eram comportamentos subordinados às expectativas sociais da família.

Desconhecemos a idade de André em 1596 quando se casou com Beatriz. Era órfão de Domingos Martins e de Catarina Vaz. Recebeu-os em casamento o cónego Luís de Almeida que ao óbito os nomearia seus testamenteiros e herdeiros. O enlace foi testemunhado por nomes importantes: António Pacheco de Lima, cavaleiro fidalgo, era um deles. Mais um sinal da relevância social deste indivíduo? Beatriz tinha apenas 12 anos de idade. Foi mãe pela primeira vez ainda não completara os 15 anos. O último filho, o 15º, tê-lo-ia depois dos 46 e a morte surpreendeu-a antes de chegar aos 60 anos de idade. E os filhos, rapazes e raparigas, com que idades casaram?

Maria e Beatriz fizeram-no (década de 1640) com 21 e 27 anos respectivamente. Dos rapazes, sabemos que Pedro, o filho que viria a ser capitão e morgado, tinha já perto de 36 anos quando casou (década de 1660) com uma das sobrinhas, Inês, que ainda não chegara aos 18 anos.

Entre as netas é igualmente largo o leque de idades ao casamento. Inês que casou aos 17 anos (década de 1660) não foi a neta que mais cedo casou. Antónia Isabel viu-se casada antes dos 15 anos (década de 1670). Pelo contrário, Jacinta, sua prima, só

encontraria casamento compatível quando já completara os 33 anos de idade (década de 1690). E o eleito era seu parente em segundo grau de consanguinidade pelo que precisou de dispensa.

As dificuldades em arranjar noiva adequada também se estenderam aos casamentos dos netos. Domingos, de 28 anos, casou (década de 1680) com uma noiva de 47 anos que, já não tendo filhos, o deixou viúvo passados pouco mais de três anos. A noiva de Domingos era, porém, órfã de D. Branca de Sá e do capitão Galahor Borges Costa que ao óbito foi referenciado como Cavaleiro do Hábito de Cristo. Muito provavelmente a única, dos cinco filhos registados, que sobrevivia pois seu irmão, o capitão Cristóvão Borges da Costa, havia falecido, solteiro, meses antes.

Jerónimo havia de casar (década de 1690) aos 44 anos de idade com noiva de 18, filha do capitão-mor da cidade. Para André, o neto que veio a ser o capitão-mor, irmão de Antónia Isabel, não foi preciso esperar muito. Aos 15 anos, no mesmo dia que a irmã, casou com noiva de 13 anos que era, nem mais nem menos, Catarina, irmã de Rui, o noivo de Antónia. Dos ascendentes de Catarina e Rui sabemos que o avô materno, natural de S. Pedro, era mercador e que dois dos seus filhos prosseguiram estudos. Um foi o Reverendo Mestre-escola José Rocha e o outro, o Dr. António Rocha Ferraz, Arcebispo da Sé<sup>188</sup>.

O **terceiro caso**, reporta-se a um indivíduo que, tendo vindo de fora, ainda no século XVI, casou e se estabeleceu na cidade dando origem a uma família que acompanhamos, através dos seus descendentes, até ao século XVIII. Trata-se de Nicolau Alemão.

---

<sup>188</sup> Seguir a reprodução familiar destas duas famílias parece-nos uma boa via para verificar as estratégias de mobilidade social em que os oriundos da burguesia mercantil procuram ascender forçando alianças matrimoniais socialmente convenientes a que a fidalguia procura resistir, mas nem sempre com sucesso.

### Casal 3: Nicolau Alemão e Gracia Nunes

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Nicolau Alemão/mercador/Lisboa (?)</b>		18-2-1590	9-5-1646	Viúvo
Gracia Nunes (filha da calceteira)			13-4-1624	Casada
FILHOS				
Conhecem-se 9 filhos dos quais:				
<b>A- Beatriz Alemão</b>	5-8-1593	3-2-1622	14-8-1649	Viúva
<b>B- Nicolau Alemão Baptista/mercador</b>	4-12-1602	1) 24-4-1634 2) 25-2-1645	31-7-1647	Viúvo
OBS:				

### Filho A do casal 3

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Beatriz Alemão</b>	5-8-1593	3-2-1622	14-8-1649	Viúva
António Gomes Pais/Licenciado/Torres Novas			26-3-1649	Casado
FILHOS				
Não há registo de nenhum filho				
OBS:				

### Filho B do casal 3

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Nicolau Alemão Baptista/mercador</b>	4-12-1602	1) 24-4-1634	31-7-1647	V
1) Helena Pereira. 2) Briolanja Pamplona Rodovalho	1) 29-6-1614	2) 25-2-1645	1) 31-5-1639 2) 20-11-1645	C
FILHOS				
1) Conhecem-se 3 filhos dos quais:				
<b>B.1- D. Joana Pereira</b>	24-3-1636	29-10-1657	25-1-1681	V
2) Sem filhos. Casados menos de 9 meses				
OBS: Helena era filha de Francisco Alvares Pereira e Joana Duarte. Era irmã do padre Nicolau Pereira. Briolanja era filha de Simão Fernandes Rodovalho, capitão e de Maria Gata.				

### Neta B1 do casal 3

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>D. Joana Pereira</b>	24-3-1636	29-10-1657	25-1-1681	Viúva
António Mendes Vasconcelos/capitão/Praia			4-1-1660	Casado
FILHOS				
<b>B.1.1-João Mendes Vasconcelos/capitão</b>	15-12-1658	2-2-1695	27-7-1707	Casado
<b>B.1.2-Nicolau Mendes Vasconcelos/escrivão</b>	20-12-1659	27-6-1694	10-12-1702	Casado
OBS: António Mendes Vasconcelos era filho do 1º casamento de João Mendes Vasconcelos e D. Maria Teive fregueses da vila da Praia.				

### Bisneto B1.1. do casal 3

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>João Mendes Vasconcelos</b> /capitão	15-12-1658	2-2-1695	27-7-1707	Casado
Isabel S. Francisco Melo	12-10-1665			
<b>FILHOS</b>				
B.1.1.1- Luzia Antónia Teive	22-12-1695	14-10-1714	8-3-1766	Viúva
OBS: Isabel era filha do 2º casamento de Brás Vieira com Maria Ávila. Luzia casa com o doutor Francisco Xavier Gama				

### Bisneto B1.2. do casal 3

Nome/ocupação/naturalidade	Baptismo	Casamento	Óbito	
			Data	Obs.
<b>Nicolau Mendes Vasconcelos</b> /escrivão	20-12-1659	27-6-1694	10-12-1702	Casado
Isabel Josefa Souto-Mayor a)				
<b>FILHOS</b>				
Conhecem-se 3 filhos dos quais:				
B.1.2.1- Joana Josefa Souto b)	6-6-1695	11-9-1710		
OBS: a) Isabel era viúva do doutor Diogo Nolete de quem teve 6 filhos. Diogo era filho de Henrique Nolete, mercador, e de Susana da Fé. b) Joana casou com Gaspar Camelo Pereira, capitão na Praia.				

Nicolau Alemão, o velho, como era conhecido ao óbito que ocorreu em 1646, encontramos-lo a casar na Sé em 18-2-1590 com Gracia Nunes, filha da calceteira. O facto de o acto ter sido testemunhado por gente como Fernão de Ortis del Rio, o espanhol que em Angra tinha o cargo de contador do terço ou da gente de guerra como é referido por vezes, não apaga a impressão de um casamento feito com noiva socialmente pouco importante. Não é referido o nome do pai e a identificação da mãe esgota-se no “calceteira”. A dispensa do nome da mãe, que poderá significar tratar-se de pessoa sobejamente conhecida dos seus conterrâneos, impede-nos de sabermos seja o que for sobre as relações de parentesco desta noiva. Pelos sucessivos assentos de baptismo dos filhos, nove, sabe-se que Nicolau era mercador e que viera de Lisboa. Dos 9 filhos conhece-se o casamento de dois, um rapaz e uma rapariga. Beatriz que casou com 28 anos e Nicolau que já havia ultrapassado os 31 anos. O casamento de Beatriz foi feito com o licenciado António Gomes Pais, natural de Torres Novas. Não se lhe conhecem filhos. Não os tiveram certamente, pois à sua morte em 26-3-1649, por

testamento que fez, deixou por herdeira a mulher e à morte desta os filhos de Nicolau Alemão Baptista (seu cunhado). Sabe-se, como é referido na acta de vereação de 1 de Janeiro de 1648, que António serviu como Procurador del Rei e da Câmara de Angra, cargo em que teve de ser substituído, segundo acta de 27 de Março de 1649, por ter falecido (óbito que confirmamos ter ocorrido no dia anterior).

A descendência de Nicolau e Gracia estaria comprometida não fora o filho Nicolau Alemão Baptista, também mercador. Casou tarde e o casamento foi de curta duração. Pai por três vezes, estava viúvo ao fim de 5 anos de casamento. Casou segunda vez, mas a segunda viuvez, passados 8 meses do casamento, terá sido responsável por não ter aumentado a descendência. Morreu, não fizera ainda os 45 anos de idade, deixava viva, seguramente uma filha, Joana, que casaria em 1657 com António Mendes Vasconcelos, capitão. Tinha 21 anos e conseguiu ter dois filhos de um casamento que se interrompeu antes de decorridos 3 anos. Sobrevivendo 21 anos ao marido, não chegou a ver os filhos casados. João e Nicolau, os dois sobreviventes, só casaram em 1695 e 1694 com 36 e 34 anos de idade respectivamente. João, que casou com Isabel S. Francisco, foi capitão como o havia sido o pai. E Nicolau, escrivão da Câmara, casou com Isabel Josefa viúva do Dr. Diogo Nolete descendente, este, de mercadores.

Além de Nicolau Alemão, o mercador fundador desta família, apenas seu filho Nicolau Alemão Baptista é referenciado como mercador. As escolhas matrimoniais da filha (década de 1620) e da neta (década de 1650) e as escolhas profissionais dos bisnetos (década de 1690) mostram-nos que o mundo mercantil procurava outras alternativas para firmar a sua ascensão social que não se restringiam ao sucesso dos negócios. Os casamentos, que já identificamos para trinetas, apontam para a mesma tendência em relação às escolhas, mas indiciam alguma mudança nas idades com que

acediam ao casamento. 15 e 18 anos eram as idades de Joana Josefa e de Luzia Antónia respectivamente.

## 2.4. Repartição por Grupos de Idade ao Primeiro Casamento

*“E porque neste Sacramento se requiere idade pera cõtraher Matrimonio per palauras de presente, e pelo cõseguinte (...), declaramos terem perfeita idade os que forem s. o homem de quatorze anos cõpridos, e fêmea de doze e não menos”*<sup>189</sup>.

Sendo legítimo aos rapazes casar a partir dos catorze anos e às raparigas a partir dos doze, em que grupos de idade se casavam habitualmente em Angra? O quadro “Repartição por grupos de idade ao primeiro casamento” permite-nos responder a esta questão.

**Quadro nº 17**  
**Repartição por Grupos de Idade ao Primeiro Casamento**  
**(casamentos realizados em 1634-1699)**

Grupos de Idade	1634-1659				1660-1679				1680-1699			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%
<15	0	0	24	4,6	1	0,3	19	3,4	0	0	22	4,1
15-19	39	12,2	131	25,0	34	10,4	149	27,0	33	8,4	139	26,0
20-24	165	51,6	180	34,4	153	46,6	191	34,6	179	45,8	194	36,3
25-29	70	21,9	103	19,7	92	28,0	96	17,4	115	29,4	111	20,7
30-34	26	8,1	44	8,4	24	7,3	50	9,1	35	9,0	37	6,9
35-39	10	3,1	21	4,0	17	5,2	22	4,0	22	5,6	20	3,7
40-44	7	2,2	14	2,7	3	0,9	17	3,1	5	1,3	5	0,9
45-49	3	0,9	6	1,1	1	0,3	4	0,7	2	0,5	2	0,4
50+	0	0,0	0	0,0	3	0,9	4	0,7	0	0,0	5	0,9
Total	320	100,0	523	100,0	328	100,0	552	100,0	391	100,0	535	100,0

O quadro mostra-nos que rapazes e raparigas se comportavam de forma diferente face à possibilidade de casarem tão cedo. Os rapazes, salvo uma ou outra excepção, esperavam ter 15 ou mais anos para casar. As raparigas casavam antes dessa

<sup>189</sup> *Constituições*, p. 58.

idade em percentagens minoritárias, mas não desprezáveis. Das mulheres que casaram entre 1634 e 1699, 4% (65 casos) tinha menos de 15 anos e destas 17% (11 casos) tinha 12 anos de idade.

Globalmente, os dados deste quadro mostram que ao longo de toda a observação e para ambos os sexos os casamentos se faziam maioritariamente em idades jovens. Note-se que mais de 50% dos indivíduos de ambos os sexos casam até aos 24 anos. E é no grupo de idades dos 20-24 anos que ocorrem mais casamentos tanto para homens como para mulheres. A partir dos quarenta anos de idade os casamentos contraídos ficam-se por percentagens pouco significativas. Curioso é verificar que a percentagem de mulheres a casar depois dos 40 anos se superioriza à dos homens (3,1%; 2,1% e 1,8% dos homens contra 4%; 4,8% e 2,4% das mulheres).

Analisando cada um dos períodos podemos detectar algumas diferenças que se reflectem na média de idade com que homens e mulheres casavam pela primeira vez em cada período observado. Se para ambos os sexos a primeira preferência para casar convergia no grupo de idades 20-24 anos, o mesmo não acontece em relação à segunda escolha. Assim, em percentagens variáveis, enquanto os homens têm como segunda opção o grupo de idades a seguir, os 25-29 anos, as mulheres optam pelas idades mais precoces, o grupo dos 15-19 anos. A partir dos 35 anos, em cada período, a proporção de homens e mulheres a casar também é variável: as percentagens são de 6,2%, 7,3% e 7,4% para os homens e de 7,8%, 8,5% e 5,9% para as mulheres.

### **3. Idade Combinada dos Nubentes**

Este quadro dá-nos conta das combinações em que mais frequentemente ocorriam os casamentos. Podemos também detectar se houve alterações de comportamento ou não.

**Quadro nº 18**  
**Idade Combinada dos Nubentes**  
**%**

<b>Homens</b>		<b>1634-1659</b>							
		<b>Mulheres</b>							
Grupo Idades	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50+	Total
15-19	3,1	5,0	2,5	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	11,9
20-24	15,1	23,9	11,3	3,1	0,6	0,6	0,0	0,0	54,7
25-29	5,7	7,5	2,5	3,1	0,0	0,6	0,0	0,0	19,5
30-34	1,9	3,1	1,9	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	7,5
35-39	0,6	1,3	0,0	0,6	0,6	0,0	0,0	0,0	3,1
40-44	0,0	1,3	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9
45-49	0,0	0,0	0,6	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
50+	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	26,4	42,1	19,5	8,8	1,3	1,9	0,0	0,0	100,0
<b>Homens</b>		<b>1660-1679</b>							
		<b>Mulheres</b>							
Grupo Idades	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50+	Total
15-19	3,9	1,3	0,6	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	6,5
20-24	18,1	21,3	9,0	1,9	0,0	0,6	0,0	0,0	51,0
25-29	9,0	9,7	3,2	4,5	0,6	1,9	0,6	0,0	29,7
30-34	3,2	2,6	0,6	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	7,1
35-39	1,3	1,9	1,3	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	5,2
40-44	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
45-49	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
50+	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6
Total	35,5	36,8	14,8	7,7	0,6	3,2	0,6	0,6	100,0
<b>Homens</b>		<b>1680-1699</b>							
		<b>Mulheres</b>							
Grupo Idades	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50+	Total
15-19	4,2	3,7	1,6	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0
20-24	15,3	21,1	6,3	2,6	2,1	0,0	0,0	0,0	47,4
25-29	5,3	11,1	6,3	2,6	0,5	0,0	0,5	0,0	26,3
30-34	1,1	4,2	3,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	8,9
35-39	2,1	1,1	1,1	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3
40-44	0,5	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	1,1
45-49	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
50+	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	28,4	41,1	18,4	8,4	3,2	0,0	0,5	0,0	100,0

Nos três períodos considerados a combinação mais frequente dá-se entre homens e mulheres do mesmo grupo de idades: os 20-24 anos. Esta combinação dá-se sempre em mais de 20% dos casamentos realizados. A segunda combinação mais frequente é aquela que junta homens de 20-24 anos com mulheres de 15-19 anos de idade. Se no primeiro período a combinação que apresenta a terceira maior percentagem é a que une

homens mais novos (20-24 anos) com mulheres mais velhas (25-29 anos) nos outros dois períodos o terceiro lugar é ocupado pela união de homens do grupo dos 25-29 anos com mulheres dos 20-24 anos. Depois dos 30 anos, além de se registarem fracas percentagens de casamentos, verificámos que respeitam maioritariamente a uniões em que o homem é mais velho do que a mulher.

**Quadro nº 19**  
**Diferença de Idades entre os nubentes**

Períodos	1634-1659		1660-1679		1680-1699		Totais	
	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%
Homem e Mulher do mesmo grupo de idade	48	30,2	46	29,7	61	32,1	155	30,8
Homem mais velho	65	40,9	74	47,7	90	47,4	229	45,4
Homem mais novo	46	28,9	35	22,6	39	20,5	120	23,8
Totais	159	100,0	155	100,0	190	100	504	100,0

Este quadro permite reforçar a ideia de que os homens casavam maioritariamente em primeiro lugar com mulheres mais novas e em segundo lugar com mulheres da mesma idade. Note-se que os casamentos em que os dois nubentes pertencem ao mesmo grupo de idades, apesar das alterações registadas, situam-se em percentagens à volta dos 30%, tendo a maior percentagem, de 32,1%, no último vinténio. Os casamentos que unem homens mais novos com mulheres mais velhas, situam-se sempre acima dos 20%. O contínuo decréscimo que se regista só é contrariado no último vinténio onde se registam 23,8%, percentagem que fica, no entanto, aquém dos 28,9% registados no primeiro período da observação.

#### **4. Estado Civil Anterior dos Contraentes**

Estando referenciado o estado civil dos contraentes, na generalidade dos registos de casamento e sendo as eventuais omissões colmatadas com o trabalho de reconstituição de paróquias, pudemos fazer um estudo da sua distribuição de acordo

com o estado civil de cada um. Os casos em que não foi identificado o estado civil constam do quadro como indeterminados.

**Quadro nº 20**  
**Distribuição dos contraentes segundo o estado civil**

Estado Civil	Solteiros				Viúvos				Indeterminados				Total
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		
	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%	
1584-1599	1066	82,5	1055	81,7	200	15,5	203	15,7	26	2,0	34	2,6	1292
1600-1639	2180	80,0	2207	81,0	539	19,8	506	18,6	5	0,2	11	0,4	2724
1640-1669	1520	77,0	1625	82,3	451	22,8	341	17,3	3	0,2	8	0,4	1974
1670-1699	1641	77,5	1773	83,8	473	22,3	336	15,9	3	0,1	8	0,4	2117
Totais	6407	79,0	6660	82,2	1663	20,5	1386	17,1	37	0,5	61	0,8	8107

O quadro “Distribuição dos contraentes segundo o estado civil” mostra-nos que no conjunto dos casamentos realizados o recasamento, ocorrendo em percentagens mais elevadas para os homens, tinha um peso significativo para ambos os sexos. Se o facto de os viúvos contraírem novas núpcias em percentagens mais elevadas do que as viúvas não constitui uma especificidade de Angra, pois igual comportamento tem sido observado em outros contextos temporais e geográficos, o mesmo não se pode dizer das percentagens em que o mesmo ocorre. Se as percentagens masculinas de 15,5% a 22,8% se superiorizam aos 14,3%, encontrados por Norberta Amorim<sup>190</sup> para a Zona urbana de Guimarães no período de 1670-1729, as percentagens femininas de 15,7% a 18,6% excedem em muito os 5,3 registados em Guimarães. As percentagens encontradas em Angra enquadram-se mais nas percentagens encontradas, por exemplo, por J. Dupâquier<sup>191</sup> para a bacia de Paris. Tratando-se de um fenómeno complexo cuja explicação depende de múltiplos factores é difícil encontrar razões explicativas neste contexto concreto. As viúvas talvez não tivessem grande dificuldade em encontrar noivo

<sup>190</sup> AMORIM, Maria Norberta S. B., *Guimarães 1580-1819 Estudo Demográfico*, INIC, Lisboa, 1987.

<sup>191</sup> DUPÂQUIER, J., *La population rural du bassin parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris, 1979.

entre os indivíduos que vinham do exterior que, assim, teriam alguma facilidade em se estabelecer na cidade. Pelo facto de não conhecermos a naturalidade de todos os que casaram em Angra não é possível calcular a proporção exacta de viúvas que casaram com não-naturais. Mas parece-nos significativo que, dos casos conhecidos (718 casos), as percentagens de casamentos de viúvas com não-naturais (oriundos das mais variadas partes: outras paróquias da ilha Terceira, restantes ilhas açorianas, continente português, Espanha, partes de além-mar tanto portuguesas como espanholas e outros países da Europa), sejam as seguintes: 84,9% (1584-1599); 78,1% (1600-1619); 76,7% (1620-1639); 67,4% (1640-1659); 67,7 (1660-1679); e 60% (1680-1699).

Com base nos casos em que o estado civil anterior ao casamento é conhecido para ambos os cônjuges elaboramos o quadro “Contraentes Segundo o Estado Civil Combinado”.

**Quadro nº 21**  
**Contraentes segundo o estado civil combinado**

Est. Civil	1584-1599					
	Solteiras		Viúvas		Total	
	Obs	%	Obs	%	Obs	%
Solteiros	939	75,2	112	9	1051	84,2
Viúvos	109	8,7	89	7,1	198	15,9
Total	1048	83,9	201	16,1	1249	100
1600-1639						
Solteiros	1914	70,6	259	9,6	2173	80,2
Viúvos	290	10,7	248	9,2	538	19,9
Total	2204	81,3	507	18,8	2711	100
1640-1669						
Solteiros	1373	69,9	142	7,3	1515	77,2
Viúvos	251	12,8	197	10,0	448	22,8
Total	1624	82,7	339	17,3	1963	100
1670-1699						
Solteiros	1486	70,46	151	7,16	1637	77,62
Viúvos	287	13,61	185	8,77	472	22,38
Total	1773	84,07	336	15,93	2109	100
1584-1699						
Solteiros	5712	71,1	664	8,3	6376	79,4
Viúvos	937	11,7	719	9,0	1656	20,6
Total	6649	82,8	1383	17,3	8032	100

Tal como acontece noutras regiões a grande maioria dos casamentos dá-se entre homens e mulheres solteiros. Em Angra as percentagens variam entre os 70 e os 75%. Relativamente ao casamento de viúvos verificámos que quer os viúvos quer as viúvas procuram novo cônjuge mais entre os solteiros do que entre os viúvos. No primeiro período, período em que muitos soldados espanhóis vieram para Angra, a percentagem de viúvas a casar com solteiros superioriza-se à dos viúvos a casar com solteiras. Nos períodos seguintes são os viúvos que mais casam com solteiras.

O casamento entre viúvos, sobretudo entre gente de maior condição, para além de resolver dificuldades em arranjar casamento conveniente podia servir de estratégia para acumular património. Assim, calculamos a percentagem de contraentes segundo o estado civil combinado entre aqueles que definimos como ilustres.

**Quadro nº 22**  
**Distribuição dos contraentes segundo o estado civil combinado**  
**(Ilustres)**

Estado Civil	1584-1699					
	Solteiras		Viúvas		Total	
	Obs	%	Obs	%	Obs	%
Solteiros	219	70,6	20	6,5	239	77,1
Viúvos	50	16,1	21	6,8	71	22,9
Total	269	86,8	41	13,2	310	100

Entre esta camada da população a proporção de homens viúvos que aqui encontrou novo casamento (22,9%) superioriza-se à verificada para o conjunto da população (20,6%). Relevante é a percentagem de mulheres solteiras que casavam com viúvos (16,1% contra os 11,7 da população geral). Significativa a percentagem de viúvas a casar de novo, quer com solteiros, quer com outros viúvos, era, contudo, inferior à encontrada para a população.

## 5. Viuvez e Ulterior Casamento

Face à eventualidade de o cônjuge após enviudar poder afastar-se da cidade, consideramos apenas os casos para os quais se conhece o posterior casamento e/ou a data do óbito.

**Quadro nº 23**  
**Viuvez Segundo o Sexo e Viuvez e Ulterior Casamento**

Períodos	Viuvez segundo o sexo				Viuvez e ulterior casamento				Total
	Enviuvaram				Casaram depois				
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		H+M
	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs
1584-1599	99	59,3	68	40,7	8	8,08	5	7,35	167
1600-1639	586	58,1	423	41,9	92	15,7	68	16,1	1009
1640-1669	647	60,6	420	39,4	81	12,5	57	13,6	1067
1670-1699	652	56,6	500	43,4	110	16,9	70	14	1152
Total	1984	58,4	1411	41,6	291	14,7	200	14,2	3395

Os valores constantes no quadro respeitantes à “viuvez segundo o sexo” apontam para uma mortalidade diferencial que penalizou mais as mulheres do que os homens, pois ao longo de toda a observação a percentagem de viúvos é sempre superior à das viúvas. Ocorreria a morte em idades não tardias em que a mulher está mais exposta? As percentagens de casamentos de viúvos de ambos os sexos no conjunto dos casamentos realizados (percentagens iguais ou superiores aos 16%) relacionar-se-ão com o facto de a viuvez ocorrer em idades não tardias? Não conhecemos a idade em que ocorreu a viuvez e o recasamento para todos os indivíduos, pois os párocos, nesta época, não tinham o hábito de registar as idades em que os indivíduos casavam nem as idades ao óbito. Contudo, a partir daqueles que enviuvaram com data de nascimento conhecida, é possível aproximarmo-nos das idades em que a morte mais deixava homens e mulheres sem cônjuge.

Para o período de 1600-1699 contámos, com data de nascimento conhecida, 684 mulheres viúvas e 657 homens viúvos. A sua distribuição por grupos de idade à viuvez é a que consta do quadro seguinte.

**Quadro nº 24**  
**Idade à Viuvez**  
**(1600-1699)**

Grupos de idades	Homens		Mulheres	
	OBS.	%	OBS.	%
<30	79	12,0	64	9,4
30-39	116	17,7	110	16,1
40-49	92	14,0	138	20,2
50+	370	56,3	372	54,3
Total	657	100,0	684	100,0

Este quadro indica igualmente uma mortalidade mais penalizadora para as mulheres, sobretudo nas idades inferiores aos 40 anos (repare-se que a percentagem de homens que via morrer a mulher antes de chegar aos 40 anos é 29,7% contra os 25,5% das mulheres a enviuvarem antes dessa idade). Significativas são também as percentagens, acima dos 40%, quer de homens quer de mulheres que ficam viúvos antes de completarem os 50 anos.

Retomando o quadro “viuvez e ulterior casamento” verificamos que os valores aí apresentados mostram que os viúvos, homens e mulheres, contraem novas núpcias em percentagens bastante próximas. As percentagens encontradas vão no sentido daquilo que já havíamos constatado aquando da análise do estado civil dos contraentes: o recasamento representa uma parte numericamente importante no conjunto dos casamentos realizados. O recasamento, pesem embora as flutuações de uns períodos para os outros, fez-se em média para 14,7% dos viúvos e para 14,2% das viúvas. Nas percentagens expressivas de viúvos com menos de 50 anos pode residir uma explicação para estas percentagens de recasamento. Apesar de dispormos de um número

relativamente escasso de recasamentos com idade conhecida, calculamos a idade média ao segundo casamento como consta do quadro seguinte.

**Quadro nº 25**  
**Idade Média ao Segundo Casamento**  
**(casamentos realizados entre 1634-1699)**

Períodos	Homens				Mulheres			
	OBS.	ID. Média	Max.	Mín.	OBS.	ID. Média	Max.	Mín.
<b>1634-1659</b>	22	38,7	57	21	30	36,0	61	17
<b>1660-1679</b>	16	37,5	58	23	27	34,8	65	18
<b>1680-1699</b>	13	42,3	63	27	17	37,6	56	19

As idades médias ao segundo casamento indicam-nos que as hipóteses de ter uma outra oportunidade de casar se mantinham em média até mais tarde para os homens. Em qualquer um dos períodos considerados foram os viúvos que mais tarde chegaram ao segundo casamento.

## **6. Celibato Definitivo**

Dadas as implicações que a nupcialidade tem na fecundidade, além de conhecer o comportamento dos que casam (se casam cedo ou tarde, i.e. em que medida se promove o aproveitamento ou o desperdício do potencial reprodutor), é necessário conhecer a proporção daqueles, homens e mulheres, que por opção ou por imposição não tiveram acesso ao casamento.

Convencionados os 50 anos como a idade de celibato definitivo, o estudo deste comportamento visa todos aqueles que tendo 50 ou mais anos de idade ao óbito eram solteiros.

No caso da população de Angra deparamos, para fazer este estudo, com dificuldades decorrentes de algumas limitações das nossas fontes: 1) a insuficiência de elementos identificadores de cada defunto nos registos de óbito, numa época em que não registavam a mortalidade infantil, não nos permite identificar ao óbito muitos dos

que têm data de nascimento conhecida; 2) a não indicação da idade ao óbito obrigava a que o celibato definitivo fosse calculado só para aqueles de quem se conhecia a data de nascimento. Ora, do nosso ficheiro de defuntos consta a data de óbito de muitos indivíduos que por insuficientes dados de identificação não cruzamos no ficheiro de Famílias. Isto retira-nos a possibilidade de sabermos em que medida o total de óbitos dos indivíduos nascidos e falecidos na cidade coincide com os que foram identificados no ficheiro de Famílias.

Tendo presente as limitações apontadas, os quadros que se seguem mostram a proporção de solteiros que encontramos entre os indivíduos que ao óbito tinham 50 ou mais anos de idade.

No primeiro quadro fizemos constar todos os óbitos de naturais identificados que, morrendo no período de 1640-1699, tinham 50 ou mais anos de idade. No segundo quadro constam aqueles que, tendo nascido entre 1584 e 1649, morreram com 50 ou mais anos em Angra.

**Quadro nº 26**  
**Celibato Definitivo**  
**(óbitos registados entre 1640-1699)**

	Totais (50+)	Solteiros (50+)	% (solteiros)
Homens	115	12	10,4
Mulheres	274	19	6,9

**Quadro nº 27**  
**Celibato Definitivo**  
**(óbitos das gerações nascidas entre 1584-1649)**

	Totais (50+)	Solteiros (50+)	% (solteiros)
Homens	166	17	10,2
Mulheres	390	31	7,9

Comparando as percentagens calculadas para um e outro sexo é de sublinhar o facto de, quer num tipo de análise quer no outro, se encontrar uma maior proporção de celibatários entre os homens do que entre as mulheres. Trata-se de um comportamento

atípico pois, a avaliar pelos valores conhecidos para outros contextos geográficos, o celibato feminino normalmente superioriza-se ao celibato masculino<sup>192</sup>.

Não excluindo influências aleatórias decorrentes até do reduzido número de casos, os dados calculados para Angra induzem a existência de um mercado matrimonial mais favorável às mulheres do que aos homens. Tal facto dever-se-á, certamente, à vinda de indivíduos do sexo masculino em número capaz de desequilibrar o mercado a favor das mulheres. Uma vez mais se afigura de grande importância analisar a naturalidade dos nubentes procurando conhecer a proporção dos casamentos que se faziam com indivíduos de fora da cidade.

## **7. Origem Geográfica dos Cônjuges**

Os redactores paroquiais, tal como aconteceu com outras referências, também não tiveram o cuidado de mencionar nos assentos de casamento, de forma sistemática, a naturalidade dos nubentes. Para podermos ter uma ideia da composição do mercado matrimonial, quanto à sua proveniência geográfica, consideramos todos os primeiros casamentos, tanto de homens como de mulheres, para os quais conhecemos a naturalidade.

Para observar a naturalidade combinada dos nubentes, que aponta o grau de abertura desta comunidade à possibilidade de indivíduos de fora aqui virem casar, recorremos aos dados do ficheiro de Famílias onde constam para o período de 1584-1699 as naturalidades de mais de 4.000 noivos e de mais de 3.000 noivas. Em 2.465 casos é conhecida a naturalidade de ambos os cônjuges.

---

<sup>192</sup> Os estudos, que temos vindo a seguir, referentes a paróquias reconstituídas em Portugal, invocando a dificuldade resultante do facto de os redactores paroquiais não mencionarem a idade nem o estado civil ao óbito, raramente analisam o celibato definitivo, sobretudo no século XVII. Dos raros casos em que são apresentados dados, verificamos que as percentagens de celibato feminino são sempre mais elevadas do que as masculinas e que têm, em ambos os sexos, geralmente valores superiores aos apontados para Angra. O celibato masculino e feminino foi respectivamente de 23,4% e 36% em Ronfe (1651-1700); de 37% e 49% em Alvito S. Pedro (1623-1749); de 7,7% e 13,9% no Eixo (1666-1719).

**Quadro nº 28**  
**Naturalidade combinada dos nubentes**  
**(casamentos contraídos entre 1584-1699)**

	Noiva de fora	Noiva de Angra	Total
Noivo de fora	18,7% (460)	35,2% (868)	53,9% (1328)
Noivo de Angra	6,9% (170)	39,2% (967)	46,1% (1137)
Total	25,6% (630)	74,4% (1835)	100% (2465)

Este quadro sugere-nos que Angra era, não só um espaço com um mercado matrimonial bastante aberto ao exterior (sobretudo para os homens 53,9% dos noivos, com naturalidade conhecida, vieram de fora), mas que era um espaço de atracção para onde convergiam homens e mulheres que iam para a cidade por outras motivações acabando, no entanto, por aí encontrar casamento (mais de 18% dos casamentos com naturalidade identificada realizaram-se entre homens e mulheres não naturais da cidade).

A mobilidade geográfica da população era uma realidade cujas consequências, a nível do mercado matrimonial e da dissolução dos costumes, mereceram a atenção da Igreja. As Constituições Sinodais dão-nos conta dessas preocupações. Acautelando a eventualidade de alguém casar tendo algum impedimento, além de estabelecerem que os vigários “denunciarão por três Domingos à missa do dia, sendo o pouo todo junto” todos aqueles que quiserem casar sendo da mesma paróquia, mandam, para os nacionais, que “sendo os que assi querem casar cada hum de sua freiguezia em ambas se faram as amoestações e banos”<sup>193</sup>.

A necessidade de vigilância relativamente aos que vinham de fora estendia-se aos que vinham de outras ilhas do bispado, aos que vinham do reino e aos estrangeiros

---

<sup>193</sup> Casos de indivíduos que casaram nos Açores, nomeadamente em Angra, sendo ainda vivo o primeiro cônjuge foram levados ao conhecimento do Tribunal do Santo Officio tendo, quando provado o crime, sido castigados com penas que variaram entre os açoites e anos de galés, abjurando de leve em auto público e o cárcere e hábito penitencial perpétuos e açoites. Cf. BRAGA, Paulo Drumond, *A Inquisição nos Açores*, Dissertação de Doutoramento em História dos Descobrimentos, FCHSUNL, Lisboa, 1996, pp. 326, (policopiada)

que queriam casar nesta diocese, tal como podemos verificar pelo conteúdo da Constituição quarta do Título X que trata precisamente “Dos casamentos dos estrangeiros” e que reza o seguinte:

“Porque temos sabido que muytas pessoas Estrangeiras veem a este nosso Bispado, e assi de humas Ilhas a outras, dezendo ser solteiros, e se casam segunda vez, e como se já pessoas não conhecidas, ainda que sejam apregoadas na ygreja Parrochial onde querem contraher o Matrimonio, não pode ser sabido o impedimento, e depois se acha serem primeiramente casadas, ou auer outro impedimento, de que se seguem muitos peccados e inconuenientes: Por tanto mandamos que nenhum vigairo, cura nem clérigo de nossa Diocesi receba por marido e molher os tais estrangeiros, sob pena de mil rés do Aljube, sem nossa licença, ou de nosso vigairo geral, e em sua ausencia de nosso Ouuidor. Os quais lha não daram sem primeiro lhes constar per proua legitima e suficiente como sam pessoas liures, pera se poderem casar. O que assi compriram sob pena de por nos lhes ser estranhado como a grauidadedo caso requiere”,

Além da vigilância preconizada para os que aqui queriam casar, é curiosa a obrigação que os responsáveis eclesiásticos tinham de vigiar o comportamento dos indivíduos que, vindo de fora, permaneciam por muito tempo em terras sob a autoridade do bispado de Angra. Parece que uma certa dissolução dos costumes fazia parte do quotidiano destas gentes. E a Igreja procurava reprimir tais comportamentos. As Constituições Sinodais que passamos a citar são disso exemplo.

“E por quanto a este Bispado veem muitos homens casados do Reyno e doutras partes, deixando de fazer vida com suas molheres, e vivendo cá desconcertadamente, (...) mandamos que todos os homens casados que de fora deste nosso Bispado a elle vierem, tão que passarem tres annos, do dia que aqui

chegarem, nosso vigairo geral, e assi nossos ouuidores os não consintam cá mais estar, e procederão contra elles, pera que vão fazer vida com suas molheres. (...) E se peruentura depois de assi idos quiserem tornar a este Bispado, não seram admittidos sem trazerem estromento publico, passado por autoridade de justiça ecclesiastica, de como estiueram em casa cõ suas molheres, e de como tornam por consentimento e vontade dellas. E quanto aos que forem do Reyno (...) sendo amoestados (...), não forem na primeira embarçam (...), serão presos, e em prisão enuiados ao Reyno, pera que vão fazer vida com as ditas suas molheres. E quanto aos deste Bispado, que sendo de huma Ilha estão em outra sem fazerem vida com suas molheres, passado hum anno seram contrãgidos per penas e censuras que vão pera suas molheres, e fação vida com elas, ou as tragão se quiserem vir. E se hos sobreditos casados, (...) estiuerem amancebados (...) seram logo emuiados pera suas molheres. (...) E mandamos a nosso vigairo garal e ouuidores que no sobredito tenham muito cuidado e vigilancia”<sup>194</sup>.

Mais do que pelo aspecto moral, a existência dos comportamentos aqui denunciados interessam-nos pelas eventuais implicações que possam ter a nível dos comportamentos demográficos desta população. As ausências prolongadas dos homens casados podem reflectir-se, por exemplo, nos níveis de fecundidade legítima (porque podem alargar os intervalos intergenésicos).

Interessa-nos, por agora, conhecer a proveniência geográfica dos noivos e noivas de Angra.

Em 17 de Setembro de 1584 casaram na Sé, Baltazar Rocha e Barbara Gata, ele natural do Faial e ela da Sé. Baptizaram 7 filhos: o primeiro em 1585 e o último em 1603. Não lhes identificamos o óbito.

---

<sup>194</sup> *Constituições*, pp. 64 – 65.

Em 18 de Janeiro de 1594 casou, na Sé, Lourenço Peres, natural de Nápoles, com Vitória Aguiar natural da Vila da Praia. Não lhes conhecemos o registo de qualquer outro acto.

Aos 25 dias do mês de Julho de 1598 casou na Sé de Angra um tal Agustim Roiz, soldado da companhia do capitão D. Gaspar, filho de pais já defuntos, natural da cidade do México com uma Domingas, viúva, cuja naturalidade não é mencionada. Não têm registo de filhos nem tão pouco de qualquer outro acto.

À semelhança destes casos, em que apenas um ou nenhum dos nubentes era natural da cidade, muitos outros, provenientes das mais diversas partes, encontraram casamento em Angra.

A irregularidade com que os redactores paroquiais registavam a naturalidade dos nubentes, embora seja um facto ao longo de toda a observação, não impede que se faça uma aproximação à composição do mercado matrimonial angrense. Conhecendo, como já foi referido, a naturalidade de homens e mulheres, que sabemos terem casado pela primeira vez entre 1584 e 1699, em número superior aos 4.000 e aos 3.000 respectivamente, calculámos as percentagens relativas de cada área geográfica. A grande variedade de localidades, mencionadas como naturalidade dos nubentes, obrigou a uma agregação dos dados por áreas mais abrangentes. Assim:

- 1) Angra, engloba o conjunto das paróquias da cidade;
- 2) Cada uma das nove ilhas açorianas engloba as respectivas paróquias. No caso da Terceira excluíram-se as paróquias da cidade;
- 3) Para o conjunto do arquipélago, consideramos: 1) Açores<sup>8</sup> que corresponde ao somatório das ilhas exceptuando a Terceira; 2) Açores<sup>9</sup> que integra todas as ilhas incluindo as paróquias de Angra.
- 4) Continente, agrega todas as localidades de Portugal Continental, o Reino;

5) Europa, engloba países como França, Itália, Inglaterra, Escócia, Irlanda, Flandres, Alemanha, Dinamarca...;

6) A Espanha foi considerada individualmente e não no conjunto da Europa devido ao elevado número de espanhóis que casaram em Angra;

7) Ilhas Atlânticas, dizem respeito à Madeira e Porto Santo, Canárias, Cabo Verde;

8) África, inclui as praças marroquinas de Tânger e Mazagão e a Guiné;

9) Américas Espanholas;

10) Brasil;

11) Outros, inclui os raros casos em que não conseguimos situar geograficamente a localidade mencionada.

Começamos por calcular a percentagem relativa de cada naturalidade conhecida no conjunto dos primeiros casamentos realizados entre 1584 e 1699.

**Quadro nº 29**  
**Naturalidade dos Nubentes ao primeiro casamento**<sup>195</sup>  
 (% em relação ao total de primeiros casamentos)

Naturalidade		1584-1589	1590-1599	1600-1609	1610-1619	1620-1629	1630-1639	1640-1649	1650-1659	1660-1669	1670-1679	1680-1689	1690-1699	Totais
Angra	H	8,3	9,6	12,1	17,8	22,0	23,1	27,2	27,2	36,0	32,3	36,5	42,2	24,8
	M	19,6	7,9	20,6	32,8	34,0	37,6	42,2	35,1	48,2	46,9	44,8	49,7	35,1
Terceira	H	4,0	5,6	9,9	8,0	9,5	11,2	13,3	9,8	7,7	9,2	12,0	12,7	9,5
	M	1,5	4,1	2,5	4,5	3,9	6,6	6,2	4,7	8,2	6,9	9,5	10,7	6,0
S. Miguel	H	4,7	2,4	2,7	4,2	4,1	5,1	5,4	4,6	6,1	5,2	4,7	3,4	4,3
	M	0,7	0,8	0,9	0,8	1,3	0,7	1,5	0,4	2,9	0,8	0,2	1,3	1,0
S. Jorge	H	2,5	1,3	4,1	3,6	2,1	1,7	2,6	2,1	3,0	3,2	2,4	3,7	2,6
	M	0,0	0,5	1,4	0,6	0,6	0,5	0,6	0,7	0,0	2,4	0,6	2,1	0,9
Faial	H	3,2	1,4	2,4	3,8	3,3	1,4	1,6	1,0	1,8	3,4	2,7	2,3	2,3
	M	0,7	1,0	2,1	0,6	0,9	0,3	0,4	0,0	0,7	0,5	1,0	1,1	0,8
Pico	H	2,2	1,6	3,4	1,9	1,8	1,2	3,2	1,3	2,0	3,1	3,9	3,0	2,3
	M	1,1	1,0	0,7	1,0	0,3	0,8	1,5	0,0	0,2	1,3	1,5	1,8	0,9
Graciosa	H	2,2	1,8	3,1	3,6	2,6	3,9	4,4	4,2	3,0	4,7	5,1	6,7	3,8
	M	1,1	0,8	1,1	1,8	0,3	0,8	1,7	0,4	0,5	1,0	2,1	3,5	1,2
Sta Maria	H	0,4	0,4	0,2	0,4	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,5	0,2
	M	0,4	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Flores	H	0,4	0,5	0,5	1,1	0,0	0,7	1,2	0,8	2,4	1,8	1,2	1,2	1,0
	M	0,0	0,5	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,5	0,6	1,0	1,1	0,4
Corvo	H	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,5	0,1
	M	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,4	0,5	0,1
Açores	H	15,5	9,5	16,7	18,6	14,2	14,2	18,3	14,0	18,4	21,8	20,4	21,3	16,6
	M	4,1	5,0	6,6	5,1	3,3	3,2	5,7	1,6	4,9	6,9	6,7	11,3	5,4
Continente	H	6,1	3,7	4,1	3,8	7,0	5,8	4,2	2,9	5,3	4,0	2,0	3,5	4,4
	M	1,1	0,3	0,0	0,2	0,7	0,5	0,6	0,2	0,5	0,8	0,2	0,6	0,5
Espanha	H	21,6	17,0	7,7	5,1	9,0	5,3	2,0	0,0	0,4	0,4	0,0	0,0	5,6
	M	0,4	0,3	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Europa	H	0,7	0,5	0,0	0,0	0,1	0,8	0,2	1,0	0,4	1,4	0,2	1,5	0,6
	M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,2	0,3	0,1

<sup>195</sup> A tabela com os números absolutos encontra-se em anexo.

**Naturalidade dos Nubentes ao primeiro casamento**  
**(% em relação ao total de primeiros casamentos)**  
**(Continuação)**

Naturalidade		1584-1589	1590-1599	1600-1609	1610-1619	1620-1629	1630-1639	1640-1649	1650-1659	1660-1669	1670-1679	1680-1689	1690-1699	Totais
Ilhas Atlânticas	H	0,0	0,4	0,7	1,3	0,3	1,0	0,8	0,0	0,6	0,4	0,2	1,0	0,6
	M	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
África	H	0,4	0,1	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	M	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Brasil	H	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,4	0,5	0,0	0,0	0,1
	M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,6	0,1
América Espanhola	H	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	H	0,4	0,5	0,0	0,2	0,3	0,0	0,4	0,2	0,0	0,2	0,8	0,2	0,3
	M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Expostos	H	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,6	1,8	1,0	0,8	0,4
	M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,4	0,5	0,7	1,0	1,9	0,8	0,5
Escravos	H	0,0	0,9	1,4	2,3	1,0	1,9	1,4	0,2	0,8	1,4	1,0	0,3	1,1
	M	0,0	0,9	1,1	1,6	0,6	0,5	0,6	0,0	0,2	0,6	0,2	0,5	0,6
Naturalidade conhecida	H	57,2	48,0	53,1	57,1	63,6	63,4	68,1	55,6	70,6	73,5	74,3	83,6	64,0
	M	26,7	18,3	31,4	44,4	43,0	48,4	55,6	42,0	63,0	63,2	63,4	74,5	48,3
Naturalidade indeterminada	H	42,8	52,0	46,9	42,9	36,4	36,6	31,9	44,3	29,4	26,5	25,7	16,4	36,0
	M	73,3	81,7	68,6	55,6	57,0	51,6	44,4	57,6	37,0	36,8	36,6	25,5	51,7
Total Cas1	H	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	M	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Apesar da elevada percentagem de primeiros casamentos em que a naturalidade dos nubentes é indeterminada podemos, com base nas naturalidades conhecidas, tirar algumas conclusões a partir deste quadro. O mercado matrimonial, tanto masculino como feminino estando muito dependente da mobilidade dos homens e mulheres que afluíam à cidade, era, no entanto, composto em percentagens muito diversas por naturais e não-naturais conforme se tratasse de encontrar noivo ou noiva. A mobilidade para a cidade era sobretudo masculina. É vasto o leque de naturalidades identificadas. Vão desde Portugal e Espanha e respectivos impérios à restante Europa. Mas, o seu peso percentual é muito variável ao longo dos tempos. A forma como varia a

proveniência geográfica dos nubentes e as respectivas percentagens relativas ao longo de toda a observação remete-nos para diferentes conjunturas capazes de condicionarem as relações de Angra com o exterior. Conjunturas que resultaram das boas ou más relações que o reino foi estabelecendo ao longo do século XVII com outros países e que forçosamente se reflectiram não só nas percentagens relativas às naturalidades não portuguesas, mas também na diversidade de naturalidades estrangeiras que foram sendo recenseadas ao longo da observação.

Esta comunidade, marcada por uma grande abertura ao exterior, privilegiava, no entanto, a proximidade geográfica quando se tratava de estabelecer relações matrimoniais. O quadro que se segue, apresentando as percentagens relativas, calculadas em relação ao total de naturalidades conhecidas, é ilustrativo.

**Quadro nº 30**  
**Naturalidade dos nubentes ao primeiro casamento**  
 (% em relação ao total de nacionalidades identificadas ao primeiro casamento)

Naturalidade	S e x	1584 - 1589	1590 - 1599	1600 - 1609	1610 - 1619	1620 - 1629	1630 - 1639	1640 - 1649	1650 - 1659	1660 - 1669	1670 - 1679	1680 - 1689	1690 - 1699	Total
Angra	H	14,5	20,5	23,4	32,4	35,2	37,5	40,8	49,1	52,0	46,0	50,6	51,2	39,7
	M	73,6	45,3	68,2	76,7	80,4	78,4	77,2	83,9	77,6	76,2	73,0	67,8	74,3
Terceira	H	6,9	11,9	19,2	14,7	15,2	18,2	19,9	17,6	11,1	13,1	16,7	15,4	15,2
	M	5,6	23,4	8,3	10,5	9,3	13,8	11,4	11,3	13,3	11,3	15,5	14,6	12,7
S. Miguel	H	8,2	5,1	5,1	7,7	6,6	8,3	8,0	8,3	8,8	7,5	6,5	4,1	6,9
	M	2,8	4,4	3,0	1,9	3,1	1,4	2,8	0,9	4,7	1,3	0,3	1,7	2,2
S. Jorge	H	4,4	2,7	7,9	6,6	3,4	2,8	3,9	3,8	4,4	4,6	3,4	4,5	4,2
	M	0,0	2,9	4,5	1,4	1,4	1,1	1,0	1,7	0,0	3,9	0,9	2,8	1,8
Faial	H	5,7	3,0	4,7	6,9	5,2	2,2	2,4	1,7	2,6	4,9	3,7	2,8	3,7
	M	2,8	5,8	6,8	1,4	2,1	0,7	0,7	0,0	1,2	0,8	1,6	1,5	1,6
Pico	H	3,8	3,5	6,5	3,5	3,0	1,9	4,8	2,4	2,9	4,4	5,4	3,7	3,7
	M	4,2	5,8	2,3	2,4	0,7	1,8	2,8	0,0	0,3	2,1	2,5	2,4	2,0
Graciosa	H	3,8	3,8	6,1	6,6	4,1	6,3	6,5	7,6	4,4	6,7	7,1	8,1	6,0
	M	4,2	4,4	3,8	4,3	0,7	1,8	3,1	0,9	0,9	1,6	3,4	4,8	2,6
Sta Maria	H	0,6	0,8	0,5	0,8	0,5	0,3	0,0	0,0	0,0	0,3	0,6	0,6	0,4
	M	1,4	1,5	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Flores	H	0,6	1,1	0,9	1,9	0,0	1,1	1,8	1,4	3,5	2,6	1,7	1,4	1,5
	M	0,0	2,9	0,8	0,5	0,0	0,0	0,0	0,4	0,9	1,0	1,6	1,5	0,8
Corvo	H	0,0	0,3	0,5	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,6	0,2
	M	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,6	0,7	0,3
Açores <sup>9</sup>	H	48,4	52,6	74,8	81,1	73,2	78,8	88,1	92,0	89,8	90,2	95,5	92,5	81,4
	M	94,4	97,1	98,5	99,0	97,6	98,9	99,0	99,1	98,8	98,7	99,4	97,8	98,5
Continte	H	10,7	7,8	7,9	6,9	11,1	9,4	6,3	5,2	7,6	5,7	2,8	4,3	7,0
	M	4,2	1,5	0,0	0,5	1,7	1,1	1,0	0,4	0,9	1,3	0,3	0,9	1,0
Espanha	H	37,7	36,1	15,0	9,3	14,3	8,5	3,0	0,0	0,6	0,5	0,0	0,0	8,9
	M	1,4	1,5	0,0	0,5	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Europa	H	1,3	1,1	0,0	0,0	0,2	1,4	0,3	1,7	0,6	2,1	0,3	1,8	0,9
	M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,4	0,2
Ilhas Atlântic	H	0,0	0,8	1,4	2,3	0,5	1,7	1,2	0,0	0,9	0,5	0,3	1,2	0,9
	M	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
África	H	0,6	0,3	0,9	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	M	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Brasil	H	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,3	0,3	0,6	0,8	0,0	0,0	0,2
	M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,9	0,2
América Espanha	H	0,6	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	H	0,6	1,1	0,0	0,4	0,5	0,0	0,6	0,3	0,0	0,3	1,1	0,2	0,4
	M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Totais	H	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	M	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Esta observação mostra-nos que, entre as naturalidades identificadas, a percentagem de noivos provenientes do exterior se superiorizou quase sempre aos 50% (registando entre 1584 e 1599 uma média acima dos 80%), a percentagem de noivas não-naturais da cidade, embora expressiva (mais de 27% no total da observação) oscilou entre os 17% de 1650-1659 e os 57% de 1590-1599.

O peso relativo das naturalidades, aqui identificadas, apresenta-se ao longo da observação com diferentes e variáveis graus de intensidade. Se o maior peso relativo de noivos espanhóis a casar em Angra entre 1584-1599 revela o envio e manutenção de muitos soldados na cidade no contexto da dominação filipina, a baixa percentagem da década de 1640 e a inexistência de casamentos na década de 1650 têm seguramente uma relação directa com as circunstâncias que se seguiram à Restauração. Note-se que, se exceptuarmos o período em que os casamentos com noivos espanhóis pareciam ser os mais usuais (1584-1599), eram os Açores no seu conjunto que forneciam as mais frequentes oportunidades de casamento quer para os rapazes quer para as raparigas como podemos comprovar pelas percentagens calculadas para Açores<sup>9</sup>. Observando cada uma das nove ilhas do arquipélago verificámos que, de uma forma geral, de todas elas vieram rapazes e raparigas casar a Angra. Qual o significado da frequência relativa com que tais casamentos ocorriam? Diferente grau de relações de cada uma das ilhas açorianas com Angra, ou diferentes comportamentos demográficos em cada ilha? Qual o peso da geografia de cada ilha no estreitar de relações mesmo à escala do arquipélago? Dada a proximidade geográfica não é de estranhar que fosse da Terceira que mais rapazes e raparigas casavam em Angra. Sobre a atracção de Angra relativamente às paróquias rurais da Terceira voltaremos quando analisarmos a Mobilidade. Quanto às outras ilhas do arquipélago, considerando apenas as percentagens totais, apresentam-se com uma importância relativa diferenciada conforme

se trate de homens ou de mulheres. Relativamente aos homens, S. Miguel, Graciosa, S. Jorge, Faial e Pico e Flores são, por ordem decrescente, as ilhas que tiveram naturais a casar em Angra em percentagens que variam entre os 1,5% das Flores e os 6,9% de S. Miguel. De Santa Maria e Corvo também encontramos homens a casar em Angra, mas em percentagens residuais, inferiores a 0,5%. Quanto às mulheres, com percentagens muito inferiores às dos homens, Graciosa, S. Miguel, Pico, S. Jorge e Faial, sendo as ilhas com valores mais elevados, não atingem os 3%. Flores, Corvo e Santa Maria apresentam percentagens mínimas entre os 0,1% de Santa Maria e os 0,8% das Flores. Fora do espaço açoriano, além dos espanhóis, sobressaem os naturais do Reino. Todas as outras naturalidades (do continente Europeu: França, Dinamarca, Alemanha, Inglaterra, Irlanda, Escócia, Flandres e Itália; de outras ilhas Atlânticas: Madeira, Porto Santo, Canárias e Cabo Verde; do continente africano: Guiné, praças marroquinas de Tânger e Mazagão; do continente americano: Brasil e Américas Espanholas), pouco expressivas do ponto de vista numérico, são, no entanto, muito importantes quando queremos perspectivar o grau de abertura desta comunidade ao estrangeiro.

## A FECUNDIDADE

*“Ho Matrimonio, alem de outros singulares effeitos que em quanto he Sacramento, e um dos sete da santa madre igreja, foy instituido por Deos, pera reprimir e honestar as concupiscencias da carne, e para significar o inseparavel ajuntamento entre Christo e a ygreja (como diz sam Paulo) Sacramentum hoc magnum est, dico ego, in Christo et Ecclesia. E assi sendo dignamente recebido augmenta e causa graça: e pelo contrario, os que indignamente o recebem peccam mertalmente, e condemnão a Alma”<sup>196</sup>.*

É deste modo que as Constituições Sinodais do Bispado de Angra definem “o fim pera que foy ordenado o Sacramento do Matrimónio”. Procurava-se, assim, confinar ao casamento as relações sexuais e por consequência a reprodução biológica das populações submetidas a estas normas.

A par do normativo canónico o poder civil também se preocupou em regular as relações entre homens e mulheres. O Livro quinto das Ordenações Filipinas<sup>197</sup> dá-nos conta de um conjunto de situações que, sendo consideradas ilícitas, ficavam sujeitas a severas penas. Aí encontramos muitos títulos que se reportam às penas em que incorriam não só aqueles que, não sendo casados entre si, se entregavam às concupiscências da carne, mas todos aqueles que mantivessem uma atitude permissiva face a tais comportamentos. Títulos como “do que dorme com molher casada de feito, e nom de Direito”, “do que dorme com moça virgem, ou viúva honesta per sua vontade”, “das barreguãs dos cleriguos. E de outros Religiosos”, “do frade que for achado com alguã molher, que loguo seja entregue a seu maior”, “dos barregueiros casados, e de suas barreguãs”, “dos alcoviteiros, e dos que em suas cazas consentem a mulheres fazerem mal de seus corpos”, são apenas alguns exemplos, mas bem ilustrativos, de que

---

<sup>196</sup> *Constituições Sinodais do Bispado de Angra*, Titulo X, Constituição primeira, pp. 55

<sup>197</sup> O Livro Quinto das Ordenações Filipinas prevê em 23 dos seus 143 títulos penas para os comportamentos desviantes. As penas previstas, variando conforme a gravidade da infracção cometida e a qualidade do infractor, iam desde a reparação, à pena de morte, ao degredo (para fora da Corte, para África, para S. Tomé - “nossos lugares d’Além em África”...), aos açoites, à perda dos bens, a penas pecuniárias, à obrigatoriedade de vestes infamantes, entre outras. Cf. *Ordenações*, já. cit., pp. 1162-1184.

pelas leis dos homens “o carnal ajuntamento do homem com a mulher” também só era lícito dentro do casamento.

Duas faces de uma mesma moeda, pelas leis da Igreja e pelas leis do Reino procurava-se, tal como aconteceu um pouco por toda a parte na Europa de Antigo Regime, controlar socialmente a sexualidade de homens e mulheres. Efectivamente, face à “constância da paixão entre os sexos”, de que falava Malthus, as sociedades de Antigo Regime, umas com mais resultados do que outras, procuraram desenvolver formas de exercer esse controlo. Advogando as virtudes de um estado celibatário e casto, ao mesmo tempo que justificava as relações sexuais dentro do casamento com o objectivo da procriação, a Igreja teve um papel muito importante na regulação das relações entre homens e mulheres dentro e fora do casamento. Efectivamente só aos cônjuges, abençoados pelo casamento, era lícita a prática do sexo, mas em função da procriação. Remetida, assim, para o casamento a determinação da fecundidade global, os seus níveis dependeriam do número de mulheres que em idade fértil contraíssem matrimónio. Freio preventivo ou mecanismo auto-regulador o casamento poderia ser mais ou menos universal, dentro de uma determinada população, em função do seu crescimento demográfico. De facto, se factores como as doenças e o clima, que condicionaram de forma tão evidente o crescimento demográfico ao longo do Antigo Regime, estavam fora do controle dos homens, o mesmo não se passou com o casamento e a natalidade. Efectivamente as idades médias ao primeiro casamento para homens e mulheres diferem não só entre si, mas também de uns contextos espacio-temporais para outros. Veja-se quão ilustrativo é o quadro comparativo, respeitante às idades médias ao primeiro casamento, incluso no capítulo da Nupcialidade. Apesar das diferenças numéricas, o certo é que o primeiro casamento acontecia, em média, em idades que promoviam o desperdício do potencial reprodutor da mulher em largos anos.

Sabemos que o efeito regulador da idade média ao primeiro casamento é tanto mais eficaz quanto mais reduzidos são os níveis de ilegitimidade. Sejam os níveis de ilegitimidade elevados ou não o certo é que a grande maioria dos nascimentos ocorre dentro do casamento. Mas os níveis de fecundidade conjugal podem, contudo, apresentar-se com valores bastante diferenciados. Além da esterilidade ou esterilidades temporárias a vida sexual dos casais, vida íntima aparentemente assente nas decisões individuais dos dois cônjuges, não deixa de estar submetida a condicionamentos que acabam por se reflectir na fecundidade, tais como os tabus sexuais, sejam de natureza religiosa (o Advento e a Quaresma tempo de abstinência imposto pela Igreja) ou de ordem sócio-cultural (abstinência em período de amamentação, por exemplo), o cansaço físico, a predisposição de cada um, o afastamento, mais ou menos frequente e ou prolongado de um dos cônjuges. Muitos e variados são os factores que podem influir na fecundidade embora não possamos determinar em que medida.

A Reconstituição de Paróquias permite-nos, além de contabilizar o volume de nascimentos, aceder às histórias reprodutivas dos casais que iniciaram uma vida em comum. Assim, tendo a possibilidade de acompanhar o ritmo a que se sucediam os nascimentos em Angra, podemos calcular taxas e intervalos caracterizadores do comportamento reprodutivo dos casais angrenses ao longo do século XVII.

Além da fecundidade legítima estudar-se-ão as concepções fora do casamento porque é sabido que o controle social e ou religioso sobre a sexualidade, semelhante nos discursos e atitudes condenatórias, podia, de umas sociedades para outras, ser muito variável nos seus efeitos práticos. Diferentes índices de ilegitimidade e de concepções pré-matrimoniais são disso testemunho<sup>198</sup>.

---

<sup>198</sup>Os estudos feitos sobre paróquias minhotas põem em causa os baixos índices de ilegitimidade encontrados para o Antigo Regime e que têm servido para fundamentar a ideia de que as sociedades europeias de então, sobretudo as católicas, sendo pouco tolerantes eram rigorosas na observância da castidade até ao casamento. Quanto às concepções pré-nupciais na síntese de Flinn damos-nos conta da

Passamos a apresentar um primeiro indicador – a repartição mensal dos nascimentos ao longo do ano<sup>199</sup> - que nos pode remeter para alguns dos condicionamentos da fecundidade.

### **1. Distribuição mensal dos nascimentos**

Pela repartição mensal dos nascimentos podemos determinar o ritmo das concepções e assim esboçar uma primeira ideia sobre o comportamento reprodutivo da população angrése ao longo do século XVII.

Atendendo às datas de início e fim dos registos em cada uma das paróquias agrupámos os nascimentos do seguinte modo: Sé, Conceição, S. Pedro e S. Bento (SCPB) para 1583-1622; Sé, Conceição, S. Pedro e Santa Luzia (SCPL) para o período de 1622-1699; Sé, Conceição e S. Pedro (SCP) para 1583-1699 e para igual período consideraram-se todos os nascimentos (Angra) independentemente das paróquias envolvidas.

Atentemos no quadro e no gráfico que se seguem.

---

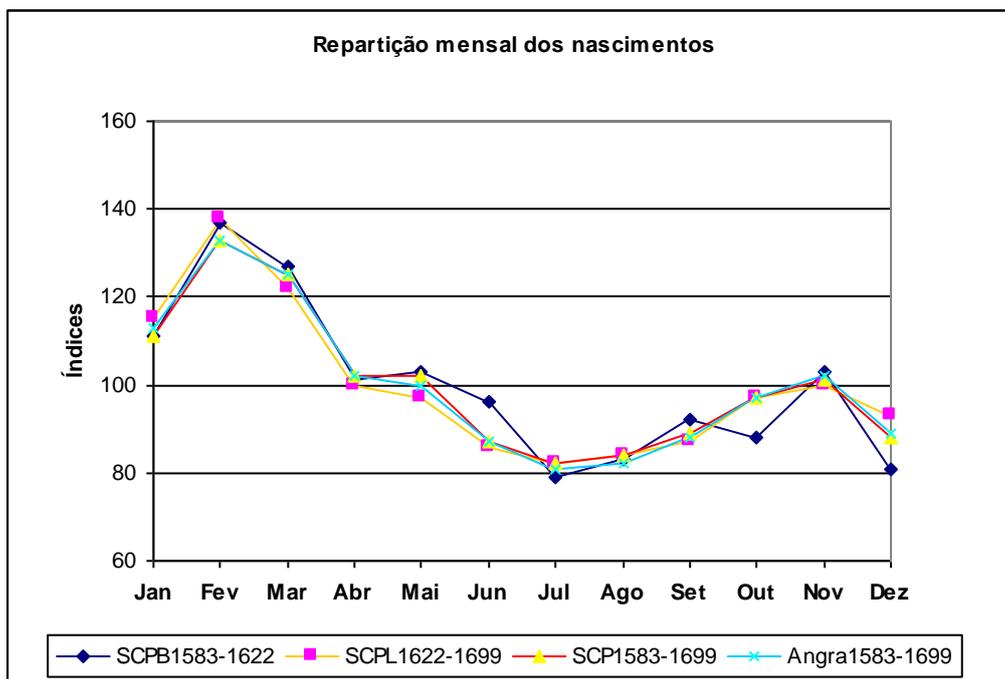
grande variabilidade que este comportamento pode apresentar em diferentes contextos espaciais e temporais de acordo com costumes culturais diferenciados. (FLINN, ob. cit., pp. 44)

<sup>199</sup> Consideramos apenas os nascimentos legítimos e os ilegítimos excluindo os enjeitados ou expostos. São ilegítimos os filhos fora do casamento. Geralmente eram filhos de mãe conhecida e pai incógnito, porém há casos em que só se conhece o pai.

**Quadro nº 31**  
**Repartição mensal dos nascimentos/ concepções**

Paróquia	Período	Jan Abr	Fev Mai	Mar Jun	Abr Jul	Mai Ago	Jun Set	Jul Out	Ago Nov	Set Dez	Out Jan	Nov Fev	Dez Mar	Totais
Total SCP B	1583- 1622	111	137	127	101	103	96	79	83	92	88	103	81	1200
Total SCPL	1622- 1699	115	138	122	100	97	86	82	84	87	97	100	93	1200
Total SCP	1583- 1699	111	133	125	102	102	87	82	84	89	97	101	88	1200
Total Angra	1583- 1699	113	133	125	102	100	87	81	82	88	97	102	89	1200

**Gráfico nº 17**  
**Repartição mensal dos nascimentos**



Da observação do quadro e respectivo gráfico constatámos que os primeiros meses do ano, Fevereiro, Março e Janeiro por ordem decrescente, eram os meses com maior volume de nascimentos, enquanto que o mês de Julho era aquele em que ocorriam menos nascimentos. Os meses de Novembro, Abril e Maio, com índices a rondar ou a ultrapassar o valor 100, bem como os de Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Dezembro com índices abaixo do valor 100, apresentam comportamentos bastante similares entre si. Assim, os dados apontam para que os meses de Maio, Junho e Abril

fossem os meses mais dados à procriação enquanto que o mês de Outubro, seguido do de Novembro, se apresenta como o menos favorável.

Os índices relativos às concepções nos meses do Advento e da Quaresma, rigorosamente respeitados quando se tratava de concretizar, *in facie ecclesiae*, o enlace matrimonial, parecem apontar para um abrandamento na observância por estes períodos de abstinência quando se tratava da convivência conjugal.

## 2. Repartição dos nascimentos segundo o sexo

Determinar as relações de masculinidade é importante não só por se tratar de um índice usado como indicador da boa ou má qualidade do registo de nascimentos<sup>200</sup>, mas também porque as possíveis desigualdades numéricas entre sexos à nascença podem vir a afectar diferentemente a mobilidade e a mortalidade diferenciais por sexos bem como a ilegitimidade e a nupcialidade.

**Quadro nº 32**  
**Repartição dos nascimentos segundo os sexos e relação de masculinidade (RM)**

Períodos	Angra		Sé		Conceição		S. Pedro		Sta Luzia*		S. Bento**	
	M/F	RM	M/F	RM								
1583-1639	8323/ 7900	105	4025/ 3840	105	2849/ 2633	108	847/ 869	97	-	-	235/ 206	114
1640-1699	8285/ 7845	106	2867/ 2748	104	2923/ 2685	109	1256/ 1187	106	1594/ 1569	102	-	-
1583-1699	16608/15745	105	6892/ 6588	105	5772/ 5318	109	2103/ 2056	102	-	-	-	-

\*Santa Luzia 1622-1699; \*\* S. Bento 1583-1622

Os índices apresentados apontam para uma relação de masculinidade que, encontrando-se dentro do que é estatisticamente normal, mostra que o sexo masculino à nascença foi, de um modo geral, numericamente beneficiado.

<sup>200</sup> Excluídas as, sempre possíveis, variações aleatórias aceita-se como de boa qualidade as estatísticas demográficas em que a Relação de Masculinidade apresente por cada 100 nascimentos femininos 105 nascimentos masculinos. Desvios acentuados em relação a este valor médio são muitas vezes o resultado de um subregisto mais acentuado num sexo do que no outro. Para calcular os limites do intervalo de confiança aplicamos a fórmula,  $0,512 \pm 1,96 \sqrt{0,512 * 0,488 / n}$ , (em que n é o número total de nascimentos) e verificámos que os desvios apresentados no quadro se devem a flutuações aleatórias resultantes do reduzido número de observações. Veja-se NAZARETH, J. Manuel, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, pp. 185-188.

### **3. Fecundidade Legítima**

Em época em que os comportamentos malthusianos não faziam parte do universo mental da generalidade dos casais, o potencial reprodutor da mulher era mais ou menos aproveitado conforme esta casasse tarde ou cedo e conforme chegasse ou não à menopausa em convivência conjugal. Assim, recaindo o nosso estudo num período de Antigo Regime equacionaram-se à partida como condicionantes da fecundidade legítima a idade da mulher tanto ao casar como no momento em que se dá a ruptura da união, seja por morte do cônjuge seja pela sua própria morte. Para além destas condicionantes, facilmente observáveis, a fecundidade marital depende de outros factores que escapam à nossa observação tais como os factores de ordem biológica ou até a actividade sexual do casal que, por múltiplos factores como os tabus sexuais, o cansaço, as ausências, pode ser muito variável.

Analiseemos alguns indicadores da fecundidade legítima das mulheres angrenses e comparemo-los com os valores encontrados para outros contextos geográficos dentro e fora do nosso país.

#### **3.1. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades e idade média da mãe ao nascimento do último filho**

Usando as fichas de família tipo 1<sup>201</sup> existentes na base de dados para o período de 1583 a 1700 começámos por calcular, como principais indicadores, as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades, a descendência teórica (DT)<sup>202</sup> e a idade média da mãe ao nascimento do último filho.

---

<sup>201</sup> Famílias tipo 1 são aquelas de que, tendo o registo de todos os filhos, se conhecem as datas de nascimento da mulher, de casamento e de fim de união.

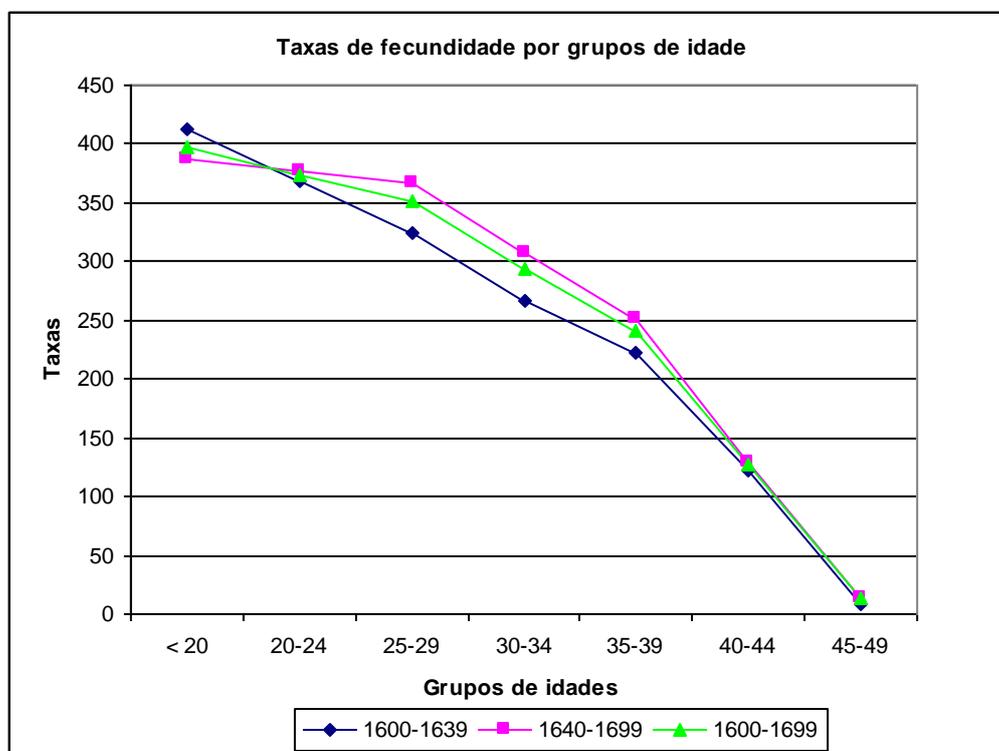
<sup>202</sup> Descendência Teórica corresponde ao número médio de filhos por mulher fecunda se vivesse conjugalmente dos 15 aos 49 anos.

**Quadro nº 33**  
**Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades e descendência teórica (DT)**  
**Idades da mulher dos 15-49**  
**(Mil mulheres)**

Períodos	Obs	< 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	DT
1600-1639	261	412	368	324	267	222	122	9	8,62
1640-1699	590	387	377	366	307	251	129	14	9,16
1600-1699	851	397	374	352	294	241	127	13	8,99

Atendendo aos valores das taxas de fecundidade legítima em cada um dos grupos de idades verificamos que as diferenças existentes entre o primeiro e o segundo período se traduzem em termos de probabilidade estatística, numa descendência de 8,62 filhos para as mulheres que casaram antes de 1640 e em 9,16 filhos para as que casaram a partir dessa data. Ao longo de todo o século XVII, poderiam nascer, teoricamente e em média, por cada mulher com casamento entre os 15 e os 49 anos de idade, 8,99 filhos.

**Gráfico nº 18**  
**Taxas de fecundidade por grupos de idade**



Observando o quadro e respectivo gráfico o que chama desde logo a atenção é o facto de se registarem taxas de fecundidade mais elevadas no grupo de idades inferior aos 20 anos do que no grupo de idades que se segue. Bastante singular parece também o facto de as curvas descreverem, de forma mais acentuada no primeiro período, um abaixamento contínuo da fecundidade de uns grupos de idades para os outros.

A fim de podermos avaliar se estes valores são tão singulares quanto parecem ou se encontram paralelo noutros contextos geográficos é importante proceder a comparações seguindo alguns indicadores da fecundidade legítima conhecidos para diversas áreas não só de Portugal mas também da Europa. Uma vez mais lembramos os inconvenientes e limitações presentes neste tipo de comparações: a não coincidência das balizas cronológicas e o facto de os dados corresponderem, no caso português a paróquias individualizadas que representam de forma muito diferenciada o país, e no caso europeu a paróquias reunidas em número muito variável de país para país. Assim, aceitando, quando consideramos uma determinada população, como comprovou Norberta Amorim, que para períodos anteriores a meados do século XVIII não houve evolução significativa de comportamentos de fecundidade legítima<sup>203</sup>, construímos o quadro comparativo que se segue recorrendo à síntese apresentada por Flinn, no caso dos países europeus, e a dados revelados por estudos que seguiram o método de *Reconstituição de Paróquias* no caso das paróquias portuguesas.

Atentemos no quadro comparativo das taxas de fecundidade legítima e da descendência teórica (DT).

---

<sup>203</sup> Flinn, baseando-se nos trabalhos por ele seguidos na sua síntese, afirma que para o período anterior a 1750 “a mulher europeia, uma vez contraído matrimónio, mostrava um comportamento reprodutivo extraordinariamente constante”. Ob. cit., p. 36.

**Quadro nº 34**  
**Taxas de fecundidade legítima e descendência teórica (DT)**  
**(quadro comparativo)**

Portugal		Período	Grupos de Idades							DT	
			<20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49		
Açores	Angra (1)	1600-1699	397	374	352	294	241	127	13	8,99 7,0 a) 6,9b)	
	Sul do Pico (2)	Antes 1750	274	371	343	328	275	168	33	8,96	
Minho	Guimarães (3)	Urbana	1620-1749	334	456	421	412	348	203	23	10,98 9,3 a)
		Rural		300	456	422	412	318	187	19	10,57 9,1 a)
		Mista		356	421	425	369	351	191	32	10,73 8,9 a)
	Ronfe + Ruivães (4)		Antes 1750	-	421	399	365	326	191	16	8,6
	Lordelo (5)		Antes 1750	-	400	403	382	286	200	22	8,5
	Sta. Tecla + Carvalho (6)		Antes 1750	-	379	348	304	264	173	26	7,5
	Alvito-S. Pedro (7)		Antes 1750	-	375	355	323	286	170	35	7,7
Trás-os-Montes	Poiães (8)		1650-1823	279	394	396	352	292	139	13	9,33
	Cardanha (9)		1600-1795	321	388	362	348	224	127	15	8,93
	Rebordãos (10)		1610-1750	319	397	378	356	292	122	13	9,39
Beira Litoral	Cortegaça (11)		Antes 1750	-	351	327	322	280	167	28	7,4
Beira Alta (4)	Couto do Mosteiro		Antes 1750	-	288	351	312	262	147	20	6,9
Europa Ocidental (12)	Alemanha		Antes de 1750	-	432	399	358	293	138	-	8,1
	Bélgica			-	472	430	366	317	190	-	8,88
	Escandinávia			-	447	412	344	287	166	-	8,28
	França			-	467	445	401	325	168	-	9,03
	Inglaterra			-	414	392	332	240	140	-	7,59
Suíça		-	509	463	398	321	164	-	9,28		

Fonte: (1) Fichas de família; (2) Amorim, 1993; (3) Amorim, 1998; (4) Amorim, ; (5) Janeiro, 1997; (6) Carvalho, 1999; (7) Miranda, 1993; (8) Amorim, 1983-84; (9) Amorim, 1980; (10) Amorim, 1973; (11) Gomes, 1998, (12) Flinn, 1989, pp. 51;

(a) Cálculo da DT, excluindo o primeiro grupo de idades; (b) DT excluindo o primeiro e o último grupo de idades.

Apontando para comportamentos geograficamente diferenciados e posicionando as paróquias portuguesas em níveis não elevados, as taxas de fecundidade legítima aqui apresentadas indicam-nos que a fecundidade conjugal em Angra se posicionava entre as mais baixas. Se tomarmos como termo de comparação a descendência teórica (DT) verificamos que, quer se considere que a mulher permaneceu casada entre os 15 e os 49 anos ou entre os 20 e os 49 anos, é em Angra que se regista em média o menor número de filhos nascidos por mulher. Efectivamente os 8,99 filhos nascidos por mulher, em convivência conjugal dos 15 aos 49 anos, encontram apenas algum paralelismo em Cardanha e Sul do Pico. Quando excluimos o grupo de idades inferiores aos 20 anos, os

7 filhos que teoricamente constituiriam a descendência de cada mulher continuam a colocar a fecundidade legítima em Angra em níveis bastante inferiores aos registados nas restantes localidades portuguesas. Interessante é a comparação que podemos estabelecer entre Angra e a zona urbana de Guimarães por se tratar dos raros casos em que a observação recai sobre espaços urbanos. Guimarães tendo, com excepção do grupo de idades inferior aos 20 anos, taxas de fecundidade mais elevadas do que Angra em todos os grupos de idades assegura uma descendência teórica que se superioriza, em média, em mais de dois filhos por mulher casada.

Constatada a diferença de comportamento torna-se muito difícil avançar qualquer explicação. São múltiplas as variáveis capazes de influenciar a fecundidade legítima mesmo em épocas em que o nascimento de filhos parece resultar mais de um acaso biológico do que de uma questão de afectos<sup>204</sup>. Diferentes capacidades reprodutivas, condições de alimentação, diferentes hábitos de amamentação, regularidade na convivência conjugal, duração do casamento, ausência ou não de afastamentos, ainda que temporários, dos cônjuges são aspectos a equacionar mesmo que não se possa determinar o grau da correlação existente<sup>205</sup>.

---

<sup>204</sup> Sobre a família e a criança no Antigo Regime são importantes, entre outros, os trabalhos de historiadores franceses como Philippe ARIÈS, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime*, Éditions du Seuil, 1975; ARMENGAUD, André, *La Famille et l'enfant en France et en Angleterre du XVIe au XVIIIe siècle Aspects Demographiques*, SEDES, Paris, 1975; FLANDRIN, Jean-Louis, *Orígenes de la Família Moderna*, Editorial Critica, Barcelona; - Idem, *Famílias, Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, Lisboa, 1992.

<sup>205</sup> A relação entre os hábitos de amamentação e os espaçamentos entre nascimentos foram estudados por Knodel, num estudo sobre transições demográficas em povoados alemães encontrando situações distintas quanto à prática do aleitamento ao seio materno - prática proscrito pela tradição, prática pouco e razoavelmente difundida – conclui que são as diferenças na prática de amamentação que determinam a maior ou menor duração do período infértil pós-parto. Cf. KNODEL, John, "Transiciones demograficas en Pueblos Alemanes", *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, ano IV, Noviembre, 1986, pp.2-61. Para uma paróquia rural do Alto Minho, Arminda Machado observou que no período de 1850-1910 as taxas de fecundidade eram afectadas pela emigração diferencial masculina. Tendo a possibilidade de acompanhar o percurso de alguns casais verificou que o homem ausentando-se depois do nascimento do primeiro ou primeiros filhos quando regressava, passados dez ou mais anos, antes de finda a vida fértil da mulher voltavam a ter filhos com intervalos intergenésicos adequados à idade da mulher. Cf. MACHADO, Maria Arminda Loureiro, *S. Miguel de Facha 1710-1989 Evolução Demográfica de uma Paróquia de Ponte de Lima*, ICS, Universidade do Minho, Braga, 1995 (Tese de mestrado policopiada), pp. 78-79.

Em Angra é possível que os efeitos da peste de 1599, nos primeiros anos do século XVII, as crises e fomes<sup>206</sup> com que a população se confrontou tivessem repercussões nos baixos níveis de fecundidade legítima observados. Pelo facto de Angra ser um foco de atracção de gentes tornava-se também um espaço aberto a muitas solicitações. Por espírito de aventura, por necessidade ou por imposição muitos angrenses certamente partiam. Partidas que se tornavam definitivas para uns, mas que para outros eram apenas temporárias.

A análise de outros indicadores poderá trazer alguma luz a esta questão.

### 3.1.1. Idade média da mãe ao nascimento do último filho

**Quadro nº 35**  
**Idade média da mãe ao nascimento do último filho**

<b>Períodos</b>	<b>Obs.</b>	<b>Idade média</b>
1600-1639	73	38,99
1640-1699	184	39,14
1600-1699	257	39,10

Se tivermos em conta que a idade média ao primeiro casamento, para as mulheres angrenses ao longo do século XVII, rondou os 24 anos e que o nascimento do último filho ocorreu em média aos 39 anos podemos concluir que os 35 anos de potencial reprodutor feminino eram em Angra reduzidos a cerca de 15 anos. Se compararmos com a zona urbana de Guimarães verificamos que aqui o nascimento do último filho ocorrendo em média aos 41,2 anos se superioriza em mais de 2 anos à idade de 39,1 anos em que, em média, a mulher tinha o último filho em Angra. Com um

<sup>206</sup> Seguindo SAMPAIO, Alfredo da Silva, *Memória sobre a Ilha Terceira*, Imprensa Nacional, Angra do Heroísmo, 1904, encontramos referências ao terramoto de 1614 que, além de ter provocado estragos consideráveis, terá matado mais de duzentas pessoas. Em 1647, além dos abalos que se sentiram entre Junho e Julho que arruinaram grande número de casas e alguns templos a população terá sido confrontada com um ano de fome porque terá havido uma grande escassez das colheitas.

casamento mais tardio (26,7 anos de idade)<sup>207</sup> do que em Angra as mulheres de Guimarães asseguravam uma descendência maior. A idade em que por morte de um dos cônjuges a união é interrompida é importante, embora uma maior ou menor duração do casamento não seja por si só garantia de mais ou menos filhos. De casamentos mais longos, mas com intervalos intergenésicos mais espaçados, podem resultar proles mais reduzidas do que de casamentos menos prolongados, mas com intervalos mais apertados.

No estudo da nupcialidade, o indicador viuvez e ulterior casamento indicava que uma mortalidade diferencial em Angra era mais penalizante para as mulheres do que para os homens muito provavelmente porque ocorria em idades em que a mulher ainda está exposta aos riscos da gravidez e parto. Na prática a descendência real devia ficar muito aquém da descendência teórica já que a mulher normalmente casava passados mais de 9 anos após os 15 anos de idade e provavelmente a ruptura das uniões devia dar-se em muitos casos antes de concluída a vida reprodutiva da mulher. A análise da duração média das uniões e da mortalidade em Angra poderá contribuir para esclarecer esta questão.

## **3.2. Influência da idade ao casamento na fecundidade legítima**

### **3.2.1. Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima**

Vimos, quando tratamos da idade média ao primeiro casamento, que embora, em média, as angrenses casassem mais cedo do que mulheres de outras paróquias portuguesas já estudadas, o certo é que tinham um casamento não precoce. Não sendo as taxas de fecundidade legítima indiferentes à idade com que a mulher casa, importa

---

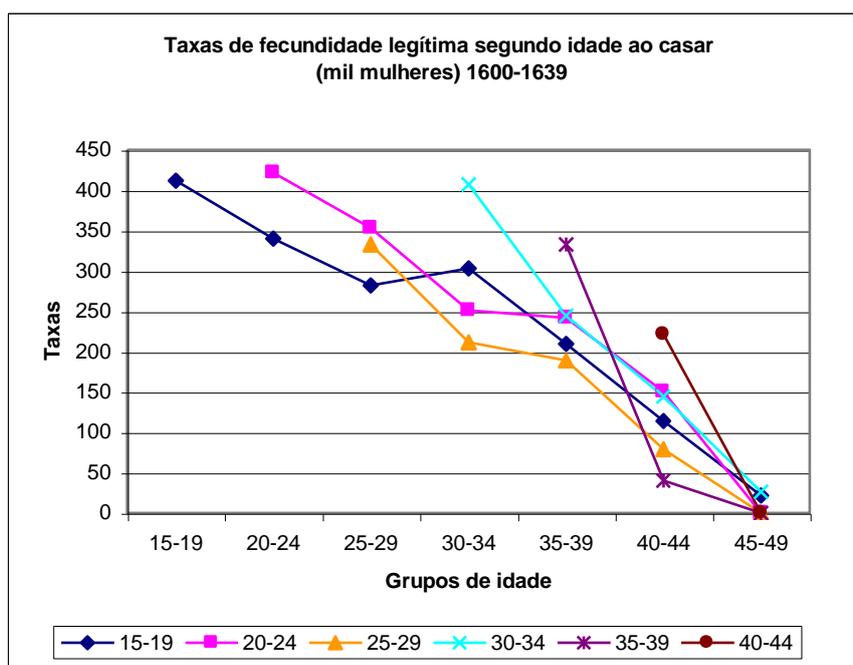
<sup>207</sup> AMORIM, 1987, *Guimarães*, já cit., p. 110.

determinar em que medida as diferentes idades em que as mulheres casaram foram determinantes para a sua descendência final.

**Quadro nº 36**  
**Taxas de fecundidade legítima segundo idade ao casamento**  
**(Mil mulheres) 1600-1639**

Idade ao casar	Obs.	Grupos de idades						
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
15-19	83	412	340	282	303	210	114	22
20-24	90		422	353	251	242	150	0
25-29	52			333	212	189	79	0
30-34	27				407	245	144	26
35-39	5					333	40	0
40-44	3						222	0

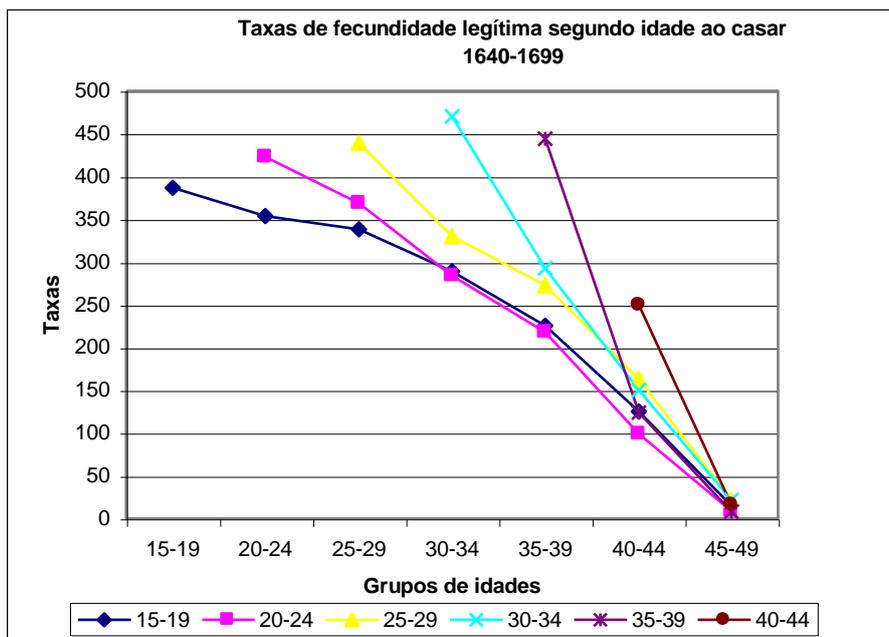
**Gráfico nº 19**  
**Taxas de fecundidade legítima segundo idade ao casar (1600-1639)**



**Quadro nº 37**  
**Taxas de fecundidade legítima segundo idade ao casamento**  
**(Mil mulheres) 1640-1699**

Idade ao casar	Obs.	Grupos de idade						
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
15-19	169	387	354	338	289	226	125	15
20-24	174		423	369	284	218	99	9
25-29	95			439	330	273	163	22
30-34	48				470	293	150	22
35-39	40					444	124	8
40-44	31						250	16

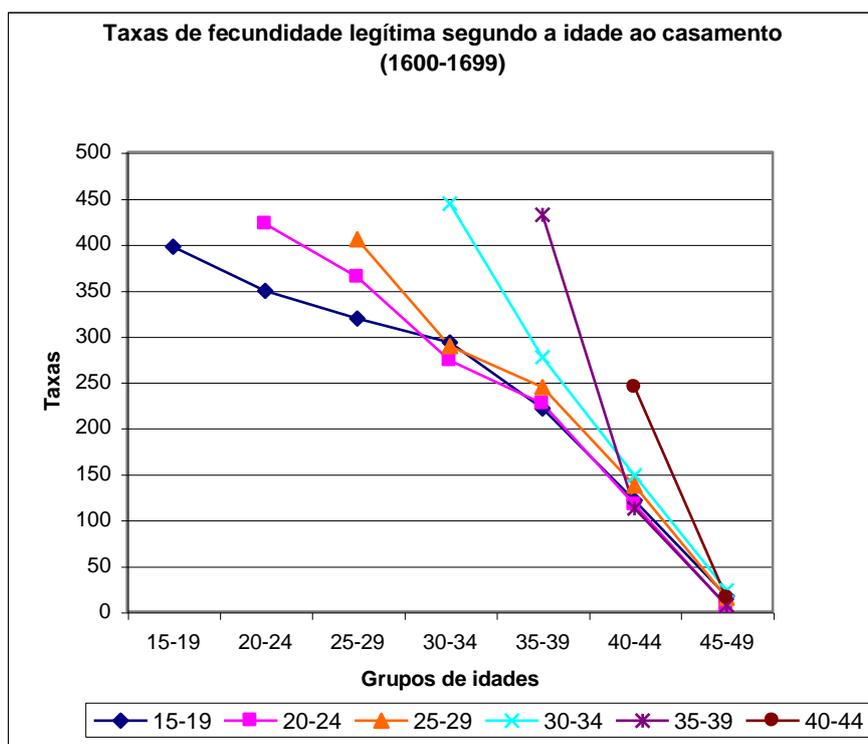
**Gráfico nº 20**  
**Taxas de fecundidade legítima segundo idade ao casar (1640-1699)**



**Quadro nº 38**  
**Taxas de fecundidade legítima segundo idade ao casamento**  
**(Mil mulheres) 1600-1699**

Idade ao casar	Obs.	Grupos de idades						
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
15-19	252	397	349	319	293	221	121	17
20-24	264		422	364	273	226	116	6
25-29	147			405	289	244	137	15
30-34	75				444	277	148	23
35-39	45					432	112	7
40-44	34						244	15

**Gráfico nº 21**  
**Taxas de fecundidade legítima segundo idade ao casar (1600-1699)**



Observando-se os quadros e gráficos respeitantes ao primeiro período (1600-1639), ao segundo período (1640-1699) ou ao conjunto do século XVII (1600-1699), é notório que as mais altas taxas de fecundidade se registam no grupo de idades em que a mulher casa. Em Angra, ao contrário do que foi observado para outras paróquias (o Sul do Pico ou Guimarães, por exemplo), isso verifica-se também no grupo de idades

inferior aos 20 anos. Os maiores índices de fecundidade no grupo de idades em que a mulher casa resultam do facto de o intervalo protogenésico ser, por norma, mais curto do que os intervalos intergenésicos. Quando a mulher casa antes dos 20 anos espera-se, porém, que tenha um nível de fecundidade mais baixo do que no grupo de idades seguinte, visto que no grupo de idades inferior aos 20 anos as mulheres podem ter capacidades reprodutivas variáveis em função da idade média em que aparecem as primeiras regras. A análise dos intervalos genésicos, proto e inter, ajudar-nos-ão a melhor compreender este comportamento das mulheres angrenses.

Continuando a analisar os quadros, notamos que são as mulheres que casaram mais jovens, antes dos 20 anos, que depois de um casamento prolongado têm maior capacidade de ainda terem filhos depois dos 45 anos. Isto é evidente sobretudo no primeiro período visto que as mulheres que então casaram entre os 20 e os 25 anos já não tiveram filhos depois dos 45 anos de idade. Se compararmos, com base nos valores dos diferentes grupos de idade, o primeiro e o segundo período verificamos que há algumas diferenças de comportamento. O potencial reprodutor da mulher foi diminuindo de forma mais moderada no primeiro período, sobretudo para as mulheres casadas até aos 30 anos. Neste período enquanto que as mulheres casadas antes dos 20 anos conhecem uma certa recuperação da sua capacidade para procriar ao fim de 15 anos de casamento, já que ao fim desse tempo as taxas de fecundidade são superiores às do grupo de idades imediatamente anterior, as casadas entre os 20 e os 24 e entre os 25 e 30 anos de idade registam apenas um abrandamento na diminuição da fecundidade ao fim de 15 e 10 anos de casamento respectivamente. No segundo período a perda da capacidade reprodutiva da mulher é linear desde o grupo de idades em que casa até ao final da fertilidade. Este comportamento distancia-se do observado em Guimarães onde as casadas antes dos 20 anos reduzem nitidamente os níveis de fecundidade quando

atingiam os 25 anos, estabilizando-os então até aos 39 anos de idade<sup>208</sup>. Uma vez mais nos parece que a explicação para este comportamento pode residir no espaçamento entre nascimentos cuja duração pode não depender apenas da capacidade biológica da mulher, mas de outras condicionantes que actuariam de modo não deliberado como meio de limitação dos nascimentos. Parece-nos que as ausências temporárias do cônjuge poderão ser parte da explicação. Se casos como o de Pedro Albernaz e de Águeda Rodrigues (casados em 11-1 1592 e falecidos ambos na cidade, ele em 1652 e ela em 1668) que tiveram o primeiro filho em 1601 e que registando o segundo filho só em 1615 ainda tiveram mais dois filhos, um em 1617 e o outro em 1620, nos permitem suspeitar de tais comportamentos, os dados de que dispomos não nos permitem, no entanto, comprová-los.

### **3.2.2. Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento**

A idade média da mãe ao nascimento do último filho calculada em função da idade em que a mulher casou permite-nos verificar em que medida a idade ao casamento foi potenciadora ou constringedora de descendências maiores. Não sendo indiferente a influência do peso da mortalidade durante a vida fértil da mulher calculámos a idade média da mãe ao último filho considerando dois tipos de observação. Primeiro apresentámos os resultados obtidos quando se observam todas as Famílias Tipo 1. Ou seja, consideram-se todas as mulheres que casaram nos diferentes grupos de idades e para as quais conhecemos o fim da vida conjugal independentemente de terem concluído o seu ciclo de vida fértil. No segundo tipo de observação (Famílias completas) apenas consideramos as mulheres que, pertencendo a Famílias Tipo 1, chegaram à menopausa ainda casadas (consideramos até aos 49 anos de idade).

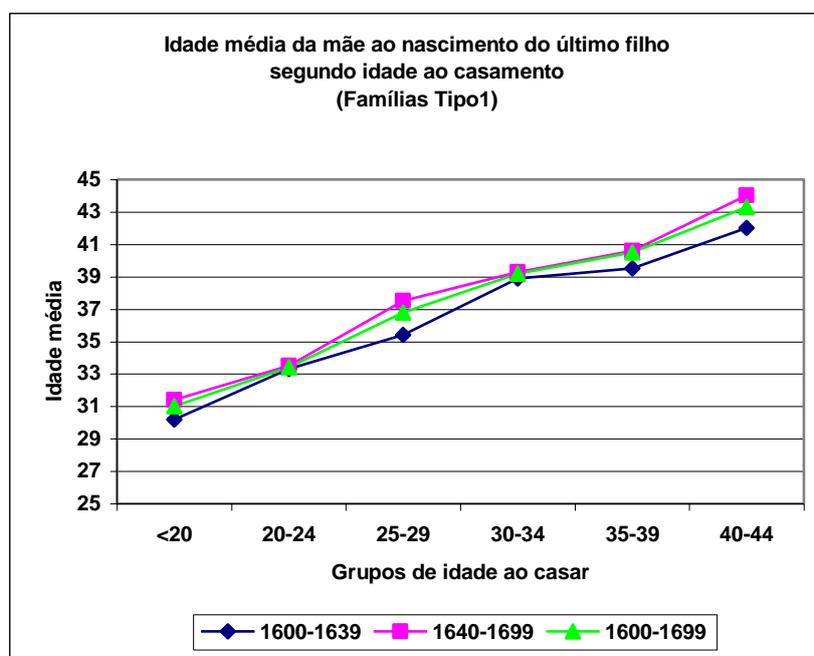
---

<sup>208</sup> Cf. AMORIM, *Guimarães*, ob. cit., 1987, p. 164.

**Quadro nº 39**  
**Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento**  
**(Todas as Famílias Tipo 1)**

Períodos	1600-1639		1640-1699		1600-1699	
	Obs.	Idade média	Obs.	Idade média	Obs.	Idade média
<20	83	30,2	169	31,4	252	31,0
20-24	90	33,3	174	33,5	264	33,4
25-29	52	35,4	95	37,5	147	36,8
30-34	27	38,9	48	39,3	75	39,2
35-39	5	39,5	40	40,6	45	40,6
40-44	3	42,0	31	44,0	34	44,0

**Gráfico nº 22**  
**Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo idade ao casar**



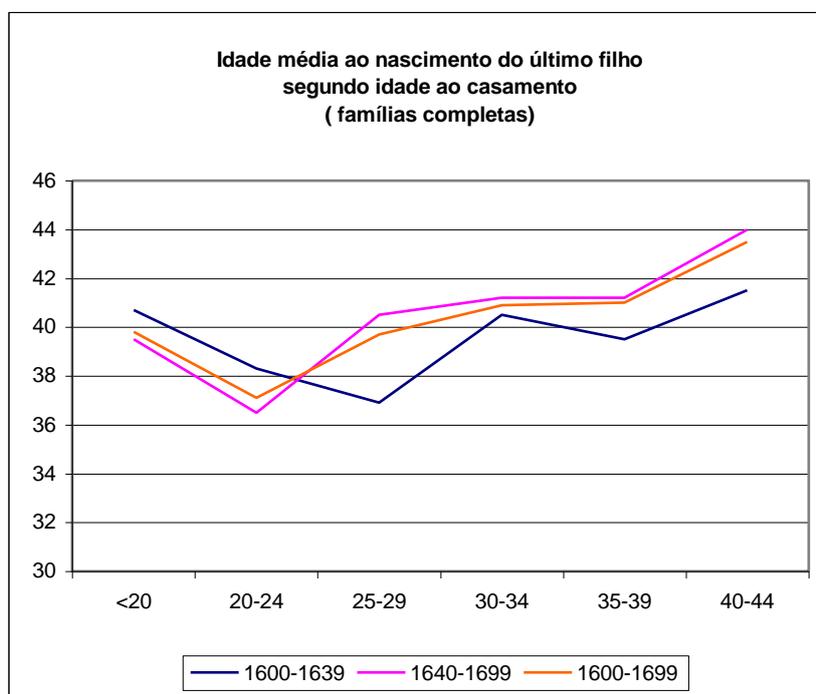
O quadro e gráfico “Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho Segundo Idade ao Casamento (todas as Famílias Tipo 1)” evidenciam que quanto mais cedo a mulher casava mais cedo deixava de ter filhos. Ora tratando-se de uma época onde, à luz do que se sabe, o recurso à limitação voluntária dos nascimentos não pode ser a explicação para a idade precoce em que as mulheres tinham em média o seu último filho, temos que admitir a existência de outros factores, nomeadamente a morte que

prematuramente punha fim à união matrimonial. Vejamos então os resultados obtidos quando se observam as mulheres que cumpriram o seu ciclo fértil chegando à menopausa em convivência conjugal.

**Quadro nº 40**  
**Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento**  
**(Famílias completas)**

Períodos	1600-1639		1640-1699		1600-1699	
	Obs.	Idade média	Obs.	Idade média	Obs.	Idade média
<20	16	40,7	39	39,5	55	39,8
20-24	32	38,3	65	36,5	97	37,1
25-29	17	36,9	44	40,5	61	39,7
30-34	15	40,5	26	41,2	41	40,9
35-39	4	39,5	25	41,2	29	41,0
40-44	2	41,5	24	44,0	26	43,5

**Gráfico nº 23**  
**Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo idade ao casar**



Da comparação entre os dois tipos de observação ressalta o peso da mortalidade, que é acentuado sobretudo no primeiro grupo de idades, tanto no primeiro como no segundo períodos aqui considerados. No primeiro período podemos ainda observar que as mulheres casadas antes dos 20 anos têm em média o seu último filho mais tarde do que as casadas entre os 20 e os 39 anos. No segundo período o comportamento regista alterações. As mulheres casadas antes dos 20 anos só são mais velhas quando são mães pela última vez do que as casadas aos 20-24 anos. Importante é também o facto de, as casadas a partir dos 25 anos, serem mães pela última vez mais velhas do que o eram as mulheres do primeiro período.

### **3.2.3. Ausência de filhos segundo a idade ao casamento**

Partindo do princípio de que a infecundidade deliberada seria então inexistente e de que a proporção de casais inférteis devido a problemas fisiológicos de um ou até de ambos os cônjuges é normalmente diminuta, procuramos verificar em que medida a idade em que a mulher casa pode diminuir as hipóteses de maternidade. Assim, estudámos o problema da esterilidade dos casais pelos diferentes grupos de idades em que as mulheres casaram. Para melhor perspectivar esta questão, atendendo ao peso da mortalidade que anteriormente induzimos, observámos as Famílias Tipo1 e de entre estas as Famílias Completas<sup>209</sup>.

Considerámos, em separado, as Famílias Tipo 1 e as Famílias Completas.

---

<sup>209</sup>Relembremos que Famílias Tipo 1 são todas aquelas para as quais se conhece a data de nascimento da mulher, a data de casamento e a data de fim da união por morte de um dos cônjuges. Consideramos Famílias Completas todas as Famílias Tipo 1 em que a mulher completou os 49 anos de idade em união conjugal.

**Quadro nº 41**  
**Ausência de filhos segundo a idade ao casamento**  
**(1600-1699)**

Idade ao casamento	Total de obs		Estéreis (nº abs.)		Estéreis (%)	
	Fam. Tipo1	Fam Comp	Fam. Tipo1	Fam Comp	Fam. Tipo1	Fam Comp
<20	194	39	32	1	16,5%	2,5%
20-24	271	102	31	4	11,4%	3,9%
25-29	160	64	32	9	20,0%	14%
30-34	78	44	14	5	17,9%	11,4%
35-39	48	30	22	11	45,8%	36,7%
40-44	33	24	27	19	81,8%	79,2%
45-49	17	17	17	17	100%	100%

Pela análise das percentagens das famílias estéreis (Tipo 1 e Completas) aqui consideradas parece-nos que os níveis de infecundidade encontrados não são apenas o resultado de uma esterilidade natural do casal, mas que são o reflexo de uma mortalidade que punha fim à união antes de o casal ter baptizado qualquer filho. Parece-nos elucidativo o facto de encontrarmos, entre os 175 casais (Tipo 1) sem filhos, 44 em que o óbito da mulher ocorre antes de decorridos 3 anos de casamento. Muito provavelmente o óbito destas mulheres decorre de problemas relacionados com a gravidez ou parto. Nestes casos, não chegando a ser registado nenhum baptizado, o casal aparece como estéril. Uma vez mais nos parece que os níveis de fecundidade poderão ter sido condicionados pelo peso da mortalidade que interromperia precocemente as uniões.

### **3.3. Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas**

Balizado fisiologicamente entre a menarca e a menopausa, geralmente entre os 15 e os 50 anos, o período fértil da mulher pode variar de uma população para outra ou

de uma época para outra. Tal como afirma Tapinos<sup>210</sup> se a idade às primeiras regras situando-se geralmente à volta dos 13 a 14 anos, baixa por vezes aos 12 anos e meio e ultrapassa os 18 anos em certos casos limite<sup>211</sup>, a menopausa ocorre em média por volta dos 49 anos com um intervalo de variação entre os 44 e os 50 anos.

O acompanhamento de sucessivas gerações femininas permitir-nos-á detectar a existência, ou não, de diferentes capacidades reprodutivas.

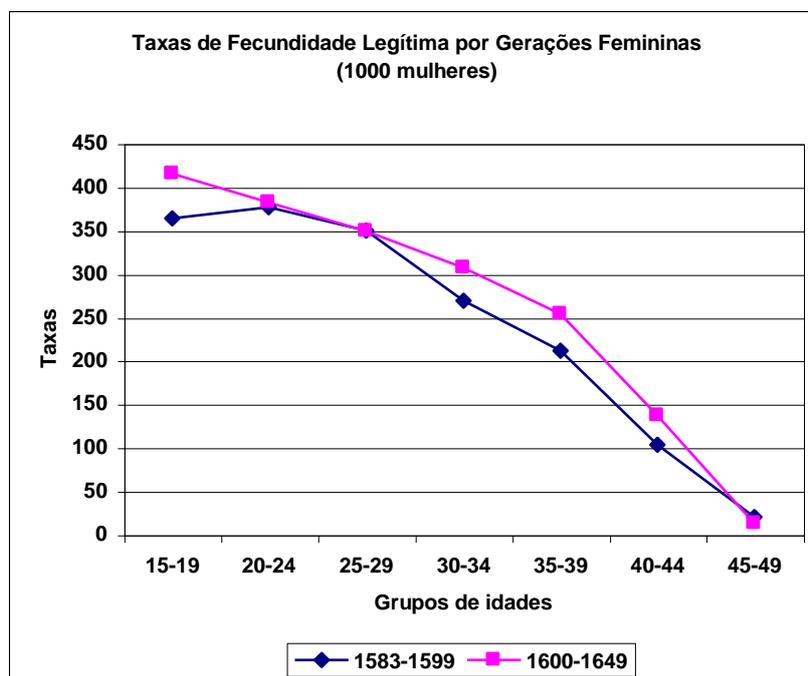
**Quadro nº 42**  
**Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas**  
**Mil mulheres**

<b>Gerações</b>	<b>Obs.</b>	<b>15-19</b>	<b>20-24</b>	<b>25-29</b>	<b>30-34</b>	<b>35-39</b>	<b>40-44</b>	<b>45-49</b>	<b>D.T.</b>
1583-1599	116	364	377	350	269	211	103	20	8,5
1600-1649	524	415	382	349	307	254	137	13	9,3
1583-1649	640	403	381	349	300	247	132	14	9,1

<sup>210</sup>TAPINOS, Georges, *Éléments de démographie. Analyse, déterminants socio-économiques et histoire des population*, Armand Colin, Paris, 1976, p. 108.

<sup>211</sup>Sabendo que em Angra casaram raparigas antes dos 15 anos (encontramos casos de 12, 13 e 14 anos) quisemos saber qual o seu comportamento face à maternidade. Contámos 43 casos em que a noiva tinha entre 12 e 14 anos. Em 35 destes casos sabemos a data da primeira maternidade. Foram mães aos 14 anos, 2 raparigas; aos 15 anos, 14; aos 16 anos, 9; aos 17 anos 5; aos 18 anos, 2; só 3 raparigas tinham 19 e 20 anos. É de admitir que as raparigas em Angra estivessem preparadas para a maternidade desde muito cedo.

**Gráfico nº 24**  
**Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas**



Observando as gerações femininas nascidas nos últimos anos do século XVI e as da primeira metade do século XVII notamos algumas diferenças e algumas similitudes de comportamento. Desde logo é diferente a média de filhos que teoricamente cada mulher poderia ter. As mulheres nascidas no século XVII teriam em média aproximadamente mais um filho do que as do século XVI. Com taxas inferiores às das mulheres de Seiscentos, quando casam antes dos 20 anos, as mulheres nascidas em Quinhentos tendo os mesmos níveis de fecundidade entre os 20 e os 29 anos, mostram uma menor capacidade reprodutora nos grupos de idades seguintes.

### **3.4. Espaçamento dos nascimentos**

Os indicadores de fecundidade até agora estudados foram calculados a partir das Famílias Tipo 1. Dado que Angra, como já ficou demonstrado pela naturalidade dos nubentes, era um espaço muito aberto, não só aos homens mas também às mulheres que

aqui acabavam por casar, é importante que ao medirmos o espaçamento entre os nascimentos possamos observar o comportamento dessas mulheres. Assim, além das Famílias Tipo 1, que temos usado para o cálculo dos indicadores até agora apresentados, usaremos também as Famílias Tipo 2, Tipo 3 e Tipo 4<sup>212</sup>. Isto permitir-nos-á calcular intervalos em função da idade da mulher e independentemente da idade da mulher e compará-los. Desta comparação poderemos retirar uma ideia da idade com que provavelmente as mulheres de fora casavam em Angra.

### 3.4.1. Intervalo protogenésico

Consideramos, por ora, apenas os intervalos iguais ou superiores a 8 meses. Os intervalos inferiores a 8 meses, correndo o risco de incluir eventuais baptismos de prematuros<sup>213</sup>, consideram-se, por norma, concepções ocorridas antes do casamento e por isso serão incluídos na fecundidade ilegítima que trataremos mais adiante.

O quadro que se segue permite distinguir qual o intervalo que registou maior frequência quando conhecemos a idade da mulher ao casamento e quando essa idade é desconhecida. Usamos as famílias Tipo 1 e Tipo 3 para os intervalos em que a idade da mulher é conhecida e as Famílias Tipo 2 e Tipo 4 para os intervalos em que desconhecemos a idade da mulher.

---

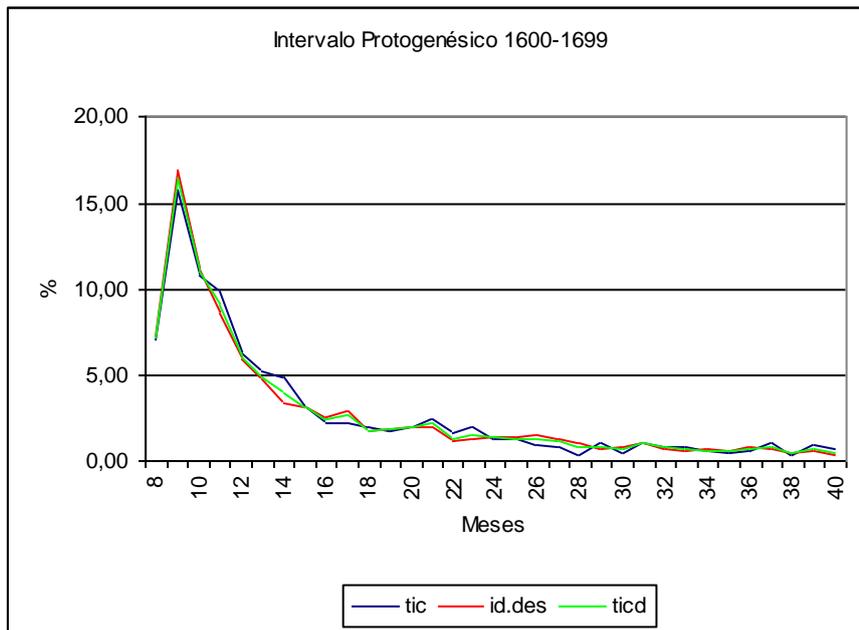
<sup>212</sup> As famílias Tipo 2, Tipo 3 e Tipo 4 distinguem-se entre si porque conhecendo-se para todas elas a data de casamento apenas se conhece a data de fim de união no Tipo 2 e a data de nascimento da mãe no Tipo 3.

<sup>213</sup> Salvaguardando a possibilidade de administrar o baptismo a todos àqueles que dão sinal de vida ao nascer as *Constituições Sinodais*, que vimos seguindo, estipulam que este Sacramento que se deve administrar por imersão (metendo a criança debaixo d'agua) se “administrara per aspersionem e derramamento d'agua sobre o que se baptizar. s. quando em caso de necessidade a Criança não podesse sahir do ventre da may senão a cabeça, ou algum outro membro, porque em tal caso se deue de fazer o baptismo nos membros que assi parecerem, per aspersionem” (Título III, Constituição segunda).

**Quadro nº 43**  
**Intervalo protogenésico (1600-1699)**  
**%**

Intervalo (meses)	Grupos de idades da mulher								Idade conhecida (IC)		Idade desconhecida (ID)		Total (TICD)	
	<20		20-24		25-29		30+		Obs	%	Obs	%	Obs	%
	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%						
8	23	6,0	27	5,6	26	9,7	15	8,6	91	6,96	153	7,2	244	7,1
9	36	9,4	88	18,2	59	21,9	23	13,2	206	15,7	359	16,9	565	16,5
10	32	8,4	65	13,5	23	8,6	21	12,1	141	10,8	237	11,2	378	11,0
11	35	9,2	54	11,2	28	10,4	12	6,9	129	9,9	182	8,6	311	9,1
12	24	6,3	32	6,6	13	4,8	12	6,9	81	6,2	123	5,8	204	6,0
13	22	5,8	26	5,4	12	4,5	7	4,0	67	5,1	100	4,7	167	4,9
14	19	5,0	23	4,8	10	3,7	11	6,3	63	4,8	70	3,3	133	3,9
15	9	2,4	12	2,5	8	3,0	12	6,9	41	3,1	66	3,1	107	3,1
16	8	2,1	13	2,7	6	2,2	2	1,1	29	2,2	53	2,5	82	2,4
17	11	2,9	8	1,7	8	3,0	2	1,1	29	2,2	60	2,8	89	2,6
18	11	2,9	6	1,2	5	1,9	3	1,7	25	1,9	36	1,7	61	1,8
19	9	2,4	10	2,1	2	0,7	1	0,6	22	1,7	40	1,9	62	1,8
20	10	2,6	7	1,4	6	2,2	2	1,1	25	1,9	41	1,9	66	1,9
21	11	2,9	11	2,3	3	1,1	7	4,0	32	2,4	41	1,9	73	2,1
22	13	3,4	2	0,4	3	1,1	3	1,7	21	1,6	24	1,1	45	1,3
23	11	2,9	7	1,4	3	1,1	4	2,3	25	1,9	27	1,3	52	1,5
24	3	0,8	7	1,4	3	1,1	4	2,3	17	1,3	29	1,4	46	1,3
25	4	1,0	3	0,6	5	1,9	4	2,3	16	1,2	28	1,3	44	1,3
26	5	1,3	2	0,4	3	1,1	2	1,1	12	0,9	31	1,5	43	1,3
27	2	0,5	5	1,0	3	1,1	1	0,6	11	0,8	27	1,3	38	1,1
28	1	0,3	2	0,4	2	0,7	0	0,0	5	0,4	23	1,1	28	0,8
29	5	1,3	3	0,6	1	0,4	4	2,3	13	1,0	15	0,7	28	0,8
30	1	0,3	5	1,0	0	0,0	0	0,0	6	0,5	18	0,8	24	0,7
31	6	1,6	4	0,8	2	0,7	1	0,6	13	1,0	21	1,0	34	1,0
32	7	1,8	3	0,6	1	0,4	0	0,0	11	0,8	15	0,7	26	0,8
33	2	0,5	3	0,6	2	0,7	3	1,7	10	0,8	12	0,6	22	0,6
34	5	1,3	1	0,2	1	0,4	0	0,0	7	0,5	14	0,7	21	0,6
35	2	0,5	3	0,6	1	0,4	0	0,0	6	0,5	13	0,6	19	0,6
36	2	0,5	2	0,4	2	0,7	1	0,6	7	0,5	17	0,8	24	0,7
37	4	1,0	7	1,4	1	0,4	1	0,6	13	1,0	15	0,7	28	0,8
38	2	0,5	3	0,6	0	0,0	0	0,0	5	0,4	9	0,4	14	0,4
39	1	0,3	7	1,4	4	1,5	0	0,0	12	0,9	12	0,6	24	0,7
40	3	0,8	1	0,2	3	1,1	2	1,1	9	0,7	8	0,4	17	0,5
41	2	0,5	4	0,8	1	0,4	0	0,0	7	0,5	6	0,3	13	0,4
42	0	0,0	4	0,8	2	0,7	2	1,1	8	0,6	5	0,2	13	0,4
43	1	0,3	3	0,6	1	0,4	0	0,0	5	0,4	6	0,3	11	0,3
44	0	0,0	1	0,2	1	0,4	1	0,6	3	0,2	7	0,3	10	0,3
45	1	0,3	1	0,2	0	0,0	0	0,0	2	0,2	9	0,4	11	0,3
46	1	0,3	0	0,0	1	0,4	0	0,0	2	0,2	2	0,1	4	0,1
47	1	0,3	0	0,0	1	0,4	0	0,0	2	0,2	3	0,1	5	0,1
48+	37	9,7	18	3,7	13	4,8	11	6,3	79	6,0	161	7,6	240	7,0
<b>Total 8-48+</b>	<b>382</b>	<b>100</b>	<b>483</b>	<b>100</b>	<b>269</b>	<b>100</b>	<b>174</b>	<b>100</b>	<b>1308</b>	<b>100</b>	<b>2118</b>	<b>100</b>	<b>3426</b>	<b>100</b>

**Gráfico nº 25**  
**Intervalo Protogenésico (1600-1699)**

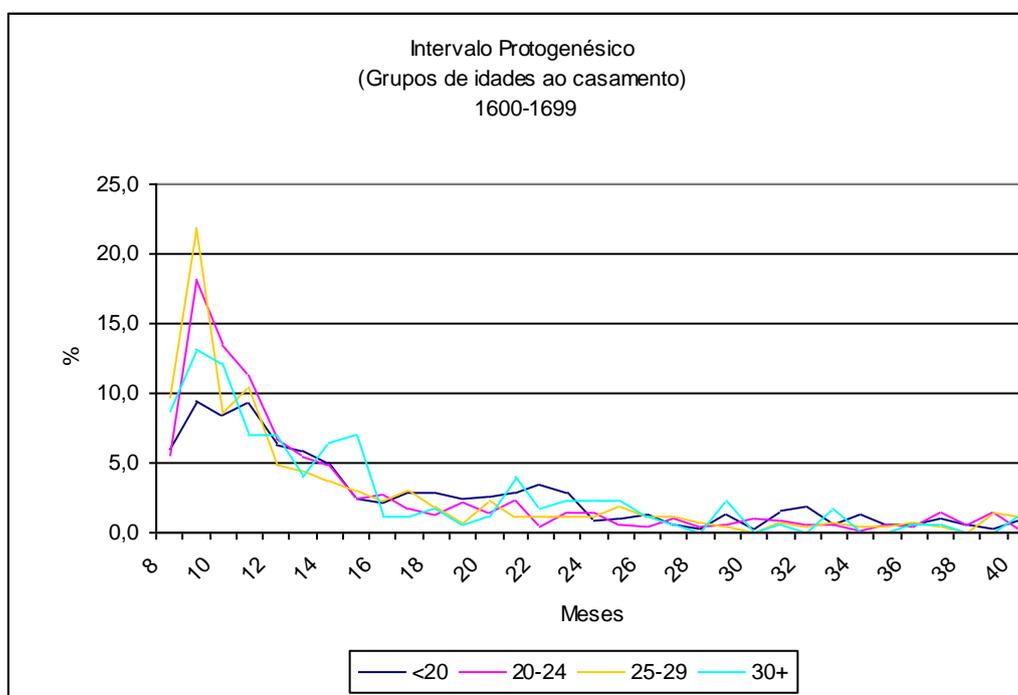


O quadro “Intervalo protogenésico” mostra-nos que, quer se considerem os grupos de idades ao casamento da mulher, quer se considerem todas as idades conhecidas (IC) ou o total de mulheres cuja idade é ignorada (ID) ou ainda o conjunto das mulheres observadas (TICD), o intervalo de nove meses é aquele que regista maior frequência relativa.

Pelo gráfico, onde estão representados os intervalos protogenésicos respeitantes ao total de idades conhecidas (tic), ao total de idades desconhecidas (id. des) e ao total de idades conhecidas e desconhecidas (ticd) apercebemos, em geral, um comportamento bastante uniforme para as mulheres que casaram e tiveram filhos em Angra, independentemente de serem daí naturais ou não. Distinguindo-se o intervalo de nove meses, por ser o que atinge a maior percentagem relativa de mulheres a ter o primeiro filho, a tendência é para intervalos que pouco ultrapassam o ano. Intervalos iguais ou superiores a 16 meses registam, em regra, uma reduzida frequência.

O gráfico Intervalo Protogenésico por grupos de idade da mulher ao casamento permite-nos uma observação mais pormenorizada.

**Gráfico nº 26**  
**Intervalo Protogenésico (Grupos de idades ao casamento)**



Constatamos diferenças de comportamento conforme a mulher casa num ou noutro grupo de idades. A maior fecundabilidade ao casar é detida pelas mulheres que casam entre os 25 e os 29 anos de idade, seguidas pelas mulheres do grupo de idades 20-24 e a menor pertence às mulheres que casam antes dos 20 anos<sup>214</sup>. Se atentarmos nas percentagens relativas aos intervalos com duração superior aos nove meses verificamos que são as mulheres do grupo de idades inferiores aos 20 anos que mantêm geralmente as percentagens mais elevadas nos diversos intervalos até aos 24 meses e que as do grupo 25-29 anos são as que detêm percentagens mais baixas.

Isto é-nos confirmado pelo quadro Intervalo Protogenésico Inferior a um Ano.

<sup>214</sup>Da comparação entre a duração do intervalo protogenésico e as taxas de fecundidade legítima parece resultar uma certa incoerência sobretudo para o grupo de idades inferior a 20 anos e 25-29 anos. Se tivermos no entanto em consideração os valores das percentagens de mulheres inférteis em cada um desses grupos de idades, verificámos que são as mulheres que casam no grupo de idades 25-29 anos as que apresentam maior esterilidade.

**Quadro nº 44**  
**Intervalo Protogenésico Inferior a um Ano**  
**%**

Intervalo (meses)	Grupos de idades da mulher								Idade Conhecida (IC)		Idade Desconhecida (ID)		Total (TICD)	
	<20		20-24		25-29		30+		Obs	%	Obs	%	Obs	%
	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%						
8-11	126	33	234	48,4	136	50,6	71	40,8	567	43,3	931	44	1498	43,7
12+	256	67	249	51,6	133	49,4	103	59,2	741	56,7	1187	56	1928	56,3
Totais	382	100	483	100	269	100	174	100	1308	100	2118	100	3426	100

Efectivamente são as mulheres casadas no grupo de idades 25-29 que detêm a maior percentagem de nascimentos ocorridos antes de decorrido um ano sobre o casamento: 50,6%, contra os 48,4% das casadas entre os 20-24, os 40,8% das casadas com 30 ou mais anos e finalmente, por ordem decrescente, os 33% das casadas antes dos 20 anos.

Tendo a possibilidade de conhecer os intervalos protogenésicos independentemente de conhecermos as idades da mulher, calculámos o intervalo protogenésico médio, excluindo os nascimentos com intervalos superiores a 50 meses, com o intuito de verificar se se registaram algumas alterações ao longo do período que temos vindo a estudar 1583-1699.

**Quadro nº 45**  
**Intervalo protogenésico médio**  
**(em meses)**

Períodos	Grupos de idades da mulher				Total Idade conhecida (IC)	Total Idade desconhecida (ID)	Total (TICD)
	< 20	20-24	25-29	30+			
<b>1583-1599</b>	-	-	-	-	-	(587) <b>16,3</b>	-
<b>1600-1639</b>	(121) <b>16</b>	(154) <b>14,7</b>	(83) <b>15,3</b>	(37) <b>13</b>	(395) <b>15</b>	(930) <b>14,9</b>	(1325) <b>15</b>
<b>1640-1699</b>	(225) <b>14,2</b>	(313) <b>14,3</b>	(175) <b>15,2</b>	(129) <b>15,2</b>	(842) <b>14,8</b>	(1047) <b>14,3</b>	(1889) <b>14,5</b>

Este quadro aponta efectivamente para algumas diferenças de comportamento. Desde logo verificamos que, quer se conheçam ou ignorem as idades da mulher, a tendência é de que o tempo médio que as mulheres levavam até dar à luz o primeiro

filho foi sendo sucessivamente encurtado. Depois quando analisamos o comportamento por grupos de idades da mulher ao casamento é de salientar as diferenças registadas do primeiro para o segundo período para as casadas antes dos 20 anos e para as que casaram depois dos 30 anos. Enquanto que as primeiras, acompanhando a tendência geral, reduzem de forma mais acentuada (1,8 meses) o seu tempo de espera, as segundas, manifestando um comportamento oposto, ampliam-no em 2,2 meses. É também de notar que sendo, no primeiro período, as idades ao casamento inferiores aos 20 anos as menos favoráveis à procriação, no segundo período passa a ser o contrário. Dever-se-á tal situação ao facto de no primeiro período haver no grupo de idades inferior aos 20 anos uma maior incidência de casamentos mais precoces e de a mulher não estar fisicamente tão preparada para a maternidade? Talvez tenha algum significado o facto de, no primeiro período, 9,3%, em relação ao total de mulheres casadas cuja idade é conhecida, terem 15 e 16 anos e de no segundo período essa percentagem ser só de 8,9%. Mais significativo nos parece o facto de no primeiro período 11,4% das mulheres que casaram antes dos 20 anos o terem feito com 15 anos e 18,2% com 16 anos enquanto que no segundo período essas percentagens são respectivamente de 11,2% e 20,8%. A análise que fizemos do espaçamento protogenésico para as mulheres casadas com 15 e 16 anos entre 1600 e 1699 mostrou-nos que as casadas com 15 anos tinham em 23,3% dos casos o primeiro filho antes do ano, 55,5% antes de 2 anos e 80% antes de 3 anos e que as casadas com 16 anos apresentavam para os mesmos espaçamentos percentagens de 25%, 63,2% e 85,5% respectivamente.

Comparando os intervalos médios respeitantes aos totais das idades conhecidas (IC) e das idades desconhecidas (ID) notamos que as mulheres cuja idade se ignora, provenientes certamente na sua maioria do exterior, engravidavam ligeiramente mais cedo do que as naturais da cidade. Tal facto relacionar-se-á seguramente com a idade ao

casamento das mulheres não naturais da cidade. Entre os 20 e os 29 casariam muito provavelmente a maioria dessas mulheres uma vez que, como já foi observado, a maior capacidade reprodutora a seguir ao casamento se registava aos 25-29 anos seguindo-se os 20-24 anos.

Comparando com a zona urbana de Guimarães, onde, como já vimos, uma maior fecundidade assegurava teoricamente em média mais de dois filhos de descendência por cada mulher casada entre os 15 e os 49 anos, verificamos que na globalidade não há diferenças significativas. Para Guimarães, zona urbana, entre 1580 e 1739 os intervalos médios entre casamento e nascimento do primeiro filho foram para as mulheres cujas idades se desconhecem de 14,6 meses e para as mulheres com idade conhecida de 15,3 meses. Quando estendemos essa comparação à distribuição dos intervalos pelos diferentes grupos de idades da mulher ao casamento notamos algumas diferenças, fundamentalmente em dois grupos de idades, que podem ser significativas. Antes dos 20 anos onde as mulheres de Guimarães tinham intervalos dilatados em mais de dois meses do que as angrenses (18,1 meses contra 16 e 14,2 meses) e no grupo dos 25-29 onde com uma diferença de dois meses o intervalo se tornava mais curto para as vimaranenses (13,3 meses contra 15,3 e 15,2 meses).

O quadro que se segue, apresentando as percentagens relativas aos intervalos protogenésicos 8-11 meses e aos superiores ou iguais a 12 meses (continuamos a excluir os maiores de 50 meses), confirma que na globalidade com o decorrer dos tempos uma maior percentagem de mulheres tendem a esperar menos pelo nascimento do primeiro filho.

**Quadro nº 46**  
**Intervalo protogenésico**

Períodos	8-11 Meses			12+ Meses		
	Idade conh (IC)	Idade desc (ID)	Total (TICD)	Idade conh (IC)	Idade desc (ID)	Total (TICD)
<b>1583-1599</b>	-	40,7%	-	-	59,3%	-
<b>1600-1639</b>	46,3%	45,8%	42,9%	53,7%	54,2%	57,1%
<b>1640-1699</b>	45,6%	48,2	44,3%	54,4%	51,8%	55,7%

Comparando com Guimarães quer a duração média do intervalo protogenésico quer as percentagens relativas aos intervalos com menos e mais de um ano<sup>215</sup> não encontramos justificação que por si só explique a baixa fecundidade em Angra relativamente a Guimarães. Essa explicação talvez resida nos intervalos intergenésicos.

### 3.4.2. Intervalos Intergenésicos

Como já foi referido, factores biológicos, sociais e culturais, actuando de forma complexa, podem condicionar diferentemente a fecundidade de tal modo que, mesmo em populações que não controlam deliberadamente a fecundidade, o espaçamento entre nascimentos pode apresentar-se bastante dilatado. Além dos meses da gravidez há que contar com a amenorreia pós-parto<sup>216</sup>, os hábitos de amamentação (mais ou menos prolongada conforme os hábitos culturais e o nível de mortalidade infantil), o comportamento sexual do casal (que durante a amamentação pode reduzir a frequência das relações ou abster-se) e os níveis de mortalidade intra-uterina (cujas probabilidades se pode correlacionar com a idade da mãe, com o número de concepções anteriores e até com o nível de vida e as condições sanitárias, por exemplo). Assim, o estudo dos intervalos intergenésicos sucessivos pode ser indicador da evolução da fecundabilidade

<sup>215</sup> AMORIM, 1987, *Guimarães*, ob. cit., pp. 191 e 193.

<sup>216</sup> TAPINOS, *Éléments*, ob. cit., pp. 108-109 defende que a amenorreia pós-parto pode ter uma duração variável de um a dois meses até 10 ou mais meses de acordo com os hábitos de amamentar ou não.

em diferentes gerações e em diferentes idades da mulher. Vejamos o que se passava em Angra.

Começamos por estudar, para todas as famílias, o primeiro intervalo intergenésico médio que devido à interferência, simultânea ou não, dos factores referidos pode apresentar-se mais dilatado do que o protogenésico.

**Quadro nº 47**  
**Primeiro intervalo intergenésico médio**

Períodos	Grupos de idades da mulher				Idade conhecida (IC)	Idade desconhecida (ID)	Total (TICD)
	<20	20-24	25-29	30+			
1583-1599	-	-	-	-	-	(515) 31,0	-
1600-1639	(108) 31,6	(142) 27,0	(73) 26,6	(27) 30,9	(350) 28,6	(815) 30,2	(1185) 29,7
1640-1699	(201) 29,0	(295) 29,3	(150) 30,5	(90) 24,3	(736) 28,9	(880) 29,3	(1635) 29,1

Como se esperava o primeiro intervalo intergenésico médio apresenta-se bastante mais dilatado do que o protogenésico. Se exceptuarmos as mulheres que casaram entre os 20 e os 29 anos no primeiro período e as que casaram com 30 ou mais anos no segundo período, todas as mulheres esperavam em média 20 ou mais meses para engravidarem de um segundo filho.

Da comparação que podemos fazer com a zona urbana de Guimarães resulta que o primeiro intervalo intergenésico médio era em Angra bastante mais alargado. Pois enquanto que em Angra, esse intervalo tem uma duração que varia entre os 28,6 meses (idade conhecida, em 1600-1639) e os 30,2 meses (idade desconhecida, em 1600-1639), em Guimarães a duração é de 23,2 meses, de 24,8 meses e de 24,1 meses conforme se observem todas as idades conhecidas, as idades desconhecidas ou todas as idades respectivamente. Isto significa que em Guimarães, de uma forma geral, havia um alongamento de dez meses do inter em relação ao protogenésico enquanto que em Angra esse alongamento variava entre os 14 e os 15 meses.

Observando sucessivos intervalos intergenésicos podemos perspectivar o comportamento reprodutivo dos casais. Para esta observação consideramos apenas as famílias que definimos como numerosas<sup>217</sup>.

**Quadro nº 48**  
**Intervalos intergenésicos médios sucessivos**  
**Famílias numerosas**

Períodos	Grupo de idades				IC	ID	TICD
	<20	20-24	25-29	30+			
<b>Nº de Famílias</b>							
<b>1583-1599</b>	-	-	-	-	-	190	-
<b>1600-1639</b>	57	82	30	8	177	346	523
<b>1640-1699</b>	125	168	82	22	397	401	798
<b>1600-1699</b>	182	250	112	30	574	937	1321
<b>Primeiro intervalo</b>							
<b>1583-1599</b>	-	-	-	-	-	27,2	-
<b>1600-1639</b>	28,6	27,3	24,0	24,6	27,1	27,0	27,2
<b>1640-1699</b>	27,5	26,3	24,7	18,7	25,9	24,8	25,3
<b>1600-1699</b>	27,8	26,7	24,5	20,3	26,3	26,1	26,0
<b>Segundo intervalo</b>							
<b>1583-1599</b>	-	-	-	-	-	28,7	-
<b>1600-1639</b>	28,9	29,7	28,1	25,5	29,0	29,5	29,3
<b>1640-1699</b>	30,0	26,7	25,6	19,8	27,1	28,0	27,5
<b>1600-1699</b>	29,7	27,7	26,2	21,4	27,7	28,7	28,2
<b>Terceiro intervalo</b>							
<b>1583-1599</b>					-	30,7	-
<b>1600-1639</b>	29,3	29,9	29,6	31,2	29,7	29,2	29,4
<b>1640-1699</b>	28,7	27,2	26,7	25,7	27,5	29,1	28,2
<b>1600-1699</b>	28,9	28,1	27,4	27,1	28,2	29,5	28,7
<b>Quarto intervalo</b>							
<b>1583-1599</b>					-	31,3	-
<b>1600-1639</b>	29,1	33,5	39,8	22,6	32,6	31,5	31,9
<b>1640-1699</b>	30,3	32,2	32,4	28,8	31,4	30,6	31,0
<b>1600-1699</b>	29,9	32,6	34,4	27,2	31,7	31,1	31,4
<b>Quinto intervalo</b>							
<b>1583-1599</b>					-	32,2	-
<b>1600-1639</b>	31,0	33,2	30,3	29,9	32,0	31,5	31,7
<b>1640-1699</b>	32,7	31,4	26,5	26,4	30,7	32,0	31,3
<b>1600-1699</b>	32,2	32,0	27,3	27,4	31,1	31,8	31,4
<b>Sexto intervalo</b>							
<b>1583-1599</b>					-	29,7	-
<b>1600-1639</b>	31,0	30,4	32,3	37,8	31,1	30,1	30,5
<b>1640-1699</b>	33,4	31,2	27,1	32,7	31,3	30,9	31,0
<b>1600-1699</b>	32,6	30,9	27,9	34,5	31,2	30,4	30,8

<sup>217</sup> Consideramos como família numerosa toda aquela que tivesse 5 ou mais filhos. Esta definição tem em consideração o facto de, como alerta Livi-Bacci, não ser surpreendente que “en la práctica, las poblaciones que no practicaron el control de los nacimientos aportasen al mundo un numero medio de 5-6 hijos por mujer cuando, en teoria (pero solo en teoria), podrían haber aportado 2 o 3 veces más”. LIVI-BACCI, Massimo, *Introducción a la demografía*, Editorial Ariel, Barcelona, 1993., p. 229

Consideremos os intervalos conforme se conheçam ou não as idades. Para o século XVI verificamos um alargamento paulatino de uns intervalos para outros à excepção do 5º para o 6º intervalo em que se regista uma diminuição. No século XVII, com base no total de idades conhecidas e desconhecidas, encontramos, também, um alargamento de uns intervalos para outros. Esse alargamento é contrariado, no primeiro período, do 4º para o 5º intervalo e no segundo período do 5º para o 6º intervalo. Para o século XVII verificamos, ainda, que, à excepção do sexto intervalo, o primeiro período apresenta os sucessivos intervalos mais alargados do que o segundo período. Lembremos que, segundo as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades, as mulheres do século XVII asseguravam uma descendência teórica que se superiorizava à das suas predecessoras em cerca de um filho.

Interessante é a observação dos sucessivos espaçamentos em função da idade da mulher ao casamento. Tanto no período 1600-1639 como no período 1640-1699 o primeiro intervalo é em todos os grupos de idade o mais curto. Mais curtos são também os sucessivos intervalos das casadas com 30 ou mais anos em relação a todos os outros grupos de idades. Nos mesmos períodos encontramos nos diferentes grupos de idades intervalos mais curtos que os precedentes. No primeiro destes períodos o 4º intervalo é mais curto que o anterior para as casadas antes dos 20 anos e para as casadas aos 30 e mais anos. Para as casadas aos 20-24 e 25-29 anos tal acontece no 5º intervalo. No segundo período o 5º intervalo é mais curto que o 4º para as casadas em todos os grupos de idades à excepção do inferior a 20 anos em que o 3º intervalo é o mais curto. Como sugeriu Norberta Amorim, não excluindo influências aleatórias, tal corresponderá a uma possível recuperação após cansaço ao longo da vida fecunda da mulher?<sup>218</sup>

---

<sup>218</sup> AMORIM, Norberta, 1992, ob. cit., p.144.

### 3.5. Número de filhos por união

Ao considerarmos, nesta observação, todas as famílias tipo 1 e tipo 2 ou seja todas as famílias com início e fim de união conhecidos independentemente da idade da mulher ao casamento, incluímos todas as mulheres, mesmo as que eventualmente tivessem casado já em idade infértil.

**Quadro nº 49**  
**Repartição das famílias segundo o número de filhos**

Nº Filhos	1600-1639	1640-1699	1600-1699
0	187 (23,3%)	390 (29,5%)	677 (27,1%)
1	113 (14,1%)	158 (11,9)	271 (12,7%)
2	72 (9%)	122 (9,2%)	194 (9,1%)
3	87 (10,8%)	117 (8,8)	204(9,6%)
4	79 (9,9%)	105 (7,9%)	184 (8,7%)
5	65 (8,1%)	81 (6,1%)	146 (6,9%)
6	46 (5,7%)	89 (6,0%)	126 (5,9%)
7	41 (5,1%)	94 (7,1%)	135 (6,3%)
8	42(5,2%)	61 (4,6%)	103 (4,8%)
9	31 (3,9%)	43(3,2%)	74 (3,5%)
10	14 (1,7%)	21 (1,6%)	35 (1,6%)
11	16 (2,0%)	23 (1,7%)	39(1,8%)
12	2 (0,2%)	13 (1,0%)	15 (0,7%)
13	6 (0,7%)	11 (0,8%)	17 (0,8%)
14	1 (0,1%)	4 (0,3%)	5 (0,2%)
15	0	0	0
16	0	1 (0,1%)	1 (0%)
Total	802 (100%)	1324 (100%)	2126 (100%)
<b>% de famílias infecundas</b>			
	23,3	29,5	27,1
<b>Média filhos/família</b>			
	3,45	3,34	3,38
<b>Média filhos/família fecunda</b>			
	4,50	4,74	4,64

O quadro mostra-nos que à maior percentagem de famílias infecundas registada no segundo período corresponde um menor número médio de filhos por família. No entanto, se considerarmos apenas as famílias fecundas, verificamos uma vez mais que a fecundidade foi mais elevada no segundo período. Se no abaixamento, em um ano, da

idade média ao primeiro casamento da mulher na segunda metade do século XVII pode residir alguma explicação, a idade com que eram interrompidas as uniões também pode ter contribuído para esta diferença.

Assim, para ficarem eliminados os efeitos da ruptura precoce do casamento, na repartição que se segue, consideramos apenas aquelas mulheres que permaneceram casadas até depois dos 48 anos, independentemente da idade que tivessem ao casamento.

**Quadro nº 50**  
**Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos**  
**Todas as idades da mulher**

Nº Filhos	1600-1639	1640-1699	1600-1699
0	14	72	86
1	8	19	27
2	5	13	18
3	8	20	28
4	9	15	24
5	2	15	17
6	4	21	25
7	11	20	31
8	11	18	29
9	4	13	17
10	4	9	13
11	4	10	14
12	0	6	6
13	2	4	6
14	1	1	2
15	0	0	0
16	0	0	0
Total	87	256	343
<b>Média/filhos</b>	<b>5,02</b>	<b>4,32</b>	<b>4,5</b>
<b>Média/fam. fecunda</b>	<b>5,99</b>	<b>6,01</b>	<b>6,0</b>

De facto a média de filhos, quer se considerem todas as famílias ou apenas as famílias fecundas, é maior do que na observação anterior. Note-se que também nesta observação a média de filhos, quando incluímos as famílias infecundas, é menor no segundo período.

Para ultrapassar a influência nos níveis de infertilidade das mulheres que casavam em período já infértil fizemos uma nova repartição do número de filhos por família completa, segundo os grupos de idades das mulheres ao casamento excluindo as que haviam casado aos 40 ou mais anos de idade.

**Quadro nº 51**  
**Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos**  
**(grupos de idades da mulher ao casamento)**

Nº de filhos	Grupos de idades				
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
<b>1600-1639</b>					
0	1	2	5	2	2
1	0	0	3	2	2
2	0	1	2	1	1
3	0	2	3	4	0
4	0	3	4	2	0
5	0	1	1	0	0
6	0	3	0	1	0
7	2	7	2	0	0
8	0	7	0	3	0
9	1	3	0	0	0
10	1	3	0	0	0
11	3	1	0	0	0
12	0	0	0	0	0
13	2	0	0	0	0
14	1	0	0	0	0
<b>Média</b>	<b>9,7</b>	<b>6,6</b>	<b>2,6</b>	<b>3,6</b>	<b>0,8</b>
<b>1640-1699</b>					
0	0	2	4	3	9
1	0	6	1	3	6
2	0	3	3	3	3
3	2	3	3	5	6
4	0	7	4	5	0
5	1	3	9	2	0
6	5	7	4	4	1
7	1	10	8	1	0
8	3	11	2	2	0
9	4	5	3	0	0
10	4	4	1	0	0
11	5	3	1	1	0
12	2	3	0	0	0
13	1	2	0	0	0
14	0	0	1	0	0
<b>Média</b>	<b>8,6</b>	<b>6,4</b>	<b>5,3</b>	<b>3,9</b>	<b>1,4</b>
<b>1600-1699</b>					
0	1	4	9	5	11
1	0	6	4	5	8
2	0	4	5	4	4
3	2	5	6	9	6
4	0	10	8	7	0
5	1	4	10	2	0
6	5	10	4	5	1
7	3	17	10	1	0
8	3	18	2	5	0
9	5	8	3	0	0
10	5	7	1	0	0

<b>11</b>	8	4	1	1	0
<b>12</b>	2	3	0	0	0
<b>13</b>	3	2	0	0	0
<b>14</b>	1	0	1	0	0
<b>Média</b>	<b>8,9</b>	<b>6,5</b>	<b>4,5</b>	<b>3,8</b>	<b>1,3</b>

O quadro, à excepção do grupo de idades 25-29 no primeiro período, apontando para uma relação directa entre o tamanho da descendência e a idade ao casamento da mãe, alerta-nos para a possibilidade de haver outros condicionalismos.

Uma vez que na ruptura precoce das uniões pode residir alguma explicação para os elevados índices de infecundidade e para a média pouco elevada de filhos por casal procuramos conhecer quanto tempo em média permanecia cada casal sem ser separado pela morte de um dos cônjuges.

### 3.6. Duração das uniões

Continuamos a considerar as Famílias Tipo 1 e Tipo 2 por serem as que têm início e fim de união conhecidos incluindo todos os casamentos independentemente de se tratar ou não de primeiras núpcias para qualquer um dos cônjuges.

**Quadro nº 52**  
**Duração das uniões**

Intervalo (anos)	1583-1599		1600-1639		1640-1699		1600-1699	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
<b>0-4</b>	27	11,0	91	11,8	183	12,9	274	12,5
<b>5-9</b>	43	17,5	140	18,2	212	14,9	352	16,1
<b>10-14</b>	28	11,4	101	13,1	188	13,2	289	13,2
<b>15-19</b>	29	11,8	104	13,5	182	12,8	286	13,0
<b>20-24</b>	18	7,3	79	10,3	164	11,5	243	11,1
<b>25-29</b>	34	13,8	71	9,2	123	8,6	194	8,9
<b>30+</b>	67	27,2	183	23,8	371	26,1	554	25,3
<b>Totais</b>	246	100,0	769	100,0	1423	100,0	2192	100,0
<b>Média (anos)</b>	21,02		19,18		19,85		19,61	

Reflectindo os efeitos de uma forte mortalidade a duração das uniões ficava abaixo dos 20 anos entre 51,7% e 56,7% dos casos. Se considerarmos, ainda, que o

intervalo protogenésico médio se situa nos 15 meses e o intergenésico médio nos 29,4 meses poderemos compreender o porquê de o número médio por família completa e fecunda rondar os seis filhos.

### 3.7. Fecundidade diferencial

Diferenciada na sua composição sócio-económica, teria a população de Angra comportamentos diferenciais no que respeita à fecundidade legítima? Procurando identificar a existência desses comportamentos calculámos, para os grupos que consideramos a quando do estudo da nupcialidade, taxas de fecundidade legítima por grupos de idade da mulher, a descendência teórica e o número de filhos por família.

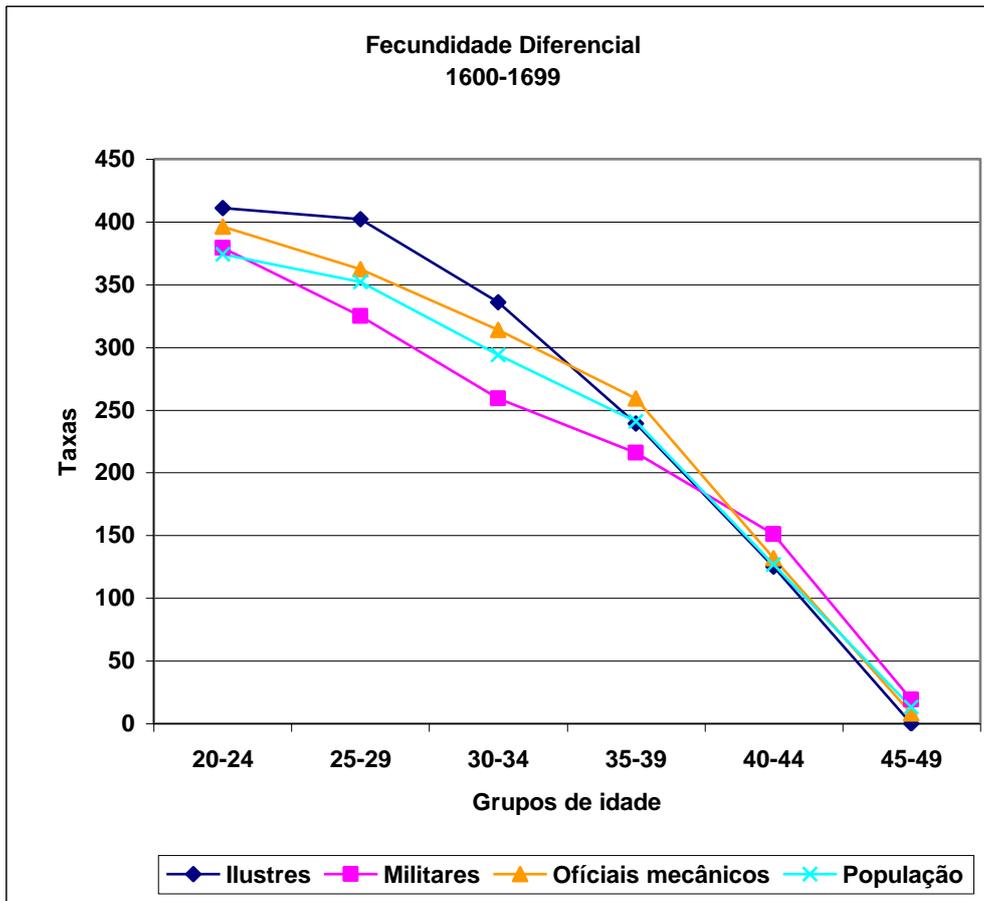
Para garantir um maior número de efectivos em cada grupo social consideramos como um único período todo o século XVII.

Os quadros e gráficos que se seguem apresentam os resultados encontrados.

**Quadro nº 53**  
**Fecundidade diferencial: Taxas por grupos de idade 1600-1699**

<b>Grupo social</b>	<b>Obs</b>	<b>&lt; 20</b>	<b>20-24</b>	<b>25-29</b>	<b>30-34</b>	<b>35-39</b>	<b>40-44</b>	<b>45-49</b>	<b>DT</b>
Ilustres	74	-	411	402	336	239	125	0	7,6
Militares	103	-	379	325	259	216	151	19	6,8
Oficiais mecânicos	334	-	396	362	314	259	132	8	7,4
População	851	-	374	352	294	241	127	13	7,0

Gráfico nº 27  
Fecundidade diferencial (1600-1699)



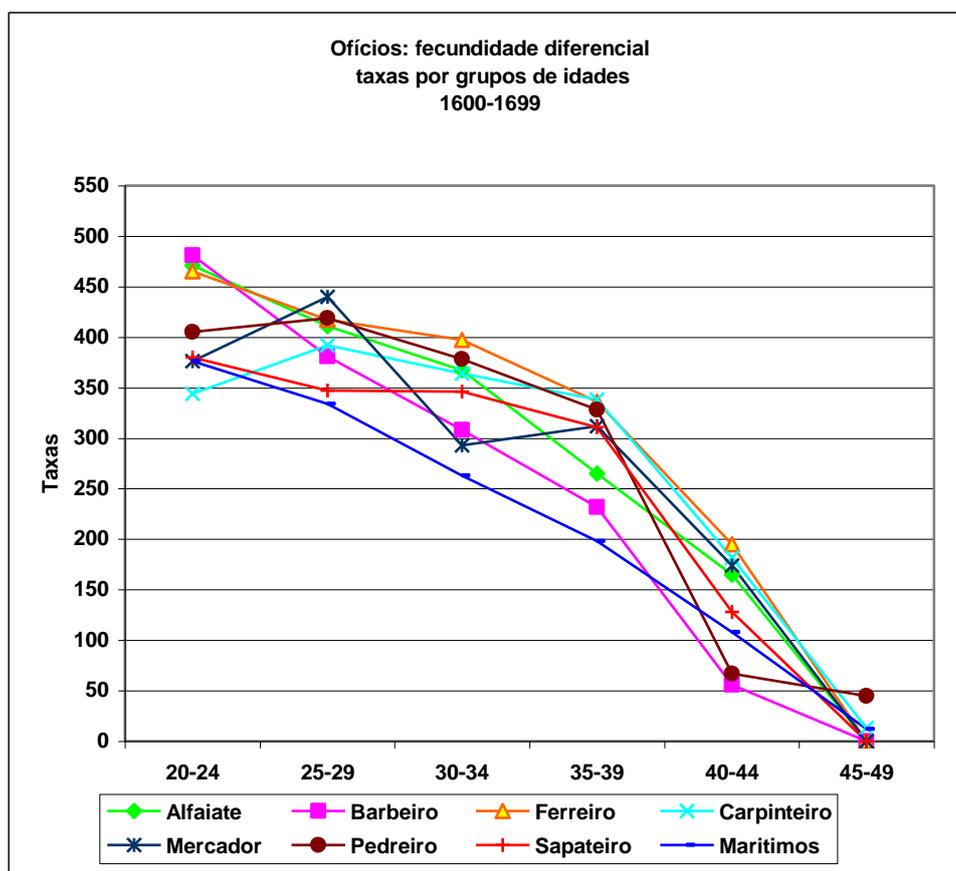
O quadro e respectivo gráfico, evidenciam comportamentos diferenciais para os grupos aqui considerados. Enquanto que as mulheres dos *ilustres* eram as que detinham a mais elevada fecundidade até aos 30-34 anos, as mulheres dos *militares* detinham a mais baixa até aos 35-39 anos. As mulheres dos *oficiais mecânicos* são as que seguem mais de perto comportamento geral da população, embora com taxas mais elevadas.

Tendo a possibilidade de observar outros segmentos pelas ocupações dos maridos construímos outro quadro onde individualizamos algumas profissões.

**Quadro nº 54**  
**Fecundidade de diferentes ofícios: taxas por grupos de idade 1600-1699**

Grupo social	Obs	< 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	DT
Alfaiate	18	-	471	411	367	265	165	0	8,4
Barbeiro	18	-	481	381	308	232	56	0	7,3
Ferreiro	21	-	465	417	397	336	195	0	9,1
Carpinteiro	34	-	344	392	364	338	182	13	8,2
Mercador	22	-	376	440	293	312	174	0	8,0
Pedreiro	13	-	405	419	378	328	67	45	8,2
Sapateiro	37	-	380	347	346	311	128	0	7,6
Marítimo	95	-	376	334	263	198	108	12	6,5
Ofici.mecânicos	334	-	396	362	314	259	132	8	7,4
População	851	-	374	352	294	241	127	13	7,0

**Gráfico nº 28**  
**Ofícios: fecundidade diferencial**  
**taxas por grupos de idades (1600-1699)**



Nesta observação sublinhe-se a disparidade de comportamentos. A situação mais favorável cabia às mulheres dos ferreiros. As mulheres dos alfaiates, partindo de uma

situação mais vantajosa em relação às dos pedreiros, são ultrapassadas por estas entre os 25 e os 40 anos. Parece-nos importante destacar, pelas baixas taxas, o comportamento das casadas com os marítimos. Tratar-se-ia de um grupo social mais desfavorecido, ou estas taxas traduzem os efeitos de muitos afastamentos, ainda que temporários? Será, pelo contrário, um menor grau de mobilidade responsável pelo comportamento das taxas exibidas pelas mulheres dos carpinteiros, dos pedreiros, dos ferreiros e dos sapateiros?

Outro indicador que poderá favorecer a comparação nesta análise diferencial é o número médio de filhos por família.

Para minimizar os efeitos decorrentes das diferentes idades em que cada grupo casava, calculamos também o número médio de filhos por família completa cuja mulher tinha 20-24 anos ao casamento.

**Quadro nº 55**  
**Número de filhos por família 1600-1699**  
**(comportamento diferencial)**

Grupos Sociais	Famílias completas		Todas as famílias tipo 1			
	Idade ao casar 20-24		Todas as idades ao casamento			
	Obs	Nº filhos	Todos os casais		Casais Fecundos	
	Obs	Nº filhos	Obs.	Nº filhos	Obs.	Nº filhos
Ilustres	6	6,7	74	4,1	53	5,8
Militares	14	6,1	103	3,7	83	4,6
Oficiais mecânicos	53	6,6	334	4,3	278	5,2
População	103	6,4	820	3,7	626	4,8

Este indicador corrobora a maior fecundidade calculada para as mulheres dos *ilustres* seguida da das mulheres dos *oficiais mecânicos* e por fim a das mulheres dos *militares*.

#### **4. Fecundidade ilegítima**

Ao abordarmos a fecundidade ilegítima, além dos nascimentos extra-conjugais consideramos as concepções pré nupciais. De facto, se os nascimentos ilegítimos são sempre o resultado de relações à margem do casamento também é certo que muitas vezes essas concepções resultam em nascimentos legítimos. Quantas vezes uma gravidez não terá sido o pretexto para a antecipação do casamento!

##### **4.1. Concepções pré-nupciais**

O estudo das concepções pré-nupciais, ou seja dos nascimentos que ocorrem antes de decorridos oitos meses após o casamento, permite não só descortinar o comportamento sexual dos noivos bem como a atitude da comunidade face à convivência íntima dos prometidos.

Flinn, na síntese que temos vindo a seguir, com base nas altas percentagens de concepções pré nupciais que alguns autores encontraram para distintas áreas europeias afirma que “la lucha por limitar las relaciones sexuales al matrimonio, al mismo tiempo, que las nupcias se contrajeran a una edad tardía, era una batalla perdida, hasta cierto punto, tal como es la naturaleza humana. Esto se reffleja en la tasa de concepción premarital, que en la mayor parte de los países era mucho más elevada que la tasa de ilegitimidad”<sup>219</sup>. De facto, tal como defende este autor, a existência de uma grande variedade de costumes sociais (o costume que obriga ao casamento na sequência de uma gravidez ilícita ou o hábito de as relações sexuais precederem normalmente o casamento) faz com que haja maior variação nos níveis das concepções pré-maritais do que em muitas outras variáveis tanto geográfica como cronologicamente.

---

<sup>219</sup> FLINN, ob. cit., pp.44 e 45. Segundo este autor, estudos feitos para Inglaterra, séculos XVI e XVII, revelaram que a sexta parte - e provavelmente um terço - de todos os nascimentos teriam sido concebidos em período pré-marital. E estudos relativos a outras zonas da Europa demonstraram que índices dessa grandeza e até superiores não eram casos insólitos.

Em Angra, doutrinados pelos princípios católicos pós-tridentinos, como se comportavam os noivos? Se atendermos ao estatuído nas Constituições Sinodais o rigor das proibições e dos castigos previstos era de molde a afastar qualquer um de toda e qualquer tentação. No título X, que diz respeito ao Sacramento do Matrimónio, pode ler-se relativamente aos prometimentos de futuro:

“(...) sendo prometimentos a que o direito chama esposouros de futuro, como dizendo: prometo que casarey cõtigo, ou prometo que não receberey outra molher, ou outras semelhantes palavras, Respõdendo ela ho mesmo, não averá lugar a pena sobredita. Salvo se depois das ditas palavras ouverem copula carnal, ca entõ ce fica em verdadeiro Matrimónio que o direito chama de presumpsam e os noivos ficam excomungados, e pagaram a pena elles somente, e não outra pessoa alguma.”<sup>220</sup>

Se tivermos em consideração que as penas previstas nestas Constituições Sinodais para os que casavam sem observar as prescrições da igreja, bem como para os que os recebessem ou para os que servissem de testemunhas, eram a excomunhão e consequente afastamento da igreja e dos ofícios divinos até que fossem absolvidos mediante o pagamento do que era costume (500 réis pagariam o noivo, a noiva e quem os recebesse e 150 réis seriam pagos por cada uma das testemunhas) torna-se claro que a Igreja além de censurar e reprimir as relações à margem das suas regras procurava dissuadir a comunidade para uma eventual atitude de tolerância.

A análise das concepções pré-maritais poder-nos-á trazer algum esclarecimento sobre a coincidência ou não entre o apregoado e o praticado.

---

<sup>220</sup> Às penas previstas para dissuadir comportamentos desviantes as Constituições Sinodais contrapunham “recompensas” para os seguidores das prescrições da igreja como testemunha a seguinte passagem: “E porque nos desejamos muito que nossos subditos entre na ordem do Matrimonio com a bênção de nosso Señor e da sancta madre Igreja e nossa, casandose como Deos quer, e a sancta madre igreja ordena, (...), Nos polla presente cõcedemos aos Noivos que assi se casarem quarenta dias de perdão a cadahum, e aos pays e mãys que ho assi quiserem trinta dias a cadahum, e aos parentes e amigos que o procurarem vinte dias cadahum.” In *Constituições Synodaes do Bispado de Angra*, pp. 57 e 58.

Quando, por norma, o casamento se segue de imediato ao engravidar da rapariga é de supor uma reprovação social maior do que quando a rapariga casa já num estado avançado de gravidez incapaz portanto de dissimular o seu estado? Ou pelo contrário, face à reprovação da vizinhança a rapariga tenta esconder o “mau passo” até ao limite do possível?

A partir dos nascimentos que ocorreram antes de decorridos 8 meses após o casamento verificamos percentualmente qual a proporção que constituiriam em relação ao total de nascimentos legítimos. Calculamos ainda o intervalo protogenésico médio em meses. Os resultados são os que se apresentam no quadro seguinte, distinguindo, ainda os que nasceram até três meses após o casamento.

**Quadro nº 56**  
**Intervalo protogenésico inferior a 8 meses**

<b>Períodos</b>	<b>Intervalo &lt;8 meses (% em relação ao total)</b>	<b>Intervalo médio (meses)</b>	<b>Intervalo &lt;= 3 meses (% em relação a &lt;8 meses)</b>
1600-1639	(128/1439) 8,9 %	4,4	(43/128) 33,6
1640-1699	(211/2217) 9,5 %	4,4	(77/211) 36,5
1600-1699	(339/3656) 9,3%	4,4	(120/339) 35,4

Uma percentagem média de 9,3% de concepções antes do casamento entre 1600 e 1699 representa uma fatia não desprezável da fecundidade ilegítima cuja importância relativa será tanto maior quanto menor for o nível da ilegitimidade. As percentagens dos intervalos (três meses ou menos e inferiores a 8 meses) indicam-nos que a reprovação social não terá conhecido grandes alterações ao longo de todo o século e que a intervenção da igreja também não se traduziu num maior controlo da sexualidade dos noivos. O intervalo médio de 4,4 meses pode ser indicador de que, uma vez grávidas, as raparigas ou as suas famílias apesar de procurarem legitimar a situação não o faziam a tempo de dissimular a situação. Em relação às concepções pré-nupciais, são também significativas as percentagens de 21,9% e de 18,5% de nascimentos ao fim do 7º mês de

casamento em 1600-1639 e em 1640-1699 respectivamente. Nestes casos seria a gravidez a apressar o casamento ou face à aproximação do dia do casamento os noivos permitir-se-iam antecipar o início da sua vida íntima? As Constituições Sinodais, ao estipularem que “(...) quando alguns quiserem casar em nosso Bispado, ora sejam solteiros, ora viuuos, o fação logo saber a seus vigairos ou curas, ou aos que seu carrego tiuerem. Os quaes antes que os recebam os denunciarão por três Domingos à missa do dia sendo o pouo todo junto”, apontam para a segunda hipótese, pois com três semanas necessárias para decorrerem os banhos é muito provável que muitas das raparigas ainda não tivessem a certeza do seu estado quando as “denunciações” começavam.

A análise das concepções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento poderá elucidar-nos sobre outros aspectos deste comportamento.

#### 4.1.1. Concepções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento

Quadro nº 57  
Concepções pré-nupciais  
(segundo a idade da mulher ao casamento)

Períodos	Intervalo protogenésico < 8 meses (% em relação ao total de nascimentos)				Intervalo protogenésico <= 3 meses (% em relação a < 8 meses)			
	Grupos de Idades				Grupos de Idades			
	<20	20-24	25-29	30+	< 20	20-24	25-29	30+
1600-1639	2,9	7,6	4,3	9,5	0	30,8	0	50,0
1640-1699	7,7	11,0	9,1	4,9	57,1	27,5	38,9	42,8
1600-1699	6,1	9,9	7,6	5,9	48,0	28,3	31,8	45,5

Do primeiro para o segundo período são detectadas algumas oscilações de comportamento em cada um dos grupos de idades. Se a maior ocorrência de gravidezes antes do casamento por parte das mulheres que casavam com 30 ou mais anos pode configurar uma estratégia dissimulada para aceder ao casamento (lembremos que ao longo do século XVII a idade média ao primeiro casamento feminino ficou abaixo dos 24 anos e que as idades combinadas dos nubentes só em percentagens muito residuais

tinha mulheres com 30 ou mais anos a casar e geralmente com homens mais velhos), a menor percentagem antes dos 20 anos, sobretudo no primeiro período, pode significar uma maior vigilância sobre as jovens. A elevada percentagem de jovens que tinha o filho ao cabo de três meses ou menos pode dever-se ao facto de a gravidez ser escondida da própria família até o mais tarde possível. Esta explicação não nos parece que se possa estender de igual modo aos grupos de idades mais avançados. E repare-se que eram as que tinham 30 ou mais anos de idade que permaneciam mais tempo solteiras depois de engravidar.

#### **4.2. Filiação natural e enjeitados**

O interesse pela ilegitimidade num estudo de natureza demográfica é tanto mais justificado quanto sabemos que o carácter regulador da nupcialidade depende da existência de um regime de baixa frequência da ilegitimidade.

É sabido que fundamentada nos dados apresentados pelos estudos de demografia histórica se generalizou, para o Antigo Regime, a ideia de que o sistema demográfico europeu se caracterizava por uma natalidade que ocorria quase na sua totalidade dentro do casamento. E a baixa proporção de ilegítimos na Europa de então dever-se-ia ao facto de as sociedades europeias pouco tolerantes, sobretudo as católicas, serem rigorosas na observância da castidade até ao casamento.

Os dados conhecidos para Portugal apontam, porém, para uma grande variabilidade geográfica. O regime europeu de baixa ilegitimidade, reproduzido em algumas zonas do nosso país, é negado, pelos valores claramente superiores aos do resto da Europa, em outras zonas. Efectivamente, os estudos feitos sobre paróquias minhotas vieram pôr em causa este quadro geral de baixos índices de ilegitimidade encontrados para o Antigo Regime. Às taxas de ilegitimidade, que oscilam entre valores inferiores a

2% e 5%, referidas por Flinn para a Europa Ocidental e Setentrional anterior ao século XVIII, o Minho opõe, para o século XVII, taxas que ultrapassando os 20% não descem abaixo dos 10%<sup>221</sup>.

Assim, ao estudarmos os níveis de fecundidade em Angra, na impossibilidade de calcular taxas de fecundidade não-legítima, é importante medir a proporção de nascimentos ilegítimos e de crianças enjeitadas no conjunto dos nascimentos contabilizados.

#### 4.2.1. Ilegítimos

Considerando ilegítimos os nascimentos resultantes de uniões não sacramentadas pelo casamento encontramos, quanto à identificação dos progenitores, três situações distintas: 1)- crianças filhas de pai e mãe identificados mas não casados, pelo menos entre si; 2)- crianças para as quais conhecemos a mãe e cujo pai é referido como incógnito (são a generalidade dos casos); 3)- os casos, poucos, em que, sendo conhecido o pai, a mãe é referida como *incógnita, desconhecida ou propter in forma occultate*.

Estas formas diferentes de identificação estarão eventualmente relacionadas com o estatuto social dos progenitores. Como já foi salientado por Ana Sílvia Scott, o facto de “remetermos todos os nascimentos ocorridos fora do âmbito do matrimónio regularmente aceite, para a rubrica genérica de “ilegítimos”, não significa que possam ser indiscriminadamente tidos por iguais nos seus papéis e estatuto”<sup>222</sup>. A este propósito parecem-nos bastante elucidativos os seguintes registos de baptismo: 1) a 23 de Março de 1613 foi baptizado, em Santa Luzia, António filho de Maria Luís que “disse ser o

---

<sup>221</sup>Veja-se FLINN, Michael W, *El Sistema Demográfico Europeo, 1500-1820*, Editorial Crítica, Barcelona, 1989, pp.35; NEVES, António Amaro das, *Filhos das Ervas a ilegitimidade no norte de Guimarães séculos XVI-XVIII*, NEPS, Universidade do Minho, Guimarães, 2001, p. 125.

<sup>222</sup> Cf. SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português Séculos XVIII e XIX*, NEPS, Universidade do Minho, Guimarães, 1999, p.222.

filho de um fulano Martins enteado de Manuel Pessoa”; 2) Também em Santa Luzia foi baptizada a 6 de Março de 1670 Maria filha de Maria da Luz que diz “ser o pai da criança Mateus Alves Favela”; 3) Baptizada na Conceição foi Maria, no dia 2 de Fevereiro de 1626, filha de Dom Álvaro Coutinho “et de mai incógnita”.

No quadro que se segue apresentamos, por décadas, os ilegítimos em números absolutos (NI) e a respectiva percentagem em relação ao total de nascimentos (NT) contabilizados em igual período.

Pelo facto de haver algum desfasamento temporal entre as séries de nascimentos das diferentes paróquias contabilizamos os nascimentos por conjuntos de paróquias. Assim, agrupamos para o período de 1583-1699 os nascimentos da Sé, Conceição e S. Pedro (SCP), para 1583-1620 os da Sé, Conceição, S. Pedro e S. Bento (SCPB) e para 1620-1699 os da Sé, Conceição, S. Pedro e Santa Luzia (SCPL). Consideramos para Angra todos os nascimentos ocorridos entre 1583-1699 independentemente das paróquias envolvidas.

**Quadro nº 58**  
**Nascimentos ilegítimos**  
**(% em relação ao total de nascimentos)**

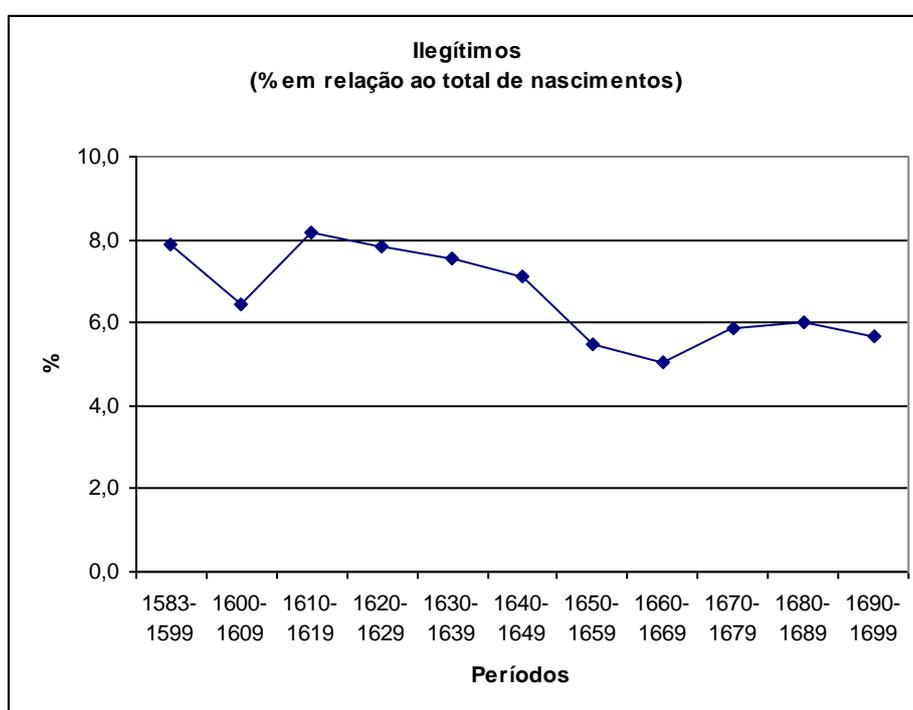
Períodos	Angra			SCP			SCPL			SCPB		
	NT	NI	%									
1583-1599	5195	409	7,9	5031	407	8,1				5186	409	7,9
1600-1609	2710	175	6,5	2604	181	7,0				2641	181	6,9
1610-1619	2523	206	8,2	2410	205	8,5				2459	206	8,4
1620-1629	2909	228	7,8	2603	219	8,4	2626	232	8,8	2629	227	8,6
1630-1639	3160	239	7,6	2717	224	8,2	2743	243	8,9			
1640-1649	2685	191	7,1	2316	172	7,4	2340	185	7,9			
1650-1659	2655	146	5,5	2242	133	5,9	2254	143	6,3			
1660-1669	2617	132	5,0	2247	121	5,4	2260	130	5,8			
1670-1679	2974	175	5,9	2527	166	6,6	2558	186	7,3			
1680-1689	2622	157	6,0	2194	138	6,3	2208	154	7,0			
1690-1699	2690	152	5,7	2229	134	6,0	2241	148	6,6			
<b>1583-1699</b>	<b>32740</b>	<b>2210</b>	<b>6,8</b>	<b>29120</b>	<b>2100</b>	<b>7,2</b>	<b>19230</b>	<b>1421</b>	<b>7,4</b>	<b>12915</b>	<b>1023</b>	<b>7,9</b>

Fonte: Fichas de família.

Nota: Os baptizados de Santa Luzia começam a partir de 1622; \*\* os baptizados de S. Bento acabam em 1622

Depois de verificarmos que as taxas de ilegitimidade encontradas para cada um dos conjuntos de paróquias, anteriormente definidos, não contrariam as taxas calculadas para o total de nascimentos, passamos a analisar os dados, considerando Angra no seu conjunto. Verificamos que entre 1583 e 1700 num universo de 32.740 nascimentos encontramos 2.210 filhos ilegítimos o que significa que, em média, por cada mil nascimentos 68 eram de crianças bastardas.

**Gráfico nº 29**  
**Ilegítimos (% em relação ao total de nascimentos)**



Observando os dados, década a década, constatamos que as taxas de ilegitimidade, variando entre os 5% do decénio de 1660 e os 8,2% da década de 1610, apresentam os maiores valores até à década de 1640. Os dados apontam para uma maior incidência do fenómeno até meados do século, registando-se a partir daí um abrandamento. Este movimento descendente do fenómeno remete Angra para a cronologia traçada por Chaunu<sup>223</sup> com base nos dados revelados pelos estudos

<sup>223</sup> Cf. CHAUNU, Pierre, *Histoire: Science Sociale*, S.E.D.E.S., Paris, 1974, p. 457.

demográficos, fundamentalmente pelas monografias francesas. Segundo essa cronologia a ilegitimidade com valores mais elevados nos finais do século XVI a meados do século XVII descreve a partir daí um movimento descendente conhecendo o seu ponto mais baixo entre 1675 e 1730-40.

Para melhor compreendermos o real significado dos valores encontrados para Angra é necessário procurar saber de quem eram filhas estas crianças e fazer comparações com os dados que são conhecidos para outras zonas.

A primeira constatação que fizemos foi a de que a maternidade dos ilegítimos, não excluindo a população livre, era maioritariamente de escravas. Quanto à paternidade também foram declarados como pais de ilegítimos homens livres e homens escravos. Na maioria dos casos a ilegitimidade é apenas de maternidade identificada e de paternidade desconhecida (talvez seja mais exacto dizer-se de paternidade oculta, não declarada): Dos 2.210 ilegítimos, i.e. todos aqueles que encontrámos nascidos fora de uma relação conjugal, contámos 1.820 casos de mãe conhecida e pai desconhecido, 328 casos em que são conhecidos ambos os progenitores e 64 casos em que apenas se conhece o pai (destes 64 casos 22 são filhos de mãe declarada incógnita)<sup>224</sup>. A ocultação da paternidade, na maioria dos casos, torna impossível determinar em que medida os filhos de escravas tinham progenitores não-escravos.

Acompanhar as mães de ilegítimos revelou-se tarefa difícil sobretudo quando se tratava de escravas. A insuficiente identificação destas mulheres não nos permite apurar todos os casos em que cada uma delas tinha mais do que um filho. A título indicativo registre-se que entre as 952 mães escravas identificamos 229 como tendo dois ou mais filhos. No caso das mães não-escravas, segundo os dados de que dispomos, tratava-se

---

<sup>224</sup> Apareceram muitos mais casos em que só era mencionado o nome do pai, mas foram facilmente integrados na família a que pertenciam. Com certeza, nesses casos, o redactor limitava-se a mencionar o nome do pai por se tratar de pessoa bastante conhecida. Nestes 42 casos restantes não encontramos nenhuma família constituída onde pudessem ser inseridos e há casos onde o pai tem, com outra mulher, casamento posterior.

sobretudo de mulheres solteiras (19 viúvas e 6 casadas, ou seja 96,7% de solteiras) que tinham maioritariamente apenas um filho ilegítimo (das 748 mães não-escravas apenas 55 tiveram dois ou mais filhos: 43 com 2 filhos, 9 com 3 filhos e 3 com quatro filhos). Para estas raparigas o casamento com o pai dos filhos foi o passo seguinte em mais de 43% dos casos (dos 251 casais ilegítimos 109 casaram entre si posteriormente). Para as escravas se o assumir da paternidade era difícil o casamento posterior era praticamente uma impossibilidade (apenas em 49 casos é indicado o nome do pai e somente em dois casos, em que ambos os progenitores são escravos, houve posterior casamento).

Continuando a análise quantitativa da ilegitimidade verificámos que das 2.148 crianças com mãe conhecida 1.312 eram filhas de mães escravas. Isto significa que, em média, 61,1% dos nascimentos ilegítimos eram de mães escravas. Ora se excluirmos os filhos das escravas, em Angra, num período de mais de 100 anos, apenas teria havido 836 casos de nascimentos ilegítimos, o que altera significativamente as taxas de ilegitimidade. A taxa média de 6,8% (num total de 32.740 nascimentos) passaria para 2,7% (num total de 31.428 nascimentos).

No caso de Angra parece-nos adequado considerar como taxa de ilegitimidade a que inclui os filhos escravos. Não se pode considerar automaticamente como ilegítimos todos os que nascem de pais escravos, pois, como já foi referido, havia casais escravos unidos pelo matrimónio. Mais a mais se havia ilegítimos de mãe escrava e de pai não escravo a inversa também se verificava.

Atente-se no seguinte quadro comparativo.

**Quadro nº 59**  
**Taxas de ilegitimidade (quadro comparativo)**

Décadas		1590	1600	1610	1620	1630	1640	1650	1660	1670	1680	1690	Fonte
<b>Portugal</b>													
Açores	Angra	7,9	6,5	8,2	7,8	7,6	7,1	5,5	5,0	5,9	6,0	5,7	a)
	Sul do Pico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,5	3,1	b)
Minho	Guimarães Urb.	-	13,6	9,3	17,6	19,9	18,2	15,5	18,8	12,8	11,2	11,7	c)
	Guimarães Rur.	-	12,8	10,7	10,6	13,2	12,2	9,4	16,2	16,4	12,5	7,2	
	Guimarães Mist.	-	7,5	3,1	24,4	25,4	21,4	17,6	14,7	11,5	14,6	11,0	
	Ronfe	20,8	13,1	10,1	24,7	30,1	28,6	23,7	21,1	14,4	13,9	15,2	d)
	Barcelinhos	-	-	-	3,0	1,1	0	3,6	7,2	6,6	7,4	7,1	
	Alvito S. Pedro	12,0	14,0	10,0	20,0	7,0	4,0	13,0	2,0	3,0	4,0	9,0	
	Romarigães	-	-	-	-	-	5,4	3,1	2,2	1,6	1,7	1,4	
Trás-os-Montes	Poiães	3,2	2,6	1,3	1,9	1,1	-	1,7	5,2	2,6	5,2	7,6	
	Rebordãos	-	-	1,4	1,5	2,8	1,1	1,7	0,6	0,4	1,1	6,3	
	Cardanha	0,8	0,9	1,7	4,8	1,5	1,1	5,1	0	1,1	14,0	8,9	
Douro Litoral	Bougado	-	-	-	-	-	-	2,9	10,1	8,0	3,4	6,6	
	Mercês-Lisboa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22,6	
Beira Litoral	Cortegaça	< 1650 7,5			1650-1699 3,7								e)
Europa		Período			Taxa mínima		Taxa máxima		Taxa média		Fonte		
Alemanha		Antes de 1750			1,6		4,1		2,5		f)		
Escandinávia					3,6		4,1		3,8				
Inglaterra					-		-		2,6				
França					0,6		10,7		2,9				
Espanha					3,0		6,1		5,4				

Fontes: a) Registos paroquiais; b) Amorim, 1992, p. 161; c) Amorim, 1987, pp. 232 a 234; d) Scott, 1999, quadro 54 p. 229; e) Gomes, 1998, p. 73; f) Flinn, 1989, pp. 165 a 168

Antes de procedermos a qualquer análise comparativa é necessário, uma vez mais, referir os limites deste quadro. Enquanto que as taxas que se reportam a Portugal dizem respeito apenas às paróquias identificadas e traduzem normalmente valores decenais, as taxas médias europeias compreendem em cada país indicado um número muito variável de paróquias (duas no caso da Escandinávia, 24 na Inglaterra, 11 em França e 12 no caso da Alemanha e da Espanha) e abarcam períodos de tempo que acabando em 1750 podem iniciar-se mais cedo nuns países do que nos outros. Note-se,

também que os dados apresentados dizem respeito, na esmagadora maioria dos casos, a paróquias rurais cujas dimensões são variáveis. Apesar das limitações comparativas que encerra, o quadro, realçando elevadas taxas no Minho, é ilustrativo da baixa incidência do fenómeno na Europa bem como da variabilidade geográfica da ilegitimidade não só de uns países para os outros mas dentro de cada um dos países.

A ilegitimidade em Angra, superiorizando-se genericamente às taxas europeias, revela no contexto português algumas particularidades. Mais do que ficar muito aquém dos valores encontrados na paróquia lisboeta das Mercês e em paróquias do Minho, como as de Guimarães ou Ronfe, as suas taxas decenais descrevem uma tendência de sentido oposto ao de outras paróquias. Note-se que em Angra, tal como em Guimarães, a maior incidência do fenómeno se regista na primeira metade do século, enquanto que nas outras paróquias, não havendo uma tendência clara, as maiores taxas se registam frequentemente na segunda metade da centúria.

A escassez de estudos sobre contextos urbanos para o século XVII dificulta grandemente o nosso esforço comparativo não só a nível do nosso país mas a nível europeu. Guimarães, zona urbana e as Mercês, paróquia lisboeta para a qual apenas conhecemos os dados relativos à última década do século que estudamos sugerem, por contraste, uma baixa ilegitimidade em Angra. Na realidade estes valores poderão ser ainda mais baixos se a ilegitimidade registada em Angra encobrir os efeitos de ampliação que habitualmente se verificavam nos espaços urbanos. Pois, tal como afirmou Chaunu<sup>225</sup>, a elevação da ilegitimidade nas cidades em relação aos meios rurais pode resultar do facto de as raparigas grávidas aqui se refugiarem procurando, assim, fugir à reprovação social da vizinhança. Só um estudo do fenómeno na área envolvente poderia precisar esta questão.

---

<sup>225</sup> CHAUNU, Pierre, *A Civilização da Europa das Luzes*, 1º vol., Estampa, Lisboa, 1985, p. 115.

Se compararmos os valores da ilegitimidade calculados para Angra com os resultados apresentados, mais recentemente, por autores que estudaram populações espanholas continuamos a constatar a grande variabilidade deste comportamento. Efectivamente, enquanto que o estudo de Francisco Sàncnez-Montes González, sobre a população de Granada ao longo do século XVII, aponta taxas de ilegitimidade que oscilam entre os 6% e os 9%, o trabalho de Fernando Mikelarena e Lola Valverde sobre a população de Navarra no período de 1630-1799 apresenta, para todo o período, uma taxa média de ilegitimidade na ordem dos 2,7%, situando-se o valor mais elevado, 4%, na década de 1640<sup>226</sup>. No entanto estes valores devem ser lidos com algumas reservas pois estes autores, por razões que justificam, contabilizaram as crianças abandonadas, os enjeitados, como ilegítimos. Ora é sabido que o abandono de crianças não é um comportamento exclusivo de pais não casados.

Complexo nas suas motivações o fenómeno do abandono de crianças, os enjeitados, tanto pode envolver crianças filhas legítimas como filhas ilegítimas. Sendo fácil admitir uma relação entre o abandono e o baixo nível material das populações não podemos excluir outras razões como as que se prendem com questões de honra e prestígio social.

#### **4.2.2. Enjeitados**

Luís, baptizado em 18 de Março de 1648 como filho de pais incógnitos, foi reconhecido mais tarde pelos seus pais como consta da seguinte declaração lavrada na margem do seu assento de baptismo “*Este Luís constando neste termo e fº do capitão*

---

<sup>226</sup>SANCHES-MONTES GONZÁLEZ, Francisco, *La Población Granadina del siglo XVII*, Universidade de Granada/Ayuntamiento de Granada, Granada, 1989, pp. 95; MIKELARENA, Fernando e VALVERDE, Lola, Ilegitimidad y exposicion en Navarra (XVI-XX), in PÉREZ MOREDA, Vicente, (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do Século XVI ao Presente*, Actas do III Congresso da ADEH, Edições Afrontamento, 1996, pp .271-302.

*Christovão de Lemos Mendonsa, e de sua mulher D. Iria de Ávila e foi lançado por fº de pais incógnitos por nascer antes de recebidos seus pais (...) ”.*

O caso do Luís, aqui apresentado, ilustra bem que as crianças enjeitadas ao batismo não podem ser tomadas automaticamente como filhas de gente desvalida. Se é certo que se pode verificar uma correlação entre o abandono e os períodos de crise<sup>227</sup> também é certo que por trás do abandono podem estar outras razões como as da honra<sup>228</sup>. Este caso, o de uma criança que ao batismo era enjeitada e que passou a filha ilegítima, remete-nos para a complexidade que envolve o fenómeno. Certamente que estes pais, apesar de ocultarem a sua identidade ao batismo deste filho ilegítimo, não deixaram de acautelarem a forma de o recuperarem logo que estivessem em condições de o fazer.

Na impossibilidade de abordar outros aspectos que se prendem com o enjeitamento de crianças passamos a analisar a sua evolução numérica em Angra.

Tal como fizemos para os ilegítimos (I), contabilizamos os enjeitados (E) pelas paróquias onde têm o seu batismo registado. Atentemos no quadro e gráfico que se seguem.

---

<sup>227</sup> Autores como Perez Moreda, em Espanha, ou André Armengaud, François Lebrun e Flandrin, em França, têm sublinhado e por vezes demonstrado que existe uma correlação entre o maior ou menor abandono de crianças e as grandes crises de subsistência.

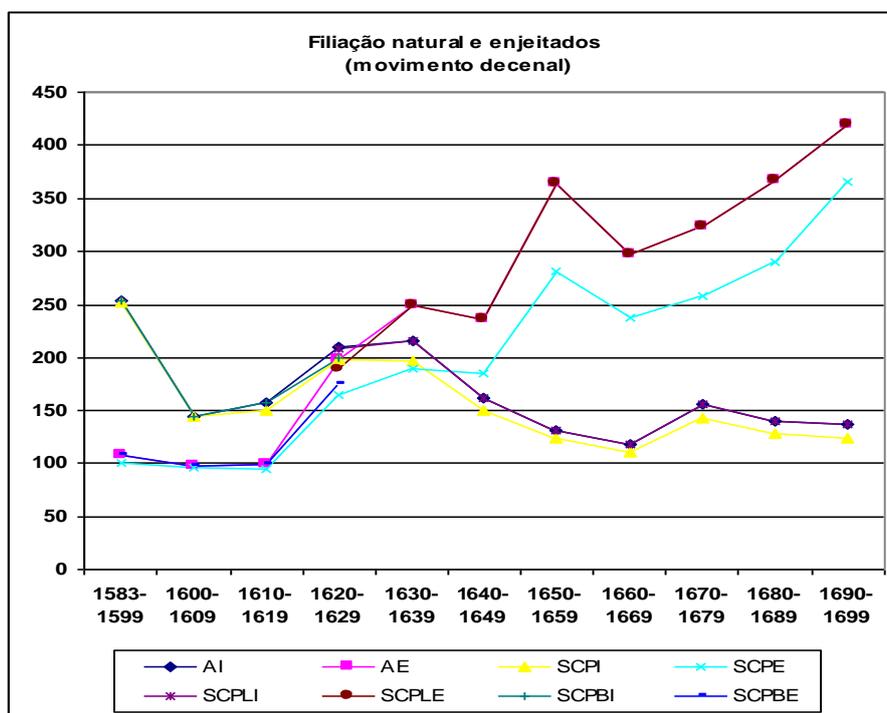
<sup>228</sup> A propósito das motivações do abandono de crianças veja-se FONTE, Teodoro Afonso da, *O Abandono de Crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, CMPL, Centro de Estudos Regionais, 1996, pp. 87-97 e 163-164. Este autor, numa revisão das investigações que sobre este assunto têm sido feitas no nosso país, bem como em França e Espanha identifica como hipóteses referenciais dessas investigações as motivações de carácter social, económico e moral. Ilegitimidade e miséria seriam *per si* ou concomitantemente as grandes causas do abandono. A investigação que o autor desenvolve sobre a ocorrência deste fenómeno em Ponte de Lima permite-lhe concluir que a intensificação do fenómeno, visível até aos inícios do último quartel do século XIX, contou com o favorecimento de contextos institucionais permissivos atestados pelo aumento do abandono depois da criação da Roda nos finais do século XVIII que terá gerado à sua volta um complexo jogo de estratégias familiares que visavam tirar partido do sistema assistencial criado. Neste caso, e com base nos indicadores disponíveis, o autor, não excluindo os efeitos de conjunturas económicas desfavoráveis, conclui que o abandono estaria mais vinculado à ilegitimidade. Deste autor veja-se também “Conjuntura económica e comportamento demográfico. O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675 - 1874)” in PÉREZ MOREDA, Vicente, (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do Século XVI ao Presente*, Actas do III Congresso da ADEH, Edições Afrontamento, 1996, pp. 187-203.

**Quadro n° 60**  
**Ilegítimos (I) e enjeitados (E)**

Períodos	Angra			SCP			SCPL			SCPB		
	I	E	IE	I	E	IE	I	E	IE	I	E	IE
1583-1599	409	107	516	409	100	507				409	107	516
1600-1609	175	97	272	181	96	277				181	97	278
1610-1619	206	99	305	205	95	300				206	99	305
1620-1629	228	199	427	219	164	383	232	189	421	227	174	401
1630-1639	239	249	488	224	189	413	243	249	492			
1640-1649	191	237	428	172	184	356	185	237	422			
1650-1659	146	364	510	133	82	415	143	364	507			
1660-1669	132	298	430	121	238	359	130	298	428			
1670-1679	175	323	498	166	259	425	186	323	509			
1680-1689	157	367	524	138	290	428	154	367	521			
1690-1699	152	420	572	134	366	500	148	420	568			
<b>Totais</b>	<b>2210</b>	<b>2760</b>	<b>4970</b>	<b>2100</b>	<b>2263</b>	<b>4363</b>	<b>1421</b>	<b>2447</b>	<b>3868</b>	<b>1023</b>	<b>477</b>	<b>1500</b>

Fonte: Registos paroquiais

**Gráfico n° 30**  
**Filiação natural e enjeitados (movimento decenal)**

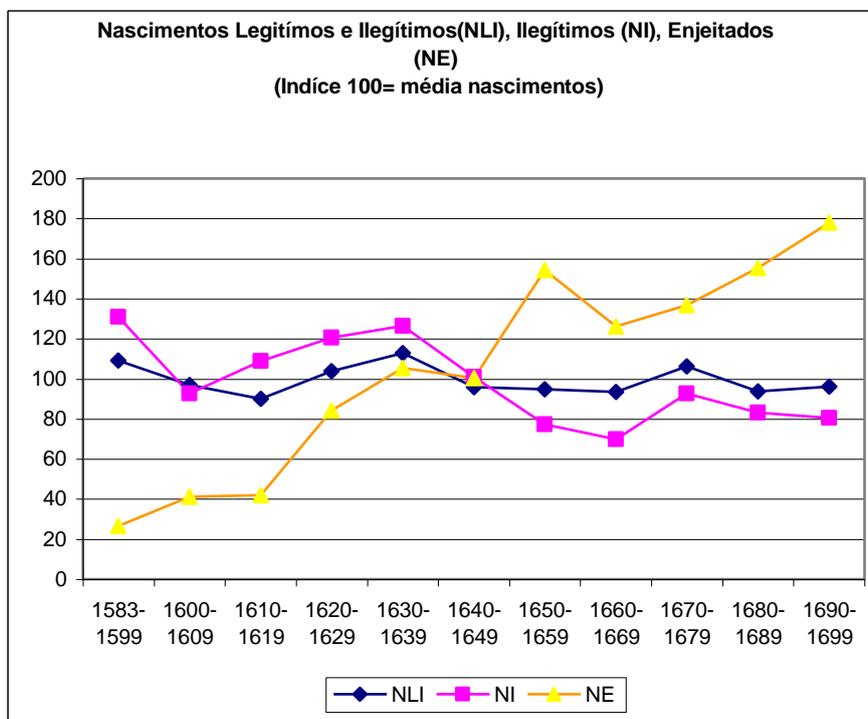


Atendendo ao movimento, em números absolutos, dos baptismos das crianças ilegítimas e das crianças enjeitadas verificamos que em todos os agrupamentos de

paróquias, que definimos em função das balizas cronológicas dos respectivos assentos, a evolução dos enjeitados segue em sentido inverso a dos ilegítimos. Ao aumento do volume de casos de enjeitados corresponde uma diminuição dos casos de ilegitimidade.

Tomando como índice 100 a média de nascimentos, reduzimos a índices a soma dos nascimentos legítimos e ilegítimos (NLI), os nascimentos ilegítimos (NI) e os nascimentos de enjeitados (NE), que representados em gráfico nos permitem uma percepção interessante destes fenómenos.

**Gráfico n° 31**  
**Nascimentos Legítimos, Ilegítimos e enjeitados**



Como se pode verificar as três curvas apresentam comportamentos diversos. A evolução dos nascimentos (NLI), pesem embora alguns períodos de subida seguidos de descidas, ajusta, na sua globalidade, uma imagem de estagnação à centúria de Seiscentos. Isolada a evolução dos nascimentos ilegítimos (NI), para além da descida registada desde os últimos anos do século XVI até finais do primeiro decénio de

Seiscentos, mostra claramente duas fases: intensificação do fenómeno até 1640 e decréscimo a partir daí até final da observação.

Curiosa é a evolução dos baptizados na cidade sem filiação conhecida (NE). Tal incremento dever-se-á ao maior contributo de uma ilegitimidade cada vez menos assumida? Terá a cidade passado a oferecer melhores condições para o abandono, atraindo por isso crianças vindas de outras paróquias? As conjunturas políticas, militares e económicas que marcaram tanto o século XVII português e que se viveram de modo tão particular em Angra terão criado tais dificuldades que o enjeitamento passou a figurar como recurso mesmo para nascimentos legítimos? As fontes utilizadas no nosso estudo não nos permitem avançar uma conclusão. Segundo Isabel Sá “em Angra a responsabilidade da criação de expostos passou a recair exclusivamente sobre a Câmara, sob cuja alçada se encontrava ainda nos inícios do século XIX”<sup>229</sup>. De facto, pelas referências que encontramos nas actas de vereação, ficamos a saber que a Câmara tinha livro próprio para registo dos enjeitados e que um vereador era encarregado de levar esse livro para casa a fim de “nele serem lançados todos os que de novo viessem e os que fossem morrendo”<sup>230</sup>. A responsabilidade com a criação dessas crianças constituía um encargo financeiro que obrigava a Câmara a dispor de rendas próprias e a procurar autorização para poder aumentar tais rendas. As actas de vereação dos dias 16 de Maio de 1699 e do dia 7 de Abril de 1700 são elucidativas. Face à necessidade de pagar às amas dos enjeitados e uma vez que o tesoureiro das rendas da Câmara ainda não “tem o dinheiro e as amas não podem esperar mais tempo porque são pobres”, a vereação de 16 de Maio acordou que quem tinha arrematado as rendas da Câmara

---

<sup>229</sup> Cf. Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, CNCDP, Lisboa, 1997, p. 126. Segundo esta autora essa responsabilidade vem já do século XVI e passou a ser sem ambiguidades pertença da Câmara na sequência de um caso (constante em BPAAH, *Fundo da Misericórdia de Angra*, maço 1 [1562.05.13]) em que a Câmara, querendo empurrar tal responsabilidade para o hospital do Espírito Santo (hospital anexado em 1556 à Misericórdia), foi obrigada a assumir a responsabilidade já que uma sentença favorável ao hospital o livrou de tal encargo.

<sup>230</sup> BPAAH, *Vereações*, (29 Agosto 1654 e 14 Abril 1655), Livro 14, pasta 2.

pagasse “com prontidão as ditas amas”. Em 7 de Abril de 1700 face a uma provisão do Rei, datada de 13 de Outubro de 1699, que permitia que se impusesse “nos vinhos, carnes e azeites o conserto que faltar para a despesa que se faz com a criação dos enjeitados”, visto constar ao Rei que os 200 mil réis que havia concedido por outra provisão de 11 de Maio de 1697 não bastavam, os oficiais da Câmara, na presença do corregedor, acordaram “porque era conveniente se fizesse só nos vinhos, tirar em cada canada de vinho meia medida para os enjeitados”<sup>231</sup>.

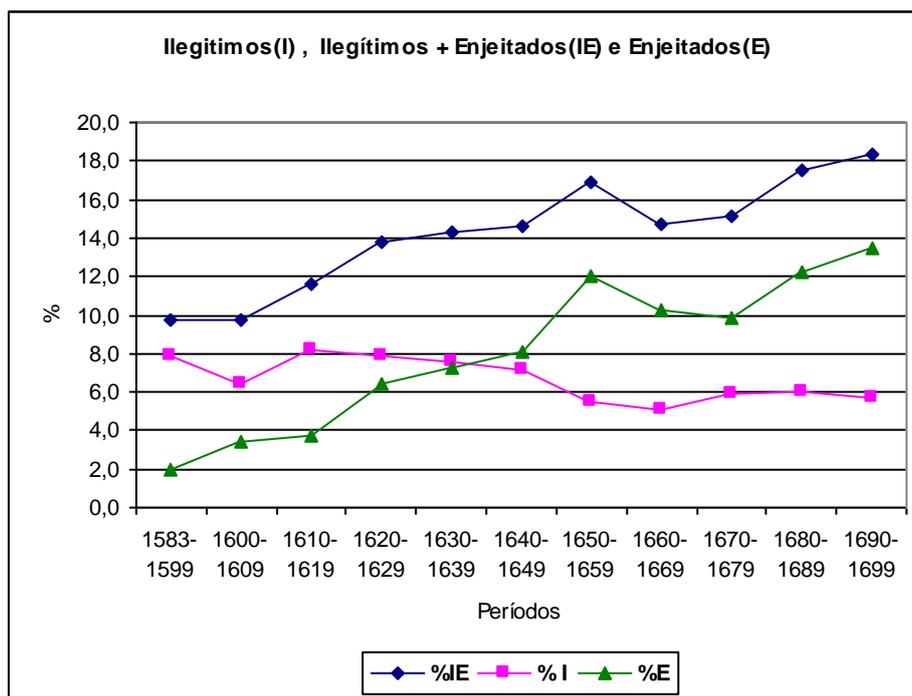
As percentagens de ilegítimos (I) e enjeitados (E) calculadas, em conjunto ou separadamente em relação ao total de baptismos (incluindo os enjeitados só quando se calcula a respectiva percentagem) permitem-nos dimensionar quantitativamente estes fenómenos no seio desta população.

**Quadro nº 61**  
**Enjeitados e ilegítimos (IE)**  
**(% em relação ao total de baptizados (LIE))**

Períodos	Totais (LIE)	Totais (IE)	% IE	%I	%E
1583-1599	5302	516	9,7	7,9	2,0
1600-1609	2807	272	9,7	6,5	3,5
1610-1619	2622	305	11,6	8,2	3,8
1620-1629	3108	427	13,7	7,8	6,4
1630-1639	3409	488	14,3	7,6	7,3
1640-1649	2922	428	14,6	7,1	8,1
1650-1659	3019	510	16,9	5,5	12,1
1660-1669	2915	430	14,8	5,0	10,2
1670-1679	3297	498	15,1	5,9	9,8
1680-1689	2989	524	17,5	6,0	12,3
1690-1699	3110	572	18,4	5,7	13,5
Total	35500	4970	14,0	6,8	7,8

<sup>231</sup> BPAAH, *Vereações*, (16 de Maio de 1699 e 7 de Abril de 1700), Livro 15, pasta 3.

**Gráfico nº 32**  
**Ilegítimos(I), Ilegítimos + Enjeitados (IE) e Enjeitados €**



Com oscilações entre os 5% e os 8% as percentagens dos ilegítimos que se superiorizam às dos enjeitados até 1630/40 são largamente ultrapassadas pelas percentagens destes na segunda metade da centúria (entre 8% e 13,5% ficam as oscilações dos enjeitados). Considerando a soma dos ilegítimos e dos enjeitados e supondo que a grande maioria dos enjeitados nasciam à margem do casamento verificamos que as percentagens de nascimentos fora do casamento poderiam duplicar.

Só uma investigação específica sobre o enjeitamento de crianças nesta área poderá ajudar a ultrapassar as muitas incertezas que ficam.

## A MORTALIDADE

A morte, objecto de estudo susceptível de abordagens disciplinares múltiplas<sup>232</sup>, como acontecimento constitutivo de uma das variáveis responsáveis pelo crescimento natural de qualquer população – a Mortalidade – pode apresentar muitas variações de umas épocas para outras, seja a nível das causas seja a nível das consequências. Se as consequências podem ser medidas pelo cálculo de indicadores apropriados, as causas só poderão ser conhecidas se existir registo de causas de morte<sup>233</sup>.

No caso de Angra, uma vez que a nossa fonte, os registos paroquiais de óbito, não refere de forma sistemática as causas de morte, apenas poderemos fazer uma aproximação a esta questão. Ainda que resulte numa visão parcial parece-nos importante fazê-la porque poderá ajudar a melhor compreender a mortalidade que se foi registando ao longo deste período de mais de 100 anos. Trabalhamos cada um dos assentos de óbito dos indivíduos com sete ou mais anos que aqui faleceram ou tiveram enterro – 8524 registados no período entre 1583 e 1700.

Fossem quais fossem as causas que vitimavam a população em Angra, sabemos que na cidade havia muitos espaços sagrados onde se podiam fazer enterramentos. Os óbitos registados em cada uma das freguesias mostram-nos que à medida que avançamos no século o número desses locais foi aumentando (resposta a necessidades resultantes de um número maior de mortes?) e que os enterramentos, além de serem feitos na respectiva igreja paroquial (maioritariamente em sepultura da fábrica, mas também em local especificamente identificado dentro da igreja e, por vezes, no adro),

---

<sup>232</sup> No domínio da História das Mentalidades foram pioneiros e reveladores, para o Antigo Regime, os estudos de historiadores franceses como Philippe Ariès, *L' Homme devant la mort*, Editions du Seuil, 1977.

<sup>233</sup> Sobre a importância e as dificuldades concernentes ao estudo das doenças do passado e do seu impacto na população veja-se MESTRE, Josep Bernabeu, *Enfermedad y Población Introducción a los problemas y métodos de la epidemiología histórica*, Seminari d'Estudis sobre la Ciencia, València, 1995.

eram feitos também nas outras igrejas paroquiais (não é raro encontrar óbito registado na Conceição ter sepultura na Sé ou vice-versa e o mesmo acontece com as outras paróquias). Além das igrejas paroquiais da cidade são apontados como locais de enterramento os seguintes: casa ou igreja da Misericórdia (denominada nos anos 1580 de casa do Espírito Santo); igreja ou convento de S. Francisco (da Guia); igreja ou convento de Nossa Senhora da Graça (da Ordem de Santo Agostinho); igreja ou convento de Nossa Senhora da Esperança (de Santa Clara); Convento de Santo António dos Capuchos; Colégio da Companhia de Jesus; igreja ou mosteiro de S. Gonçalo e ainda uma série de locais tais como: Nossa Senhora da Natividade, S. João de Deus, Santa Catarina, Boa Nova, Nossa Senhora de Belém, S. Mamede, Almas e Corpo Santo que são referidos ora como igrejas ora como ermidas.

Quem foi sepultado nos vários espaços sagrados existentes na cidade?

- Os residentes, homens, mulheres, rapazes e raparigas, gente de condição, pobres, estrangeiros, escravos, que, tal como em vida, se apresentam socialmente diferentes na morte. O local de sepultura, tal como outras referências contidas nos assentos de óbito, indicia sinais de distinção social. Há os que, podendo escolher, em testamento deixam indicado o local da sua preferência (sepultura própria ou de antepassados; local privilegiado junto de altares ou em capelas de Santos da sua devoção) e há aqueles a quem era dada sepultura por esmola.

- Os forasteiros, mendigos muitas vezes, vindos sobretudo de outras freguesias da Terceira, cujo nome era por vezes desconhecido. Em alguns casos, poucos na nossa fonte, eram encontrados mortos como ilustra o caso do seguinte óbito: “Em os seis dias do mes de Março do anno de mil seiscentos e outenta e seis, nesta freguezia de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Conceição se achou morto na Rua do Barreiro, não se soube o nome (...) enterrou-se na caza da Misericórdia (...)”. Noutros casos morriam à sombra condescendente de alguém

que, além de os deixar ficar no curral ou noutra qualquer dependência, ainda acautelava a necessária recepção dos sacramentos. O caso de um pobre forasteiro que faleceu, depois de confessado, a 24-8-1646 no curral de Guilherme Moniz ilustra bem esta situação.

- Os que vinham, doentes ou mortos nas naus, sobretudo da Índia ou do Brasil. Estes e também os que vinham de outras ilhas açorianas que chegando doentes acabavam muitas vezes por falecer num dos hospitais da cidade. No hospital da cidade sabemos ter falecido em 1588 António Fernandes natural do Corvo, no ano seguinte, no hospital dos portugueses, faleceu um natural de S. Miguel, em 1645 foi a vez de um natural de Lisboa, vindo da Índia, falecer no hospital. Falecimentos ocorridos em hospital encontram-se referenciados alguns. Os hospitais mencionados são nos últimos anos do século XVI o hospital, o hospital da cidade, o hospital dos portugueses, onde faleceram naturais de outras ilhas, naturais do continente que vinham da Índia, soldados, nomeadamente espanhóis. A partir da década de 1640 é referido, muito poucas vezes, um hospital do castelo de S. João onde faleceram soldados. Na segunda metade do século XVII o hospital que aparece mais vezes referenciado é o da Boa Nova<sup>234</sup>.

De que morriam? O facto de a indicação da causa de morte ser feita, normalmente, apenas quando é preciso justificar a não recepção de sacramentos, na totalidade ou em parte, restringe grandemente este tipo de informação. Registos de óbito como os de Catarina Dias, casada com Manuel Pires, oficial de carros, que diz que *morreu do parto* em 11-1-1603, tendo recebido todos os sacramentos, são uma excepção. Mesmo assim apuramos que havia um leque alargado de causas entre as

---

<sup>234</sup>O Pe. MALDONADO na *Fenix Angrence* refere o hospital da Misericórdia de Angra como dando guarida a muitos enfermos que vinham de fora o que elevaria em muito as suas despesas como se deduz da seguinte passagem “(...) se faz o gasto dos enfermos, e se pagão os Ordenados dos Enfermeiros, Medico, Surgião, e Medicinas em que se faz huã largissima despeza, pelos muitos enfermos, e enfermas que em todo o descurso do anno se admitem ao dito hospital não só da Capitania d’Angra, mas também com os forasteiros que vem de fora, assim das partes da América, como das Ilhas de Baixo que continuamente em todos os mezes do anno estão vindo.” In 3º volume, p. 149.

justificações para a não recepção dos sacramentos devidos aos moribundos. *Estar incapaz* (expressão ambígua: incapaz, por velhice ou por a doença o ter privado de capacidades?), *os de sua casa não terem chamado a tempo* (forma de denunciar a incúria dos familiares?), *ter sido morte apressada, repentina, súbita*, (expressões que se vão alternando de uns registos para outros e que parecem apontar para casos de mortes não esperadas como são as que resultam de ataques fulminantes), *ter vômitos, escarrar muito, ter muito catarro, ter muita tosse, garrotilho, ser achado morto* (na cama pela manhã, numa vinha, no mato, num outro qualquer lugar) *ter morte violenta, morrer afogado, não ser católico, morrer em pecado*. Estas referências, que apontam para causas de morte variadas, mostram-nos que não eram só os males que debilitam o corpo responsáveis pelo fim da vida.

Às causas “naturais”, como doenças mais ou menos prolongadas incluindo as do foro psíquico, que podemos intuir em expressões como: *entrevada; internado há anos; estava de cama surda e muda há anos; morreu de uma enfermidade; deu-lhe o ar; tinha delírios; de mal contagioso; não tinha fala; tinha a fala tolhida; morte apressada; mentecapto; desajuizado; piorou do juízo, alienado do juízo*, juntam-se causas não naturais, “acidentais”.

As causas “acidentais” poder-se-ão, neste caso, arrumar em dois grupos. 1) As que resultam dos riscos a que qualquer um está sujeito no dia a dia e que nos registos são traduzidas por expressões como: *morreu de um desastre; por ser atropelado por um carro; de um desastre numa pedreira; de uma queda; por se ter afogado* (nas águas do moinho, no mar...); *por ser arrastada num dilúvio de água que a levou mais a um filho e a uma filha* (como aconteceu em 6-9-1665 a Ana Gomes, casada com um espanhol). 2) As que se reportam a actos violentos, quer no plano de tensões colectivas, como as que se viveram no contexto político-militar da Restauração, que em Angra se

agudizaram em 1641, quer no plano individual no contexto de tensões familiares ou de vizinhança.

O suicídio, raro, atendendo ao silêncio da fonte, também era praticado como parece ter sido o caso de Domingos Andrade que, em 6-8-1625, “endoideceu e atirou-se ao mar”. Duvidoso é o caso de Francisco Fernandes e de Catarina Clemente que em 30-5-1630 “forao achados mortos de morte violenta e assim nao receberao sacramento algum e nao foram enterrados em sagrado, por mandado de D. João Pimentel por morrerem em pecado”. Que pecado? Suicidas? Adúlteros, vítimas da fúria reparadora da honra?<sup>235</sup>

Atentemos nas expressões usadas pelos párocos para registar as mortes violentas. No que se refere aos mortos aquando do cerco ao castelo as expressões variam entre *morreu de uma ferida mortal que lhe deram de noite; na guerra do cerco; às mãos do inimigo* (toma assim partido o pároco que lavra o assento!). Eram mortes violentas com recurso a diferentes tipos de armas (*morreu de uma bombardada, de uma arcabuzada, de uma mosquetada, de uma bala, de um tiro de pistola, de uma estocada, esfaqueado*, são alguns exemplos) e encontramos-las referidas em diversos anos e em alguns anos mais do que uma vez (1601, 1612, 1629, 1630, 1651, 1656, 1664, 1685, são alguns desses anos). Esta violência levada a cabo, normalmente, nas ruas chegava a lugares inesperados como ilustra o caso de Manuel Fernandes, estudante, filho de Gaspar Fernandes que em 15-1-1656 “logo morreu de uma facada que se lhe deu dentro da ermida da Boa Nova”.

Quanto aos assassínios no seio familiar reportam-se a maridos que mataram as respectivas mulheres. Se nuns casos o redactor apenas refere que teve morte violenta, noutros casos especificam o modo como foram mortas. São exemplo o caso de Maria

---

<sup>235</sup>As *ORDENAÇÕES*, em matéria de adultério estipulavam, conforme os casos e a condição dos envolvidos, penas severas tais como: perda de bens, degredo, morte Cf. Livro Quinto, Título XXV, pp. 1174 -1177.

Dias que, em 13-7-1588, “morreu de umas estocadas que lhe deu o marido”, Diogo Pires e o caso de D. Joana Silva, filha do fidalgo Diogo Moniz Barreto, mulher de Bartolomeu Pimentel Mesquita “o qual a matou a punhaladas” em 26-2-1644. As razões que levaram a todos estes actos de violência só as poderíamos conhecer procurando os respectivos processos. Não é o que nos interessa neste contexto.

A morte, destino certo dos vivos, com que frequência e de que modo afectava a população de Angra? Só o estudo demográfico, i.e. o estudo da Mortalidade permitirá chegar a algumas respostas.

As variáveis anteriormente analisadas, nomeadamente a Nupcialidade e a Fecundidade, levantaram algumas interrogações cujas respostas suspeitávamos, então, poderem residir na mortalidade. Uma mortalidade cujos ritmos e tendências de evolução se podem apresentar de modos diferentes conforme se trate de homens ou de mulheres, de crianças ou de adultos. O nosso propósito em determinar esses ritmos e tendências esbarra, à partida, com obstáculos que decorrem da quantidade e da qualidade dos registos de óbitos existentes para cada uma das paróquias da cidade.

Para o período de 1583-1700, que temos vindo a estudar, relembre-se que só dispomos de registos em quatro das cinco paróquias de Angra – Sé, Conceição, S. Pedro e Santa Luzia. Estas séries, apresentando falhas, que detectamos em um ou outro ano, nas paróquias da Sé, Conceição e S. Pedro, são inexistentes em Santa Luzia para o período anterior a 1694 e em S. Bento para todo o período anterior a 1700 (em S. Bento os registos de óbitos só existem a partir de 1708).

Se atendermos à tendência desenhada pelas médias anuais em cada década verificamos que, depois de se entrar no século XVII, o número de óbitos se foi avolumando de forma contínua a partir dos finais dos anos 1620 até à década de 1660, altura em que se nota um ligeiro recuo que se mantém até final da observação. Será este

comportamento reflexo de um agravamento das condições gerais de vida? À primeira vista esta poderia ser uma hipótese plausível, mas para o comportamento dos fenómenos demográficos não há explicações lineares. As múltiplas inter-influências possíveis entre as diferentes variáveis, demográficas, biológicas, económicas, ambientais, culturais, fazem de qualquer fenómeno demográfico uma questão complexa. Assim, este altear da curva da mortalidade só poderá ser inteiramente inteligível na inter-relação com outras variáveis.

Na impossibilidade de aceder a todas essas variáveis pensamos ser importante registar aquilo que das nossas fontes pudemos extrair e que de algum modo pode contribuir para melhor conhecer o meio e as condições que a cidade oferecia às suas gentes.

Se excluirmos o sempre possível engrossar de números por motivos que se relacionem com acidentes da natureza, como são os tremores de terra ou as erupções vulcânicas a que qualquer ilha açoriana está sujeita por força da sua constituição geológica, ou que se relacionem com epidemias cuja virulência pode ser bastante destrutiva, ou ainda os que se prendem com conflitos como os que se viveram por duas vezes em contextos relacionados com o não querer deixar instalar os espanhóis ou querer expulsá-los depois de se terem instalado por quase 60 anos, os números da morte podem variar ao longo de anos ditos normais. Essa variação resulta não só das características, por sexo ou idade, da população em presença, mas depende também dos meios de que essa população dispõe para retardar a morte. Alimentação<sup>236</sup>, condições de salubridade e higiene, cuidados de saúde podem inscrever-se na lista dos factores que animam ou retraem a morte.

---

<sup>236</sup>Veja-se LIVI-BACCI, Massimo, *Ensayo sobre la historia demográfica europea Población y alimentación en Europa*, Ariel Historia, 1988. Neste ensaio o autor procura analisar os mecanismos de natureza biológica, social e cultural que relacionam alimentação, mortalidade e população determinando as suas variações a curto e a longo prazo, no período que medeia entre a peste negra do século XIV e a Revolução Industrial.

Ao clima sadio e temperado da Ilha Terceira, de que a cidade partilhava, devem juntar-se os procedimentos que directa ou indirectamente podiam contribuir para acautelar, ou não, a saúde da população. Os meios médico sanitários existentes e os que se procuravam implementar, ou o abastecimento de cereais em anos de penúria são aspectos sobre os quais temos algumas informações. De facto, além das referências contidas nos registos paroquiais, as posturas municipais, bem como decisões tomadas em vereação, ajudam ao estabelecimento de um quadro ilustrativo da cidade neste domínio.

A existência de agentes da saúde, tais como médicos, boticários, barbeiros sangradores cirurgiões e parteiras pudemos confirmá-la nos ficheiros de Família e de Defuntos. Com família constituída na cidade, identificámos 4 médicos que, em períodos diferentes, estiveram a exercer funções em Angra:

- O médico, licenciado, Manuel Pessoa, casado com Páscoa Coelha, que entra e sai da nossa observação pelo baptizado de um filho registado em 3-12-1644.

- O Dr. Belchior (Melchior) Tenreiros de Pina, casado com D. Maria Machada, cujo início de observação é a data de nascimento de um filho em 23-12-1649, foi aceite por médico da cidade, cargo que estava exercitando o médico Lopo Moreno Dias, em 8-10-1650, conforme acta de vereação datada desse dia. Já antes, em 5-1-1650, se resolvera por “ser importante ao bem comum haver dois médicos nesta cidade por ser mais povoada de gente e de presente ser vindo de novo o Dr. Belchior Tenreiros de Pina médico de grande fama neste reino”<sup>237</sup>. Este médico morreu na Conceição a 14-3-1669.

- O Dr. Lopo Moreno, casado com D. Helena Lima, tendo início de observação no baptizado de um filho em 17-1-1653, exercia o cargo pelo menos desde antes de

---

<sup>237</sup>Acordaram ainda que “para melhor serviço desta república” se acrescentasse ao dito médico 30 mil réis, sendo obrigado a mandar vir provisão de Sua Majestade.

1647 conforme o referido em acta de vereação de 9-10-1647. Nesta acta é referido que face a requerimento do médico da cidade, Lopo Moreno Dias, foi chamado um cirurgião inglês para que mostrasse papeis atestando sua sapiência. E não os tendo ficava proibido de continuar a curar sob pena de 20 mil réis. O Dr. Lopo terá cessado funções apenas quando morreu em 7-2-1662.

- E o médico Manuel Sousa Benevides que casou em 15-7-1668 com Maria Machada Moutosa.

Quanto aos boticários, sete que identificamos, são referenciados em datas que cobrem todo o período observado: 1584, 1621, 1626, 1633, 1646, 1677, 1690. Do ficheiro de defuntos fazem parte mais quatro.

Dos cirurgiões identificados, onze entre 1590 e 1699, um dos quais referenciado como mestre cirurgião, eram, na sua maioria, homens vindos de fora (S. Miguel, Flores, Graciosa, Faial, Flandres, Espanha e do reino, Chamusca e Vila Viçosa) que acabaram por exercer o seu ofício na cidade. Pelo ficheiro de defuntos o seu número passaria para 17.

Entre os 53 barbeiros, ofício que não sabemos, quando assim referido, se se esgotava no serviço de barba e cabelo, encontramos dois referidos como barbeiros sangradores. Esta designação relaciona-os com as sangrias, processo a que se recorria em caso de certas doenças.

Como parteiras identificámos 16 mulheres, duas pelo ficheiro de famílias e 14 pelo ficheiro de defuntos (com datas de óbito que vão desde 1588 a 1711). Número que, numa cidade onde anualmente nasceram, em média, entre 276 e 332 crianças, seria manifestamente insuficiente não fosse o hábito, que muito provavelmente também aí existia, de recorrer aos préstimos solidários de vizinhas, mulheres de saber feito na

experiência, que faziam como sempre tinham visto outras fazer. Habilidades que continuaram a ser postas em prática através dos tempos e que eram correntes, ainda na segunda metade do século XX em muitas comunidades portuguesas, sobretudo do interior, com todas as consequências conhecidas quer para a mãe quer para a criança.

Além da existência destes agentes da saúde, pelas actas de vereação, conhecemos acções que eram levadas a cabo em nome da saúde pública. Foi exactamente em nome da saúde pública que, em reunião de vereação de 27-2-1602, se decidiu chamar o ermitão responsável de S. Lazaro para que, sob pena de 2 mil réis e cadeia, mantivesse a porta da enfermaria fechada à chave e não deixasse entrar aí ninguém. Esta admoestação justificava-se porque se ficara a saber que aí estava um doente “do mal de S. Lazaro” e que a mulher do dito doente entrava na enfermaria de noite e de dia “o que era em prejuízo da república”<sup>238</sup>.

Intervenção diferente, mas igualmente em nome da saúde, é a autorizada em 4-6-1650. Pretendia-se, desta vez, que se visitassem as boticas e se certificasse a qualidade das mezinhas que ali se vendiam. Conforme pedido do Dr. Lopo Moreno, médico que, como ficou assente, juntamente com um cirurgião à sua escolha e um vereador iriam visitar as boticas para “verem as mesinhas e aprovarem as que forem boas e reprovarem as que o não forem usando neste particular o que mais convenha a bem da saúde”.

A bem da saúde deviam agir os guardas mores da saúde que eram nomeados pela Câmara para, entre outros serviços, “darem bom aviamento as embarcações”. Era preciso estar alerta e acautelar quaisquer perigos de contágio vindo do exterior. Temos datadas algumas das necessárias intervenções destes agentes o que ilustra bem o modo da actuação preventiva que certamente se tornara um procedimento usual na cidade:

---

<sup>238</sup> BAAH, *Vereações*, livro 9, pasta 1.

- Em 15-2-1647 perante a notícia vinda de Inglaterra de que um barco que ia para os Estados do Brasil tinha estado numa armada onde tinha dado o mal da peste assentava-se na necessidade de fazer diligências para que vindo alguns navios da Holanda ou das ditas partes se fizessem as diligências necessárias e se encarregasse disto particularmente aos guardas mores da saúde.

- Em 21-4-1649, perante a notícia de peste em Castela e Algarve, decidiu-se chamar os guardas mores da saúde e os médicos da cidade e acordou-se que doravante se pusessem todas as embarcações que viessem de fora e de Lisboa em degredo “porquanto havia novas de peste de que Deus nos livre em muitas partes de Castela e ainda no Algarve” pelo que acordaram que se “fizessem degredos para mais guarda e segurança desta ilha”.

A situação no domínio dos cuidados da saúde atesta não só o carácter urbano como a especificidade de Angra quando comparada com a situação vivida em outras ilhas do Arquipélago, nomeadamente a ilha do Pico onde em pleno século XIX se queixavam de que “a falta d’um medico, ao menos, e d’uma botica em toda a ilha é extremamente sensível (...)”<sup>239</sup>. Note-se que só no tocante à existência de médico, independentemente dos que pudermos ou não identificar na base de dados, a cidade, que desde há muito tinha direito a um médico, passou a ter direito a dois médicos a partir de 1650.

Pelas vereações pudemos identificar como preocupações das autoridades locais (que decidiam de forma a fazer cumprir o determinado na lei e em particular nas posturas municipais), além da existência de guarda-mor da saúde e da tomada de

---

<sup>239</sup> Cf. MACEDO, António, *História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*, Fac-simile da edição de 1871, DRAC, Angra do Heroísmo, 1981, p.117.

medidas que evitassem a propagação de eventuais contágios, a garantia de um suficiente abastecimento de mantimentos à cidade, nomeadamente de trigo.

A necessidade que houve de se tratar em vereação de qualquer uma destas questões ajuda-nos a identificar anos difíceis que de algum modo podem ter contribuído para um agravamento da mortalidade.

No que respeita ao sustento das gentes é relevante registar a necessidade e as dificuldades em assegurar quantidade suficiente sobretudo de cereais. Efectivamente, não esquecendo que à mesa do rico e do pobre não chegam, nem em quantidade nem em variedade, os mesmos produtos, em Angra, apesar do consumo de carne (atestado pela existência de matadouro e açougues na cidade) e de peixe (que a avaliar pelos mais de 300 pescadores e redeiros identificados no ficheiro de famílias não devia ser de somenos importância), os cereais seriam a base fundamental da alimentação das suas gentes, como acontecia um pouco por toda a parte na Europa de Antigo Regime<sup>240</sup>.

Abril, Maio e Junho, os chamados meses de soldadura, eram os meses de maior necessidade de trigo. Segundo os livros de vereações existentes, os anos de 1602, 1608, 1628, 1647, 1648, 1649, 1699 foram anos de grandes dificuldades. Em 1602 as queixas começam em Março e prolongam-se até Novembro. Se em Março, depois de se ter decidido mandar fechar os portos e de se proibir (sob penas pecuniárias e de carga, carros e barco perdidos) o carregamento de mantimentos para fora sem licença da

---

<sup>240</sup>Não esquecendo que o consumo dos mais variados bens era ampliado pelo apoio que em Angra se dava às armadas e o carácter elogioso com que o autor da *Fénix Angrence* pretende atestar a grandeza de Angra, os rendimentos que apresenta não deixam de ser elucidativos da variedade dos consumos alimentares que se faziam na cidade: Em 1693 ter-se-iam vendido nas tavernas da cidade 1463 pipas de vinho; nos açougues vender-se-iam semanalmente 330 arrobas de carne de vaca. Além da carne de vaca refere o consumo de carne de porco. Assim, aos 600 a 700 porcos, cuja matança decorria desde Outubro até ao Entrudo, que eram vendidos nas vendas e tavernas, juntavam-se ainda uns 2000 porcos que as casas “de substancia” matavam entre o Natal e o Entrudo; Carneiros e *cabrums*, com matança entre Abril, depois da Páscoa, até Novembro, chegariam aos 500. A variedade de carnes era ainda ampliada pela abundância de caças que havia em Angra (codornizes, pombas, perdizes, coelhos, galinhas, cabritos, melros, segundo as posturas sobre “cassas” in Ribeiro, 1983: 378). Quanto aos cereais, os 12 moinhos da cidade moeriam ao longo do ano cerca de 2728 moios de trigo. Relativamente ao pescado estima, com base na arrematação do dízimo de 1694, em 15000 cruzados o pescado vendido na Ribeira de Angra. Cf. MALDONADO, *Fénix Angrence*, ob. cit., 3º Volume, pp. 282-290.

câmara, se permitiu que se despachassem alguns moios de trigo nas urcas que estavam no porto da cidade, em Julho, além do encerramento dos portos, pedem os procuradores do concelho e dos mesteres que não se despachem petições de mantimentos sem estar feito o exame do trigo. Em Agosto, mês em que já decorria a nova colheita, decidiu-se que nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição que fosse pudesse carregar trigo para fora até o presídio ser provido, sob a pesada pena de 200 cruzados e um ano de degredo para África. Em Novembro continuava-se a clamar a necessidade de fazer o exame do trigo porque “era muito pouco e o povo tinha muita necessidade pela muita falta que dele havia”. Em 1608 repetem-se as mesmas queixas e os mesmos cuidados temendo-se que o trigo não chegasse. Em Setembro insiste-se na necessidade do exame por se temer já a falta de pão na terra pela “grande falta de novidades”. E em Outubro, porque o exame ainda não tinha sido feito, à cautela, pede-se o encerramento dos portos. Em 1647 o ano foi estéril<sup>241</sup> e não havendo trigo que bastasse para a terra, decidiram autorizar em Agosto um mercador francês, que se oferecera para o mandar vir de França, a vendê-lo pelo que lhe parecesse. O ano de 1648 é um ano de grande penúria. A esterilidade do ano anterior obrigava, logo em Janeiro, a que se escrevesse à Câmara e governador da ilha de S. Miguel e ao desembargador para que “acudissem a esta ilha com algum trigo” Era tal a urgência que decidiram, por ser “muito conveniente ao bem comum”, que a carta fosse levada em mão por um dos 4 mesteres que propositadamente se deslocaria à ilha de S. Miguel. Mais se decidiu que “pessoa alguma de qualquer qualidade ou condição que seja não faça biscoito algum sem licença da câmara (por ser o meio por onde o trigo mais se consome) sob pena de se lhe tomar por perdido”. As dificuldades eram acrescidas porque o trigo que se autorizara que fosse comprado à

---

<sup>241</sup> DRUMOND, diz que o ano de 1647 se contou por um dos mais infaustos e calamitosos. Ano *da fome* porque as culturas não lograram vencer o mau ano marcado por uma primavera seca que a partir de Maio foi de abundantes chuvas. Ano dos *terramotos* que se sentiram em toda a ilha e que afectaram particularmente Angra. Cf. *Anais*, ob. cit., vol. II, pp. 93-94.

França ainda não chegara. E se em Janeiro, segundo carta e aviso que houvera, não se sabia ainda quando chegaria esse trigo, em Abril sabe-se que não mais viria porque nas “partes do Norte” também houve grande falta de trigo. A penúria de 1648 não se limitava ao trigo. Atingia também outros produtos. Assim, pela “grande falta que havia de vinhos da terra como de pão e legumes de tal modo que até o presente se não lembram os antigos desta cidade semelhante” decidiram em Fevereiro que, e só para esse ano, não se observasse o cumprimento da postura que obrigava a que na cidade e seus termos se não vendessem vinhos novos das Ilhas de Baixo senão do fim do mês de Março em diante. Em Abril, dada a “grande falta de trigo e legumes para o sustento da gente nestes meses de Maio e Junho porque não há à venda por preço nenhum”, sabendo o trigo que havia na Graciosa para mandarem para a Terceira decidem enviar um barco a buscá-lo. No ano de 1649 as carências cerealíferas são ainda mencionadas como resultando do facto de os anos passados não serem tão prósperos como os antigos e de os particulares que o tinham para vender se trancarem com ele e não o quererem vender aos pobres e padeiras para provimento do povo senão por preços excessivos. Em Julho, temendo-se uma nova má colheita, proíbe-se o carregamento para fora de trigo ou de qualquer outro mantimento, sob penas de 200 cruzados e dois anos de degredo para África com carros e barcos perdidos. Em Novembro e Dezembro, porém, já se passam licenças para poder sair algum trigo com destino às praças do Norte de África, especificamente Mazagão<sup>242</sup>.

A partir de 1650 até 1657 encontram-se várias autorizações para que o trigo possa ser embarcado nomeadamente para África, para a Madeira, para Lisboa e para as Ilhas de Baixo. Sinal de melhores colheitas! De 1658 a 1698 não há livro de actas de vereação. Assim, por esta fonte não podemos saber da ocorrência de eventuais maus

---

<sup>242</sup> As ilhas tinham a obrigação de fornecer cereais para garantir o abastecimento dos presídios do Norte de África

anos agrícolas nesses 40 anos. Mas face a eventuais dificuldades da mesma natureza os responsáveis adoptaram certamente idênticos procedimentos como deixa antever o que aconteceu em 1699.

Efectivamente o ano de 1699 é apontado como ano de fraca colheita, tendo-se, por isso, proibido, em Agosto, que se embarcasse para fora da ilha trigo, milho, cevada, favas ou qualquer outro género de mantimentos com penas graves<sup>243</sup>. A escassez era tal que em Agosto não se encontrava trigo senão muito caro e, em toda a jurisdição há muito não se encontravam trigos velhos pelo que para o sustento do povo, até chegar o trigo novo, se mandara comprar, à custa do Concelho, mais de 100 moios na Vila da Praia e que já se tinham consumido. E a nova colheita pouco prometia tanto nas “cevadas e mais legumes e vinhos como também nos milhos<sup>244</sup>”. Em Setembro, porém, apesar da fraca colheita, decide-se socorrer as ilhas vizinhas do Faial, Pico e São Jorge, dada “a extrema necessidade que neste ano padecem”, diminuindo à quantidade de moios que deviam ir para Mazagão.

Do exposto poder-se-á concluir que em Angra, cidade portuária inserida nos circuitos do comércio internacional, apesar de poder recorrer aos préstimos de mercadores internacionais e de se socorrer da abundância das outras ilhas, o cabal abastecimento de mantimentos se ressentia dos bons ou maus anos agrícolas que se

---

<sup>243</sup> As penas graves que constavam dos editais (mandados publicar nos lugares públicos da cidade) que proibiam o embarque de mantimentos para fora da cidade não conseguiam por si só dissuadir aqueles que viam nesta escassez uma oportunidade de fazer um bom negócio. Assim, sabendo-se que muitos, em prejuízo do bem comum do povo da ilha, intentaram embarcar mantimentos por portos e lugares esquivos, requereu o juiz do povo que: 1) fossem notificados todos os mestres de barcos existentes na jurisdição de que sofreriam as mesmas penas se fizessem carregamentos sem autorização do senado; 2) fossem postos guardas nos portos com ordem de não deixarem passar os ditos géneros, sob as mesmas penas.

<sup>244</sup> Note-se a importância que já então tinha o consumo do milho que era considerado “o sustento comum dos pobres e da gente do monte.” In Vereação de 8-8-1699 e 23-1-1700. Importância que contrasta com a que lhe era reconhecida nos anos de 1640 se considerarmos as palavras de Drumond quando se refere ao mau ano de 1647 “E porque a colheita dos milhos se não usava mais do que por curiosidade, e faltaram os legumes, que nesse tempo se cultivavam em grande copia, o mesmo foi faltar o trigo, que perecer tudo.” Cf. *Anais*, vol. II, p. 95.

registavam na sua ilha. Continuavam, no século XVII, os angrenses, como os demais, ainda muito dependentes dos caprichos da natureza.

## 1. Sazonalidade dos óbitos

Conhecer a distribuição dos óbitos pelos diferentes meses ao longo do ano é uma forma de sabermos se em Angra se registava um ritmo vital que concentrava em determinados meses uma maior ocorrência de mortes. Os diferentes tipos de afecções atingem diferentemente a população conforme se trate de crianças, adultos ou idosos. E no Antigo Regime, dadas as precárias condições de vida que de um modo geral atingiam a maioria das populações, a mortalidade era muito influenciada pelo meio ambiente. Assim, não é de admirar que as mudanças de temperatura, que sempre acompanham a passagem de umas estações a outras, se traduzissem numa maior incidência de óbitos em determinados meses. Os efeitos destas mudanças, nefastas sobretudo para aqueles que têm, do ponto de vista biológico, menos resistências às agressões do meio (as crianças e os idosos), podiam ainda ser ampliados por um conjunto de condições desfavoráveis resultantes não só das precárias condições materiais, mas também dos comportamentos negligentes dos indivíduos, tanto a nível pessoal como colectivo<sup>245</sup>. Na morte há toda uma geografia que não é apenas espacial. É

---

<sup>245</sup> Em Angra as medidas tomadas em algumas vereações ou as constantes das posturas municipais, se apontam para o que é entendido como favorável à saúde da comunidade, também denunciam comportamentos colectivos menos apropriados a nível da higiene pública. As muitas penas que, segundo algumas vereações, seriam pagas com a construção de um certo número de braçadas de calçada e a arrematação de calçadas que a câmara se dispunha a pagar traduziram-se numa cidade de ruas calcetadas (desde os primeiros anos do século XVII) o que por si só ajuda a ter uma cidade mais limpa. A bem da higiene pública, as posturas municipais (reformadas em 1655), sob pena apropriada, estipulavam entre outras coisas que: “Nenhuma pessoa bote bestas mortas na rua ou caminhos públicos; Nenhum pescador escame peixe no cais e, escamando o ou partindo o, o alimpe sem sahir delle; Ninguém bote couros a enxugar nas ruas publicas nem no cais, ainda que sejam secos; Nenhuma peça bote sugidade nen sisco sobre os peitoris do Colegio Velho e do porto e das praynhas (...) nas ruas e praças ou travessas; Nenhuma pessoa bote sisco ou estercor de cavallos na Ribeira da cidade ou das alcazarias; Nenhuma pessoa bote escamas ha sua porta, nem outra sugidade; Ninguém traga porcoss pella cidade;” Cf. RIBEIRO, Luís da Silva, *Obras II História*, IHIT/ SREC, Angra do Heroísmo, 1983, pp.366-378. Apesar da postura que mandava, ainda em meados do século, que “nenhuma pessoa lance agoa pellas janellas sem dizer agoa vay”, Angra, segundo testemunho do Pe. Cordeiro na sua *História*

também social, económica e cultural. Quantas mortes de crianças, por exemplo, não se terão ficado a dever ao facto destas serem desde cedo submetidas a uma dieta alimentar imprópria ou de lhes faltar a vigilância protectora da mãe?<sup>246</sup> Os dados de que dispomos não nos permitem avançar no conhecimento dessas diferenças.

Para Angra, atendendo ao facto de não haver registo dos óbitos dos menores de sete anos, só nos é possível estudar a sazonalidade dos que faleceram com sete ou mais anos de idade. Para fazermos esse estudo começamos por considerar a totalidade dos óbitos em cada uma das paróquias nos períodos em que não há falha de registo. O resultado obtido está apresentado nos quadros e gráficos que se seguem.

---

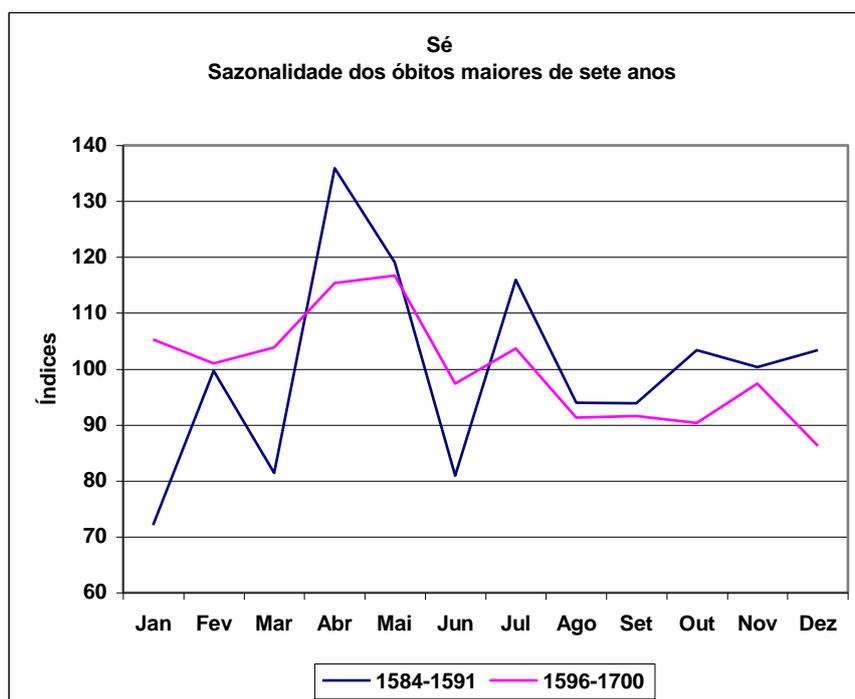
*Insulana*, p. 274, era uma cidade “excepcionalmente limpa e não havia o costume de despejar água nas ruas”.

<sup>246</sup>O afastar os filhos das mães podia ser motivado por razões bem diferentes de uns grupos sociais para outros. Se mulheres como as dos meios rurais, os deixavam entregues a si próprios, normalmente quando já não os amamentavam, porque eram obrigadas a ir trabalhar principalmente nas épocas de maiores afazeres no campo, mulheres de outros extractos, social e economicamente privilegiados, afastavam-nos para não ter que os amamentar como nos foi revelado pela historiografia francesa. O hábito de colocar essas crianças em amas de leite terá tido como consequência, segundo alguns autores, a elevação da mortalidade na infância.

**Quadro nº 62**  
**Sé – Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos**

Períodos	Nº Observações												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>1584-1591</b>	23	29	26	42	38	25	37	30	29	33	31	33	376
<b>1596-1700</b>	436	381	430	462	483	390	429	378	367	374	390	357	4877
Nº dia													
<b>1584-1591</b>	0,7	1	0,8	1,4	1,2	0,8	1,2	1	1	1,1	1	1,1	12,357
<b>1596-1700</b>	14	13	14	15	16	13	14	12	12	12	13	12	160,25
Índices													
<b>1584-1591</b>	72	100	81	136	119	81	116	94	94	103	100	103	1200
<b>1596-1700</b>	105	101	104	115	117	97	104	91	92	90	97	86	1200

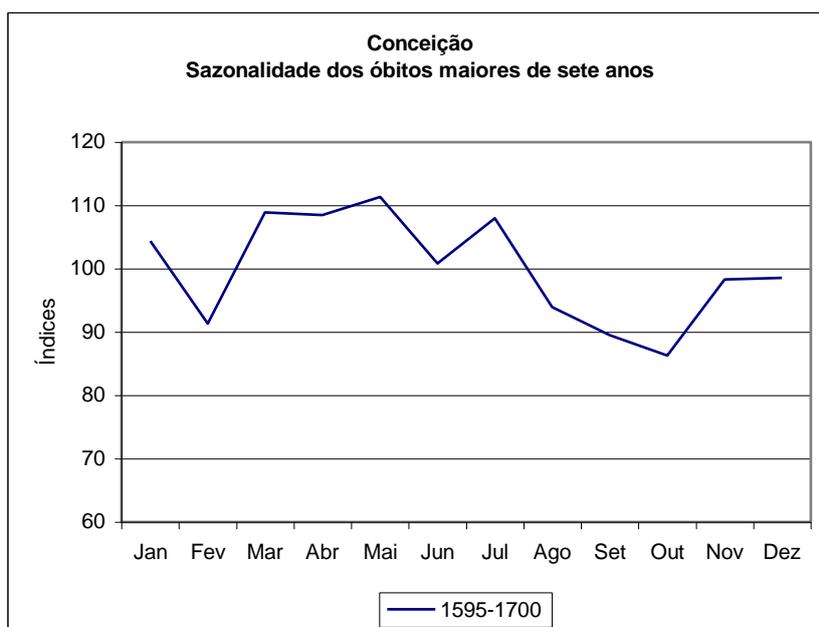
**Gráfico nº 33**  
**Sé – Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos**



**Quadro nº 63**  
**Conceição – Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos**

Períodos	Nº Observações												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>1595-1700</b>	341	272	356	343	364	319	353	307	283	282	311	322	3853
Nº Dia													
<b>1595-1700</b>	11	9,6	11,5	11,4	11,7	10,6	11,4	9,9	9,4	9,1	10,4	10,4	126,5
Nº Índices													
<b>1595-1700</b>	104	91,3	109	108	111	101	108	93,9	89,5	86,3	98,3	98,5	1200

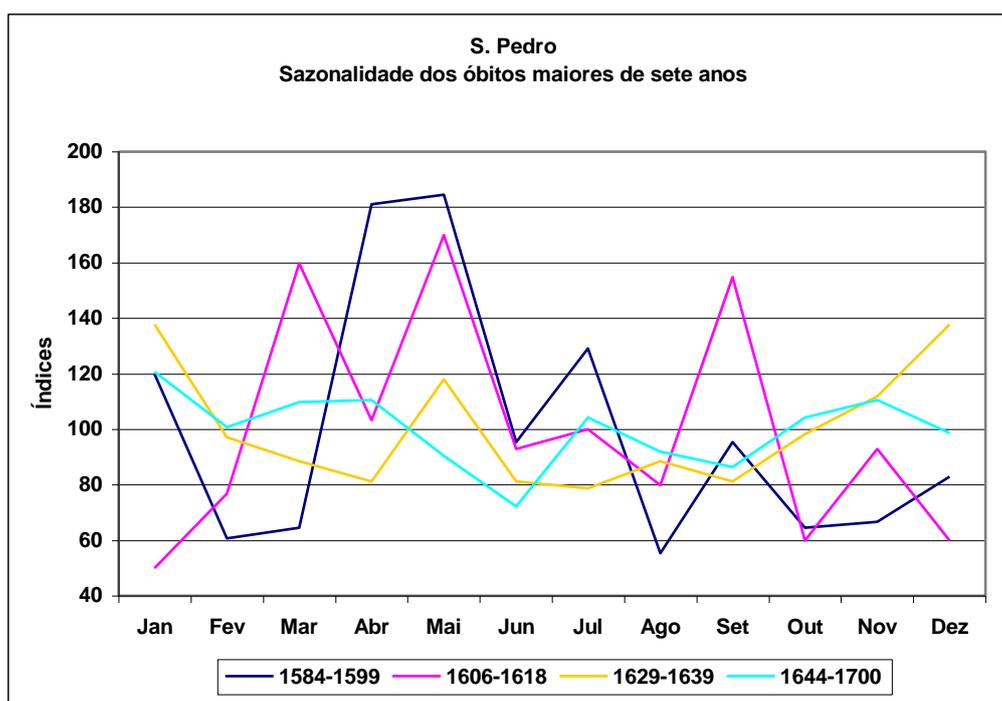
**Gráfico nº 34**  
**Conceição – Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos**



**Quadro n° 64**  
**S. Pedro – Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos**

Períodos	N° Observações												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1583-1700	123	89	113	115	118	79	110	93	99	100	112	103	1254
1584-1599	13	6	7	19	20	10	14	6	10	7	7	9	128
1606-1618	5	7	16	10	17	9	10	8	15	6	9	6	118
1629-1639	14	9	9	8	12	8	8	9	8	10	11	14	120
1644-1700	88	67	80	78	66	51	76	67	61	76	78	72	860
N° Dia													
1584-1599	0,4	0,2	0,2	0,6	0,6	0	0,5	0	0,3	0,2	0,2	0,3	4,203
1606-1618	0,2	0,2	0,5	0,3	0,5	0	0,3	0	0,5	0,2	0,3	0,2	3,87
1629-1639	0,5	0,3	0,3	0,3	0,4	0	0,3	0	0,3	0,3	0,4	0,5	3,94
1644-1700	2,8	2,4	2,6	2,6	2,1	2	2,5	2	2	2,5	2,6	2,3	28,24
N° Índices													
1584-1599	120	61	65	181	184	95	129	55	95	65	67	83	1200
1606-1618	50	77	160	103	170	93	100	80	155	60	93	60	1200
1629-1639	138	97	88	81	118	81	79	88	81	98	112	138	1200
1644-1700	121	101	110	110	90	72	104	92	86	104	110	99	1200

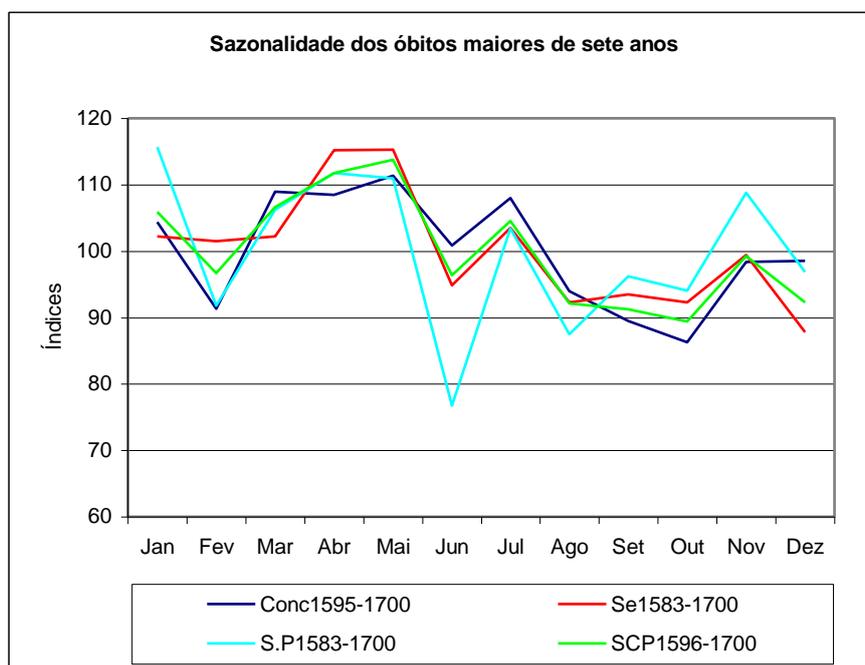
**Gráfico n° 35**  
**S. Pedro – sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos**



Comparando os gráficos respeitantes a cada uma das paróquias, a grande irregularidade com que os óbitos se distribuíam, ora por uns meses ora por outros, em cada um dos períodos determinados, aparece como um aspecto dominante. No meio dessa irregularidade é possível, contudo, encontrar alguns pontos em comum. A maior ocorrência de óbitos registava-se, normalmente, no primeiro semestre do ano sobretudo nos meses de primavera e com particular incidência nos meses de Abril e Maio. Pelo contrário, o mês de Junho era aquele que se apresenta como sendo o mais adverso à morte. No segundo semestre, Julho acusa em todas as distribuições uma elevação dos óbitos em relação ao mês de Junho. Dos meses de Outono e Inverno, são os meses de Novembro e sobretudo o de Janeiro que mais óbitos registam. A sobremortalidade de Inverno/Primavera, nítida em algumas distribuições, cede lugar, se exceptuarmos um ou outro pico suave, a curvas bastante normalizadas e acaba, ainda, por surgir como uma sobremortalidade de Outono/Inverno em outros períodos. De facto, nas diferentes paróquias, há períodos em que a maior concentração de óbitos do primeiro semestre (Inverno/Primavera) se desloca para o segundo semestre do ano (Outono/Inverno).

Na tentativa de melhor definir um comportamento comum à cidade, construímos um novo gráfico onde se pode observar a sazonalidade considerando o total de óbitos registados em cada uma e no conjunto das três paróquias.

**Gráfico nº 36**  
**Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos**



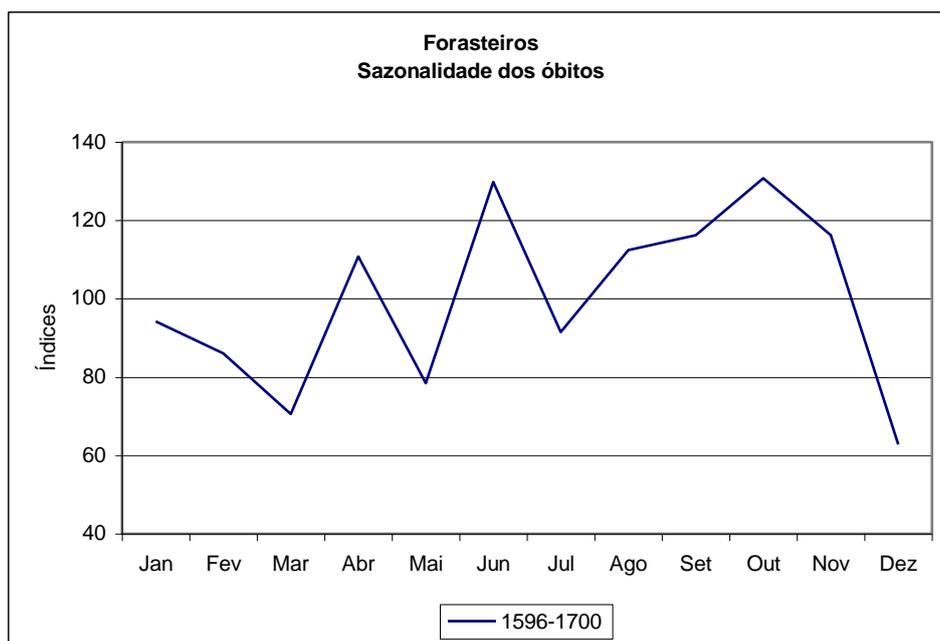
Este gráfico, respeitante ao total de óbitos registados em cada uma das paróquias (Sé: Se1583-1700; Conceição: Conc1595-1700; S. Pedro: S.P1583-1700) e no conjunto das três paróquias (SCP1596-1700), corrobora os aspectos atrás enunciados. Efectivamente, apesar da irregularidade patente, os meses menos favoráveis à vida eram, por ordem decrescente Maio, Abril, Março, Julho, Janeiro e Novembro.

Como explicar a irregularidade da distribuição dos óbitos ao longo do ano e de uns períodos para outros? Além de factores como o frio de Inverno e o calor estival, que em Angra não se deviam fazer sentir de forma muito acentuada dado que o clima açoriano não se caracteriza por grandes variações de temperaturas, que outros factores favoreciam a concentração de óbitos em determinados meses? Tratando-se de uma população exposta ao exterior não seriam as doenças “importadas” a matar “fora de época”? Ou seria o reflexo do peso diferencial dos grupos etários atingidos em cada observação? É sabido que não são só as doenças associadas às estações do ano que

afectam diferentemente os jovens e os idosos. Sendo uma cidade portuária qual a influência na sazonalidade dos indivíduos, sobretudo os que vinham embarcados, que aqui chegavam mortos ou doentes, acabando por morrer num dos hospitais da cidade?

A partir do ficheiro de defuntos pudemos calcular a sazonalidade para esses forasteiros (450 entre 1596-1700) e representá-la graficamente.

**Gráfico nº 37**  
**Forasteiros – sazonalidade dos óbitos**



Embora muitos destes óbitos fossem de indivíduos que chegavam nos barcos, que vinham, sobretudo, da Índia e do Brasil a caminho de Lisboa, há uma parte que era constituída por forasteiros vindos de outras ilhas, de outras freguesias da Terceira, do continente português e até da Europa. A repartição dos seus óbitos ao longo do ano evidencia um comportamento diferente do da população em geral. A maior incidência localiza-se no Verão/Outono. Este comportamento encontra explicação em parte no facto de este ser o período em que os barcos passavam por Angra. O mês de Junho evidencia esse facto, pois tem um comportamento oposto ao da população em geral. De facto foi no mês de Junho que encontramos grande parte dos óbitos dos que chegavam

da Índia e Brasil. Mas também os encontramos nos meses de Agosto e Setembro. E ainda em Março e Maio quando vindos do Brasil e em Abril, Julho, Outubro e Novembro quando regressavam da Índia.

## **2. A Mortalidade excepcional**

Esta é uma questão que é importante abordar sempre que se estudam populações de épocas em que a evolução demográfica tinha como característica principal um crescimento instável muito susceptível a eventuais sobremortalidades.

Sabe-se que as crises demográficas, fenómeno recorrente no século XVII europeu, foram responsáveis pela estagnação ou regressão de muitas populações. E contribuíram para que a esse século se colasse, também do ponto de vista demográfico, a imagem de regressão. Esta imagem, do “sombrio século XVII,” foi, contudo, relativizada na sequência de estudos que revelaram a existência de vitalidade demográfica em certas regiões (Provença rural) e em certos países (Inglaterra e Irlanda).

Não deixando de ser um século de fomes e de pestes, dois males com desaparecimento anunciado na Europa Ocidental, o século XVII passou a ser entendido como o século “das paragens escalonadas do crescimento “de recuperação” iniciado por fim da Idade Média”. E passou também a ser o século em que se acelerou a evolução para um regime demográfico novo, com arranque irreversível no século XVIII: o dos casamentos retardados, dos nascimentos em menor número e, depois, dos enterros menos frequentes,<sup>247</sup>.

De facto a Idade Moderna sem epidemias à escala do continente europeu, como aconteceu na Idade Média e de que a chamada Peste Negra é o exemplo mais trágico, não deixou de se debater com muitas epidemias locais e regionais em todos os países.

---

<sup>247</sup> Cf. Pierre LÉON (Dir), *História Económica e Social do Mundo*, ob. cit., p. 37.

Não atingindo, ou raramente atingindo uma escala nacional, essas epidemias atacavam, por vezes com tal violência que provocavam a morte de muita gente. Fome, peste e guerra, fenômenos recorrentes, portanto, ainda no século XVII, continuaram, a formar a trilogia de má memória que, actuando em simultâneo ou isoladamente, foi responsável pelas interrupções verificadas no crescimento demográfico de então.

E em Angra, espaço aberto e portanto susceptível aos contágios importados? Peste, terremotos, maus anos agrícolas, resistências político-militares, cuja existência já foi referida, que consequências tiveram aqui a nível da mortalidade?

Procurámos, assim, detectar a existência de anos de mortalidade excepcional em Angra.

Mas como distinguir uma “mortalidade excepcional” de uma “mortalidade normal”? Esta distinção, difícil, como nos ensina Livi-Bacci<sup>248</sup>, é fundamental para se poder definir quantitativamente uma crise de mortalidade.

Não convergindo numa definição quantitativa única de crise de mortalidade os diversos autores convergem, pelo que já foi referido, no reconhecimento da existência e da importância da mortalidade excepcional na evolução demográfica das populações do passado. Discutem qual a causa principal que terá originado essas crises. Nesta questão também não há unanimidade de pontos de vista. Se para uns, a grande responsabilidade coube às crises de subsistências, tantas vezes traduzidas nas grandes carestias, campo propício ao desenvolvimento das epidemias, para outros, pelo contrário, a fome mataria pouco não fossem as epidemias<sup>249</sup>. Indiscutível é a importância do estudo dessas crises na medida em que são reconhecidas como elemento regulador da evolução demográfica

---

<sup>248</sup> LIVI-BACCI, Massimo, “Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências” in MARCILIO, Maria Luiza, (org.), *População e Sociedade Evolução das sociedades pré-industriais*, Vozes, Petrópolis, 1984, pp. 69-109.

<sup>249</sup> LÉON, Pierre (DIR), *História Económica e Social do Mundo*, Sá da Costa Editora, Vol. II, Tomo I, 1983, pp. 45-48.

das populações do passado<sup>250</sup>. Como afirma Livi-Bacci “sua virulência e sua remissão determinaram a diminuição da população nos séculos XIV-XV, a retomada no século XVI, a estagnação no século XVII”<sup>251</sup>.

Qualitativamente entendidas como uma súbita e anormal elevação dos óbitos, os investigadores têm procurado ultrapassar as dificuldades levantadas para a sua quantificação propondo métodos de medição que se adequem ao tipo de fontes disponíveis.

Atendendo às características dos dados de que dispomos utilizámos, para detectar a existência de possíveis crises de mortalidade em Angra, o método proposto por Del Panta e Livi-Bacci<sup>252</sup>. Este método trabalha sobre séries de óbitos dispensando a necessidade de se conhecerem os quantitativos populacionais do momento. Os resultados obtidos são analisados na rubrica seguinte – a Mortalidade de crise dos maiores de sete anos.

---

<sup>250</sup> As crises de mortalidade têm sido objecto de estudo de vários autores. Para o espaço Ibérico, apontamos os trabalhos de PEREZ-MOREDA, V., *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, de RODRIGUES, Teresa, *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990 e de BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, *Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Cadernos NEPS, NEPS/ ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001

<sup>251</sup> LIVI-BACCI, 1984, “Crises de mortalidade”, ob. cit, p. 71.

<sup>252</sup> Este método tem vindo a ser usado nos trabalhos feitos a partir de paróquias reconstituídas no âmbito do NEPS (Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho) assim os cálculos que implica já estão automatizados sendo necessário apenas dispor da série de óbitos para o período que se quer estudar. No essencial por este método determina-se a tendência da mortalidade “normal”, através do cálculo de médias móveis de onze anos depois de se disporem os valores da série por ordem crescente e de se truncarem os dois valores mais baixos e os dois valores mais altos. São considerados anos de crise os que se desviarem em mais de 50% da respectiva média móvel. Cf. LIVI-BACCI, 1984, “Crises de mortalidade”, ob. cit, p. 74 -75.

### 3. A Mortalidade de crise dos maiores de sete anos

Quadro nº 65  
Crises de mortalidade dos maiores de sete anos - SCP

ANO_OBI	Total de Óbitos	Média corrigida de 11 anos	ANO_OBI	Total de Óbitos	Média corrigida de 11 anos
1583	77		1623	98	74
1584	47		1624	70	74
1585	64		1625	91	77
1586	64		1626	70	74
1587	113		1627	46	74
1588	109	87	1628	51	75
1589	66	87	1629	70	76
1590	99	87	1630	82	79
1591	78	79	1631	97	82
1592	60	76	1632	70	83
1593	110*	73	1633	68	89
1594	100*	63	1634	134	92
1595	44	54	1635	86	86
1596	87*	55	1636	75	87
1597	72	55	1637	70	90
1598	125**	59	1638	72	95
1599	110**	55	1639	74	98
1600	23	51	1640	101	104
1601	39	54	1641	106	105
1602	56	57	1642	151	104
1603	32	59	1643	110	101
1604	40	62	1644	89	100
1605	39	65	1645	60	100
1606	53	69	1646	95	106
1607	87	72	1647	91	109
1608	96	71	1648	185*	112
1609	70	68	1649	95	112
1610	59	70	1650	133	113
1611	58	74	1651	104	110
1612	62	76	1652	101	114
1613	73	80	1653	109	114
1614	62	80	1654	106	116
1615	69	83	1655	91	114
1616	180**	83	1656	133	121
1617	78	79	1657	118	123
1618	86	76	1658	112	121
1619	50	73	1659	140	121
1620	93	78	1660	111	114
1621	86	78	1661	112	113
1622	75	75	1662	149	113

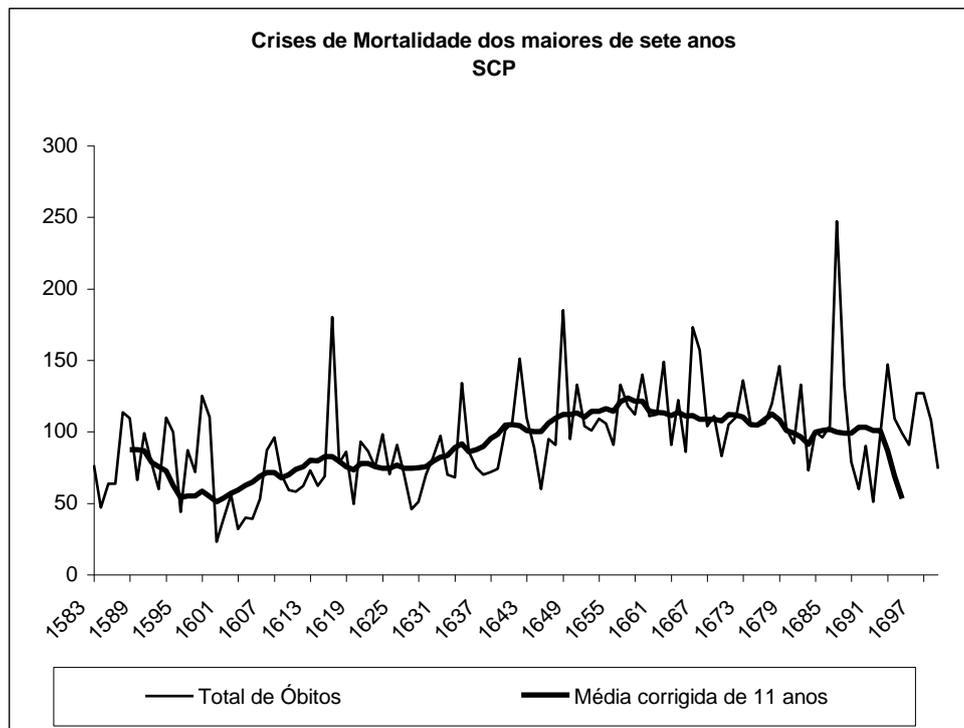
Nota: \* ano cujo número de óbitos se desvia em relação à média móvel em 50%;  
\*\* ano em que se regista o dobro ou mais dos óbitos em relação à respectiva média móvel.

**Crises de mortalidade dos maiores de sete anos SCP  
(continuação)**

ANO_ÓBITO	Total de Óbitos	Média corrigida de 11 anos	ANO_ÓBITO	Total de Óbitos	Média corrigida de 11 anos
1663	91	111	1682	73	91
1664	122	113	1683	100	100
1665	86	111	1684	96	101
1666	173*	111	1685	104	101
1667	157	109	1686	247**	100
1668	104	109	1687	132*	99
1669	111	109	1688	79	99
1670	83	108	1689	60	103
1671	105	112	1690	90	103
1672	110	112	1691	51	101
1673	136	110	1692	97	101
1674	106	105	1693	147*	87
1675	104	105	1694	109	69
1676	106	109	1695	99	53
1677	120	112	1696	91	
1678	146	108	1697	127	
1679	102	101	1698	127	
1680	92	99	1699	108	
1681	133	96	1700	74	

Nota: \* ano cujo número de óbitos se desvia em relação à média móvel em 50%; \*\* ano em que se regista o dobro ou mais dos óbitos em relação à respectiva média móvel.

**Gráfico n° 38  
Crises de mortalidade dos maiores de sete anos**



Pelo total dos óbitos, que o quadro e o gráfico apresentam para o conjunto de três das cinco paróquias (Sé, Conceição e S. Pedro – SCP), podemos verificar que no seu movimento anual, oscilante ao longo de toda a observação, se podem distinguir três etapas (que coincidem com as apontadas pelas médias anuais calculadas década a década): a primeira corresponde aos 17 anos finais do século XVI; a segunda, de 1600 a 1659, em que se regista um avolumar contínuo dos óbitos; a terceira a partir de 1660 até final da observação em que há um decréscimo que, embora ligeiro, se mostra contínuo. Em cada uma destas etapas, considerando a curva que representa os óbitos que em média ocorreriam, podemos visualizar a existência de alguns picos denunciando anos de alguma sobremortalidade.

Na primeira etapa, a partir de 1588, é aquela onde encontramos um maior número de anos em que o número de óbitos registados se superiorizou em 50 % ou mais ao número que seria “normal” – 1588, 1593, 1594, 1596, 1598 e 1599. Em dois desses anos os respectivos picos correspondem ao dobro ou mais da média calculada, ou seja, há uma duplicação dos óbitos de um ano “normal”. São os anos de 1598 e 1599 em que os “normais” 59 e 55 óbitos se transformam em 125 e 110 óbitos respectivamente. Na segunda etapa, são os anos de 1616 e 1648 que se situam em 50% ou mais acima da média. Se o ano de 1648 fica aquém da duplicação dos óbitos “normais” o pico do ano de 1616 mais do que duplica os óbitos (ocorreram 183 quando o “normal” seriam 83). Destacam-se ainda as elevações de 1634 e 1642 embora se desviem em menos de 50% da respectiva média móvel. Na terceira etapa continuam a registar-se anos que ultrapassam a média. Das elevações de 1666, de 1667, de 1678, de 1681 e de 1693 só as de 1666 e de 1693 alcançam um desvio de 50%. A sobremortalidade do ano de 1686, prolongando-se para o ano de 1687, situa-se acima do dobro dos óbitos “normais” (os

óbitos “normais de 100 e de 99 foram na realidade 247 e 132 em 1686 e 1687 respectivamente).

Até que ponto esses picos configuram crises de mortalidade? Seguindo, uma vez mais, Livi-Bacci que considera como *grande crise de mortalidade* a que multiplica por quatro o número de óbitos de um ano “normal” tem que se concluir que a população, maior de sete anos, em Angra, sujeita a recorrentes sobremortalidades, não sofrendo nenhuma *grande crise*, foi vítima de *pequenas crises de mortalidade* no período aqui observado. *Pequenas crises de mortalidade* com intensidades variáveis: se em alguns anos elevaram em cerca de 50% os óbitos “normais” em outros anos mais do que duplicam a mortalidade “normal”.

Apesar de limitado o estudo da mortalidade, pelas razões apresentadas, aos maiores de sete anos, não podemos esquecer que a mortalidade dos menores de sete anos também era afectada por anos de crise cujas causas podiam ser diferentes das que vitimavam os “maiores”. Mesmo na ausência de uma quantificação sabemos pelas referências conhecidas que a peste de 1599 não poupou as crianças e para o ano de 1656 (ano em que os óbitos dos maiores se contabilizam em cerca de 11% acima do que seria um ano “normal”) sabe-se também que este foi o ano das bexigas “de que mui poucos meninos escaparam, os que eram de 15 annos para baixo, e mui raros os que eram de 3 annos. Começou este mal terrível no mez de Março, e lavrou com tamanho excesso, que já em Maio se temia passasse a contagio: e com o parecer dos médicos se queimaram louros, e hervas medicinaes, e deram outras providências, que removessem os ares infeccionados. Sobreveio de tal forma em alguns meninos, que ficaram, alem de disformes da cara, cegos, tolhidos, e aleijados”.<sup>253</sup> Ficava, assim, marcada a primeira década da segunda metade do século XVII por uma epidemia de varíola.

---

<sup>253</sup>DRUMOND, Francisco Ferreira, *Anais da Ilha Terceira*, Reimpressão fac-similada da edição de 1856, II Volume, SREC, 1981, p. 130.

Isolando os anos de 1598, 1599, 1616 e 1686/1687, que foram identificados como os mais gravosos no plano da sobremortalidade, tentaremos, à luz das informações que recolhemos, uma explicação.

O ano de 1599 está indubitavelmente associado à peste que nesse ano também chegou à ilha Terceira e que terá assolado com particular violência Angra, onde, seguindo Drumond<sup>254</sup>, teria começado: “concluiu o século XVI, com o terrível contagio que padeceu a ilha Terceira neste anno de 1599, chamado do *mal*. Começou a laborar na cidade d’Angra no dia 15 d’Abril”. Tratar-se-ia do *tifo exantemático*, muito provavelmente um *mal* importado vindo do continente português<sup>255</sup>.

O ano de 1599 foi um ano de peste em muitas regiões e a crise por ela originada, sentida a nível internacional, atingiu toda a Península Ibérica bem como os principais portos europeus<sup>256</sup>. No continente português seguia-se a uma peste, menos mortífera, que também castigara o Reino no ano anterior. Em Lisboa, a peste de 1599 terá motivado uma das 3 grandes crises de origem epidémica (1569, 1579-80 e 1599) que aí tiveram lugar na segunda metade de Quinhentos.

Os estudos que já se fizeram em Portugal, uns a nível de paróquias individualizadas, outras com paróquias agrupadas, revelaram que, para além de Lisboa, distintas zonas do país foram atingidas pela peste<sup>257</sup>: Cuba (Alentejo), Coimbra, Algarve, Guimarães<sup>258</sup>, são alguns exemplos.

---

<sup>254</sup>DRUMOND, Francisco Ferreira, *Anais da Ilha Terceira*, já cit., I Volume, SREC, 1981, pp.396-399. As informações que este autor dá sobre a peste recolheu-as principalmente num acórdão da Câmara de S. Sebastião e num assento feito pelo vigário da matriz da vila da Praia no livro de óbitos.

<sup>255</sup>Cf. MENEZES, Manuel de, “A peste da Ilha Terceira em 1599” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. IV, 1946, pp. 1-29.

<sup>256</sup>As pestes, nomeadamente a de 1599, têm merecido desde há largos anos a atenção de estudiosos como B. BENNASAR, que 1969 publicou *Recherches sur les Grandes épidémies dans le Nord de l’Espagne à la fin du XVI siècle*; ou PEREZ MOREDA que em 1980 apresentou *Las crisis de mortalidad en la España interior. Siglos XVI-XIX*.

<sup>257</sup>Veja-se RODRIGUES, Teresa, “As crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI a XIX) - Uma análise global”, in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XIII-2, 1995, pp. 47-74. e BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, ob. cit., pp. 11-12 e 47.

<sup>258</sup>AMORIM, Maria Norberta, *Guimarães...ob. cit.*, pp.285-290. Por este trabalho conhecem-se os efeitos gravosos da peste sobre a população de Guimarães. A autora, pelo volume de óbitos registados na zona

Na Ilha Terceira o *mal*, que “não procedeu da corrupção dos ares, porque alguns logares houveram onde elle não tocou, nem ainda mais levemente, como foi no logar que por esta cauza se chamou depois o *Posto Santo*, nem dentro na Agoalva, talvez pela frescura das agoas e sombrio dos arvoredos”, não affectou de igual modo toda a ilha. Mas, tendo começado em Angra, o medo defensivo que provocou terá votado a cidade a um isolamento penoso como sugere a seguinte passagem em Drumond: “Mui grande foi esta calamidade, e maior se tornou, porque os moradores da cidade estavam privados do commercio com as ilhas debaixo, e com as freguezias dos montes, donde lhes vinham as cousas necessarias para o sustento. (...)”.

A necessidade de prevenir a propagação aconselhava cuidados. Cuidados que para a população da cidade podiam ter efeitos perversos. Uma sobremortalidade de origem epidémica podia transformar-se, por falta de subsistências, numa crise de tipo misto, ou seja uma crise “en que se combinan los dos tipos de factores básicos”, como ensina Perez Moreda. Do tipo misto teriam sido, segundo este autor, a maior parte das crises detectadas desde os finais do século XVI e ao longo do século XVII<sup>259</sup>

Nos livros de assento dos óbitos da cidade, existentes para esta época, não encontramos nenhuma declaração que, à semelhança do que fez o vigário e ouvidor Bartholomeu Cardozo d’Aguiar no livro dos óbitos da matriz da vila da Praia, nos pudesse dar, além do dramatismo dos números da peste, a desordem que esta provocou no quotidiano das gentes<sup>260</sup>. Segundo o assento feito, em duas etapas (22-8-1599 e 1-5-1601), por esse vigário a peste, que aí fez os primeiros doentes em 19 de Maio, apesar

---

urbana, mista e rural de Guimarães, em relação a população que provavelmente habitava cada uma dessas zonas, adianta que o flagelo terá atacado mais violentamente a zona urbana. “Os campos desta área repartidos por quintas, herdades ou casais, com raras concentrações de habitantes em aldeias, estariam mais defendidos da invasão da epidemia do que as zonas urbanas de ruas estreitas e construções contíguas e onde a falta de higiene e o menor espaço por habitante das zonas mais pobres facilitaria ainda mais a difusão da doença”. Calcula para as freguesias de S. Sebastião e Azurém uma perda de população de 23% a 30% e de 32% a 43% respectivamente, pp. 285- 290.

<sup>259</sup> PEREZ MOREDA, V. *Las crisis*, ob. cit., p. 80-82

<sup>260</sup> DRUMOND, *Anais*, p. 708.

de a 21 desse mês se “fazer casa de saúde”na vila, continuou a vitimar tanta gente que os párocos, ocupados em levar os sacramentos aos moribundos, não tinham tempo para lavrar registo de óbitos. A muita gente que, até 1-5-1601, já havia morrido vítima “do mal da peste, de que Deus nos livre”e que “d’hoje em dia não é espedido de todo”ascenderia a 700 almas somente na freguesia da Matriz da vila da Praia. Este número achava-o, o dito vigário, a partir dos livros das confissões e do “assento que disso se tem tomado” desde 15 de Maio de 1599 até 1 de Maio de 1601.

Em Angra e para igual período, no conjunto das 3 paróquias que pudemos considerar, encontrámos registo de apenas 96 indivíduos, 72 dos quais na Sé. As 700 almas referenciadas para a Praia, mesmo incluindo os menores, não estarão sobreavaliadas? E os registos de Angra corresponderão aos óbitos realmente ocorridos? Tal como acontecera na Praia, não terão os párocos tido tempo para lavrar todos os registos? Em S. Pedro, o facto de em 1599 se passar de um registo de 10 de Maio para um de 13 de Dezembro e depois deste para um registo datado de 13 de Novembro de 1601 parece apontar para essa situação. Até que ponto a localização da casa de saúde, que teve que se estabelecer na cidade porque o *mal* “nos mezes de Julho e Agosto progrediu com tal excesso, que foi necessario estabelecer casa de saude ao sahinte do portão de S. Bento”, terá desviado para esta paróquia óbitos das outras paróquias da cidade? O desconhecimento dos óbitos de Santa Luzia e de S. Bento, por inexistência dos respectivos livros, impedem qualquer resposta.

Também nos é impossível saber em que medida houve fuga de gente da cidade. Sabe-se, continuando a seguir as datas referidas por Drumond, que só passado mais de um mês (a 17 de Maio), sobre o possível início da calamidade em Angra, na câmara de S. Sebastião se decidia, por requerimento apresentado pelo vigário Thomaz Porraz

Pereira e mais 4 beneficiados, “pôr guardas nos caminhos para que ninguém entrasse na villa vindo daquela parte” (Angra, de onde o contágio “procedera”).

Casas de saúde, guardas nos caminhos, construção de ermidas, promessas, procissões<sup>261</sup>, a tudo se terão agarrado na esperança de vencer um mal cuja fúria terá provocado um elevado número de mortes por toda a ilha. Seguindo ainda as fontes de Drumond, “falleceram finalmente em toda a ilha acima de 7 mil pessoas d’um e d’outro sexo, maiores e menores, cujos cadaveres foram sepultados nas igrejas, adros e cemitérios, e até em alguns cerrados (...)”<sup>262</sup>

Sete mil mortes numa população estimada em cerca de 23. 000 habitantes<sup>263</sup> significaria uma perda de mais de 30% da população da ilha. Percentagem que não destoa das encontradas para outros espaços, nomeadamente do continente português<sup>264</sup>.

Confirmada fica a existência da peste na cidade, não só pelas referências feitas por Drumond, mas porque a encontramos referenciada em assentos de óbito da Sé e de S. Pedro. Nos assentos da Sé encontramos em 29-5-1599, o óbito do cónego João Tavares que por ter morrido do *mal contagioso* houve uma sentença “dos governadores deste bispado” para que se tomassem 12 alqueires de cal para se lançar na sua sepultura, e em 10-11-1599, o óbito de um Álvaro Luís que não se sabe se fez testamento e que *morreu do mal contagioso* ficando sepultado no adro da Sé. Em S. Pedro, em 10 de Maio de 1599 foi registado o óbito de Brás Pires que, tendo feito testamento, foi achado morto, “morreu subitamente da *peste*”. Registado como tendo morrido de *peste* encontramos, também, um assento mais tardio, datado de 1-1-1604, referente a uma Margarida Pereira mulher de Bento Lima. Sinal de que continuaram a surgir casos para

---

<sup>261</sup> Cf. a passagem que temos vindo a seguir dos *Anais*, p. 397

<sup>262</sup> Algumas informações relativas à peste apresentadas por Francisco Drumond, foram segundo ele próprio, recolhidas numa demanda que opunha o proprietário de uma terra e o padroeiro de um convento porque a terra em causa servira de cemitério. O padroeiro entendia, por isso, que a terra devia ser integrada nos bens da igreja do convento enquanto que o proprietário entendia o contrário. Nos arquivos da Sé este autor nada encontrou que referisse a peste.

<sup>263</sup> SANTOS, João Marinho dos, *Os Açores*, ob. cit., p. 109

<sup>264</sup> Cf. Valores apontados em nota anterior relativamente a Guimarães.

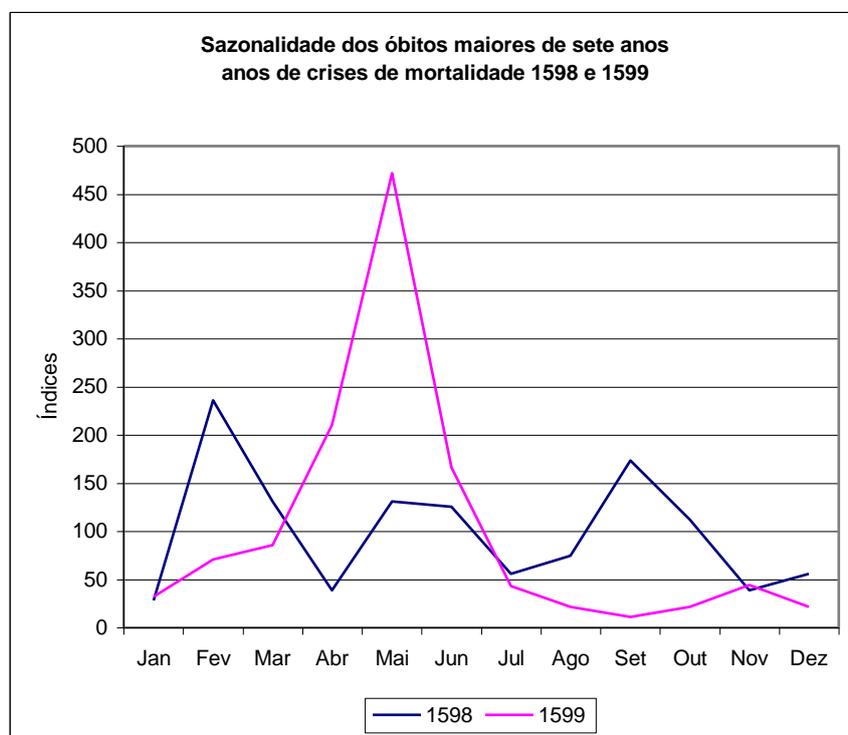
além de 20 de Janeiro de 1600, data que em Drumond é apontada como o fim do contágio e “em que se levantou bandeira de saude”. Lembremos que o vigário da matriz da Praia referia em Maio de 1601 que o mal da peste, que tinha durado perto de dois anos, “d’hoje em dia não é espedido de todo”.

Os óbitos de que há registo em Angra, relembremos óbitos de 3 das 5 paróquias e só dos maiores de sete anos, confirmaram, como já vimos, a existência de uma crise de mortalidade nesse ano de 1599. Interessante será verificar se os meses de Julho e Agosto foram efectivamente os que conheceram a maior incidência. Para isso calculámos a sazonalidade dos óbitos desse ano (e dos anos que identificamos como mais gravosos do ponto de vista da mortalidade) como consta do quadro que se segue e que representámos graficamente.

**Quadro nº 66**  
**Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos**  
**(diferentes anos de crises de mortalidade)**

<b>Nº Abs.</b>													
	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total</b>
1598	3	23	14	4	14	13	6	8	18	12	4	6	125
1599	3	6	8	19	44	15	4	2	1	2	4	2	110
1616	7	10	17	38	34	26	12	3	9	7	8	9	180
1686	12	8	6	14	18	13	22	32	37	28	31	26	247
1687	22	15	11	19	15	15	10	5	3	4	7	6	132
<b>Nº Dia</b>													
	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total</b>
1598	0,1	0,8	0,5	0,1	0,5	0,4	0,2	0,3	0,6	0,4	0,1	0,2	4,1
1599	0,1	0,2	0,3	0,6	1,4	0,5	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	3,6
1616	0,2	0,4	0,5	1,3	1,1	0,9	0,4	0,1	0,3	0,2	0,3	0,3	5,9
1686	0,4	0,3	0,2	0,5	0,6	0,4	0,7	1,0	1,2	0,9	1,0	0,8	8,1
1687	0,7	0,5	0,4	0,6	0,5	0,5	0,3	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	4,4
<b>Índices</b>													
	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total</b>
1598	28	236	131	39	131	125	56	75	174	112	39	56	1200
1599	32	71	86	211	472	166	43	21	11	21	44	21	1200
1616	46	72	111	257	222	176	78	20	61	46	54	59	1200
1686	57	42	29	69	86	64	105	153	183	134	153	124	1200
1687	196	146	98	175	133	138	89	44	28	36	64	53	1200

**Gráfico n° 39**  
**Sazonalidade dos óbitos em anos de crise – 1598 e 1599**



No ano de 1598, a distribuição pelos meses dos anos mostra-nos um ano com seis penosos meses: Fevereiro, o mais castigado de todos, Setembro, Março e Maio, Junho, Outubro. Não dispondo de outro tipo de informações sobre o ano de 1598 apenas poderemos, à luz do que era comum na época, supor que se trataria de uma crise de natureza agrária semelhante às que periodicamente afectavam as sociedades pré-industriais. Poderia tratar-se de um ano, do ponto de vista climático, fora do comum com um agravamento das condições de sobrevivência da população ou o corolário de uma sucessão de maus anos. Repare-se que os óbitos “normais” tinham sido ultrapassados em 1588, 1593, 1594 e 1596. O ano de 1593 é referenciado pelo padre Maldonado como o ano da fome porque faltando as *novidades* e frutos do campo “foi o primeiro que por sua grande Esterilidade exprementou a Ilha fome”. Pela grande escassez, então sentida, encareceu de tal modo o trigo que nesse ano “pereceram muitos

pobres, hus que morreram de fome, e outros destruídos dos bens de que se valeram pera o sustento da uida”<sup>265</sup>. Além deste ano de 1593, os anos de 1575 a 1584 e os anos de 1589, 1590 são também apresentados por Alfredo Sampaio como anos de carência em que os cereais não foram exportados<sup>266</sup>.

Quanto ao ano de 1599, ano da peste, pelo gráfico, fica claro que a doença começando, e de forma muito gravosa, no mês de Abril foi mais actuante no mês de Maio. Se o provável subregistro não influenciasse os índices calculados para cada mês teríamos, em média 1,4 pessoas maiores de sete anos a morrer todos os dias. E em Junho, continuando bastante activa, faria em média cerca de um terço das mortes de Maio. No entanto se considerarmos a informação de Drumond, que dá os meses de Julho e Agosto como aqueles em que a doença se mostrou mais actuante, teremos que admitir um subregistro de óbitos nesses meses o que nos obriga a ter algumas reservas em relação a esta representação gráfica da distribuição mensal dos óbitos.

O facto é que os efeitos e a memória do grande *mal* perduraram por largos anos a avaliar pelo assunto tratado em vereação de 19-4-1608. Aí, fazendo referência a uma provisão que o monarca teria passado ao corregedor para que se mandasse orçar os gastos “que no tempo da peste se fizeram nesta cidade com os doentes do dito mal”, esperava-se que sua “Majestade lhe fizesse mercê para efeito de se desempenhar a dita câmara e concelho”<sup>267</sup>.

A crise de 1616, desconhecendo-se as suas causas, traduziu-se no elevado número de óbitos que, começando em Março, se concentraram, como se pode observar no gráfico seguinte, nos meses de Abril, Maio e Junho, precisamente os meses habitualmente de maior necessidade de trigo. De grande esterilidade dos campos tinha

---

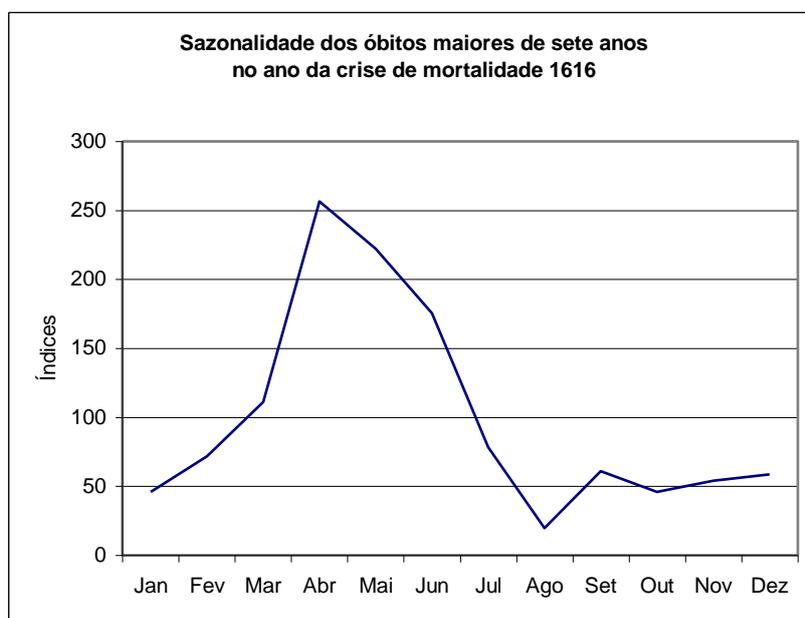
<sup>265</sup> MALDONADO, Pe. Manuel Luís, *Fénix Angrence*, já cit., 1º volume, pp.387-388.

<sup>266</sup> SAMPAIO, Alfredo da Silva, *Memória sobre a Ilha Terceira*, Imprensa Nacional, Angra do Heroísmo, 1904.

<sup>267</sup> BPAAH, *Vereações*, Livro 10, pasta 1

vido, seguindo, uma vez mais a *Fénix Angrence*, o ano de 1613. Esterilidade que foi “no geral da Ilha enquanto ás eruas dos pastos, que os tempos consumirão em tal forma, que se exprementarão quazi improdutos, por cuja cauza perecerão a major parte dos gados...”<sup>268</sup>.

**Gráfico nº 40**  
**Sazonalidade óbitos em ano de crise – 1616**

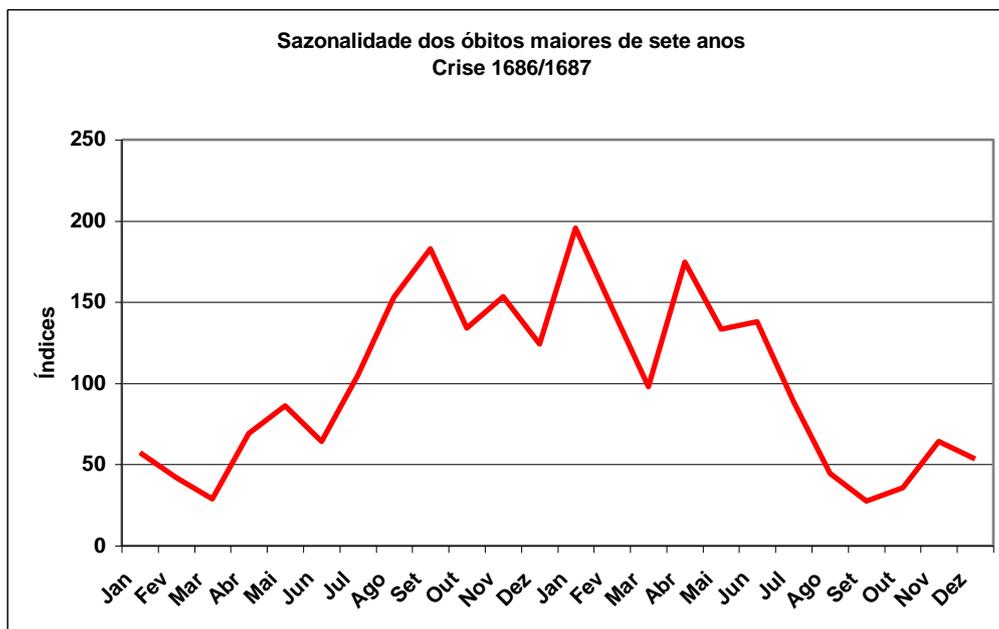


Uma vez mais parece tratar-se de uma crise de mortalidade associada a uma crise de subsistências.

A crise de 1686, como nos mostra o gráfico, prolongou-se para o ano de 1687.

<sup>268</sup> MALDONADO, ob.cit., p. 37.

**Gráfico nº 41**  
**Sazonalidade dos óbitos em anos de crise – 1686 e 1687**



Começando em Julho de 1686, agrava-se ao longo dos meses de Agosto e Setembro, conhecendo um ligeiro e oscilante abrandamento em Outubro, Novembro e Dezembro prolonga-se para o ano de 1687, apresentando-se o mês de Janeiro como o pior mês. Apesar da queda do mês de Março, as dificuldades continuavam ainda nos meses de Abril, Maio e Junho.

Cruzando os anos que, pelo estudo dos óbitos, se apresentam com alguma elevação em relação ao “normal” com os anos identificados como de más colheitas verificámos que há uma certa correlação em alguns deles. Note-se que os efeitos de um mau ano agrícola podem ser mais visíveis no ano seguinte. E que esses efeitos são ampliados quando há uma sucessão de maus anos. Por exemplo, ao pico de 1608 corresponde um ano de más colheitas, detectado nas actas de vereação, que pode ter sido antecedido por outros maus anos. O mau ano de 1608 deveu-se, segundo Maldonado, às grandes chuvas que caíram em Fevereiro e que, inundando os campos e a

cidade, arruinaram casas e provocaram algumas mortes<sup>269</sup>. Também no pico dos óbitos de 1648 terá influído, além dos tremores de terra que em Junho provocaram danos na cidade, a escassez de trigo que vinha, como se constatou, pelo menos desde 1647 e que prolongando-se até 1649 poderá ter influenciado os óbitos de 1650.

Pelo que foi apresentado poder-se-á concluir que em Angra a mortalidade, apesar da existência de factores que tendiam a contrariá-la (clima favorável, medidas para minimizar os efeitos da escassez de subsistências, existência de médico, cirurgião, botica e boticário, hospitais, observância de cuidados para prevenir contágios, regras para promover condições de higiene pública, entre outros), foi encontrando periodicamente um campo favorável.

Comparando os últimos anos do século XVI com o século XVII constatámos que na centúria de Seiscentos não se regista uma sucessão de maus anos como aconteceu no último decénio de Quinhentos (de 1593 a 1599 foram 5 os anos em que os óbitos se desviaram da média: três anos em 50% ou mais e 2 anos em que duplicam). Entre as duas crises do século XVII, em que os óbitos “normais” são duplicados, há a separa-las um período de 70 anos (1616 e 1686). Se considerarmos também as outras crises de menor dimensão os intervalos que medeiam de umas para as outras variam entre os 17 anos (1686-1693) e os 20 anos (1666-1686). Trata-se de uma situação bem diferente daquela que foi identificada a partir dos óbitos dos “maiores” estudados para 11 núcleos rurais pertencentes à actual província de Cáceres em Espanha. Aqui o autor encontrou uma sobremortalidade cíclica que, em média, se repetiu de 7 em 7 anos na primeira metade de Seiscentos e de 16 em 16 anos na segunda metade da centúria<sup>270</sup>.

---

<sup>269</sup> MALDONADO, ob. cit. , pp. 26-27.

<sup>270</sup> Cf. GRAJERA, Alfonso Rodrigues, “Las crisis de mortalidad en la Alta Extremadura durante el siglo XVII” in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, Año VII, número 3, 1989, p. 40.

#### **4. Mortalidade segundo os sexos**

Apesar de, geralmente, nascer um maior número de indivíduos do sexo masculino (facto confirmado em Angra pela relação de 105 rapazes nascidos, em média, por cada 100 raparigas) o equilíbrio entre sexos é normalmente conseguido em virtude de uma mortalidade infantil mais penalizante para os rapazes. O cálculo de relações de masculinidade ou de feminilidade ao óbito apresenta-se de grande interesse não só porque pode evidenciar uma mortalidade diferencial por sexos mas, sobretudo, porque pode induzir o grau de mobilidade da população.

Consideramos os óbitos registados entre 1590 e 1699. Para calcular a relação de masculinidade recorreremos aos três ficheiros a partir dos quais podemos obter informação sobre os óbitos. O ficheiro de Indivíduos onde constam todos aqueles que nasceram e morreram na cidade. O ficheiro de Famílias onde podemos contar os indivíduos, cônjuges, com data de óbito conhecida e cuja data de nascimento é desconhecida. O ficheiro de Defuntos onde constam todos os indivíduos que, não sendo inseridos em nenhuma das famílias reconstituídas, têm óbito registado em Angra. A não inserção de muitos destes defuntos na respectiva família deve-se à insuficiência de elementos de identificação ao óbito. Para o sexo masculino essa insuficiência atinge sobretudo os rapazes que são referenciados apenas pelo nome e apelido e, por vezes, pela profissão sem qualquer referência à sua filiação. Para o sexo feminino as dificuldades são maiores quando se trata de mulheres viúvas ou mulheres a viver em casa de alguém ou mulheres solteiras que por serem de idade avançada já não lhes é referida a filiação. Desses defuntos, além dos naturais não identificados, fazem também parte indivíduos que, provenientes do exterior, tiveram vida na cidade. Se solteiros, há, por vezes, referência à ocupação e até à filiação. Se casados, as referências familiares apenas nos mostram que quando chegaram à cidade já tinham as respectivas famílias

formadas (de cujos filhos se formaram novas famílias que a reconstituição nos permitiu identificar). O resultado é o apresentado no quadro que se segue.

**Quadro nº 67**  
**Relação de masculinidade ao óbito**

	Ficheiro Defuntos		Ficheiro Indivíduos	Ficheiro Famílias	Total DIF	Total Indiv+Fam
	Todos	s/forasteiros				
1590-1599	92	86	25	60	<b>77</b>	58
1600-1609	94	87	33	56	<b>71</b>	53
1610-1619	86	76	24	61	<b>66</b>	56
1620-1629	94	86	41	78	<b>77</b>	69
1630-1639	105	91	40	93	<b>83</b>	78
1640-1649	101	92	46	72	<b>76</b>	63
1650-1659	83	72	39	47	<b>58</b>	45
1660-1669	82	73	50	67	<b>67</b>	61
1670-1679	97	93	42	50	<b>67</b>	47
1680-1689	98	87	49	93	<b>81</b>	75
1690-1699	86	78	63	80	<b>74</b>	71
1590-1699	91	83	47	69	<b>72</b>	62

Qualquer que seja o ficheiro analisado verifica-se que morreram mais mulheres do que homens em Angra. Se atentarmos nas colunas respeitantes aos índices calculados a partir do ficheiro de Defuntos é significativo o facto de o seu valor se elevar quando não são considerados os forasteiros (consideramos forasteiros aqueles cujo registo de óbito apontava para uma situação transitória: os vindos nas embarcações rumo ao Reino, os naturais de outras freguesias da Terceira ou de outras ilhas dos Açores que se encontravam na cadeia, no hospital, ou que são referidos como forasteiros). Tal situação traduz o facto de a grande maioria dos forasteiros serem do sexo masculino.

Pelo exposto anteriormente parece-nos que a coluna que melhor traduz a proporção de homens e mulheres que faleciam em Angra é a que considera o somatório dos três ficheiros que denominamos como Total DIF (**D**efuntos **I**ndivíduos **F**amílias).

Na globalidade do período observado (1590-1699) enquanto que ao nascimento se registavam 95 raparigas por cada 100 rapazes ao óbito a relação inverte-se e é de

grande desproporção: em média havia 72 mortes masculinas por cada 100 mortes femininas.

As oscilações registadas de umas décadas para as outras poderão traduzir os efeitos diferenciados no tempo de movimentos de saída. Uma vez mais a mobilidade é induzida como fenómeno influente nesta população.

### **5. Esperança de Vida dos Maiores de 25 anos (casados)**

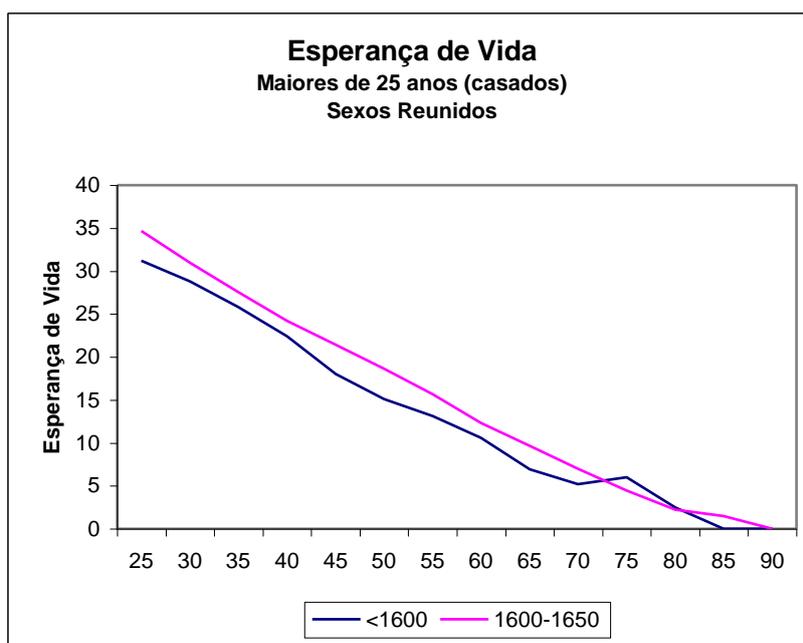
O facto de os párocos não indicarem a idade ao casamento ou ao óbito reduz o conhecimento de tais idades aos indivíduos cujo nascimento teve lugar em Angra e que foram identificados a partir do cruzamento dos dados vitais também registados na cidade. Além da dificuldade em identificar ao óbito os indivíduos solteiros que são identificados pelo nome mas sem qualquer referência à sua filiação acresce a ausência de mortalidade infantil o que inviabiliza a construção de tábuas de mortalidade que considerem todos os indivíduos nascidos na cidade. Assim, resolvemos seguir os indivíduos com nascimento e casamento registado na paróquia da Sé. Na ficha de cada um destes indivíduos fizemos constar uma data real ou convencionada de fim de observação. A data real é a do respectivo óbito que só conhecemos quando o mesmo está registado na cidade. A data convencionada corresponde a uma data em que a presença do indivíduo ainda está assinalada (registo do baptismo ou do casamento de um filho, óbito do cônjuge, por exemplo). Com fichas fechadas pudemos estimar os efectivos iniciais em cada idade subtraindo o número dos que morreram e dos que desapareceram da nossa observação antes de atingir a idade seguinte. Para este conjunto de indivíduos construímos tábuas de mortalidade a partir das quais podemos obter a sua esperança de vida.

Consideramos dois grupos de gerações: as nascidas antes de 1600 e as que nasceram entre 1600 e 1650 (foi possível acompanhar estas gerações porque temos o cruzamento de óbitos feito até 1750).

**Quadro nº 68**  
**Esperança de Vida dos Casados**  
**(Gerações nascidas antes de 1600 e de 1600-1650)**

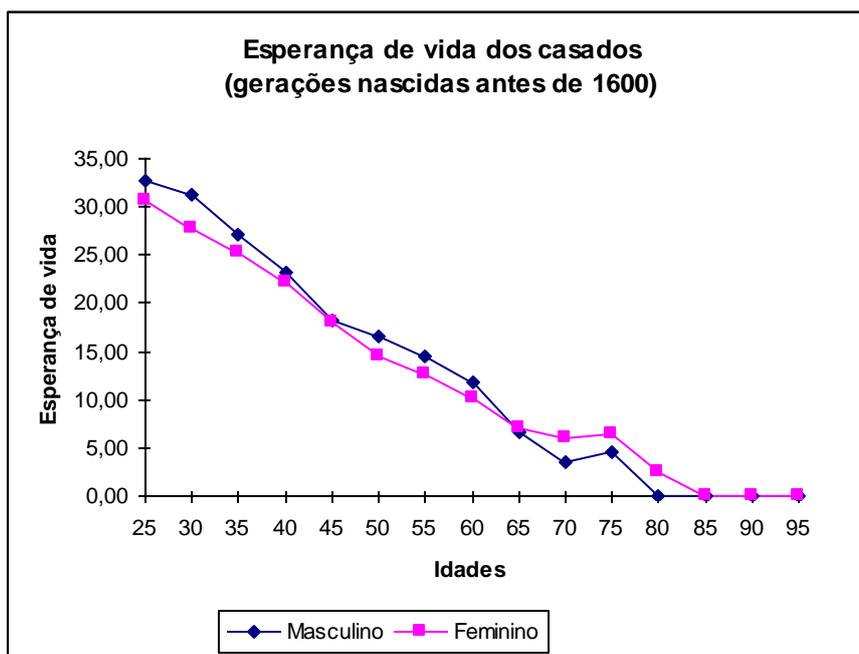
Idade	Gerações <1600			Gerações 1600-1650		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
25	32,7	30,6	31,2	35,2	34,5	34,7
30	31,2	27,8	28,8	31,1	30,9	30,9
35	27,2	25,3	25,8	27,6	27,5	27,5
40	23,2	22,1	22,4	23,9	24,3	24,2
45	18,2	18,1	18,0	21,1	21,6	21,4
50	16,6	14,5	15,1	18,2	18,9	18,6
55	14,5	12,7	13,2	15,4	15,8	15,7
60	11,7	10,3	10,6	12,3	12,3	12,3
65	6,7	7,0	6,9	9,7	9,7	9,7
70	3,5	5,9	5,2	7,0	7,0	7,0
75	4,5	6,5	6,0	4,2	4,5	4,4
80	0,0	2,5	2,5	3,0	2,0	2,2
85	0,0	0,0	0,0	1,5	1,5	1,5

**Gráfico nº 42**  
**Esperança de vida dos casados maiores de 25 anos**



Este gráfico mostra-nos que os indivíduos das gerações nascidas nos dois últimos decénios do século XVI, que lograram chegar ao casamento, tinham, de um modo geral, menores expectativas de vida do que os das gerações nascidas na primeira metade do século XVII.

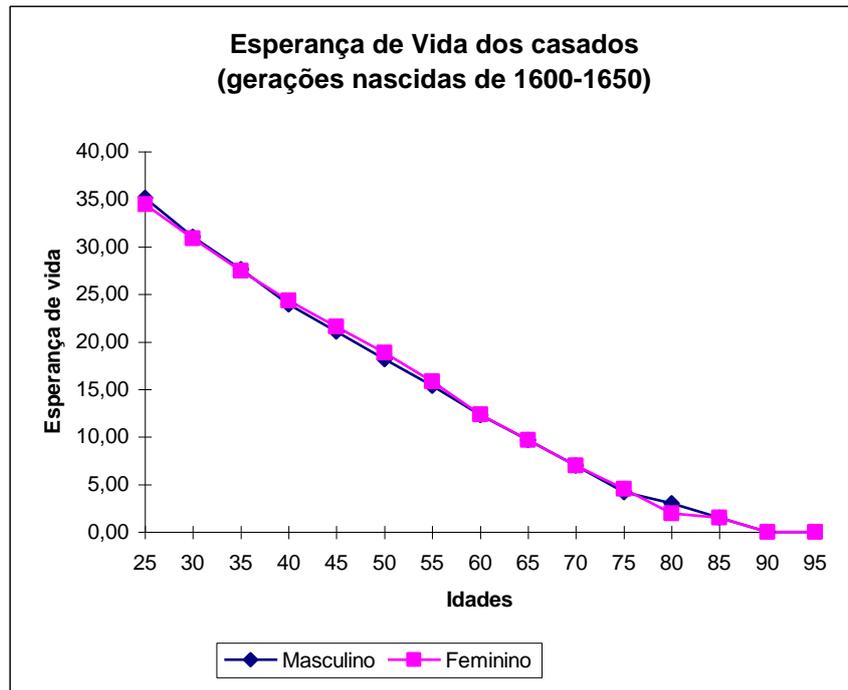
**Gráfico nº 43**  
**Esperança de vida dos casados (gerações anteriores a 1600)**



As diferentes expectativas de vida também são visíveis, no mesmo conjunto de gerações, conforme se trate de homens ou de mulheres. Entre os casados nascidos no século XVI são os homens que mantêm a maior esperança de vida entre os 25 e os 40 anos. A esperança de vida partilhada aos 45 anos pelos dois sexos volta a ser favorável aos homens dos 50 aos 65 anos, idade a partir da qual as expectativas se tornam bem mais animadoras para as mulheres.

Para as mulheres as maiores dificuldades encontradas até aos 40 anos prendem-se certamente com os riscos a que estão sujeitas durante o período da sua vida reprodutiva. A análise de alguns indicadores de fecundidade já nos havia indiciado uma mortalidade mais penalizante para as mulheres.

Gráfico nº 44  
Esperança de vida dos casados (gerações de 1600-1650)



Considerando as gerações dos casados nascidas no século XVII notamos importantes alterações de comportamento. Além de uma maior esperança de vida para ambos os sexos regista-se uma grande aproximação entre as expectativas de um e outro sexo. As dificuldades para as mulheres nas idades mais críticas, embora existam, são agora quase imperceptíveis. Aos 40 anos e até aos 60 são as mulheres que têm, ainda que ligeira, uma maior esperança de vida.

A escassez de estudos, que abordem em perspectiva microanalítica a mortalidade em períodos tão recuados como o século XVI e XVII, limitam as possibilidades de estabelecer comparações. Assim, limitamos a comparação da Esperança de Vida aos maiores de 25 anos da Zona Urbana de Guimarães<sup>271</sup>, que nos tem servido de termo de comparação de outros indicadores, e à encontrada no marquesado de Llombai, País Valenciano, em Espanha, entre 1620 e 1680. O marquesado de Llombai oferece-nos a vantagem de se reportar a um conjunto de

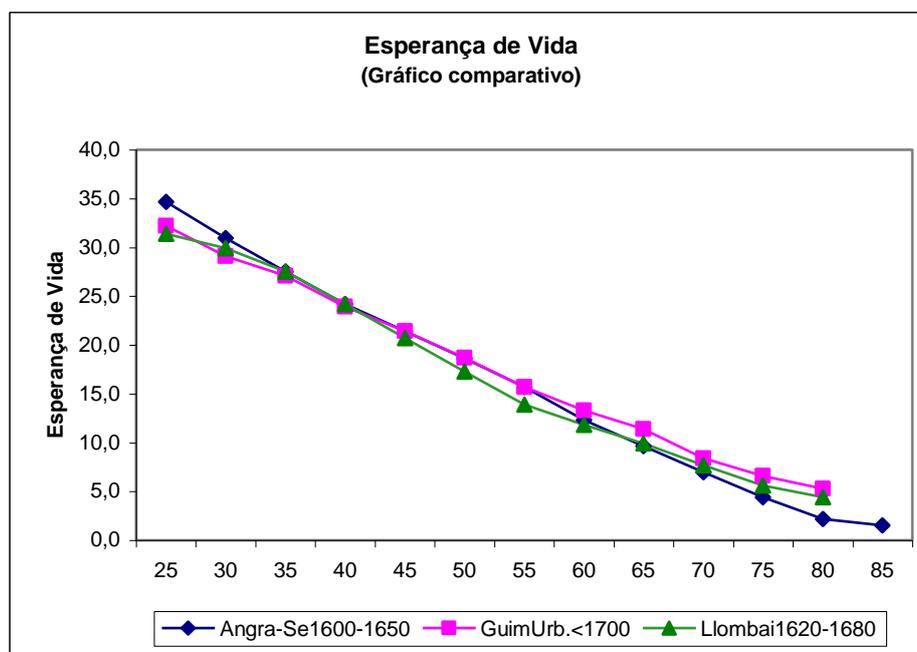
<sup>271</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães*, ob. cit., p. 338

localidades cujos habitantes experimentaram uma intensa mobilidade<sup>272</sup>, como intuimos ser o caso de Angra.

**Quadro nº 69**  
**Esperança de Vida**  
**Comparação com Guimarães e Llombai**  
**(Sexos Reunidos)**

Idade	Angra 1600-1650	Guimarães Urbano <1700	Llombai (Espanha) 1620-1680
25	34,7	32,2	31,4
30	30,9	29,1	29,9
35	27,5	27,1	27,5
40	24,2	23,9	24,2
45	21,4	21,4	20,7
50	18,6	18,7	17,3
55	15,7	15,7	13,9
60	12,3	13,3	11,8
65	9,7	11,4	9,9
70	7,0	8,4	7,7
75	4,4	6,6	5,6
80	2,2	5,3	4,4
85	1,5		

**Gráfico nº 45**  
**Esperança de vida (gráfico comparativo)**



<sup>272</sup> LUCAS, Manuel Ardit, “La mortalidad en el País Valenciano preindustrial. El marquesado de Llombai entre 1620 y 1680”, in MESTRE, Josep Bernabeu (coord.), *El Papel de la Mortalidad en la Poblacion Valenciana*, Alicante, 1991, p. 125.

Não coincidindo exactamente, nas três populações que agora comparamos, as balizas cronológicas, não deixa de ser significativa a coincidência de valores em alguns grupos de idades. Partindo de uma situação mais favorável aos 25 anos Angra coincide nas expectativas de vida com Guimarães e Llombai entre os 35 e os 45 anos. A partir desta idade distancia-se até aos 55 anos, juntamente com Guimarães, em relação a Llombai. Voltando a aproximar-se mais de Llombai até aos 70 anos, Angra segue isolada depois dos 80 anos, i.e. só em Angra os casados; chegados aos 85 anos podem esperar viver, em média, mais um ano e meio.

Se excluirmos a crise de 1599, comprovadamente uma crise devida à peste, as crises detectadas através dos óbitos dos “maiores” ter-se-ão devido a eventuais crises de subsistências e à acção de doenças que andavam associadas à escassez, às carestias e à subalimentação.

## A MOBILIDADE

Como ensinou Braudel, as cidades alimentam-se de movimento. E seja qual for a sua localização ou a sua forma, são o termo de uma multiplicidade de movimentos<sup>273</sup>.

E Angra no século XVII continuava a ser, graças à sua posição geográfica e ao seu estatuto de cabeça das ilhas dos Açores, um espaço onde se cruzavam movimentos de mercadorias e gentes.

Interessa-nos, agora, os movimentos da população. E nos registos paroquiais, alertando-nos para a existência de uma multiplicidade de movimentos, encontramos marcas do rodopio das gentes. Gente de passagem vinda de diferentes latitudes que se desloca em busca de novos destinos. Busca de mudança, de aventura ou talvez e só de ventura, é o que nos sugere o registo de baptizado de Teresa “filha de uma inglesa que indo para Inglaterra Nova a pariu nesta ilha”. Este caso ficou assinalado graças ao baptizado feito em 10-6-1674 e cujo registo foi lavrado pelo pároco de Santa Luzia, no respectivo livro. Quantas situações iguais ou semelhantes ficaram por assinalar? Mas os registos paroquiais fazem eco de mais movimentos. Do movimento que envolve a relação com as partes de Além-Mar encontram-se marcas sobretudo nos registos de óbito. Chegando moribundos ou já defuntos, a escala em Angra era para muitos dos embarcados a última paragem. E em cada frota, que em Angra deixava mortos, viajavam diferentes regiões do reino, do império e até da Europa. Os casos que a seguir mencionamos são bem ilustrativos. Em 1656, vindos na frota do Brasil foram enterrados na Sé, com dois dias de intervalo entre si, 4 indivíduos que chegando doentes não sobreviveram. Eram naturais de Lisboa, do Algarve, de Leça, Porto e de Nápoles. Em Maio de 1659 foi a vez de um sujeito que era casado em Peniche. Em 1689, vindos de

---

<sup>273</sup> BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, vol I, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983, p. 351.

Cabo Verde falecem dois indivíduos, um natural de Lisboa e outro de Viana. Espelhava-se em Angra a atracção que no século XVII Lisboa continuava a exercer. Não já “ao cheiro desta canela”, Lisboa, porta aberta para um império que estava à distância de uma oportunidade numa das muitas embarcações que partiam do Tejo, continuava a contribuir para o despovoamento do resto do país. Por Angra passava o Reino, mas também a Europa e o império como ilustram outros casos: em 1613 enterrou-se no convento de S. Francisco o padre Manuel Antunes, natural da Caparica, que era clérigo de missão e que vinha da Índia; vindo do Maranhão para tomar ordens sacras, faleceu em 1671 o padre Luís, frei carmelita; em Abril de 1697 foi feito o óbito a um natural da Normandia que era casado na Bretanha e em Agosto do mesmo ano enterrou-se um moço solteiro natural de Pernambuco. Dos que estavam de passagem, os registos paroquiais só nos dão conta dos que aqui, por força das circunstâncias, tiveram a última morada.

O movimento que afastava da cidade de forma definitiva ou temporária os indivíduos também deixou marcas que pudemos detectar quando cruzámos os dados extraídos dos registos paroquiais. Francisco João Azevedo, casado em 1623, regista pela última vez um filho em 1629 e em 1646 ao óbito da mulher é dado como ausente. Não sabemos onde nem desde quando está ausente. Em 23-12-1686 também no óbito de Maria Fonseca o marido, cujo nome o padre não indica deixando um espaço em branco que nunca chega a preencher, é dado como ausente. O espaço em branco, nunca preenchido, poderá significar uma ausência tão prolongada que a identificação do indivíduo se torna difícil não só para o pároco mas também para os seus paroquianos.

Do movimento que trazia indivíduos para a cidade dão-nos conta os registos de casamento fazendo referência à naturalidade dos nubentes.

À imagem do país, onde a emigração era regra, e do Império, onde a mobilidade era um facto, a cidade de Angra que emerge dos registos paroquiais apresenta-se como um espaço onde a população estava exposta a uma diversificada mobilidade.

Sabendo-se que a mobilidade pode afectar o volume, a estrutura e a própria dinâmica de uma população, seria de todo o interesse analisar a sua dimensão demográfica. Quando estão em estudo populações do passado, sobretudo do passado pré-estatístico, este ensejo esbarra com obstáculos difíceis de contornar. Desde logo a inexistência de fontes que registassem as entradas e as saídas na comunidade em estudo.

A exploração dos registos paroquiais, que pela clássica Reconstituição de Famílias de Fleury- Henry já havia permitido reconhecer o fenómeno da mobilidade, permite através da Reconstituição de Paróquias (cruzando-se ou não dados de outras fontes) avançar para abordagens que são condicionadas pelo tipo e qualidade das fontes disponíveis. No caso de Angra, os registos paroquiais apresentam para o período que estudámos uma grande limitação: não registam os óbitos dos menores de sete anos. Este dado é imprescindível para seguirmos o percurso de vida dos indivíduos nascidos na cidade. Se houvesse registo sistemático de óbitos dos menores, era de admitir que os indivíduos sem óbito conhecido em algum momento da vida se tivessem afastado da cidade. Não dispendo desses dados ficamos sem saber se os indivíduos para os quais não encontramos óbito se faleceram na infância ou se fazem parte daqueles que abandonaram a cidade.

Constatada assim a impossibilidade de estudar a mobilidade dos indivíduos pelo método de Norberta Amorim<sup>274</sup>, resta-nos evidenciar as marcas que fomos detectando à

---

<sup>274</sup> Seguindo este método (que podemos encontrar pormenorizado em AMORIM, Norberta, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico*, ob. cit. pp. 171-192) é possível, quando há registo sistemático de mortalidade infantil, elaborar, a partir dos dados de paróquias reconstituídas, cálculos que quantifiquem o movimento de saídas. A grande limitação que se tem encontrado reside exactamente no facto de o registo da mortalidade infantil só ser sistemático, na generalidade dos casos estudados, a partir da segunda metade do século XVIII. Esta limitação foi por nós sublinhada num trabalho, sobre a

medida que fomos organizando os dados extraídos dos registos paroquiais e cuja importância para a evolução da população angrése intuímos aquando da análise das variáveis demográficas anteriormente estudadas.

Pelos casamentos tivemos oportunidade de ver que Angra se apresentava como um espaço de atracção para muitos indivíduos provenientes das mais diversas origens geográficas que na cidade acabavam por contrair matrimónio. Verificámos, então, que se tratava de uma mobilidade diferencial porque fazia chegar mais indivíduos do sexo masculino do que do sexo oposto. Pela Fecundidade e sobretudo pela Mortalidade intuímos a existência de uma Mobilidade de sentido contrário, i.e. de um movimento que levava os indivíduos a sair da cidade. Esta mobilidade para fora da cidade envolveria de forma diferencial homens e mulheres. O desequilíbrio entre sexos encontrado nos óbitos remete também para uma mobilidade essencialmente masculina.

É esse movimento para o exterior que procuraremos conhecer através de algumas marcas de mobilidade que nos foi permitido reconhecer em alguns dados de que dispomos.

Referências à ausência de maridos aquando da morte da mulher, embora escassas, não são inexistentes como já verificámos. Para onde se ausentavam esses homens? A este respeito a fonte é silenciosa. Limita-se ao lacónico “marido ausente”. É provável que o reino e os territórios do império ultramarino seduzissem também alguns angréses. Sabe-se que ao longo do século XVII a emigração açoriana para o Novo Mundo ocorreu cada vez com maior frequência e sob a iniciativa dos grupos dirigentes que estavam interessados em enviar gentes para terras brasileiras. Este expediente afigurava-se como uma dupla solução: garantir gentes para estes novos territórios que se queriam povoados e aliviar o arquipélago quer da pressão demográfica, quer dos

---

Mobilidade em diferentes regiões do nosso país, apresentado nas primeiras jornadas do NEPS – *Portugal, População e Sociedade do século XVI a 1910*.

problemas de desalojamento provocados pelos desastres naturais<sup>275</sup>. As vereações dão-nos conta de outro tipo de saídas. As saídas dos homens com que as ilhas deviam contribuir para as guerras da Restauração. Saídas involuntárias, a avaliar pela solução encontrada pelos oficiais da câmara de Angra para satisfazerem um pedido do Rei. O Rei mandara que se levantassem homens para 300 soldados a enviar para as fronteiras. Depois de diligenciar nesse sentido o capitão-mor João Bettencourt de Vasconcelos veio à câmara em 18-6-1650 declarar que não encontrava em toda a ilha gente que por sua vontade quisesse ir. Face a esta dificuldade assentaram os oficiais da câmara que o dito capitão lançasse mão dos vadios e ociosos que houvesse e que os obrigasse. Desta maneira se poderia fazer o que sua Majestade mandava<sup>276</sup>. Terá o capitão-mor recrutado todos os homens necessários? Pelo menos as vereações não nos dão conta de que este assunto tivesse voltado a ser apreciado. Note-se que o recrutamento dizia respeito a toda a ilha. Qualquer que fosse o tipo de saídas, para o Novo Mundo ou para o Reino, a cidade podia não ter sido afectada de modo idêntico ao das paróquias rurais. A cidade poderia mesmo continuar a ser um espaço de atracção para os restantes ilhéus.

Não podendo seguir as entradas e saídas individuais tentemos uma aproximação através das Famílias.

### **1. Presença de não-naturais na composição das famílias**

Ao abordarmos a naturalidade dos nubentes verificamos a forte presença de indivíduos provenientes do exterior. Os cálculos então apresentados foram feitos sobre aqueles que casavam pela primeira vez e cuja data de casamento é conhecida. Os resultados obtidos evidenciaram a abertura do mercado matrimonial angrense e revelaram que, exceptuando nos primeiros anos de observação a esmagadora presença

---

<sup>275</sup> Cf. GIL, Maria Olímpia, *O Arquipélago dos Açores no século XVII*, já. cit., p. 28-29.

<sup>276</sup> BPAAH, *Vereações*, Livro 13, pasta 2

de espanhóis, eram as ilhas açorianas que no seu conjunto mais animavam o mercado matrimonial angrense.

Atentemos na relação de Angra com o exterior, nomeadamente com o restante arquipélago. Se considerarmos as percentagens de nubentes masculinos vindos de fora (quer no quadro em que se apresentam as percentagens em relação ao total de primeiros casamentos, quer no quadro em que essas percentagens são calculadas em relação ao total de naturalidades identificadas ao primeiro casamento) como um reflexo do poder de atracção desta cidade teremos que delimitar duas fases: a primeira até 1640 e a segunda desde 1640 até final do século. Apesar das oscilações registadas as percentagens de nubentes masculinos naturais da cidade são, na primeira fase inferiores às encontradas na segunda fase.

Considerando estas duas fases e trabalhando as naturalidades e as profissões dos cônjuges masculinos vejamos em que medida a garantia de trabalho na cidade poderia ser um factor de atracção para quem vinha de fora.

Conhecida que é a diversidade de proveniências geográficas dos noivos e o peso relativo de cada uma dessas naturalidades, vamos considerar apenas aquelas que mantêm uma presença, do ponto de vista numérico, significativa. De entre as ilhas açorianas deixamos de lado Santa Maria, Corvo e Flores. Fora do espaço açoriano passamos a considerar o Reino que aqui continuamos a denominar de Continente. Considerámos todas as famílias independentemente de se tratar do primeiro ou posteriores casamentos.

**Quadro nº 70**  
**Naturalidade e ocupação do cônjuge masculino das famílias angrenses**

Naturalidade	1584-1639		1640-1699		C/ ocupação conhecida 1584-1699	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
Angra	623	15,5	1255	30,7	877	46,7
Terceira*	318	7,9	461	11,3	201	25,8
S. Miguel	136	3,4	183	4,5	112	35,1
S. Jorge	81	2,0	108	2,6	73	38,6
Graciosa	101	2,5	178	4,3	103	36,9
Faial	92	2,3	76	1,9	71	42,3
Pico	66	1,6	99	2,4	57	34,5
Continente	176	4,4	139	3,4	130	41,3
Outras	468	11,7	150	3,7	381	61,7
Indeterminada	1955	48,7	1443	35,3	1457	42,9
Total	4016	100,0	4092	100,0	3462	40,2

\* Excluindo Angra

Observando o quadro reconfirmámos que no primeiro período há um maior peso de indivíduos vindos do exterior. Como já havíamos notado no capítulo da nupcialidade tal facto deve-se fundamentalmente à presença excepcionalmente elevada de soldados espanhóis a casar em Angra. Quanto às suas ocupações constatámos que são conhecidas em percentagens que ficam bastante aquém dos 50%. Apesar da elevada percentagem de casados para os quais não temos informação sobre a sua actividade, verificámos, em capítulo anterior, que era alargado o leque de ocupações que a cidade oferecia aos seus residentes. Procuremos então saber em que se ocupavam os homens vindos de fora. Encontramos, provenientes quer do Continente quer das ilhas, homens ligados aos diferentes sectores de actividade. Os naturais do Continente predominam na administração (escrivães, meirinhos, feitores, corregedores, licenciados...). Desempenham funções ligadas a postos militares (governador, capitão, alferes, ajudante do castelo, sargento...). São mercadores (o maior número de mercadores identificados são naturais do Continente). E estão ligados a uma diversidade de outras ocupações tais como cirurgião, barbeiro, boticário, ourives, calafate, entre outros. Das ilhas açorianas também encontramos gente ligada à vida administrativa e militar (provedor, escrivão,

procurador, meirinho, capitão) licenciados, mercadores e uma série de profissões ligadas aos ofícios mecânicos.

Para além destes que vinham para o desempenho de funções ou que eram detentores de uma profissão definida, chegavam, e eram a maioria, aqueles para os quais não temos qualquer indicação sobre o que faziam. Estes casos correspondem provavelmente ao conjunto de indivíduos que, não sendo mão-de-obra especializada em nenhum ofício, constituíam mão-de-obra disponível para as tarefas que davam emprego, muitas vezes temporário. Assim é importante tentar uma abordagem ao poder de fixação da cidade através das famílias aqui constituídas.

## 2. Famílias que se fixam na cidade

Pensamos que uma possibilidade de abordar esta questão é seguir as famílias que temos vindo a considerar (as famílias para as quais conhecemos a data de casamento e a naturalidade do cônjuge masculino) e verificar quais as que se mantêm na cidade. Consideramos os dois períodos anteriormente definidos e contámos para as famílias com casamento conhecido aquelas em que o cônjuge masculino tem óbito registado na cidade.

**Quadro nº 71**  
**Óbito dos cônjuges masculinos segundo a sua naturalidade**

Naturalidade	1584-1639			1640-1699		
	Obs.	Óbitos	%	Obs.	Óbitos	%
Angra	623	479	76,9	1255	869	69,2
Terceira*	318	269	84,6	461	367	79,6
S. Miguel	136	109	80,1	183	144	78,7
S. Jorge	81	72	88,9	108	86	79,6
Graciosa	101	79	78,2	178	145	81,5
Faial	92	76	82,6	76	61	80,3
Pico	66	57	86,4	99	83	83,8
Continente	176	139	79,0	139	96	69,1
Outras	468	405	86,5	150	127	84,7
Indeterminada	1955	1613	82,5	1443	1051	72,8
Total	4016	3298	82,1	4092	3029	74,0

Cruzando os resultados deste quadro com os do quadro relativo às naturalidades poder-se-á dizer que na segunda metade do século XVII Angra, a par de uma diminuição do seu poder de atracção, foi perdendo o seu poder de fixação. A explicação para este facto terá que ser procurada no sentido que tomaram as conjunturas, nomeadamente as económicas, que afectaram o evoluir da cidade<sup>277</sup>. Repare-se que também os naturais de Angra se ausentaram mais na segunda metade da centúria.

Apesar de uma certa queda no poder de atracção e fixação da cidade o certo é que, a avaliar pela diversidade de profissões recenseadas na cidade muitas das quais desempenhadas por indivíduos vindos do exterior, Angra, ao longo do século XVII continuou a oferecer-se como um espaço de oportunidades. Oportunidades sonhadas, quantas vezes goradas, por muitos que atribuíam à cidade a capacidade de lhes granjear melhor sorte. A quantidade de indivíduos que não se lhe conhecem relações familiares na cidade e que ao óbito são declarados como pobres ou muito pobres parecem apontar nesse sentido, tanto mais que os casos em que se lhe conhece a naturalidade são esmagadoramente vindos das ilhas açorianas. Oportunidades reais geradas pelas múltiplas funções que à cidade cabia desempenhar e pelo evoluir do seu próprio espaço físico. Já referimos a construção de 4 conventos começados e concluídos entre 1590 e

---

<sup>277</sup> Seguindo uma vez mais Maria Olímpia GIL, poder-se-ia fixar em traços gerais a evolução económica da cidade, no que ao comércio diz respeito, dentro das seguintes referências cronológicas: Desde meados do século XVI regista-se uma considerável actividade levada a cabo por mercadores insulares e mercadores estrangeiros aí radicados. Asseguravam as actividades mercantis tanto a nível local como em ligação ao comércio internacional (pp. 211-212). No mundo dos negócios insulares até ao 1º quartel do séc. XVII, além dos mercadores nacionais, abundavam os estrangeiros que a nível do comércio nacional faziam a ponte, via Angra, entre o Brasil e Lisboa e que a nível internacional actuavam como agentes sobretudo do comércio nórdico (p. 219). No segundo quartel do século, embora se continue a verificar a presença de mercadores estrangeiros acentuando-se até a influência de alguns nomes, assiste-se ao avolumar da importância dos mercadores nacionais (pp. 219-222). No terceiro quartel da centúria, pelo contrário, regista-se “uma certa rarefacção na frequência dos nomes nacionais ao mesmo tempo que continuam e, até, se ampliam as actividades dos comerciantes estrangeiros estabelecidos nos Açores” (p. 231). No último terço do século, a avaliar pela diminuição de entradas e saídas dos portos de Ponta Delgada e de Angra, ter-se-á dado uma rarefacção dos negócios. A presença de mercadores estrangeiros no comércio insular também diminuiu. A tudo isto não foram estranhos os efeitos da concorrência dos centros produtores das Antilhas, da recessão dos finais do século, do arranque dos novos imperialismos, das deslocações nas grandes rotas do comércio internacional. No arquipélago, sinais da crise que se instalara podem ver-se nos expedientes a que se deitava mão para tentar fixar rendimentos: a venda de rendas e propriedades rurais bem como o recurso a hipotecas sobre rendas (p. 241).

1672. Mas as vereações dão-nos conta de outras obras: 1) obras relacionadas com o abastecimento de água como a construção de chafarizes, nomeadamente em 1602 o das Covas; em 1608 um junto aos degraus de Nossa Senhora dos Remédios “que melhor servia os moradores do Corpo Santo e porque era lugar de muita romagem do povo da cidade” e outro abaixo do convento das freiras de Nossa Senhora da Conceição; a reparação e conserto de tanques públicos e de canos de água<sup>278</sup>; 2) outras obras de interesse público como a construção da casa do concelho cujas obras de pedraria e de carpintaria foram arrematadas em Setembro e Outubro de 1602 respectivamente, ou a casa de artilharia, de abóbada, na fortaleza que foi arrematada em Setembro de 1628 com o compromisso de ser feita seguindo a traça de mestre Luís Mendes, ou ainda as 8 casas no castelo de S. João que estando arrematadas ainda não estavam acabadas em Maio de 1648, consertos de fortificações e fortalezas como os da muralha da cidade e a da Silveira arrematadas em Março e Setembro de 1628 ou o conserto nas casas do hospital do quartel e ainda obras para acrescentar a casa da câmara em Fevereiro de 1650. E os muitos trabalhos de pavimentação das ruas, que se presumem da posição tomada em algumas reuniões de vereação em Dezembro de 1608, por exemplo.

Para a segunda metade do século as vereações também nos fornecem algumas informações a este respeito. Além de referências a reparações e alterações que era necessário fazer em chafarizes e canos de água (o chafariz de S. Bento em Janeiro de 1650, o cano real em Janeiro de 1653, por exemplo), nas fortalezas, nas muralhas e mais fortificações (Abril e Julho de 1652, Março de 1653), nos caminhos (Setembro de 1654) adiantam-nos, por exemplo, em Junho de 1652 a decisão dos responsáveis da câmara de mandarem fazer a calçada que vai por detrás de Nossa Senhora da Conceição para o poente da cidade e em Janeiro de 1653 de mandarem reformar as calçadas da rua do

---

<sup>278</sup> Segundo Luís da Silva RIBEIRO, seguindo o padre Maldonado (A.A. IV, 143), os doze chafarizes do tempo de Frutuoso elevaram-se a 25 em 1693. Cf. *Obras*, ob. cit., p. 383

Galo até ao portão de S. Bento e mais calçadas onde fosse necessário. É de admitir, assim, que as obras sobretudo as de conservação continuassem a merecer a atenção dos responsáveis e a garantir trabalho a alguns. O número de cônjuges masculinos que recenseamos com a profissão de pedreiro no ficheiro de Famílias aponta para que esta tenha sido uma profissão com ocupação garantida<sup>279</sup>.

### **3. Famílias com trânsito interparoquial**

À medida que fomos procedendo ao cruzamento interparoquial dos ficheiros de famílias, construídos previamente para cada uma das cinco paróquias, apercebemo-nos que havia um importante trânsito de famílias no interior do espaço urbano. Há casos de famílias que têm registo de filhos em mais do que uma paróquia da cidade, outras têm o casamento registado em paróquia diferente daquela ou daquelas onde baptizaram os filhos.

O caso da família cuja ficha manual aqui reproduzimos ilustra bem este tipo de mobilidade interna.

---

<sup>279</sup> Ver, em capítulo anterior, o quadro “Ocupações masculinas”, pp. 74-76.

Figura nº 1  
Ficha de Família

<p>12/12/66 31-5-1657 - em S<sup>ta</sup> Luzia</p> <p>3-11-1630 - nat Sé</p> <p>x Roque Fernandes</p> <p>Pedro Mendes Maria Rodrigues</p> <p>70 18-1-1702 em S<sup>ta</sup> Luzia Santos Rita - filha de q.</p> <p>7-2-1638 - nat S<sup>ta</sup> Luzia</p> <p>x Maria Fernandes</p> <p>Adão Gonçalves Agueda Fernandes</p> <p>x ao casamento de Bárbara são fregueses de S<sup>ta</sup> Luzia.</p>	<p>Pascoal de João Ayres de 15-8-1696 - Sé</p> <p>Maria (20-4-1659) - Sé</p> <p>Manuel (24-8-1662) - S. Pedro</p> <p>Costa de Manuel Coelho 6-9-1691 - S<sup>ta</sup> Luzia</p> <p>x Bárbara (11-12-1664) - Sé</p> <p>esp. S<sup>ta</sup> de Manuel Fernandes - S<sup>ta</sup> Luzia 7-10-1702 - Sé</p> <p>Maria (22-2-1667) - Sé 18-7-1709 - casada - em S<sup>ta</sup> Luzia</p> <p>Joanes de Bárbara Conceição 10-2-1697 - Sé</p> <p>João (30-6-1672) - S. Pedro</p> <p>Domingas (21-8-1676) S. Pedro 10-4-1754 - solt. em S<sup>ta</sup> Luzia</p>
---	--

Roque e Maria são ambos naturais de Angra, ele da Sé e ela de Santa Luzia onde casam. O 1º, 3º e 4º filhos baptizam-nos na Sé, o 2º, 5º e 6º filhos são baptizados em S. Pedro. A mobilidade deste casal continua, pois ao casamento da filha Bárbara são referenciados como fregueses de Santa Luzia, paróquia onde casa outra filha e onde ocorre o óbito de Roque.

Torna-se difícil seguir as famílias que têm mais do que uma mudança dentro da cidade. Esta dificuldade resulta do facto de nas fichas electrónicas de Família só dispormos de informação sobre o local onde se realizou o casamento e sobre a paróquia a que a nova família pertence. Relembremos que ao procedermos ao cruzamento interparoquial definimos como critério que, quando havia registo de diferentes actos vitais em mais do que uma paróquia relativos à mesma família, essa família passava a

ser referenciada como sendo da paróquia onde houvesse um maior número de registos ou, em caso de igualdade, onde tivesse ocorrido o casamento ou o primeiro registo conhecido. Assim, ao calcularmos a proporção de famílias que tendo casado numa paróquia se mudaram para outra, só poderemos ter uma ideia aproximada da movimentação das famílias no interior da cidade. Escapam, pois, a esta observação as famílias móveis que só conhecemos pelo registo dos filhos.

Das 4016 famílias com data de casamento entre 1584-1640 viveram em paróquia diferente daquela onde haviam casado 305 famílias (7,6%). E das 4091 famílias que sabemos formadas entre 1640-1700 mudaram de paróquia 392 (9,6%).

O que levava as famílias a mudarem de umas paróquias para as outras? Relações familiares? Questões de habitação ou trabalho? Não temos resposta para esta questão.

Procurando saber, por cada paróquia, se esta mobilidade interna causaria algum desequilíbrio entre o número dos que aí casaram e que depois saíram e o número dos que aí entraram já casados calculámos, para a Sé, Conceição e S. Pedro, em relação aos casamentos aí realizados, a percentagem de casais que saíram, e de casais que entraram em cada uma das paróquias. Assim, o número de casamentos realizados em cada uma das paróquias foi aumentado pela entrada de casais que tinham casamento noutra das paróquias da cidade e foi diminuído pela saída para as outras paróquias. Até 1640 as percentagens de entradas e de saídas foram as seguintes: Sé, entradas 6,2%, saídas 6,7%; Conceição 7,9% e 6,5%; S. Pedro 5,8% e 2,8%. Entre 1640-1700 essas percentagens foram: Sé 8,5% e 10%; Conceição 8,2% e 6,7%; S. Pedro 9% e 10,6%.

Uma outra observação que fizemos foi sobre a relação entre a paróquia da noiva e o local de casamento. Quando se trata de populações rurais é habitual o casamento realizar-se na paróquia da rapariga. E em Angra? Dos 898 casamentos em que ambos eram naturais da cidade verificámos que em 57,6% dos casos (517) eram ambos naturais

da mesma paróquia onde casaram. De entre aqueles que haviam nascido em paróquias diferentes (381 casos) 63,8% casaram na paróquia de onde ela era natural, 17,3% na paróquia de nascimento dele e 18,9% em paróquia diferente da do nascimento de ambos. Poder-se-á concluir que na cidade era também a paróquia de nascimento da noiva que prevalecia para a realização do casamento. As percentagens encontradas, para os casos em que o casamento se realiza na paróquia do noivo e sobretudo as que correspondem aos casos em que ocorre em paróquia de onde nenhum deles é natural, poderão significar que os pais destes noivos, depois do nascimento destes filhos, ou os próprios noivos, já numa situação de independência, se mudaram para a paróquia onde agora se faz o casamento. Outra ideia que poderemos tirar destes números é que mesmo na cidade as relações matrimoniais dos seus naturais aconteciam maioritariamente em contextos de proximidade dentro da mesma paróquia. Seria interessante verificar se a par das relações de vizinhança os enlaces matrimoniais também seguiam relações de natureza profissional. Por ora, infelizmente, não podemos avançar nesta abordagem.

## CONCLUSÕES

Passamos a apresentar as conclusões que pudemos extrair ao longo dos sucessivos capítulos.

Na introdução começamos por apresentar, em traços gerais, o estudo que pretendíamos. Ao privilegiar o recurso a fontes paroquiais, ainda que com recurso a outras fontes, estávamos conscientes das limitações que este tipo de fontes encerra quando se procura o estudo de uma população que não se circunscreva à perspectiva demográfica. Sabíamos que essas limitações estariam acrescidas pelo facto de Angra ser um espaço aberto à entrada e saída de indivíduos.

Apesar das limitações consideramos que o estudo poderia ser feito contribuindo para um acréscimo do conhecimento face à escassez de investigações de carácter social e sobretudo demográfico para o século XVII.

A necessidade de sustentar os dados que foram sendo extraídos capítulo a capítulo levou-nos a procurar conhecer o enquadramento histórico-geográfico da cidade, a estabelecer comparações e a recorrer aos conhecimentos que a história já consagrou. Para isso socorremo-nos duma bibliografia apropriada, com especial consideração pelas obras de cronistas açorianos, e exploramos outras fontes tais como os livros de vereações e as Constituições Sinodais do Bispado de Angra.

Conscientes de que toda a reconstituição histórica tem os seus limites e de que nunca está verdadeiramente completa, procurámos, ainda que através de imagens por vezes difusas, construir uma representação da Angra seiscentista que nos permitisse conhecer as suas gentes. Conhecê-las nas suas ocupações, nos seus comportamentos, nas suas relações com o exterior. Em Angra, cidade portuária, capital política e eclesiástica, vivia-se, desde o século XVI, um ambiente citadino de cariz cosmopolita.

Verdadeira cidade movimento é o que salta das descrições dos cronistas e das informações que trabalhámos, a partir dos nossos dados. Movimento ligado aos tráficos, movimento ligado às gentes que se instalaram, às que estavam de passagem e às que foram abandonando a cidade. Conviviam no mesmo espaço citadino mundos diversos: o mundo do poder, um poder cujo exercício se repartia, fundamentalmente, entre o castelo do Monte Brasil, o Senado e a Sé episcopal; o mundo da economia assegurado por diferentes tipos de mercadores, por uma diversidade de gentes mecânicas e por um considerável número de trabalhadores não qualificados; o mundo do clero secular e regular, cuja existência deixou marcas bem visíveis na configuração física da cidade (às igrejas, conventos e mosteiros, juntavam-se ainda muitas ermidas).

Múltiplo pareceu-nos, do ponto de vista social, o mundo formado pelo conjunto da sua população. Desde logo a existência de escravos, distinção que cria, do ponto de vista jurídico, dois mundos irremediavelmente opostos: o dos homens livres e o dos que o não são. Mas também a arrumação hierarquizada em diferentes grupos sociais que, apesar de uma certa mobilidade social, gerada pelo dinamismo económico que permitia que nobres e mercadores (ostentando estes o título de cidadãos da cidade), partilhassem o mundo da governação municipal e o dos negócios, continuava a marcar a sociedade angrense.

Angra era também o espaço partilhado por gentes provenientes de mundos geográficos muito diversos. Aí encontrámos, além dos escravos chegados de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, homens e mulheres, mais eles do que elas, vindos das outras freguesias da ilha Terceira e das outras ilhas do arquipélago, mas também das Canárias, da Madeira, das Américas, dos reinos peninsulares e de outros reinos europeus. De entre os estrangeiros que se radicaram na cidade destacam-se os espanhóis, os ingleses e os franceses que, sujeitos às vicissitudes das conjunturas económicas e políticas que se

desenharam no século XVII, conseguiram manter-se presentes e que, pelos casos que acompanhámos, procuraram integrar-se socialmente na cidade através de alianças matrimoniais ou outras.

Foi também possível adivinhar, sobretudo nos assentos de óbitos, uma cidade de esplendores e de misérias: o esplendor da riqueza que permitia determinar em testamento um número avultado de missas, as esmolas que deviam ser distribuídas, o local onde se queria ser sepultado, as condições em que os herdeiros podiam usar a herança e o que devia ser feito com essa herança depois da morte dos herdeiros nomeados; misérias porque havia pedintes de porta, gente que era enterrada por esmola, gente abandonada que era encontrada morta ou que sentindo-se sem forças acabava por se recolher ao quintal de alguém.

Uma cidade cujos poderes públicos tiveram, ao longo do período em estudo, fazendo fé nas Vereações que conhecemos, como preocupações dominantes, garantir a defesa da ilha e a vigilância do mar, assegurar o abastecimento da cidade, mormente de trigo, cuidar para que as posturas municipais não fossem desrespeitadas, evitar que as mercadorias vindas de fora pudessem ser portadoras de contágio, dotar a cidade de melhoramentos materiais como a construção de chafarizes, o calcetamento de ruas, a construção da casa da câmara e eleger representantes que, junto da Corte, pugnassem pelos direitos da cidade.

Uma cidade feita de gentes e de construções públicas para as mais diversas funções: castelos e casas para soldados e materiais militares, casa da câmara, matadouro, igrejas, sé catedral, mosteiros e conventos, hospitais (o da Misericórdia, o da cidade, são alguns dos que aparecem nos registos de óbito), o colégio da Companhia de Jesus, a alfândega com os seus armazéns, os chafarizes e fontes.

Nos capítulos referentes à análise de cada uma das variáveis demográficas – Nupcialidade, Fecundidade, Mortalidade, Mobilidade – não nos limitámos a apresentar os resultados dos cálculos efectuados. Procurámos tornar inteligíveis os números obtidos à luz do quotidiano das gentes, dos seus costumes, maneiras de pensar e agir, das suas ocupações e das normas vigentes.

A apresentação em quadros e correspondente representação gráfica pareceu-nos da maior utilidade, pois a representação visual é muitas vezes esclarecedora e facilitadora de uma mais cómoda e rápida apreensão dos dados extraídos das fontes.

A construção de séries a partir dos baptizados, casamentos e óbitos registados em cada uma das cinco paróquias da cidade, mostrou-nos que havia diferenças numéricas entre elas: A Sé seria a mais populosa, seguida da Conceição, depois Santa Luzia e S. Pedro e por fim S. Bento, a menos populosa. Estas séries permitiram ainda induzir a evolução geral da população da cidade. O século XVII, marcado por períodos de flutuações algo acentuadas, não foi favorável ao crescimento da população.

Com a base de dados abarcando toda a cidade, resultado da reconstituição das paróquias e posterior cruzamento interparoquial, pudemos dispor de amostras sólidas para a análise do comportamento das variáveis demográficas.

De cada tipo de registo paroquial foram extraídas informações complementares de grande interesse para melhor conhecer as gentes de Angra. Pelo registo de baptismo pudemos detectar a existência e determinar o peso percentual de ilegítimos e expostos. Pelo registo de casamento chegamos ao conhecimento da naturalidade dos nubentes e pudemos verificar o peso que os oriundos do exterior tinham na composição do mercado matrimonial. A vinda de noivos e noivas mostrou-nos que Angra, continuando a ser um espaço aberto, não manteve, ao longo do século XVII, igual poder de atracção. Pelo registo de óbito foi possível chegar a marcas de uma comunidade desigual onde a

par de esplendores se registavam misérias traduzidas no número de pobres e muito pobres que na cidade morreram.

Do cruzamento da informação colhida nos três tipos de assentos resultaram dados que permitiram avançar no conhecimento das gentes angrenses quanto às suas ocupações, aos grupos sociais presentes, aos seus comportamentos demográficos e sociais.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **1. FONTES MANUSCRITAS**

#### **BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DE ANGRA DO HEROÍSMO (BPAAH)**

##### *REGISTO PAROQUIAL, ANGRA*

##### **Freguesia da Sé:**

*Baptismos* – Livro 5 (24-Ago-1583 a 3-Out-1588); Livro 6 (5-Set-1588 a 28-Set-1595);

Livro 7 (29-Set-1595 a 23-Jan-1607); Livro 8 (13-Abr-1608 a 6-Jul-1618);

Livro 9 (8-Jul-1618 a 26-Nov-1629); Livro 10 (28-Nov-1629 a 9 Jul-1640);

Livro 11 (16-Jul-1640 a 4 Jul-1655); Livro 12 (17-Jul-1655 a 18-Jul-1675);

Livro 13 (19-Jul-1675 a 29-Jun-1685); Livro 14 (3-Jul-1685 a 22-Fev-1700);

Livro 15 (21-Fev-1700 a 6-Mar-1710)

*Casamentos* – Livro 2 (1-Set-1583 a 2-Out-1589); Livro 3 (7-Out-1589 a 15-Jan-1606);

Livro 4 (29-Jan-1606 a 8-Out-1628); Livro 5 (10-Nov-1628 a 20-Fev-1645);

Livro 6 (28-Fev-1645 a 8-Jun-1665); Livro 7 (19-Ago-1665 a 25-Mai-1682);

Livro 8 (25-Jun-1682 a 28-Fev-1702); Livro 9 (31-Mar-1702 a 19-Jul-1720);

Livro 10 (20-Jul-1720- 8-Nov-1741); Livro 11 (10-Nov-1741 a 24-Jan-1754)

*Óbitos* – Livro 2 (7-Ago-1583 a 8-Mar-1592); Livro 3 (6-Set-1595 a 27-Jun-1620);

Livro 4 (6-Jan-1621 a 19-Jul-1638); Livro 5 (25-Jun-1638 a 31-Mai-1660);

Livro 6 (26-Jun-1660 a 5-Jan-1678); Livro 7 (6-Jan-1678 a 11-Jul-1702);

Livro 8 (11-Jul-1702 a 15-Abr-1731); Livro 9 (23-Abr-1731 a 10-Jan-1750);

Livro 10 (20-Jan-1750 a 21-Nov-1777); Livro 11 (30-Nov-1777 a 16-Dez-

1788); Livro 12 (23-Nov-1788 a 31-Mai-1799); Livro 13 (1-Jun-1799 a 2-

Jan-1819)

### **Freguesia da Conceição:**

*Baptismos* – Livro 1 (2-Jan-1583 a 30-Out-1588); Livro 2 (6-Nov-1588 a 10-Jul-1593);

Livro 3 (13-Nov-1594 a 2-Jan-1605); Livro 4 (6-Fev-1605 a 30-Jun-1614);

Livro 5 (26-Jun-1614 a 5-Abr-1623); Livro 6 (6-Abr-1623 a 3-Jan-1630);

Livro7 (30-Dez-1629 a 13-Mai-1638); Livro8 (13-Mai-1638 a 16-Mar-1647);

Livro 9 (19-Mar-1647 a 4-Fev-1659); Livro 10 (6-Fev-1659 a 23-Mar-1670);

Livro 11 (15-Abr-1670 a 8-Dez-1683); Livro 12 (28-Dez-1683 a 15-Dez-

1699); Livro 13 (3-Jan-1700 a 15-Ago-1712); Livro 14 (24-Ago-1712 a 9-

Abr-1724); Livro 15 (12-Abr-1724 a 4-Mar-1737); Livro 16 (7-Mar-1737 a

21-Fev-1747); Livro 17 (27-Fev-1747 a 30-Mai-1753)

*Casamentos* – Livro 1 (16-Mai-1574 a 27-Mai-1600); Livro 2 (29-Mai-1600 a 7-Nov-

1621); Livro 3 (21-Nov-1621 a 25-Jul-1634); Livro 4 (10-Ago-1634 a 15-

Out-1654); Livro 5 (1-Nov-1654 a 14-Abr-1681); Livro 6 (22-Jun-1681 a 20-

Out-1714); Livro 7 (18-Nov-1714 a 25-Mar-1730); Livro 8 (6-Mai-1730 a

24-Set-1750); Livro 9 (5-Out-1750 a 20-Jun-1762)

*Óbitos* – Livro 1 (5-Jan-1595 a 24-Abr-1652); Livro 2 (9-Set-1654 a 14-Jul-1678);

Livro 3 (22-Jul-1678 a 21-Fev-1712)

### **Freguesia de S. Pedro:**

*Baptismos* – Livro 1 (19-Jul-1584 a 22-Set-1608); Livro 2 (1-Mar-1609 a 24- Nov-1625); Livro 3 (8-Dez-1625 a 10-Mai-1640); Livro 4 (24-Jun-1640 a 18-Nov-1671); Livro 5 (24-Jan-1672 a 13-Nov-1696); Livro 6 (27-Nov-1696 a 21-Dez-1710); Livro 7 (1-Jan-1711 a 19-Mar-1720)

*Casamentos* – Livro 1 (24-Mai-1598 a 13-Abr-1636); Livro 2 (7-Set-1636 a 5-Out-1662); Livro 3 (27-Nov-1663 a 28-Dez-1704); Livro 4 (29- Jan-1705 a 5-Out-1750); Livro 5 (19-Out-1750 a 11-Out-1789)

*Óbitos* – Livro 1 (29-Set-1628 a 8-Jan-1640); Livro 2 (22-Mai-1643 a 15-Out-1687); Livro 3 (7-Jan-1688 a 4-Ago-1710); Livro 4 (7-Ago-1710 a 26-Dez-1765); Livro 5 (11-Fev-1766 a 25-Jun-1795); Livro 6 (14-Jul-1795 a 17-Nov-1817)

### **Freguesia de Santa Luzia:**

*Baptismos* – Livro 1 (10-Jan-1621 a 7-Jun-1647); Livro 2 (17-Mar-1648 a 11-Nov-1668); Livro 3 (30-Mai-1669 a 8-Ago-1703); Livro 4 (26-Ago-1703 a 29-Mar-1728); Livro 5 (30-Mar-1728 a 1-Mai-1757); Livro 6 (3-Mai-1757 a 16-Jan-1773); Livro 7 (17-Jan-1773 a 1-Set-1793); Livro 8 (15-Set-1793 a 2-Jun-1806)

*Casamentos* – Livro 1 (2-Nov-1608 a 9-Jul-1669); Livro 2 (2-Nov-1669 a 15-Fev-1699); Livro 3 (3-Mai-1699 a 11-Fev-1770); Livro 4 (6-Mai-1770 a 23-Dez-1838)

*Óbitos* – Livro 1 (25-Jun-1694 a 24-Nov-1721); Livro 2 (17-Dez-1721 a 20-Abr-1755); Livro 3 (29-Out-1760 a 14-Ago-1786); Livro 4 (16-Ago-1786 a 7-Mai-1799); Livro 5 (15-Mai-1799 a 30-Mai-1816)

**Freguesia de S. Bento:**

*Baptismos* – Livro 1 (18-Set-1583 a 4-Jun-1623); Livro 2 (8-Jun-1719 a 14-Ago-1729);

Livro 3 (8-Jan-1730 a 20-Dez-1744); Livro 4 (3-Jan-1745 a 19-Mai-1758);

Livro 5 (26-Nov-1758 a 6-Dez-1801)

*Casamentos* – Livro 1 (17-Jan-1638 a 15-Ago-1730); Livro 2 (5-Jul-1731 a 13-Jun-

1747); Livro 3 (29-Jun-1747 a 27-Set-1801)

*Óbitos* – Livro 1 (8-Mar-1708 a 31-Dez-1801).

**LIVROS DAS VERAÇÕES DA CÂMARA DE ANGRA**

Pasta 1, Livro 9 (17-Jan-1602 a 13-Dez-1602) e Livro 10 (9-Jan-1608 a 16-Nov-1609);

Pasta 2, Livro 11 (3-Jan-1628 a 6-Jun-1628), Livro 12 (22-Mai-1647 a 12-Dez-1648) e Livro 13 (1-Jul-1648 a 28-Mar-1651);

Pasta 3, Livro 14 (20- Abr?-1652 a 26-Jan-1657) e Livro 15 (28-Abr-1699 a 2-Out-1706).

## 2. FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA

Actas do Colóquio Internacional de 1983, *Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII)*, I.H.I.T., Angra do Heroísmo, 1984.

*Arquivo dos Açores*, 15 vols., reedição. fac-similada da publicação original, 1878-1959, Instituto Universitário dos Açores, Ponta Delgada, 1980-1984 [Há edição electrónica]

AMORIM, M. Norberta B., *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo demográfico*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1973

----- *Método de exploração dos livros de registos paroquiais Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Publicações do Centro de Estudos Demográficos do INE, Lisboa, 1980.

----- *Os Homens e a morte na freguesia da Oliveira em Guimarães através dos seus registos de óbitos, séc. XVII-XVIII*, Guimarães, 1982

----- "S. Pedro de Poiães de 1561 a 1830", *Revista Brigantia*, Bragança, 1983-1984.

----- *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo demográfico*, I.N.I.C., Lisboa, 1987

----- *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*, Universidade do Minho, Braga, 1991

----- "Demografia Histórica (Antigo Regime)", *Ler História*, 21, 1991, pp. 72-78.

----- *Evolução Demográfica de Três Paróquias Do Sul do Pico-1680 - 1980*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 1992

----- “As diferenças de comportamento demográfico no Antigo Regime – O caso de Ronfe (Guimarães) e Poiães (Freixo)”, *Revista de Guimarães* 103, 1993, pp.47-63

----- *A fecundidade legítima em longa duração: a especificidade de comportamentos no Baixo Minho*, 1994

AMORIM, Maria Norberta, (coord.), *Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações. Um projecto interdisciplinar*, Universidade do Minho, 1995

AMORIM, Norberta e MESQUITA, Hermínia, “Uma perspectiva da população açoriana no século XVIII”, separata do volume *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997, Horta, 1998.

AMORIM, Maria Norberta, CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940) Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, NEPS, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Guimarães, 1999

ARAÚJO, Julieta Maria de Almeida e SANTOS, Ernesto Jorge de Oliveira dos, “Angra na primeira metade do século XVII Subsídios para um estudo”, *Boletim do IHIT*, vol XLIX, Angra do Heroísmo, 1991

ARIÈS, Philippe, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime*, Editions du Seuil, 1975

ARIÈS, Philippe, *L'Homme devant la mort*, Editions du Seuil, 1977

ARMENGAUD, A., *La famille et l'enfant en France et en Angleterre du XVIè. au XVIIIè siècles, Aspects Démographiques*, SEDES, Paris, 1975

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A evolução demográfica portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1984

- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (com a colaboração de Anabela de Deus Godinho), *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*, NEPS/ICS- Universidade do Minho, Guimarães, 2001
- BENNASAR, B., *Recherches sur les Grandes épidémies dans le Nord de l'Espagne à la fin du XVI siècle*, Paris, 1969
- BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, Circulo de Leitores, 1998
- BOURGEOIS-PICHAT, Jean, *A Demografia*, Livraria Bertrand, 1978.
- BOXER, Charles R., *O Império Colonial Português (1415-1825)*, 2ª edição, Edições 70, Lisboa, 1981
- BRAGA, Paulo Drumond, *A Inquisição nos Açores*, Dissertação de Doutoramento em História dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa em 1996 (policopiada)
- BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, vol I, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983
- BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, 4ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 1982.
- *A Dinâmica do Capitalismo*, Editorial Teorema, Lisboa, 1985
- BRAZ, Henrique, *Ruas da Cidade (Notas para a Toponímia da Cidade de Angra, da Ilha Terceira) E Outros Escritos*, IHIT, Angra do Heroísmo, 1985
- BRUNET, J. P., OLESSIS, A., *A História social. Problemas, Fontes e Métodos*, Ed. Cosmos, Lisboa, 1973.

BRUYNE, Paul de, HERMAN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc, *Dinâmica de Pesquisa em Ciências Sociais*, Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1991.

CAMPOS, Viriato, *Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores*, Europress, Póvoa de Santo Adrião, 1983

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *Basto (Stª Tecla) – Uma Leitura geográfica (do século XVI à contemporaneidade)* NEPS/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999

CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco e HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.), *Poder, Familia y Consanguinidad en la España del Antiguo Régime*, Anthropos, Barcelona, 1992

CHAGAS, Frei Diogo das, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, direcção e prefácio de Artur Teodoro de MATOS, Angra do Heroísmo - Ponta Delgada, SREC/DRAC, 1989

CHAUNU, Pierre, *Histoire: Science Sociale*, S.E.D.E.S., Paris, 1974.

----- *A Civilização da Europa das Luzes*, 1º vol., Estampa, Lisboa, 1985.

*CONSTITUIÇÕES SYNODAES DO BISPADO DE ANGRA*, feitas pelo Exmo. e Rvdmo. Sr. Bispo D. Jorge de Santiago e aprovadas em Synodo Episcopal celebrado na Sé Cathedral no anno de 1559, Typographia do Correio da Terceira, Angra do Heroísmo, 1881.

CORDEYRO, António, Pde., *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, fac-símile da edição *princeps* de 1717, SREC., Angra do Heroísmo, 1981

COSTA, F. Carreiro da, *Etnologia dos Açores*, 2 vols., Lagoa, 1991

COSTA, Francisco Carreiro da, *A cultura do Pastel nos Açores, subsídios para a sua História*, S. Miguel, Açores, 1946.

COSTA, Susana Goulart, *O Pico. Séculos XV XVIII*, Associação de Municípios do Pico, 1997

DRUMOND, Francisco Ferreira, *Anais da ilha Terceira*, Fac-símile da edição de 1850, SREC, Angra do Heroísmo, 1981.

----- *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, com estudo introdutório, fixação do texto e índices de José Guilherme Reis Leite, IHIT, Angra do Heroísmo, 1990.

DUPÂQUIER, J., *La population rural du bassin parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris, 1979.

DUPÂQUIER, J., *Pour la démographie historique*, P.U.F., Paris, 1984.

ENES, Maria Fernanda D. T., “A Provedoria das Armadas no Século XVII (algumas notas)”, *Boletim*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo,

FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população – 1606-1910*, NEPS/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998

FERREIRA, Francisco Messias Trindade, *A Antiga Freguesia de Eixo e Oliveirinha (1666-1900): Estudo Demográfico*, Mestrado em História das Populações, ICS – Universidade do Minho, Braga, 1999

FLANDRIN, Jean-Louis, *Famílias, Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, Lisboa, 1992.[edição francesa de 1976]

----- *Origens de la Família Moderna*, Editorial Critica, Barcelona

FLEURY, Michel, e HENRY, Louis, *Nouveau Manuel de Dépeillement e Exploitation de l'état Civil Ancien*, INED, Paris, 1976

FLINN, Michael W., *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, Editorial Crítica, Barcelona, 1989

FONTE, Teodoro Afonso da, *O Abandono de Crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo, 1996

----- O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675 - 1874)” in PÉREZ MOREDA, Vicente, (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do Século XVI ao Presente*, Actas do III Congresso da ADEH, Edições Afrontamento, 1996

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Livro VI

GIL, Maria Olímpia da Rocha, *O Arquipélago dos Açores no Século XVII: Aspectos Socio-económicos: 1575-1675*, edição de autor, Castelo Branco, 1979

----- “Os Açores e a nova economia de mercado (sécs. XVI-XVII)”, *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores (Série Ciências Humanas)*, vol. III, Ponta Delgada, 1981.

----- “Açores, Comércio e Comunicações nos séculos XVI e XVII *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores (Série Ciências Humanas)*, vol. IV, Ponta Delgada, 1982.

----- Os Açores e o comércio atlântico nos finais do séc. XVI - 1680-1700, Separata de *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores (Série Ciências Humanas)*, número especial, Ponta Delgada, 1983.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da antiga sociedade Portuguesa*, 4ª edição, Arcádia, Lisboa, 1980.

----- *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., Ed. Presença, Lisboa, 1983

GOMES, Maria Palmira da Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça – Ovar (1583-1975)*, NEPS/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998

GOMES, Maria Palmira da Silva, e outros, “Comportamento Nupcial (séc. XVI a 1910)”, *Portugal - População e Sociedade do séc. XVI a 1910*, Primeiras Jornadas do NEPS, realizadas de 25 a 27 de Novembro de 1999 na Universidade do Minho, Guimarães, (fotocópia).

GRAJERA, Alfonso Rodrigues, “Las crisis de mortalidad en la Alta Extremadura durante el siglo XVII” *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, Año VII, número 3, 1989, pp. 37-54.

GUILLAUME, P. e POUSSOU, J.-P., *Démographie Historique*, Paris, 1970

HAJNAL, J., "European marriage patterns in perspective" in D. V. Glass e Eversley D. E. C. (eds.) *Population in History: essay in historical demography*, Eduard Arnold, Londres, 1965, pp. 101-143.

HENRY, Louis e HOUDAILLE, J., "Célibat et âge au mariage aux XVIIIe et XIXe siècles en France. II. Âge au premier mariage", *Population* n° 2, INED, Paris, 1979, pp. 403-442.

HENRY, Louis, *Técnicas de análise em demografia histórica*, Gradiva, Lisboa, 1988.

*INVENTÁRIO COLECTIVO DOS REGISTOS PAROQUIAIS*, 2 vols., Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, 1993-1994

KNODEL, John, "Transiciones demográficas en Pueblos Alemanes", *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, ano IV, Noviembre, 1986, pp.2-61

LEBRUN, François, *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Edições Rolim, Lisboa, 1983

- REIS, Guilherme Leite, *Os Fisher. Esboço histórico de uma família açoriana*, Separata da revista *Atlântida*, colecção Insula, Nº 11, Angra do Heroísmo
- LÉON, Pierre (dir), *História Económica e Social do Mundo*, 6 vols., Sá da Costa Editora, Lisboa, 1983.
- LIMA, Helder Fernando Parreira de Sousa, “Os Açores na economia atlântica: contribuição para o seu estudo nos séculos XV, XVI e XVII”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XXXIV, Angra do Heroísmo, 1976
- LIVI-BACCI, Massimo, "Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências" in MARCILIO, Maria Luiza, (org), *População e sociedade Evolução das sociedades pré-industriais*, Vozes, Petrópolis, 1984, pp. 69-109
- *Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europe*, Ariel Historia, Barcelona, 1988
- *Introducción a la demografía*, Editorial Ariel, Barcelona, 1993
- LUCAS, Manuel Ardit, “La mortalidad en el País Valenciano preindustrial. El marquesado de Llombai entre 1620 y 1680”, in MESTRE, Josep Bernabeu (coord.), *El Papel de la Mortalidad en la Poblacion Valenciana*, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, Alicante, 1991, pp.117-130
- MACEDO, António, *História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*, Fac-simile da edição de 1871, DRAC, Angra do Heroísmo, 1981
- MACHADO, Maria Arminda Loureiro, *S. Miguel de Facha 1710-1989 Evolução Demográfica de uma Paróquia de Ponte de Lima*, Mestrado em História das Populações, Depto. de História, Universidade do Minho, Braga, 1997 (policopiada)

- MAIA, Francisco de Athayde Machado de Faria, *Capitães dos Donatários (1439-1766)*, 4ª edição, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1988
- MALDONADO, Pe. Manuel Luís, *Fénix Angrence*, 3 volumes, I.H.I.T., Angra do Heroísmo, 1997
- MARCILIO, Maria Luiza, (org), *Demografia Histórica*, Novos Umbrais, S. Paulo, 1977
- MARCILIO, Maria Luiza, (org), *População e sociedade Evolução das sociedades pré-industriais*, Vozes, Petrópolis, 1984
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Palas, Lisboa, 1981
- MARQUES, Alfredo Pinheiro, “A Cartografia e o Descobrimento dos Açores” in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Actas do colóquio realizado nas ilhas do Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997, Núcleo Cultural da Horta, Horta, 1998, pp.41-80
- MATOS, Teodoro de, *Os Açores e a Carreira das Índias no Século XVI*, Ed. Estampa, Lisboa, 1983
- MATTOSO, José (dir), *História de Portugal*, 8 vols., Círculo de Leitores, Lisboa, 1993
- MAURO, Frédéric, “Les Açores dans la dynamique de l’Atlantique du XVe siècle à nos jours: Remarques introductrices”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLV, Tomo I, Angra do Heroísmo, 1988
- MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590) I - A Resistência Terceirense e as Implicações da Conquista Espanhola*, I.H.I.T., Angra do Heroísmo, 1987
- *Instituições e Economia nos Açores: 1740-1770*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1992

- “Os Açores na História do Atlântico Sustentáculo da aproximação dos mundos e acervo de património cultural submarino”, in *Arquipélago – História*, Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, vol II, 1997, p. 26, nota de rodapé nº 24.
- MENEZES, Manuel de, “A peste da Ilha Terceira em 1599”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. IV, 1946, pp. 1-29
- MESQUITA, M. Hermínia Morais, *Evolução Demográfica na Criação Velha Paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*, SREAS-DRC, 1998
- MESTRE, Josep Bernabeu, *Enfermedad y Población Introducción a los problemas y métodos de la epidemiología histórica*, Seminari d’Estudis sobre la Ciència, València, 1995
- MIKELARENA, Fernando e VALVERDE, Lola, Ilegitimidad y exposicion en Navarra (XVI-XX), in PÉREZ MOREDA, Vicente, (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do Século XVI ao Presente*, Actas do III Congresso da ADEH, Edições Afrontamento, 1996
- MIRANDA, Fernando A. S., *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa - 1567-1989*, Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro, Barcelos, 1993
- MOLES, Abraham A., *Les sciences de l'imprécis*, Seuil, Paris, 1990
- MONTALVERNE, Frei Agostinho, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, vol. I, Ponta Delgada, 1960
- NAZARETH, J. Manuel, *Princípios e métodos de análise em demografia portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988
- NEVES, António Amaro das, *Filhos das Ervas - A ilegitimidade no norte de Guimarães séculos XVI-XVIII*, NEPS/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001

- ORDENAÇÕES FILIPINAS*, edição fac-símile da edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870, 5 livros., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985
- ORDENAÇÕES MANUELINAS*, edição fac-símile da edição de 1797, 5 livros., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984
- OLIVEIRA, César (dir.) *História dos Municípios e do poder local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Circulo de Leitores, 1996
- PEREIRA, António dos Santos, (introdução, transcrição e notas), *Vereações de Velas (S. Jorge 1559-1570-1571)*, SREC, DRAC, Universidade dos Açores/Departamento de História, 1984
- PEREIRA, Daniel A., “Plantas tintureiras dos Açores e Cabo Verde, séculos XV-XVIII (alguns aspectos económicos e sociais)” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIX, Angra do Heroísmo, 1991, pp. 245-252
- PEREIRA, Isaiás da Rosa, *Achegas para a História da Diocese de Angra*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1983
- PÉREZ MOREDA, Vicente, *Las crisis de mortalidad en la España interior, siglos XVI-XIX*, Siglo Vintiuno de España, Madrid, 1980
- PÉREZ-MOREDA, Vicente, “Matrimónio y Família. Algunas consideraciones sobre el modelo matrimonial español en la Edad Moderna”, *Boletín de la ADEH*, Ano IV, 1, 1986
- PÉREZ-MOREDA, Vicente, (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do Século XVI ao Presente*, Actas do III Congresso da ADEH, Edições Afrontamento, 1996
- PÉREZ-MOREDA, Vicente, “El análisis de la nupcialidad y del matrimonio desde una perspectiva interdisciplinar”, Robert Rowland e Àngels Torrents Rosés (coord.), “Matrimonio y nupcialidade: perspectivas interdisciplinares”, *Congreso Internacional de la Población, V Congreso de la ADEH*, Logroño, 1999, pp.23-38

POLLARD, Alfred H., YUSUF, F. e POLLARD, G. N., *Demographic Techniques*, Pergamon Press, 1981

PRESSAT, Roland, *Introducción à la Demografía*, Editorial Ariel, Barcelona, 1985

PRIOUX, F., "Mouvement saisonnier des naissances: influence du range e de la légitimité dans quelques pays d' Europe Occidentale" *Population* nº 3, INED, Paris, pp. 587-609

RIBEIRO, Luís da Silva, *Obras II História*, IHIT- SREC, Angra do Heroísmo, 1983

RILEY, Carlos Guilherme, "O Corvo - um Lugar à Margem (histórias de perifericidade insular)" in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*, Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993, Horta, 1995, p. 57-70.

----- "Uma fronteira Ocidental As flores e o Corvo no contexto das rotas atlânticas" in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. XI, 1993-1995, Horta, 1996

----- "A apropriação do espaço. Ilhas Atlânticas e Costa Africana" in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, Circulo de Leitores, 1998, pp. 150.

ROCHA, Gilberta, e outros, "O Arquipélago dos Açores como Região de Fronteira", in *Pré-actas do VI Congresso da Associação de Demografia Histórica*, Castelo Branco, 18 a 20 de Abril de 2001, Instituto Politécnico de Castelo Branco, 2001

RODRIGUES, José Damião, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no século XVII*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1992 (policopiado)

RODRIGUES, José Damião, "Os Açores e a expansão: bens e gentes no espaço colonial português (séculos XV a XVIII)", separata de *Insulana*, Ponta Delgada, 1993

- RODRIGUES, Teresa, *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990
- RODRIGUES, Teresa, "As crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI a XIX) - Uma análise global", in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XIII-2, 1995, pp. 47-74
- ROLLET, Catherine, "Allaitement, mise en nourrice et mortalité infantile en France a la fin du XIXe siècle", *Population* n° 6, INED, Paris, 1978, pp. 1189-1202
- ROWLAND, Robert, "Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional", in PEREZ MOREDA, V. e REHER D.-S.(eds.), *Demografía histórica en España*, Ediciones el Arquero, Madrid, 1988, pp.72-137.
- "Sistemas matrimoniais na Península Ibérica: uma perspectiva regional", *Estudos Económicos*, V. 19, n° 3, S. Paulo, 1989, pp. 497- 553
- "Microanálise e regimes demográficos", versão provisória apresentada no *III Congresso da ADEH, Abril de 1993*, Braga, 1993.
- ROWLAND, Robert e TORRENTS ROSÉS, Àngels (coord.), "Matrimonio y nupcialidade: perspectivas interdisciplinares", *Congreso Internacional de la Población, V Congreso de la ADEH*, Logroño, 1999
- SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, CNCDP, Lisboa, 1997
- SAMPAIO, Alfredo da Costa, *Memória Sobre a Ilha Terceira*, Imprensa Municipal, Angra do Heroísmo, 1904
- SANCHES, Benito Cachinero, "El modelo europeo de matrimonio, evolucion, determinantes y consecuencias", *Separata de la revista española de investigaciones sociológicas*, n° 15, Julio – Septiembre, 1981

- SANCHES-MONTES GONZÁLEZ, Francisco, 1989, *La Población Granadina del siglo XVII*, Granada, Universidade de Granada/Ayuntamiento de Granada, 1989
- SANTOS, Eugénio dos, “Os Açores na Época Moderna: Religião e Sociedade”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1984
- SANTOS, João Marinho dos, *Os Açores nos séculos XV e XVI*, D.R.A.C., Angra do Heroísmo, 1989
- SAUVY, Albert, *A População*, Edições Livros do Brasil, s/d
- SCOTT, Ana Silvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português Séculos XVIII e XIX*, NEPS, Universidade do Minho, Guimarães, 1999
- SERPA, António F. (introdução e anotações), *Dois Inéditos acerca das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo: Saudades da Terra (século XVI) por Gaspar Frutuoso e Espelho Cristalino em jardim de várias flores (século XVII) por Frei Diogo das Chagas*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1921
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 2ª ed., vol. V, Editorial Verbo, 1982
- SERRÃO, Joel, (dir), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Liv. Figueirinhas, Porto, 1981.
- SHILS, Edwards, *Centro e Periferia*, trd. Portuguesa, Lisboa, Difel, 1992
- SILVA, Maria Manuela Teixeira da, Mestrado em História das Populações, Depto. de História, Universidade do Minho, Braga, 1997
- SOARES, Odete, Mestrado em História das Populações, Depto. de História, Universidade do Minho, Braga, 1995

SOUSA, Paulo Silveira, “O lugar dos arquipélagos da Madeira e dos Açores no espaço político e administrativo português durante o Antigo Regime” in OLIVEIRA, César (dir.) *História dos Municípios e do poder local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Circulo de Leitores, 1996

TAPINOS, Georges, *Éléments de démographie. Analyse, déterminants socio-économiques et histoire des population*, Armand Colin, Paris, 1976

VALQUIN, Eric, "La mortalité selon le mois de naissance. Le cas de la Belgique au XIXe siècle", in *Population* n° 6, INED, Paris, 1978, pp. 1137-1153.

WALLERSTEIN, Immanuel, *O Sistema Mundial Moderno*, vol. O, Edições Afrontamento, Lisboa, 1990.

WRIGLEY, E. A., *Historia y población. Introducción a la demografía histórica*, Editorial Crítica, Barcelona, 1985

WRIGLEY, E. A., *Gentes, Ciudades Y Riqueza - La transformación de la sociedad tradicional*, Crítica, Barcelona, 1992.

## **ANEXOS**

Nos quadros que se seguem apresentamos, ano a ano, o número de baptizados, casamentos e óbitos registado em cada uma das paróquias da cidade entre 1583 e 1700.

## 1. BAPTIZADOS

Os baptizados são apresentados em dois quadros. Do primeiro quadro constam os nascimentos legítimos e ilegítimos e do segundo quadro constam os enjeitados.

**Quadro nº 72**  
**Baptizados**  
**Legítimos e ilegítimos**

ANO	SE			S. PEDRO		CONC			STA LUZIA			S. BENTO			TOTAIS			TOTAL
	M	F	I	M	F	M	F	I	M	F	I	M	F	I	M	F	I	
1583	15	16		0	0	30	12	2				3	0		48	28	2	78
1584	71	47		8	10	47	34					6	5		132		0	228
1585	70	73		20	20	33	26					3	1		126	120	0	246
1586	62	73		21	27	44	47	1				3	2		130	149	1	280
1587	86	89		18	29	42	50					0	8		146	176	0	322
1588	109	90		18	15	48	37	1				9	4		184	146	1	331
1589	94	79		3	14	49	37					3	6		149	136	0	285
1590	108	99		14	18	50	51					7	1		179	169	0	348
1591	131	110		17	24	56	49					10	7		214	190	0	404
1592	87	115		20	16	33	42					5	3		145	176	0	321
1593	111	105		9	18	29	27					7	10		156	160	0	316
1594	104	107		23	17	17	11					8	8		152	143	0	295
1595	96	103		24	20	57	51					3	9		180	183	0	363
1596	80	90	1	15	11	41	51					2	2	1	138	154	2	294
1597	87	84		11	14	61	55					7	4		166	157	0	323
1598	94	85		15	17	58	61					6	2		173	165	0	338
1599	64	75		11	14	54	41					3	6		132	136	0	268
1600	90	82		9	13	67	69					10	7		176	171	0	347
1601	90	68		7	7	43	49					8	6		148	130	0	278
1602	83	71		13	15	64	44					5	5		165	135	0	300
1603	77	72		9	9	47	54					8	5		141	140	0	281
1604	82	68		13	20	54	35	1				2	1		151	124	1	276
1605	91	68		10	11	62	46					4	8		167	133	0	300
1606	58	67		6	22	43	52					6	4		113	145	0	258
1607	10	6		9	10	56	41					7	5		82	62	0	144
1608	36	39		10	11	49	60					10	3		105	113	0	218
1609	73	62		13	15	49	56					3	6		138	139	0	277
1610	65	50		13	17	55	59					8	11		141	137	0	278

**Baptizados**  
**Legítimos e ilegítimos**  
**(Continuação)**

ANO	SE			S. PEDRO		CONC			STA LUZIA			S. BENTO			TOTAIS			TOTAL
	M	F	I	M	F	M	F	I	M	F	I	M	F	I	M	F	I	
1611	57	76		16	9	52	58					4	4		129	147	0	276
1612	55	61		21	16	52	56					7	11		135	144	0	279
1613	53	59		16	8	44	47					5	3		118	117	0	235
1614	61	52		11	12	48	53	1				10	3		130	120	1	251
1615	55	63		20	13	52	56					5	4		132	136	0	268
1616	56	44		12	11	48	52					8	3		124	110	0	234
1617	53	61		18	17	47	33					4	4		122	115	0	237
1618	66	64		19	12	55	46					5	6		145	128	0	273
1619	14	14	1	10	9	41	40					6	8		71	71	1	143
1620	59	74		16	16	53	36					5	5		133	131	0	264
1621	75	47		15	12	42	53					7	7		139	119	0	258
1622	67	53		16	15	44	31		23	23		7	3		157	125	0	282
1623	77	61		14	18	51	46		17	14		5	4		164	143	0	307
1624	78	69		13	14	50	38		10	14		0	0		151	135	0	286
1625	67	67		19	19	40	50		20	17		1	0		147	153	0	300
1626	69	75		14	20	58	42		16	14		0	2		157	153	0	310
1627	85	65		13	12	56	46		15	22		0	0		169	145	0	314
1628	76	64		14	15	47	40		15	7		0	0		152	126	0	278
1629	62	66		13	24	47	45		21	15		0	0		143	150	0	293
1630	68	70		18	19	64	56		30	19	1	0	0		180	164	1	345
1631	60	56		21	18	57	44		20	23		0	0		158	141	0	299
1632	71	43		14	17	55	56		23	20		0	0		163	136	0	299
1633	62	73		19	11	61	52		15	20		0	0		157	156	0	313
1634	53	55		23	16	56	46		26	17		0	0		158	134	0	292
1635	56	69		25	11	60	39		18	31		0	0		159	150	0	309
1636	56	64		16	12	71	52		31	23		0	0		174	151	0	325
1637	62	58		19	16	52	63		22	18		0	0		155	155	0	310
1638	70	69		15	23	63	58		24	32		0	0		172	182	0	354
1639	58	55		28	20	45	52		16	18		0	0		147	145	0	292
1640	47	42		15	16	52	47		28	12		0	0		142	117	0	259
1641	45	40		25	28	53	57		14	19		0	0		137	144	0	281
1642	37	25		14	15	36	30		9	7		0	0		96	77	0	173
1643	54	60		18	20	62	58		16	24		0	0		150	162	0	312
1644	48	55		22	18	45	46		19	12		0	0		134	131	0	265
1645	56	57		17	14	64	63		18	22		0	0		155	156	0	311
1646	61	43		25	24	56	43		27	19		0	0		169	129	0	298
1647	45	51		18	19	44	47		21	20		0	0		128	137	0	265
1648	53	47		24	23	34	38		15	20		0	0		126	128	0	254
1649	50	41		16	12	40	39		20	19		0	0		126	111	0	237
1650	47	50		20	20	55	49		14	20		0	0		136	139	0	275

**Baptizados**  
**Legítimos e ilegítimos**  
**(Continuação)**

ANO	SE			S. PEDRO		CONC			STª LUZIA			S. BENTO			TOTAIS			TOTAL
	M	F	I	M	F	M	F	I	M	F	I	M	F	I	M	F	I	
1651	67	45	1	22	17	44	46		20	27		0	0		153	135	1	289
1652	45	43		12	14	36	31		13	25		0	0		106	113	0	219
1653	47	51		11	11	53	40		28	12		0	0		139	114	0	253
1654	58	50		15	19	42	44		25	16		0	0		140	129	0	269
1655	52	36	1	18	19	49	49		23	15		0	0		142	119	1	262
1656	43	48		15	16	59	39		22	19		0	0		139	122	0	261
1657	57	61		23	19	43	56	1	22	30		0	0		145	166	1	312
1658	54	37		12	15	39	46		19	14		0	0		124	112	0	236
1659	48	64		23	22	54	46		19	25		0	0		144	157	0	301
1660	51	42		26	17	38	53		15	24		0	0		130	136	0	266
1661	44	60		11	20	50	34		19	30		0	0		124	144	0	268
1662	42	44		24	20	52	30		17	10		0	0		135	104	0	239
1663	54	46		24	18	61	41		21	26		0	0		160	131	0	291
1664	48	38		18	10	44	40		9	15		0	0		119	103	0	222
1665	51	46		27	15	54	56		17	21		0	0		149	138	0	287
1666	45	41		20	23	34	35		12	19		0	0		111	118	0	229
1667	36	38		23	13	51	55		17	13		0	0		127	119	0	246
1668	39	35		27	24	47	51		24	17		0	0		137	127	0	264
1669	55	50		23	22	49	52		20	19		0	0		147	143	0	290
1670	50	38		30	23	50	42		25	18		0	0		155	121	0	276
1671	50	56		24	21	53	54		17	23		0	0		144	154	0	298
1672	63	47		23	24	67	50		32	26		0	0		185	147	0	332
1673	47	59		33	20	41	53		25	11		0	0		146	143	0	289
1674	54	48		18	30	67	53		17	30		0	0		156	161	0	317
1675	51	54		32	19	58	55		30	25		0	0		171	153	0	324
1676	39	48		20	22	50	44		26	23		0	0		135	137	0	272
1677	45	69		17	24	56	52		18	21		0	0		136	166	0	302
1678	51	36		21	23	45	48		18	20		0	0		135	127	0	262
1679	50	45		27	27	57	49		19	27		0	0		153	148	0	301
1680	61	49		30	26	54	48		21	16		0	0		166	139	0	305
1681	36	46		24	23	36	34		30	29		0	0		126	132	0	258
1682	54	54		20	17	58	46		23	21		0	0		155	138	0	293
1683	42	44		22	27	42	50		23	11		0	0		129	132	0	261
1684	67	44	1	23	31	57	40		22	19		0	0		169	134	1	304
1685	44	48		18	20	40	32		13	20		0	0		115	120	0	235
1686	41	45		27	22	45	50		26	30		0	0		139	147	0	286
1687	43	36		16	14	43	33		31	19		0	0		133	102	0	235
1688	49	42		23	22	46	47		21	10		0	0		139	121	0	260
1689	46	43		22	17	39	38		14	20		2	0		123	118	0	241
1690	51	37		15	22	53	44		20	25		0	0		139	128	0	267

**Baptizados**  
**Legítimos e ilegítimos**  
**(Continuação)**

ANO	SE			S. PEDRO		CONC			STª LUZIA			S. BENTO			TOTAIS			TOTAL
	M	F	I	M	F	M	F	I	M	F	I	M	F	I	M	F	I	
1691	51	47		19	21	56	44		27	24		0	0		153	136	0	289
1692	49	51		27	15	51	37		24	22		0	1		151	126	0	277
1693	49	47		16	21	40	25		17	15		1	0		123	108	0	231
1694	45	51		18	21	44	47		18	22		1	1		126	142	0	268
1695	43	41		24	26	54	38		22	29		2	0		145	134	0	279
1696	52	57		29	15	46	34		21	23		0	0		148	129	0	277
1697	40	50		17	17	47	49		24	24		0	0		128	140	0	268
1698	41	45		9	22	30	44		16	18		0	0		96	129	0	225
1699	52	44		24	12	58	44		29	30		0	0		163	130	0	293
1700	53	37		26	15	35	45		26	22		1	0		141	119	0	260
TOT	7013	6684	5	2129	2071	5807	5363	7	1620	1591	1	242	208	1	16811	15917	14	32742

**Quadro nº 73**  
**Baptizados - Enjeitados**

ANO	SÉ		CONCEIÇÃO		S. PEDRO		STª LUZIA		S. BENTO	
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM
1588										1
1589										1
1590										
1591									1	
1592										
1593									1	
1594										1
1595	3	2	2	4	2					
1596			2	2						
1597		2	4		1	1				
1598		1	4	1	1					
1599	5	2	1		1					1
1600		2	1	2						
1601	1	1	4							
1602		1	5	1		1				
1603	2	1	3	1	2	5				
1604		1	5	1	1	2				
1605		2	1	2	1	2				
1606		2	4	3	2	2				
1607	1		2	2		3				1
1608	1	3	2	2	1	1				
1609	8	2		1	1	1				
1610	1	3	2	1	1					
1611	1	2	1	2	2	1			1	1
1612	2	1		3						
1613		5	2			1				
1614			4	3						
1615	2		1	5		2				
1616	2	2	1	3	1					1
1617	4	4	4			2				1
1618	1	2	2	3	1	2				
1619		1	6	2	1	1				
1620	3	4	2	3	1	2			1	3
1621	1	4	8	4		2			1	3
1622	3	4	2	3	3	1	2	1	2	
1623	3	2	8	3	1	3	2			
1624	6	4	2		1	1		3		
1625	2	1	3	6	1	1	1	3		
1626	3	4	2	6	1		1	3		
1627	2	4	4	6	2	1	3	2		
1628		3	1	5		3		1		
1629	3	3	2	5	1	5	1	2		
1630	4		3	3		1	2	2		
1631	1	3	3	1	1	1	4	1		
1632	5	7	2	3	2	5	1	4		

**Baptizados  
Enjeitados  
(Continuação)**

ANO	SÉ		CONCEIÇÃO		S. PEDRO		STª LUZIA		S. BENTO	
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM
1633	4	6	3	6	4	1	1	4		
1634	1	6	1	2	2		5	4		
1635	5	1	3	4	1	1	2	2		
1636	3	6	8	1	5		4	1		
1637	2	3	6	9	5	1	7	6		
1638	4	4	2	6	4	2	2	4		
1639	6	5	2	5	2	1	1	3		
1640	6	9	4	4		3	4	3		
1641	2	5	7		2	1	2	2		
1642	3	4	3	1	1		1	1		
1643	1	4		2	1	1	9	4		
1644	3	2	3	4		2	1	4		
1645	12	1	8	5	1	2	4	1		
1646	5	3	3	5	3	2		4		
1647	2	2	5	2	3	3	2	2		
1648	2	1	2	8	1	2		2		
1649	2	5	9	1	1	2	4	3		
1650	4	5	7	3	3	4	2	7		
1651	6	5	10	2	2	4	5	7		
1652	2	6	1	5	4	2	5	4		
1653	9	5	6	2	6	2	3			
1654	4	3	4	5	3	5	2	7		
1655	3	6	10	5	4	4	4	4		
1656	7	6	8	4	2	4	6	2		
1657	5	4	7	6	5	4	3	3		
1658	8	6	10	7		4	4	6		
1659	2	5	9	5	2	4	4	4		
1660	3	3	1	6	3	2	2	1		
1661	2	2	6	5	6	8	5	4		
1662	3	4	6	7	3	3	6	1		
1663	3	3	3	2	1	2	5	5		
1664	3	5	5	8	5	1	3	3		
1665	4	3	5	8	4	3	3	1		
1666	2	4	6	10	2	6	4	2		
1667	4	5	4	5	3	7	2	2		
1668	4		5	4	1	3	2	5		
1669	3	5	7	3	2	2	2	2		
1670	3	4	5	3	2	3	1	4		
1671	4	5	3	9	2	1	2	1		
1672	2	3	6	11	3	1	7	5		
1673	3	3	6	7	6	2	3	2		
1674	8	7	4	5	4		1	4		
1675	3	4	7	7	1		1	3		
1676	4	8	5	5	1	1	4	5		

**Baptizados  
Enjeitados  
(Continuação)**

ANO	SÉ		CONCEIÇÃO		S. PEDRO		STª LUZIA		S. BENTO	
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM
1677	2	5	8	11	2	4	1	3		
1678	6	4	5	7	1	3	8	5		
1679	2	5	9	5	2	6	3	1		
1680	4	4	8	5	3	1	1			
1681	3	10	5	7	4	2	2	4		
1682	3	1	6	2	3	1	4	4		
1683	5	4	12	5	4	4	6	3		
1684	11	6	4	4	1		6	6		
1685	5	4	4	9		5	4	5		
1686	6	5	6	10	1	9	2	4		
1687	1	5	3	5	3	8	5	5		
1688	7	8	8	8	8	3	4	5		
1689	6	5	9	4	1	2	2	5		
1690	7	8	9	4	4	3	3	3		
1691	2	6	5	11	6	4	3	3		
1692	11	9	10	13	3	3	4	2		
1693	4	8	7	15	1	5	3	3		
1694	10	6	9	6	3	4	4	1		
1695	7	8	5	6	3	3	2	4		
1696	4	9	12	10		2	3	5		
1697	4	8	5	7	4	4	2			
1698	4	10	8	5	3	3	1	4		
1699	5	5	8	7	8	3	2	2		
1700	4	3	10	11	4	6	3	3		
Totais	364	417	505	483	221	247	235	246	7	14

## 2. CASAMENTOS

O quadro dá-nos conta das falhas de registo existentes em cada paróquia.

**Quadro nº 74**  
**Casamentos**

ANO	SÉ	CONCEIÇÃO	S. PEDRO	STª LUZIA	S. BENTO
1583	8	10	1		0
1584	52	29	9		0
1585	29	7	9		0
1586	24	12	6		0
1587	34	0	6		0
1588	48	7	1		0
1589	50	16	4		1
1590	77	22	7		1
1591	46	28	8		0
1592	48	20	7		0
1593	42	20	8		1
1594	54	40	14		0
1595	60	28	7		0
1596	52	37	8		0
1597	47	35	10		0
1598	40	33	15		1
1599	60	52	19		0
1600	77	50	12		1
1601	28	23	3		0
1602	19	19	7		0
1603	20	13	7		0
1604	21	12	4		0
1605	35	20	4		0
1606	23	19	8		0
1607	21	17	5		0
1608	27	34	5		0
1609	36	20	4		0
1610	16	20	3		1
1611	28	10	3		0
1612	17	19	4		1
1613	22	24	3		0
1614	20	20	5		0
1615	22	28	6		0
1616	39	18	6		0
1617	27	15	6		0
1618	39	21	11		0
1619	47	29	9		0
1620	28	20	4		0

**Casamentos  
(Continuação)**

ANO	SÉ	CONCEIÇÃO	S. PEDRO	STª LUZIA	S. BENTO
1621	51	34	7		0
1622	56	25	5	11	0
1623	33	23	10	11	0
1624	34	30	12	8	0
1625	39	40	9	14	0
1626	26	24	10	7	0
1627	49	28	10	4	0
1628	23	38	12	4	0
1629	25	31	5	11	0
1630	26	20	2	4	0
1631	37	31	12	7	0
1632	41	29	6	6	0
1633	50	22	5	10	0
1634	34	27	5	1	0
1635	29	17	8	2	0
1636	49	30	7	1	0
1637	28	24	5	1	0
1638	31	25	7	13	0
1639	23	14	8	12	0
1640	21	2	9	7	0
1641	16	1	8	5	0
1642	36	19	15	13	0
1643	31	32	5	12	0
1644	36	28	15	13	0
1645	34	23	9	11	0
1646	33	29	6	11	0
1647	23	29	18	8	0
1648	23	27	1	5	0
1649	20	18	1	8	0
1650	20	27	9	10	0
1651	14	17	4	8	0
1652	20	17	6	9	0
1653	15	24	3	4	0
1654	16	25	6	6	0
1655	23	25	9	11	0
1656	26	30	10	12	0
1657	27	26	8	11	0
1658	34	32	11	11	0
1659	24	40	9	9	0
1660	32	22	5	10	0
1661	19	22	16	12	0
1662	21	17	7	14	0
1663	23	28	5	7	0
1664	20	20	2	13	0
1665	22	18	4	7	0

**Casamentos  
(Continuação)**

ANO	SÊ	CONCEIÇÃO	S. PEDRO	STª LUZIA	S. BENTO
1666	28	29	1	12	0
1667	28	38	13	19	0
1668	24	29	2	12	0
1669	26	21	10	7	0
1670	28	21	7	10	0
1671	34	28	15	18	0
1672	29	20	9	12	0
1673	27	29	13	11	0
1674	21	21	10	12	0
1675	21	22	13	11	0
1676	32	31	8	9	0
1677	40	21	11	15	0
1678	31	19	11	8	0
1679	34	15	5	11	0
1680	15	18	4	17	0
1681	22	20	6	7	0
1682	23	32	9	6	0
1683	15	16	6	7	3
1684	22	16	10	7	4
1685	16	19	6	7	4
1686	18	19	7	7	3
1687	23	34	15	10	3
1688	28	31	10	11	7
1689	20	26	11	13	6
1690	31	28	5	12	4
1691	29	24	9	10	2
1692	27	17	3	4	3
1693	24	32	2	8	2
1694	42	25	15	12	4
1695	33	27	8	13	3
1696	24	22	6	17	3
1697	34	18	9	12	7
1698	24	12	5	15	4
1699	21	22	8	12	3
1700	27	26	13	17	9
	3617	2785	899	765	81

### 3. ÓBITOS

A inexistência de livros de assentos de óbitos em S. Bento no período anterior a 1708 reduz este quadro às outras quatro paróquias da cidade. A ausência de números em alguns anos nestas paróquias corresponde à inexistência de registros. Os anos em que figura o zero, significa que os párocos lavraram os assentos sem darem mostra de qualquer perturbação. Não descartamos contudo a possibilidade de algum subregistro.

**Quadro nº 75**  
**Óbitos**  
**(dos maiores de sete anos)**

ANO	SÉ		CONCEIÇÃO		S. PEDRO		STª LUZIA	
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM
1583	17	29			3	3		
1584	13	11			6	4		
1585	19	16			4	6		
1586	14	17			9	7		
1587	44	26			3	3		
1588	32	34			3	5		
1589	23	17			0	5		
1590	33	29			3	1		
1591	14	34			2	2		
1592	8	9			5	1		
1593					3	8		
1594					3	7		
1595	2	7	7	6	0	2		
1596	26	35	8	12	2	4		
1597	14	32	11	10	4	1		
1598	35	30	21	25	8	6		
1599	31	48	9	11	5	6		
1600	8	8	0	5	0	0		
1601	9	17	2	10	1	0		
1602	8	23	7	15	2	1		
1603	7	6	5	8	3	3		
1604	6	7	7	16	2	2		
1605	11	8	6	14	0	0		
1606	10	9	14	12	5	3		
1607	18	14	24	22	4	5		
1608	14	25	17	26	9	5		
1609	18	22	8	13	5	4		
1610	8	13	10	17	6	5		

**Óbitos (dos maiores de sete anos)**  
**(Continuação)**

ANO	SÉ		CONCEIÇÃO		S. PEDRO		STª LUZIA	
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM
1611	9	15	12	14	4	4		
1612	14	19	13	12	0	4		
1613	18	21	10	18	1	5		
1614	6	19	10	17	4	6		
1615	18	13	15	15	3	5		
1616	28	54	24	59	7	8		
1617	24	23	11	13	2	5		
1618	24	23	10	20	2	7		
1619	13	15	8	9				
1620	15	22	13	31				
1621	20	22	18	17				
1622	24	17	10	17				
1623	18	23	21	24				
1624	18	28	7	9				
1625	24	33	10	12				
1626	12	20	13	12				
1627	19	19	3	2				
1628	16	24	4	3	3	1		
1629	17	22	3	8	9	11		
1630	28	21	9	10	9	5		
1631	25	16	21	23	5	7		
1632	17	27	3	6	9	8		
1633	21	27	6	7	4	3		
1634	32	44	22	17	8	11		
1635	24	32	9	15	1	5		
1636	21	26	14	12	1	1		
1637	20	25	8	8	4	5		
1638	15	33	5	14	2	3		
1639	19	16	15	15	4	5		
1640	20	32	19	22	0	1		
1641	24	23	28	21				
1642	36	37	32	33				
1643	18	33	15	34	0	3		
1644	9	35	13	24	2	6		
1645	13	20	11	13	0	3		
1646	16	29	15	27	4	4		
1647	17	29	19	19	3	4		
1648	40	32	44	45	14	10		
1649	16	35	15	23	2	4		
1650	17	46	21	36	2	11		
1651	25	33	14	21	4	7		
1652	28	43	8	17	2	3		
1653	26	32			2	2		
1654	24	30			3	5		
1655	18	33	12	18	4	6		

**Óbitos (dos maiores de sete anos)**  
**(Continuação)**

ANO	SÉ		CONCEIÇÃO		S. PEDRO		STª LUZIA	
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM
1656	24	30	16	45	8	10		
1657	13	33	19	37	8	8		
1658	19	39	21	23	2	8		
1659	32	39	20	33	5	11		
1660	20	32	16	29	7	7		
1661	23	34	13	25	7	10		
1662	29	47	23	30	9	11		
1663	13	27	16	22	4	9		
1664	30	27	13	25	14	13		
1665	19	21	11	21	5	9		
1666	41	53	19	38	9	13		
1667	19	41	29	43	11	14		
1668	26	20	16	24	8	10		
1669	21	27	13	24	12	14		
1670	14	27	6	21	5	10		
1671	22	24	17	29	6	7		
1672	23	31	18	28	4	6		
1673	29	37	31	32	5	2		
1674	20	34	18	23	8	3		
1675	21	27	20	26	1	9		
1676	26	25	21	24	4	6		
1677	26	41	13	22	9	9		
1678	27	44	27	30	6	12		
1679	22	33	15	22	7	3		
1680	18	21	17	22	6	8		
1681	21	30	32	32	10	8		
1682	16	12	12	23	4	6		
1683	18	39	13	21	3	6		
1684	15	20	16	29	6	10		
1685	16	22	29	19	6	12		
1686	42	60	43	72	15	15		
1687	22	28	22	27	16	17		
1688	14	17	14	15	9	10		
1689	15	8	9	16	8	4		
1690	14	17	22	26	3	8		
1691	13	6	12	13	3	4		
1692	17	13	20	28	9	10		
1693	23	38	22	38	8	18		
1694	20	27	21	27	8	6	8	9
1695	20	24	17	20	9	9	10	10
1696	16	15	21	27	6	6	4	12
1697	27	28	27	23	13	9	26	27
1698	21	29	22	28	15	12	13	29
1699	13	21	25	21	12	16	15	24
1700	14	8	22	18	7	5	12	20
Total	2302	3023	881	1239	382	478	88	131

#### 4. NATURALIDADE DOS NUBENTES AO PRIMEIRO CASAMENTO

Neste quadro apresentamos, em números absolutos, a naturalidade dos homens e mulheres que casaram pela primeira vez em Angra

**Quadro nº 76**  
**Naturalidade dos nubentes ao primeiro casamento**

Natural	se x	1584 - 1589	1590- 1599	1600 - 1609	1610 - 1619	1620 - 1629	1630 - 1639	1640 - 1649	1650 - 1659	1660 - 1669	1670 - 1679	1680 - 1689	1690 - 1699	total
Angra	H	23	76	50	84	155	136	137	142	178	179	179	252	1591
	M	53	62	90	161	234	222	223	193	263	291	235	312	2339
Terceira	H	11	44	41	38	67	66	67	51	38	51	59	76	609
	M	4	32	11	22	27	39	33	26	45	43	50	67	399
S. Miguel	H	13	19	11	20	29	30	27	24	30	29	23	20	275
	M	2	6	4	4	9	4	8	2	16	5	1	8	69
S. Jorge	H	7	10	17	17	15	10	13	11	15	18	12	22	167
	M	0	4	6	3	4	3	3	4	0	15	3	13	58
Faial	H	9	11	10	18	23	8	8	5	9	19	13	14	147
	M	2	8	9	3	6	2	2	0	4	3	5	7	51
Pico	H	6	13	14	9	13	7	16	7	10	17	19	18	149
	M	3	8	3	5	2	5	8	0	1	8	8	11	62
Graciosa	H	6	14	13	17	18	23	22	22	15	26	25	40	241
	M	3	6	5	9	2	5	9	2	3	6	11	22	83
Sta Maria	H	1	3	1	2	2	1	0	0	0	1	2	3	16
	M	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Flores	H	1	4	2	5	0	4	6	4	12	10	6	7	61
	M	0	4	1	1	0	0	0	1	3	4	5	7	26
Corvo	H	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	3	7
	M	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	2	3	8
Açores8	H	43	75	69	88	100	84	92	73	91	121	100	127	1063
	M	11	39	29	25	23	19	30	9	27	43	35	71	361
Conti- nente	H	17	29	17	18	49	34	21	15	26	22	10	21	279
	M	3	2	0	1	5	3	3	1	3	5	1	4	31
Espanha	H	60	134	32	24	63	31	10	0	2	2	0	0	358
	M	1	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Europa	H	2	4	0	0	1	5	1	5	2	8	1	9	38
	M	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	2	5

**Naturalidade dos nubentes ao primeiro casamento  
(continuação)**

Natural	se x	1584 - 1589	1590- 1599	1600 - 1609	1610 - 1619	1620 - 1629	1630 - 1639	1640 - 1649	1650 - 1659	1660 - 1669	1670 - 1679	1680 - 1689	1690 - 1699	total
Ilhas Atlânti	H	0	3	3	6	2	6	4	0	3	2	1	6	36
	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
África	H	1	1	2	0	0	0	1	1	0	0	0	0	6
	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Brasil	H	0	0	0	0	1	1	1	1	2	3	0	0	9
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	5
America Espanho	H	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H	1	4	0	1	2	0	2	1	0	1	4	1	17
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Expos- tos	H	0	0	0	0	0	0	0	1	3	10	5	5	24
	M	0	0	0	0	1	0	2	3	4	6	10	5	31
Escra- vos	H	0	7	6	11	7	11	7	1	4	8	5	2	69
	M	0	7	5	8	4	3	3	0	1	4	1	3	39
Totnatur alidade conheci da	H	159	378	220	270	447	374	343	290	349	407	364	499	4101
	M	72	144	137	218	296	286	294	231	344	392	333	468	3217
TotInde- terminad	H	119	410	194	203	256	216	161	231	145	147	126	98	2306
	M	198	641	300	273	392	305	235	317	202	228	192	160	3443
totcas1	H	278	788	414	473	703	590	504	522	494	554	490	597	6407
	M	270	785	437	491	688	591	529	550	546	620	525	628	6660

## 5. ESCRAVOS E SENHORES DE ESCRAVOS

Nos quadros que se seguem apresentamos os senhores e os respectivos escravos. Os escravos deram entrada na base de dados pelo baptismo, quando adultos, pelo óbito ou como progenitores de crianças baptizadas na cidade. A base contempla outros escravos, para os quais não há indicação do senhor a quem pertenciam.

**Quadro nº 77**  
**Senhores de escravas mães de ilegítimos**

ESCRAVAS	PAROQUIA	NASC. 1º FILHO	SENHORES DE ESCRAVAS
Escrava	Conceição	31-01-1662	André Vieira
Maria	Se	26-02-1669	? Macedo, alferes
Úrsula	Se	03-02-1639	? Gonçalves
Isabel	Se	29-12-1619	?? Fernandes
Catarina	Se	15-05-1608	?? Silveira
Ana	Se	24-02-1628	Afonso Fernandes
Catarina	Se	26-02-1657	Afonso Gomes Peres
Maria	Se	11-04-1645	Afonso Gomes Peres
Maria	Se	09-10-1599	Afonso Rocha, capitão
Ana	Se	08-02-1620	Afonso Toledo
Andresa	Santa Luzia	16-05-1669	Agostinho Borges Sousa
Mariana	Se	27-03-1683	Agostinho Figueiredo
Vitoria	Se	26-06-1623	Agostinho Fraga
Ângela	Se	15-05-1638	Agostinho Fraga
Marta	Se	11-08-1616	Aleixo Sisneros
Ângela	Se	28-04-1658	Alexandre Garcia, licenciado
Margarida	Se	27-02-1693	Alexandre Távora
Maria	Se	12-05-1693	Alexandre Távora
Antónia	Se	15-08-1611	Alonso Aldarete
Joana	Se	07-12-1625	Alonso Aldarete
Maria	Se	22-05-1652	Alonso Furtado?
Beatriz	Se	23-05-1608	Alonso Verdejo
Beatriz	Se	07-11-1640	Alonso Verdejo, Capitão
Águeda	Se	06-11-1615	Alonso Verdejo, Sargento
Maria	Se	04-04-1614	Álvaro Fernandes
Luzia	S. Bento	20-12-1612	Álvaro Maia
Maria	Conceição	25-04-1652	Álvaro Pereira
Catarina	Conceição	22-01-1596	Amador Gonçalves
	Conceição	28-01-1628	Amaro Costa
Violante	Conceição	17-10-1629	Amaro Costa
Luzia	Se	02-12-1637	Amaro Manuel
Vitoria	Se	15-05-1675	Ambrósio Sousa, cónego
Antónia	Se	17-07-1628	Ana Aguilera
Maria	Se	23-05-1642	Ana Araújo
Fausta	Se	25-09-1639	Ana Bettencourt

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

<b>ESCRAVAS</b>	<b>PAROQUIA</b>	<b>NASC. 1º FILHO</b>	<b>SENHORES DE ESCRAVAS</b>
Ana	Sé	07-06-1625	Ana Costa Miranda
Maria	S. Pedro	19-10-1675	Ana Dias, viúva
Maria	Conceição	08-01-1646	Ana Fernandes
Luzia	Conceição	01-06-1654	Ana Gomes
Vitoria	Se	08-06-1665	Ana Pereira Costa
Inácia	Se	26-05-1700	Ana S.Tiago/Maria Castro
Helena	Se	19-09-1650	Ana Santos
Inês	Se	30-03-1596	Ana Vilanova
Isabel	Se	07-05-1623	André Adão
Maria	Conceição	24-02-1657	André Azedias
Isabel	Se	07-02-1695	André Branco/Maria Rei
Branca	Se	27-10-1699	André Colaço, governador
Inês	Se	07-01-1644	André Costa Camelo
Leonor	Se	03-02-1610	André Fernandes Fonseca
Maria	Se	27-02-1663	André Fonseca Gomes
Vicencia	Se	21-03-1680	André Luís Fonseca
Catarina	Se	21-10-1625	André Pereira
Catarina	S. Pedro	12-09-1622	André Pereira
Catarina	Se	21-08-1606	André Pereira, cónego
Gracia	Se	07-11-1631	André Pereira, cónego
??	Se	01-06-1629	André Pereira, cónego
Maria	Se	30-01-1689	André Vieira, alferes
Luzia	Conceição	16-08-1639	Ângela Gomes
Gracia	Se	15-09-1610	Antão Colla
Cecília	Se	03-01-1663	Antónia Alvares Vasconcelos
Marta	Santa Luzia	25-05-1667	Antónia Canto Castro
Maria	Se	06-11-1678	Antónia Faria, viúva
Helena	Se	28-03-1588	Antónia Merens
Maria	Se	29-07-1587	Antónia Ponte
Maria	Conceição	08-06-1627	Antónia Silva
Luzia	Se	12-08-1661	António
Indeter	Se	23-04-1641	António ?
Madalena	Se	13-06-1683	António Afonso
Joana	Se	14-02-1628	António Aldarete
Maria	Se	01-05-1609	António Alvares Brás
Marta	Se	01-01-1614	António Alvares Brás
Juliana	Se	29-03-1674	António Alves Vasconcelos
Joana	Conceição	19-02-1685	António Cabral
Marta	Santa Luzia	25-05-1667	António Canto Castro
Maria	Santa Luzia	29-09-1646	António Carlos
Cristina	Conceição	06-08-1630	António Chama
Francisca	Se	28-01-1618	António Coelho Carvalhal
Luzia	S. Bento	01-02-1608	António da Maia
Josefa	Conceição	26-04-1747	António Dias
Filipa	Se	22-10-1629	António Dias Xodre
Luísa	Se	10-11-1652	António Dinis Barbosa, doutor
Maria	Se	16-01-1629	António Fernandes
Isabel	Se	09-01-1595	António Fernandes

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

<b>ESCRAVAS</b>	<b>PAROQUIA</b>	<b>NASC. 1º FILHO</b>	<b>SENHORES DE ESCRAVAS</b>
Ana	Se	03-05-1614	António Fernandes
Luzia	Conceição	17-08-1597	António Fernandes
Maria	Se	05-07-1638	António Fernandes Carlo
Isabel	Conceição	23-10-1692	António Fonseca
Margarida	Se	08-06-1698	António Fonseca
Feliciana	Se	19-10-1648	António Gomes
Catarina	Se	14-01-1627	António Gomes
Maria	Se	01-02-1637	António Gomes, licenciado
Susana	Santa Luzia	01-05-1633	António Grilo
Clara	Conceição	29-03-1685	António Machado
Doroteia	Conceição	12-12-1669	António Machado
Maria	Santa Luzia	28-05-1699	António Matos
Violante	Conceição	06-04-1692	António Nogueira
Úrsula	Se	13-05-1691	António Oeiras Fonseca, cónego
Maria	Se	10-06-1673	António Oeiras Fonseca, cónego
Maria	S. Pedro	04-09-1682	António Oeiras Fonseca, cónego
Mariana	Se	10-12-1689	António Ortis Melo, D.
Barbara	Conceição	22-03-1618	António Pacheco
Barbara	Conceição	08-06-1620	António Pacheco
Maria	Se	08-02-1597	António Pacheco
Marta	Se	17-11-1614	António Pacheco Lima
Maria	Se	31-01-1588	António Pacheco, contador
Mariana	Se	18-06-1696	António Pamplona Moniz
Antónia	Se	14-03-1692	António Pamplona Moniz
Laureana	Se	02-10-1692	António Pamplona Moniz
Maria	Se	13-04-1697	António Pereira
Isabel	Conceição	25-04-1613	António Pires
Lucrecia	Se	24-01-1627	António Rodrigues
Catarina	Santa Luzia	22-05-1635	António Rodrigues
Isabel	Se	21-10-1598	António Rodrigues
Leonor	Santa Luzia	09-06-1630	António Rodrigues
Maria	S. Pedro	31-08-1657	António Rodrigues Madeira
Mariana	Se	15-01-1659	António Rodrigues Madeira
Joana	Conceição	04-03-1644	António Salgado
Francisca	Se	19-06-1691	António Siene
Maria	Se	07-10-1667	António Souto, ourives
Maria	Se	10-06-1625	António Vaz Faria
Maria	Santa Luzia	30-10-1630	António Vaz Faria
Juliana	Se	01-08-1608	António Vaz Horta
Beatriz	Conceição	14-01-1643	António Veloso
Luzia	Se	25-10-1588	Artur Azevedo
Isabel	Se	15-04-1592	Artur Azevedo
Luzia	Se	04-12-1591	Artur Azevedo
Barbara	Se	25-02-1635	Baltazar
Guiomar	Se	15-06-1630	Baltazar Dias Mendonça
Helena	Se	30-03-1602	Baltazar Fernandes
Maria	Santa Luzia	20-02-1622	Baltazar Fernandes

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

ESCRAVAS	PAROQUIA	NASC. 1º FILHO	SENHORES DE ESCRAVAS
Ana	Se	13-08-1597	Baltazar Fonseca, cónego
Margarida	Se	25-09-1621	Baltazar Pimentel
Maria	Se	17-11-1615	Baltazar Pimentel
Catarina	Se	14-10-1621	Baltazar Pimentel
Margarida	Se	10-08-1605	Baltazar Rodrigues
Lana	Se	30-03-1665	Barbara Freire, viúva
Margarida	Conceição	16-02-1696	Barbara Gata
Maria	Se	28-06-1586	Barbara Gonçalves
Maria	Se	16-04-1595	Barbara Gonçalves
Bernarda	Conceição	07-08-1692	Barbara Gonçalves
Maria	Se	11-10-1688	Barbara Pereira
Águeda	Se	28-04-1627	Barbara Tavares
Ángela	Se	14-04-1689	Bartolomeu Cardoso
Inocência	Se	12-03-1624	Bartolomeu Costa
Joana	Conceição	19-12-1659	Bartolomeu Fernandes
Maria	Santa Luzia	11-11-1637	Bartolomeu Gomes Oeiras
Águeda	Conceição	27-05-1590	Bartolomeu Gonçalves
Margarida	Se	11-05-1671	Bartolomeu Nunes
Maria	Se	04-06-1683	Bartolomeu Nunes
Maria	Se	01-05-1689	Bartolomeu Nunes Abreu
Luzia	Se	14-04-1626	Bartolomeu Rocha
Maria	Se	13-07-1627	Bartolomeu Rocha
Águeda	Santa Luzia	26-05-1643	Bartolomeu?
Luzia	Se	31-10-1625	Beatriz Fernandes
Catarina	S. Pedro	16-06-1630	Beatriz Jacome
Catarina	Se	01-05-1627	Beatriz Jacome Pereira
Águeda	Conceição	02-04-1660	Beatriz Jaques
Joana	Se	24-05-1592	Beatriz Negroa
Gracia	Conceição	14-06-1611	Belchior Dias
Antónia	Conceição	09-05-1590	Belchior Dias
Madalena	Conceição	07-09-1605	Belchior Dias
Antónia	Se	02-04-1597	Belchior Estácio Ama
Joana	Se	28-09-1592	Belchior Fernandes
Escrava	Se	21-11-1588	Belchior Fernandes
Catarina	S. Pedro	09-08-1620	Belchior Homem
Clara	Conceição	08-01-1652	Belchior Machado
Isabel	Conceição	07-08-1678	Belchior Rodrigues
Maria	Se	06-02-1690	Bento Coelho
Maria	S. Pedro	15-09-1693	Bento Coelho, mercador
Luzia	Se	04-07-1674	Bernardino Pessoa, doutor
Doroteia	Se	19-02-1666	Bernardo Bormonde
Doroteia	S. Pedro	01-09-1676	Bernardo Bormonde
Doroteia	Conceição	03-10-1678	Bernardo Bormonde
Sebastiana	Conceição	13-12-1654	Bernardo Costa
Leonor	Conceição	17-02-1674	Bernardo Homem
Branca	Se	02-01-1671	Bernardo Pessoa, doutor

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

<b>ESCRAVAS</b>	<b>PAROQUIA</b>	<b>NASC. 1º FILHO</b>	<b>SENHORES DE ESCRAVAS</b>
Catarina	Se	25-06-1588	Bispo Manuel Gouveia
Vitoria	Conceição	31-07-1695	Boaventura Alvares
Mariana	Se	21-05-1694	Boaventura Meireles
Vitoria	Se	15-03-1602	Boticário
Simoa	Se	14-03-1598	Branca Gomes, viúva
Joana	Santa Luzia	30-10-1703	Branca Silva
Joana	Se	02-07-1693	Branca Silva
Águeda	Conceição	07-05-1631	Brás Dias
Paula	Conceição	04-01-1675	Brás Fernandes
Ana	Santa Luzia	18-10-1677	Brás Fernandes, alferes
Francisca	Se	05-12-1697	Brás Pereira
Maria	Se	22-11-1597	Brígida Pires
Isabel	Se	21-09-1586	Briolanja Gomes
Francisca	Se	13-06-1631	Brites Gata
Ana	Se	05-07-1697	Carlos Lima
Madalena	Se	17-10-1612	Catarina Alvares
Maria	Se	02-11-1647	Catarina Andrade
Maria	Se	18-05-1620	Catarina Dias, viúva
Maria	Se	28-08-1669	Catarina Freitas
Gracia	Se	05-10-1605	Catarina Henriques
Maria	Conceição	08-04-1646	Catarina Madruga
Catarina	Se	17-02-1624	Catarina Pacheca
Úrsula	Se	20-02-1643	Catarina Pereira
Barbara	Se	07-07-1601	Catarina Rabaça Fonseca
Vitoria	Se	29-01-1676	Catarina Silva
Juliana	Se	28-04-1600	Catarina Sousa
Maria	Se	24-10-1664	António Cardoso, cónego
Luzia	Conceição	24-05-1649	Constantino Machado
Lucrecia	Se	03-05-1635	Constantino Machado
Clara	Conceição	27-03-1592	Corregedor
Catarina	Se	19-06-1602	Cosme Correia
Maria	Se	14-08-1642	Cosme Correia, capitão
Maria	Se	28-02-1630	Cosme Nunes
Damiana	Se	26-06-1624	Cristóvão Borges
Juliana	Conceição	18-12-1636	Cristóvão Borges
Lucrecia	Conceição	02-06-1629	Cristóvão Borges
Margarida	Se	25-01-1602	Cristóvão Lemos
Barbara	Se	08-05-1625	Cristóvão Lemos
Catarina	Se	21-12-1603	Cristóvão Lemos Mendes
Francisca	Se	10-05-1700	Cristóvão Soares
Gracia	Conceição	27-12-1601	Custodio Vieira
Domingas	Conceição	15-01-1609	Custodio Vieira
Maria	Conceição	12-12-1626	Custodio Vieira
Bernarda	Se	01-02-1637	D. Águeda
Eva	Santa Luzia	02-07-1656	D. Beatriz
Margarida	Se	21-08-1676	D. Isabel Castilho

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

ESCRAVAS	PAROQUIA	NASC. 1º FILHO	SENHORES DE ESCRAVAS
Águeda	Se	21-05-1660	D. Isabel Melo
Escrava	Se	14-03-1686	D. Isabel Melo
Isabel	Conceição	14-12-1597	D. Isabel, viúva
Luzia	Se	19-03-1640	D. Juliana
Águeda	Conceição	02-03-1613	D. Margarida Ca
Isabel	Se	25-03-1698	D. Maria Josefa, viúva
Isabel	Conceição	26-01-1645	D. Mariana
Antónia	Se	01-02-1690	D. Mónica Andrade
Andresa	Se	19-08-1666	D. Paula Castro
Rebeja	Santa Luzia	06-11-1671	D. Serafina Silveira
Barbara	Se	12-08-1650	D. Úrsula
Maria	Se	22-04-1624	Debelaria Jacome??
Luzia	Se	08-06-1598	D. Goncalo, capitão
Maria	Se	17-03-1596	D. Iria
Paula	Se	06-11-1596	D. Isabel Canto
Maria	Se	17-03-1586	D. Jeronima (mulata de,)
Gracia	Se	07-03-1599	D. Luzia
Catarina	Se	08-03-1627	D. Maria Câmara
Margarida	Se	05-09-1604	D. Maria, viúva
Maria	Se	20-07-1644	D. Ursula Cabral Teixeira
Luzia	Se	04-10-1588	Diogo Alvares Barcelos
Simoa	Se	13-09-1593	Diogo Alvares, o moço
Catarina	Conceição	27-04-1613	Diogo Canto Castro
Maria	Conceição	23-05-1639	Diogo Canto Castro
Madalena	Conceição	14-01-1697	Diogo Eston
Maria	Conceição	06-06-1697	Diogo Eston
Isabel	Se	07-10-1600	Diogo Fernandes
Maria	Se	30-06-1630	Diogo Fernandes Costa
Maria	Se	15-01-1637	Diogo Fernandes Olha
Catarina	Se	28-04-1618	Diogo Fernandes Pard
Lucrecia	Se	25-10-1626	Diogo Fernandes Pard
Maria	Se	13-05-1629	Diogo Fernandes Pard
Catarina	Se	13-12-1695	Diogo Fernandes Pereira
Crispiana	Se	11-08-1691	Diogo Fernandes Pereira
Vitoria	Se	31-07-1604	Diogo Furtado
Vitoria	Se	01-02-1593	Diogo Furtado
Maria	Se	29-12-1628	Diogo Gonçalves Coutinho
Inês	S. Pedro	20-08-1646	Diogo Gonçalves Gomes
Inês	Se	16-02-1650	Diogo Gonçalves Gomes
Isabel	Se	06-03-1626	Diogo Granados
Isabel	Conceição	02-09-1637	Diogo Moniz
Mecia	Se	06-05-1596	Diogo Monteiro Carva
Catarina	Conceição	20-11-1598	Diogo Nunes
Catarina	Se	28-12-1656	Diogo Vaz Rodovalho
Paula	Se	31-05-1593	Diogo, D.
Catarina	Conceição	19-09-1700	Domingos Afonso

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

<b>ESCRAVAS</b>	<b>PAROQUIA</b>	<b>NASC. 1º FILHO</b>	<b>SENHORES DE ESCRAVAS</b>
Catarina	Conceição	14-05-1674	Domingos António
Juliana	Se	13-08-1647	Domingos Correia
Catarina	Se	19-09-1693	Domingos Dias, mestre
Filipa	Se	05-11-1603	Domingos Fernandes
Isabel	Conceição	18-11-1674	Domingos Figueiredo
Domingas	Conceição	06-03-1680	Domingos Figueiredo
Ângela	Conceição	11-07-1655	Domingos Garcia
Joana	Se	03-06-1627	Domingos Gonçalves
Luzia	S. Pedro	09-09-1594	Domingos Martins
Lúcia	Se	09-01-1598	Domingos Martins
Maria	Se	04-03-1602	Domingos Martins
Catarina	Se	04-01-1595	Domingos Martins
Susana	Conceição	01-11-1611	Domingos Rodrigues
Esperança	Conceição	16-01-1648	Domingos Teixeira
Esperança	Conceição	10-09-1645	Domingos Teixeira
Maria	Se	05-01-1611	Domingos Vieira Pacheco
Florencia	Conceição	15-08-1671	Doroteia
Maria	Se	19-02-1677	Duarte Távora
Catarina	Se	18-07-1604	Estêvão Cerveira
Maria	Se	09-05-1624	Fabrcício Pacheco
Helena	Santa Luzia	03-06-1672	Feliciano Bettencourt
Maria	Se	18-05-1609	Fernando Vila Real, D.
Maria	Se	10-07-1590	Fernão Baião
Juliana	Se	04-10-1598	Fernão Faleiro
Margarida	Conceição	13-05-1607	Fernão Feio
Domingas	Se	25-11-1601	Fernão Furtado Faria
Isabel	Se	08-01-1618	Fernão Gomes Tapia
Juliana	Se	29-06-1590	Fernão Ortis
Escrava	Se	04-06-1587	Fernão Ortis, contador
Aurélia	Conceição	03-07-1629	Fernão Pita
Joana	Se	01-10-1591	Filha Joana escrava
Isabel	Se	17-01-1661	Filipe Lima
Isabel	Se	17-06-1629	Filipe Serrão
Marquesa	Se	30-08-1629	Filipe Vaz
Maria	Se	27-03-1680	Francisco Correia, cónego
Genebra	Se	23-01-1644	Francisca Rego?
Maria	Se	13-07-1638	Francisco Alvares?
Catarina	Se	28-02-1602	Francisco Alves
Filipa	Se	27-11-1613	Francisco Andrade
Águeda	Se	10-08-1650	Francisco Andrade
Vitoria	Se	05-08-1609	Francisco Andrade
Catarina	Conceição	16-02-1639	Francisco Barreto
	Conceição	10-01-1629	Francisco Bettencourt
Mecia	Conceição	05-07-1633	Francisco Bettencourt
Maria	Se	30-04-1645	Francisco Calvo
Catarina	Se	19-06-1623	Francisco Cardoso

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

<b>ESCRAVAS</b>	<b>PAROQUIA</b>	<b>NASC. 1º FILHO</b>	<b>SENHORES DE ESCRAVAS</b>
Maria	Se	20-01-1629	Francisco Carrida
Catarina	Se	29-12-1643	Francisco Carvalhal
Domingas	Se	27-02-1647	Francisco Castro
Catarina	Se	10-01-1650	Francisco Castro
Domingas	Conceição	20-02-1633	Francisco Dias
Maria	Se	21-10-1643	Francisco Duarte
Maria	Conceição	26-10-1604	Francisco Fernandes
Ana	Se	27-09-1663	Francisco Furtado
Ana	Conceição	05-06-1671	Francisco Furtado
Maria	Se	18-10-1627	Francisco Gonçalves
Antónia	Conceição	28-02-1699	Francisco Lopes
Catarina	Se	22-04-1593	Francisco Lopes
Isabel	Conceição	14-02-1612	Francisco Lopes
Beatriz	Se	26-02-1637	Francisco Lopes Esta
Isabel	Se	27-09-1658	Francisco Machado Andrade
Luzia	Se	30-01-1609	Francisco Martins
Maria	Se	19-10-1626	Francisco Martins
Lúcia	Se	07-02-1611	Francisco Martins
Catarina	Se	19-01-1674	Francisco Mendes
Cristina	Se	20-12-1648	Francisco Pedroso
Maria	Se	16-04-1647	Francisco Pedroso
Luzia	Conceição	26-12-1700	Francisco Reis
Joana	Se	22-02-1651	Francisco Ribeiro Costa
Madalena	Se	08-05-1687	Francisco Ribeiro Costa
Barbara	Se	14-06-1623	Francisco Rodrigues
Leonor	Santa Luzia	09-03-1691	Francisco Sá Cunha
Mónica	Se	12-07-1664	Francisco Sá Cunha, doutor
Leonor	Se	10-03-1694	Francisco Sá Cunha, doutor
Domingas	Se	16-02-1696	Francisco Sá Salazar
Catarina	Se	04-04-1638	Francisco Salinas
Maria	Se	13-06-1625	Francisco Santiago
Apolónia	Se	16-01-1612	Francisco Silva
Margarida	Conceição	10-11-1650	Francisco Silva
Maria	Se	14-01-1697	Francisco Sousa
Gracia	Conceição	27-03-1634	Francisco Terra
Gracia	Se	04-02-1639	Francisco Terra, mercador
Esperança	Conceição	25-06-1596	Francisco Vaz
Leonor	Conceição	25-01-1595	Francisco Vaz
Ascensão	Conceição	23-04-1593	Francisco Vaz
Úrsula	Conceição	04-02-1596	Francisco Vaz
Isabel	Santa Luzia	02-10-1652	Francisco Vaz
Maria	Se	22-07-1609	Francisco Vaz, cónego
Maria	Se	18-11-1652	Gabriel Dias
Vitoria	Se	14-05-1637	Gaspar
Catarina	Se	04-12-1622	Gaspar Afonso, piloto

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

<b>ESCRAVAS</b>	<b>PAROQUIA</b>	<b>NASC. 1º FILHO</b>	<b>SENHORES DE ESCRAVAS</b>
Ana	Se	21-04-1601	Gaspar Carrilho
Gracia	Se	19-05-1602	Gaspar Carrilho
Maria	Conceição	16-03-1621	Gaspar Costa
Catarina	Conceição	16-02-1617	Gaspar Costa
Catarina	Conceição	21-05-1603	Gaspar Freitas
Catarina	Se	27-10-1603	Gaspar Gonçalves
Leonor	Se	21-05-1624	Gaspar Gonçalves
Andresa	Se	16-06-1612	Gaspar Gonçalves
Isabel	Se	16-02-1593	Gaspar Homem Sodre
Maria	Se	04-10-1637	Gaspar Luís Gouveia
Marta	Se	02-03-1626	Gaspar Luís Gouveia
Maria	Se	21-09-1598	Gaspar Magalhães
Margarida	Conceição	15-10-1673	Gaspar Medeiros
Grimanoya?	Se	07-05-1600	Gaspar Mendes
Luzia	Se	25-02-1592	Gaspar Neves
Joana	Se	27-02-1604	Gaspar Rodrigues
Ana	Se	23-06-1623	Gaspar Rodrigues
Cristina	Se	10-03-1595	Gaspar Rodrigues
Vitoria	Conceição	14-09-1636	Gaspar Soares
Esperança	Se	05-01-1591	Gaspar Vieira Cardoso
Isabel	Se	03-02-1640	General Machado
Francisca	Se	27-04-1609	Gil Rodrigues
Cristina	Se	22-12-1611	Gil Rodrigues
Cristina	Conceição	19-10-1614	Gil Rodrigues
Maria	Se	24-11-1589	Gomes Figueira (baça de,)
Francisca	Se	09-02-1612	Gomes Pacheco
Maria	Se	17-05-1618	Gonçalo Nunes Ares
Margarida	Se	12-01-1637	Gonçalves Dias Borges
Hortense	Se	24-07-1628	Governador Castelo
Maria	Se	24-03-1628	Governador Castelo
Lucrecia	Se	13-09-1676	Guilherme Fisher
Maria	Se	04-11-1697	Guilherme Fisher
Leonor	Conceição	28-12-1696	Guilherme Jo
Paula	Conceição	19-03-1588	Guilherme Moniz
Inês	Conceição	02-04-1690	Guilherme Moniz
Brizida	Conceição	01-04-1679	Guilherme Pereira, cónego
Águeda	Se	25-05-1587	Heitor Homem (mulata de)
Paulina	Conceição	31-12-1635	Helena Argoulo
Catarina	Conceição	22-02-1624	Helena Argoulo
Jerónima	Se	19-10-1664	Henrique Paz
Isabel	Se	11-01-1623	Hipólita Galvoa
Teresa	Se	15-09-1667	Inácio Canto, capitão
Maria	Se	11-10-1682	Inácio Canto, capitão
Maria	Se	05-04-1645	Inácio Toledo
Catarina	Conceição	26-12-1641	Inês Andrade
Catarina	Se	24-11-1637	Inês Andrade

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

ESCRAVAS	PAROQUIA	NASC. 1º FILHO	SENHORES DE ESCRAVAS
Esperança	Se	31-08-1601	Isabel Barca Silveira
Inês	Se	13-05-1620	Isabel Dias
Francisca	Se	21-05-1652	Isabel Fernandes
Ana	Santa Luzia	27-06-1627	Isabel Gaspar
Ângela	Se	27-03-1629	Isabel Nabais
Catarina	Se	07-04-1584	Isabel Nabais
Catarina	Se	15-04-1594	Isabel Nabais, viúva
Cristina	Conceição	21-07-1629	Isabel Tavares
Cristina	Conceição	09-07-1621	Isabel Tavares
Cristina	Conceição	01-05-1627	Isabel Tavares
Madalena	Se	29-05-1590	Isidro Fernandes
Beatriz	Se	05-02-1593	Izeu Pacheca
Branca	Se	07-06-1675	Jaques Breco
Maria	Se	30-05-1621	Jerónimo Fernandes
Ana	S. Pedro	01-11-1633	Jerónimo Fernandes Coelho
Catarina	Se	27-05-1644	Jerónimo Fonseca, sargento
Lucrecia	Se	24-01-1659	Jerónimo Rodrigues
Catarina	Santa Luzia	06-02-1667	Joana Garcia
Domingas	Conceição	16-01-1606	Joana Rego
Maria	Se	17-03-1678	João
Beatriz	Se	01-08-1675	João
Maria	Conceição	31-03-1640	João ??????
Maria	Santa Luzia	13-09-1630	João Afonso?
Juliana	Conceição	14-09-1647	João Ávila
Catarina	Se	26-06-1626	João Ávila Pires
Maria	Santa Luzia	30-06-1682	João Ávila, capitão
Clara	Se	27-05-1669	João Ávila, capitão
Escrava	S. Pedro	22-08-1643	João Ávila, capitão
Susana	Se	14-02-1651	João Ávila, capitão
Juliana	Santa Luzia	10-08-1638	João Ávila, capitão
Sabina	Se	17-08-1623	João Baptista
Vicencia	Se	03-08-1697	João Baptista
Cristina	Se	24-01-1628	João Baptista Pimentel
Maria	Se	03-11-1616	João Canto Vasconcelos
Catarina	Se	02-10-1616	João Canto Vasconcelos
Apolónia	Se	27-08-1676	João Costa Coelho
Andresa	Se	22-05-1661	João Costa Coelho
Ana	Se	04-03-1690	João Costa Coelho
Vicencia	Conceição	09-09-1694	João Dias
Joana	Se	13-03-1586	João Dias/Maria Tomas
Juliana	Se	09-07-1638	João Fonseca Chacão
Ana	Se	24-02-1637	João Fonseca Chacao
Ventura	Se	01-01-1637	João Fonseca Chacao
Madalena	Conceição	12-04-1633	João Francisco
Maria	Santa Luzia	06-06-1680	João Francisco Sales
Marta	Se	27-04-1659	João Franco Velho

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

ESCRAVAS	PAROQUIA	NASC. 1º FILHO	SENHORES DE ESCRAVAS
Ana	Santa Luzia	31-10-1684	João Garcia
Maria	Conceição	20-01-1683	João Garcia
Paula	Conceição	27-07-1696	João Gomes
Maria	Se	11-08-1693	João Gomes
Maria	Conceição	31-05-1691	João Gomes Silva
Teresa	Conceição	20-01-1699	João Gomes Silva
Helena	Conceição	17-03-1682	João Gomes Silva
Francisca	Conceição	20-01-1647	João Gonçalves
Beatriz	Se	31-05-1670	João Gonçalves Câmara
Gracia	Se	13-07-1641	João Gonçalves Correia
Grnau?	Se	02-03-1647	João Gonçalves Correia
Maria	Se	27-10-1628	João Gonçalves Lagar
Gracia	Se	11-04-1625	João Gonçalves Lagar
Barbara	Conceição	13-03-1622	João Homem Costa
Clara	Se	29-09-1700	João Lemos/Antónia Faria
Ana	Se	14-03-1599	João Lopes Lima
Leonor	Se	16-08-1625	João Luís Teixeira
Maria	Conceição	01-01-1625	João Meireles
Maria	Conceição	14-12-1662	João Nobre
Maria	Se	27-04-1624	João Nunes
Paulina	Conceição	01-05-1641	João Pacheco
Paulina	Se	06-10-1638	João Pacheco Vasconcelos
Gracia	Se	04-01-1650	João Pacheco Vasconcelos
Maria	Santa Luzia	04-06-1622	João Pamplona, capitão
Beatriz	Conceição	27-02-1694	João Pereira
Maria	Se	25-03-1671	João Raposo
Maria	Se	27-05-1680	João Rego
Maria	Se	24-09-1599	João Roca, capitão
Maria	Se	12-06-1614	João Rodrigues
Inês	Conceição	11-11-1635	João Rodrigues
Isabel	Conceição	16-09-1648	João Rodrigues Faleiro
Vitoria	Se	04-04-1680	João Soares
Felícia	Se	22-03-1668	João Sousa
Apolónia	Se	28-01-1647	João Sousa Fernandes
Catarina	Se	25-02-1615	João Spínola
Madalena	Se	11-03-1670	João Teixeira C, capitão
Catarina	Conceição	07-07-1692	João Teles Silva
Catarina	Se	17-12-1654	João Teves
Isabel	Conceição	06-07-1631	João Toste
Ana	Santa Luzia	27-09-1689	João Tristão
Antónia	Se	27-08-1693	João Tristão Magalhães
Catarina	Santa Luzia	20-04-1677	João Tristão Melo
Beatriz	Se	07-05-1690	João Velho Faria, doutor
Francisca	Se	01-06-1694	Joaquim Bohm
Florencia	Se	28-07-1595	Jorge Carlos, doutor
Beatriz	Conceição	16-02-1608	Jorge Carlos, doutor

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

<b>ESCRAVAS</b>	<b>PAROQUIA</b>	<b>NASC. 1º FILHO</b>	<b>SENHORES DE ESCRAVAS</b>
Maria	Se	11-11-1590	Jorge Carlos, doutor
Florencia	Conceição	02-09-1597	Jorge Carlos, doutor
Isabel	Se	27-01-1620	Jorge Costa
Lucrecia	Se	21-04-1630	Jorge Dias Andrade
Maria	Se	04-08-1598	Jorge Dias Andrade (preta de,)
Leonor	Se	19-03-1595	Jorge Dias, mercador
Maria	Se	06-03-1598	Jorge Henriques
Isabel	Se	19-12-1636	Jorge Machado
Margarida	Se	06-02-1594	Jorge Vaz Pais, licenciado
Maria	Se	16-12-1595	José Cordeiro
Maria	Se	04-07-1664	José Martins Bocarro
Gracia	Conceição	03-07-1644	José Mendes Rebelo
Marquesa	Se	08-10-1663	Juliana Freitas
Susana	S. Pedro	15-08-1630	Lazaro Soares
Jerónima	Se	14-05-1631	Lazaro Soares
Susana	Se	05-09-1627	Lazaro Soares
Ângela	Se	24-03-1642	Leocadia Cabral
Mónica	S. Pedro	24-09-1660	Leonardo Francisco Sá
Catarina	Conceição	21-02-1623	Leonor Esteves
Maria	Conceição	18-03-1623	Leonor Esteves
Joana	Se	07-05-1586	Leonor Gomes
Joana	Se	05-06-1591	Leonor Gomes Pamplona
Francisca	Se	12-01-1687	Leonor Lima
Catarina	Se	17-05-1591	Leonor Pamplona (preta de,)
Escrava	Se	28-05-1621	Lopo Gil Fagundes
Madalena	Conceição	28-12-1673	Lourenço Fernandes
Madalena	Se	18-12-1642	Lourenço Rodrigues
Maria	Santa Luzia	02-02-1676	Lourenço Rodrigues
Filipa	Se	01-03-1652	Lourenço Rodrigues
Maria	Se	28-03-1594	Lucas Losa Salazar, licenciado
Beatriz	Se	05-01-1629	Luís Brás
Luísa	Se	30-04-1596	Luís Canto
Maria	Se	12-11-1634	Luís Fernandes
Isabel	Se	12-08-1596	Luís Fernandes
Catarina	Conceição	27-06-1608	Luís Lacerda
Leonor	Se	20-06-1590	Luís Lopes
Catarina	Se	09-05-1599	Luís Lopes
Lucrecia	Se	24-05-1630	Luís Mendes
Inês	Se	28-03-1626	Luísa Serra
Esperança	Conceição	07-12-1647	Luzia Faleiro
Joana	Se	29-02-1688	Luzia Ponte Cardoso
Ana	Conceição	28-07-1612	Manuel André
Margarida	Conceição	20-05-1631	Manuel André
Clara	Se	03-12-1692	Manuel Ávila Rego
Juliana	Se	02-03-1616	Manuel Baião
Lucrecia	Se	03-04-1600	Manuel Borges

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

ESCRAVAS	PAROQUIA	NASC. 1º FILHO	SENHORES DE ESCRAVAS
Catarina	Santa Luzia	05-05-1692	Manuel Brum, cónego
Beatriz	Santa Luzia	02-01-1697	Manuel Brum, cónego
Isabel	Conceição	19-03-1610	Manuel Canto
Esperança	Conceição	15-04-1690	Manuel Canto Castro
Serafina	Conceição	11-07-1646	Manuel Canto Castro
Ana	Conceição	04-10-1697	Manuel Canto Castro
Catarina	Se	29-01-1656	Manuel Canto Teixeira
Barbara	Se	22-12-1629	Manuel Canto Teixeira
Escrava	Se	18-04-1637	Manuel Canto Teixeira
Gracia	Se	29-08-1688	Manuel Cardoso
Antónia	Conceição	19-06-1671	Manuel Cardoso
Maria	Conceição	06-12-1671	Manuel Cardoso
Maria	Se	13-10-1678	Manuel Cardoso Macedo
Maria	Se	29-03-1660	Manuel Castro Pereira
Barbara	Se	24-09-1655	Manuel Castro Pereira
Joana	Se	16-05-1674	Manuel Castro Pereira
Inês	Se	08-07-1628	Manuel Costa
Úrsula	Se	08-01-1631	Manuel Dornelas
Ana	Se	14-02-1696	Manuel Fagundo
Ana	Se	06-04-1626	Manuel Fernandes
Maria	Se	17-05-1618	Manuel Fernandes Casal
Isabel	S. Pedro	03-10-1677	Manuel Fernandes Fialho, alferes
Maria	Se	21-06-1644	Manuel Fernandes Melo
Escrava	Se	25-07-1593	Manuel Fernandes, pedreiro
Madalena	Conceição	27-10-1669	Manuel Ferreira
Paula	Se	25-04-1688	Manuel Ferreira, cónego
Maria	Se	15-07-1621	Manuel Freire, doutor
Luzia	Se	05-04-1658	Manuel Furtado Mendonça
	Conceição	16-04-1634	Manuel Godinho
Ângela	Conceição	31-12-1674	Manuel Gomes
Úrsula	Se	11-05-1659	Manuel Gomes Lima
Branca	Conceição	19-05-1681	Manuel Gomes To?
Madalena	Se	19-02-1638	Manuel Gomes, mercador
Antónia	Conceição	12-07-1637	Manuel Gonçalves
Vitoria	Se	15-10-1613	Manuel Gonçalves
Lucrecia	Se	06-01-1593	Manuel Gonçalves
Luzia	Se	12-02-1651	Manuel Gonçalves Melo
Catarina	Se	26-04-1598	Manuel Jacome
Maria	Se	29-03-1611	Manuel Jacome Trigo
Maria	S. Pedro	13-09-1687	Manuel Lima Sousa
Maria	Se	06-01-1683	Manuel Lima Sousa
Inês	Se	21-10-1587	Manuel Martins
Madalena	Conceição	10-10-1680	Manuel Martins
Inês	Se	26-03-1623	Manuel Martins, mestre
Madalena	Se	16-04-1675	Manuel Matias Machado
Gracia	Se	24-08-1630	Manuel Oliveira

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

ESCRAVAS	PAROQUIA	NASC. 1º FILHO	SENHORES DE ESCRAVAS
Catarina	Se	16-11-1614	Manuel Ornelas
Joana	Se	07-05-1693	Manuel Ornelas
Esperança	Santa Luzia	02-02-1628	Manuel Pamplona
Maria	Conceição	14-08-1621	Manuel Pinheiro
Felícia	Conceição	01-08-1655	Manuel Rebelo
Francisca	Se	02-02-1612	Manuel Rego Silveira
Gracia	Se	22-03-1680	Manuel Ribeiro, mercador
Maria	Se	30-08-1625	Manuel Rodrigues
Joana	Conceição	11-08-1650	Manuel Rodrigues
Maria	Conceição	11-06-1671	Manuel Rodrigues
Ana	Se	11-06-1627	Manuel Rodrigues
Justina	Conceição	08-03-1649	Manuel Rodrigues
Damiana	Se	07-02-1695	Manuel Rodrigues Linhares
Isabel	Se	28-12-1636	Manuel Rodrigues Oliveira
Isabel	Se	30-09-1625	Manuel Rodrigues Ribeiro
Maria	Se	05-03-1676	Manuel Silva
Andresa	Conceição	11-12-1667	Manuel Silva M
Catarina	Se	22-05-1696	Manuel Silveira, cónego
Maria	Se	05-01-1679	Manuel Sousa
Madalena	Se	01-04-1699	Manuel Sousa
Isabel	Conceição	21-09-1632	Manuel Vieira
Barbara	Se	25-09-1653	Manuel Vieira Cardoso
Isabel	Conceição	18-02-1604	Manuel, mestre
Antónia	Se	13-11-1584	Marcos Dias
Catarina	Se	09-05-1608	Margarida Alvares
Esperança	Se	17-12-1594	Margarida Alvares, viúva
Isabel	Se	13-04-1640	Margarida Canto
Cristina	Se	03-03-1644	Margarida Canto
Maria	Conceição	19-02-1642	Margarida Martins
Barbara	Se	08-01-1612	Margarida Rebelo
Maria	Se	05-09-1624	Maria Andrade
Maria	Se	07-09-1635	Maria Barca
Domingas	Conceição	14-03-1676	Maria Bettencourt
Isabel	Conceição	30-07-1610	Maria Cardoso
Maria	Conceição	24-08-1677	Maria Costa
Isabel	Se	29-09-1605	Maria Dias
Madalena	Se	04-12-1669	Maria Fonseca, viúva
Maria	Se	27-11-1636	Maria Fraga
Maria	Conceição	24-02-1682	Maria Freitas
Isabel	Se	16-07-1634	Maria Pacheca
Ana	Se	12-04-1669	Maria Paiva, viúva
Isabel	Se	04-08-1628	Maria Rodrigues Aguiar
Joana	Conceição	07-10-1686	Maria Silva
Joana	Se	21-04-1588	Maria Tomasia
Maria	Conceição	21-10-1668	Maria Vareira
Isabel	Se	01-05-1642	Maria Vaz Vieira

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

<b>ESCRAVAS</b>	<b>PAROQUIA</b>	<b>NASC. 1º FILHO</b>	<b>SENHORES DE ESCRAVAS</b>
Antónia	Conceição	29-05-1635	Maria Vieira
Madalena	Se	04-12-1677	Maria? Manuel?
Isabel	Conceição	24-02-1636	Mariana Mota
Isabel	Conceição	15-07-1642	Mariana Mota
Isabel	Se	08-09-1642	Mariano Aguilera
Catarina	Se	28-07-1594	Martim Ibanhes
Catarina	Se	08-10-1595	Martim Ibanhes
Leonor	Se	15-04-1625	Martim Mendes Vasconcelos
Francisca	S. Pedro	24-03-1633	Mateus Alvares
Susana	Conceição	30-01-1628	Mateus Dias
Maria	Se	10-06-1641	Mateus Dias, mareante
Isabel	Conceição	15-03-1636	Mateus Garcia
Ana	Santa Luzia	12-10-1699	Mateus Gonçalves
Isabel	Se	27-07-1611	Mateus Nunes
Esperança	S. Pedro	21-12-1688	Mateus Oliveira
Maria	Santa Luzia	26-12-1687	Mateus Pamplona
Catarina	Santa Luzia	12-05-1691	Mateus Pamplona
Luzia	S. Pedro	19-09-1672	Mateus Pereira, alferes
Catarina	Se	25-01-1676	Matias Alpoim
Teresa	Se	25-05-1674	Matias Fraga
Teresa	Conceição	08-05-1677	Matias Fraga
Cristina	Se	27-02-1669	Matias Gonçalves
Maria	Se	15-10-1598	Matias Pamplona
Luísa	Se	14-10-1623	Mecia Figueiredo
Margarida	Se	09-05-1680	Mercador francês
Esperança	Se	09-03-1613	Mestre-escola
Maria	S. Pedro	05-08-1685	Mestre-escola, reverendo
Isabel	Se	20-05-1638	Miguel Canto
Catarina	Conceição	07-07-1638	Miguel Gonçalves
Branca	Se	18-08-1631	Miguel Ribas
Antónia	Se	24-01-1697	Miguel Rodrigues
Marta	Se	11-07-1618	Miguel Rodrigues
Antónia	Se	29-01-1700	Miguel Silveira
Catarina	S. Pedro	23-08-1624	Nicolau Alemão
Luzia	Se	21-12-1638	Nicolau Alemão Baptista
Simoa	Se	13-12-1622	Nicolau Cardoso, cónego
Inês	Se	18-06-1629	Nuno Vaz, doutor
Isabel	Conceição	14-08-1602	Oriana Cardoso
Marta	Se	16-10-1590	Pagador terço
Maria	Se	31-08-1601	Paulina Pacheca
Isabel	Se	03-05-1675	Paulo Machado Velho
Joana	Se	17-01-1637	Paulo Marinho
Joana	Santa Luzia	19-03-1657	Paulo Martinho Almeida
Catarina	Se	22-04-1631	Paulo Oliveira
Inês	Se	29-06-1604	Paulo Veiga, cónego
Lucrecia	Se	18-09-1638	Pe. António Teixeira

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

ESCRAVAS	PAROQUIA	NASC. 1º FILHO	SENHORES DE ESCRAVAS
Marta	Se	10-02-1602	Pe. ?? Fontes
Isabel	Santa Luzia	17-03-1672	Pe. ?Vasconcelos Arau
Branca	Se	03-06-1675	Pe. António Rocha Ferraz
Cecília	Conceição	26-12-1684	Pe. António Couto
Catarina	Conceição	02-07-1603	Pe. António Dias
Francisca	Conceição	12-04-1602	Pe. Ascenso Lopes, reverendo
Luzia	Se	09-05-1623	Pe. Belchior Rodrigues
Leonor	Se	13-06-1630	Pe. Cura S.Luzia
Isabel	Conceição	16-10-1622	Pe. Domingos Martins
Beatriz	Se	05-04-1627	Pe. Gonçalo Nunes
Beatriz	Conceição	19-10-1688	Pe. Guilherme, reverendo
Lourença	S. Pedro	19-09-1686	Pe. João Cardoso
Esperança	Se	18-05-1676	Pe. João Cardoso
Maria	Santa Luzia	19-09-1642	Pe. João Lacaro?
Florencia	Conceição	01-02-1679	Pe. João Melorio
Filipa	Se	22-03-1692	Pe. João Vasconcelos
Ana	Santa Luzia	19-04-1681	Pe. José Garcia
Maria	Santa Luzia	05-04-1697	Pe. José Teles
Maria	Se	11-06-1687	Pe. Luís Canto Vasconcelos
Maria	Se	17-04-1630	Pe. Luís Gonçalves
Catarina	Conceição	24-03-1683	Pe. Manuel Barbosa
Barbara	Se	25-02-1651	Pe. Manuel Fernandes Mac
Isabel	Se	29-03-1670	Pe. Manuel Lima Correia
Isabel	Se	20-07-1597	Pe. Manuel Rodrigues
Catarina	S. Pedro	01-01-1624	Pe. Manuel Vaz
Maria	Conceição	26-09-1628	Pe. Mateus Pires
Filipa	Conceição	21-02-1610	Pe. Mateus Pires
	Conceição	02-11-1630	Pe. Mateus Pires
Maria	Se	27-08-1623	Pe. Pedro Braga
Maria	Se	31-08-1697	Pe. Silvestre Silveira
Ana	Se	08-06-1620	Pe. Simão ??
Maria	Se	09-06-1690	Pedro Alpoim, cônego
Beatriz	Conceição	07-02-1595	Pedro Alvares
Escrava	Conceição	02-05-1587	Pedro Alvares (preta de,)
Domingas	Conceição	08-03-1602	Pedro Alvares Cabral
Margarida	Se	17-04-1618	Pedro Anes Canto
Águeda	Se	12-06-1657	Pedro Canto
Isabel	S. Pedro	04-08-1655	Pedro Canto
Isabel	Conceição	26-05-1613	Pedro Cardoso
Francisca	Conceição	25-10-1664	Pedro Cardoso
Isabel	Conceição	24-02-1617	Pedro Cardoso
Maria	Se	18-11-1668	Pedro Castro Canto
Júlia	Se	16-12-1644	Pedro Castro, carpinteiro
Maria	Santa Luzia	02-06-1631	Pedro Coelho Silva
Madalena	Se	23-03-1630	Pedro Fernandes Alvares
Luzia	S. Pedro	16-10-1680	Pedro Fonseca, morgado

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

ESCRAVAS	PAROQUIA	NASC. 1º FILHO	SENHORES DE ESCRAVAS
Maria	Se	27-12-1620	Pedro Garcia
Luzia	Se	18-08-1618	Pedro Garcia
Esperança	Se	29-01-1667	Pedro Garfim
Antónia	Se	12-01-1687	Pedro Garfim
Esperança	Se	17-12-1669	Pedro Gaspar
Luzia	Se	09-03-1640	Pedro Gomes
Luzia	Se	10-04-1601	Pedro Homem, mercador
Ana	Se	07-05-1602	Pedro Lumbreiras
Ana	Se	17-03-1600	Pedro Lumbreiras, capitão
Isabel	Se	20-01-1696	Pedro Mendonça
Maria	Conceição	04-09-1672	Pedro Moreira
Inês	Se	25-03-1642	Pedro Ortis, D.
Ana	Se	16-04-1643	Pedro Ortis, D.
Maria	Se	01-04-1637	Pedro Ortis, D.
Inês	Se	21-10-1600	Pedro Rodrigues Aguiar
Isabel	Se	21-09-1595	Pedro Santos
Escrava	Conceição	13-08-1589	Pedro Santos
Escrava	Conceição	03-06-1592	Pedro Santos
Cecília	Se	12-03-1660	Pedro Teixeira Paz
Helena	Se	05-02-1618	Pedro Trigueiros
Helena	Se	05-02-1688	Policarpo Silveira
Serafina	S. Pedro	20-08-1684	Reverendo Deão
Justina	Conceição	31-12-1651	Roque Dias Frois
Maria	Conceição	10-06-1638	Roque Figueiredo
Luzia	Conceição	09-10-1635	Roque Figueiredo
Maria	Se	15-01-1598	Roque, capitão (preta de,)
Catarina	S. Bento	06-01-1584	Rui Dias Sampaio
Maria	Conceição	05-05-1600	Rui Dias Sampaio
Serafina	S. Pedro	15-11-1681	Rui Francisco
Escrava	Se	05-03-1612	S.Vicente, capitão
Catarina	Se	11-02-1603	Sabina Pereira
Maria	Se	08-04-1596	Salamanca, licenciado
Isabel	Conceição	08-03-1597	Salazar, capitao
Francisca	Conceição	13-02-1613	Salvado, alferes
Inês	Se	04-01-1603	Salvador Fernandes
Mariana	Conceição	30-06-1679	Salvador Nunes
Paula	Santa Luzia	19-08-1668	Salvador Pamplona Azevedo
Joana	Santa Luzia	02-03-1671	Salvador Pamplona Azevedo
Sofia	Se	07-10-1593	sargento-mor terço
Maria	Se	14-12-1587	Sebastião Alvares
Ana	Se	14-10-1587	Sebastião Alvares
Lúcia	Se	07-04-1627	Sebastião Andrade
Úrsula	Conceição	12-04-1623	Sebastião Cardoso
Maria	Se	23-05-1649	Sebastião Cardoso Ma
Escrava	Se	15-10-1590	Sebastião Dantas
Ana	Se	02-06-1688	Sebastião Dias Melo

**Senhores de escravas mães de ilegítimos  
(continuação)**

<b>ESCRAVAS</b>	<b>PAROQUIA</b>	<b>NASC. 1º FILHO</b>	<b>SENHORES DE ESCRAVAS</b>
Luzia	Conceição	07-12-1685	Sebastião Fernandes
Luzia	Se	12-09-1638	Sebastião Machado Mi
Ana	Santa Luzia	21-06-1679	Sebastião Merens
Catarina	Se	15-01-1604	Sebastião Moniz Barreto
Lucrecia	Se	21-05-1605	Sebastião Pamplona
Antónia	Se	09-02-1588	Sebastião Santes?
Maria	Conceição	01-05-1606	Sebastião Sousa
Águeda	Se	06-08-1639	Sebastião Tavares
Cecília	Se	03-02-1621	Sebastião Teixeira?
Beatriz	Se	22-02-1626	Simão Andrade
Francisca	Se	12-06-1593	Simão Fernandes
Antónia	Conceição	31-03-1595	Simão Gonçalves Chans.
Antónia	Conceição	19-02-1598	Simão Gonçalves Murr
Maria	Se	23-08-1602	Simão Gonçalves Távora
Maria	Se	11-12-1628	Simão Lopes
Brizida	Conceição	02-04-1623	Simão Ribeiro
Helena	Se	15-07-1592	Simão, mestre
Andresa	Se	15-08-1595	Simoa Martins
Maria	Se	07-12-1624	Telo Manuel Fernandes
Maria	Se	25-04-1657	Timóteo Tonsen
Maria	S. Pedro	15-07-1660	Timóteo Tonsen
Madalena	Conceição	20-06-1635	Tomas Sousa
Francisca	Se	29-11-1637	Tome Correia Costa
Esperança	Se	27-07-1620	Tome Correia Costa
Ângela	Se	07-01-1642	Tome Correia Costa
Filipa	Se	15-11-1696	Tome Mendonça, capitão
Maria	Se	19-05-1639	Úrsula Cabral
Maria	Conceição	02-10-1667	Úrsula Cabral
Antónia	Se	05-05-1600	Vasco Fernandes Rodovalho
Isabel	Conceição	26-01-1599	Ventura Mota
Catarina	Conceição	24-08-1683	Vicente Borges
Catarina	Se	04-04-1687	Vicente Borges
Margarida	Se	17-04-1688	Vicente Borges, doutor
Ana	Se	28-12-1611	Vicente, capitão
Isabel	Se	24-11-1669	Violante Pereira
Catarina	Se	28-02-1682	Violante Pereira Costa
Escrava	Se	05-07-1679	Violante, viúva
Lucrecia	Se	10-06-1620	Vital Bettencourt
Francisca	Se	27-06-1659	Vital Bettencourt Vasconcelos
Maria	Se	24-01-1648	Vital Bettencourt, capitão

**Quadro nº 78**  
**Escravos baptizados adultos e respectivos senhores**

ESVRAVOS	NATURAL	LOCAL_BAP	DATA_BAP	SENHORES DE ESCRAVOS
Francisco		Se	05-12-1688	António Fonseca Carvão
Pedro		Conceição	30-11-1585	António Francisco, ouvidor
Francisco		Se	08-09-1686	António Silveira, almoxarife do Faial
Miguel		Se	09-05-1680	António Simão, capitão mercador francês
João		Se	22-01-1651	D. Maria Goulart
Maria	Angola	Se	26-03-1597	José Cordeiro
Cecília		Se	11-09-1630	Afonso Gomes
Joaquim		Se	06-03-1679	Agostinho Borges Sousa Cimbron, provedor
Francisco		Se	17-12-1682	Agostinho Borges Sousa, provedor
Maria		Se	21-04-1678	Agostinho Borges Sousa, provedor da fazenda
Maria	Brasil	Conceição	25-03-1697	Amaro Gonçalves e de Maria S. João
Maria		Se	06-03-1690	Ambrósio Sousa Fagundes, tesoureiro-mor
Tome		Se	23-02-1681	André
Luís		Se	23-04-1662	André Fonseca, capitão artilharia
Francisca		Se	20-04-1681	André Martins Fonseca
Mariana		Se	07-12-1700	António Almeida
Domingas		Se	07-12-1700	António Almeida
Manuel		Se	06-01-1668	António Canto Castro
Manuel		Se	07-09-1687	António Costa
Antónia	Angola	Conceição	14-12-1684	António Dias ourives /veio pouca idade
António		Se	06-12-1654	António Dinis Cardoso provedor fazenda
Isabel		Sta Luzia	20-05-1622	António Laranjo, negrinha de (mora Castelo S. Cristóvão)
Pedro		Se	02-02-1624	António Miranda Navarro
Maria		Se	02-03-1697	António Moniz, natural da Madeira
Manuel		Sta Luzia	10-10-1624	António Pires (escravinho de.)
Vitoria		Se	24-07-1678	António Sienne francês
Diogo		Se	04-04-1688	António Sienne, francês
Manuel		Se	02-02-1671	António Vieira, mercador
Inês		Sta Luzia	27-02-1626	Baltazar Ferreira, negrinha de
Manuel		Se	31-10-1677	Bartolomeu Gonçalves Cota
António		Se	14-06-1672	Beatriz Cabral viúva Duarte Dias
Francisco		Se	25-12-1662	Bernardo B
João		Se	21-04-1697	Bernardo Canto, capitão
Manuel		Se	11-03-1680	Brás Matos, cónego
Catarina		Conceição	26-08-1585	capitão Rocha
Maria		Se	02-02-1695	Carlos Lima
Miguel		Se	14-10-1633	Catarina Sousa
Leonor		Se	20-03-1685	D. Andresa
Catarina	Costa Guine	S. Pedro	29-12-1694	D. Antónia Isabel Corte-Real, comprada por (com 9-10 anos)
Micaela		Se	08-07-1683	D. Maria Cristo religiosa do convento da Esperança
Ana		Sta Luzia	05-05-1684	D. Maria Luz Canto
Alexandre		Sta Luzia	05-05-1684	D. Maria Luz Canto (baptizado qdo a mãe)
Francisca		Se	02-02-1678	D. Maria Pacheca
Helena		Se	06-11-1694	D. Maria Silveira

**Escravos batizados adultos e respectivos senhores  
(continuação)**

ESVRAVOS	NATURAL	LOCAL_BAP	DATA_BAP	SENHORES DE ESCRAVOS
Catarina		Se	18-04-1693	Diogo ? Pereira
Maria		Conceição	11-11-1685	Diogo Ston
Margarida		Conceição	04-01-1681	Diogo Ston
Maria		Se	02-08-1595	Fernão Magalhães
Maria	Brasil	Conceição	12-04-1697	Francisca Henriques
Maria		Conceição	25-11-1677	Francisca Ribeira viúva
João, preto		Se	10-01-1599	Francisco Aguiar, mercador
Maria	Cabo Verde /Ilha Santiago	Se	19-03-1595	Francisco Andrade /trazida por António Gonçalves
Jacinto		Conceição	29-09-1607	Francisco Dias
João		Se	27-12-1662	Francisco Fernandes Correia
Pedro		S. Bento	01-12-1611	Francisco Gonçalves
João, negro	Angola	Se	23-03-1663	Francisco Ornelas Câmara, governador
Francisco		Se	23-03-1663	Francisco Ornelas Câmara, governador
Gracia	Angola	Conceição	12-05-1699	Francisco Pais
Apolónia		Conceição	30-01-1633	Francisco Ribeiro
Domingos		Se	19-03-1681	Francisco Rodovalho Machado, padre
Leonor		Se	22-02-1681	Francisco Sá Cunha
Joana		Se	07-09-1699	Francisco Sá Salazar
Maria		Se	15-04-1685	Francisco Sousa
Ana		Se	01-11-1694	Gabriel Bernardo Laura ourives francês
Jorge		Se	21-04-1661	Gaspar ?
João		Se	23-05-1665	Gaspar Lenhe
Miguel		Se	17-03-1681	Gonçalo Godinho
Ana		Se	26-03-1678	Guilherme
Maria		Se	20-03-1697	Guilherme Fisher
Célia		Se	22-11-1678	Guilherme Fisher
Miguel		Se	29-09-1680	Guilherme Fisher
Maria		Se	29-03-1681	Guilherme Fisher mercador
Catarina		Se	29-03-1681	Guilherme Fisher mercador
Manuel		Se	29-03-1681	Guilherme Fisher, mercador
Domingos		Se	29-03-1681	Guilherme Fisher, mercador
António		Se	29-03-1681	Guilherme Fisher, mercador
Pedro		Se	29-03-1681	Guilherme Fisher, mercador
Francisco		Se	11-04-1699	Guilherme Frichon
Catarina		Conceição	07-03-1586	Guilherme Moniz
Maria		Conceição	13-01-1677	Guilherme Pereira, cónego
Francisco		Conceição	25-10-1677	Guilherme Pereira, cónego
Pedro		Conceição	08-04-1681	Guilherme Pereira, cónego
Diogo		Se	25-07-1661	Guilherme Searshfeild, inglês
Maria		Se	15-08-1662	Helena Lima viúva Dr. Lopo Moreno
Isabel		Sta Luzia	17-09-1684	Henriques /criar Maria Ramos
José		Se	09-06-1683	Jacinto Sequeira
Margarida		Conceição	25-03-1683	Jacome Leite Vasconcelos
João		Conceição	24-06-1686	Jacome Leite Vasconcelos

**Escravos batizados adultos e respectivos senhores  
(continuação)**

ESVRAVOS	NATURAL	LOCAL_BAP	DATA_BAP	SENHORES DE ESCRAVOS
António		Se	02-02-1671	Jerónimo Gomes
Miguel		Se	29-09-1694	João Angel Negre
Marta		Se	09-04-1697	João Angel Negre francês
João		Se	29-04-1653	João Baptista, tesoureiro-mor
Isabel		Se	01-08-1695	João Barcelos Machado, capitão
Agostinho	Argel	Se	18-03-1663	João Canto Castro
Cosme		Conceição	23-08-1585	João Cardoso, mordomo do Sr. Sacramento
Domingos		Se	05-04-1678	João Dequis, inglês
Diogo		Conceição	25-11-1597	João Domingos
Margarida		Conceição	13-02-1680	João Garcia
Madalena	Se	Se	27-02-1606	João Gonçalves Lagar
João		Conceição	10-04-1680	João Melori, padre
Francisco		Conceição	21-02-1697	João Pereira Albernaz, padre
Antónia	Cabo Verde	Conceição	12-05-1699	João Silva
Vitoria		Se	05-09-1678	João Soares
João		Se	24-06-1662	João Teive Vasconcelos, capitão
Maria		Se	11-05-1649	Jorge Dias Sá
Maria		Se	20-12-1677	Justa Rei
Antónia		Se	05-06-1678	Justa Rei
Pedro		Se	14-05-1649	Lopo Moreno, doutor
Gracia	Cabo Verde	Se	28-04-1597	Luís Fernandes Gramaxo
Lucrecia		Se	29-09-1596	Luís Fernandes Gramaxo
Pedro		Se	29-09-1596	Luís Fernandes Gramaxo
António		Se	25-03-1677	Manuel ? , tanoeiro
Maria		Se	22-04-1681	Manuel Barcelos, capitão
Maria		Se	22-04-1681	Manuel Barcelos, capitão
João		Se	09-05-1677	Manuel Barcelos, capitão
Esperança		Conceição	07-07-1685	Manuel Canto Castro
Josefa		Conceição	07-07-1685	Manuel Canto Castro
Ana		Conceição	24-02-1680	Manuel Canto Castro
Maria		Se	19-04-1649	Manuel Cardoso Abreu
Doroteia		Se	06-11-1670	Manuel Castro Pereira
António		Se	16-03-1671	Manuel Castro Pereira
Francisco		Se	28-06-1681	Manuel Ferreira
Ana		Se	31-03-1655	Manuel Furtado Machado
Maria	Angola	Conceição	24-02-1625	Manuel Godinho
Manuel		Se	25-04-1680	Manuel Gomes
André		S. Pedro	28-02-1649	Manuel Lopes Ávila (escravo catecúmeno)
João		Conceição	23-10-1605	Manuel Machado
Joana		Se	16-04-1684	Manuel Ornelas
António		Sta Luzia	08-07-1688	Manuel Paim Sousa
António	Guine	Se	05-07-1671	Manuel Ribeiro
Beatriz		Se	23-09-1698	Manuel Silva/Teodora Espírito Sto s/mulher
Violante		Conceição	15-04-1685	Manuel Sousa Costa
João		Se	09-05-1677	Manuel Vasconcelos, capitão

**Escravos batizados adultos e respectivos senhores  
(continuação)**

ESVRAVOS	NATURAL	LOCAL_BAP	DATA_BAP	SENHORES DE ESCRAVOS
António		Se	09-11-1595	Maria Fernandes, viúva
Marta		Se	05-04-1685	Maria Rodrigues vendeira
Joana		Se	11-09-1695	Mateus Correia
Antónia	Guine	Se	26-12-1595	Melchior Estacio Amaral, tesoureiro defuntos
Josefa		Se	19-03-1681	o governador
Joana		Se	01-08-1679	padre João
Maria		Se	17-11-1695	padre João Ramos
Luís		Se	30-05-1649	Paulo Sá, cónego (escravo c/13-14)
Manuel		Se	24-04-1677	Pedro Aleixo
António		Se	14-05-1595	Pedro Anes Canto
Mariana		Se	28-12-1679	Pedro Castro
Maria		S. Pedro	23-04-1662	Pedro Fonseca
Helena		Sta Luzia	12-03-1696	Remígio Nolete
João		Se	26-03-1681	Roberto Rei Sá, doutor
Manuel		Conceição	06-12-1589	Rui Dias Sampaio
João		S. Pedro	22-04-1681	Rui Francisco
Mariana		Conceição	27-11-1678	Salvador Nunes
Maria		Se	30-07-1671	Sebastião Correia Lorvella, general
Antónia		Conceição	12-11-1674	Tomas Sousa, cónego
Antónia		Se	07-08-1680	Úrsula Meireles
Catarina		Se	12-02-1679	Vicente Borges Sousa
Maria		Se	21-03-1678	Vicente Borges Sousa
António		Se	01-06-1597	Vital Bettencourt
Manuel		Se	14-05-1678	Vital Bettencourt Vasconcelos, capitão-mor
Maria		Conceição	15-02-1698	Vitoria Nascimento

**Quadro nº 79**  
**Escravos com óbito em Angra e respectivos senhores**

ESCRAVOS	DATA DE ÓBITO	SENHORES DE ESCRAVOS
Catarina	07-09-1684	Águeda Faleira viúva Domingos António
Escrava	04-02-1648	Águeda Rosário
António Papel	03-09-1588	Ana Fernandes
António	15-08-1696	André Pires Fonseca
Gracia Coll	12-12-1619	Antão Coll
Isabel	31-05-1694	António Fernandes mercador
Susana	30-08-1686	António Figueiredo Pacheco, reverendo cónego
Catarina Ferreira	10-03-1685	António Figueiredo, reverendo cónego
Andresa Ferreira	20-06-1695	António Figueiredo, reverendo cónego
Ana	11-07-1691	António Linhares
Susana	27-08-1686	António Martins
Gaspar	09-06-1598	António Pacheco Lima
Helena Silveira	19-07-1637	António Pacheco Lima /baça/pobre
Tome	31-08-1700	António Rodrigues
Isabel Lopes	11-10-1588	António Rodrigues Teixeira, cura
Esperança	10-05-1696	António Sarram
João	16-05-1675	António Veloso
Margarida	29-07-1608	Baltazar Rodrigues Coelho
Francisco	14-03-1697	Bernardo Canto Câmara, padre
Francisco	15-12-1673	Bernardo Homem Costa
Sebastiana Machada	16-11-1684	Bernardo Homem Costa
Pedro	13-01-1676	Bernardo Homem Costa
Teresa	16-08-1694	Bispo D. António Vieira Leitão
Sebastião	08-12-1695	Bispo de Cabo Verde
António	11-02-1700	Branca Santos viúva de Mel Vaz Cordeiro
Úrsula	21-02-1690	Brás Fernandes
Maria	29-09-1672	Brás Fernandes
Francisco	09-12-1679	Cristóvão Borges, capitão
Nicolau Lemos	01-10-1652	Cristóvão Lemos Mendonça, capitão
Mateus	27-11-1692	D. Francisca R? de Tem
Domingas	18-06-1681	D. Maria Bettencourt
António	07-05-1699	D. Maria Luz Canto
Manuel	19-11-1681	D. Maria Mendonça?
Guiomar Tavares	22-06-1697	D. Maria Paula
Bernarda	21-05-1696	D. Maria Paula Ávila
Bernarda	22-11-1680	D. Maria Vareira
Mónica Lumbreiras	17-03-1676	D. Pedro Lumbreiras
Francisco	09-10-1677	Diogo Ston
José	08-01-1690	Diogo Ston
António	20-04-1675	Domingos António
Violante	22-05-1684	Domingos Fernandes
Ana	21-06-1678	Domingos Fernandes sapateiro
Isabel	09-01-1700	Estacio Utra Machado, escrava velha de
Miguel	28-02-1698	Francisco Fagundes
Manuel	18-10-1684	Francisco Lopes piloto
Jacinto	12-12-1686	Francisco Sá Cunha, licenciado

**Escravos com óbito em Angra e respectivos senhores  
(continuação)**

ESCRAVOS	DATA DE ÓBITO	SENHORES DE ESCRAVOS
Agostinho	27-11-1692	Guilherme Moniz Barreto
Pedro	08-04-1688	Guilherme Pereira, cónego
Ana	27-06-1687	Inácio Castel Branco, D.
Inês Pacheco	19-06-1598	Inês Pacheco Barca
António	14-11-1687	Jacome Leite, capitão
Mateus	29-08-1667	Jaques Labate francês
Madalena	03-10-1672	Jerónimo Teixeira
Ana	10-09-1678	João Ferreira mareante
Maria	18-05-1674	João Godinho de Paiva
Mateus, cego	07-02-1673	João Lemos Cabral
Pascoal	26-12-1692	João Machado, beneficiado da Conceição
Serafina	08-05-1686	João Moniz Barreto, reverendo chantre
João	13-11-1678	João Pereira Garcia
Maria	14-03-1674	João Rodrigues Faleiro
Ventura	15-11-1673	João Rodrigues Faleiro
Leonor	28-05-1691	João Silva Borges
Bernardo	13-10-1696	João Travassos
Vitoria	31-12-1694	João Tristão, capitão
Pascoal	11-09-1696	João Tristão, capitão
Filipa	24-06-1685	Lavadeira dos padres da Ca Jesus
Boaventura	26-08-1691	Lourenço Correia Lacerda, capitão
Pedro	25-09-1700	Lourenço Fernandes
Sebastião	21-10-1686	Lourenço Rodrigues Teixeira
Maria Conceição	19-07-1687	Luís Fonseca
Catarina Lopes	11-12-1619	Luís Lopes
Maria	29-08-1678	Manuel Alvares Medina, capitão
Vitoria	29-08-1673	Manuel Correia Melo
Matias Terra	25-09-1674	Manuel Correia Melo vindo do Porto Judeu
Madalena	10-07-1686	Manuel Ferreira mareante
Luís	11-04-1691	Manuel Gomes/morte repentina
João	21-01-1630	Manuel Machado e Barbara Cabral
Francisco	25-09-1692	Manuel Nunes
Marta Santos	26-02-1687	Manuel Rego Borges
Luzia Cardoso	16-07-1665	Maria Cardoso Valadão
Beatriz	03-01-1699	Maria Conceição viúva
Maria	13-08-1678	Maria Costa
João Dias	01-01-1651	Maria Fagundes
Apolónia Machada	16-03-1676	Mariana Cardoso
Mateus	13-09-1675	Mateus Cardoso Machado
Paula	31-08-1694	Miguel Furtado Mendonça
Ana	20-06-1676	Nicolau Pereira, capitão natural Lisboa
Esperança	16-05-1687	Pe. Cristóvão Figueiredo
Agostinho	18-09-1694	Pe. Cristóvão Furtado Mendonça, cura
Luzia	20-08-1676	pe. Dionísio Pacheco

**Escravos com óbito em Angra e respectivos senhores  
(continuação)**

ESCRAVOS	DATA DE ÓBITO	SENHORES DE ESCRAVOS
Mateus	09-07-1672	Pe. Francisco Monteiro, capelão da Se/baço
Maria Jesus	01-09-1698	Pe. Gomes Terra, Deão da Se
Mónica Cruz	29-09-1683	pe. Luís Furtado Mendonça
António	02-01-1686	Pe. Mateus Pacheco
Mateus	16-02-1687	Pedro Alpoim Sousa, Dr. Cónego
João	07-05-1680	Pedro Borges Silva
Esperança	27-03-1696	Pedro Cardoso
Helena	25-01-1676	Pedro Fernandes, alferes
Francisco	16-07-1696	Pedro Lemos
Domingas	19-02-1695	Pedro Lemos
João	03-11-1699	Pedro Lemos, alferes
Susana	19-12-1673	Roque Dias Frois
António	28-10-1699	Sebastião Costa
João Couto	07-04-1590	Sebastião Couto
João	14-10-1698	Sebastião Merens Pamplona
Maria	20-03-1696	Sebastião Merens Pamplona
Sebastião	06-07-1645	Sebastião Moniz Barreto
António	16-01-1673	Tomas Sousa
Francisca	12-12-1686	Ventura Alvares Terceira

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	0
INTRODUÇÃO.....	4
FONTES E METODOLOGIA .....	12
1. As Fontes .....	13
1.1. Os registos paroquiais.....	13
1.2. Os livros de vereação.....	17
1.3. As Crónicas .....	17
2. Metodologia.....	18
ANGRA: “AONDE RESIDE O CORAÇÃO E O GOVERNO DE TODAS AS ILHAS DOS AÇORES”.....	25
1. Angra, os Açores e os mundos envolventes no século XVII.....	28
2. O estudo das gentes .....	51
2.1. Aspectos sociais.....	58
2.1.1. Marcas de uma sociedade estratificada .....	60
2.1.2. Profissões, Cargos e Condição .....	74
2.1.3. Os escravos .....	86
2.1.4. Os estrangeiros .....	93
2.1.4.1. O caso dos espanhóis.....	99
2.1.4.2. O caso dos ingleses e dos franceses .....	103
2.1.5. Indícios de pobreza.....	114
2.2 Aspectos demográficos, uma perspectiva quantitativa global.....	119
2.2.1 Evolução global dos nascimentos (1583-1700).....	125
2.2.2 Evolução global dos casamentos (1583-1700).....	128
2.2.3 Evolução global dos óbitos (1583-1700).....	132
A NUPCIALIDADE .....	137
1. Sazonalidade dos casamentos.....	141
1.1. Distribuição Mensal dos Casamentos.....	142
1.2. Distribuição Semanal dos Casamentos.....	144
1.3. Sazonalidade diferencial dos casamentos.....	148
1.3.1. Distribuição mensal dos casamentos .....	148
1.3.2. Distribuição semanal dos casamentos .....	150
2. Idade Média ao Primeiro Casamento .....	151
2.1. Idade Média ao Primeiro Casamento para os que casaram entre 1634-1699	152
2.2. Idade média ao Primeiro Casamento das gerações nascidas .....	155
2.3. Grupos Sociais e Idade Média ao Primeiro Casamento .....	157
2.4. Repartição por Grupos de Idade ao Primeiro Casamento.....	173
3. Idade Combinada dos Nubentes .....	174
4. Estado Civil Anterior dos Contraentes .....	176
5. Viuvez e Ulterior Casamento .....	180
6. Celibato Definitivo .....	182
7. Origem Geográfica dos Cônjuges .....	184
A FECUNDIDADE.....	196
1. Distribuição mensal dos nascimentos.....	199
2. Repartição dos nascimentos segundo o sexo.....	201
3. Fecundidade Legítima .....	202
3.1. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades e idade média da mãe ao nascimento do último filho .....	202
3.1.1. Idade média da mãe ao nascimento do último filho .....	207

3.2. Influência da idade ao casamento na fecundidade legítima .....	208
3.2.1. Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima....	208
3.2.2. Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento .....	213
3.2.3. Ausência de filhos segundo a idade ao casamento .....	216
3.3. Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas .....	217
3.4. Espaçamento dos nascimentos.....	219
3.4.1. Intervalo protogenésico .....	220
3.4.2. Intervalos Intergenésicos .....	227
3.5. Número de filhos por união .....	231
3.6. Duração das uniões .....	234
3.7. Fecundidade diferencial.....	235
4. Fecundidade ilegítima.....	239
4.1. Concepções pré-nupciais .....	239
4.1.1. Concepções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento.....	242
4.2. Filiação natural e enjeitados .....	243
4.2.1. Ilegítimos .....	244
4.2.2. Enjeitados .....	251
A MORTALIDADE.....	258
1. Sazonalidade dos óbitos .....	273
2. A Mortalidade excepcional.....	281
3. A Mortalidade de crise dos maiores de sete anos .....	284
4. Mortalidade segundo os sexos.....	298
5. Esperança de Vida dos Maiores de 25 anos (casados) .....	300
A MOBILIDADE.....	306
1. Presença de não-naturais na composição das famílias .....	310
2. Famílias que se fixam na cidade.....	313
3. Famílias com trânsito interparoquial .....	316
CONCLUSÕES .....	320
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	325
1. FONTES MANUSCRITAS .....	325
2. FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA.....	329
ANEXOS.....	344
1. BAPTIZADOS .....	345
2. CASAMENTOS .....	352
3. ÓBITOS.....	355
4. NATURALIDADE DOS NUBENTES AO PRIMEIRO CASAMENTO .....	358
5. ESCRAVOS E SENHORES DE ESCRAVOS .....	360

## ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro nº 1 Limites cronológicos dos dados levantados e cruzados na base electrónica da cidade de Angra	14
Quadro nº 2 Profissões masculinas	77
Quadro nº 3 Cargos e Condição	80
Quadro nº 4 Clero (pelo registos de óbito)	82
Quadro nº 4 Pobres declarados ao óbito	115
Quadro nº 5 Evolução da população de Angra (séc. XVI-XVII)	119
Quadro nº 6 Baptizados (média anual por décadas)	127
Quadro nº 7 Casamentos (média anual por décadas)	131
Quadro nº 8 Óbitos (média anual por décadas)	134
Quadro nº 9 Distribuição Mensal dos Casamentos	143
Quadro nº 10 Distribuição semanal dos casamentos	145
Quadro nº 11 Distribuição mensal dos casamentos (comportamento diferencial)	148
Quadro nº 12 Distribuição semanal dos casamentos (comportamento diferencial)	150
Quadro nº 13 Idade média ao primeiro casamento (casamentos realizados entre 1634-1699)	152
Quadro nº 14 Idade Média ao primeiro casamento (quadro comparativo)	154
Quadro nº 15 Idade Média ao primeiro casamento	155
Quadro nº 16 Idade Média ao Primeiro Casamento (comportamento diferencial)	158
Quadro nº 17 Repartição por Grupos de Idade ao Primeiro Casamento (casamentos realizados em 1634-1699)	173
Quadro nº 18 Idade Combinada dos Nubentes %	175
Quadro nº 19 Diferença de Idades entre os nubentes	176
Quadro nº 20 Distribuição dos contraentes segundo o estado civil	177
Quadro nº 21 Contraentes segundo o estado civil combinado	178
Quadro nº 22 Distribuição dos contraentes segundo o estado civil combinado (Ilustres)	179
Quadro nº 23 Viuvez Segundo o Sexo e Viuvez e Ulterior Casamento	180
Quadro nº 24 Idade à Viuvez (1600-1699)	181
Quadro nº 25 Idade Média ao Segundo Casamento (casamentos realizados entre 1634-1699)	182
Quadro nº 26 Celibato Definitivo (óbitos registados entre 1640-1699)	183
Quadro nº 27 Celibato Definitivo (óbitos das gerações nascidas entre 1584-1649)	183
Quadro nº 28 Naturalidade combinada dos nubentes (casamentos contraídos entre 1584-1699)	185
Quadro nº 29 Naturalidade dos Nubentes ao primeiro casamento (% em relação ao total de primeiros casamentos)	190
Quadro nº 30 Naturalidade dos nubentes ao primeiro casamento (% em relação ao total de naturalidades identificadas ao primeiro casamento)	193
Quadro nº 31 Repartição mensal dos nascimentos/ concepções	200
Quadro nº 32 Repartição dos nascimentos segundo os sexos e relação de masculinidade (RM)	201

Quadro nº 33 Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades e descendência teórica (DT) Idades da mulher dos 15-49 (Mil mulheres)	203
Quadro nº 34 Taxas de fecundidade legítima e descendência teórica (DT) (quadro comparativo)	205
Quadro nº 35 Idade média da mãe ao nascimento do último filho	207
Quadro nº 36 Taxas de fecundidade legítima segundo idade ao casamento (Mil mulheres) 1600-1639	209
Quadro nº 37 Taxas de fecundidade legítima segundo idade ao casamento (Mil mulheres) 1640-1699	210
Quadro nº 38 Taxas de fecundidade legítima segundo idade ao casamento (Mil mulheres) 1600-1699	211
Quadro nº 39 Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento (Todas as Famílias Tipo 1)	214
Quadro nº 40 Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento (Famílias completas)	215
Quadro nº 41 Ausência de filhos segundo a idade ao casamento (1600-1699)	217
Quadro nº 42 Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas Mil mulheres	218
Quadro nº 43 Intervalo protogenésico (1600-1699) %	221
Quadro nº 44 Intervalo Protogenésico Inferior a um Ano %	224
Quadro nº 45 Intervalo protogenésico médio (em meses)	224
Quadro nº 46 Intervalo protogenésico	227
Quadro nº 47 Primeiro intervalo intergenésico médio	228
Quadro nº 48 Intervalos intergenésicos médios sucessivos Famílias numerosas	229
Quadro nº 49 Repartição das famílias segundo o número de filhos	231
Quadro nº 50 Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos Todas as idades da mulher	232
Quadro nº 51 Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos (grupos de idades da mulher ao casamento)	233
Quadro nº 52 Duração das uniões	234
Quadro nº 53 Fecundidade diferencial: Taxas por grupos de idade 1600-1699	235
Quadro nº 54 Fecundidade de diferentes ofícios: taxas por grupos de idade 1600-1699	237
Quadro nº 55 Número de filhos por família 1600-1699 (comportamento diferencial)	238
Quadro nº 56 Intervalo protogenésico inferior a 8 meses	241
Quadro nº 57 Concepções pré-nupciais (segundo a idade da mulher ao casamento)	242
Quadro nº 58 Nascimentos ilegítimos (% em relação ao total de nascimentos)	245
Quadro nº 59 Taxas de ilegitimidade (quadro comparativo)	249
Quadro nº 60 Ilegítimos (I) e enjeitados (E)	253
Quadro nº 61 Enjeitados e ilegítimos (IE) (% em relação ao total de baptizados (LIE))	256
Quadro nº 62 Sé – Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos	275
Quadro nº 63 Conceição – Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos	276
Quadro nº 64 S. Pedro – Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos	277
Quadro nº 65 Crises de mortalidade dos maiores de sete anos - SCP	284
Quadro nº 66 Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos (diferentes anos de crises de mortalidade)	292
Quadro nº 67 Relação de masculinidade ao óbito	299
Quadro nº 68 Esperança de Vida dos Casados (Gerações nascidas antes de 1600 e de 1600-1650)	301

Quadro nº 69 Esperança de Vida Comparação com Guimarães e Llobai (Sexos Reunidos) _____	304
Quadro nº 70 Naturalidade e ocupação do cônjuge masculino das famílias angrenses _____	312
Quadro nº 71 Óbito dos cônjuges masculinos segundo a sua naturalidade _____	313
Quadro nº 72 Baptizados Legítimos e ilegítimos _____	345
Quadro nº 73 Baptizados - Enjeitados _____	349
Quadro nº 74 Casamentos _____	352
Quadro nº 75 Óbitos (dos maiores de sete anos) _____	355
Quadro nº 76 Naturalidade dos nubentes ao primeiro casamento _____	358
Quadro nº 77 Senhores de escravas mães de ilegítimos _____	360
Quadro nº 78 Escravos baptizados adultos e respectivos senhores _____	378
Quadro nº 79 Escravos com óbito em Angra e respectivos senhores _____	382

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 Baptizados (movimento anual) _____	125
Gráfico nº 2 Baptizados (movimento anual e médias móveis de 9 anos) _____	126
Gráfico nº 3 Baptizados (médias anuais por década) _____	128
Gráfico nº 4 Casamentos (movimento anual) _____	129
Gráfico nº 5 Casamentos (movimento anual e médias móveis de 9 anos) _____	130
Gráfico nº 6 Casamentos (médias anuais por década) _____	131
Gráfico nº 7 Óbitos (movimento anual) _____	132
Gráfico nº 8 Óbitos (Movimento anual e médias móveis de 9 anos) _____	133
Gráfico nº 9 Óbitos (médias anuais por década) _____	134
Gráfico nº 10 Baptismos, Casamentos, Óbitos (médias móveis de 9 anos) _____	135
Gráfico nº 11 Distribuição Mensal dos Casamentos _____	143
Gráfico nº 12 distribuição Semanal dos casamentos _____	145
Gráfico nº 13 Distribuição mensal dos casamentos (comportamento diferencial 1584-1699) _____	149
Gráfico nº 14 Distribuição semanal dos casamentos (comportamento diferencial) _____	150
Gráfico nº 15 Idade Média ao 1º Casamento (casamentos realizados de 1634 a 1699) _____	152
Gráfico nº 16 Idade Média ao Primeiro casamento (Gerações) _____	156
Gráfico nº 17 Repartição mensal dos nascimentos _____	200
Gráfico nº 18 Taxas de fecundidade por grupos de idade _____	203
Gráfico nº 19 Taxas de fecundidade legítima segundo idade ao casar (1600-1639) _____	209
Gráfico nº 20 Taxas de fecundidade legítima segundo idade ao casar (1640-1699) _____	210
Gráfico nº 21 Taxas de fecundidade legítima segundo idade ao casar (1600-1699) _____	211
Gráfico nº 22 Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo idade ao casar _____	214
Gráfico nº 23 Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo idade ao casar _____	215
Gráfico nº 24 Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas _____	219
Gráfico nº 25 Intervalo Protogenésico (1600-1699) _____	222
Gráfico nº 26 Intervalo Protogenésico (Grupos de idades ao casamento) _____	223
Gráfico nº 27 Fecundidade diferencial (1600-1699) _____	236
Gráfico nº 28 Ofícios: fecundidade diferencial taxas por grupos de idades (1600-1699) _____	237
Gráfico nº 29 Ilegítimos (% em relação ao total de nascimentos) _____	246
Gráfico nº 30 Filiação natural e enjeitados (movimento decenal) _____	253
Gráfico nº 31 Nascimentos Legítimos, Ilegítimos e enjeitados _____	254
Gráfico nº 32 Ilegítimos(I), Ilegítimos + Enjeitados (IE) e Enjeitados € _____	257
Gráfico nº 33 Sé – Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos _____	275
Gráfico nº 34 Conceição – Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos _____	276
Gráfico nº 35 S. Pedro – sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos _____	277
Gráfico nº 36 Sazonalidade dos óbitos maiores de sete anos _____	279
Gráfico nº 37 Forasteiros – sazonalidade dos óbitos _____	280

Gráfico nº 38 Crises de mortalidade dos maiores de sete anos _____	285
Gráfico nº 39 Sazonalidade dos óbitos em anos de crise – 1598 e 1599 _____	293
Gráfico nº 40 Sazonalidade óbitos em ano de crise – 1616 _____	295
Gráfico nº 41 Sazonalidade dos óbitos em anos de crise – 1686 e 1687 _____	296
Gráfico nº 42 Esperança de vida dos casados maiores de 25 anos _____	301
Gráfico nº 43 Esperança de vida dos casados (gerações anteriores a 1600) _____	302
Gráfico nº 44 Esperança de vida dos casados (gerações de 1600-1650) _____	303
Gráfico nº 45 Esperança de vida (gráfico comparativo) _____	304

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1 Ficha de Família _____	317
------------------------------------	-----